FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 105 ★ Nº 35.029 QUINTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2025 R$ 7,90

Lucro da Petrobras cai 70% em 2024 e atinge menos da metade do previsto

Primeiro resultado sob Magda inclui prejuízo de R$ 17 bi no quarto trimestre; dividendos chegam a R$ 75,8 bi

A Petrobras anunciou ontem um lucro de R$ 36,6 bilhões em 2024, 70% abaixo daquele registrado no ano anterior. A presidente da empresa, Magda Chambriard, atribuiu o resultado —o primeiro sob sua gestão— a uma "questão de natureza contábil: a variação cambial das dívidas entre a Petrobras e suas subsidiárias no exterior".



O lucro ficou aquém das projeções de analistas e reflete sobretudo a desvalorização do real frente ao dólar. No quarto trimestre, houve prejuízo de R$ 17 bilhões, o segundo desempenho negativo no governo Lula (PT).

Com esse quadro, a Petrobras distribuirá a seus acionistas mais R$ 9,1 bilhões em dividendos, o que eleva o total pago por 2024 para R$ 75,8 bilhões.

Também pesaram sobre o desempenho a queda nas cotações internacionais do petróleo e o recuo na produção e nas vendas da companhia. A produção de petróleo e gás diminuiu 3% no ano, e retrocederam as vendas de gasolina (4,1%) e diesel (2,8%).

Outro fator foi o acordo de R$ 45 bilhões com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para cessar disputas tributárias.

Apesar da alta volatilidade nas cotações do petróleo ao longo de 2024, a estatal promoveu apenas um aumento de preço da gasolina e um reajuste do diesel.

Em eventos recentes ao lado de Lula, que enfrenta uma erosão de popularidade, Magda tem prometido acelerar investimentos e apoiar a indústria nacional, tradicional bandeira petista para a estatal. **Mercado A15**

Dino homologa acordo, mas não libera todas as emendas

O ministro Flávio Dino, do STF, homologou plano do Congresso para conseguir a liberação das emendas parlamentares. O magistrado, contudo, manteve veto às chamadas emendas Pix sem plano de trabalho e suspensões referentes a ONGs. Caso a decisão seja referendada pelo plenário da corte, disse, não haverá impedimento à execução das emendas no Orçamento de 2025. **Política A14**

Natalia Beauty

Ser mulher e de direita é o novo pecado capital

Cresci ouvindo que o feminismo lutava por todas nós contra qualquer opressão. Mas a verdade bateu na minha cara quando percebi que essa sororidade tinha um asterisco. **A14**



Elon Musk exibe camiseta com mensagem 'suporte técnico' a colegas na primeira reunião ministerial de Trump Doug Mills/The New York Times

Parcela com ensino superior no país é de 18,4%, aponta Censo

A parcela da população brasileira com ensino superior completo quase triplicou desde 2000, mas ainda é inferior a 20% do total de habitantes com 25 anos ou mais, aponta recorte do Censo divulgado ontem. Em 2000, os graduados eram 6,8%. O índice avançou a 11,3% em 2010 e chegou a 18,4% em 2022. **Cotidiano A39**

turismo

BELEZAS E PAISAGENS DA NOVA INGLATERRA

Região no nordeste dos EUA é lar de cidades tranquilas à beira de praias rochosas **B12**

ilustrada

CLÁSSICO DE DOSTOIÉVSKI COM DANÇA E MÚSICA

'Os Irmãos Karamázov' retrata efervescência política como espetáculo pop nos palcos **B4**

Gestão Trump alude ao Supremo em mensagem sobre multa e democracia

O Departamento de Estado dos EUA publicou ontem em redes sociais texto no qual diz que punir empresas americanas por se recusarem a praticar censura contraria valores democráticos.

É uma alusão à ordem do ministro do STF Alexandre de Moraes de suspender a plataforma Rumble. O Itamaraty afirma em nota que a gestão Trump distorce decisões da corte. **Política A6**

Visto para milionários ajudará a pagar dívida pública, afirma republicano A35

Zelenski aceita acordo de minerais sem salvaguarda

O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, aceitou acordo para exploração de minerais proposto por seu homólogo americano, Donald Trump, tratativa para encerrar a Guerra da Ucrânia. O republicano, porém, deixou claro que os EUA não darão salvaguarda a Kiev, o que, segundo ele, seria tarefa dos europeus. **Mundo A36**

EUA exaltam política de imigração com prisão de brasileiro A43

EDITORIAIS A2

Ministério da Saúde precisa correr atrás do prejuízo Sobre a queda de Nísia Trindade.

Denúncias graves contra Bolsonaro antecipam 2026 Acerca do movimento da oposição.


ISSN 1414-5723

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Ministério da Saúde precisa correr atrás do prejuízo

Nome promissor vindo após desastre sob Bolsonaro, Nísia cai após erros de gestão e fritura promovida por congressistas e até por Lula, que busca governabilidade e melhoria na popularidade com reforma ministerial

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) demitiu Nísia Trindade, agora ex-ministra da Saúde. Mesmo que a pasta tenha cometido erros de gestão, a longa demora na exoneração —que a deixou exposta a críticas públicas de congressistas e até do presidente— denota não apenas pouco caso do petista, mas um governo atabalhoado.

Após o desastre sob Jair Bolsonaro (PL), a chegada de Nísia foi bem recebida por ser um nome técnico com credibilidade.

Formada em ciências sociais pela UERJ, suas pesquisas abordam a relação entre ciência, saúde e desigualdades. Em 2017, foi a primeira mulher a presidir a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), posto que ocupou até 2022.

No entanto, em quase 14 meses de ministério, não conseguiu deixar uma marca, melhorar de modo significativo indicadores do SUS, como filas para consultas e cirurgia eletivas, nem enfrentar de forma eficaz a tragédia anunciada da epidemia de dengue.

Em 2024, mais pessoas morreram pela doença no país (5.873) do que a soma dos oito anos anteriores (4.992). Em dois alertas no início de 2023, a Organização Mundial da Saúde havia projetado os riscos de crise sanitária em regiões como a América do Sul devido às mudanças climáticas.

Contudo o Ministério da Saúde não preparou a rede básica de atendimento e protelou a autorização para a vacina Qdenga. Nísia foi demitida justamente no dia em que anunciou um acordo para a produção do imunizante do Instituto Butantan.

A calamidade da dengue foi usada por parlamentares para tentar avançar sobre a pasta, que movimenta verba gigantesca —a saúde pública consome 4% do PIB brasileiro, o que representa mais de R$ 450 bilhões por ano.

Com a hipertrofia do Congresso Nacional nos últimos anos, que gera anomalias como o uso opaco das famigeradas emendas, aumenta a pressão sobre o Executivo por nacos do poder.

Isso somado à queda de popularidade de Lula pavimentou o caminho para uma reforma ministerial, iniciada com a troca de Paulo Pimenta na Secom da presidência por Sidônio Palmeira. Especula-se que o vice Geraldo Alckmin (PSB) também cairá da pasta de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para dar mais espaço ao centrão.

Em quase 14 meses de ministério, Nísia não conseguiu deixar uma marca, melhorar de modo significativo indicadores do SUS, como filas para consultas e cirurgia eletivas, nem enfrentar de forma eficaz a tragédia anunciada da epidemia de dengue

Quem ocupará o lugar de Nísia é Alexandre Padilha, que comandou a pasta da Saúde de Dilma Rousseff (PT) e é ministro de Relações Institucionais. Sua principal marca foi o Programa Mais Médicos, que teve impacto limitado nos resultados almejados.

Por óbvio, disputas por poder e acordos com o Congresso fazem parte, para o bem e para o mal, do presidencialismo de coalização tradicional no Brasil.

Espera-se, porém, que Lula não pense só na governabilidade e, sobretudo, na sua popularidade e na eleição de 2026 —ainda mais em áreas essenciais. Que a busca por resolver os problemas crônicos do país, missão para a qual foi eleito, seja priorizada na reforma.

Denúncias graves contra Bolsonaro antecipam 2026

Estratégia do ex-presidente de querer manter-se candidato até a última hora lhe convém, mas não interessa a postulantes do campo conservador, que precisarão se posicionar diante da queda na popularidade de Lula

No plano jurídico, o futuro de Jair Bolsonaro (PL), denunciado por tentativa de golpe de Estado e outros crimes, é extremamente difícil. Tão difícil que o ex-mandatário vem privilegiando o front político.

A exemplo do que já fizeram Lula e Donald Trump, ele se declara vítima de perseguição e afirma que é candidatíssimo em 2026. Busca assim desqualificar tanto as acusações criminais como a inelegibilidade já decretada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Ao insistir nesse caminho, Bolsonaro antecipa a campanha presidencial de 2026 e obriga aliados que poderiam substituí-lo como candidato a se posicionarem.

O menos bolsonarista dos postulantes desse campo, o governador Ronaldo Caiado (União Brasil-GO), parece apostar no rompimento. Já disse que vai lançar-se pré-candidato logo, o que irritou o núcleo do ex-presidente.

Os outros dois potenciais candidatos mais "mainstream", os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), optaram por permanecer fiéis à causa bolsonarista, defendendo o representante do PL.

Zema ainda deixou entreaberta uma porta de saída. Disse que a Justiça é pródiga em condenar e descondenar ao sabor do momento, mas acrescentou não ser jurista. Tarcísio, até por ser uma invenção política de Bolsonaro, foi bem mais enfático. Classificou a denúncia como "forçação de barra" e "revanchismo".

A estratégia de Bolsonaro lhe convém, mas não interessa necessariamente ao campo conservador. Diante da impressionante erosão da popularidade de Lula, a direita deve chegar a 2026 com boas chances de vitória.

E, se Bolsonaro, na improvável hipótese de livrar-se dos enroscos jurídicos e da inelegibilidade, é o concorrente que tem vantagem na saída, conta, para a chegada, com altíssima rejeição. Uma figura menos controversa tenderia a sair-se melhor com os eleitores moderados, que poderão ser os fiéis da balança na disputa.

Se Bolsonaro conseguir se livrar do cerco da Justiça, o que parece pouco provável, ele larga com vantagem, mas tem alta rejeição. Um candidato menos controverso tenderia a sair-se melhor

É aí que os cronogramas de Bolsonaro e dos demais potenciais postulantes começam a divergir. Se ao ex-mandatário interessa fingir que estará na disputa até o último instante, os governadores precisam de uma definição no mais tardar seis meses antes do pleito, quando vence o prazo de desincompatibilização.

Será uma espécie de hora da verdade. Bolsonaro terá de optar entre seus interesses pessoais e os do campo conservador; Zema e Tarcísio terão de definir se querem mesmo concorrer e se estão dispostos a finalmente romper com o ex-presidente.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (*comercial*)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR PWC)
860.629 - Fechamento 1º Semestre de 2024
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Laerte



COLUNISTAS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

SÃO PAULO

Justiça por Igor Melo e Thiago Marques

Thiago Amparo

A cabeleireira Josilene da Silva Souza, 42, teria tido o seu celular roubado na Penha, zona norte do Rio, no último domingo (23). Na delegacia, Josilene e seu marido, o policial militar da reserva Carlos Alberto de Jesus, afirmaram que os assaltantes estariam em uma moto azul, o motorista com uma camiseta preta e outro com uma camiseta amarela. Duas horas depois, Carlos e Josilene encontraram duas pessoas em uma moto e o PM atirou contra elas.

O policial militar resolveu disparar contra o motorista de aplicativo Thiago Marques, que levava o estudante Igor Melo para casa depois do trabalho, afirmando, primeiro, que este estava armado e, depois, mudando a sua versão, disse que pensou que ele estava armado. Nem Thiago nem Igor participaram de qualquer assalto —há provas para isso, como o fato de que Igor estava trabalhando no momento do suposto crime— nem a arma, nem o celular roubados foram achados com eles.

Mesmo assim, com o reconhecimento em um álbum de fotografias na delegacia, Igor e Thiago foram presos (depois soltos) e o PM e sua mulher não.

Está tudo aí nesse caso: a criminalização de pessoas pobres a despeito da patente falta de materialidade da acusação; a autorização dada na prática às polícias, inclusive a agentes negros, para praticarem tentativa de homicídio de forma impune; o reconhecimento fotográfico indevido feito na delegacia com pessoas de características físicas semelhantes (codinome para negros e pobres); a desvalorização da vida humana diante da acusação de roubo de celular.

Por trás do que poderia parecer apenas mais um caso corriqueiro de violência está a síntese de um Estado que se sente autorizado a atirar e depois perguntar.

Referindo-se ao episódio em que um policial militar persegue, acusa e dispara contra duas pessoas em nome de sua mulher, o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro disse ao jornal O Globo não se tratar de um caso de "justiça com as próprias mãos". O escárnio contra o respeito à lei está na arma do policial da esquina e na caneta do secretário de Segurança.

BRASÍLIA

O dedo do gatilho no FGTS

Adriana Fernandes

O presidente Lula escolheu um momento ruim para liberar os recursos retidos do FGTS do trabalhador que foi demitido e tinha optado pelo saque-aniversário.

Ainda que o governo reúna justificativas para liberar o dinheiro, beneficiando 12,1 milhões de trabalhadores, a percepção que se espalha é a de que Lula está fazendo uma inflexão de política econômica. Pronto para acionar novos botões na tentativa de evitar um tombo maior do PIB.

A liberação de R$ 12 bilhões não é do tamanho que se esperava quando a decisão foi antecipada pela **Folha**. Nem uma medida muito diferente das que foram lançadas por Michel Temer e Jair Bolsonaro, sem tanto alarde do mercado financeiro como agora com Lula.

O que preocupa mesmo é o conjunto da obra. Uma medida aqui e outra ali, que juntas podem atrapalhar o trabalho do Banco Central. É o somatório. Todo um governo voltado para apertar os botões de novas medidas de estímulo. Ainda não se sabe o alcance da potência do novo crédito consignado a ser lançado após o Carnaval. Embora positivo, o consignado pode surpreender e prejudicar o combate à inflação.

O presidente poderia ter esperado uns meses para liberar o FGTS. Até porque não está claro ainda o nível de desaceleração do PIB. Nos bastidores, o BC manifesta preocupação com esses estímulos da economia.

Com a pressa do FGTS, o governo demonstra estar errático na ação de medidas para conter a inflação e evitar que os juros permaneçam altos por mais tempo. Uma hora Lula sinaliza que está convencido de que o BC precisa esfriar a economia para controlar a inflação e, depois, corre para anunciar uma medida que representa consumo na veia.

Há apenas um mês o presidente gravou um vídeo reconhecendo que o aquecimento da economia era uma causa da inflação. Lula quer aquecer mais?

O risco para Lula é estimular exatamente o maior problema hoje para a queda da sua popularidade, a alta dos preços.

O momento é de paciência. É hora de colocar todo o governo para segurar a inflação.

RIO DE JANEIRO

Morrendo de véspera

Ruy Castro

Meus amigos têm a mania de morrer antes da hora. Telmo Martino me ligava e dizia: "Ruy Castro, aqui é Telmo Martino, vivendo seus últimos dias". Telmo, uma celebridade da imprensa de São Paulo nos anos 1970 e 80, sofria mesmo de uma depressão braba. Mas só morreria em 2013, dez anos depois daqueles telefonemas. E Carlos Heitor Cony adorava assustar as pessoas dizendo-se "um homem terminal", apenas porque acabara de extrair um tumor de próstata. O ano era 1988 e Cony viveria mais 30 anos.

Em 1988, eu era colaborador numa revista de companhia aérea. Por algum motivo, precisei citar num artigo o imperador japonês Hiroíto, então com 87 anos e nas últimas, cotado a fechar o quimono a qualquer momento. Como a revista era trimestral e feita com muita antecedência, calculei que, nos quatro ou cinco meses até que ela chegasse aos aviões, ele já estaria mais do que morto. Daí tratei-o no texto como o "recentemente falecido imperador Hiroíto". Pois não é que Hiroíto sobreviveu ao meu artigo e só foi morrer meses depois de saída a revista?

Em 1989, a **Folha** me pediu um obituário de Dercy Gonçalves. É uma praxe da imprensa: deixar preparados artigos sobre celebridades mais idosas resumindo sua vida e obra para sair rem quando o inevitável acontecer. Naquele ano, Dercy já estava com 84 anos. Bem, ela não apenas ainda desfilou com os (bonitos) peitos de fora pela Viradouro no Carnaval de 1991 como só foi morrer em 2008, aos 103. Eu é que quase bati as botas em 2005 —três anos antes dela.

O único a escolher a hora certa foi o livreiro Manuel Pinho, dono do sebo Elizart, na avenida Marechal Floriano, aqui no Rio de Janeiro. Em 2012, Manel, grande carioca e Flamengo, sabia que estava por dias. Mas não queria ir embora antes da partida do Flamengo na quarta-feira contra o argentino Lanús, pela Libertadores. E se segurou. Poucos minutos antes do jogo, me telefonou: "Imagine se eu ia morrer de véspera que nem peru!". Assistiu ao jogo pela TV e, uma hora depois, partiu, feliz da vida.

O Flamengo vencera por 3x0.

A democracia na mira

As medidas anunciadas por Trump constituem revolução sem precedentes nas democracias contemporâneas

Maria Hermínia Tavares

Professora emérita da FFLCH-USP, é pesquisadora do Cebrap. Escreve às quintas

A democracia representativa modera o conflito político. De um lado, a disputa eleitoral majoritária reduz as chances das posições extremadas, sempre minoritárias no eleitorado. A competição pelo voto favorece partidos e candidatos mais próximos do centro. De outro lado, o Estado de Direito e as diferentes formas de freios e contrapesos institucionais impedem o exercício arbitrário do poder pelo governante da vez.

Esse era o consenso entre especialistas e a pedra de toque das teorias que buscaram explicar o funcionamento dos regimes democráticos representativos. Até a recente eleição de Donald Trump.

Vitorioso com uma plataforma radical, o 47º presidente dos EUA vem tentando abolir direitos de há muito reconhecidos, além de tomar medidas que ultrapassam sua competência legal. Mais do que isso, investe pesado na destruição de órgãos estatais e instrumentos costumeiros de governo.

Adam Przeworski, cientista político da New York University, vem publicando no site Substack o Adam's Diary. Trata-se de comentário ao que faz a nova administração. Ele observa que as medidas anunciadas ou adotadas para reduzir a máquina pública —e controlá-la por inteiro— representam transformação revolucionária nas relações entre Estado e sociedade, porque sem precedentes sob regime democrático. Pois, para processar os conflitos de forma pacífica, argumenta, o governo eleito tem de ser moderado e não pode impor derrotas que pareçam irreversíveis aos que venceu pelo voto.

É prematuro apostar na ruína da democracia norte-americana. Seu sistema político e suas instituições são desenhadas para limitar a concentração de poder no Executivo nacional

Mesmo reconhecendo que as violentas medidas de Trump são inéditas em democracias, Przeworski é cauteloso e evita previsões. Não se aventura a afirmar que, com as iniciativas em curso, vai se cruzando a fronteira que dá acesso ao universo dos sistemas autoritários nem que atravessá-la seja inevitável. É mais cauteloso do que os colegas Steven Levitsky e Lucan A. Way. Em artigo nesta **Folha** no domingo (23), vaticinam que os EUA estão prestes a se juntar ao grupo de países que vivem sob um modelo de autoritarismo competitivo no qual autocratas eleitos sufocam a oposição.

Com a volta de Trump à Casa Branca, a democracia representativa —que há menos de um século se afirmou mundialmente como modelo de organização da vida política— enfrenta novo e singular desafio: pois quem a contesta agora não são países onde seus valores e instituições são recém-adotados, como no Leste Europeu, ou tiveram vida atribulada, como na América Latina. A ameaça fincou pé na maior nação do Ocidente rico e liberal, berço do sistema representativo contemporâneo e sua referência normativa.

Ao que tudo indica, é prematuro apostar na ruína da democracia norte-americana. Afinal, seu modelo político é fortemente antimajoritário, com instituições desenhadas para limitar a concentração de poder no Executivo nacional. De mais a mais, sua sociedade civil é bem organizada e sua imprensa, plural.

Resta esperar que tais atributos consigam conter a monstruosa investida trumpista. Até porque o colapso da democracia representativa nos EUA produziria efeitos devastadores muito além de suas fronteiras. Para o Brasil seria uma catástrofe cuja dimensão os progressistas educados no antiamericanismo não enxergam.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O Congo está em guerra, e seu celular tem a ver com isso

Sem atenção internacional, conflito já ceifou 6 milhões de vidas e se arrasta motivado pela exploração de minérios essenciais à tecnologia

Marcos Leitão de Almeida, Adrien Ngudiankama e Igor Matonda
Professor do Departamento de História da USP
Fundador e diretor da Kongo Academy
Professor da Universidade de Kinshasa (Congo)

A Guerra do Congo é o conflito mais mortal desde a Segunda Guerra Mundial, mas recebe bem menos atenção do que deveria —especialmente se comparada às guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza.

O motivo não é apenas geopolítico, mas reflete como o mundo enxerga a África por lentes distorcidas. A cada ofensiva do grupo armado M23, o conflito é tratado como fruto de uma violência inerente ao continente ou um simples resquício colonial. Ambas as visões ignoram o essencial: os interesses locais, conectados a processos históricos globais.

Apesar de negligenciado, o conflito no leste do Congo tem impacto humanitário maior que guerras mais midiáticas e reflete estruturas históricas de longa duração. Durante as duas guerras do Congo (1996-97 e 1998-2003), 3 milhões de pessoas foram deslocadas. Hoje, esse número ultrapassa 7 milhões. Segundo a ONU Mulheres, o conflito atinge mulheres de forma desproporcional: rebeldes e forças governamentais usam a violência sexual em massa como arma de guerra. Muitas são escravizadas, compondo cerca de 400 mil congoleses submetidos à escravidão contemporânea. Crianças também são recrutadas para grupos armados e forçadas ao trabalho nas minas de coltan e cobalto, essenciais para nossa tecnologia.

Desde os anos 1990, a guerra e suas consequências —fome e doenças— já ceifaram cerca de 6 milhões de vidas.

Poderíamos evocar Joseph Conrad e dizer "o horror, o horror", mas o cinismo do humanitarismo colonial é parte do problema. Multinacionais exploram os minerais da República Democrática do Congo (RDC) e lucram com a instabilidade. A extração ilegal, sustentada pelo trabalho forçado e contrabando via Ruanda, mantém o minério barato no mercado global. Ainda assim, a guerra persiste porque serve aos interesses dos próprios beligerantes.

A crise do Congo reflete como líderes do país e de Ruanda lidaram com diferenças étnicas e como chefes locais reagiram às pressões pós-coloniais. Desde o século 19, o leste do Congo foi um centro de mobilidade e comércio. Líderes locais e mercadores de Zanzibar escoavam escravizados e marfim. Nesse processo, identidades étnicas emergiram, coexistiram e entraram em conflito. Apesar da violência, muitas identidades ainda buscavam preservar a tradição regional de autonomia descentralizada baseada em alianças temporárias e personalistas. O colonialismo belga não as "inventou", mas cristalizou desigualdades que se agravaram após a independência.

Rebeldes e forças governamentais usam a violência sexual em massa como arma de guerra. Muitas pessoas são escravizadas, e crianças são recrutadas para grupos armados e forçadas ao trabalho nas minas de coltan e cobalto

Com o genocídio de 1994 em Ruanda e a ascensão de Paul Kagame, a questão étnica no leste da RDC se agravou. Ruanda alegou proteger tutsis congoleses discriminados, mas visava consolidar influência sobre uma região rica em minérios. O conflito tomou proporções continentais, com Ruanda, Uganda e outros países liderando a ofensiva contra o ditador Mobutu, enquanto outros Estados africanos tentavam sustentá-lo. No fim, Laurent-Désiré Kabila, apoiado por Ruanda e outros países, depôs Mobutu, mas a guerra se reconfigurou e seguiu até 2003. Após relativa paz, confrontos voltaram em 2009 e 2012. Derrotados em 2013, rebeldes apoiados por Ruanda ressurgiram em 2022, ocupando territórios e ameaçando o governo de Félix Tshisekedi.

Embora as guerras do Congo (1996-2003) tenham atraído atenção mundial, os conflitos posteriores passaram despercebidos. Mas é nesse silêncio que se sustenta uma guerra sem fim: sua continuidade favorece elites políticas locais e países vizinhos que lucram com um Estado congolês enfraquecido. Sob pressão constante, a RDC não consegue impor soberania sobre suas riquezas minerais, alimentando disputas entre atores locais, regionais e internacionais. Com seis generais brasileiros se sucedendo à frente da missão da ONU na RDC, deveríamos olhar com mais atenção para o Congo —um país com fortes laços históricos com o Brasil.

A guerra teve um começo e pode ter um fim. A destruição no leste do Congo não é um acaso geopolítico nem um conflito inevitável —é parte de uma ordem global que amplifica algumas tragédias enquanto ignora outras.

No fim, escolhemos fechar os olhos para o Congo de uma forma que não fazemos com a Ucrânia ou Gaza. Mas o conflito congolês não poderia estar mais perto de nós: ele vibra no nosso bolso e se revela quando tocamos a tela e dizemos: "Alô?".

O impacto do rombo fiscal no déficit da balança de pagamentos do Brasil

A modernização do setor público e a eliminação de suas ineficiências podem representar um grande alívio nas contas do governo, estimulando a economia

Rafael Cervone
Engenheiro e empresário, é presidente do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) e primeiro vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)

O déficit fiscal do setor público brasileiro, além de pressionar a inflação, dificultar a redução das taxas de juros, suscitando uma política monetária contracionista, e afetar o poder de investimento do Estado, tem outro efeito colateral grave: o saldo negativo do balanço de pagamentos em 2024, apesar do expressivo superávit comercial no período. O rombo impõe a necessidade de financiar o desequilíbrio por meio de endividamento estatal, o que gera fortes impactos sobre a moeda e as reservas internacionais.

O financiamento do déficit fiscal pode ser realizado, em parte, por meio de emissões de moeda, o que, por sua vez, pressiona a inflação e pode tornar as exportações brasileiras menos competitivas. Isso se reflete no declínio do superávit comercial do ano passado, que, embora muito positivo, registrou queda de 28,2% em relação a 2023.

Quando o governo gasta mais do que arrecada, há uma pressão adicional sobre a economia interna, que tende a aumentar a demanda por produtos e serviços, incluindo os importados. Esse fenômeno é visível no crescimento das importações de 8,8% em 2024. A maior demanda por itens importados impacta o saldo comercial e, por conseguinte, o balanço de pagamentos. Essa dinâmica cria um círculo vicioso, no qual a necessidade de financiar o déficit fiscal atinge a competitividade das exportações, ao mesmo tempo em que as importações crescem.

Outro reflexo do déficit fiscal e do desequilíbrio nas transações correntes é a queda das reservas internacionais, que fecharam 2024 em US$ 329,7 bilhões, com redução de US$ 33,3 bilhões na comparação interanual. A liquidação de vendas à vista e a concessão de linhas com recompra foram alguns dos fatores que contribuíram para essa baixa.

A redução do custo do Estado e a implementação de políticas fiscais mais razoáveis são essenciais para ampliar a confiança na economia e garantir estabilidade

Para reverter tal cenário, é essencial uma redução significativa no custo do Estado. O peso da máquina pública é um dos principais fatores que alimentam o déficit fiscal. A grande despesa pública não só limita a capacidade de investimento em setores estratégicos da economia e nas prioridades como saúde e educação, mas também reduz a competitividade do país frente ao mercado internacional.

Nesse contexto, a reforma administrativa, que está parada no Congresso Nacional, torna-se urgente. A modernização do setor público e a eliminação de suas ineficiências podem representar um grande alívio nas contas do governo, reduzindo a necessidade de endividamento e estimulando a economia e as exportações. A redução do custo do Estado e a implementação de políticas fiscais mais razoáveis são essenciais para ampliar a confiança na nossa economia, estimular a competitividade das exportações e garantir a estabilidade financeira em longo prazo.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Reforma ministerial

"Lula demite Nísia, confirma Padilha na Saúde e dá início a reforma ministerial" (Política, 25/2). Enfim, acabou a tortura presidencial à Nísia. O que faz uma cientista de ilibada reputação internacional aceitar ser peão no tabuleiro sujo da política? Por que uma pessoa faz isto a si própria?
Maria Ester de Freitas (Guarujá, SP)

☆

O país sobrevive aos solavancos com governantes incompetentes que se julgam populares. Porém, a maioria da população exige competência e não midiatismo. Governos incompetentes não suportam a seriedade e autonomia profissionais, pois exigem servidão e marionetes partidárias. Parabéns, Nísia Trindade.
Ângela Luiza S. Bonacci
(São José dos Campos, SP)

☆

Ministros da Saúde, Educação e Previdência são tão importantes que deveriam serem eleitos.
Artur Neto (São Paulo, SP)

Educação

"Mudar ministros requer etiqueta" (Elio Gaspari, 25/2). Elio, agradeço novamente sua lucidez e belo texto. Etiqueta e gentileza nunca são excessos a serem evitados: houve erros na gestão, porém a ministra Nísia também arrumou a casa esburacada do SUS pelo nefasto ex-presidente e lidou com os fogos amigos do autofágico PT.
Tonico Pereira (São Paulo, SP)

Mercado de trabalho

"Erika Hilton protocola PEC que acaba com escala 6x1 e prevê 4 dias de trabalho" (Mercado, 25/2). A escala de quatro dias parece perfeita e abriria mais vagas, eu acho, talvez com aumento da produtividade, com funcionários mais descansados, não seria necessário ter aumento repassado ao consumidor.
Rosangela Pires (São Paulo, SP)

☆

Se passar, preparem-se para fechamento de pequenas empresas e consequentemente desemprego.
Jose Marques Filho (Fortaleza, CE)

Detenções

"Prefeitura de São Paulo inaugura 'prisômetro' com dados em tempo real de prisões feitas pela GCM" (Cotidiano, 25/2). São números para se envergonhar. Orgulho seria mostrar o aumento de pessoas na escola.
Jorge Elmor Neto (Curitiba, PR)



Nísia Trindade durante cerimônia no Palácio do Planalto Lucio Tavora/Xinhua

Perfil investidor

"Juro alto deixa empresariado vagabundo, diz Rubens Ometto" (Mercado, 26/2). Com juros nas alturas, quem tem algum capital vai simplesmente pôr o dinheiro na renda fixa e ficar de boa. Isso não gera investimentos, empregos e nem tributos, e o país fica paralisado.
Milton Nauata (Campinas, SP)

Relações afetivas

"Mulher madura ainda é só fetiche no imaginário masculino" (Mariliz Pereira Jorge, 25/2). Numa sociedade machista e etarista como a nossa, mulheres acima dos 40 têm pouca chance de encontrar uma relação amorosa saudável e satisfatória. O macho brasileiro, com raras exceções, é malcriado pela mãe, que mima o mesmo. Daí eles pretendem na mulher madura a substituição do perdido amor materno.
Hanna Maryam (Mairiporã, SP)

☆

Tenho 53. Não desperto desejo nos homens como na juventude. Tranquilo. Não vou me pautar pela falta de desejo alheio. Entristecer-me porque não sou desejada como antes? Imagine... E, sendo bem franca, também minha libido não é como antes. A vida segue.
Virginia Oliveira (Sorocaba, SP)

Liberdade de expressão

"Governo Trump diz em referência ao STF ser antidemocrático multar empresa americana" (Política, 26/2). Incompatível com a democracia são essas oligarquias digitais, complexos industriais de divisão da sociedade. Estaríamos melhores sem Zuckerberg e Musk.
Hermogenes Moussallem
(São Paulo, SP)

Álcool na mira

"Malefícios do álcool não são novidade, mas ganham fôlego com novas recomendações" (Equilíbrio, 25/2). O álcool é pai de todas as drogas e a mãe é a hipocrisia.
Antonio Benedito Alves da Silva
(Catanduva, SP)

☆

"Não sou contra beber, sou contra eu beber" (Equilíbrio, 25/2). Excelente, Ruy. Certíssimo, duríssimo, complicadíssimo. Ontem defendi o uso de um pouco de álcool para relaxar, como uma coisa que ajuda o ser humano a sair um pouco do ambiente. Hoje aplaudo seu texto, entendendo perfeitamente que não é para todos. Você foi e é valente.
Maria Isabel Castro Lima
(Florianópolis, SC)

☆

Ruy, a humanidade que há em sua escrita me toca profundamente.
Flávio Taylor (São Paulo, SP)

Noz homenageada

"Agora tem o Dia do Pistache: até onde vai a palhaçada?" (Cozinha Bruta, 25/2). Temos que criar dia da pitanga, ingá, araruta, jabuticaba, jamelão etc.
Nelson Santos (Rio de Janeiro, RJ)

Obra machadiana

"Machado de Assis e os 125 anos de 'Dom Casmurro', o romance de sua origem" (Tom Farias, 26/2). Eu tinha dez anos quando li "Memorial de Aires". Daí tomei gosto pela literatura.
Alceu Natali (São Paulo, SP)

☆

Não disse nada de novo. Mas é sempre bom ler textos lembrando a qualidade de Machado.
Ivo Ferreira (Rio de Janeiro, RJ)

FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA R$ 29,90 (plano mensal)
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM R$ 49,90 (plano mensal)

EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA seg. a sáb.	dom.	ASSINATURA MENSAL* Todos os dias
SP	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 204,90
MG, PR e RJ	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 209,90
DF e SC	R$ 8,90	R$ 11	R$ 266,90
ES, GO, MT, MS e RS	R$ 9,90	R$ 12	R$ 334,90
AL, BA, PE, SE e TO	R$ 14,90	R$ 15,50	R$ 361,90
Outros estados	R$ 15,90	R$ 16,50	R$ 448,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN
ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

ATMOSFERA

São Paulo



Fonte: www.climatempo.com.br

PIX POR APROXIMAÇÃO

O QUÊ O Pix por aproximação, nova funcionalidade do meio de pagamento gerenciado pelo Banco Central, passa a funcionar a partir desta sexta-feira (28).

COMO VAI FUNCIONAR A função poderá ser usada em smartphones e smartwatches (relógios inteligentes) sem a necessidade de abrir o app do banco e escanear o QR code ou informar a chave Pix do destinatário.
Bastará aproximar o celular ou o relógio digital à maquininha de pagamento, ou, então, fazer a operação entre dois celulares habilitados.

PARA SABER MAIS Acesse folha.com/hudrp38x/.

DADOS DE IBGE E BC

- O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulga nesta quinta-feira (27) a taxa de desemprego do país em janeiro deste ano.
- O instituto também publica nesta sexta-feira (28) recorte da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua acerca do rendimento domiciliar per capita.
- Já o BC (Banco Central) publica nesta quinta-feira (27) duas pesquisas: estatísticas do setor externo (dados de janeiro) e o relatório da Pesquisa de Estabilidade Financeira (números de fevereiro).

AGENDA DO STF

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal deve começar a julgar nesta sexta-feira (28) três parlamentares do PL acusados de venda de emendas.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 27.FEV.1925


Folha da Noite

Alfandega de Santos

DIVERSÕES

TYPHO!

Choque de trens no RS mata três soldados da Força Pública de SP

Um desastre na estação Cannavial (onde hoje é a cidade gaúcha de Viadutos), na Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, deixou três passageiros mortos e 11 feridos. As vítimas fatais são soldados do 1º Batalhão da Força Pública paulista, que operavam no Sul contra um movimento revolucionário. A tragédia ocorreu porque, na ocasião em que o comboio com os soldados entrou na estação, um outro trem viajava em sentido contrário, e houve um violento choque.

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Cerco

Escritórios de advocacia dos EUA entraram em contato com bolsonaristas para propor que testemunhem contra Alexandre de Moraes (STF) com base em uma lei do país que pune violações de direitos humanos. A Lei Magnitsky permite que o governo americano adote sanções, inclusive econômicas, contra quem comete "grandes violações de direitos humanos reconhecidos internacionalmente". O enquadramento do ministro na lei vem sendo defendido por congressistas alinhados a Donald Trump.

PRÓS E CONTRAS Para que Moraes sofra punições, que podem incluir bloqueio de bens e contas bancárias, é preciso um processo interno no governo americano, com pareceres de órgãos como Conselho de Segurança Nacional e as secretarias de Estado e do Tesouro. A decisão final seria de Trump, que precisaria levar em conta as implicações diplomáticas da punição.

SÓ PENSA... Ex-interventor no DF, o presidente da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), Ricardo Cappelli, passou a mirar o governo Ibaneis Rocha (MDB) em suas redes e entrevistas quase diárias a veículos locais. Filiado ao PSB, ele é pré-candidato ao governo distrital. Desde o começo do ano, foram 112 postagens sobre o tema.

...NAQUILO Cappelli diz que passou a debater mais em sua página pessoal questões do DF, onde mora há mais de 20 anos. "Sou um ator político com 35 anos de militância a favor do Brasil, e assim continuarei até o final dos meus dias", afirma.

TELECATCH O líder do prefeito Ricardo Nunes (MDB) na Câmara Municipal, Fábio Riva (MDB), chamou Lucas Pavanato (PL) de moleque e mandou ele calar a boca em reunião sobre projeto que transforma a Guarda Municipal em polícia. A ofensa ocorreu quando Pavanato disse que a dificuldade de aprovar o projeto era reflexo do pouco diálogo de Nunes com sua base. Riva se exaltou e foi contido por colegas. Depois, pediu desculpas.

SONHO AMERICANO A ex-deputada Cristiane Brasil, filha do ex-presidente do PTB Roberto Jefferson, divulgou vídeo em que promove serviços de uma empresa de imigração que ajudaria brasileiros nos EUA em busca de asilo por medo de perseguição política. "Se você não foi perseguido, como eu fui, mas tem medo de ser, pelas suas opiniões, o asilo é para você", diz ela, ao anunciar os serviços da empresa Newpath.

VISITA À FOLHA 1 Rui Costa, ministro-chefe da Casa Civil, esteve no jornal nesta quarta-feira (26). Acompanhava-o Jairo Gonçalves Santos, assessor-chefe.

VISITA À FOLHA 2 José Luiz Souza de Moraes, presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apesp), esteve no jornal nesta quarta-feira (26). Acompanhavam-no Fabrizio Pieroni, diretor financeiro, Isabelle Verza, secretária-geral, Aline Moura, sócia da M2 Comunicação Jurídica, e Natasha Guerrize, assessora de imprensa.

Com Danielle Brant, Carlos Petrocilo e Mateus Vargas

Cláudio



EUA dizem ser antidemocrático multar empresa americana em menção a STF; Itamaraty reage

Comitê do Congresso americano aprova projeto de lei sobre sanções a autoridades que, segundo o país, violem a liberdade de expressão

Julia Chaib

WASHINGTON O Departamento de Estado dos EUA, equivalente ao Ministério das Relações Exteriores, publicou nesta quarta-feira (26) mensagem com referência implícita ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), e disse que punir empresas americanas por se recusarem a praticar censura vai contra os valores democráticos.

O governo Lula (PT) reagiu por meio do Itamaraty, e disse que a gestão do presidente Donald Trump distorceu as ordens do tribunal e lamentou o que chamou de "tentativa de politizar decisões judiciais".

A declaração americana se refere à determinação de Moraes de suspender a plataforma Rumble no Brasil, sob o argumento de que descumpre decisões judiciais.

"O respeito pela soberania é uma via de mão dupla com todos os parceiros dos EUA, incluindo o Brasil", escreveu o perfil do Escritório do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado de Trump no X. "Bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar pessoas que vivem nos Estados Unidos é incompatível com os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão."

Minutos depois, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil replicou a mensagem.

Também nesta quarta, o comitê judiciário da Câmara dos EUA, equivalente no Brasil à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), aprovou o projeto da republicana Maria Elvira Salazár que visa impor sanções, como cassar o visto, de autoridades estrangeiras que violem a primeira emenda, de liberdade de expressão, nos EUA.

A proposta "No Censors on our Shores Act" (Sem Censores em nosso território) estabelece a deportação e o veto de entrada nos EUA a qualquer estrangeiro que atue contra o trecho da Constituição americana. Bolsonaristas afirmam que Moraes se enquadraria na norma.

A aprovação da proposta e a declaração do Departamento de Estado ocorrem dias depois de o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) ter conversado com diplomatas americanos sobre o tema, como mostrou a **Folha**, e diante de uma ofensiva de aliados de Trump contra Moraes, incluindo o bilionário Elon Musk.

O filho de Jair Bolsonaro (PL) fez um périplo nas últimas semanas pedindo a autoridades dos EUA sanções contra o ministro do STF. Eles querem a cassação do visto do magistrado para os


O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump Bryan Snyder/Reuters

Estados Unidos como forma de pressionar os demais ministros e aliviar o processo de análise das acusações contra o ex-presidente —algo difícil de ocorrer.

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores afirmou rejeitar "com firmeza, qualquer tentativa de politizar decisões judiciais" e ressaltar a importância da independência dos Poderes.

O comunicado afirma que o governo brasileiro foi pego de surpresa pela nota do Departamento de Estado dos Estados Unidos e que a postagem "distorce o sentido das decisões do Supremo Tribunal Federal, cujos efeitos destinam-se a assegurar a aplicação, no território nacional, da legislação brasileira pertinente, inclusive a exigência da constituição de representantes legais a todas as empresas que atuam no Brasil".

A pasta ainda diz que a liberdade de expressão deve ser exercida no Brasil "em consonância" com "os demais preceitos legais vigentes, sobretudo os de natureza criminal". Depois, cita que o Estado brasileiro e as instituições foram alvo de "orquestração antidemocrática".

Em publicação no X sem referência direta ao caso, Lula disse que, em conversa com os presidentes da Espanha, Chile, Colômbia e Uruguai, reafirmou o compromisso com o fortalecimento da democracia e discutiu ações para combater a desinformação e "o uso malicioso das redes sociais e de outras tecnologias que alimentam o extremismo".

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que deve assumir um ministério de Lula, afirmou por sua vez que "a articulação bolsonarista pela lei aprovada num comitê do Congresso dos EUA contra a soberania das decisões do STF no Brasil é um crime de lesa-pátria".

"O inelegível, seus parentes e foragidos da Justiça brasileira estão desafiando, mais uma vez, as instituições brasileiras e mostrando a quem eles realmente servem: a um país estrangeiro."

O embate com Moraes nos EUA chegou aos tribunais depois que a empresa de mídia de Trump, a Truth Social, e a Rumble, plataforma de vídeos, recorreram à Justiça na Flórida para que as ordens do ministro sejam declaradas ilegais.

A plataforma de vídeo afirma que o ministro do STF extrapolou sua competência ao pedir o encerramento da conta do influenciador bolsonarista Allan dos Santos e solicitar às plataformas que forneçam seus dados de usuário.

Na nota do Departamento de Estado, embora Allan não seja citado, ele é uma das pessoas a que se refere o governo Trump quando reclama da imposição de "multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar pessoas que vivem nos Estados Unidos".

Um dia antes de a nota ser publicada, a juíza Mary S. Scriven negou pedido de liminar protocolado pelo Rumble e pela Trump Media & Technology para que ordens de Moraes não sejam cumpridas nos Estados Unidos. A magistrada fez isso, porém, afirmando que as decisões do ministro já não se aplicam ao país se os réus não forem intimados pelos protocolos da Convenção de Haia e de um tratado entre o país e o Brasil.

Leia mais em Mundo e Mercado.



EINSTEIN: O 22º MELHOR HOSPITAL DO MUNDO
E O PRIMEIRO DA AMÉRICA LATINA E DE TODO O HEMISFÉRIO SUL,
DE ACORDO COM A REVISTA *NEWSWEEK*.

O Einstein é uma organização filantrópica que, há cerca de 70 anos, realiza atividades de assistência privada e pública, ensino, pesquisa, inovação e responsabilidade social, que contribuem para transformar a saúde no Brasil e no mundo.



ALBERT EINSTEIN
HOSPITAL ISRAELITA

einstein.br

PGR fatia denúncia de trama golpista com textos idênticos e gera polêmica

Tramitação e julgamentos separados podem levar a contradições, dizem especialistas

Renata Galf

SÃO PAULO Apesar de ter fatiado a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras 33 pessoas pela trama golpista em cinco peças separadas, a PGR (Procuradoria Geral da República) manteve conteúdo idêntico em todas elas, com exceção do parte inicial e final onde são listados os acusados em cada uma.

Isso indica que, aceitas as denúncias, as ações penais devem tramitar de modo separado no STF (Supremo Tribunal Federal).

Segundo especialistas em direito penal, caso a tramitação de fato seja separada, pode haver prejuízo para a atuação das defesas dos acusados, já que as condutas e provas discutidas em uma ação podem ter impactos nas outras.

Também dizem que o ideal seria que os denunciados tivessem julgamento conjunto, de modo a evitar que haja contradição entre as decisões finais em uma ou outra ação e que um mesmo fato seja eventualmente interpretado e valorado de modos distintos.

Questionada quanto ao motivo da opção pelo fatiamento e se entende que o julgamento deveria ser conjunto ou separado, a Procuradoria disse apenas, via assessoria, que "a apresentação das denúncias reflete a estratégia processual adotada pelo PGR como titular da ação penal".

Sobre outros casos em que tenha fatiado denúncias com conteúdos idênticos, o órgão disse que não tem esse levantamento.


O procurador-geral Paulo Gonet Pedro Ladeira - 19.fev.25/Folhapress

Bolsonaro foi acusado formalmente pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, sob acusação de liderar uma tentativa de golpe de Estado. Na mesma denúncia estão outras sete pessoas, que, segundo a PGR, formavam "o núcleo crucial da organização criminosa".

Os demais foram acusados na mesma data, como integrantes da mesma organização criminosa, mas com funções distintas, como o núcleo de "operações estratégicas de desinformação". Apontado como integrante desse último núcleo, o ex-apresentador da Jovem Pan Paulo Figueiredo, que mora nos Estados Unidos, foi denunciado sozinho.

Ministros do STF preveem julgar o ex-presidente ainda em 2025, antes do ano eleitoral.

Raquel Scalcon, professora de direito penal da FGV e advogada, diz que o fatiamento geralmente acontece quando é preciso adicionar um novo acusado mais tarde ou quando surgem novas informações, mas que é incomum a divisão para denúncias feitas num mesmo momento.

Ela considera que a tramitação separada pode ter impacto na ampla defesa e no contraditório do processo e que pode haver uma dificuldade de delimitar o que cada acusado fez.

"Como é que o que foi dito em um processo vai reverberar no outro? Como é que as defesas vão se defender disso?", questiona ela. Davi Tangerino, professor de direito penal da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e advogado criminalista, avalia que é uma garantia constitucional que uma situação jurídica não se estenda indefinidamente e que uma ação com 34 réus demoraria muito tempo. Nesse contexto, não vê problema no fatiamento.

Mesmo com tramitação separada, ele avalia que o ideal seria a realização de um julgamento conjunto. "Se você julga todo mundo junto, você diminui o risco de ter decisões contraditórias", diz.

Ele diz que o mais eficiente seria permitir, desde o princípio, que as partes de um processo possam participar da inquirição de uma testemunha de outra ação.

O advogado Vinícius Assumpção, doutor em direito pela UnB (Universidade de Brasília) e diretor do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), vê como principal risco a contradição entre as provas e oitivas de testemunhas em cada processo.

Quanto a poder haver participação cruzada das defesas nas diferentes ações ou de julgamento conjunto, ele não vê como uma possibilidade real, argumentando que seria muito difícil de alinhar e que a opção pelo fatiamento aponta para outra direção.

"Inevitavelmente, em um e outro processo, haverá maiores questionamentos da defesa", diz.

Para Gustavo Badaró, professor de direito processual penal da USP (Universidade de São Paulo) e advogado criminalista, o fatiamento gera grande prejuízo para as defesas dos acusados, que teriam uma visão parcial dos fatos, frente à acusação, que preservaria uma visão global.



Não punir trama golpista incentiva golpe, diz Barroso

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, afirmou nesta quarta-feira (26), que, na visão da corte, não punir adequadamente os crimes cometidos no 8 de janeiro é um incentivo para que a situação se repita.

"Quem perder da próxima vez pode achar que pode fazer a mesma coisa. Portanto, nós precisamos encerrar o ciclo da história brasileira em que a quebra da legalidade constitucional fazia parte da rotina como sempre foi", alertou o ministro.

A fala de Barroso foi feita durante o painel "Segurança Jurídica no Brasil", incluído no evento CEO Conference Brasil 2025, promovido pelo banco de investimentos BTG Pactual. O seminário ocorreu no hotel Hyatt, em São Paulo.

Com Bolsonaro, 7 dos últimos 8 ex-presidentes já foram denunciados

Arthur Guimarães de Oliveira

SÃO PAULO Acusado de liderar uma tentativa de golpe de Estado, Jair Bolsonaro (PL) é pelo menos o sétimo ex-presidente do Brasil desde a redemocratização a ser denunciado à Justiça sob suspeita de algum crime.

Os outros ex-mandatários denunciados foram José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer.

A maioria deles enfrentou acusações criminais a partir da Operação Lava Jato e seus desdobramentos. Hoje, a maior parte dos processos já está encerrada.

Bolsonaro foi denunciado pela PGR (Procuradoria-Geral da República) no último dia 18 sob acusação de liderar uma trama golpista para mantê-lo no poder após as eleições de 2022 e impedir a posse do presidente Lula.

O atual presidente da República, Lula, chegou a ser réu em 11 ações penais, não de maneira simultânea, nos anos da Lava Jato. Em um desses processos, o do tríplex de Guarujá, foi condenado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro e ficou preso por 580 dias, entre 2018 e 2019. Posteriormente, o STF (Supremo Tribunal Federal) anulou essa e outra sentença criminal contra o petista.

Uma a uma, Lula foi obtendo vitórias na Justiça e se livrou das acusações.

Uma das denúncias contra ele também envolvia a sua sucessora e afilhada política, Dilma: os dois petistas foram acusados em 2017, pelo então procurador-geral Rodrigo Janot, de integrar organização criminosa. O caso tramitou em primeira instância, e os dois foram absolvidos.

O emedebista Michel Temer, que assumiu depois da presidente, teve três denúncias oferecidas pela PGR contra ele enquanto ainda estava no cargo, entre elas uma sobre o suposto aval dado ao empresário Joesley Batista para a compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, em 2017.

Em 2019, já fora do Palácio do Planalto, o ex-presidente chegou até a ser preso preventivamente no âmbito da Lava Jato do Rio de Janeiro em meio a investigação relativa à estatal Eletronuclear. Esses processos, porém, não resultaram em condenações na Justiça.

Também no âmbito da Lava Jato, José Sarney (MDB) foi denunciado duas vezes em 2017 por Rodrigo Janot. Um dos casos foi arquivado por prescrição e outro rejeitado, em 2023, pelo STF.

A situação jurídica mais delicada atualmente é a de Fernando Collor (hoje filiado ao PRD), denunciado pela PGR sob acusação de participação em um esquema de corrupção na BR Distribuidora.

Nesse caso, o ex-presidente foi condenado em 2023 pelo STF pela prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, com pena fixada em oito anos e dez meses de prisão. Ainda há recursos pendentes na corte, porém, e ele não foi preso.

Também na Lava Jato, depoimentos de delação chegaram a implicar o ex-presidente Fernando Henrique (PSDB), mas não houve acusação criminal formalizada contra ele.

O empresário Emílio Odebrecht afirmou em delação premiada que Fernando Henrique teria recebido pagamentos ilícitos em campanhas presidenciais, mas o caso não avançou para uma denúncia. Em 2017, a Justiça Federal entendeu que os fatos narrados já estavam prescritos.

Um outro processo mais antigo envolvendo um ex-presidente do período pós-ditadura militar tramitou nos anos 2000, quando a PGR ofereceu denúncia criminal contra o ex-presidente Itamar Franco, que morreu em 2011. A Procuradoria o acusou, na época em que era governador de Minas Gerais, de ter ofendido a honra de Fernando Henrique, quando este ocupava o Palácio do Planalto.

Itamar teria acusado FHC de liberar verbas públicas para integrantes do então PMDB (atual MDB), com o objetivo de influenciar o resultado da convenção nacional do partido. O processo também foi arquivado por prescrição.



Os presidentes desde o fim da ditadura militar

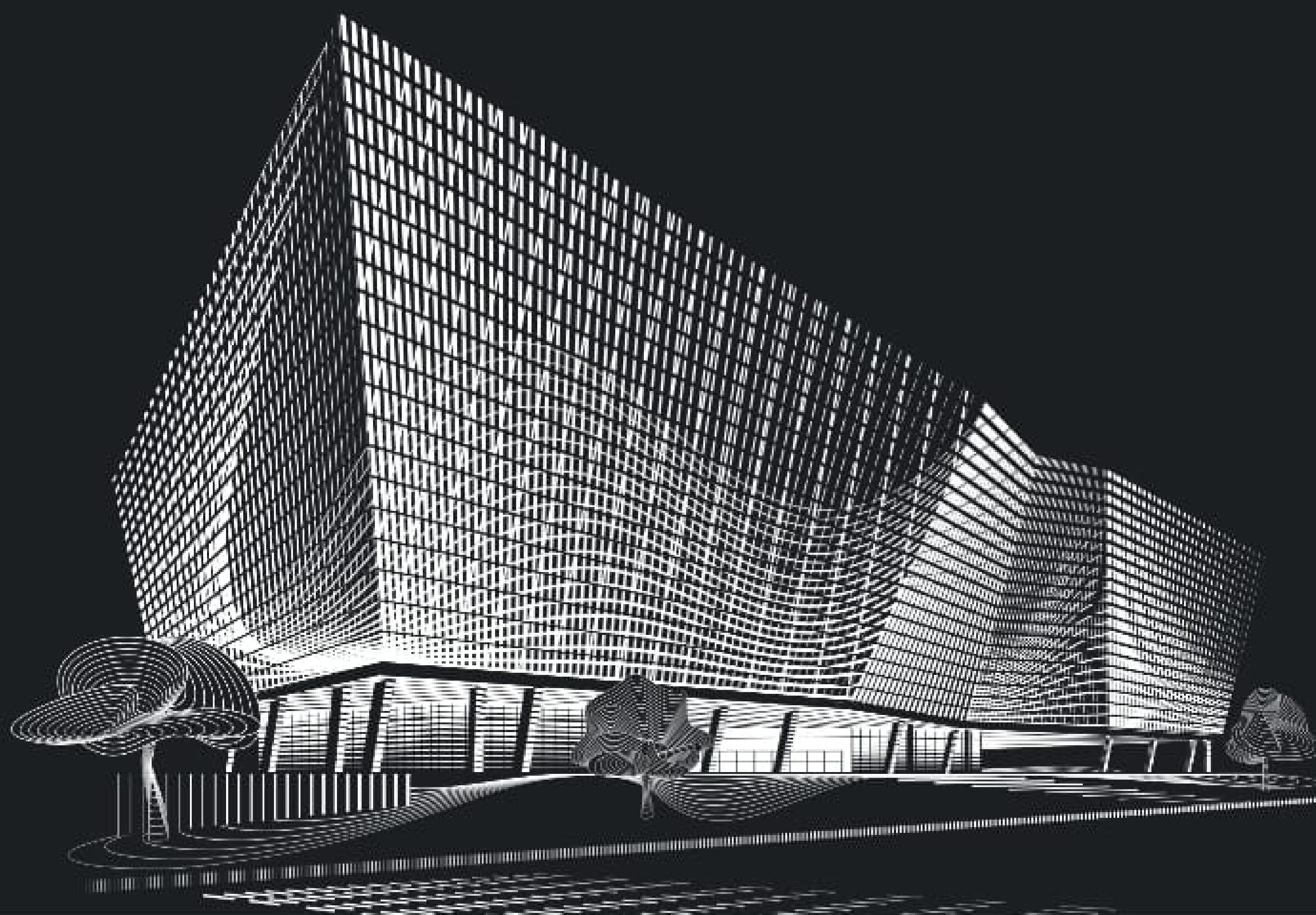
- José Sarney (PMDB)
- Fernando Collor (PRN)
- Itamar Franco (PMDB)
- Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
- Lula (PT)
- Dilma Rousseff (PT)
- Michel Temer (MDB)
- Jair Bolsonaro (PSL)
- Lula (PT)



DPZ

O maior banco de atacado do Brasil não virou o maior à toa.

Em todos os momentos do seu negócio, **fique do lado de quem conhece.**



Avaliação negativa de Lula supera positiva em 7 estados, diz Quaest

Dos estados pesquisados, só BA e PE têm um índice negativo menor do que 50%

Matheus Tupina

SÃO PAULO Pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta (26) reforça as más notícias sobre a avaliação de governo e a projeção de Lula (PT) para as eleições de 2026.

O levantamento mostra aumento nas opiniões negativas sobre seu mandato em oito estados pesquisados, inclusive em dois do Nordeste —Bahia e Pernambuco— onde as considerações negativas estão em alta, e as positivas, em queda.

Esses dois estados são os únicos em que Lula aparece à frente de Jair Bolsonaro (PL) na disputa da Presidência em 2026, quando o petista deve buscar a reeleição. O ex-presidente, porém, está inelegível por decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) até 2030.

A pesquisa realizada em oito estados, não é comparável com levantamentos nacionais anteriores da Quaest. O último com essa abrangência, do final de janeiro, tinha avaliação negativa do governo superando a positiva por primeira vez na série histórica.

Agora, em São Paulo, Lula marcou 55% de avaliações negativas, ante 16% de positivas e 27% de regulares, (2% não sabem ou não quiseram responder). Quadro semelhante ao dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em Minas, essencial para a vitória de Lula em 2022, a reprovação é de 51%, a aprovação, de 22% e 25% o consideram regular.

A maior reprovação está no Paraná e em Goiás: 59% e 58%.

Já a maior avaliação positiva está em Pernambuco, com 33%, seguida pela Bahia, com 30%. No caso do primeiro, o índice empata na margem de erro com o de opiniões negativas (37%). Já no segundo, são 38% de opiniões negativas, acima das positivas.

No Rio Grande do Sul, a avaliação do governo Lula em fevereiro de 2025 foi negativa para 52%, regular para 28% e positiva para 19%.

A pesquisa foi feita presencialmente com eleitores de 16 anos ou mais, da última quarta (19) até o domingo (23). Foram entrevistadas de 1.104 a 1.482 pessoas na Bahia, em Goiás, em Minas Gerais, no Paraná, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

As margens de erro são de três pontos percentuais para todos, exceto para os paulistas, onde é de dois pontos.

Os cenários pesquisados para a eleição de 2026 também não são bons para o petista. Contra Bolsonaro, inelegível até 2030, Lula teria vantagem em um hipotético segundo turno apenas nos dois estados do Nordeste.

59%
dos entrevistados do Paraná reprovam o governo Lula, segundo a Quaest, maior índice negativo

33%
dos entrevistados de Pernambuco avaliaram positivamente o governo Lula, maior índice positivo do petista,segundo a Quaest

Em São Paulo, o ex-presidente teria 45% das intenções de voto, ante 36% de Lula. Em Goiás, a diferença é maior, com 50% a 30%, como no Paraná, com 51% a 30%.

Há empates técnicos em Minas (42% de Bolsonaro e 40% de Lula) e no Rio (ambos com 41%), e uma apertada vantagem de Bolsonaro no Rio Grande do Sul (44% a 38%).

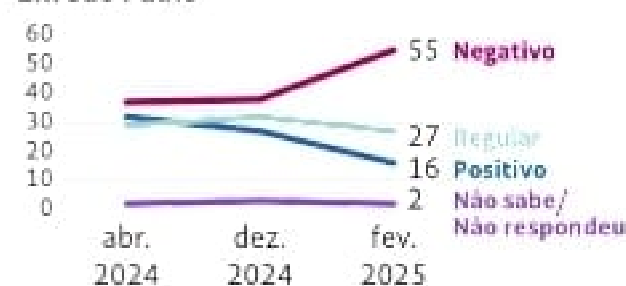
Contra Tarcísio de Freitas (Republicanos), cotado no campo bolsonarista pela inelegibilidade do ex-presidente, a situação é parecida: Lula perderia em São Paulo, Goiás e Paraná, venceria na Bahia e em Pernambuco e empata tecnicamente em Minas, Rio e Rio Grande do Sul.

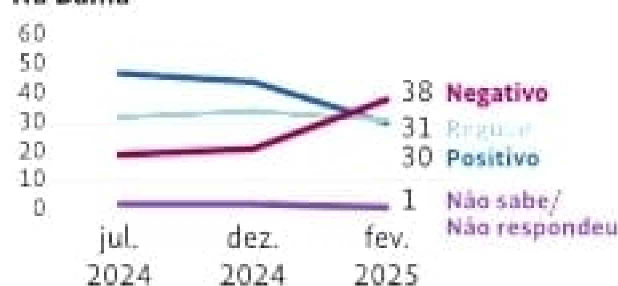
A rejeição de Lula complica eua eventual candidatura. Em São Paulo, Lula é rejeitado por 66% , em Minas por 62%, no Paraná, 68% e no Rio, por 58%.

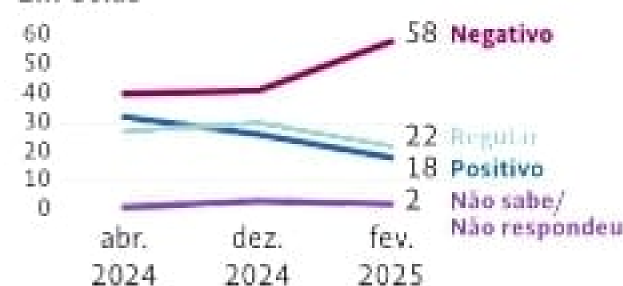
Bahia e Pernambuco seguem como os dois estados onde Lula ainda tem bons números: 59% e 58%, respectivamente, afirmam que o conhecem e votariam nele.

O levantamento da Quaest é financiado pela corretora de investimentos digital Genial Investimentos, controlada pelo banco Genial.

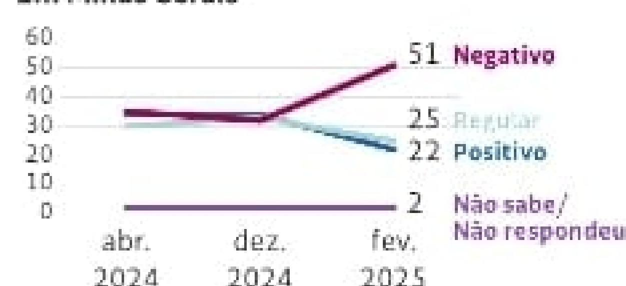
Avaliação do governo Lula
Em %

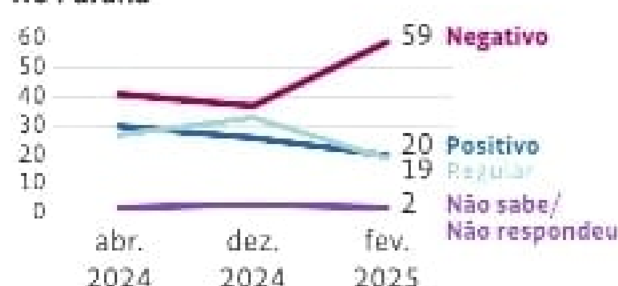


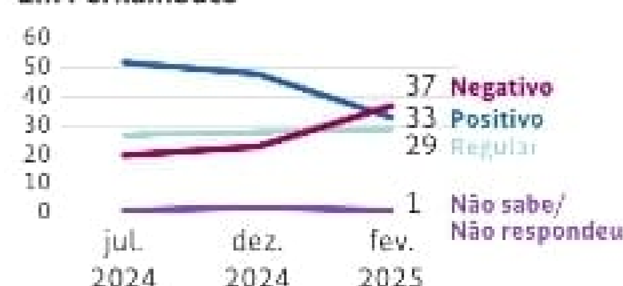














Margem de erro de 2 p.p. em SP e 3 p.p. nos demais estados Fontes: Pesquisa Genial/Quaest

Presidente afirma que já definiu novo nome para a articulação política

Mariana Brasil

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) disse nesta quarta (26) que já definiu quem irá substituir Alexandre Padilha (PT) na Secretaria de Relações Institucionais (SRI), mas que precisa comunicar ao novo escolhido. O ministério responde pela articulação política do Executivo com o Legislativo.

Lula iniciou a reforma ministerial na terça (25), com a demissão de Nísia Trindade do Ministério da Saúde e a decisão de que Padilha irá substituí-la —mas sem indicar quem comandaria a SRI.

"Já está escolhido, mas eu não contei para vocês ainda. Eu vou contar quando eu falar com a pessoa primeiro, senão vou indicar a pessoa sem ter falado", disse Lula.

O presidente se queixou a aliados nos últimos dias dos vazamentos à imprensa de conversas sobre as trocas na Esplanada. Segundo relatos, Lula afirmou que integrantes de sua equipe que estejam sob o risco de deixar o cargo não podem descobrir pela imprensa eventual substituição.

A declaração de Lula sobre já ter um nome para a SRI foi dada a jornalistas em visita surpresa dele à agência da Caixa Econômica localizada no subsolo do Palácio do Planalto na tarde desta quarta. O petista foi ao local para acompanhar o ministro da Educação, Camilo Santana (PT), e uma aluna beneficiária do programa do governo federal Pé-de-Meia.

O presidente também foi questionado por jornalistas se algum anúncio sobre quem substituirá Padilha será feito antes do Carnaval. Ele respondeu: "Vamos ter paciência, tudo vai acontecer no tempo certo".

A SRI é um dos quatro ministérios palacianos e a pasta responsável pela articulação política. A relação do governo com o Congresso nos dois primeiros anos da gestão Lula foi marcada por instabilidade e atritos, sobretudo na Câmara dos Deputados, com queixas à atuação de Padilha.

O ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), por exemplo, rompeu com Padilha e fez críticas públicas ao então ministro em 2024, chamando-o de "incompetente" e seu "desafeto pessoal".

Hoje, entre os mais cotados para chefiar a SRI está a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), apesar de a entrada dela no Palácio do Planalto ser apontada por aliados do petista como ruidosa diante do perfil de enfrentamento da parlamentar.

Também são lembrados os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). O próprio Wagner, no entanto, afirmou a membros do governo ao menos duas vezes nesta semana que acredita que um deputado deve ocupar o cargo, justamente pelas dificuldades do Executivo com a Câmara.

> **Já está escolhido, mas eu não contei para vocês ainda. Vou contar quando eu falar com a pessoa primeiro, senão vou indicar a pessoa sem ter falado**
>
> **Lula (PT)**
> presidente da República, a jornalistas sobre novos nomes de ministros

Guimarães tem a simpatia de dirigentes do centrão, sendo um dos petistas mais próximos de integrantes do grupo.

Apesar disso, há também entre aliados de Lula quem aponte a necessidade de um nome de parlamentar do centro chefiar a SRI, repetindo fórmula já adotada pelo petista em outros mandatos. A cúpula da Câmara defende o nome de Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), líder do partido na Casa e considerado o braço direito no presidente Hugo Motta (Republicanos-PB).

O nome do ministro Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), deputado federal licenciado do Republicanos, também vem sendo apontado como uma opção.

UNICID Universidade Cidade de S. Paulo APRESENTA EstúdioFOLHA

Laboratório de bioskills com treinamento em cadáveres frescos chega ao coração de São Paulo

Parceria da Cruzeiro do Sul Educacional com Marc Institute possibilita aos médicos treinamentos realistas em cadáveres frescos e impulsiona pesquisas e desenvolvimento na indústria médica

Melissa Binder/UNICID/Divulgação



Infraestrutura do laboratório de bioskills em parceria da Cruzeiro do Sul Educacional com o Marc Institute

Oferecer a melhor infraestrutura e formação médica e, ao mesmo tempo, gerar impacto positivo na pesquisa e na indústria brasileiras. Com esses dois objetivos fundamentais, a Cruzeiro do Sul Educacional e o Marc Institute, referência mundial em treinamento cirúrgico, inauguram sua nova sede na avenida Paulista, localização privilegiada, no coração da capital.

Essa parceria proporciona uma experiência educacional única e transformadora, reunindo os melhores especialistas, equipamentos de ponta, programas de excelência e acesso às mais recentes tendências e inovações do setor. Além disso, a iniciativa fomenta discussões nos principais fóruns mundiais da área médica, ampliando o impacto da formação profissional.

É com esse cenário que o novo laboratório de bioskills contribuirá para a formação médica, desde a graduação nas instituições que pertencem ao Grupo, até os cursos de educação continuada dentro de um conceito de lifelong learning (aprendizagem ao longo da vida).

A estrutura recém-inaugurada oferece oportunidades para testes e pesquisas, possibilitando o desenvolvimento de novos produtos e técnicas que irão impactar de forma positiva a indústria, pacientes e consumidores.

"Este momento é um reflexo do compromisso da Cruzeiro do Sul Educacional com a excelência na educação médica e avanço na saúde. Com o apoio da indústria e da comunidade médica, estamos prontos para transformar a formação de profissionais e oferecer um impacto positivo duradouro", afirma André Raeli, vice-presidente de saúde da Cruzeiro do Sul Educacional.



UNICID/Divulgação

Este momento é um reflexo do compromisso da Cruzeiro do Sul Educacional com a excelência na educação médica e avanço na saúde. Com o apoio da indústria e da comunidade médica, estamos prontos para transformar a formação de profissionais e oferecer um impacto positivo duradouro

ANDRÉ RAELI,
VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE DA CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL

TECNOLOGIA

O Marc Institute, com matriz em Miami (EUA), é um dos mais renomados centros de treinamento cirúrgico do mundo. A instituição utiliza cadáveres "fresh frozen", procedimento em que os corpos são conservados em baixas temperaturas, mantendo suas características físicas. Dessa forma, ao serem manipulados, são extremamente fiéis aos tecidos vivos.

Nos EUA e também no Brasil, a técnica é bastante utilizada em parceria com a indústria, escolas médicas e hospitais. Ela oferece uma ampla vantagem em relação à conservação por formol, que provoca alterações nas cores e nas características dos tecidos, e às réplicas sintéticas.

As peças anatômicas são importadas dos EUA e mantidas em câmaras frigoríficas no laboratório, que tem 2 mil m², 12 estações de trabalho e todos os equipamentos necessários para pesquisas e exames. A infraestrutura não se limita apenas ao laboratório. Conta com salas de aula interligadas ao centro de treinamento, possibilitando transmissões em tempo real, consultórios e espaços de convivência para os participantes.

Segundo André Raeli, nesse ambiente é possível testar técnicas e procedimentos nas peças anatômicas e estudar seus efeitos e eficácia em situações muito próximas das encontradas em pessoas vivas.

"Por exemplo, se o médico está fazendo pesquisa sobre toxina botulínica ou preenchedores, ele pode fazer a aplicação nesse corpo com marcadores e visualizar se o procedimento foi realizado no plano correto, se não tocou alguma estrutura importante, e se geraria alguma intercorrência. Na verdade, o que temos é um grande laboratório para diversas aplicações e testes, permitindo o aprimoramento da prática médica e assistência de excelência ao paciente", explica André Raeli.

EXPERIÊNCIA PARA OS ALUNOS

Para os alunos da Unicid, por exemplo, o laboratório é mais um incremento na infraestrutura de primeira linha que o curso já oferece aos seus alunos, aliado a 20 anos de tradição no ensino de Medicina.

"O estudante vai poder fazer pequenas cirurgias e diversas práticas em um corpo que, por exemplo, até sangra, trazendo uma experiência muito próxima ao que ele vai encontrar na prática médica", afirma Raeli.

O oferecimento dessa oportunidade conversa com o modelo acadêmico da Unicid e dos demais cursos de medicina do grupo que aliam infraestrutura de ponta a um projeto pedagógico que visa uma formação completa e humanística.

"[A parceria com o Marc Institute] É um diferencial na formação dos nossos alunos. Normalmente, durante o curso, eles acompanham os processos cirúrgicos, mas dificilmente têm a chance de executar um procedimento mais invasivo, até por questões de maturidade acadêmica-pedagógica. Com esse laboratório, eles podem ir além e estar mais bem preparados quando tiverem de atuar na prática", completa Raeli.

PARCERIA COM A INDÚSTRIA

O Marc Institute e a Cruzeiro do Sul Educacional também estão à disposição da indústria como um polo para pesquisas, testes e desenvolvimento de novas técnicas e produtos.

As peças anatômicas podem ser encomendadas de acordo com a necessidade específica da indústria, o que possibilita personalização. É possível atender às especificações de características físicas, idade, gênero, entre outras, para cada procedimento.

"Este centro foi concebido para revolucionar a formação de profissionais da saúde, unindo tecnologia, prática e desenvolvimento de novas soluções cirúrgicas. São Paulo, sendo o maior polo da saúde no Brasil, representa um ponto estratégico para essa iniciativa, proporcionando uma plataforma para treinar e capacitar profissionais com padrão internacional", afirma Raeli.

O TJ-SP por seus presidentes

Compilar essa família do pensamento brasileiro ajuda a explicar o descalabro

Conrado Hübner Mendes
Professor da USP, é doutor em direito e ciência política, e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

A tentativa de restringir supersalários ilegais do Estado brasileiro é combatida com armas não só políticas, mas verbais. Presidentes do TJ-SP nos últimos anos aquecem nossa memória dessa honrosa tradição:

"Temos o Conselho Nacional de Justiça e vocês não querem o Conselho Nacional de Jornalismo. Ia ter mais responsabilidade. É preciso acompanhar o dia de um juiz para mostrar para o povo o quanto o juiz trabalha." "Todo Poder tem bons elementos e maus elementos, mas a Justiça tem número muito maior de bons elementos." "Se ele não tiver garantias, vai ficar a serviço dos poderosos." (Ivan Sartori, 2012)

"Hoje, aparentemente o juiz brasileiro ganha bem, mas tem 27% de imposto de renda, tem que pagar plano de saúde, comprar terno, não dá para ir toda hora a Miami." "A Justiça, que personifica uma expressão da soberania, tem que estar apresentável." "Auxílio-moradia foi disfarce para aumentar um pouquinho. Até para fazer com que o juiz fique um pouquinho mais animado, não tenha tanta depressão." (José R. Nalini, 2014)

"Assistimos à sumária condenação dos magistrados por setores da mídia, expondo-os como detentores de privilégios." "A remuneração paradigma dos magistrados paulistas observa o teto constitucional. Outras verbas porventura agregadas, em regra, de forma episódica, são pagas nos termos da lei." "Não existem 'penduricalhos'. Verbas são legítimas." "É justo defender melhoria dos salários de professores. Mas por que isso passaria pela indicação de exagero na remuneração dos juízes?" (Paulo D. Mascaretti, 2017)

"O auxílio-moradia é salário indireto. Está previsto na Lei Orgânica. Ponto." "Eu acho muito pouco. É isso que você queria ouvir? Agora, coloca lá: 'o desembargador disse que é muito pouco'." (Manoel Pereira Calças, 2018)

A tentativa de restringir supersalários ilegais do Estado brasileiro é combatida com armas não só políticas, mas verbais

"A utilização do verbete 'magistocracia' é evidência do preconceito do constitucionalista. É a intenção que emerge de textos tão violentos quanto concebidos sem compromisso e conhecimento, buscando a indigna desmoralização de um Poder legítimo." "Procurar denegrir imagem de uma corte séria, sem preocupar-se com a obrigação moral pela verdade, é ato igualmente abjeto." (Geraldo Francisco Franco, 2020)

"Não podemos comparar salário de magistrado com salário de trabalhador desqualificado. A responsabilidade de magistrado ao decidir sobre a vida, a liberdade, o patrimônio de uma pessoa é garantia para a sociedade ser bem remunerado. O magistrado mal remunerado poderá estar sujeito a corrupção." (Fernando Garcia, 2025)

A filosofia magistocrática não integra o cânone do pensamento ocidental. Não é celebrada na cultura, nas artes, nas ciências. Não se encontra sistematizada em livros. Aparece nas práticas e declarações públicas e semi-públicas de magistocratas. Sobretudo dos presidentes ou dos candidatos em campanha à presidência de tribunais. Ninguém vira presidente sem aderir ao script.

Aí está a parte intelectualmente mais pretensiosa das confissões senhoriais, estamentais e extrativistas do Brasil pré-moderno e pré-republicano. Uma ideologia patrimonialista onde a coisa pública não se distingue bem da coisa privada, a lei não se distingue da força, o argumento jurídico não se distingue do mando e do porrete. Onde crítica se responde com ameaça. Onde privilégio vira direito.

Repetitivos e sobranceiros. Sintonizados no erro. Não ouse deslegitimar essa merecida superioridade.

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros SEG. Camila Rocha TER. Joel Pinheiro da Fonseca QUA. Elio Gaspari QUI. Conrado H. Mendes **SEX. Marcos Augusto Gonçalves** SÁB. Demétrio Magnoli

Bancada evangélica reproduz polarização nacional e elege nome apoiado por Bolsonaro

A Frente Parlamentar Evangélica 'tem que ser a frente que dialoga com todo mundo, que não seja uma coisa que radicalize', diz líder

Marianna Holanda e Anna Virginia Balloussier



O deputado federal Gilberto Nascimento Ronny Santos - 30.ago.24/Folhapress

BRASÍLIA O deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP) foi eleito novo presidente da Frente Parlamentar Evangélica nesta terça (25), após uma reedição de embate da polarização entre Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

Ele derrotou Otoni de Paula (MDB-RJ), que já foi fiel escudeiro de Bolsonaro no Congresso, se aproximou de Lula no ano passado, e passou a ser tratado como governista por adversários.

Nascimento é mais próximo de Bolsonaro e tratado por adversários como linha auxiliar do pastor Silas Malafaia — que diz não ter nada a ver com este pleito.

Foi eleito com 117 votos a 61 para Otoni. Houve cinco em branco. O mandato será de dois anos.

Uma terceira candidata, Greyce Elias (Avante-MG), deixou a disputa, após apelo de Bolsonaro, segundo relatos. Os dois primeiros nomes eram os mais cotados.

A votação, em papel, durou cerca de três horas e mobilizou integrantes do governo e da oposição. Segundo quem acompanha de perto os trabalhos, há muito tempo não havia tanta gente engajada na escolha.

A disputa para escolher o nome que comandará uma das maiores bancadas temáticas do Congresso é inédita. Inicialmente, estava marcada para dezembro, mas foi adiada diante do racha.

Enquanto a votação esteve aberta, senadores como Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Damares Alves (Republicanos-DF) estiveram lá para apoiar Nascimento.

Segundo integrantes da oposição, votaram em peso nomes de parlamentares da base aliada que, apesar de pertencerem à frente, são menos atuantes.

A votação foi presidida pelo atual presidente, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), que fez um arranjo com o colega Eli Borges (PL-TO) em 2023. Era temporada eleitoral entre deputados evangélicos, e havia impasse sobre qual seria ungido pelos pares.

Ao anunciar o resultado, Câmara acenou a Otoni, que disse defender a direita. Ele disse que, no plenário, a cada dez pronunciamentos em defesa dos valores cristãos, oito são do parlamentar.

Antes do resultado final, Otoni disse à **Folha** que não era candidato governista, mas que Bolsonaro oficializou a polarização.

Apesar de todos reconhecerem maior afinidade de um ou outro candidato com Lula ou Bolsonaro, deputados se queixam da politização da disputa.

Nascimento esquiva-se de responder se aceita o rótulo de bolsonarista. "O Brasil hoje virou este Fla-Flu. A frente tem deputados que vão do PSOL ao PL. Não dá para colocar isso [ser bolsonarista] de uma forma tão determinada, correto?"

Apesar do inegável elo com o bolsonarismo, o deputado é tomado como uma voz mais moderada no campo. Certamente bem mais do que Nikolas Ferreira (PL-MG) e Marco Feliciano (PL-SP), para citar dois colegas da banca da religiosa que fazem barulho na oposição a Lula.

A Frente Parlamentar, continua Nascimento, "tem que ser a frente que dialoga com todo mundo, que não seja uma coisa que radicalize".

E com a gestão Lula? Nascimento também evita dar uma resposta definitiva. Diz que o bloco "não precisa dialogar com governo", mas na sequência afirma que terá "a porta sempre aberta, sempre pronto para dialogar", pois "não podemos, de qualquer forma, fechar porta para nenhum diálogo".

Ele chamou Otoni, o oponente derrotado, de amigo e alguém que conhece "desde muito jovenzinho".

Francesa Ipsos anuncia compra do instituto de pesquisas Ipec, criado por ex-executivos do Ibope

SÃO PAULO O instituto de pesquisa Ipsos anunciou nesta quarta (26) a compra do Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica). Segundo o Ipsos, com sede na França, a aquisição é um movimento estratégico para consolidar a liderança em pesquisas sob demanda no Brasil, uma vez que a marca nacional "possui expertises que complementam as da Ipsos em razão de sua robusta atuação nas áreas de opinião pública e insights do consumidor".

O Ipec é um dos principais institutos de pesquisa eleitoral do Brasil, fundado em fevereiro de 2021 por ex-executivos do Ibope Inteligência, que encerrou as atividades em janeiro daquele ano com o fim de um acordo de licenciamento da marca após 79 anos.

De acordo com o Ipsos, o instituto brasileiro vai continuar a fazer pesquisas eleitorais e de opinião pública, sem quebrar o histórico evolutivo das pesquisas já em desenvolvimento pelas instituições. Segundo a empresa, "as pesquisas eleitorais continuarão contando com todo o rigor metodológico do Ipec".

"Com a aquisição, o Ipec passa a integrar o grupo Ipsos, contando com sua sólida estrutura global, abrangente portfólio de serviços e um inovador centro de ciência comportamental, além das mais avançadas ferramentas de inteligência artificial e análise de dados", disse também.

O Ipsos está presente em 90 mercados e foi fundado em 1975, na França. Além das pesquisas eleitorais, atua em áreas como marketing, comunicação e mídia.

A empresa não divulgou o valor do negócio.

reckers | artplan

Patrocinador Principal



Rock in Rio X THE TOWN SÃO PAULO

JUNTOS POR UM MUNDO MELHOR

AMAZÔNIA Para Sempre

RIO GUAMÁ, BELÉM • 17.SET

UM ESPETÁCULO HISTÓRICO EM FORMATO DE ESPECIAL DE TV, COM TRANSMISSÃO PARA O BRASIL E COBERTURA INTERNACIONAL



ESTÁDIO DO MANGUEIRÃO
BELÉM • 20.SET

UM GRANDE ENCONTRO PELA FLORESTA E SEUS POVOS. UM SHOW ABERTO AO PÚBLICO



AMAZÔNIA PARA SEMPRE É UMA INICIATIVA DO ROCK IN RIO E DO THE TOWN, POR UM MUNDO MELHOR

The Town e Rock in Rio colocam os holofotes no que acreditam ser uma das melhores formas de contribuir com a redução da emissão de carbono: manter a floresta Amazônica preservada



Media Partner






Apoio




Apoio Institucional


A entrada de menores de 16 (dezesseis) anos será permitida desde que estejam acompanhados dos pais ou representantes legais.



O ministro Flávio Dino, do STF, em audiência de conciliação sobre emendas parlamentares Gabriela Biló - 1º.ago.24/Folhapress

Dino homologa acordo com Congresso, mas não libera todas as emendas bloqueadas

Veto a emendas Pix sem proposta aprovada e suspensões anteriores seguem mantidas; Motta e Alcolumbre celebram acordo com ministro

Ana Pompeu e Raphael Di Cunto

BRASÍLIA O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), homologou o plano apresentado pelo Congresso Nacional para liberar as emendas parlamentares. O magistrado, porém, manteve as suspensões referentes às entidades do terceiro setor.

Também exigiu que as transferências diretas para estados e municípios, popularmente chamadas de emendas Pix, só sejam pagas com apresentação de planos de trabalho. Além disso, reforçou a determinação de que as emendas não poderão crescer num ritmo superior ao do arcabouço fiscal, das despesas discricionárias do governo ou a variação da receita corrente líquida.

Na decisão desta quarta-feira (26), o relator afirmou que, caso a decisão seja referendada pelo plenário da corte, não há mais impedimento para a execução das emendas parlamentares ao Orçamento de 2025, bem como as relativas a exercícios anteriores.

Mas o ministro ressaltou que a homologação do acordo não é definitiva, que continuará atento para que o acordo seja cumprido e deu prazo até 30 de maio para que o Congresso preste novas informações sobre o andamento dos ajustes técnicos e legislativos prometidos.

Dino deu novos recados ao Congresso sobre o tema. Ele declarou que novos diálogos serão necessários para lidar com todas as questões ainda existentes e que os inquéritos e ações judiciais em andamento sobre uso irregular da verba serão mantidas, "a fim de que as sanções correspondentes sejam aplicadas".

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), comemorou a homologação. Disse que é resultado de diálogo entre os Poderes e do "reconhecimento das prerrogativas parlamentares".

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), manteve a mesma linha de Motta, exaltando um "importante resultado para o Brasil".

Em sua decisão, Dino disse que a harmonia entre os Poderes não afasta o dever do Judiciário de atuar quando for preciso. O ministro diz, ainda, que o plano de trabalho conjunto estabelece trilhos para que haja maior transparência e rastreabilidade na execução das emendas. Mas que na prática ainda há muito o que ser feito, citando o volume de recursos destinado a esses repasses.

O ministro cancelou uma audiência de conciliação marcada para esta quinta (27) com representantes do Congresso. De acordo com Dino, nova reunião poderá ser marcada após a análise da homologação do plano pelo plenário do STF, para o acompanhamento de sua implementação.

As Mesas Diretoras da Câmara e do Senado prometeram na terça (25) individualizar os autores das emendas de relator e de comissão para tentar destravar a execução desses recursos. Essas emendas são alvo de críticas por não identificarem o parlamentar responsável por decidir como seria gasto o dinheiro público.

Em resposta encaminhada ao STF, o Congresso listou medidas que serão adotadas para dar mais transparência e rastreabilidade a esses recursos, como a padronização de atas com as decisões das bancadas estaduais e comissões temáticas sobre a escolha de como serão gastas as verbas e planilhas para que deputados e senadores indiquem o beneficiário.

O Legislativo ainda se compromete a aprovar um projeto de resolução com essas normativas e determinar que as comissões votem, até 31 de março, se concordam com a forma como foram distribuídas as emendas de 2024.

Flávio Dino determinou em agosto passado que o governo federal suspendesse o pagamento das emendas parlamentares.

+ Verba de emendas explodiu a partir de 2020

As emendas parlamentares movimentaram mais de R$ 148,9 bilhões nos últimos cinco anos. Mais de quatro vezes os R$ 32,8 bilhões gastos de 2015 a 2019.

Do total pago nos últimos cinco anos, cerca de R$ 74 bilhões são das emendas individuais, R$ 29,5 bilhões em bancadas estaduais, e R$ 9 bilhões partiram das comissões temáticas.

O aumento do controle do Orçamento pelo Congresso tornou órgãos públicos dependentes das indicações. O Ministério dos Esportes, por exemplo, teve mais de 74% dos seus recursos discricionários (de execução não obrigatória) em 2024 definidos por emendas.

Ser de direita e mulher é o novo pecado, mas quem ganha com isso?

Opinião

Natalia Beauty
Multiempreendedora e fundadora do Natalia Beauty Group

Eu nunca imaginei que ser mulher e ser de direita me tornaria um alvo. Cresci ouvindo que o feminismo lutava por todas nós, que estávamos juntas contra qualquer forma de opressão. Mas a verdade bateu na minha cara quando percebi que essa sororidade tinha um asterisco.

A primeira vez que senti isso foi quando comecei a falar abertamente sobre meu posicionamento político. Não ataquei ninguém, não diminuí conquistas femininas, apenas me declarei uma mulher empreendedora, que acredita no mérito e no esforço individual. Foi o suficiente para ser chamada de alienada, vendida e até de "cavalinha do patriarcado" —um termo tão machista quanto os que dizem combater.

E aí vem a pergunta: por que a mulher que pensa diferente se torna inimiga?

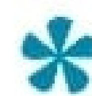
Se o discurso é sobre liberdade, por que essa liberdade só vale se você repete a cartilha? Ser mulher nunca foi sinônimo de pensar igual. Mulheres têm suas histórias, valores, crenças. Mas dentro de certos círculos, parece que só há um jeito aceitável de ser mulher: aquele em que você precisa odiar o capitalismo, tratar homens como vilões e enxergar o empreendedorismo como exploração.

Os dados são claros: segundo um estudo do Pew Research Center, nos EUA, o número de mulheres conservadoras cresceu nos últimos anos, especialmente entre as mais jovens e empreendedoras. São mulheres que não rejeitam os avanços femininos, mas que acreditam na autonomia individual e não querem ser encaixadas num único molde.

Mas quando uma mulher "sai da linha" e diz que prefere um caminho diferente, o que acontece? Tentam silenciá-la. E o machismo muitas vezes vem de onde menos se espera.

E ser chamada de "burra", "submissa" ou "traidora" por homens de esquerda foi uma experiência interessante —e irônica. Afinal, não eram esses os caras que diziam apoiar as mulheres? Mas parece que esse apoio some quando a mulher decide pensar diferente.

Esse fenômeno não é exclusividade do Brasil. Nos EUA, Candace Owens, empresária e ativista, passou pelo mesmo. Foi cancelada, atacada e ridicularizada por não seguir o roteiro esperado de uma mulher negra. No Reino Unido, empresárias como Karen Brady e Michelle Dewberry são alvo de ódio simplesmente por defenderem o mercado e a liberdade econômica.



O que vejo hoje é que as verdadeiras rebeldes são aquelas que ousam pensar por si mesmas. Antes, ser feminista era desafiar o sistema. Hoje, desafiar o feminismo tradicional é o verdadeiro ato de rebeldia

O que tudo isso tem em comum? O crime dessas mulheres não foi serem incompetentes ou irresponsáveis. Foi apenas não repetirem um discurso pré-aprovado.

Então, quem realmente quer a liberdade das mulheres?

O que vejo hoje é que as verdadeiras rebeldes são aquelas que ousam pensar por si mesmas. Antes, ser feminista era desafiar o sistema. Hoje, desafiar o feminismo tradicional é o verdadeiro ato de rebeldia.

Se ser mulher de direita significa não poder ser ouvida, não poder ser defendida, não poder ter voz sem ser ridicularizada, então a pergunta é: quem realmente quer a liberdade feminina?

Porque, no fim, liberdade de pensamento não tem lado. Ou, pelo menos, não deveria ter.

Eufrázio

Petrobras anuncia queda de 70% no lucro em 2024, para R$ 36,6 bi, e R$ 9,1 bi em dividendos

Presidente da empresa, Magda Chambriard atribui resultado, menos da metade do esperado pelo mercado, a efeitos da desvalorização do real, que contribuiu para um prejuízo de R$ 17 bi no 4º tri; ações caem 7% em NY

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras registrou lucro de R$ 36,6 bilhões em 2024, queda de 70% ante o verificado em 2023. Segundo a empresa, o resultado reflete impactos da desvalorização do real ante o dólar, que contribuiu para um prejuízo de R$ 17 bilhões no quarto trimestre.

Ainda assim, a estatal anunciou nesta quarta (26) que vai distribuir mais R$ 9,1 bilhões em dividendos pelo resultado de 2024, elevando para R$ 75,8 bilhões o valor aprovado ao longo do ano para remuneração aos acionistas.

Os ADR (recibos de ações negociadas em Nova York) caíam 7,17% no after market por volta das 22h, para US$ 13,29.

O lucro anual ficou em menos da metade do projetado por bancos ouvidos pela Bloomberg, que esperavam US$ 14,6 bilhões (R$ 83 bilhões pela cotação atual).

A presidente da companhia, Magda Chambriard, disse no balanço que o resultado "se deve, fundamentalmente, a uma questão de natureza contábil que não afeta nosso caixa: a variação cambial das dívidas entre a Petrobras e suas subsidiárias no exterior".

O resultado financeiro da companhia ficou negativo em R$ 82,5 bilhões. O diretor financeiro da estatal, Fernando Melgarejo, disse que é resultado de "operações financeiras entre empresas do mesmo grupo, que geram efeitos opostos que ao final se equilibram economicamente".

"Isso porque a variação cambial nessas transações entra no resultado líquido da holding no Brasil e impactou negativamente o lucro de 2024. Ao mesmo tempo, houve impacto positivo direto no patrimônio", disse.

Analistas ouvidos pela **Folha** afirmam que o principal motivo para o prejuízo no quarto trimestre foi a desvalorização do real.

"A queda no lucro é um efeito contábil apenas, por causa da parcela da dívida em dólar, que também sobe quando o dólar sobe. Só que isso não é o fim do mundo, porque a empresa vende petróleo em dólar", afirma Ruy Hungria, analista da Empiricus.

Agora no primeiro trimestre, com a recente queda do valor da moeda americana, a tendência é que as contas se equilibrem. "Prevejo que no primeiro trimestre ela [a Petrobras] vai reportar um lucro tão grande que vai compensar o prejuízo do último trimestre", afirma Lucas Sigu Souza, sócio-fundador da Ciano Investimentos.

O dólar fechou 2024 cotado a R$ 6,179, com alta de 27,50%. Nesta quarta, a moeda terminou o dia no valor de R$ 5,796.

Magda defendeu no balanço que "o excelente resultado operacional e financeiro de 2024 demonstra, mais uma vez, a capacidade da nossa empresa de gerar valores que são revertidos para a sociedade e para os nossos investidores", afirmou a executiva.

Desconsiderando os eventos extraordinários, diz a Petrobras, o lucro de 2024 ficaria em R$ 102,9 bilhões, queda de 19,7% em relação ao lucro recorrente de 2023.

A diferença, afirmou a companhia, reflete a "deterioração do ambiente externo com a redução do preço do petróleo e das margens internacionais do segmento de refino, além de menores volume de produção de petróleo".

Mas foi um ano de queda em indicadores operacionais importantes para a estatal. A produção de petróleo caiu 3%, para 2,7 milhões de barris de óleo equivalente (somado ao gás) por dia, reflexo de paradas para manutenção em plataformas marítimas.

A Petrobras também registrou em 2024 queda nas vendas de dois de seus principais combustíveis: as de gasolina caíram 4,1%, e as de diesel, 2,8%. O preço de venda da cesta de derivados produzida pela empresa caiu 4,6% em relação a 2024, para R$ 485,55 por barril.



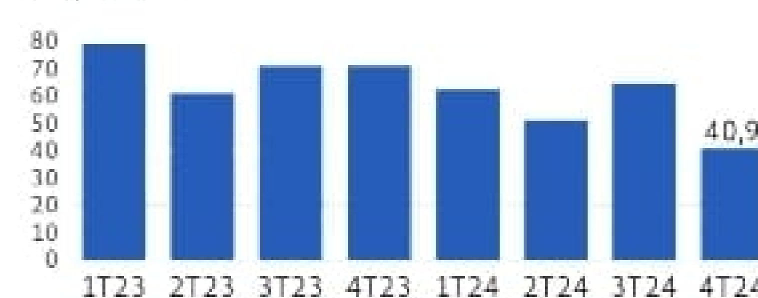
Magda Chambriard, da Petrobras Ricardo Moraes - 22.nov.24/Reuters

Petrobras sob Lula

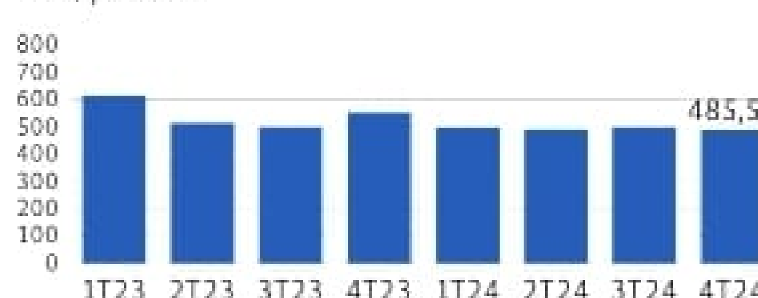
Lucro líquido
Em R$ bilhões*



Ebitda
Em R$ bilhões*



Preço de venda dos combustíveis
Em R$ por barril*



*Corrigido pelo IPCA até dezembro de 2024
Fonte: Petrobras

As margens de suas duas principais áreas de negócio também caíram durante o ano. A de exploração e produção ficou 5% abaixo de 2023, e a de refino teve queda de 2%. Os dois segmentos tiveram forte queda de lucro no ano: no primeiro caso, de 13%, e, no segundo, de 35,3%.

A estatal passou o ano com poucos reajustes nos combustíveis, apesar da forte volatilidade nos preços do petróleo. Na gasolina, promoveu apenas um aumento. No diesel, nenhum —só veio a repassar a alta de custos sobre o produto no início deste mês.

A Petrobras disse que o valor dos dividendos é compatível com sua sustentabilidade financeira e está alinhado à sua política de remuneração aos acionistas, que prevê a distribuição de 45% do fluxo de caixa livre sempre que a dívida estiver menor do que teto indicado em seu planejamento estratégico.

A empresa fechou o ano com endividamento bruto, o indicador usado para definir dividendos, de US$ 60,3 bilhões (R$ 343 bilhões), queda de 3,8% em relação ao último dia de 2023.

Magda afirmou que a empresa vem ampliando investimentos, buscando "oportunidades de diversificação rentável" e dando primeiros passos no retorno à petroquímica, uma das missões que ganhou do presidente Lula (PT).

"Estamos avançando nos estudos de parcerias com grandes players para a produção de etanol, além da iniciativa, também em colaboração com parceiros, para produção de e-metanol, que visa implantar a primeira planta em escala comercial no Brasil, entre outras iniciativas de descarbonização", disse.

A Petrobras patrocinou nas últimas semanas duas cerimônias para apresentar investimentos ao lado de Lula, que vem rodando o país em busca de melhorar sua popularidade —a pior de suas três gestões, segundo o Datafolha.



SOLUÇÕES AUTOMÁTICAS PARA ARMAZÉNS INTELIGENTES

0800 771 3036
mecalux.com.br



Eufrázio

mercado

PAINEL S.A.

Julio Wiziack

painelsa@grupofolha.com.br

Pode vir, ChatGPT

O presidente Lula deu aval para que o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, prepare um decreto-lei e resolva os problemas de governadores do Nordeste interessados em atrair data centers. A medida deve sair até março e permitirá que governadores, especialmente de Ceará e Piauí, possam fechar contratos de construção de grandes centros de processamento de dados e inteligência artificial garantindo o fornecimento de energia barata à base das matrizes solar e eólica. Com isso, Lula quer rivalizar com os EUA, onde Donald Trump anunciou investimentos de US$ 20 bilhões em data centers.

TUDO... O governo federal se dispõe a realizar os investimentos, mas, para isso, quer contrapartidas. O decreto-lei permitirá que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) exija um termo de compromisso de que o data center será construído no país para que o empreendimento tenha direito à oferta estável de energia. Esse termo já existe para geradores, mas não há previsão para que grandes consumidores deem esse tipo de garantia.

...AMARRADO O presidente norte-americano quer atrair novos projetos dos maiores players globais, como o ChatGPT da OpenAI e o Google Gemini. Para o Ministério de Minas e Energia, o Brasil leva vantagem por oferecer energia renovável por preço baixo, mas, para se instalarem, principalmente no Nordeste, é necessário investimento em redes de estabilização e transmissão de energia para garantir fornecimento sem interrupção. Como teste, três equipamentos custaram R$ 600 milhões para garantir 200 MW (megawatt). Um data center de grande porte consome 1 GW (gigawatt).

CARNE CULTIVADA A Meta Foods, empresa de carne à base de plantas, comprou da Grano Alimentos a marca Mr. Veggy. O valor da compra não foi revelado. Com a aquisição, a Meta quer ampliar seu cardápio com alimentos que possuam certificados veganos e, assim, se firmar nesse segmento, para competir em um nicho que até a JBS, que possui em seu DNA o abate de animais, ingressou. A Meta não é considerada uma marca vegana por não ter passado pelo crivo das auditorias da Sociedade Vegana Brasileira. Com a Mr. Veggy, ela entra para esse grupo, porque a marca já é atestada. Esse ramo tem potencial de crescer 50% ao ano, segundo fabricantes.

TÁ COMPENSADO
O Galo da Madrugada, maior bloco de Carnaval de rua do Recife, contratou a Ambipar, líder global em soluções ambientais, para fazer sua compensação de gases estufa com créditos de carbono. Com saída programada para 1 de março, o bloco deverá receber 4 milhões de pessoas ao longo de 14 horas de festa. Mais de 64 caminhões devem trafegar no cortejo.

QUEM DÁ... A Samarco, mineradora controlada pela Vale e BHP, lançou nesta quarta (26) o Programa Indenizatório Definitivo (PID), que estimula prefeituras e afetados pelo acidente da barragem do Fundão a desistirem da ação movida pelo escritório Pogust Goodhead na Justiça de Londres. O PID prevê indenizações de até R$ 35 mil ainda neste ano, sem comprovação do dano. Os advogados da BHP afirmam para os afetados que, na corte britânica, as possíveis reparações só seriam pagas em 2028, após comprovação dos estragos.

...MAIS? O Pogust diz que a repactuação acordada entre instituições de Justiça, poder público e mineradoras no Brasil oferece programas genéricos de compensação, entre eles o PID. O escritório recomenda que seus 620 mil clientes recusem a proposta.

CONEXÃO A Azul deu mais um passo na internacionalização do aeroporto de Viracopos, sua base em Campinas (SP), com a abertura de duas novas rotas: Porto (Portugal) e Montevidéu (Uruguai). Com isso, prevê mais de 100 mil assentos entre junho e julho.

com Stéfanie Rigamonti

TCU estima prejuízo de R$ 5 bi com BPC indevido e recomenda ações ao governo

Auditoria feita pelo órgão de controle aponta rombo com repasses a famílias que não se enquadram nos critérios para receber o benefício

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O TCU (Tribunal de Contas da União) recomendou ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) uma série de ações para evitar pagamentos indevidos no BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Auditoria feita pelo órgão de controle apontou prejuízo de R$ 5 bilhões ao ano com repasses a famílias que não se enquadram no critério de renda do programa, que contempla as que ganham até 25% do salário mínimo por pessoa (hoje, R$ 379,50).

"A auditoria estimou que 6,3% dos beneficiários possuem renda familiar per capita acima de um quarto do salário mínimo, extrapolando o limite de renda previsto em lei, o que representa pagamentos indevidos da ordem de R$ 5 bilhões ao ano", diz o relatório da área técnica, ratificado pelo plenário do TCU. Os dados tiveram como referência o mês de maio de 2024.

O diagnóstico foi antecipado pela coluna Painel S.A., da Folha.

A corte também identificou 6.701 casos de acumulação indevida do BPC com outro benefício. O impacto financeiro anual disso foi calculado em R$ 113,5 milhões.

Na decisão aprovada pelos ministros, o TCU determinou ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que, em 180 dias, adote providências para corrigir acúmulos indevidos e pagamentos a beneficiários mortos, com CPF nulo ou cancelado ou sem registro ativo no Cadastro Único de programas sociais.

O plenário recomendou ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a uma série de procedimentos para regularizar cadastros de beneficiários do BPC e fazer diagnóstico mais detalhado dos problemas do programa.

A determinação representa ordem mais direta do TCU, e seu descumprimento pode gerar motivos de ressalva na análise das contas do presidente da República. Ela tem mais força do que uma recomendação, que pode ser seguida ou não pelo órgão alvo da auditoria..

No texto, o TCU chamou a atenção para o aumento nas concessões do BPC. Como mostrou a Folha, elas tiveram aceleração considerável a partir do segundo semestre de 2022. Até então, o público do programa oscilava entre 4,6 milhões e 4,7 milhões.



Fachada do Tribunal de Contas da União Gabriela Biló - 14.mar.23/Folhapress

Em julho daquele ano, o governo habilitou 93 mil novos beneficiários. No mês seguinte, mais 90 mil. Desde então, as concessões têm se mantido superiores a 50 mil por mês. Em dezembro de 2024, o número de beneficiários alcançou 6,3 milhões.

Segundo o TCU, o INSS não respondeu sobre as possíveis causas para o aumento. Já o Desenvolvimento Social elencou algumas hipóteses, como a lei que permitiu acumular mais de um BPC na mesma família, regras mais duras de aposentadoria pós-reforma da Previdência, ampliação do rol de deficiências atendidas pelo programa e a implementação dos programas de redução de filas no INSS, que agilizou análises.

"Além desses, identificaram-se outros dois motivos para esse crescimento: o aumento real do salário mínimo a partir de 2024, ampliando a elegibilidade ao BPC, e a judicialização crescente das concessões, com a ampliação do critério de renda familiar estabelecida por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) (STF)", diz o relatório.

O governo tentou atacar alguns desses problemas no pacote de contenção de gastos aprovado no Congresso no fim de 2024. As novas regras, ainda em fase de regulamentação, proíbem o desconto de parcelas da renda familiar sem previsão legal (maneira de coibir decisões judiciais para flexibilizar os critérios do programa), exigem cadastro biométrico dos beneficiários e atualização periódica das informações.

No entanto, o governo esbarrou em resistências políticas para rever a regra que permite o acúmulo de mais de um BPC pela mesma família. Segundo o TCU, entre abril de 2020 e junho de 2024, 194,7 mil famílias passaram a receber mais de um benefício, 14% das concessões no período.

O TCU não cita o cálculo, mas, se essas famílias continuam recebendo o BPC, isso representaria uma despesa anual de R$ 3,5 bilhões, considerando o salário mínimo atual de R$ 1.518.

O Congresso também barrou a tentativa do governo de rever o conceito de pessoa com deficiência, que tinha o objetivo de permitir acesso ao programa apenas em casos de deficiência grave.

O aumento expressivo nas concessões de BPC para pessoas com autismo foi o que motivou o Executivo a propor as mudanças.

O diagnóstico é que a adoção do modelo biopsicossocial abriu margem para avaliações subjetivas, sobretudo quando se trata de transtornos comportamentais. Hoje, eles respondem por 844,8 mil beneficiários, cerca de um terço do total de 2,75 milhões de concessões administrativas para pessoas com deficiência. Dentro desse grupo, os beneficiários diagnosticados com autismo somam 289,5 mil.

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Ana Paula Vescovi / Marcos Lisboa / Candido Bracher **SEG.** Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo, Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon **QUA.** Bernardo Guimarães / Lorena Hakak, Vinicius Torres Freire, Jerson Kelman **QUI.** Cida Bento / Solange Srour, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva **sex.** Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire **SÁB.** Marcos Mendes / Rodrigo Zeidan, Laura Müller Machado

Produtos Alimentícios Orlândia S/A Comércio e Indústria

CNPJ - 53.309.845/0001-20

Senhores Acionistas: A Brejeiro, em cumprimento às disposições legais estatutárias, apresenta o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa administração permanece à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2024	2023	2024	2023
Circulante	**1.319.616.274**	**1.409.747.783**	**1.353.519.525**	**1.433.054.017**
Caixa e equivalentes de caixa	740.314.473	802.703.753	831.714.382	876.273.652
Contas a receber	228.942.097	271.440.218	171.440.039	221.162.553
Estoques	297.025.900	295.327.135	297.025.900	295.327.135
Impostos a recuperar	53.275.467	40.212.803	53.278.467	40.212.803
Outros valores a receber	54.737	57.874	54.737	57.874
Não Circulante	**523.311.060**	**453.490.069**	**518.164.850**	**452.677.986**
Outras contas a receber longo prazo	2.509.200	2.507.088	2.509.200	2.507.088
Investimentos	5.675.614	1.344.457	532.404	532.404
Imobilizado	514.912.213	449.603.565	514.912.213	449.603.565
Intangível	211.033	34.929	211.033	34.929
Total do Ativo	**1.842.927.334**	**1.863.237.852**	**1.871.684.375**	**1.885.732.003**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	2024	2023	2024	2023
Circulante	**702.097.018**	**982.750.221**	**730.854.059**	**1.005.244.372**
Fornecedores	372.481.478	485.438.565	401.238.519	507.932.716
Empréstimos a pagar	293.142.184	474.902.869	293.142.184	474.902.869
Impostos e contribuições a pagar	21.297.665	9.690.529	21.297.665	9.690.529
Salários e encargos sociais	13.348.329	10.925.519	13.348.329	10.925.519
Outras contas a pagar	1.827.362	1.792.739	1.827.362	1.792.739
Não Circulante	**235.249.594**	**125.590.583**	**235.249.594**	**125.590.583**
Empréstimos a pagar longo prazo	234.641.655	124.982.644	234.641.655	124.982.644
Tributos diferidos	607.939	607.939	607.939	607.939
Patrimônio Líquido	**905.580.722**	**754.897.048**	**905.580.722**	**754.897.048**
Capital social	600.000.000	500.000.000	600.000.000	500.000.000
Reservas de incentivos fiscais	76.289.477	74.424.089	76.289.477	74.424.089
Reservas de lucros	169.340.987	118.449.932	169.340.987	118.449.932
Ajuste de avaliação patrimonial	59.950.258	62.023.027	59.950.258	62.023.027
Total do Passivo	**1.842.927.334**	**1.863.237.852**	**1.871.684.375**	**1.885.732.003**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita Operacional Liquida	**3.039.581.749**	**2.929.670.063**	**3.729.588.903**	**3.379.019.740**
(-) Custo dos produtos vendidos	(2.622.113.615)	(2.500.572.580)	(3.317.731.823)	(2.945.994.681)
Lucro Bruto	**417.468.134**	**429.097.483**	**411.857.080**	**433.025.059**
Despesas(-) Receitas Operacionais	**(182.661.316)**	**(240.633.140)**	**(181.157.918)**	**(244.633.467)**
Despesas com vendas	(163.258.685)	(183.206.300)	(163.258.685)	(183.206.300)
Despesas gerais e administrativas	(86.210.519)	(57.720.713)	(80.599.611)	(61.591.550)
Resultado de equivalência patrimonial	4.107.510	129.490	-	-
Outras operações	62.700.378	164.383	62.700.378	164.383
Lucro Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**234.806.818**	**188.464.343**	**230.699.162**	**188.391.592**
Despesas / Receitas Financeiras	**(11.923.895)**	**(24.973.776)**	**(7.816.239)**	**(24.901.025)**
Receitas financeiras	66.270.741	59.412.287	70.392.850	59.507.995
Despesas financeiras	(78.194.636)	(84.386.063)	(78.209.089)	(84.409.020)
Resultado Operacional Antes dos Tributos	**222.882.923**	**163.490.567**	**222.882.923**	**163.490.567**
(-) Provisão para tributos sobre os lucros	(38.199.249)	(24.618.018)	(38.199.249)	(24.618.018)
Resultado do Exercício	**184.683.674**	**138.872.549**	**184.683.674**	**138.872.549**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas Capital	Reservas Incentivos Fiscais Subvenção	Reservas Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2022	**398.000.000**	**135.934**	**106.032.404**	**69.092.931**	**64.671.168**	-	**637.932.437**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	138.872.549	138.872.549
Transferência para reserva legal	-	-	-	6.943.627	-	(6.943.627)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	63.713.374	-	(63.713.374)	-
Transf. para reserva incentivo fiscal subvenção	-	-	70.255.751	-	-	(70.255.751)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(2.040.203)	2.040.203	-
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	-	(607.938)	-	(607.938)
Aumento capital por incorporação de reservas	102.000.000	-	(102.000.000)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(21.300.000)	-	-	(21.300.000)
Saldo em 31/12/2023	**500.000.000**	**135.934**	**74.288.155**	**118.449.932**	**62.023.027**	-	**754.897.048**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	184.683.674	184.683.674
Transferência para reserva legal	-	-	-	9.234.184	-	(9.234.184)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	101.232.782	-	(101.232.782)	-
Transf. para reserva incentivo fiscal subvenção	-	-	76.289.477	-	-	(76.289.477)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(2.072.769)	2.072.769	-
Aumento capital por incorporação de reservas	100.000.000	-	(74.424.089)	(25.575.911)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(34.000.000)	-	-	(34.000.000)
Saldo em 31/12/2024	**600.000.000**	**135.934**	**76.153.543**	**169.340.987**	**59.950.258**	-	**905.580.722**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
Atividade Operacional	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido	184.683.674	138.872.549	184.683.674	138.872.549
Ajustes				
Depreciação	16.142.028	12.491.935	16.142.028	12.491.935
Variações nos Ativos e Passivos				
Resultado na venda de ativos permanentes	(81.520)	(164.383)	(81.520)	(164.383)
Redução / aumento em contas a receber de clientes	42.503.521	(39.795.731)	49.736.514	(46.122.781)
Aumento dos estoques	(1.698.766)	(61.961.424)	(1.698.766)	(61.961.424)
Aumento / redução em outros ativos	(17.398.766)	3.016.469	(13.064.639)	3.092.889
Redução / aumento em fornecedores	(112.957.087)	141.145.998	(106.694.197)	139.409.151
Aumento / redução em tributos e contribuições	11.607.136	(4.776.492)	11.607.136	(4.776.492)
Aumento em salários e encargos	2.422.810	2.332.839	2.422.810	2.332.839
Aumento / redução em outros passivos	34.623	(1.590.781)	34.623	(1.590.781)
Recursos Líquidos Gerados nas Atividades Operacionais	**125.257.653**	**189.570.979**	**143.087.663**	**181.583.502**
Atividades de Financiamentos				
Empréstimos e financiamentos líquidos	(72.101.674)	91.230.342	(72.101.674)	91.230.342
Pagamento de juros sobre capital próprio	(34.000.000)	(21.300.000)	(34.000.000)	(21.300.000)
Recursos Líquidos Aplicados / Gerados pelas Atividades de Financiamentos	**(106.101.674)**	**69.930.342**	**(106.101.674)**	**69.930.342**
Atividades de Investimentos				
Compra de imobilizado	(82.585.388)	(97.530.714)	(82.585.388)	(97.530.714)
Recebimento por venda de ativos permanentes	1.040.129	947.000	1.040.129	947.000
Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Investimentos	**(81.545.259)**	**(96.583.714)**	**(81.545.259)**	**(96.583.714)**
Variação Líquida das Disponibilidades	**(62.389.280)**	**162.917.607**	**(44.559.270)**	**154.930.130**
Disponibilidades no início do exercício	802.703.753	639.786.146	876.273.652	721.343.522
Disponibilidades no fim do exercício	740.314.473	802.703.753	831.714.382	876.273.652
Variação	**(62.389.280)**	**162.917.607**	**(44.559.270)**	**154.930.130**

Diretoria Eduardo Define - Presidente **Contador** Rodrigo Gil Ruiz - Contador - CRC 1SP217263/O-6

Eufrázio

PIB, 2025: está frio ou está quente?

Apesar de quedas na confiança, criação de vagas formais veio bem acima do previsto

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Comércio, indústria e serviços encolheram no final do ano passado, segundo dados do IBGE. A confiança de consumidor e de empresas de todos os setores cai desde o bimestre final de 2024, segundo dados da FGV; janeiro foi de ânimos bens ruins.

No entanto, há indícios de que a coisa não é bem assim, embora já houvesse discussões na praça financeira até sobre o efeito da suposta desaceleração na atitude do Banco Central. Os primeiros dados mais frios parecem ter tido algum efeito na cotação do dólar e em taxas de juros no atacadão do mercado de dinheiro (que caem desde fins de janeiro). O dólar baixou de R$ 5,70. Agora, com paniquitos a respeito do suposto programa de governo contra o esfriamento da economia (mais crédito) e dúvidas sobre a perda de ritmo do PIB, voltou para perto de R$ 5,80.

A criação de empregos formais vai relativamente bem, apesar de certa inconstância dos dados do Caged, o registro de admissões e demissões de empregados com registro formal.

Na média das previsões de "o mercado", seriam criados cerca de 50 mil empregos em janeiro. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, vazara na terça (25) que o resultado seria superior a 100 mil. Nesta quarta (26), soube-se do resultado oficial, saldo de 137 mil vagas.

A fim de ter ideia mais precisa da tendência, é preciso recalcular tais números e descontar, por assim dizer, os efeitos típicos da época do ano —dessazonalizar os dados, para usar o palavrão do jargão. Nas contas de economistas do Bradesco, houve até ligeira melhora.

"O resultado [do Caged] mostra aceleração em comparação a dezembro, quando foram gerados 44 mil empregos na série sem efeito sazonal. Dessa forma, a média móvel trimestral acelerou de 63 mil vagas em dezembro para 85 mil em janeiro", escreveu o pessoal do Bradesco em breve nota sobre o assunto, nesta quarta.

A criação de empregos formais ainda vai relativamente bem, vê-se no Caged. Outro sinal de que a economia talvez ainda não esfrie está nas estimativas a respeito da arrecadação do governo

Escreveram ainda: "O mercado de trabalho tem se mostrado resiliente. Apesar da surpresa na contratação, a média trimestral sem efeito sazonal veio em linha com o indicado por nossa Pesquisa Empresarial. Os números indicam que a desaceleração da atividade econômica será lenta e não linear".

Outro sinal de que economia talvez ainda não esfrie está nas estimativas a respeito da arrecadação do governo no início do ano. O pessoal do Ipea faz essas contas (Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ligado ao governo federal). Em janeiro, "...a receita total do governo central totalizou R$ 304,3 bilhões nesse mês, um crescimento de 4,2% em termos reais, e a receita líquida, após as transferências por repartição de receitas, totalizou R$ 259,1 bilhões, aumento real de 4,2%, comparativamente ao apurado no mesmo mês de 2024". Crescimento real, acima da inflação, de 4,2% ainda é forte, maior do que o resultado provável do aumento do PIB em 2024, de pelo menos 3,5%.

O mercado de capitais foi muito bem em janeiro. No crédito bancário, as perspectivas são mais fracas. Bancões como Bradesco, Itaú e Santander estimam alta de crédito entre 4% e 8% neste 2025, menor do que em 2024, que foi de quase 11%. Com as taxas de juros nas alturas de arrocho horrível em que estão, com aumento menor de gasto público e aperto no mercado de trabalho, é difícil que o ritmo do PIB não caia (2% ainda seria um bom crescimento). Mas os primeiros sinais são ainda bem incertos.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

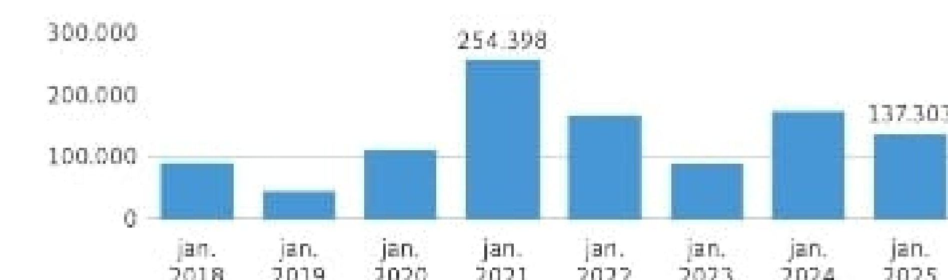
Brasil cria 137,3 mil vagas com carteira assinada em janeiro, acima da projeção do mercado

Resultado faz dólar subir 0,76%, para R$ 5,796, e Bolsa cair 0,96%, com temores sobre impactos da atividade econômica na inflação

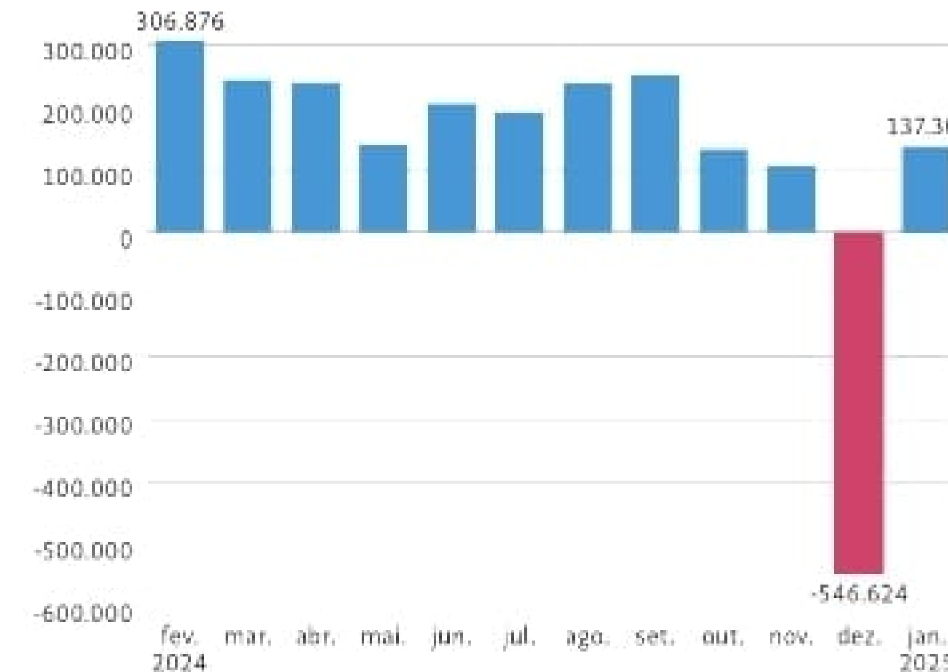
Lucas Marchesini

Emprego formal no Brasil

Criação de vagas formais em janeiro de cada ano



Criação de postos formais no último ano



Fonte: Caged

BRASÍLIA O Brasil abriu 137,3 mil postos de trabalho com carteira assinada em janeiro. O dado é do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgado nesta quarta (26) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O número corresponde a 2,271 milhões de admissões e 2,134 milhões de desligamentos. O saldo de janeiro deste ano é menor do que o do mesmo mês de 2024, quando houve abertura de 173,2 mil vagas, segundo dados com os ajustes, incluindo informações prestadas pelas empresas fora do prazo.

O número veio acima das expectativas do mercado, que projetava 48 mil vagas para janeiro, conforme economistas consultados pela agência Reuters.

O resultado reverteu a queda do dólar e fez a moeda subir, alcançando R$ 5,796 no fechamento, alta de 0,76%. Na máxima da sessão, atingiu R$ 5,805.

O mercado vê os dados com pessimismo, uma vez que podem significar um descontrole dos salários e dos preços e um aumento da inflação e a permanência dos juros em patamares elevados.

Na segunda (24), o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, antecipou o número, afirmando que seria maior do que 100 mil.

"Saiba que o Caged vem com mais de 100 mil empregos criados no mês de janeiro deste ano, começando o ano gerando empregos de qualidade e vamos repetir no ano inteiro", disse.

Nesta quarta, Marinho criticou a reação do mercado ao número antecipado por ele na segunda. "O tal do mercado ficou nervosinho, incapacitados que são de fazer projeções que correspondam com a realidade do Brasil. Foi assim em 2023, projetaram 0,7% no máximo de crescimento do PIB e crescemos 3,2%. [Projetaram] No máximo 1,7% em 2024 e crescemos 3,8%. E estão tentando de novo projetar para baixo a realidade da economia brasileira."

Para ele, a inflação não deveria ser combatida com aumento dos juros, o que prejudica o emprego. A estratégia, adotada pelo Banco Central, é "uma imbecilidade", disse. "É preciso programar mais produção. Você controla inflação com mais oferta. Aumente sua produção que terá sucesso."

Quatro dos cinco grupos de atividades econômicas tiveram criação líquida de vagas em janeiro. A indústria liderou, com 70,4 mil postos, seguida por serviços, com 45,2 mil, construção (38,4 mil) e agropecuária (35,8 mil). O saldo foi negativo em 52,4 mil vagas para o comércio.

Marinho também chamou a atenção para a liderança da indústria em janeiro. "A indústria vem com processo contínuo de crescimento. Emprego na indústria, sem desmerecer em absoluto as outras atividades econômicas, tem maior tempo de duração. Nos outros setores a rotatividade é maior", afirmou.

Essa não deve ser a tônica do ano, analisou o professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) João Saboia. "Isso é uma boa notícia tendo em vista as dificuldades da indústria para gerar empregos. Mas a capacidade da indústria de continuar gerando empregos é limitada. São os serviços que têm capacidade de gerar empregos no Brasil em grande quantidade", afirmou.

"Os dados de janeiro foram positivos em termos de geração de empregos, mas não dá ainda para dizer como evoluirá nos próximos meses e, portanto, sobre eventuais impactos na inflação."

O economista Lucas Assis, da Tendências Consultoria, acredita que a geração de empregos deve perder fôlego no segundo semestre, com efeito defasado da política monetária mais restritiva.

Para ele, somente o resultado divulgado nesta quarta-feira "ainda não gera quadro de risco elevado" para a taxa de juros.

No primeiro mês do ano, 17 das 27 unidades da federação registraram saldo positivo. São Paulo foi o estado com o maior número de vagas criadas, com 36,1 mil novos postos, seguido por Rio Grande do Sul, com 26,7 mil postos, e Santa Catarina (23,1 mil).

O ano passado teve saldo positivo de 1.693.673 postos de trabalho, com 25.567.248 admissões e 23.873.575 desligamentos. Foi o melhor resultado anual desde 2022, quando o governo registrou a abertura de 2.014.424 vagas.

+

Novo saque do Fundo de Garantia começa a ser liberado no dia 6 de março

O pagamento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para quem aderiu ao saque-aniversário e foi demitido depois será feito a partir de 6 de março.

Neste dia, serão pagos os valores até R$ 3.000 para quem tem conta na Caixa Econômica Federal e quem não é correntista do banco e nasceu entre janeiro e abril. Receberá em 7 de março quem não é cliente da Caixa e nasceu entre maio e agosto. Os nascidos nos meses restantes receberão em 10 de março.

Para quem tem mais de R$ 3.000 a receber, a primeira parcela segue o mesmo calendário. O restante será pago em junho.

O INSS se esqueceu da renda concomitante

Instituto é omisso em consertar benefícios com contribuições simultâneas

Rômulo Saraiva

Advogado especialista em Previdência, é professor, autor do livro "Fraude nos Fundos de Pensão" e mestre em direito previdenciário

Há 26 anos uma mudança na lei gerou confusão interpretativa na cabeça dos servidores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). E olha que não era nem uma questão complexa. Em 1999, a lei nº 9.876 afetou a situação de trabalhadores que recolhiam em concomitância suas contribuições previdenciárias, por ter mais de um emprego ou atividade profissional. A dúvida consistia em saber no cálculo do benefício de tais segurados se contabilizava uma contribuição ou a soma de todas. Para variar, o INSS escolheu o pior cálculo.

A partir de então, milhares de aposentadorias foram calculadas de forma errada em todo o Brasil. Um erro para lá de massivo. E injusto, pois o INSS se apropriou de contribuição sem a respectiva contrapartida. Dessa forma, a partir de 1999, benefícios previdenciários foram concedidos desprezando sistematicamente as contribuições concomitantes.

Por exemplo, se o segurado tivesse dois empregos, cada um ganhando R$ 3.000 e R$ 5.000, o INSS considerava apenas o maior salário. Desprezava a soma de R$ 8.000, como era de esperar na cabeça e na matemática de qualquer cidadão.

Em 2022, esse assunto foi parar no Superior Tribunal de Justiça para ser dirimido, tendo em vista que o INSS criava relutância em considerar todos os pagamentos, mesmo respeitando o teto previdenciário.

Para alívio dos aposentados, o STJ definiu no tema 1.070 que era para o cálculo da aposentadoria levar em conta a soma dos salários-de-contribuição vertidos no exercício de atividades concomitantes: "Após o advento da lei 9.876/99, e para fins de cálculo do benefício de aposentadoria, no caso do exercício de atividades concomitantes pelo segurado, o salário-de-contribuição deverá ser composto da soma de todas as contribuições previdenciárias por ele vertidas ao sistema, respeitado o teto previdenciário".

Se o segurado tivesse dois empregos, de R$ 3.000 e R$ 5.000, o INSS considerava só o maior salário. Desprezava a soma de R$ 8.000, como era de esperar na cabeça e na matemática de qualquer cidadão

O problema é que até a presente data o INSS não se dignou espontaneamente a consertar esse erro. O assunto foi resolvido em definitivo pelo STJ, pois não admite mais recurso ao STF, local onde ultimamente o aposentado não tem tido muito sucesso.

Como as revisões previdenciárias devem ser reivindicadas em menos de dez anos do ato de aposentadoria, muitos perderam o prazo.

Aqueles que estão dentro do prazo devem procurar a melhora de seu benefício no âmbito administrativo e/ou judicial. Se depender de que o INSS tome alguma iniciativa para corrigir o erro coletivo, vão perder o prazo.

Salienta que, mesmo aqueles que levam o caso ao tribunal, ainda assim encontram dificuldade por parte do INSS. Apesar de o STJ ter reconhecido o direito em todo o país, a autarquia não aceita de bom grado. Recorre até onde pode.

O princípio da autotutela estabelece que a administração pública tem o poder de controlar seus atos, anulando-os se ilegais ou revogando-os por motivo de conveniência ou oportunidade. O INSS não precisa recorrer ao Poder Judiciário para corrigir seus erros, podendo fazê-lo diretamente. Mas, para devolver dinheiro a aposentado, o INSS esquece isso.

É inconcebível que o INSS tenha essa postura, sobretudo em assunto sacramentado no STJ. Nada mais razoável que ele acate e conserte o erro. Em vez disso, fica inerte esperando silenciosamente que os incautos aposentados passem batido no prazo.

Trump anuncia suspensão da licença que permite à Chevron operar na Venezuela

Governo do presidente republicano toma medida mais dura até o momento contra regime chavista ao fechar entrada dos petrodólares

Mayara Paixão

BUENOS AIRES O governo de Donald Trump anunciou nesta quarta-feira (26) a medida até aqui mais importante contra a ditadura da Venezuela. O republicano disse na Truth Social, sua rede social, que está revogando as licenças petrolíferas concedidas em 26 de novembro de 2022, na administração Biden.

Naquele dia, a gigante americana Chevron foi autorizada a retomar de forma limitada suas operações de extração de petróleo em território venezuelano, no que Washington chamou de um amortecimento nas sanções em troca de ações concretas para restabelecer a democracia no país da América do Sul.

O contexto era outro: a ditadura chavista e a oposição acabavam de se reunir no México para firmar acordos que possibilitariam eleições em 2024. De lá para cá, o pleito ocorreu, os principais opositores foram cassados, e Maduro foi reeleito sob acusações internacionais de fraude.

Trump faz menção a isso em sua publicação. Diz que "as condições eleitorais não foram cumpridas pelo regime de Maduro". Trata-se de um pequeno sopro de esperança para a oposição majoritária na Venezuela, que pedia aos Estados Unidos, publica e reiteradamente, o fim da licença de operação da Chevron.

O republicano afirma que o fim da licença passa a valer no próximo sábado (1º). É um duro golpe, que fecha a torneira dos petrodólares que ajudam, de diferentes maneiras, a sustentar a cúpula do poder.

A número dois do regime, Delcy Rodríguez, afirmou em resposta ao anúncio que essa é uma decisão "danosa e inexplicável". "Com a ideia de prejudicar o povo venezuelano, ele está na verdade infligindo um dano aos Estados Unidos, à sua população e às suas empresas."

A Chevron, por sua vez, disse ainda estar avaliando a situação. O porta-voz Bill Turanne, segundo relatou a agência Reuters, afirmou que a companhia está ciente do anúncio e considera as suas implicações.

A reportagem apurou que os diretores da empresa em Caracas ainda não foram comunicados da suspensão da licença. Eles esperam receber até sábado uma carta da OFAC, o Escritório de Controle de Ativos no Estrangeiro, o responsável legal pelo tema.

Não há informações públicas sobre o balanço da operação da gigante petroleira na Venezuela. Conselheiros da Chevron em Caracas estimam, sob reserva, que a empresa produza de 200 mil a 220 mil barris de petróleo por dia, se somados também seus parceiros no país.

A gigante ajudou a minimizar a bancarrota do regime e, de maneira igualmente importante, ainda contribui no mercado de câmbio para aumentar as entradas de dólares, diante de diferentes limitações impostas.

Um dos conselheiros afirma que agora a economia do país pode desmoronar em série e que as consequências são "terríveis".

É quase um jogo de morde e assopra entre a Casa Branca e o regime chavista ou, como reage um opositor após saber da notícia, "uma ameaça e um golpe para depois possivelmente sentar à mesa".

Isso porque, há poucas semanas, Caracas recebeu a primeira visita de um enviado especial de Trump para a América Latina.

Acordos foram firmados naquela conversa para a liberação de seis presos de nacionalidade americana que estavam na Venezuela e para que o regime passasse a receber os venezuelanos deportados dos Estados Unidos.

Agora, Trump também diz que "o regime não tem transportado os criminosos violentos que enviaram para o nosso país de volta à Venezuela no ritmo que tinham concordado".

A Venezuela tem enviado aviões da sua estatal do setor, a Conviasa, para buscar os deportados nos EUA e levá-los a Caracas, onde são recebidos com pompa pelo regime que, ironicamente, está na origem da diáspora de cerca de 8 milhões de venezuelanos.

Entre analistas e opositores, há quem acredite que até o dia 1º de março algo pode mudar.

Fertigran Fertilizantes Vale do Rio Grande Ltda.
CNPJ sob nº 53.400.818/0002-49
Aviso de Extravio de Documento Fiscal
Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências
Fertigran Fertilizantes Vale do Rio Grande Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 53.400.818/0002-49 e Inscrição Estadual nº 349.008.179.113, estabelecida na Rodovia Anhanguera-KM 450, nº s/n, bairro Anhanguera, CEP 14.540-000, Igarapava/SP, Comunica, com fundamento no § 2º do artigo 1º da Portaria CAT 17/2006 e Portaria SRE nº 10, de 15/02/2023, o Extravio de seu Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6, o qual se encontrava preenchido no momento do fato e era utilizado para anotar informações fiscais obrigatórias. **(27, 28.02.2025 e 01.03.2025)**

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025
Torna-se público que o(a) Departamento Municipal de Água e Esgoto - DEMAE, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Avenida Sete de Setembro, nº 363 Centro, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE BOBINAS EM PAPEL TÉRMICO, PERSONALIZADO COM O TIMBRE DO DEMAE. Abertura: 14/03/2025, às 08:30 horas. Local: Site de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. Retirada do Edital no site www.demaecb.com.br. Informações pelo telefone (35) 3831-7927 / (35) 99716-2411 ou pelo correio eletrônico: licitacao@demaecb.com.br. Gabriela Ramos Silva – Pregoeira

FRAZÃO Leilões
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
itaú
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, ... ITAÚ UNIBANCO S.A. ... [illegible]

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
1ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2025
A Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado a participar da 1ª Audiência Pública Semipresencial que esta Comissão realizará com a seguinte pauta:
"Prestação de Contas das Ações e da Execução Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao terceiro quadrimestre de 2024, nos termos da Lei Complementar Federal nº 141/2012".
Data: 28/02/2025
Horário: 12h
Local: Plenário 1º de Maio e Auditório Virtual
Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no YouTube: **www.youtube.com/camarasaopaulo**.
Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/inscricoes/** ou encaminhe sua manifestação por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.
Para maiores informações: **sgp12@saopaulo.sp.leg.br**

mercado

Trump se contradiz sobre tarifas para Canadá, México e UE

SÃO PAULO O presidente dos EUA, Donald Trump, deu nesta quarta (26) uma série de declarações contraditórias sobre seus planos para impor tarifas sobre Canadá, México e União Europeia.

Durante a primeira reunião de gabinete do novo mandato, Trump disse que não vai interromper as tarifas de 25% sobre os países vizinhos, cuja entrada em vigor está prevista para terça, (4) após uma pausa de um mês anunciada em fevereiro.

Mais tarde, no entanto, o presidente disse que as tarifas entrariam em vigor em 2 de abril, o que daria aos países cerca de um mês a mais para negociações. Trump não explicou se estava se referindo às tarifas específicas para esses países ou às taxas recíprocas gerais também anunciadas pelo governo.

"Tenho que dizer que, você sabe, em 2 de abril, eu ia fazer isso em 1º de abril, mas sou um pouco supersticioso, marquei para 2 de abril, as tarifas entram em vigor. Não todas, mas muitas."

Uma autoridade da Casa Branca, no entanto, afirmou que o prazo de 4 de março para as tarifas sobre produtos mexicanos e canadenses permanecia em vigor "neste momento", enquanto Trump revisava as ações dos dois países para proteger suas fronteiras e interromper o fluxo de fentanil e migrantes.

A Casa Branca não respondeu imediatamente a uma solicitação para elaborar os comentários de Trump.

A possibilidade de um novo adiamento da implementação das tarifas surge às vésperas da data previamente estabelecida.

Os dois países se comprometeram em tomar medidas para reforçar a segurança nas fronteiras em troca da isenção das tarifas.

Na mesma reunião, Trump também renovou as ameaças contra a UE (União Europeia), afirmando que irá impor tarifas de 25% sobre as importações da UE, enquanto criticava o bloco, dizendo que ele "foi formado para prejudicar os EUA".

"Tomamos uma decisão e vamos anunciá-la muito em breve", disse Trump quando questionado sobre seus planos para as tarifas da UE. "Será de 25%, de modo geral, e isso será sobre carros e todas as outras coisas."

O presidente não ofereceu novos detalhes sobre suas tarifas.

Com Bloomberg e Reuters

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACONDE

AVISO DE LICITAÇÃO **Pregão Eletrônico n.º 0004/2025** Procedimento Licitatório n.º 00016/2025 A Prefeitura Municipal de Caconde, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO FUNERAL E TRANSLADO DE CORPO PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos nos sites na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br. e www.bll.org.br. Maiores informações estarão disponíveis o telefone (19) 3662-7199. A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 18 (dezoito) de março de 2025, às 09h00, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal.
Jose Alonso de Paiva - Prefeito Municipal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90021/2025

Objeto: Contratação de serviços de controle sanitário de ambiente, que abrange **desinsetização, desratização e descupinização em madeira seca** para atender à Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo - TRE-SP e aos Cartórios Eleitorais da Capital Paulista. Envio das propostas: até 13 horas de 17/03/2025, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 27/02/2025, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 25 de fevereiro de 2025. **Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material.**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90020/2025

Objeto: Registro de Preços para contratação dos serviços de treinamento para formação da Brigada de Incêndio para atuação nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros. Envio das propostas: até 13 horas de 17/03/2025, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 27/02/2025, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 25 de fevereiro de 2025. **Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços de São José do Rio Pardo informa a **ABERTURA da CONCORRÊNCIA nº 01/2025 - CONCESSÃO DE BEM PÚBLICO: Parque de Eventos** em área de terreno com 50.177,00 m² (cinquenta mil, cento e setenta e sete metros quadrados), com vistas a sua ampliação, modernização, manutenção e exploração econômica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, fica a **data de abertura da sessão, para o dia 27 de março de 2025 às 09:00 horas.** Mais informações pelo e-mail: licitacao2@saojosedoriopardo.sp.gov.br, setor de licitações – Praça dos Três Poderes nº 01 – Centro, São José do Rio Pardo - SP, o edital estará disponível nos endereços eletrônicos: http://saojosedoriopardo.sp.gov.br/ , https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://www.bll.org.br. **DATA DO INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 28 de fevereiro de 2025.**

BLUECOOP COOPERATIVA DE TRABALHO DA SAÚDE E DE ATENDIMENTO DOMICILIAR

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

O Presidente da Bluecoop Cooperativa de Trabalho da Saúde e de Atendimento Domiciliar, convoca a todos os associados cooperados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na Av. Brigadeiro Luís Antonio, 4856, São Paulo, SP, **em 18 de março de 2025**, em primeira convocação às 9:00 horas, cuja realização depende do quorum mínimo de 2/3 (dois terços) do número de sócios, em segunda às 10:00 horas, cuja realização depende da presença de metade mais 1 (um) dos sócios, e, em terceira e última convocação, cujo quorum mínimo para realização é de dez (dez) sócios, às 11:00 horas. A assembleia também será realizada através de plataforma online Zoom, sendo que através do referido sistema poderão os associados que assim quiserem participar com poder de voz e voto, inclusive os associados dos escritórios de apoio das cidades de Recife, Belo Horizonte, Fortaleza, Natal e João Pessoa, em link que estará disponibilizado no site e aplicativo da cooperativa, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I – Prestação de Contas do Conselho de Administração, incluindo relatório do exercício, apresentação de balanço, com demonstrativo das sobras e/ou perdas apuradas no exercício; II – Parecer do Conselho Fiscal; III – Destinação das sobras ou rateio das perdas apuradas; IV – Eleição do Conselho Fiscal V – Deliberação acerca do que determina o art. 14 da lei 12.690/2012; VI – Outros assuntos de interesse da sociedade cooperativa.
São Paulo, 25 de fevereiro de 2025 - **José Lenarte Molinaro** - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARUTAIÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 09/2025

Objeto: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, contendo produtos de 1ª qualidade, com entrega parcelada, para todos os departamentos da Prefeitura Municipal de Sarutaiá, pelo pelo período estimado de 12 (DOZE) meses. **Data de abertura da sessão:** dia 17 de Fevereiro de 2025, às 08h30 horas. Edital disponível no sítio eletrônico www.sarutaia.sp.gov.br e www.bllcompras.com. **Local:** Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. **Maiores informações:** Setor de Licitações da Prefeitura – licitacoes@sarutaia.sp.gov.br.
Município de Sarutaia, 27 de fevereiro de 2025.
João Antonio Fuloni - PREFEITO MUNICIPAL

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online **zuk**

Credora Fiduciária: TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VIII S/A
Instituição Custodiante: OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A
Fiduciantes CESAR TOLEDO DE CARVALHO e sua cônjuge CRISTIANE BORGES DOS SANTOS CARVALHO

LOTE 02 - Descrição do imóvel: Apartamento nº 224, localizado no 22º pavimento da Torre 2, no Condomínio Helbor Carpe Diem Bosque Maia, situado na Rua Terceiro Sargento Francisco Luiz Roberto Boening, nº 80, Vila Progresso, Guarulhos/SP, com direito a duas vagas de garagem. Área privativa: 116,72m² e Área total: 201,80m². **Imóvel objeto da matrícula nº 143.255 do 2º Oficial do Registro de Imóveis de Guarulhos/SP. Dispensa-se a descrição na íntegra do imóvel, nos termos do art. 2º da Lei 7.433/85 e Art. 3º do Decreto 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Observação¹:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Observação²:** A avaliação do bem imóvel está de acordo com os termos do Parágrafo Único do artigo 24 da Lei 9.514/97. **Observação³:** Consta na **Av.9** da referida matrícula, Indisponibilidade de Bens, que deverá ser baixada pelo arrematante. **Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 10/03/2025, às 14:00** h. Lance mínimo: **R$ 1.389.863,86. >2º Leilão: 11/03/2025, às 14:00** h. Lance mínimo: **R$ 1.073.818,13.**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO OSWALDO CRUZ

PRORROGAÇÃO DA DATA DA DISPUTA do PL.Nº 3431.2024.CPL.HUOC.PE.0011.HUOC - Registro de Preço para o eventual fornecimento de material médico hospitalar terá a disputa de lances prorrogada para o dia 11/03/2024, às 9h (horário de Brasília) tendo em vista que o sistema PE Integrado estava fora do ar na data prevista anteriormente. **AVISO DE LICITAÇÃO** – PL.Nº. 3472.2025.CPL.HUOC.PE.0033.HUOC – Registro de Preço para o fornecimento eventual de materiais para o Serviço de Endoscopia, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$1.010.786,11 (um milhão, dez mil setecentos e oitenta e seis reais e onze centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site www.peintegrado.pe.gov.br no dia 18/03/2025 às 14h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 27/02/2025 às 8h até o dia 18/03/2025 às 13h30. PL.Nº. 3456.2025.CPL.HUOC.PE.0028.HUOC – Registro de Preço para o fornecimento eventual de **INSTRUMENTAIS CIRURGICOS** (3), para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$364.646,78 (trezentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site www.peintegrado.pe.gov.br no dia 20/03/2025 às 09h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 27/02/2025 às 8h até o dia 20/03/2025 às 08h30. PL.Nº. 3433.2025.CPL.HUOC.PE.0013.HUOC – Registro de Preço para o fornecimento eventual de MMH - **SONDA FOLEYS E CATETER INTRAVENOSO**, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$247.320,4920 (duzentos e quarenta e sete mil trezentos e vinte reais e quarenta e nove centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 20/03/2025 às 14h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 27/02/2025 às 8h até o dia 20/03/2025 às 13h30. PL.Nº. 3442.2025.CPL.HUOC.PE.0019.HUOC – Registro de Preço para o fornecimento eventual de **MATERIAIS DE ÓRTESE E PRÓTESE PARA CIRURGIA DE ORTOPEDIA, SOB SISTEMA DE CONSIGNAÇÃO, E DESCARTÁVEIS,** para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$ 1.698.956,2610 (um milhão, seiscentos e noventa e oito mil novecentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site www.peintegrado.pe.gov.br no dia 18/03/2025 às 09h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 27/02/2025 às 8h até o dia 18/03/2025 às 08h30. PL.Nº. 3463.2025.CPL.HUOC.PE.0031– Registro de Preço para o fornecimento eventual de materiais para o Centro de Material e Esterilização com equipamentos em regime de comodato, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado 764.005,73 (setecentos e sessenta e quatro mil cinco reais e setenta e três centavos).O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 21/03/2025 às 09h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 27/02/2025 às 8h até o dia 21/03/2025 às 08h30.Nathalia Bezerra, Agente de Contratação CPL/HUOC.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 13/2025 - contratação de Empresa especializada na área de Engenharia para executar obra de Reforma e Ampliação do Estádio Municipal de Futebol – Serviços Remanescentes, no Distrito do Lageado de Araçaíba, Município de Apiaí-SP, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir desta data no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 18/03/2025 às 9h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia às 9h15.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0057979000/2025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00033855/2024-10 - Pregão Eletrônico: 532101 - 90206/2025
Objeto: Aquisição de medicamentos diversos
Total de Itens Licitados: 03 (três). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 27/02/2025. Horário das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 27/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP.

UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº Processo: 147.00027537/2024-10 - Nº da Contratação: 90293/2025
Objeto: Contratação de prestação de serviços de saúde para ATENDIMENTO CLÍNICO AMBULATORIAL – em favor do usuário: **B. N. A.** - na Cidade de **Santo Anastácio/SP.**
Total de Itens Licitados: 03 (três).
Valor total da licitação: SIGILOSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 24 DA LEI N. º 14.133/2021
Disponibilidade do edital: 27/02/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59.
Endereço: Av. Ibirapuera, 981 – Vila Clementino – São Paulo – SP - CEP 04029-000; e
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 27/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 18/03/2025às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP.

unesp

Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"
FCAV/UNESP – Campus de Jaboticabal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025-FCAV

Acha-se aberto na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária FCAV/UNESP - Câmpus de Jaboticabal, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025-FCAV, PROCESSO Nº 366/2025-FCAV, do tipo MENOR PREÇO, destinado ao **Aquisição, desinstalação e instalação de Aparelhos de Ar Condicionado, incluindo o fornecimento de peças e materiais necessários para o seu devido funcionamento, para as Salas de Aula da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias- UNESP – Jaboticabal/SP.** O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 14/03/2025 às 9 horas, data e horário de realização da sessão pública. Endereços eletrônicos para participação no certame: www.compras.gov.br. Identificação do Órgão responsável pela licitação: UASG 102319 - FCAV/UNESP - Campus de Jaboticabal, situada à Via de Acesso Prof. Paulo Donato Castellane, s/n, CEP 14884-900, Jaboticabal/SP, telefones: (16)3209-7139/7138, e-mail: materiais.fcav@unesp.br.

CEAGESP

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025

Processo: 175/2024. OBJETO: Contratação de Serviços – Seguro de Vida em grupo para funcionários e estagiários da CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, conforme especificações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Edital: a partir de 27/02/2025 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 27/02/2025 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas em 19/03/2025 às 09h30, no site www.gov.br/compras.
Gerson Ulisses de Moraes Junior
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE
Estado de São Paulo
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 364/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

OBJETO: Registro de Preços, visando a Aquisição de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros para atender os alunos da rede municipal de ensino de Santo Antônio de Posse/SP, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital. Considerando o erro material na digitação da data de abertura da sessão do Pregão Eletrônico nº 007/2025, informamos que: Onde se lê: ... **Considerando a divergência do cadastro na data da sessão no sistema BBMNET, a Pregoeira desta Municipalidade COMUNICA a todos os interessados que está designada a nova sessão (mantendo o cadastro) para o dia 13 de março de 2.025, às 09:00 horas, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br... Leia-se: ... Considerando a divergência do cadastro na data da sessão no sistema BBMNET, a Pregoeira desta Municipalidade COMUNICA a todos os interessados que está designada a nova sessão (mantendo o cadastro) para o dia 17 de março de 2.025, às 09:00 horas, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br...**
Publique-se.
Santo Antônio da Posse, 26 de fevereiro 2.025.
Leticia Granzier Secchinatto
Pregoeira

= Leilão de Alienação Fiduciária =

1 Leilão: 10/03/2025 (Dez de março de dois mil e vinte e cinco às dez horas); 2 Leilão 13/03/2025 (Treze de março de dois mil e vinte e cinco quatro às dez horas) - Horários de Brasília.

JONAS COIMBRA, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1228, com escritório na Rua Marechal Bittencourt nº-1069-F, Vila Nova, Jaú/SP CEP 17202-160 **FAZ SABER** a todos quando o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver que levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo online, nos termos da Lei 9.514/97, art.º27 e parágrafos, autorizado pelo **credor fiduciário** FATO JAÚ I EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CNPJ nº 20.593.514/0001-06, nos termos do instrumento particular firmado em 29/12/2020 com os devedores fiduciantes **Rodrigo Francisco de Araujo**, portador do **CPF 294.366.938-50**, e o **RG 33.594.813 SSP/SP** e sua cônjuge **Jaqueline de Camargo Araujo**, portadora do **CPF 406.201.298-28**, e o **RG 41.088.708 SSP/SP**, residentes e domiciliados na cidade de Jaú/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO** 10/03/2025 às 10 horas com lance mínimo igual ou superior **R$ 150.857,50 (Cento e cinquenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)** - atualizando conforme disposição contratual. **UM LOTE DE TERRENO**, de nº 25, quadra 19 (atual Rua Sylvia de Paula Leite Bauer), com área total de 268,90 M², melhor descrito na matrícula de nº 74.474 do Primeiro Oficial de Registro de Imóveis, Título e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica e Primeiro Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Registro de imóveis da Comarca de Jaú. Cadastro Municipal 06.1.24.46.0250.000.00, sem benfeitoria, desocupado, venda em caráter ad corpus e no estado de conservação que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** 13/03/2025 às 10 horas com lance mínimo igual ou superior **R$ 143.434,03 (Cento e quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e três centavos)** nos termos do art.º27 §2 da Lei 9.514/97). Os interessados em participar deverão se **cadastrar na loja Coimbra Leilões** (www.coimbraleiloes.com.br), se habilitar com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda. VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NA LOJA COIMBRA LEILÕES. Informações: 14-3418-5420/contato@coimbraleiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA

PREGÃO ELETRONICO nº 006/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO nº 003/2025 - EDITAL nº 007/2025 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE BOLSAS COLETORAS, DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA E DEMAIS INSUMOS PARA USO E DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES OSTOMIZADOS DO MUNICÍPIO, COM ENTREGAS PARCELADAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Recebimento das Propostas das 10:00 do dia 27/02/2025 até as 10h00 do dia 19/03/2025, no Sistema de Pregão Eletrônico da Plataforma Licita Mais Brasil, disponível em www.licitamaisbrasil.com.br. Abertura e avaliação das propostas às 10h01 do dia 19/03/2025. O edital na íntegra, bem como maiores informações, poderão ser obtidas a partir do dia 27/02/2025, por meio de download no site da prefeitura www.lindoia.sp.gov.br, ou ainda solicitados via e-mail: licitacao@lindoia.sp.gov.br ou no Sistema de Pregão Eletrônico da Plataforma Licita Mais Brasil www.licitamaisbrasil.com.br ou ainda na Diretoria de Licitação da Prefeitura, situada na Avenida Rio do Peixe, nº 450, Jardim Estância Lindóia, Lindóia-SP, 26 de fevereiro de 2025. Luciano Francisco de Godoi Lopes, Prefeito Municipal.

INTIMAÇÃO POR EDITAL – DECISÃO DE JULGAMENTO. Referência: **Processo Administrativo Disciplinar n.º 238/2024.** Portaria de instauração: 4.121, de 22 de maio de 2024. Interessada: Fernanda Renata Buschott – CPF/MF n.º 282.xxx.xxx-60. A Comissão Processante constituída pela Portaria n.º 4.121, de 22 de maio de 2024 para a instrução do Processo Administrativo Disciplinar, onde figura como acusada a Sra. Fernanda Renata Buschott - CPF/MF n.º 282.xxx.xxx-60, atualmente em local desconhecido, pois não foi encontrada nos endereços cadastrados na divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São Paulo, visando assegurar o seu direito a ampla defesa e contraditório, INTIMA a servidora pública municipal indicada para, tomar conhecimento da seguinte decisão de julgamento da autoridade julgadora: "Ante todo o exposto, acolho a conclusão da Comissão Processante de fls. 57/63, para reconhecer que a servidora pública municipal F. R. B. (CPF/MF n.º 282.xxx.xxx-60), abandonou o cargo por mais de 30(trinta) dias, a contar de 11 de março de 2024 até a presente data. Acolho igualmente a proposta da Comissão Processante e, assim, aplico a pena de demissão à servidora indicada a contar da data do trânsito em julgado desta decisão." E para que não se alegue futura nulidade, esta intimação será publicada por edital no Diário Eletrônico do Município, no Diário Eletrônico do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação, além da sua fixação no local mural de publicações localizado no átrio da sede da Prefeitura do Município de Lindóia, iniciando-se a contagem do prazo para interposição de eventual recurso a partir da data da última publicação, nos termos do parágrafo único do art. 188, da LCM 995/2006. Lindóia, 26 de fevereiro de 2025. ADILSON PASSADORI INVERNIZZI, Presidente da Comissão Processante.

Eufrázio

Trump pede à Apple que acabe com políticas de diversidade

WASHINGTON | REUTERS O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pediu nesta quarta-feira (26) que a Apple acabe com suas políticas de diversidade, equidade e inclusão (DEI), um dia depois de os acionistas da fabricante do iPhone votarem de forma esmagadora para mantê-las diante da crescente resistência de grupos conservadores.

Grandes empresas dos EUA, incluindo a Meta e a Alphabet, abandonaram as iniciativas de DEI quando Trump voltou à Presidência.

Trump chamou as medidas de discriminatórias e sugeriu que o Departamento de Justiça pode investigar se tais iniciativas violam a lei.

"A Apple deveria se livrar das regras do DEI, não apenas fazer ajustes nelas. O DEI foi uma farsa que foi muito ruim para o nosso país. O DEI acabou!!!", postou Trump, usando letras maiúsculas, em sua rede social Truth Social. A Apple não se pronunciou.

A votação de terça-feira na reunião anual da empresa foi vista como teste das opiniões dos acionistas sobre os programas DEI, que muitas empresas adicionaram ou reforçaram a partir de 2020 em meio ao movimento Black Lives Matter.

Os defensores dessas políticas dizem que elas tratam de preconceitos, desigualdade e discriminação de longa data. Mas os proponentes da proposta contra o DEI da Apple argumentaram que mudanças legais recentes poderiam resultar em aumento nos casos de discriminação se a big tech mantivesse tais políticas.

Trump emitiu decreto em janeiro para acabar com as iniciativas de DEI no governo federal e no setor privado, afirmando que tais esforços discriminam outros americanos, inclusive homens e pessoas brancas, e enfraquecem a importância do mérito na contratação ou promoção de empregos.

A Apple disse que tinha um esforço ativo de supervisão para evitar riscos legais e que a proposta restringia inadequadamente a administração.

A empresa divulga dados sobre a diversidade da força de trabalho, mas não estabelece metas ou cotas, concentrando seus esforços de DEI em programas como uma iniciativa de justiça racial que apoia faculdades e universidades historicamente negras nos EUA.

ASDS Associação São Domingos Sávio

EDITAL DE CONVOCAÇÃO "ASSEMBLÉIA GERAL"

A **Associação São Domingos Sávio "ASDS"**, de acordo com o Capitulo III e Artigo 11º do seu Estatuto Social, convoca seus associados quites com suas obrigações sociais, a comparecerem a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 26 de Março de 2025, em sua sede social, sito à Rua José Teodoro Vieira, nº 295, Parque Maria Domitila, São Paulo- SP às 10h 00min horas em primeira convocação, com número mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados e às 10h30 horas em segunda convocação, com qualquer número de associados para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **"ALTERAÇÃO ESTATUTO DA ORGANIZAÇÃO"**.

São Paulo, 26 de Fevereiro de 2025

Bruna Matricardi de Oliveira - Presidente

ASDS Associação São Domingos Sávio

EDITAL DE CONVOCAÇÃO "ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA"

A **Associação São Domingos Sávio "ASDS"**, de acordo com os artigos 12 e 14 do seu Estatuto Social, convocam seus associados quites com suas obrigações sociais, a comparecerem a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de Março de 2025, em sua sede social, sito à Rua José Teodoro Vieira, nº 295, Parque Maria Domitila, São Paulo - SP às 09h 00min em primeira convocação, com número mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados e às 09h 30min em segunda convocação, com qualquer número de associados para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **"Homologação das contas e do balanço relativos ao ano de 2024, aprovados pelo Conselho Fiscal"**.

São Paulo, 26 de Fevereiro de 2025

Bruna Matricardi de Olivera – Presidente

CASA FUNDAÇÃO CASA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90001/2025
UASG 990198 - DRVP
UASG - FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE

Modalidade: Pregão eletrônico (menor preço).
Nº Processo: 161.00025691/2025-22.
Objeto: Aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, acondicionamento e embalagens, outros consumos e fardamentos.
Total de Itens Licitados: 15 (quinze).
Valor Total da Licitação: R$ 48.436,26 (quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos).
Disponibilidade do Edital: 28/02/2025.
Horário: Das 08h00 às 16h00.
Endereço: Praça Colinas, nº 31, Chácaras Reunidas, São José dos Campos - SP, CEP 12238-481; e
Link do PNCP: <<https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1>>.
Entrega das Propostas: A partir de 28/02/2025 às 8h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 17/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, ... **ITAÚ UNIBANCO S.A.** ... **RIVAMAR COLUCCI DE SÁ** ... **PÚBLICO LEILÃO** ... [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 026/2024
EDITAL N. 043/2024
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E SISTEMA VIÁRIO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE TRÁFEGO, INCLUINDO LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS.
A sessão pública será realizada no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br no dia 18.03.2025 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 04.02.2025 através dos Sites: www.comprasbr.com.br e licitacao.rioclaro.sp.gov.br

VINÍCIUS D. DOS SANTOS SOSSAL
Secretário Municipal de Mobilidade Urbana e Sistema Viário.

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 01/2025
EDITAL N. 01/2025
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE SEGURANÇA, CONTROLE E CONTENÇÃO DE PÚBLICO – GRADIL DE PROTEÇÃO/FECHAMENTO COM TAPUME METÁLICO.
OCORRÊNCIA: Fica **REVOGADO** o presente certame na forma do artigo 71, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, observando as demais disposições legais cabíveis.

GUILHERME PIZZIRANI
Secretário Municipal Turismo.

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 02/2025
EDITAL N. 02/2025
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CABINE SANITÁRIA PORTÁTIL – STANDARD/PCD E TRAILER SANITÁRIO (LUXO), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MONTAGEM E DESMONTAGEM.
OCORRÊNCIA: Fica **REVOGADO** o presente certame na forma do artigo 71, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, observando as demais disposições legais cabíveis.

GUILHERME PIZZIRANI
Secretário Municipal Turismo.

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2025
EDITAL N. 03/2025
ÓRGÃO: SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE TENDAS DE COBERTURAS COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MONTAGEM E DESMONTAGEM.
OCORRÊNCIA: Fica **REVOGADO** o presente certame na forma do artigo 71, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, observando as demais disposições legais cabíveis.

GUILHERME PIZZIRANI
Secretário Municipal Turismo.
CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU

Torna público a realização do Pregão Presencial no 001/2025; Processo Licitatório nº 006/2025. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais didáticos destinados aos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino de Guapiaçu, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, juntamente da disponibilização portal educacional para acesso on-line dos gestores, professores, responsáveis e alunos, e suporte e treinamento pedagógico contínuo, conforme especificações constantes no Anexo I do edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 21/03/2025 às 09:00hrs. EDITAL DISPONÍVEL: "http://187.8.185.250:8079/Transparencia/", após clicar em licitações e contratos e apertar a opção licitações. DATA: 26/02/2025. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

Prefeitura de SOROCABA

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 159/2024

Acha-se aberto na Prefeitura de Sorocaba o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 159/2024 - CPL Nº. 409/2024**, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS PARA EXAMES ADMISSIONAIS DE CANDIDATOS NOMEADOS EM CONCURSOS PÚBLICOS DA PREFEITURA DE SOROCABA.** O limite para o recebimento das propostas no site **bnc.org.br será até às 09:00 do dia 18/03/2025 e a abertura da Fase de Lances será dia 18/03/2025 às 09:30.** Informações pelos sites: **https://bit.ly/3N3efdk (Licitações II)** e **https://encurtador.com.br/me24W (PNCP)**, pelo fone: (15) 3238-2399 ou e-mail **duvidaspregao@sorocaba.sp.gov.br**. Sorocaba, 26 de fevereiro de 2025. **Aline Baradel Diniz – Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 761/2024 - PE SMS nº 651/2024 - Processo: 92.202/2024 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93761/2024** - COMPRA UNICA- **AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item - **Objeto** Aquisição de EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS MÉDICO-OFTALMOLÓGICOS PARA A POLICLÍNICA, através de contrato - Período para entrega das propostas: **25/02/2025 às 8h até 17/03/2025 às 9hm.** Data prevista para abertura da sessão pública: **17/03/2025 às 9h. Pregoeiro(a): Talita Costa Silva Buk Cruz**, O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gerson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-001312/2024** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 26/02/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br

Juliana Priscilla Dionisio Zanotto - Diretora da Divisão Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 68/2025 - PE SMS nº 29/2025 - Processo: 156.104/2024 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93.068/2025 (SRP)** - Sistema de Registro de Preço - **AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item - Objeto: ***AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS HOSPITALARES PARA AS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE BAURU, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS*** - Período para entrega das propostas: **de 28/02/2025 08:00:00 até 17/03/2025 09:00:00**. Data prevista para abertura da sessão pública: **17/03/2025 às 09h. Pregoeiro: Renato Vinicius Aquino**, O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000078/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 26/02/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br

Juliana Priscila Dionisio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 65/2025 - PE SMS nº 25/2025 - Processo: 179.051/2024 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93.065/2025 (SRP)** - Sistema de Registro de Preço - **AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item - Objeto: ***AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS JUDICIAIS, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS*** - Período para entrega das propostas: **de 28/02/2025 08:00:00 até 17/03/2025 09:00:00**. Data prevista para abertura da sessão pública: **17/03/2025 às 09h. Pregoeiro: Renato Vinicius Aquino**, O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000071/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 26/02/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br

Juliana Priscila Dionisio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA - MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 060/2025
COMPRASNET Nº. 90060/2025 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021
LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO E ITEM PARA AMPLA CONCORRÊNCIA
CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Objeto: Futura e eventual aquisição de materiais diversos (filme strech, lacre, linha e outros), para serem utilizados pela Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF e nas Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Uberlândia. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$410.370,60. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 19/03/2025, às 09h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. UASG: 926922.

Uberlândia-MG, 26 de fevereiro de 2025

MARIA BARBOSA POLICARPO

Diretora de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **082/2025** - Processo n. º **135.972/2024** - **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **002/2025** - do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE - DIFERENCIADA NO MODO COTA RESERVADA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS - MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE NOBREAKS DE 800VA E 1200VA, ESTABILIZADORES DE VOLTAGENS DE 500VA E 1000VA, CONFORME DESCRITIVOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I E III DO EDITAL. Interessadas:** Gabinete e Secretarias Municipais. **Notificamos aos interessados que a data da sessão foi prorrogada, em razão da alteração da especificação. Período para entrega das propostas: 28/02/2025 às 08h até 17/03/2025 às 08:59h. Data prevista para abertura da sessão pública: dia 17/03/2025 às 09h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e telefone (14) 3235-1252 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou **pelo Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000059/2025**, ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br - Nº 90002/2025**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 26/02/2025 - Ana Carolina de Carvalho Fraga - Diretora Substituta da Divisão de Licitações.

FUNDAÇÃO DE APOIO A FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA E AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA – FAMAR - CNPJ N.º 09.161.265/0001-46
AVISO DE REVOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

A Fundação de Apoio da Faculdade de Medicina de Marília e ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - FAMAR, Inscrita no CNPJ sob o número 09.161.265/0001-46, no uso de suas atribuições legais, torna público a REVOGAÇÃO do Processo de Credenciamento nº 412/2024-M, Edital nº 20/2024, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES ELETRÔNICOS/MAGNÉTICOS COM CHIP, VISANDO A CONCESSÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO COM RESPECTIVAS RECARGAS DE CRÉDITOS MENSAIS, em conformidade com o disposto no artigo 71 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. A revogação se faz necessária para reavaliação dos critérios e condições do credenciamento, com a finalidade de garantir maior eficácia e competitividade no processo. Dessa forma, um novo edital será elaborado e publicado oportunamente, assegurando a ampla participação dos interessados. Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Seção de Compras e Licitações FAMAR pelo e-mail licitaçao@famar.org.br.

Eufrázio

mercado

Mauricio Ribeiro, que assinará coluna quinzenal, às quintas, no site da Folha Arquivo Pessoal

Mauricio Portugal Ribeiro estreia coluna sobre infraestrutura

INFRAESTRUTURA

SÃO PAULO O advogado Mauricio Portugal Ribeiro, especialista em concessões, PPPs (parcerias público-privadas) e infraestrutura, estreia nesta quinta (27) coluna quinzenal no site da **Folha**.

Mauricio, 50, é professor de modelos regulatórios na FGV (Fundação Getulio Vargas) de São Paulo, mestre em direito pela Harvard Law School e sócio do escritório Portugal Ribeiro & Jordão Advogados, um dos primeiros especializados no setor.

"Na coluna, o leitor vai encontrar tudo sobre participação privada e infraestrutura. Tudo o que diz respeito a infraestrutura me concerne. Isso inclui contratos de concessão, PPPs, contratos com poder público em geral e regulação nos mais diversos setores: transportes, energia, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, saneamento, telecomunicações e por aí vai", afirma.

Dedicado à área há quase 30 anos, Mauricio teve passagens pelo Citibank e pelo IFC (International Finance Corporation), braço do Banco Mundial, onde chefiou a equipe que fazia modelagem de parcerias público-privadas e concessões.

No começo dos anos 2000, foi contratado pelo governo federal e pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para ajudar na elaboração da lei das PPPs.

Após esse período, ficou três anos (2005-2007) como chefe da unidade de parcerias público-privadas federal.

Considerado uma das principais referências do país em temas como distribuição de risco de contratos administrativos e reequilíbrio econômico-financeiro, é também um dos fundadores do P3C, maior evento de concessões e PPPs do Brasil.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá

Retificação. Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Eletrônico nº 011/2025. Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada em locação de palco tipo Piramidal ou Chapéu de Bruxa para atender a Secretaria de Cultura. Edital e local da sessão pública: www.licitacoesguaratingueta.com.br. Data da sessão retificada: 19/03/2025, às 09:00 horas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO - SUPRIMENTOS
AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP a Concorrência Pública CO DGA [illegible] DE REPARO PÓS OBRA NO PRÉDIO DA MEDICINA TRANSLACIONAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS [illegible] Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00579094522025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00025072/2024-62 - Pregão Eletrônico: 532101 - 90255/2025
Objeto: Aquisição de porta de madeira
Total de Itens Licitados: 03 (três). **Valor total da licitação:** Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 27/02/2025. Horário: das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 – Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 27/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2025, referente ao processo nº 136.00192340/2024-16**, cujo objeto é **SERVIÇOS DE SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD VIP, DE REVENDEDOR AUTORIZADO.**
A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (https://www.gov.br/compras) - UASG nº 102401, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 09:00 h (horário de Brasília) do dia 10 de março de 2025. O edital na íntegra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **JACKELINE GONÇALVES CARDOSO** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

= Leilão de Alienação Fiduciária =
1 Leilão: 10/03/2025 (Dez de março de dois mil e vinte e cinco às dez horas); 2 Leilão 13/03/2025 (Treze de março de dois mil e vinte e cinco às dez horas) - Horários de Brasília.

JONAS COIMBRA, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1228, com escritório na Rua Marechal Bittencourt nº-1089-F, Vila Nova, Jaú/SP CEP 17202-160 **FAZ SABER**, a todos quando o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver que levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo online, nos termos da Lei 9.514/97, art.º27 e parágrafos, autorizado pelo **credor fiduciário** FATO JAU I EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CNPJ nº 20.593.514/0001-05, nos termos do instrumento particular firmado em 26/07/2016 com os devedores fiduciantes **Alessandro Homero Inácio**, portador do **CPF 251.690.198-32**, e o **RG 28.535.727 SSP/SP** residente e domiciliado na cidade de Bocaina/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO** 10/03/2025 às 10 horas com lance mínimo igual ou superior **R$ 147.298,68 (Cento e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos)** - atualizando conforme disposição contratual, **UM LOTE DE TERRENO**, de nº 13, quadra 6 (atual Rua Jadir da Costa Junior), com área total de 261,00 M², melhor descrito na matrícula de nº 73878 do Primeiro Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica e Primeiro Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Registro de imóveis da Comarca de Jaú, Cadastro Municipal nº 06.1.32.56.0130.000.00, com benfeitoria, Ocupada, venda em caracter ad corpus e no estado de conservação que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** 13/03/2025 às 10 horas com lance mínimo igual ou superior **R$ 116.825,41 (Cento e dezesseis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos)** nos termos do art.º27 §2 da Lei 9.514/97). Os interessados em participar deverão se **cadastrar na loja Coimbra Leilões** (www.coimbraleiloes.com.br), se habilitar com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NA LOJA COIMBRA LEILOES. Informações: 14-3418-5420/ contato@coimbraleiloes.com.br

COMUNICADO URGENTE

O **Alphacampus Cemitério e Crematório** convoca os responsáveis que tiveram seus familiares Sepultados entre 11/07/2016 e 30/11/2016. Para acompanhamento dos trabalhos de exumação, que serão realizados de 03 de março de 2025 a 21 de março de 2025. Informações de segunda-feira a sexta-feira das 08:00h às 17:00h. Telefone (11) 4206-5810 ou (11) 93091-4880. Segue abaixo a relação com os nomes dos falecidos: Joana Verrina da S. Jacinto; Vandelei Rogerio Fabro; Sandra Helena Maciel D. Silva; Maria Trindade da Silva; Quirino Pinto de Queiroz; Willian Candido da Silva; Carmen Padilha; Desconhecido; Eli Faustino; Luiz Roberto Pessoa; Pedra das Dores Manha; Eli Alves Medeiros Silva; Marcelo Carneiro Tajra; Evaneide Ribeiro da Silva; Domingos Alves de Carvalho; Antonio da Silva; Amauri do Amaral Bueno; Maria da Cruz Souza Alexandre; Enedina de Souza Silva; Josefa Pedro da Silva; Quiteria da Silva Lima; José Maria Pereira; Antonio Manoel dos Santos; Jesus José Martins; José Raimundo Cardoso da Silva; Jurací Maria de Oliveira da Silva; Danilo Costa Damaceno; Jailton Luiz Santos; Angelita Mendes Pontes; Benedito Machado; Diana Luna de Souza; Sueli de Oliveira Candido; Maria das Dores Marques de Melo; Pedro Atilio; Jecelei Luiz de Amaro; Marcos Laves de Araujo; Antonio Gonçalves Pereira; Maria Gonçalves Cabeça da Silva; Luiz Fernandes de Souza; Isaias Evangelista dos Santos; José Luiz Ferreira; Maria Targino dos Santos; Ana Maria Vitale; Edna Maria Miranda; Willian Gabriel B. dos Santos; José Roberto de Moraes; Mauricio Raimundo de Lima; Antonieta Alves Tavares; Analia Maria dos Santos; Enoque Evaristo da Silva; Vera Lucia Silva dos Santos; Pedro Victor da Costa; Josefa Maria dos Santos; Balbina Rodrigues de Souza; Clécio Marcos Freire Chaves; Ana Maria de Oliveira; Vera Lucia Pedro; Edvaldo Ferreira da Silva; Kauan Oliveira Gonçalves; Maria das Dores Lopes Bitencourt.

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **HENIO TEIXEIRA SANTA** [illegible] **KAMILA MARIA RODRIGUES MOLINA** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

Santander — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — SOLD Leilões
1º LEILÃO: 06 de março de 2025, a partir das 10h10min
2º LEILÃO: 10 de março de 2025, a partir das 14h10min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº [illegible], com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa - Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, CNPJ nº 90.400.888/0001-42, [illegible] Fiduciante(s) **PATRICIA CHAVES CARVALHO**, [illegible] **06 de março de 2025, a partir das 10h10min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 530.358,26** (Quinhentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos), o imóvel **matriculado sob nº 104.443 do Oficial de Registro de Imóveis de Bragança Paulista/SP**, [illegible] **10 de março de 2025, a partir das 14h10min**, [illegible] **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 263.981,84** [illegible]. **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar** no site da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a):** Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net), e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), ou telefone (11) [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 05/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 16/2025

OBJETO: Concessão do direito de exploração do evento denominado "Festa do Peão de Boiadeiro", em comemoração as festividades alusivas do 107 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Óleo, a realizar-se nos dias 10,11,12 e 13 de abril, com fornecimento de estrutura, equipamentos, materiais, mão de obra e outros, observadas as especificações técnicas, dados, elementos quantitativos e descrição das atividades constantes no anexo I – Termo de Referência. **Recebimento das propostas:** 27.02.2025 às 15h00min (oito horas). **Início da sessão de disputa de lances:** 13.03.2025 às 09h00min (Nove horas). **Edital completo e outras informações:** Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Óleo, à Rua Ângelo Vidotto, 95, Vila Martins, Óleo/SP, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – licitacao@pmoleo.sp.gov.br e ou pelo site www.bll.org.br – Acesso BLL compras.
Óleo/SP, 26 de fevereiro de 2025.
Jordão Antônio Vidotto - Prefeito Municipal

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 27/03/2025, às 10:20hs/ 2º Público Leilão: 28/03/2025, às 10:20hs.

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Prédio residencial, localizado à Rua F, S/N, Jardim Santa Rita, Bairro Bico do Pato, Cajati/SP, com área construída de 48,10m², construído no lote de terreno nº 08, da quadra 37, com área de 180,00m². OBS: De acordo com a prefeitura municipal de Cajati, o imóvel está localizado Rua Monteiro Lobato, 99, Jardim Santa Rita, Cajati/SP, CEP: 11950-000. Imóvel objeto da Matrícula CNM 121079.2.0029735-05 trasladada da Matrícula nº 29.735 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jacupiranga/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 194.118,68 (cento e noventa e quatro mil, cento e dezoito reais e sessenta e oito centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 156.849,03 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e três centavos)**. O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartorais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: LINDAIR DOS SANTOS PEREIRA, brasileiro, advogado, solteiro, nascido em 30/10/1988, C.I: 43.384.093-3 SSP/SP, CPF: 359.459.048-27, residente e domiciliado na Rua Joaquim Nabuco, 2197, Bloco A, Sala 101, Bairro Centro, São José dos Pinhais/PR, CEP: 83005-180, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **ARLEY RAMOS**, [illegible] **EUSANGELA TAVARINDO RAMOS**, [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
C.N.P.J. nº 62.070.362/0001-06 - NIRE 35300033434

AVISO AOS ACIONISTAS

Na forma do disposto no Artigo 171 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, ficam os senhores acionistas cientificados de que, a partir desta data, tem início o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência na subscrição de 999.116 (novecentos e noventa e nove e cento e dezesseis) ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com o preço de emissão em R$ 4.068,8754 (quatro mil, sessenta e oito reais e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro centésimos de milésimo de real) cada uma, perfazendo um total de R$ 4.087.644.406,65 (quatro bilhões, oitenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e cinco centavos), dentro do limite do Capital Autorizado de R$ 52.674.522.453,75 (cinquenta e dois bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos). Este direito é decorrente da emissão e colocação de novas ações, autorizadas pelo Conselho de Administração desta Sociedade, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2025 e será exercido, proporcionalmente, à razão de 10,9674% (dez inteiros nove mil seiscentos e setenta e quatro milésimos por cento), ao número de ações de que cada um era titular naquela data, na Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, com endereço na Rua Boa Vista nº 175 - Bloco B - 5º andar, São Paulo, Capital, na Gerência de Execução Financeira - GEF - Tesouraria, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 11:45 e das 12:45 às 17:30 horas. Telefone: (011) 3291-3904 - E-mail: acionistas@metrosp.com.br. A integralização do direito de preferência será feita em dinheiro ou da forma que a Tesouraria determinar, no ato da subscrição.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025
Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

METRÔ — Secretaria dos Transportes Metropolitanos — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Ministério dos Transportes quer 1ª 'concessão light' de rodovia em 2025

Modelo exige menos de operador privado por pedágio mais barato, mas cobra de usuário serviços como guincho e ambulância

Thiago Bethônico

SÃO PAULO O Ministério dos Transportes quer antecipar o cronograma oficial e fazer a primeira licitação de rodovia pelo modelo de "concessão inteligente" ainda em 2025.

No formato, o operador privado terá como função principal fazer a conservação e manutenção da estrada, sem obrigações de duplicar trechos, construir pontes e prestar serviços aos usuários —exigências que constam em contratos comuns.

Apelidadas de "concessões light" pelo ministro Renan Filho, o modelo vai englobar rodovias com movimento menor. Algumas devem sair como PPP (parceria público-privada), com o governo complementando a remuneração do operador além da receita do pedágio.

George Santoro, secretário do Ministério dos Transportes, diz que quer tirar o primeiro projeto do papel ainda em 2025. "O prazo formal é no ano que vem, mas estou tentando antecipar", afirma à Folha.

As concessões inteligentes devem permitir alívio ao Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Isso porque, diz Santoro, o modelo é uma reconfiguração do Crema, programa de recuperação de pavimentos, só que na versão com pedágios, que serão free-flow (automáticos, sem cancela).

O secretário afirma que, diferentemente de uma concessão comum, os serviços de reboque e ambulância, por exemplo, serão cobrados do usuário. O modelo é chamado de self-service e não existe no Brasil. É comum no Canadá e em outros países.

Essas e outras medidas visam reduzir o preço do pedágio, que deve ser mais barato que nas demais rodovias concedidas.

Segundo Santoro, uma das primeiras estradas a serem concedidas nesse programa está no Rio de Janeiro, em trecho da BR-356, que passa por Itaperuna e vai até o entroncamento com a BR-101. A ideia é juntar com uma rodovia estadual fluminense, descendo até o Porto do Açu.

"Vamos implementar esse projeto em rodovias alimentadoras, que não têm tanto fluxo quanto os corredores logísticos", diz Santoro. "A intenção é fazer um conjunto bem grande de rodovias nesse projeto."

Jorge Bastos, diretor-presidente da Infra S.A. (empresa pública do setor de logística), diz que o objetivo das concessões inteligentes é tirar do Dnit boa parte do custo de manutenção, jogando a função para o setor privado, que é mais eficiente.

Se o governo fosse fazer todos os Cremas necessários no Brasil, seria preciso desembolsar cerca de R$ 40 bilhões por ano.

"Estamos estudando quais dessas rodovias podemos tirar o Crema feito pelo Dnit e pegar uma parte dele como subsídio para viabilizar a concessão", afirma Bastos.

O setor privado vai ser cobrado a manter o padrão das rodovias por indicadores de qualidade que hoje não existem em contratos do Dnit, diz Santoro.

"Eu incentivo o operador privado a fazer as manutenções no prazo, senão vai custar muito mais caro para ele. Como o pedágio é baixo, não teria atratividade econômica. Então ele vai ter que fazer tudo certinho", diz.

O secretário acrescenta que outro objetivo é criar uma escada para que construtoras e empresas de infraestrutura menores possam crescer.

Santoro almeja um novo mercado de companhias "juniors", que se unem e entram em leilões. É o que deve acontecer na licitação da BR-364 desta quinta (27), em que 4UM Investimentos e banco Opportunity formaram consórcio para participar.

+

Gastos com PPPs viram prioritários em Orçamento do governo

Os gastos do governo federal com PPPs (parcerias público-privadas) passaram a ser considerados despesas prioritárias nos ministérios. O regime de preferência foi inserido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), sancionada pelo presidente Lula (PT) em 30 de dezembro do ano passado.

A medida vale para o as chamadas contraprestações, que são os valores pagos anualmente ao ente privado. No formato de PPP, a empresa que ganha o contrato fica responsável pelo investimento, operação e administração do projeto. Em contrapartida, recebe essa remuneração.

Na prática, a priorização definida da LDO significa que os gastos com as parcerias ficarão menos sujeitos a contingenciamentos.



Tarcísio de Freitas, governador de SP, e Lula em evento do porto de Santos Adriano Vizoni - 2.fev.25/Folhapress

Ministros do TCU discordam da área técnica e decidem que SP fiscaliza túnel Santos-Guarujá

André Borges

BRASÍLIA O ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Bruno Dantas decidiu que a concessão do túnel Santos-Guarujá, obra que contará com recursos do Governo de SP e do governo federal, deve ser conduzido pelo estado de São Paulo, por meio de órgãos como TCE -SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) e Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), que terá papel regulador.

O entendimento de Dantas, relator do processo, foi seguido e aprovado por unanimidade, pelo plenário do TCU, nesta quarta (26), e divergiu da opinião da ala técnica da corte, que pretendia que a obra, avaliada em cerca de R$ 6 bilhões e dividida em partes iguais entre a gestão paulista e a União, seguisse desde o início com a corte de contas federal.

R$ 6 bilhões
é quanto a obra, tocada em conjunto por União e Governo do Estado de São Paulo, deve custar; construção do túnel será feita por meio de uma PPP (parceria público-privada)

Nesta quinta (27), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estará em Santos para participar de cerimônia de lançamento do edital ao lado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). O ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, estará no evento, além do presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

É um ato político, em que governos federal e estadual querem se posicionar sobre a obra, hoje a maior do país, tocada exclusivamente com recursos públicos. A decisão de centralizar a concessão em São Paulo foi firmada em encontro entre Lula e Tarcísio.

Houve o entendimento de que, se tocado pelo estado, o rito tende a ser mais rápido, devido a processos que já estavam em andamento na gestão estadual.

A construção do túnel será feita por meio de uma PPP (parceria público-privada). A unidade de auditoria especializada do TCU havia recomendado que o projeto seguisse os ritos e exigências das desestatizações federais.

O principal argumento técnico era que o túnel deveria ser tratado como "acesso portuário" de Santos, o que garantiria à União a titularidade da exploração e o controle do TCU.

Bruno Dantas, porém, argumentou que o projeto não faz parte de uma desestatização federal. A PPP é projeto estadual.

Ele também entendeu que o túnel deve ser tratado como obra de mobilidade urbana intermunicipal, não como ativo portuário.

O TCU poderá atuar no processo, mas de forma concomitante e não preventiva. Se houver necessidade, a corte poderá fiscalizar o projeto, sem impor exigências.

"A liderança do estado de SP sobre o projeto não seria de se estranhar, visto que a construção e a operação do túnel, dissociadas da desestatização da autoridade portuária, compreende nítido empreendimento de mobilidade de rodoviária entre dois municípios, tema de interesse eminentemente local ou regional", afirmou Dantas em seu voto.

Como será o túnel Santos- Guarujá



Dados cartográficos ©2023 Google
Fonte: Dersa/Governo do Estado de São Paulo

Preços mundiais do café disparam, mas produtores não comemoram

Quem se beneficia da valorização do grão hoje, causada pelos efeitos das mudanças climáticas ao redor do mundo, pode ser destruído pela próxima calamidade amanhã

Peter S. Goodman

MARCALA (HONDURAS) | THE NEW YORK TIMES Estes deveriam ser tempos maravilhosos na Finca El Puente, plantação de café nas montanhas do sudoeste de Honduras. Nos mercados mundiais, o preço do café comum mais que dobrou no último ano. As variedades especiais colhidas na fazenda há muito tempo garantem um prêmio significativo.

No entanto, os proprietários, Marysabel Caballero e seu marido, Moisés Herrera, estão cada vez mais apreensivos. Os custos de produção aumentaram. Eles devem pagar salários extras para atrair trabalhadores escassos, e o fertilizante ficou mais caro. A colheita foi devastada por chuvas e temperaturas voláteis. Mesmo após o aumento dos preços, é provável que ganhem menos neste ano do que em 2024.

Eles se preocupam com a chance de que os altos preços possam levar consumidores a limitar seu consumo, substituindo o café por produtos mais baratos, como refrigerantes e energéticos, para satisfazer o desejo por cafeína.

Quanto mais contemplam o futuro, maior é a preocupação. Mais do que qualquer coisa, se preocupam com o que está impulsionando os preços: a mudança climática, que reduziu o suprimento de café ao redor do mundo por meio do aumento das temperaturas, secas e chuvas excessivas —mais recentemente no Brasil e no Vietnã, os dois maiores produtores.

Isso é o que gera ansiedade nas plantações de café. Quem se beneficia dos preços em alta hoje pode ser destruído pela próxima calamidade amanhã.



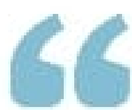
Trabalhador mexe grãos de café na Finca El Puente, em Honduras Alejandro Cegarra - 3.fev.25/The New York Times

A colheita da Finca El Puente foi danificada por uma onda de frio em dezembro e janeiro, seguida por chuvas tardias que desmotivaram seus trabalhadores a se aventurarem nas plantações para colher frutos maduros. Assim, eles veem os preços recordes menos como uma bonança e mais como uma manifestação de problemas em desenvolvimento.

"Para nós, produzir café é nossa vida", diz Herrera, 58, enquanto os trabalhadores erguiam sacos de 45 kg de grãos recém-colhidos. "Muitos produtores estão começando a perder a esperança."

Alguns veem o café mais caro como correção para um sistema que há muito tempo paga mal aos produtores, tendo o potencial de corrigir gerações de injustiça e destruição ambiental.

"Métodos mais antigos de produção esgotaram a saúde e a fertilidade do solo e não permitem resiliência contra a mudança climática", diz Amanda Archila, diretora-executiva da Fairtrade America, organização sem fins lucrativos que estabelece padrões ambientais e sociais para produtores de café.



Para nós, produzir café é nossa vida. Muitos produtores estão começando a perder a esperança

Moisés Herrera
um dos donos da Finca El Puente, em Honduras

"Preços mais altos são para onde precisamos ir, preços que permitem que esses agricultores invistam no futuro do café."

Cerca de 60% do café do mundo é produzido por aproximadamente 12,5 milhões de pessoas trabalhando em fazendas com no máximo 50 acres, segundo a World Coffee Research, que promove práticas agrícolas sustentáveis. Cerca de 44% desses chamados pequenos produtores vivem abaixo da medida de pobreza do Banco Mundial.

Se os agricultores ganharem mais, a ideia é que possam mudar para variedades de café que resilientes ante do aumento das temperaturas e da variabilidade das chuvas. E podem plantar árvores de sombra para proteger o solo.

Então, estarão mais bem posicionados para enfrentar oscilações nos preços que, por séculos, governaram mercados internacionais de commodities, gerenciando as plantações a longo prazo.

Assim como a pandemia interrompeu o comércio global, levando a um exame minucioso das cadeias de suprimento para itens cruciais como produtos farmacêuticos e chips de computador, os altos preços do café aumentaram o foco nas condições que moldam a produção de café.

A questão é se essa atenção renovada se traduzirá em mudança.

A maior parte dos lucros tradicionalmente foi capturada por grandes torrefadoras. Seus lucros cresceram junto com o preço dos grãos, mesmo quando muitos produtores não conseguiram capturar parte da bonança extra.

Os eventos dos últimos anos revelaram as vulnerabilidades no sistema e introduziam novas. As secas no Brasil e no Vietnã, combinadas com interrupções no transporte internacional, tornaram os grãos de café escassos. Mudanças nas regulamentações também aumentam a incerteza.

Comerciantes que compram grãos de café de agricultores e os exportam para torrefadoras normalmente garantem seu suprimento meses e até anos antes, usando os chamados contratos futuros. Se o preço mundial cair, eles podem receber menos do que o valor que são obrigados a pagar aos agricultores pelos grãos de café. Para se proteger, compram as chamadas posições curtas em mercados futuros, que são essencialmente apostas de que os preços cairão. Se caírem, seus ganhos compensam algumas das perdas em suas vendas.

Mas nos últimos meses o preço do café tem subido tanto que as posições curtas se tornaram grandes perdedoras. Os corretores financeiros que lidam com essas negociações exigiram que os exportadores entregassem mais dinheiro para liquidar suas perdas —um chamado de margem, no jargão financeiro.

"Este é um grande problema com a maioria dos exportadores ao redor do mundo", diz Luiz Paulo Pereira, fundador e CEO da CarmoCoffees, um exportador no Brasil. "Dada a ameaça perpétua de que as empresas financeiras exijam mais dinheiro para cobrir suas posições curtas, ele e outros comerciantes estão se agarrando ao dinheiro que têm."

Isso os torna relutantes em comprar café. Em vez de seus negócios de longo prazo habituais, eles estão intermediando transações apenas quando um agricultor tem grãos imediatamente prontos para venda a uma torrefadora disposta a comprá-los. Isso evita segurar seu dinheiro enquanto esperam para serem pagos. Mas está tornando o café ainda mais escasso, elevando os preços. E muitas fazendas estão segurando suas colheitas na expectativa de que os preços subam ainda mais

Em sua fazenda perto de Corquín, também em Honduras, Esperanza Torres Melgar, 59, se acostumou a comerciantes aparecendo e oferecendo dinheiro imediato por seus grãos recém-colhidos, em vez de ter que esperar para serem processados por uma cooperativa certificada pelo Fairtrade, a Proexo.

Ela disse que sempre recusou. Mas outros agricultores estão cedendo à tentação de dinheiro na mão sem demora, vendendo silenciosamente fora da estrutura cooperativa.

Na Finca El Puente, eles alcançaram sucesso internacional. No entanto, agora estão considerando uma algo antes impensável: reduzir sua área cultivada.

Tantas pessoas locais foram para o norte em direção aos EUA em busca de trabalho que eles lutam para contratar os trabalhadores, mesmo com salários significativamente mais altos. Em resposta, mecanizaram grande parte de seu moinho. Mas não há maquinaria que possa conter as ondas de calor e frio intensos.

"Este é o pior ano", afirma Caballero.

Ela e seu marido valorizam suas vidas passadas ao ar livre.

Dentro do moinho, eles param para sentir o aroma, a fragrância doce e esfumaçada que permeia o ambiente.

"Amamos café", disse Caballero. "Sempre pensamos que vamos morrer cultivando café. Somos felizes assim."

Mas eles já não têm certeza de que isso vai durar.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Penitenciária "João Augustinho Panucci" de Marabá Paulista COMUNICA abertura de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRONICO, sob o nº **90003/2025,** nos termos da Lei 14.133/2021, referente ao processo Nº 006.00075805/2025-51 que trata da despesa com a compra de GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCAVEIS, entrega parcelada. A sessão pública será realizada por meio eletrônico, no sítio www.comprasnet.sp.gov.br, com início previsto para às **09:00 horas** do dia **17/03/2025.**

"A **FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE** faz saber que se encontra em aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO SEADE Nº 005/2025**, autos do **Processo SEI 270.00000132/2024-73** referente à **contratação de serviços de transporte mediante locação de veículo seminovo, na modalidade "A", sem condutor e sem combustível, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico administrativas do Contratante.** O critério de julgamento é de Menor Preço. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico ocorrerá às **10:00 horas do dia 18/03/2025**, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. As informações poderão ser obtidas pelos telefones: 3324-7474 e 3324-7207. O edital completo estará disponível nos seguintes endereços: www.seade.gov.br e também no sítio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico: www.gov.br/pncp, por correio eletrônico: licitacoes@seade.gov.br"

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2024
PROCESSO N.º 88/2024

OBJETO: Seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura – PNAB (lei nº 14.399/2022) com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Araçariguama/SP. O edital em seu inteiro teor estará à disposição a partir do dia 28/02/2025, das 9h às 16h30 no endereço acima mencionado e também no site da Prefeitura www.aracariguama.sp.gov.br.

UASG – HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 26/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico
Nº Processo: 144.00002117/2025-96
Objeto: Gênero Alimentício não Perecível
Total de Itens Licitados: 22 (Vinte e Dois).
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 27/02/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rua Dr. Reinaldo Machado, nº 255 - Bairro Fragata - Marília/SP; e
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais.
Entrega das Propostas: a partir de 27/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 18/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

CONDER
Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER

AVISO – LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 013/25 – CONDER

Abertura: 27/03/2025, às 14h:30m. **Objeto:** **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE OITO ENCOSTAS DO NOVO PAC – GRUPO 1, LOTES 1 E 2, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – BAHIA.** O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site da CONDER (**http://www.conder.ba.gov.br**) no campo licitações, a partir do dia **06/03/2025**. Salvador - BA, 26 de fevereiro de 2025. Maria Helena de Oliveira Weber - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2025 -

Objeto: Contratação de serviços de saúde para atenção domiciliar – Home Care, destinados a pacientes acamados e com alto nível de dependência, visando o atendimento e cumprimento de mandado de segurança e demandas administrativas, para que produza seus efeitos, o Prefeito Municipal HOMOLOGOU o julgamento procedido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, com base no inciso IV do art. 71 da Lei 14.133/21 e em consequência, ratificou o ato do pregoeiro que ADJUDICOU o objeto licitado para a empresa vencedora PRO MULTI SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.172.179/0001-74, pelo valor global de R$ 732.000,00 (setecentos e trinta e dois mil reais), por ter apresentado a proposta dentro dos limites indicado pela Administração e estar compatíveis com o praticado no mercado. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 26/02/2025.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: ALMEIDA & OLIVEIRA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ/CPF Nº: 21.997.542/0001-50. CONTRATO Nº 11/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2025 DATA DA ASSINATURA: 25/02/2025 – VIGÊNCIA: 24/02/2026 OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, DIESEL E DIESEL S10) diretamente de Posto(s) de Atendimento(s) da(s) Contratada(s) para o abastecimento da frota municipal. PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO: ITEM 2 - DIESEL S-500: 3,03% Paranapanema/SP. Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 25/02/2025.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: POSTO RANCHO TIBIRIÇA LTDA CNPJ/CPF Nº: 53.696.886/0001-16 CONTRATO Nº 12/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2025 DATA DA ASSINATURA: 25/02/2025 – VIGÊNCIA: 24/02/2026 OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, DIESEL E DIESEL S10) diretamente de Posto(s) de Atendimento(s) da(s) Contratada(s) para o abastecimento da frota municipal. PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO: ITEM 1 - GASOLINA COMUM: 5,08%, ITEM 3 - DIESEL S-10: 5,05%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **109/2025** - Processo n. º **81.976/2023**

Modalidade: Pregão Eletrônico nº **064/2025** - do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE - AMPLA PARTICIPAÇÃO** - **MODO DE DISPUTA ABERTO** - **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS NA ÁREA DE LICENCIAMENTO E APROVAÇÃO DE PROJETOS ON-LINE, (LEI MUNICIPAL nº 2339/1982 E SUAS ALTERAÇÕES) DESDE O PARCELAMENTO DE SOLO ATÉ A EMISSÃO DO TERMO DE VERIFICAÇÃO DE OBRAS (TVO) OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRAS (CCO), E EMISSÃO DE OUTROS DOCUMENTOS PERTINENTES À SECRETARIA COMPREENDENDO TODO O DESCRITIVO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL.** **Interessado:** Secretaria Municipal de Planejamento. **Período para entrega das propostas: 28/02/2025 às 09h até 19/03/2025 às 09h. Data prevista para abertura da sessão pública: dia 19/03/2025 às 09h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e telefone (14) 3235-1077 ou através de **download** gratuito no site www.bauru.sp.gov.br, ou **pelo Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000077/2025,** ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Nº 98064/2025,** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 26/02/2025 - Ana Carolina de Carvalho Fraga - Diretora Substituta da Divisão de Licitações.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - PROCESSO DLI0006.2025 - IPT R112065/2025

Objeto: Afiliação IRGWP para pesquisa de trabalhos internacionais de proteção da madeira. Os interessados em enviar proposta deverão entrar em contato com Fabiana Miranda - (11) 3767-4321 - e-mail: fabianao@ipt.br até o dia 03/03/2025.

Cotação - Processo IPT Nº DL00079.2025 - RC112121.2025

Objeto: Manutenção Corretiva Veículo GM/S10 ADVANTAGE S - Ano Fab. 2011 - Combustível - Álcool/Gasolina.

Cotação - Processo IPT Nº DL00081.2025 - RC112360.2025

Objeto: Prestação de serviços referente à infraestrutura de montagem e desmontagem de estande participação do IPT na 8 Conexidade - Encontro Nacional de Parceiros Públicos e Privados.

Data Final para apresentação de proposta: **06/03/2025 até as 17:00h.**

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br ou (11) 3467-4039 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS — SP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 153/2025, do tipo menor preço, destinado à; BOLSA PARA ESTOMA URINÁRIO, INFANTIL, NO MÍNIMO CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA), RECORTÁVEL ATÉ 35 MM..., A realização da Sessão será no dia 24/03/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90153/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 27/02/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CLARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Edital nº 05/2025 – Pregão Eletrônico nº 05/2025

Órgão: Almoxarifado Administrativo

Objeto: Destinado a aquisição gás P13 para atender as demandas da FMSRC. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico: **http://comprasbr.com.br.** A sessão de disputa de preços será dia 18/03/2025 a partir das 09h. Edital disponível a partir do dia 27/02/2025 através dos sites: **http://comprasbr.com.br**, **http://licitacao.saude.rc.sp.gov.br/** e **https://pncp.gov.br/app/editais/00955107000193/2025/**

Rio Claro, 26 de fevereiro de 2025.
MARCO AURÉLIO MESTRINEL
Presidente da Fundação Municipal da Saúde

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONDOMÍNIO EDIFÍCIO GARAGENS AUTOMÁTICAS 25 DE MARÇO
CNPJ/MF n.º 54.361894/0001-74
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Na qualidade de síndico do Condomínio Edifício Garagens Automáticas 25 de Março, nos termos do art. 16 da Convenção de Condomínio, convido os Senhores Condôminos a se reunirem em A.G.O., no próximo dia 12/03/2025, às 18:00 horas, na Rua 25 de março, n.º137/153, São Paulo/SP para se discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Prestação de contas do síndico do ano de 2024;
2. Previsão orçamentária para o ano de 2025;
3. Reajuste da taxa condominial;
4. Outros assuntos de interesse geral.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.
EPS PARTICIPAÇÕES SERV. E ADM. DE ESTACIONAMENTO LTDA
CNPJ:43.349.695/0001-24
SÍNDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGAO ELETRÔNICO Nº. 012/2025; PROCESSO Nº. 016/2025; OBJETO: **Registro de preços para a aquisição parcelada de luminárias LED para a iluminação pública para a substituição e modernização da iluminação pública municipal, pelo período de 12 (doze) meses.**

VALOR ESTIMADO DO OBJETO: R$ 599.032,16. (Quinhentos e noventa e nove mil, trinta e dois reais e dezesseis centavos); MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO; TIPO: Menor Preço por Item; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 26 de Fevereiro de 2025 às 17H00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10H00min do dia 19/03/2025. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 10H00min do dia 19/03/2025. LOCAL: **http://45.172.145.250:8079/comprasedital/**

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF); Informações: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Jaborandi/SP, Rua Antonio Bruno, nº 466 - Centro, ou pelos telefones (17) 3347-9999 e (17) 3347-9900, ou ainda, **licitacao@jaborandi.sp.gov.br** ou **licitacaojaborandi@gmail.com** nos dias úteis.

Jaborandi/SP, 26 de Fevereiro de 2025.
Silvio Vaz de Almeida
Prefeito Municipal
Fernando Henrique Sales
Pregoeiro

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

FALÊNCIA DE "HACHUL ENGENHARIA E EMP. IMOBILIÁRIOS LTDA"

FECHAMENTO DO 1º LEILÃO: 13/03/2025, ÀS 16h15

APARTAMENTO (Cobertura) - SÃO PAULO/SP
VILA ANDRADE (PARAÍSO DO MORUMBI)

Apartamento nº 121, no 12º andar do Cond. Edifício "Mirage Tower", localizado na Rua Dr. Chibata Miyakoshi, nº 100, com 02 vagas de garagem, matriculado sob nº 221.129, no 15º Cartório local.

ÁREA TOTAL DE: 292,67 m² | **ÁREA ÚTIL DE: 145,45 m²**

Lance Inicial: R$ 1.464.857,90

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br — Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

Falência de ANTÔNIO BERNARDINO BARBOSA - ME

FECHAMENTO DO 1º LEILÃO: 13/03/2025, ÀS 16h00

CASA - SUZANO/SP - BAIRRO CIDADE MIGUEL BADRA
ÁREA TERRENO: 140,00m² | ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA: 260,00m²

Situada na Rua José Ferreira Neves, nº 341, matriculada sob nº 49.401 no Cartório de Registro de Imóveis de Suzano/SP.

Lance Inicial: R$ 226.836,88

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br | Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO **JUDICIAL ELETRÔNICO**
Falência de NOVOINVEST CONSÓRCIO SC LTDA

FECHAMENTO 1º LEILÃO: 13/03/2025, ÀS 16H45

LOJA COMERCIAL E VAGAS DE GARAGEM - SÃO PAULO/SP
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 702, Edifício Campos Eliseos

LOJA localizada no andar térreo, matriculada sob nº. 20.992 no 4º Cartório de Registro de Imóveis da Capital/SP.

ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA: 191,35m² **LANCE INICIAL: R$ 2.930.975,59**

18 VAGAS NA GARAGEM "B", descobertas, cada uma com **ÁREA** de **25,74m²**, matriculadas no 4º Cartório de Registro de Imóveis da Capital/SP.

LANCE INICIAL DE CADA VAGA: R$ 98.852,87

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos e mais informações, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

leilaojudicial@freitasleiloeiro.com.br — Mais informações: Rodrigo Jacobetti, ramal 108 (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

Faturamento do café deve superar o do açúcar pela primeira vez

AGROFOLHA

Mauro Zafalon

SÃO PAULO Após um 2024 com seca e queda de produção, a agropecuária volta a ser irrigada financeiramente dentro das porteiras. Para este ano, prevê-se um período de clima melhor do que o de 2024 e uma produção recorde de grãos.

Alguns produtos terão preços menores, que serão, em parte, compensados por outros. Diante dessa conjuntura, o Ministério da Agricultura espera que o VBP (Valor Bruto de Produção), que é o resultado do volume produzido e dos preços médios recebidos pelos produtores, eleve o faturamento de dentro da porteira para R$ 1,41 trilhão neste ano, 11% a mais do que em 2024.

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) espera receitas ainda maiores, que devem chegar a R$ 1,46 trilhão. Além de pequenas diferenças na apuração desses números, a CNA acompanha 21 produtos na lavoura, acima dos 17 da Agricultura.

Uma das novidades de 2025 é que os produtores de café vão receber, pela primeira vez, um volume financeiro maior do que o dos de cana-de-açúcar. Pelos números da CNA, café arábica e robusta vão somar R$ 115 bilhões, superando os R$ 112 bilhões da cana.

Ambos esses produtos tiveram um período de fortes acelerações nos preços no mercado interno e externo no ano passado. O fôlego da alta do café parece ser maior e deverá continuar em boa parte deste ano.

O café, que em 2021 representava 3,8% do valor total do VBP do país, chega a 8% neste ano. De 2021 a 2025, as receitas, se confirmadas as projeções do Ministério da Agricultura, sobem 151% no campo para esse produto.

Na média, os últimos anos têm sido um período de aumento de renda no campo. Na comparação dos números de 2021 com os de 2025, o faturamento bruto no campo subiu 77% para os produtores de laranja, 77% para os de amendoim, 33% para os de cana e 26% para os do setor bovino. Os produtores passaram, também, por um período de elevação dos custos de produção.

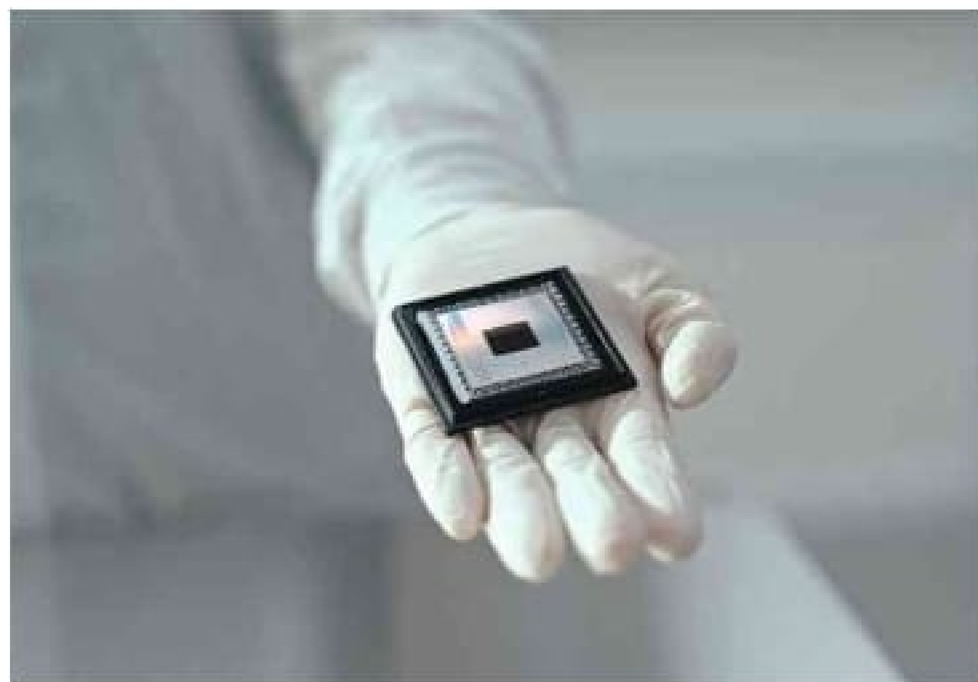
A soja mantém a liderança nessas receitas, e poderá obter R$ 342 bilhões neste ano.

Na era do chip quântico, Google promete multiverso; Microsoft, um novo estado da matéria

Análise

Inovação deve ser decisiva na próxima década, no entanto, é necessário se manter cético sem perder o otimismo

Álvaro Machado Dias
Neurocientista, professor livre-docente da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), sócio do Instituto Locomotiva e da WeMind e colunista da Folha



Chip Willow, da Microsoft 6.dez.24/Reuters

Em dezembro, o Google lançou o Willow, dizendo que "ele dá suporte à noção de que a computação quântica acontece em muitos universos paralelos". Neste mês, a Microsoft apresentou seu novo chip quântico, o Majorana 1, e o CEO da empresa, Satya Nadella, escreveu: "Criamos um estado completamente novo da matéria".

A excitação levou à disparada das ações do setor (e.g., RGTI +9,98%; QUBT 12,47%) sob a perspectiva de que uma nova era quântica esteja próxima, o que Jensen Huang (da Nvidia) e outros relativizam.

Computar é montar e desmontar Legos físicos ou simbólicos. Quando imputo 2 + 3 =?, levo junto o DNA da solução, que surge quando o computador reorganiza o 2 e o 3. A mesma coisa se dá para: encontre todos os números primos entre 1 e 1 septilhão. Nesse caso, a máquina de reorganizar informações deve localizar todos os divisores da fila do septilhão que não deixam resto e removê-los. Os que ficam são os primos.

As operações são quase instantâneas, mas numerosas a ponto de tornarem o resultado inatingível. Esse é o caso em relação às enzimas capazes de degradar todos os microplásticos. Elas existem, só que encontrá-las pode tomar mais do que o tempo do universo, intervalo atualmente necessário para quebrar a criptografia dos segredos militares e simular a realidade vivida.

Para resolver esse tipo de problema, Richard Feynman (1982) e David Deutsch (1985) criaram uma nova visão sobre como mexer as peças do Lego usando a mecânica quântica.

Elétrons e outras partículas se comportam como se girassem em torno de si quando submetidos a um campo magnético. O giro verificado pode se alinhar ao campo (+) ou opô-lo (-). Porém, antes da verificação, as partículas combinam os dois estados (+/-) em diferentes proporções: só positivo, só negativo, a mistura balanceada de ambos e um sem-número de outras composições. Isso se chama superposição e pode ser usado para mover Legos informacionais, aplicando esses incontáveis estados na realização de operações simultâneas.

As partículas em superposição utilizadas para computar são os bits quânticos, ou qbits. Além de combinarem múltiplos estados, os qbits podem ser entrelaçados —condição em que as operações em um afetam os outros. O entrelaçamento eleva a velocidade de processamento e serve para encontrar agulhas em palheiros, por meio de um princípio criado por Peter Shor (1994), que hoje está presente em todos os algoritmos quânticos: os estados de baixa probabilidade levam a seu descarte mútuo, enquanto os mais prováveis reforçam-se em destaque. Essa é a interferência quântica, que o nome sugere ser ruim, mas é boa.

O grande desafio da computação quântica é a manutenção do entrelaçamento. Os 105 qbits do Willow são 105 partículas entrelaçadas, mas elas só se mantêm coerentes pelo tempo recordista de 1/10.000 segundo ininterrupto. Ainda assim, a máquina é capaz de resolver em cinco minutos um tipo de problema que tomaria 1.024 anos para um supercomputador digital.

Como pode tanta peça de Lego ter sua posição modificada em tão pouco tempo? Talvez seja porque essas operações vão se desdobrando em universos paralelos —pensou o marketing da empresa. A alusão aqui é à teoria de Hugh Everett III (1957) de que os desfechos de um evento quântico se realizam em mundos paralelos. Sabe o gato morto e vivo ao mesmo tempo? O que Everett propôs foi que, ao retirarmos o gato (partícula) da caixa (superposição), geramos um universo. Se aqui o encontramos vivo, lá estará morto.

O princípio foi aplicado às soluções de um computador quântico (Deutsch, 1997), mas isso não "dá suporte à noção de que a computação quântica acontece em muitos universos paralelos", dado que os universos paralelos surgiriam quando finda a superposição, enquanto o Google afirma que eles emergem da própria computação, que ocorre em superposição.

O caso da Microsoft é diferente. Após quase 20 anos de pesquisa, a empresa propôs uma nova estratégia para evitar a perda do entrelaçamento e um protótipo de chip com oito qbits. Eles não têm um computador quântico operando, mas a ideia é genial: em vez de gerar o qbit de um elétron, o novo chip gera-o do comportamento sincrônico de suas propriedades distribuídas pelo material.

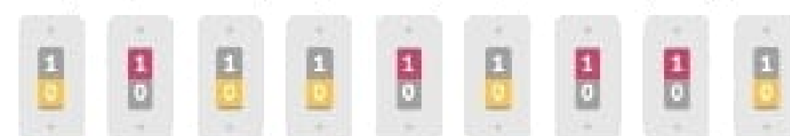
Na prática, é como se os estados do elétron em superposição se espalhassem pelo chip, gerando ganhos de resiliência. Esse comportamento distribuído se chama quasipartícula e pode nos aproximar da computação quântica para valer, já que permite empacotar mais qbits por chip e aumentar a duração do entrelaçamento.

A quasipartícula da Microsoft é a Majorana em Modo Zero e nomeia o dispositivo (Majorana 1). Ela é uma propriedade emergente dos topocondutores, que representam um novo estado da matéria, como falou Satya Nadella. Porém, as notas editoriais do artigo sobre a novidade são mais cautelosas: "O time editorial informa que o manuscrito não representa evidência da presença de Majorana em Modo Zero no chip descrito".

Tudo isso mostra que há um esforço para pintar o pavão, enquanto a computação quântica efetivamente engrena. Ela deve ter papel decisivo na próxima década, quando será combinada à IA, em arranjos híbridos, digital + quântico. Mantenha-se cético(a) sem perder o otimismo.

Qbits são partículas em superposição

Bits são interruptores
As operações são ações que os ligam (**1**) ou desligam (**0**)



Bit - Computação tradicional **Qbit** - Computação quântica



Qbits envolvem múltiplos estados simultâneos, que podem ser usados para computar. No final, eles são convertidos em bits

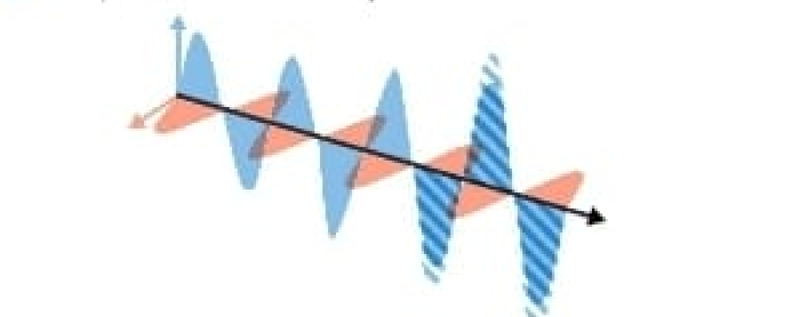
Entrelaçamento gera velocidade exponencial

Faz com que a capacidade de processamento de um qbit ajude todos os outros



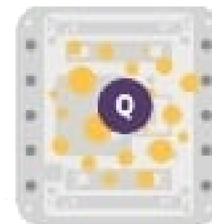
Interferência quântica

A interferência faz com que as ondas mais fortes se juntem em um tsunami
Soluções fracas são derrubadas mutuamente
Soluções fortes são reforçadas

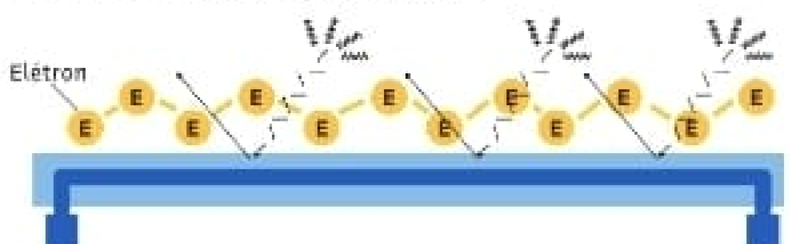


Majorana 1 - possível nascimento dos topocondutores

Qbits de quasipartículas
Quasipartículas são propriedades emergentes de um grande número de partículas
Comportamento coletivo de inúmeros Elétrons
Quasipartículas



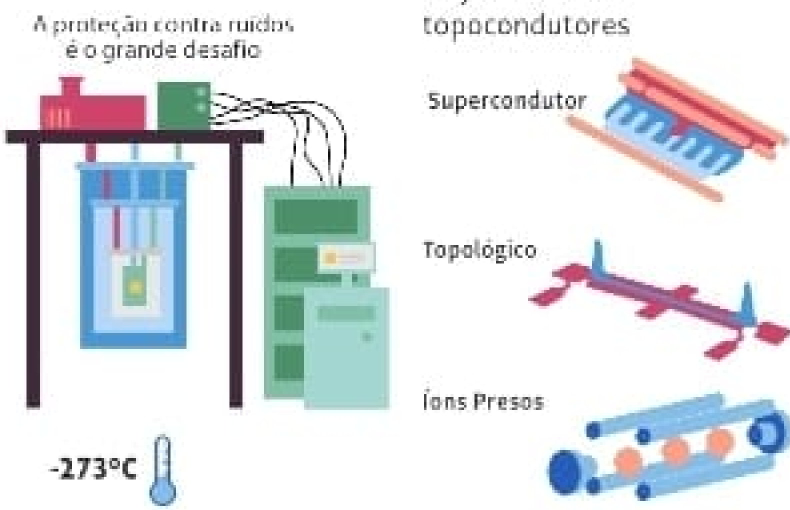
Supercondutores Topológicos
Chips topológicos distribuem os diferentes estados dos elétrons em superposição pelo material, o que aumenta a resistência das partículas a ruídos



O computador quântico

Apesar de envolver partículas subatômicas, o computador quântico possui uma estrutura muito grande

Processadores Quânticos
Muitas estratégias estão sendo usadas para se chegar a um processador quântico eficiente. Google Willow usa supercondutores, Microsoft Majorana 1 usa topocondutores



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00580146492025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90288/2025 - Nº Processo: 147.00027697/2024-69
Objeto: ENDOPROTESE VASCULAR TORACICA EM NITINOL.
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 07/03/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000.
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 07/03/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 18/03/2025 às 08:30h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00580133942025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90268/2025 - Nº Processo: 147.00033286/2024-11
Objeto: BALÃO GÁSTRICO, EM SILICONE, APROXIMADAMENTE 1,00M
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 06/03/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-900.
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 06/03/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 17/03/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00580018702025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90277/2025 - Nº Processo: 147.00032488/2024-37
Objeto: TRIANCINOLONA 40MG/ML.
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 28/02/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-900.
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP.

MUNICÍPIO DE CATANDUVA – SP
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 170/2024 – Objeto: Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços profissionais na execução de laudos de Raio-X para atender demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. **LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 24/03/2025 ÀS 08:30 HORAS. DATA E HORA DO PREGÃO: DIA 24/03/2025 ÀS 09:00 HORAS.** O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br); e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: https://www.catanduva.sp.gov.br/portal/editais/1. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Divisão de Licitações e Contratos – 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 26 de fevereiro de 2025. Ozório Ap. Morais – Pregoeiro

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária do Conselho de Representantes - FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FERAESP - Na forma de seu Estatuto Social, por seu Presidente nos termos do caput do artigo 32 e seu parágrafo primeiro, bem como, no parágrafo primeiro, inciso I e II do artigo 33 do estatuto social, **CONVOCA** seu Conselho de representantes, composto por membros que estejam em situação regular com suas obrigações sociais e estatutárias, para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária do Conselho de Representantes,** a ser realizada no dia 20 (vinte) de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco) em primeira chamada às 9hs00m (nove horas) com a presença de maioria simples dos filiados e/ou, em segunda chamada às 9hs30m (nove horas e trinta minutos), com a presença de qualquer número de filiados, nos termos dos Incisos I e II do Artigo 34 do Estatuto Social, para deliberarem sobre a seguinte **pauta do dia: 1)** Exame e tomada de contas da entidade relativo ao ano de 2024, devidamente apresentada com o parecer do conselho fiscal, nos termos do inciso II do artigo 48 e do Caput do artigo 60, ambos do estatuto social. A presente assembleia geral ordinária será realizada por meio de videoconferência nos termos do que dispõe o parágrafo primeiro do Artigo 19 do Estatuto Social, o qual será por intermédio do aplicativo Zoom, no dia e horário acima especificados, cujo link de acesso à participação na respectiva Assembleia Geral, será, no prazo estatutário, disponibilizado aos filiados que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários por meio de ofício circular enviado a todos, por correio eletrônico, bem como, estará disponível uma hora antes, no respectivo dia, no portal eletrônico da entidade https://www.feraesp.org.br, o link de acesso à assembleia. Bauru/SP, 26 de fevereiro de 2025. **Jotalune Dias dos Santos** - Presidente da FERAESP.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE 013/2025 – PC 00174/2025 – REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO E APRENDIZAGEM DE PENSAMENTO COMPUTACIONAL PARA AS TURMAS DE PRÉ-ESCOLA DA EDUCAÇÃO INFANTIL (4 E 5 ANOS) E DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO) - Abertura do Pregão Eletrônico dia 17/03/2025 às 09:00 horas.

PE 014/2025 – PC 00179/2025 – REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO PARA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO NAS TURMAS DE ANOS INICIAIS (1º, 2º, 3º, 4º E 5º ANOS) DO ENSINO FUNDAMENTAL. - Abertura do Pregão Eletrônico dia 18/03/2025 às 09:00 horas.

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:00 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br.** Telefones (11) 2630-5499/5478/5481/5495/5519.

Ordem dos Músicos do Brasil
Conselho Regional do Estado de São Paulo

CNPJ 43.450.832/0001-12

EDITAL - ELEIÇÃO OMB-CRESP 2025

O Presidente do Conselho Regional do Estado de São Paulo da Ordem dos Músicos do Brasil faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que de acordo com a Lei 3.857/1960, Resolução OMB/CF nº 02/2023 (D.O.U Seção 1 - ISSN 1677-7042 nº 29, 09/02/2023); Resoluções OMB/CF nºs 027/2022 e 028/2022; Decisão nº 01/2022 OMB/CF e Ata nº 07/2022, registrada em 25/12/2022, no 2º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília, fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital, para o registro de Chapas de candidatos à renovação de 1/3 (um terço) de Conselheiros Efetivos e Suplentes, do Conselho Regional do Estado de São Paulo da Ordem dos Músicos do Brasil, cuja eleição se processará no dia 01 de abril de 2025, das 10H00M às 16H00M, na sede do Conselho, na Avenida Ipiranga, nº 318, Bloco A, 6º andar, nesta Capital, em primeira convocação com a maioria absoluta de seus membros com direito a voto e, 01 (uma) hora após, com qualquer número, caso não haja quorum de Lei na primeira convocação. Ficam, pois, convocados, todos os inscritos deste Conselho Regional com condições de voto, para o referido pleito eleitoral. A Secretaria do Conselho Regional estará à disposição: na forma presencial às terças e sextas-feiras das 11 às 17h; e, on line: pelo WhatsApp OMB-CRESP 11 95833-1782 ou pelo e-mail: secretaria@ombsp.org.br para mais informações e ou agendamento para registro de chapas. São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. **Marcio Teixeira da Silva** - Presidente da OMB-CRESP

MUNICÍPIO DE CATANDUVA – SP
ERRATA - AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Onde se lê: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de ventiladores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. **LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 20/03/2025 ÀS 08:30 HORAS. DATA E HORA DO PREGÃO: DIA 20/03/2025 ÀS 09:00 HORAS.** O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br); e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: https://www.catanduva.sp.gov.br/portal/editais/1. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Divisão de Licitações e Contratos – 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 25 de fevereiro de 2025. Ozório Ap. Morais – Pregoeiro.

Leia-se: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de ventiladores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. **LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 21/03/2025 ÀS 08:30 HORAS. DATA E HORA DO PREGÃO: DIA 21/03/2025 ÀS 09:00 HORAS.** O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br); e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: https://www.catanduva.sp.gov.br/portal/editais/1. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Divisão de Licitações e Contratos – 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 26 de fevereiro de 2025. Ozório Ap. Morais – Pregoeiro.

PREFEITURA DE
Guararema

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 14/2025, PROCESSO: 028/2025, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM.
• Recebimento das Propostas: até as 8 horas do dia 18/03/2025
• Início da sessão de disputa: 9 horas do dia 18/03/2025
• LOCAL: site www.bll.org.br.
• Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8030 Ramal 8014. JOSE LUIZ EROLES FREIRE - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2024

A Câmara Municipal de Belo Horizonte torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará pregão eletrônico com o objeto de aquisição de cadeiras giratórias, cadeiras giratórias para pessoas obesas e cadeiras para eventos, **a partir das 14h do dia 18 de março de 2025**, pelo Portal de Compras do Governo Federal. O texto integral do edital encontra-se à disposição dos interessados no Portal da CMBH - www.cmbh.mg.gov.br (link Transparencia>Licitacoes) e no Portal de Compras - https://www.gov.br/compras/pt-br Internet (Código UASG nº 926306). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos nos dias úteis, no horário das 10h às 16h, pelo telefone da Seção de Apoio a Licitações da CMBH, (31) 3555-1249 ou pelo e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2025.
Rafael Augusto Mendes de Araújo Moraes
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário Municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **ALIANÇA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, COMERCIAL PROMOSTORE CONFECÇÕES LTDA, EMERSON LUIZ DA SILVA, MULTILISA COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA, PROCOMP PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA** e **TURN-O-MATIC DO BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA** referente ao **Pregão Eletrônico nº 018/2025 – Processo Licitatório nº 019/2025 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual aquisição de materiais de escritório para diversos setores. **Homologado em:** 26/02/2025.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 018/2025 – Processo Licitatório nº 019/2025 – Registro de Preços. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratadas: ALIANÇA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, COMERCIAL PROMOSTORE CONFECÇÕES LTDA, EMERSON LUIZ DA SILVA, MULTILISA COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA, PROCOMP PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA** e **TURN-O-MATIC DO BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. Objeto:** Eventual aquisição de materiais de escritório para diversos setores. **Data de Assinatura da Ata de Registro de Preços:** 26/02/2025.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores representados pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Osasco e Região (SAAEO), associados ou não, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede do Sindicato, na Rua Ester Rombenso, 49, Centro, Osasco/SP, no dia 06 de março de 2025, às 14 horas, em primeira convocação, a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **a)** Ata da Assembleia anterior. **b)** Concessão de poderes especiais à Diretoria do Sindicato e da FEPPAAE – Federação Paulista dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar para entabular negociações coletivas de trabalho com os sindicatos patronais representantes de instituições de ensino ou com as próprias instituições de ensino em todos os níveis, para os exercícios 2025/2026 e 2026/2027 (02 anos), podendo celebrar convenções coletivas de trabalho e/ou acordos coletivos de trabalho, aditamentos aos mesmos, ou, na impossibilidade, instaurar os competentes dissídios coletivos, comprometendo-se o sindicato a acolher e seguir a decisão da assembleia da FEPPAAE acerca da aprovação ou não de proposta patronal para a nova CCT. **c)** Elaboração do Rol de Reivindicações da categoria para os exercícios 2025/2026 e 2026/2027 (02 anos). **d)** Aprovação de contribuição a ser fixada pela Assembleia Geral, na forma do artigo 513, "e" da CLT, destinada à criação, ampliação e manutenção dos serviços prestados, além da manutenção da estrutura negocial sindical existente, a ser cobrada de todos os integrantes da categoria, associados ou não, mediante pagamento direto ao sindicato ou desconto em folha de pagamento, a ser feito pelo empregador, nos termos da tese vinculante fixada pelo STF no Tema 935 (ARE 1018459), do PN n.º 21 do TRT da 2ª Região. Acórdãos do STF – R.E. n.º 189.960-SP, D.J. de 10/08/2001 e R.E. n.º 337.718-SP D.J. de 28/06/2002; da letra "e" do artigo 513 da CLT; das Orientações n.º 04/2021, 13/2021 e 20/2022 da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS) do Ministério Público do Trabalho e da Nota Técnica n. 1º, de 27 de abril de 2018, também da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS) do Ministério Público do Trabalho, do Enunciado n.º 24 da Câmara de Coordenação e revisão – CCR do MPT e do Memo Circular SRT/MTE n.º 04, de 20/01/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho, valendo esta autorização para todos os membros da categoria, associados ou não; **e)** Assuntos diversos. A Assembleia Geral poderá ser realizada de forma virtual ou híbrida (presencial e virtual), caso a Diretoria não queira realizá-la de forma exclusivamente presencial, devendo, neste caso, divulgar o link para cadastro prévio e participação virtual na mesma em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data agendada. A votação será feita mediante escrutínio secreto, e, caso não seja obtido "quorum" legal, a assembleia será realizada às 14h30, no mesmo dia e local, em segunda convocação, conforme os artigos 612 e 859 da CLT e disposições estatutárias. Osasco/SP, 27 de fevereiro de 2025. Alexandre Eduardo da Silva - Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO Sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2025012000075 – Serviços especializados de transporte rodoviário de valores para Diversas Unidades. Abertura: 21/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000076 – Serviços de pré-impressão, impressão e fornecimento de peças editoriais para as Edições Sesc. Abertura: 19/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000080 – Fornecimento de canecas e squeezes para Diversas Unidades. Abertura: 04/04/2025 às 10h30.

PE 2025012000086 – Serviços de impressão e veiculação de placas de *outdoor* para a Unidade Araraquara. Abertura: 17/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000087 – Fornecimento de aventais, toalhas, bonés, chapéus, camisetas infantis, moletons e meias personalizadas para atendimento às lojas em Diversas Unidades. Abertura: 27/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000088 – Fornecimento futuro e eventual de estojos odontológicos para Diversas Unidades. Abertura: 14/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000089 – Locação de equipamentos de iluminação, sonorização e audiovisual, incluindo serviços de transporte, mão de obra, montagem e desmontagem para Diversas Unidades. Abertura: 13/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000090 – Locação de equipamentos de iluminação, incluindo serviços de transporte, mão de obra, montagem e desmontagem para a Unidade Pompeia. Abertura: 14/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000091 – Locação de equipamentos multimídia, incluindo serviços de transporte, mão de obra, montagem e desmontagem para a Unidade Pompeia. Abertura: 17/03/2025 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Logo da Nvidia na sede da empresa, na Califórnia
Justin Sullivan/Getty Images/AFP

Receitas da Nvidia sobem 79% com alta demanda por chips de IA

TEC

SAN FRANCISCO | FINANCIAL TIMES As receitas da Nvidia dispararam no trimestre fiscal que encerrou no final de janeiro, impulsionadas pela demanda crescente por seus chips focados em inteligência artificial.

A empresa informou que suas vendas aumentaram 78% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo US$ 39,3 bilhões, acima das estimativas de uma pesquisa da Bloomberg de US$ 38,3 bilhões. O grupo espera registrar uma receita de US$ 43 bilhões para o trimestre atual, com uma variação de mais ou menos 2%, em linha com as expectativas de Wall Street.

A Nvidia esteve entre as ações de melhor desempenho em Wall Street nos últimos dois anos, ajudando a impulsionar todo o mercado, já que os investidores apostaram que ela seria uma das beneficiárias do rápido crescimento da IA.

As ações da empresa, no entanto, caíram no início deste ano depois que a startup chinesa de IA DeepSeek afirmou ter feito várias descobertas em realizar tarefas complexas usando chips menos avançados do que rivais como a OpenAI, sediada nos EUA.

O CEO da Nvidia, Jensen Huang, minimizou essas preocupações nesta quarta-feira (26), dizendo em um comunicado que havia uma demanda "incrível" pelos chips Blackwell de última geração.

O lucro líquido foi de US$ 22,1 bilhões, um aumento de 80% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. As margens brutas, no entanto, caíram de 76% para 73%.

As ações da Nvidia subiram 2% nas negociações pós-mercado em Nova York.

mercado

Consumidor quer mais histórias de inspiração, diz vice da Diageo

ARENA DO MARKETING

Daniele Madureira

SÃO PAULO No capítulo de sábado (22) da novela das seis da Globo, "Garota do Momento", ambientada em 1958, uma homenagem chamou a atenção: uma jovem negra de 24 anos entoou a canção "Conselhos". Filha de uma lavadeira e de um forneiro de padaria, ela havia ganhado o concurso Ary Barroso e desistiu do trabalho como babá para investir na música, especialmente na bossa nova, que teve início na zona sul do Rio.

Mas a jovem em questão, Alaíde Costa, ficou de fora da turma que levou a bossa nova para o mundo. Ainda assim, ela não desistiu de cantar e gravou mais de 20 discos ao longo da carreira. A sua história, porém, só se tornou conhecida pelo grande público a partir de uma campanha da marca de uísque Johnnie Walker, da britânica Diageo, veiculada na Folha em 2023.

Sob o título "Errata de 70 anos", a peça trouxe uma biografia de Alaíde, com os seus altos e baixos na carreira, para dizer que a sociedade errou ao não reconhecer nela uma das mães da bossa nova. Na mensagem subliminar, fica a ideia de que Alaíde, hoje com 89 anos, faz jus ao slogan da uma das principais bebidas da Diageo: "Keep walking", ou "Continue caminhando".

"Entendemos que o consumidor está pedindo por mais histórias de inspiração. Fomos atrás de pessoas que tiveram tudo para parar de caminhar ou para mudar sua rota, e não o fizeram, se mantiveram fiéis à sua essência", diz Guilherme Martins, vice-presidente de marketing da Diageo, dona de Johnnie Walker, entrevistado do programa Arena do Marketing, videocast produzido pela TV Folha.

A campanha, criada pela AlmapBBDO e veiculada com exclusividade pela Folha, levou o Grand Prix do festival de Cannes em 2024, o maior evento global da publicidade.



Assista ao Arena do Marketing com o vice-presidente de marketing da Diageo, dona de Johnnie Walker

---

Secretaria de Esportes — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Encontra-se ABERTA na Secretaria de Esportes, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025, UASG 410103, do tipo MENOR PREÇO – Processo SEI nº **016.00011491 /2024-01**, objetivando a Contratação de serviços para realização da 4ª edição do Circuito MAIS MULHER. A participação no presente pregão dar-se-á por meio do sistema eletrônico, pelo acesso ao site: https://compras.sp.gov.br/. **Sessão Pública: Dia 17/03/2025 às 10hs00 min. Início do prazo para envio da proposta eletrônica: 27/02/2025.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico **PE DGA 90118/2025, UASG 450161**, Processo nº. **01-P-42533/2024**, do tipo menor preço **unitário por item**, destinado a **Aquisição de blocos de dissilicato e discos de zircônia**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **21/03/2025** às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico **PE DGA 90113/2025, UASG 450161**, Processo nº. **01-P-27867/2024**, do tipo menor preço **unitário por item**, destinado a Aquisição de Pontos de Acesso (APs) para rede sem-fio. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **20/03/2025 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
AVISO DE ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico **PE DGA Saúde 90111/2025**, UASG 450161, Processo **01-P-40498/2024**, do tipo menor preço; destinado a **Registro de Preços de Cateteres Angiográficos** O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia: **20/03/2025 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal) (https://www.gov.br/compras/pt-br/). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br). Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DOS PRAZOS

PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº 90096/2025
UASG 450161
ID contratação PNCP:46068425000133-1-000488/2025
PROCESSO Nº: 01-P-33119/2024
OBJETO: Registro de Preços de Baterias Estacionárias VRLA/AGM
Em virtude de modificações no sistema de recebimento de Esclarecimentos, Impugnações e Vistas, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021, os prazos da licitação passaram a ser os seguintes: Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 27/02/2025 Data da abertura da sessão pública: 18/03/2025 Horário: 09:30h Pregoeiro(a): Luis Sergio Berthe

---

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO - SUPRIMENTOS

AVISO DE ABERTURA - Encontra-se aberto na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) o Pregão Eletrônico **PE DGA 90119/2025**, processo **01-P-34949/2024**, do tipo menor preço, destinado à **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do tipo Split System (Hi Wall, Piso/Teto e Cassete) e ACJ (Ar Condicionado de Janela) de diversas capacidades, com fornecimento e substituição de peças, mão de obra, materiais e equipamentos**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **19/03/2025, às 09h30min**, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/) - O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00580176472025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90199/2025 - Nº Processo: 147.00034993/2024-16
Objeto: COPO DESCARTÁVEL DE POLIPROPILENO COM CAPACIDADE DE 200ML
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 28/02/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000.
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ 01.206.480/0001-04 – NIRE 35.300.452.542

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de agosto de 2024

Data, Hora e Local: No dia 01 (um) do mês de agosto de 2024, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04576-010. **Quórum:** Presentes os Conselheiros representando a totalidade de seus membros, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença de todos os Conselheiros, tornando-se dispensável a convocação por editais conforme o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Hélio Flagon Flausino Gonçalves; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia:** **(I)** Destituir membro da Diretoria; e **(II)** Ratificar a composição da Diretoria e redesignar e ratificar as funções dos diretores responsáveis por área perante a SUSEP. **Deliberações:** O Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou objeções, deliberou por: **(I)** Destituir do cargo de membro da Diretoria da Companhia, a partir da presente data, o Sr. Luis Henrique Meirelles Reis. Os membros do Conselho registraram votos de agradecimento ao executivo pelos relevantes serviços prestados à Companhia. **(II)** Ratificar a composição da Diretoria e redesignar as funções específicas dos diretores responsáveis por área perante a SUSEP, em razão da destituição deliberada no item precedente, da seguinte forma: **a)** O Sr. Marcio Benevides Xavier assumirá a função de Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (Art. 22 da Resolução nº 431/2021); e **b)** O Sr. Rodrigo Monteiro de Barros assumirá a função de Diretor responsável pela política institucional de conduta (Art. 12 da Resolução nº 382/2020).

Nome	Início do mandato	Fim do mandato
Adriana Heideker	28.03.2024	31.03.2027
Edson Luis Franco – Presidente	28.03.2024	31.03.2027
Fábio José Pereira Leme	28.03.2024	31.03.2027
Marcelo Carlos Alvala	28.03.2024	31.03.2027
Marcio Benevides Xavier	28.03.2024	31.03.2027
Mariane Bottaro Berselli Marinho	28.03.2024	31.03.2027
Rodrigo Monteiro de Barros	28.03.2024	31.03.2027
Sven Feistel	28.03.2024	31.03.2027

Dessa forma, ratifica-se a distribuição das funções específicas dos diretores nos termos abaixo: **1. Funções de caráter executivo ou operacional:** 1.1. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (Art. 1º, I da Circular nº 234/2003) – **Rodrigo Monteiro de Barros**; 1.2. Diretor responsável técnico (Art. 1º, II da Circular nº 234/2003 e Art. 3º, II da Resolução nº 432/2021) – **Rodrigo Monteiro de Barros**; 1.3. Diretor responsável administrativo-financeiro (Art. 1º, III da Circular nº 234/2003) – **Sven Feistel**; 1.4. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (Art. 3º, III da Resolução nº 432/2021) – **Sven Feistel**; 1.5. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas (Art. 2º da Resolução nº 143/2005) – **Rodrigo Monteiro de Barros**; 1.6. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (Art. 22 da Resolução nº 431/2021) – **Marcio Benevides Xavier**; 1.7. Diretor responsável pelo cumprimento do registro eletrônico de operações (Art. 13 da Resolução nº 383 de 20/03/2020) – **Rodrigo Monteiro de Barros**; 1.8. Diretor responsável pela política institucional de conduta (Art. 12 da Resolução nº 382/2020) – **Rodrigo Monteiro de Barros**, e 1.9. Diretor responsável pelo Open Insurance (Art. 31 da Resolução nº 415/2021) – **Sven Feistel**. **2. Funções de caráter de fiscalização ou controle:** 2.1. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 1º, IV da Circular nº 234/2003 e Art. 12 da Circular nº 612/2020) – **Mariane Bottaro Berselli Marinho**, e 2.2. Diretora responsável pelos Controles Internos e gestora diretamente responsável pela Unidade de Gestão de Riscos (Art. 9º e Art. 20 da Resolução CNSP nº 416/2021) – **Mariane Bottaro Berselli Marinho**. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Reunião, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta Reunião do Conselho de Administração, lavrando-se no livro próprio, a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas: Presidente da Mesa:** Hélio Flagon Flausino Gonçalves. **Secretário da Mesa:** Felipe Name Francisco; **Conselheiros:** Hélio Flagon Flausino Gonçalves, Carlos Roberto Toledo, Gustavo Bortolotto, Júlio de Albuquerque Bierrenbach e Valeria Camacho Martins Schmitke. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 01 de agosto de 2024. **Felipe Name Francisco** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 59.316/25-1 em 24/02/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico PE DGA Saúde **90109/2025**, UASG 450161, Processo nº **15-P-11909/2023**, do tipo menor preço; destinado à Contratação de serviços de empresa especializada para manutenção preventiva, preditiva e corretiva, bem como assessoria técnica, em grupos geradores (5 equipamentos) a diesel, situados no Hospital de Clínicas da Unicamp - HC e no Instituto de Otorrinolaringologia Cirurgia de Cabeça e Pescoço - IOU, assim como reservatório aéreo horizontal de combustível com capacidade de 15000 litros e da manutenção do Diesel armazenado. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **19/03/2025** às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal **https://www.gov.br/compras/pt-br/**. O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**), Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025 - PROCESSO Nº 12055/2024

Objeto: Implantação de registro de preços para eventual aquisição de pneus para a frota municipal de veículos, em atendimento à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transportes, desta prefeitura. HOMOLOGO para que surta seus efeitos legais o resultado do julgamento do Pregoeiro, ficando ADJUDICADO o seu objeto nos termos do Art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores a favor da empresa. BENICIO PNEUS LTDA.
Alexandre Jurcovichi - Secretário Municipal de Mobilidade Urbana e Transportes

---

UASG – HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços.
Nº Processo: 144.00000554/2025-75
Objeto: Medicamentos
Total de Itens Licitados: 51 (cinquenta e um).
Valor total da licitação: sigiloso
Disponibilidade do edital: 27/02/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Rua Dr. Reinaldo Machado, nº 255 - Bairro Fragata - Marília/SP; e
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 27/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 19/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP
SUSPENSÃO DA SESSÃO

Fica SUSPENSA a sessão do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025 - PROCESSO Nº 033/2025**, inicialmente marcada para o dia 28/02/2025, às 08h30min no portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, tendo em vista o pedido de esclarecimento que foi apresentado e está sendo analisado pelo Setor de Engenharia. A nova data de abertura será divulgada na forma da Lei.

Junqueirópolis/SP, 26 de fevereiro de 2025.
JOAQUIM ROSA CORRADI - Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO Nº 020/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ALAMBRADOS E PORTÕES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL Recebimento das Propostas: das 09h00min do dia 28/02/2025 até as 08h30min do dia 14/03/2025 Abertura das Propostas: às 08h31min do dia 14/03/2025 Início da Sessão de Disputa: às 09h00min do dia 14/03/2025 Local: www.bll.org.br Modo de Disputa: Aberto OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.guararapes.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores informações via e-mail: compras@guararapes.sp.gov.br.

Guararapes, 26 de fevereiro de 2025
Enevaldo Albano - Diretor do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico nº 033/2025

Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **17 de março de 2025, às 08h30min**, visando a **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DO SETOR DE EDUCAÇÃO DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 26 de fevereiro de 2025.
MARIA EDNA DO ROSÁRIO BONANCIM - Diretora de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico nº 032/2025

Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **18 de março de 2025, às 08h30min**, visando a **contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso de software no formato SAAS para gestão da diretoria de assistência e desenvolvimento social do município de Junqueirópolis/SP.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 26 de fevereiro de 2025.
CLAUDIA REGINA PEVIANI VELLONE
Diretora de Assistência e Desenvolvimento Social

EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
CNPJ nº 02.302.101/0001-42 - NIRE nº 35300153243 - Companhia Aberta
FATO RELEVANTE
Divulgação de Projeções

A EMAE ("Companhia"), informa aos seus acionistas e ao mercado em geral suas projeções de investimentos para os próximos anos, com foco na expansão e modernização de suas operações: i. Intenção de direcionar até R$ 1,45 bilhão para a expansão da capacidade instalada de seu parque gerador, considerando a participação em leilões estratégicos do setor e outras oportunidades. ii. Investimento estimado em torno de R$ 800 milhões na ampliação das usinas fotovoltaicas flutuantes, com expectativa de aumento da capacidade instalada para 75 MW até 2026, podendo alcançar 130 MW no futuro. iii. Destinação de aproximadamente R$ 140 milhões para a modernização do parque gerador em 2025, visando maior confiabilidade e eficiência operacional. Com essas iniciativas e demais investimentos em estudo, o montante total poderá alcançar R$ 2,6 bilhões até 2029, reafirmando o compromisso da EMAE com a modernização, eficiência e crescimento sustentável. As projeções apresentadas serão incluídas no Formulário de Referência da Companhia que estará disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da EMAE (www.ri.emae.com.br) dentro do prazo legal. A Companhia ressalta que essas estimativas podem sofrer alterações em função de fatores de mercado e demais condições externas.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025
Eduardo Silva
Diretor Financeiro, Administrativo e de Relações com Investidores

emae

Eufrázio

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVANHANDAVA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025** PROCESSO Nº 13/2025 MENOR PREÇO POR ITEM A Prefeitura Municipal de Avanhandava/SP, torna público que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO, para aquisição de dois veículos, novo, zero km, motor 1.0, flex, conforme Anexo I. O Edital de Licitação e seus Anexos poderão ser retirados gratuitamente na página oficial do município www.avanhandava.sp.gov.br, ou solicitado através do e-mail licitacao@avanhandava.sp.gov.br. A licitação ocorrerá através do link http://45.71.14.53:8079/comprasnetbr/, às 09h30m do dia 18 de março de 2025. Melhores informações serão fornecidas pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda a sexta-feira, das 8h00m às 11h30m e das 13h00m às 16h00m. Avanhandava/SP, 26 de fevereiro de 2025. Norberto Cesar Baraldo – Prefeito Municipal.

UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº Processo: 147.00027966/2024-97 – Nº da Contratação: 90289/2025
Objeto: Contratação de prestação de serviços de saúde para atenção domiciliar – Home Care – em favor do usuário: **M. D. O. S.** na Cidade de **Valparaíso/SP.**
Total de Itens Licitados: 05 (cinco).
Valor total da licitação: SIGILOSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 24 DA LEI N. º 14.133/2021
Disponibilidade do edital: 27/02/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59.
Endereço: Av. Ibirapuera, 981 – Vila Clementino – São Paulo – SP- CEP 04029-000, e
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 27/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 17/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00579841542025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00029819/2024-51 - Pregão Eletrônico: 532101 - 90258/2025
Objeto: Aquisição de Bateria em chumbo - No Break
Total de Itens Licitados: 04 (quatro). **Valor total da licitação:** Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 27/02/2025. Horário: das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 27/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00580157762025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90142/2025 - Nº Processo: 147.00004291/2024-16
Objeto: HIDRALAZINA CLORIDRATO 25MG COMPRIMIDO
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 28/02/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000.
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

Eleições Sindicais. O Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Sorocaba e Região, com sede à Rua Atanásio Soares, nº 3080, sala 01, Jardim Maria Eugênia, Sorocaba/SP, comunica que serão realizadas no dia 31 de março de 2025 suas eleições para os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal (titulares e suplentes), sendo que o registro de chapas deverá ser efetuado junto à secretaria da entidade, no horário das 09h00 às 14h00, de segunda a sexta-feira, no período de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do dia seguinte da publicação do presente edital, e o registro dos candidatos deverá observar o previsto no Estatuto Social da Entidade, cujo prazo para impugnação dos candidatos será de 5 (cinco) dias corridos, contados do dia seguinte previsto para o encerramento do registro das chapas. O horário de votação será das 10h00 às 16h00, sendo que haverá 02 (duas) urnas, uma na sede do Sindicato e outra "itinerante". Caso seja necessária a realização das eleições em segunda votação, estas serão realizadas no dia 28 de abril de 2025. O processo eleitoral e seus procedimentos obedecerão às normas e disposições do Estatuto Social da Entidade. O edital de convocação encontra-se afixado na sede do sindicato. Sorocaba, 27 de fevereiro de 2025. Artur José Aparecido Bordin - Diretor Presidente

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE/SP
Aviso de Licitação - Modalidade: Concorrência Presencial
Processo nº 13/25 - Concorrência Presencial nº 01/25

Encontra-se aberto nesta municipalidade a Concorrência Presencial acima citada para a Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para Execução de Serviços de Remoção e Desaguamento (desidratação) do Lodo da Lagoa Anaeróbia da ETE de Santa Rita d' Oeste/SP, conforme o Contrato nº 192/2024 – que entre si celebram o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e o Município de Santa Rita d'Oeste. Valor Estimado da obra R$ 477.260,73. Caução para participação R$ 4.772,60. A sessão da concorrência dar-se-á no dia 26 de março de 2025, tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá a partir das 13h40min. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Rua Antonio Tavares, Nº 107, Centro, pelo telefone (17) – 3643-1123, bem como no site: www.santaritadoeste.sp.gov.br Santa Rita d'Oeste, 26 de fevereiro de 2025.
Osmar Sampaio – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025

A Câmara Municipal de Belo Horizonte torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará pregão eletrônico com o objeto de aquisição de materiais de higiene, limpeza e acessórios, **a partir das 14h do dia 18 de março de 2025**, pelo Portal de Compras do Governo Federal. O texto integral do edital encontra-se à disposição dos interessados no Portal da CMBH - www.cmbh.mg.gov.br (link Transparencia/Licitacoes) e no Portal de Compras - https://www.gov.br/compras/pt-br Internet (Código UASG nº 926306). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos nos dias úteis, no horário das 10h às 16h, pelo telefone da Seção de Apoio a Licitações da CMBH, (31) 3555-1249 ou pelo e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2025.
Sarah Alves Zuanon
Pregoeiro(a)

Edital de Convocação: **SEECTTHJR - SINDICATO DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE JUNDIAÍ E REGIÃO** (CNPJ 68.002.476/0001-03), REG. MTE/AESB Nº 46000.005897/94, POR SUA DIRETORA PRESIDENTE, NOS USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E ESTATUTÁRIOS, CONVOCA TODOS OS **EMPREGADOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS COMERCIAIS, RESIDENCIAIS, MISTOS E SIMILARES** (TODO TRABALHADOR COM VÍNCULO DE EMPREGO EM EMPRESAS DESTE SEGUIMENTO. TAIS COMO: CORRETOR, CAPTADOR OU EXPOSITOR DE IMÓVEIS, SETOR ADMINISTRATIVO, RH, RECEPÇÃO, LIMPEZA, ENTRE OUTROS, OU SEJA, TODO AQUELE QUE TRABALHA PARA A EMPRESA ADMINISTRADORA, LOTEADORA E IMOBILIÁRIA EM GERAL), ASSOCIADOS OU NÃO DO SINDICATO, QUE PRESTAM SERVIÇOS NOS MUNICÍPIOS DE CABREÚVA, CAMPO LIMPO PAULISTA, INDAIATUBA, ITATIBA, ITU, ITUPEVA, JARINU, JUNDIAÍ, LOUVEIRA, VALINHOS, VÁRZEA PAULISTA E VINHEDO, NO ESTADO DE SP, PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (ART. 612, CLT) QUE SERÁ REALIZADA NA RUA RANGEL PESTANA, 1318 A, CENTRO - JUNDIAÍ/SP, NO DIA **13 DE MARÇO DE 2025**, ÀS 09H EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, NÃO HAVENDO EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO NÚMERO LEGAL PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA, OS TRABALHOS SERÃO INICIADOS UMA HORA APÓS, COM QUALQUER NÚMERO DE PRESENTES, SENDO QUE AS DELIBERAÇÕES TOMADAS TERÃO VALIDADE RELATIVAMENTE AOS ASSUNTOS DISCUTIDOS EM PAUTA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO. ORDEM DO DIA: A) APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PAUTA DE REIVINDICAÇÕES A SER APRESENTADA À RESPECTIVA REPRESENTAÇÃO SINDICAL PATRONAL (**DATA BASE: 1º DE MAIO DE 2025**); B) AUTORIZAÇÃO PARA A DIRETORIA DO SINDICATO PROMOVER AS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS COM A RESPECTIVA REPRESENTAÇÃO SINDICAL PATRONAL E/OU EMPRESAS DO SEGMENTO E CELEBRAR CONVENÇÃO COLETIVA, ACORDO COLETIVO E TERMOS ADITIVOS COM EMPRESAS EMPREGADORAS DOS SEGMENTOS, REQUERER MEDIAÇÃO, ARBITRAGEM E INSTAURAR PROCESSO DE DISSÍDIO COLETIVO PERANTE A JUSTIÇA, MINISTÉRIO PÚBLICO E/OU ÓRGÃO COMPETENTE, INSTAURAR O PROCESSO JUDICIAL PARA GARANTIA DAS DATAS BASES DE 1º DE MAIO DE 2025 E A DECRETAÇÃO DE ESTADO DE GREVE, SE NECESSÁRIO; C) AUTORIZAR A CONTINUAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL, QUE SE MANTERÁ PERMANENTE ATÉ O FINAL DA CAMPANHA SALARIAL 2025, D) DISCUSSÃO, APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DO DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/MENSAL DOS EMPREGADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO, COM O REPASSE PELAS EMPRESAS PARA O SINDICATO, NA FORMA ESTABELECIDA NA CCT OU ACT, CONCEDENDO O PRAZO DE 10 DIAS CORRIDOS PARA APRESENTAÇÃO DE OPOSIÇÃO: DE 05 A 14 DE MAIO DE 2025, PESSOALMENTE NA SEDE OU DA ENTIDADE. SENDO A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA SOBERANA. OS EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS A DATA BASE PODERÃO APRESENTAR OPOSIÇÃO NOS 10 DIAS CORRIDOS A CONTAR DA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE COMPROVAÇÃO DO INÍCIO DO CONTRATO DE TRABALHO. NÃO SERÃO RECONHECIDAS AS OPOSIÇÕES ENVIADAS DIRETAMENTE PELAS EMPRESAS E/OU AS ENVIADAS PELOS EMPREGADOS ATRAVÉS DE CORREIOS, NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, CARTÓRIO, E-MAIL, FAX, BEM COMO AS INTEMPESTIVAS, BEM COMO DISCUSSÃO E APROVAÇÃO COLETIVA DA MENSALIDADE ASSOCIATIVA, TODAS VISANDO A MANUTENÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL E O FORTALECIMENTO NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS; E) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DA CATEGORIA. JUNDIAÍ, 27 DE FEVEREIRO DE 2025. CAMILA DE PAULA ROCHA – PRESIDENTE.

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE ARARAQUARA
Aviso de Licitação – Edital Nº 90002/2025 – Pregão Eletrônico – UGE 180133

OBJETO: Aquisição de Cartuchos de Toner e Cilindros Fotocondutores/Fotorreceptores para utilização pela Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara - SEDE e unidades subordinadas - Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico - Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I - Modo de Disputa: Aberto - Registro de preço: Não - Data de divulgação no PNCP: 27/02/2025 - Data de início do recebimento de propostas: 27/02/2025 09:00 (horário de Brasília) - Data fim de recebimento de propostas: 18/03/2025 09:00 (horário de Brasília) - Edital na íntegra: Compras.gov.br ou sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br ou Rua Padre Duarte nº 1323, Centro – Araraquara-SP.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00580004062025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90279/2025 - Nº Processo: 147.00026462/2024-50
Objeto: PLACA TIPO ENDOBUTTON TITANIO
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 28/02/2025. **Horário:** das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000.
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00579998432025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00026837/2024-81 - Pregão Eletrônico: 532101 - 90251/2025
Objeto: Aquisição de cateter nasal em silicone e outros
Total de Itens Licitados: 08 (oito). **Valor total da licitação:** Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 27/02/2025. Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 27/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 055/2024 - PROCESSO Nº 463/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis CONTRATADA: FBR PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP. ASSINATURA: 24/02/2025. OBJETO: Fica prorrogado o prazo do referido contrato por mais 120 (cento e vinte) dias, passando a vigência final de 02 (dois) de fevereiro de 2025 para 02 (dois) de junho de 2025; retroagindo os seus efeitos à 02 (dois) de fevereiro de 2.025. As demais cláusulas permanecem inalteradas. CONCORRÊNCIA Nº 010/2023.

Fernandópolis-SP, 26 de fevereiro de 2025.
RAFAEL VINÍCIUS VINCENTIN
Gerente

MTC Soluções Logística Ltda.
NIRE 35.904.694.953; CNPJ 15.654.206/0002-82
Memorial Descritivo

Endereço: Estrada Galvão Bueno, nº 3.300, Galpões 12 a 13, Bairro Batistini, CEP 09842-080, São Bernardo do Campo, São Paulo. **1. Capital Social atual da Matriz:** 2.537.970,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil, novecentos e setenta reais). Filial sem capital destacado. **2. Equipamentos:** 3 empilhadeiras retrátil de 2 toneladas, 1 empilhadeira contrabalançada de 2,5 toneladas, 1 transpaleteira elétrica. **3. Operações e serviços:** Armazenagem de material prima e produtos acabados. **4. Capacidade de armazenagem do galpão em m² ou m³: Galpão nº 12**: 2.800 m2. **Galpão nº 13**: 2.800 m2. **5. Características do espaço físico do Armazém (comodidade)**: Imóvel em condomínio de galpões logísticos. Pé direito livre de 12 metros. Cobertura metálica com isolamento face felt. Iluminação zenital em policarbonato prismático. Piso em concreto nivelado a laser para 6 toneladas por m2. **6. Segurança** (tons e condições do armazém): Sistema de segurança com CFTV. Sistema de sprinkler. Portaria blindada com controle de acesso. **7. Quais itens irá armazenar?** Cosméticos, Produtos de Segurança, Alimentos, Peças Automotivas. **8.** Observação: Armazém funciona em três turnos. Deyse Dias - OAB /SP nº 249.981

CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO No. 01/2025 – Sistema de Registro de Preços – Aquisição de medicamentos com entregas parceladas. Cadastrado no sistema sob nº 90.001/2025. Abertura: 17/03/2025 às 08:30h. VALOR MÁXIMO: R$ 49.997.979,80. Autorização: Marcelo José Bernardeli Palhares – Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio. Data da Autorização: 25/02/2025. Edital na íntegra nos endereços eletrônicos https://www.gov.br/compras/pt-br e www.consorcioparanasaude.com.br. Endereço eletrônico do local da disputa: https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações: Rua Emiliano Perneta, 822 – conjunto 402 – Centro – Curitiba – Paraná. Fone: (41) 3324-8944.
Julio Cezar Woehl – Pregoeiro

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — Itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **FABRICIO GAMARODI FERREIRA**, [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **Presencial e On-line**, [illegible] **dia 10/03/2025, às 15h30min**, [illegible] **Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, [illegible] **R$ 1.559.527,71** [illegible] **Imóvel objeto da matrícula nº 44.779 do 2º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São Bernardo do Campo/SP. Inscrição Municipal**: [illegible] **Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** [illegible] **dia 24/03/2025, às 15h30min**, [illegible] **SEGUNDO LEILÃO**, [illegible] **R$ 867.838,34** [illegible] www.frazaoleiloes.com.br [illegible] www.frazaoleiloes.com.br [illegible] www.frazaoleiloes.com.br [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de medicamento (NIRAPARIBE 100MG CAPSULA), conforme quantidade e demais especificações descritas no Edital e seus anexos. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 18 de março de 2025, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br, www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp a partir do dia 28 de fevereiro de 2025. Mais informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: pregoeiros@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 26 de fevereiro de 2025.
Antonia M. S. X. Brasilino – Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2025 – EXCLUSIVO PARA ME/EPP

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2025, cujo objeto é a aquisição de 4.000 litros de leite longa vida desnatado, conforme demais especificações descritas no Edital e seus anexos. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 18 de março de 2025, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br, www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp a partir do dia 28 de fevereiro de 2025. Mais informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: pregoeiros@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 26 de fevereiro de 2025.
Antonia M. S. X. Brasilino – Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de medicamentos de mandado judicial, conforme quantidades e demais especificações descritas no Edital e seus anexos. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 18 de março de 2025, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br, www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp a partir do dia 28 de fevereiro de 2025. Mais informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: pregoeiros@jaguariuna.sp.gov.br

Jaguariúna, 26 de fevereiro de 2025.
Antonia M. S. X. Brasilino – Departamento de Licitações e Contratos

---

mercado

Coteminas propõe pagar credor em 2055 ou via fundo imobiliário

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O grupo Coteminas propôs pagar a alguns de seus credores apenas a partir de 2055. Quem não quiser esperar tanto poderá virar cotista de um Fundo de Investimento Imobiliário (FII) que ainda será criado.

O plano de recuperação da companhia fundada por José Alencar, vice-presidente da República de 2003 a 2011, e hoje administrada por seu filho, Josué Gomes, foi apresentado no ano passado à Justiça e aos credores, que agora esperam a definição da data da assembleia em que a proposta será avaliada.

Josué é o atual presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado São Paulo). Em 2024, em um raro comentário sobre as empresas de sua família, ele disse ter certeza que o grupo pagará a todos os credores.

Bernardo Bicalho, advogado na recuperação judicial, diz esperar que o plano seja aprovado ainda neste ano para que as empresas do grupo voltem a operar.

Dez empresas foram incluídas no pedido de proteção judicial. Além dos braços têxteis, como Spring Global, Santanense e Ammo Varejo (que vende Santista, Artex e Mmartan), estão também no grupo a Fazenda do Cantagalo e empresas de gestão de imóveis, como a Santanense Empreendimentos Imobiliários e Encorpar Empreendimentos Imobiliários.

O grupo declarou à Justiça ter quase R$ 2 bilhões em dívidas. A parcela mais relevante (R$ 597,7 milhões) não está sujeita ao processo de recuperação judicial, ou seja, não seguirá a ordem de pagamento prevista em lei.

Aos trabalhadores o grupo deve R$ 106,1 milhões. Os débitos quirografários (sem garantia real) somam R$ 344,7 milhões; os com garantia real, R$ 379,1 milhões; os fiscais, R$ 410,5 milhões. Com microempresas e empresas de pequeno porte, R$ 8,5 milhões.

Aos trabalhadores a companhia prevê pagar o valor total devido três anos depois da homologação. Os valores serão corrigidos em até 3% ao ano. O plano também prevê que os pagamentos feitos desse jeito representarão "quitação plena, irrevogável e irretratável dos créditos trabalhistas". O comando busca evitar questionamentos judiciais futuros.

mercado

Com 1,4 milhão de motoristas, Brasil lidera ranking global da Uber

Júlia Moura

SÃO PAULO O Brasil é o país com mais viagens e com mais motoristas da Uber, com 1,4 milhão de ubers cadastrados atualmente, aponta o presidente da empresa, Dara Khosrowshahi.

"A América Latina, especialmente o Brasil, é um mercado enorme para nós. Essa foi realmente uma das minhas maiores surpresas quando vim para a Uber. Por exemplo, 6 das nossas 10 principais cidades em termos de viagens estão no Brasil. É um mercado incrível para nós", afirmou o CEO durante evento do BTG Pactual, nesta quarta (26).

"Do ponto de vista de corridas, o Brasil é nosso maior país em termos globais, o que é incrível. É o nosso maior país em termos de número de motoristas e entregadores, e estão crescendo muito rápido. Nos últimos dez anos, eles ganharam cerca de US$ 25 bilhões em nossa plataforma", afirmou Khosrowshahi.

Para seguir em expansão, uma das estratégias da companhia é baratear o custo das viagens, a nível global. Segundo o executivo, um dos caminhos para isso é a adoção do moto-táxi.

"Uma das categorias que mais crescem agora no mundo é o transporte de duas rodas. Obviamente, os veículos são muito mais baratos e é também uma maneira mais barata de se locomover. Eu ainda não experimentei, mas estou muito ansioso para a próxima vez que estiver no Brasil para pegar uma moto. Acho que minha equipe entraria em pânico um pouco", brincou o CEO da Uber.

A Uber Moto opera em algumas cidades no Brasil, como Rio e Salvador. Em São Paulo, a operação foi suspensa por decisão da Justiça.

Segundo Khosrowshahi, a empresa está trabalhando para melhorar a segurança da categoria.

Outra redução de custo da companhia é a contratação de engenheiros de software fora do Vale do Silício. Um dos locais de contratação é o Brasil.

"Como o Brasil é um mercado tão grande para nós, eu queria ter engenheiros no local. E, como há muitas empresas de serviços financeiros, em termos de talentos de engenharia, o país é muito rico. Eles são um pouco mais baratos do que engenheiros em San Francisco."

FRAZÃO LEILÕES — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — itaú

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Marília e Região. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores das categorias profissionais da nossa representação sindical, associados ou não ao sindicato, abaixo relacionados juntamente com data e horário da assembleia da categoria com data-base em 1º de julho de 2025: 1 - Categoria Sociedades de Fomento Mercantil Factoring, a realizar-se no dia 15 de abril de 2025, às 16h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 17h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 2 - Categoria Comissárias de Despachos, Agentes de Carga Aérea, Operadores de Transporte Multimodal NOVCC (transitário e consolidador de carga marítima) e Logística na prestação de serviços de comércio exterior, a realizar-se no dia 16 de abril de 2025, às 16h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 17h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente. As assembleias se realizarão na Rua Paraíba, nº 577, Bairro Banzato na cidade de Marília/SP, com a seguinte ordem do dia: 1 - Aprovar, ou não, as pautas de reivindicações para negociações das Convenções Coletivas de Trabalho, cuja data-base é 1º de julho/2025. 2 - Aprovar, ou não, a continuação da assembleia, que se manterá permanente até o final da solução das negociações/2025, ficando autorizada a Presidente do sindicato a convocar através de boletins, sessões de assembleias extraordinárias presenciais ou virtuais para deliberar sobre a proposta feita pelo sindicato patronal em caso de não atender a pauta que foi aprovada pelas assembleias dos trabalhadores. 3 - Concessão de poderes à diretoria da entidade para, em conjunto com os demais sindicatos da categoria e a Federação, ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar Acordos, Convenções Coletivas de Trabalho ou Aditivos, bem como tomar as medidas necessárias buscando solucionar as negociações coletivas, seja através de pedido de mediação ou arbitragem, ou ainda através de medidas junto à Justiça do Trabalho. 4 - Ratificar ou não, quanto à Contribuição Assistencial para o exercício/2025, a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores associados ou não ao sindicato, das categorias de nossa representação sindical acima mencionadas, bem como fixar seu percentual, forma de desconto, maneira de oposição e índice de multa a ser aplicada no caso de não recolhimento. Marília/SP, 27 de fevereiro de 2025. Rosangela Aparecida Rodrigues, Diretora Presidente.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 17/03/2025, às 10:10hs/ 2º Público Leilão: 18/03/2025, às 10:10hs.

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1000 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Casa residencial, com frente para a Avenida Adamantina, nº 206, ... Franco da Rocha/SP ... Mais informações no site www.francoleiloes.com.br

BIASI LEILÕES — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL E ON-LINE — itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h — 2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 19/03/2025, às 10:30hs/ 2º Público Leilão: 20/03/2025, às 10:30hs.

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1000 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, ... www.francoleiloes.com.br

FIPAI FUNDAÇÃO PARA O INCREMENTO DA PESQUISA E DO APERFEIÇOAMENTO INDUSTRIAL

DESPACHO DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE DE 25.02.2025.

Autorizo na forma do caput do Art.72, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, a Dispensa de Licitação, para despesa abaixo especificada, devidamente justificada, e em conformidade com o Parecer Jurídico e Justificativa Técnica do Coordenador do Projeto, constante dos autos, conforme prevê o Art. 72, inciso III do mesmo diploma legal. **Interessada:** FIPAI Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial. **Fundamento Legal:** Artigo 75, Inciso IV, Letra c da Lei Federal nº 14.133/2021. **Processo:** FIPAI nº 07/2025 - Dispensa de Licitação - Convênio Petrobras 2022/00076-6. **Objeto:** Serviço de manutenção e adequação do sistema de estocagem do SF6 do LCM. **Contratada:** SA Equipamentos Hidráulicos e Pneumáticos Ltda – CNPJ: 56.717.405/0001-37. **Valor:** R$ 203.900,00. **Frederico Fabio Mauad - Diretor Presidente**.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC

AVISO DE REABERTURA LICITAÇÃO

Acha-se aberto na **Fundação Municipal para Educação Comunitária**, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou www.fumec.sp.gov.br o **Pregão Eletrônico nº 01/2025, Interessada:** Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC) **Processo Administrativo nº FUMEC.2024.00003601-31Objeto:** Contratação de empresa especializada na elaboração e implementação do programa gestão de qualidade do ar interno e do Plano de manutenção, Operação e Controle (PMOC), responsável por realizar manutenções preventiva e corretiva, de natureza continuada, nos sistemas de ar condicionado e de ventilação e exaustão, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à manutenção e adequados à execução dos serviços. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL: 27/02/2025. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/03/2025 - 09:00 h. Unidade Compradora: 925256 – Número da Licitação:90001/2025** Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do email: (fumec.licitacoes@educa.fumec.sp.gov.br).Campinas, 26 de fevereiro de 2.025.

FABIO ALVES CREMASCO – Gerente de Compras e Licitações - FUMEC

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO — HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico para registro de preços nº 152/2025, do tipo menor preço, destinado à; MICRO PINÇA PARA RETINA, COM MANDÍBULAS SERRILHADAS, TIPO JAWS, 23G X 0,6MM; MICRO PINÇA PARA RETINA, COM MANDÍBULAS SERRILHADAS, TIPO JAWS, 25G X 0,6MM; MICRO PINÇA DESCARTÁVEL MODELO ECKARDT END-GRIPPING, MEDINDO 25G (0,5 MM.... A realização da Sessão será no dia 24/03/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90152/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 27/02/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR

Diretor do Serviço de Compras EM EXERCÍCIO

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO- SINTESP

Edital de Divulgação de Chapa Inscrita - Eleições Sindicais - Em cumprimento ao disposto no estatuto social desta entidade, comunica que foi registrada para concorrer às eleições para nova diretoria desta entidade, para o **quatriênio 2025/2029** uma única chapa denominada **"Sintesp no caminho certo sem medo de errar"** assim composta: **Diretoria Executiva** Presidente – Valdizar Albuquerque da Silva ... São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. Valdizar Albuquerque da Silva - Presidente.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE PIRANGI

CNPJ.: 51.804.771/0001-72

REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO. INTRODUÇÃO - Art. 1º - O presente regulamento aplica-se às compras e contratação de serviços pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE PIRANGI denominada a seguir O.S.S. PIRANGI. DAS COMPRAS - Art. 2º - ... DEOCRECIO LUIZ ALBANI - Presidente Conselho de Administração. NEIDE APARACIDA ALMEIDA - Presidente do Conselho Fiscal

Impasse entre empresa aérea e petrolífera trava voos com baixa emissão

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

SICÍLIA E LONDRES | FINANCIAL TIMES Um impasse entre companhias aéreas e grupos de energia sobre a produção de combustível aéreo sustentável está atrasando a transição para voos com baixa emissão de carbono.

As empresas aéreas reclamam que o combustível de aviação sustentável (SAF, na sigla em inglês) é caro e não está sendo produzido em quantidade suficiente. Mas as empresas de energia estão relutantes em investir em mais produção até que haja pedidos de longo prazo.

SAF é um termo amplo que cobre combustível de aviação que não é feito de combustíveis fósseis. Ele é quase todo feito de material orgânico, incluindo culturas, gordura animal e óleo de cozinha usado.

Dependendo do que é feito, pode reduzir as emissões líquidas de carbono dos voos entre 60% e 90%. Mas custa, pelo menos, duas a três vezes mais do que o combustível de aviação padrão.

A situação é cada vez mais crítica para as companhias aéreas, que têm poucas alternativas para reduzir suas emissões. A aviação representa cerca de 2,5% das emissões globais de gases de efeito estufa, de acordo com a Agência Internacional de Energia.

No início deste ano, regras entraram em vigor na UE (União Europeia) e no Reino Unido obrigando as companhias aéreas a comprar SAF para pelo menos 2% de seu uso total de combustível. Na UE, isso aumenta para 6% em cinco anos e depois 70% até 2050. O Reino Unido exigirá 10% até 2030 e 22% até 2040.

Mas a incerteza sobre o futuro do SAF fez com que muitas empresas de energia reduzissem seus planos de investimento. Em julho passado, a Shell pausou a construção de uma unidade de SAF e diesel renovável em Roterdã, na Holanda.

Entre as grandes petrolíferas, a Eni, o grupo italiano, está investindo no combustível, mas ao mesmo tempo apostando em várias frentes.

Ela converteu uma antiga refinaria de petróleo e gás em uma "biorrefinaria" que pode produzir tanto SAF quanto diesel renovável na cidade de Gela, no sul da Sicília, na Itália.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online
itaú zuk

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A • Fiduciante: HEIDY LIRIO DA CRUZ

LOTE 26 - O apartamento nº 173 - Tipo 3, localizado no 17º andar, do Edifício Sydney (A3), integrante do Condomínio Residencial Fatto Sport, situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.451, no bairro Cocaia, perímetro urbano do Distrito e Município de Guarulhos/SP, possuindo uma área privativa coberta edificada de 56,00m², área comum edificada de 41,319m² (já incluída 1 vaga indeterminada na garagem coletiva do condomínio), perfazendo a área total edificada de 100,319m², correspondendo à fração ideal de 0,001211% do terreno. **Imóvel objeto da matrícula nº 124.594 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Guarulhos/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **1º Leilão no dia 10/03/2025, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 466.341,88 (Quatrocentos e sessenta e seis mil, trezentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos). 2º Leilão dia 24/03/2025**, no mesmo horário e local, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 233.170,94 (Duzentos e trinta e três mil, cento e setenta reais e noventa e quatro centavos).**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online
itaú zuk

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A
Fiduciantes: ISAAC FERNANDES OLIVEIRA e sua mulher TATIANE ALVES OLIVEIRA

LOTE 27 - APARTAMENTO N°31, localizado no 3º pavimento do BLOCO II - EDIFÍCIO DÁLIA, do empreendimento denominado "CONDOMÍNIO RESERVA DAS FLORES", situado na Rua Cabo João Teruel Fregoni, com a área privativa coberta de 75,210m², área comum coberta de 61,256m² (incluindo o direito ao uso de 02 vagas indeterminadas, situadas na garagem coletiva do condomínio), área comum descoberta de 30,323m², área total de 166,789m², com a fração ideal de terreno de 0,0762% e fração ideal de participação sobre o todo do terreno condominial de 0,1591%. **Imóvel objeto da matrícula nº 146.829 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Guarulhos/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **1º Leilão no dia 10/03/2025, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 576.516,62 (Quinhentos e setenta e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos). 2º leilão dia 24/03/2025**, no mesmo horário e local, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 558.523,44 (Quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos).**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, leiloeira oficial inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, ... fiduciante **MARCELO MACHIA**, ... **ADRIANA DANIEL MACHIA**, ... [illegible]

A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil. [illegible]

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado para participar da Audiência Pública Semipresencial com o objetivo de debater o seguinte tema:

Metas fiscais do 3º quadrimestre de 2024
(Atendendo ao disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais e a trajetória da dívida no período).

Data: 28/02/2025
Horário: 10h
Local: Plenário 1º de Maio - 1º andar - Câmara Municipal de São Paulo.
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube (**www.youtube.com/camarasaopaulo**) e Facebook (**www.facebook.com/camarasaopaulo**).

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para se manifestar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório. Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório.

Para maiores informações: **sgp12@saopaulo.sp.leg.br**

BIASI Leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h **2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h**

Eduardo Consentino, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616, **JOÃO VICTOR BARRICA GALEAZZI – preposto em exercício**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel ... [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o **Pregão Eletrônico PE DGA Saúde 90112/2025, UASG 450161**, Processo nº **01-P-32563/2024**, do tipo menor preço, destinado a **Registro de Preços de Insumos para tratamento de feridas por pressão negativa com comodato**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **25/03/2025 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**), no Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SANTA FILIPPA
CNPJ 59.953.554/0001-56
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

Conforme instruções recebidas do Síndico Sr. Cesar Quinceses de Paula e obedecendo disposto na cláusula décima segunda da Convenção Condominial, fica V.Sa. convidada a comparecer à Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Edifício Santa Filippa, situado na Avenida Paulista, 698, no corredor do 4º Andar, a realizar-se no dia 27 de fevereiro de 2025, às 13hs em 1ª chamada e às 14hs em 2ª e última chamada, a fim de ser apreciada a seguinte ordem do dia: 1) Prestação de contas da Administração. 2) Previsão orçamentária para os próximos 12 meses. 3) Assuntos de interesse geral.

SAAEB
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL –
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 04/2025 EDITAL 04/2025 PE 04/2025

O Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro – SAAEB AMBIENTAL torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para aquisição de material de construção civil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. A realização da sessão pública ocorrerá em 12/03/2025 às 09h31min no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no site do SAAEB AMBIENTAL: https://saaebambiental.sp.gov.br/ e no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações pelo telefone: 17 3344-5407 ou pelo e-mail saaeb.licitacao@bebedouro.sp.gov.br.

Bebedouro, 26 de fevereiro de 2025
Antônio Francisco Armelin Gomes - Presidente

MUNICÍPIO DE NHANDEARA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 - PROCESSO Nº 121/2025

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2025, Processo nº 121/2025. Resumo do objeto: Registro de preços para aquisição de produtos/gêneros alimentícios, destinados à merenda escolar e aos diversos setores da municipalidade, com fornecimento parcelado, conforme quantidades e especificações anexas ao edital. O recebimento das propostas será das 08h00 do dia 27/02/2025 até às 08h00m do dia 19/03/2025. A abertura das propostas será no dia 19/03/2025, dando início da disputa de preços no mesmo dia às 08h30m. O edital completo poderá ser obtido gratuitamente no site da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, www.bll.org.br e no site www.nhandeara.sp.gov.br. Nhandeara/SP, 26 de fevereiro de 2025. – Antônio Marques do Nascimento Junior - Prefeito Municipal.

Fernandez Sociedade Anônima Indústria de Papel
CNPJ nº 43.468.701/0001-67 - NIRE nº 35300013689
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Fernandez Sociedade Anônima Indústria de Papel** ("Companhia") para se reunirem em assembleia geral ordinária ("Assembleia Geral"), a se realizar no **dia 21 de março de 2025, às 10h00**, na sede da Companhia, localizada na Rodovia Amparo-Monte Alegre do Sul, km 2, s/nº, bairro da Bocaina, município de Amparo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I - Ordinária:** a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) Destinação do resultado da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; c) Eleição da diretoria para o próximo triênio; d) Fixação da remuneração global anual dos administradores; e e) Outros assuntos de interesse social. **Informações Gerais:** Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Amparo - SP, 20 de fevereiro de 2025
Marina Dieguez Fernandez - Diretora Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
RETI-RATIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 085/2024

A pregoeira, torna público o acolhimento do pedido de impugnação da requerente Air Liquide Brasil Ltda (CNPJ: 00.331.788/0001-19) para que se faça a readequação do termo descritivo do Lote 01, Item 01, alterando o termo "nebulizador integrado" para "capacidade para oxigenioterapia". E acolhe parcialmente o pedido de impugnação da requerente White Martins Gases Industriais Ltda (CNPJ: 35.820.448/0001-36) suprimindo a exigência do registro ANVISA para gases medicinais tendo em vista a RDC nº870/2024, e incluindo a minuta do contrato nos anexos do edital, quanto ao pedido de alteração de prazo indefere-se. A nova data da sessão pública da presente licitação será disponibilizada no site www.bastos.sp.gov.br bem como na PLATAFORMA BLL - Bolsa de Licitações do Brasil no link www.bll.org.br.

Bastos SP., 21.02.2025. Nathalia Graziela Yamacuti - Pregoeira.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online
itaú zuk

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A
Fiduciantes: LUCIANA PEREIRA SILVA e JONAS COSTA LEITE DA CRUZ

LOTE 25 - APARTAMENTO nº 23 localizado no 2º andar ou 3º pavimento do Bloco 10, Edifício Gerânios, situado na Rua Orvalho do Sol, nº 51, antiga Avenida 2-B, Parque das Árvores, bairro do Rio Bonito, no 32º Subdistrito Capela do Socorro, possuindo uma área útil de 57,83 m2, uma área comum de 44,145m2, nela incluída a área de 9,90m2 no estacionamento descoberto para a guarda de um veículo de passeio de porte médio em local indeterminado, totalizando uma área de 101,975m2, correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,4808% no terreno do condomínio. **Imóvel objeto da matrícula nº 197.778 do 11º Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **1º Leilão no dia 10/03/2025, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 477.266,12 (Quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais e doze centavos). 2º Leilão dia 24/03/2025**, no mesmo horário e local, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 238.633,06 (Duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e três reais e seis centavos).**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, leiloeira oficial inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, ... fiduciante **LEONARDO PARRAS MONTEIRO**, ... **JÉSSICA HATANAKA**, ... levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e Online** ... [illegible]

mercado

Lucro da Caixa cresce 31,9%, para R$ 14 bilhões, em 2024

SÃO PAULO A Caixa Econômica Federal teve um lucro líquido recorrente de R$ 14 bilhões em 2024. O resultado, anunciado na terça-feira (25), representa uma alta de 31,9% ante o registrado em 2023.

A margem financeira do banco estatal somou R$ 61,6 bilhões no período, 1,3% maior do que o registrado há 12 meses.

Considerando apenas o quarto trimestre, o lucro foi de R$ 4,6 bilhões, alta anual de 59,7% e trimestral de 40,4%. No período, a margem foi de R$ 16,3 bilhões, aumento de 12,7% em relação ao trimestre anterior.

O ROE (retorno sobre o patrimônio líquido), que mede a rentabilidade do banco, teve uma alta anual de 1,97 ponto percentual, para 10,4%.

A carteira de crédito total da instituição, por sua vez, terminou o ano passado com um saldo de R$ 1,236 trilhão, crescimento de 10,4% em 12 meses.

A inadimplência da Caixa teve uma redução de 0,18 ponto percentual em relação a dezembro de 2023, para 1,97%.

O banco também anunciou uma participação de 67,2% do mercado de crédito imobiliário no ano passado. A carteira do banco nesse quesito soma R$ 832,1 bilhões, alta de 13,5% em relação ao período anterior.

De acordo com a Caixa, houve no ano passado um recorde de contratação de crédito imobiliário, com R$ 223,6 bilhões em novas adições, 20,6% a mais que em 2023.

CAIXA 2024

Fundação 1861
Lucro líquido R$ 14 bilhões
Clientes (pessoas físicas e jurídicas) 153,7 milhões
Agências e pontos de atendimento 4.300
Funcionários 83,3 mil
Principais concorrentes Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Itaú, Nubank

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG. FMS/SMS. Pregão Eletrônico nº 66/2024 - PAC nº 112/2024 - RP 29/2024. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de equipos gravitacionais, dispositivos e equipos com fornecimento de bombas de infusão em comodato. Abertura de proposta dia 24/03/2025 às 08:00h. Edital completo no site: www.portaldecompraspublicas.com.br do Portal de compras públicas e, no portal da Prefeitura de Betim pelo site www.betim.mg.gov.br.
Informações: (31)3512-3319
Superintendência de Suprimentos
26/02/2025.

FRAZÃO Leilões — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — itaú
[illegible]

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online
itaú zuk

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A
Fiduciantes: BRAZ MONTEIRO DA SILVA e sua mulher IDALICE LOURENÇO DE OLIVEIRA

LOTE 14 - Prédio situado na Rua Osvaldo Aranha nº 522, nesta cidade, município e comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, e seu respectivo terreno constituído pelo lote nº 27 da quadra nº 52, no Bairro Jardim Guanabara, medindo 10,00m de frente, igual medida nos fundos, por 25,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, perfazendo a área de 250,00m², confrontando-se pela frente com a Rua Osvaldo Aranha; quem da referida rua olha para o imóvel, pelo lado direito confronta com o lote nº 28; pelo lado esquerdo confronta com o lote nº 26; e nos fundos com o lote nº 03, todos da mesma quadra. **Imóvel objeto da matrícula nº 128.016 do Oficial de Registro de Imóveis de Araçatuba/SP. Observação:** Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **1º Leilão no dia 10/03/2025, às 11:00 horas,** à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). 2º Leilão dia 24/03/2025,** no mesmo horário e local, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 156.944,86 (Cento e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, incluído o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

FRAZÃO Leilões — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — itaú
[illegible]

BIASI Leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE — itaú
1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h 2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h
[illegible]
Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI Leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE — itaú
1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h 2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h
[illegible]
Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

megaleilões — EDITAL DE LEILÃO ON-LINE
[illegible]
(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

BIASI Leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE — itaú
1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h 2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h
[illegible]
Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI Leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE — itaú
1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h 2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h
[illegible]
Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI Leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE — itaú
1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h 2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h
[illegible]
Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI Leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE — itaú
1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h 2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h
[illegible]
Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

RETI-RATIFICAÇÃO

Na publicação do dia 26/02/2025, Caderno Executivo, Seção Atos de Gestão e Despesas do D.O.E., referente a **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO– Processo 136.00124592/2024-12, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025**, que tem por objeto **SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO**, Onde lê-se: "[...] nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 08:00 h (horário de Brasília) do dia 14 de março de 2025 [...]". Leia-se: "[...] nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 09:00 h (horário de Brasília) do dia 20 de março de 2025 [...]".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025 - (CREDENCIAMENTO). Objeto: CREDENCIAMENTO, a fim de CONTRATAÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE (art. 79, inciso I da Lei nº 14.133/2021), de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços artísticos conforme programação do calendário anual de festividades do município de Torrinha e outros eventos. DATA E LOCAL PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO: EDITAL NA INTEGRA: À disposição dos interessados a partir do dia **26/02/2025 às 12:00h**, no Departamento Municipal de Compras, Licitações e Convênios, sito na Rua José Antunes, nº 900 – Parque Residencial Piedade, Torrinha – SP e no sítio oficial do Município (www.torrinha.sp.gov.br). Informações pelo telefone:(14) 3656-9600 no horário das 09:00 às 17:00 horas, em dias de expediente. Torrinha, 25 de fevereiro de 2025. **ANA CAROLINA GALES - Diretor do Departamento Municipal de Compras, Licitações e Convênios.**

ITAIPU BINACIONAL

PREGÃO ELETRÔNICO BINACIONAL EF 0111-25

Objeto: aquisição de válvulas, reguladores de pressão e chave de fluxo para ITAIPU, subdivididos em 7 lotes.

Condição de Participação: empresa legalmente estabelecida no Brasil ou no Paraguai.

Caderno de Bases e Condições: disponível nos sites https://compras.itaipu.gov.br ou https://compras.itaipu.gov.py.

Recebimento das Propostas: até as 9h (horário de Brasília) de 18 de março de 2025.

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Bruno Arnaldo Hug de Belmont V.
Superintendente Adjunto de Compras

FRAZÃO Leilões — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **VANIA CRISTINA DA SILVA** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **Presencial e On-line** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **R$ 597.502,20** [illegible] **Imóvel objeto da matrícula nº 112.900 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto/SP. Inscrição Municipal** [illegible] **28 de março de 2025, às 15h30min** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **R$ 508.126,94** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

LEILÃO DE SALA COMERCIAL - SÃO PAULO/SP — Online

bradesco ZUK

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infraditadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: São Paulo/SP. Bela Vista.** Avenida Paulista, nº 807. **Sala Comercial nº 1504** (15º andar), Edifício Sir Winston Churchill. Áreas totais: priv.: 40,54m² e total: 71,37m². Matr. 87.846 do 4º RI Local. **Obs.:** A referida sala encontra-se unificada com a Sala 1505. Será responsabilidade do arrematante a regularização e desmembramento junto ao condomínio, não sendo objeto da alienação a Sala 1505. Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. Ocupado. (AF). **1º Leilão:** 12/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 1.224.473,29. 2º Leilão:** 14/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 556.200,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467 | Edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE APARTAMENTO - SÃO PAULO/SP — Online

bradesco ZUK

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infraditadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: São Paulo/SP. Vila Gomes.** Rua Professora Gioconda Mussolini, nº 291. **Apartamento nº 24** (2º andar), Edifício Panorama, com direito a uma vaga de garagem. Áreas totais: priv.: 71,60m² e total: 139,237m². Matr. 123.148 do 18º RI Local. **Obs.:** Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. Ocupado. (AF). **1º Leilão:** 12/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 535.617,71. 2º Leilão:** 14/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 365.601,11** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467 | Edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE APARTAMENTO - SÃO PAULO/SP — Online

bradesco ZUK

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infraditadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: São Paulo/SP. Quarta Parada.** Rua Serra da Bocaina, nº 121. **Apartamento nº 55** (5º andar), Torre I, Residencial Bio Vitta, com direito a uma vaga de garagem. Áreas totais: priv.: 62,00m² e total: 119,224m². Matr. 155.736 do 7º RI Local. **Obs.:** Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. Ocupado. (AF). **1º Leilão:** 12/03/2025, às 11:00h. Lance mínimo: **R$ 1.129.015,35. 2º Leilão:** 14/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 303.600,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467 | Edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE APARTAMENTO - SÃO PAULO/SP — Online

bradesco ZUK

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infraditadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: São Paulo/SP. Jardim Vila Formosa.** Rua Rego Barros, nº 1155. **Apartamento nº 1418** (14º pavimento), Torre B, Condomínio Edifício Verano Clube, com direito a uma vaga de garagem. Áreas totais: privativa: 45,36m² e total: 74,365m². Matr. 298.203 do 9º RI Local. **Obs.:** Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. Ocupado (AF). **1º Leilão:** 12/03/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 622.630,82. 2º Leilão:** 14/03/2025, às 11:00h. Lance mínimo: **R$ 204.361,58** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467 | Edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 383/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis CONTRATADA: CONPAV SANTA FÉ CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA. ASSINATURA: 20/02/2025. OBJETO: Fica prorrogado o prazo do referido contrato por mais 120 (cento e vinte) dias, passando a vigência final de 13 (treze) de janeiro de 2025 para 13 (treze) de maio de 2025; retroagindo os seus efeitos à 13 (treze) de janeiro de 2.025. As demais cláusulas permanecem inalteradas. CONCORRÊNCIA Nº 013/2022 (LOTE 02). Fernandópolis-SP, 26 de fevereiro de 2025. RAFAEL VINÍCIUS VINCENTIN Gerente

megaleilões — EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, [illegible] **BANCO BRADESCO S/A.** [illegible] **Localização do imóvel:** [illegible] **1º Leilão:** [illegible] **2º Leilão:** [illegible] **Condição de pagamento:** [illegible] **www.megaleiloes.com.br** [illegible] **www.bradesco.com.br** - **www.megaleiloes.com.br** [illegible] **Fernando José Cerello Gonçalves Pereira** [illegible]

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça, Artefatos de Papel e Papelão, Celulose de Luiz Antônio, Serrana, Santa Rosa de Viterbo, Tambaú, Cajuru e Ribeirão Preto

CNPJ/MF nº 60.245.586/0001-86

Sede Própria: Rua dos Lírios nº 76 - Telefax: (16) 3983-1291 - Caixa Postal nº 04 - CEP 14212-066 - Luiz Antônio/SP
E-mail: secret.sindipel@uol.com.br - Sub-sede: Rua Coronel Cardia nº 04 - Telefax (16) 3954-6212
CEP 14270-000 - Santa Rosa de Viterbo/SP - **E-mail: sindicatosrv478@gmail.com**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça, Artefatos de Papel e Papelão, Celulose de Luiz Antônio, Serrana, Santa Rosa de Viterbo, Tambaú, Cajuru e Ribeirão Preto**, por seu Presidente no uso das atribuições que lhe confere o estatuto da entidade e a legislação trabalhista em vigor, **CONVOCA** todos os integrantes da categoria profissional que trabalham no setor da CARTONAGEM sendo Acessórios, Almoxarifado Cartonagem, Apontador Cartonagem, Clicheria, Cola ISOWA 250, Controle de Qualidade, Controle de Tintas e Clichês, Esteira DUCKER, Excelência em Manufatura, Expedição, Faturamento, Impressora ASTRON, Impressora Corte e Vinco TOMASONI, Impressora Dobradeira LANGSTON, Impressora FALCON, Impressora TECASA II, Manutenção Elétrica Cartonagem Onduladeira, Manutenção Mecânica Cartonagem, Onduladeira ISOWA 250, Paletizadora Mosca, ADM - Produção cartonagem, CSC Central de Suporte ao Cliente, Impressora Dobradeira Tom Miniline, Impressora Tomasoni II, PCP (Cartonagem e SSO, para Assembleia e logo após plebiscito por escrutínio secreto referente a proposta que consiste em trocar **"a cada 30 (trinta) dias trocar de horário de trabalho"**. Os horários serão os mesmos do Acordo Atual, só a troca que será a cada 30 dias, e o mesmo terá vigência de 02 anos. A realizar-se no dia **07/03/2025 das 05h às 07h30min e das 13h20min às 14h** na portaria externa da empresa, sito à Pavimentação Asfáltica, s/nº, Zona Rural - Fazenda Amália na cidade de Santa Rosa de Viterbo/SP e logo após o encerramento da votação será feita a apuração dos votos pela mesa diretora, que será composta pelos representantes do Sindicato da base e os representantes da empresa.

Luiz Antônio, 26 de Fevereiro de 2025.

Geraldo Jurandir Pinheiro - Presidente

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **MARIA IRACEMA MIRANDA**, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **APOIO FACILITIES ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.** Rua Beira Rio 57, Vila Olímpia, São Paulo - SP, 04548-050.
Data: 27/02/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

O Município de Confins/MG torna público aos interessados a realização da Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2025, cujo objeto à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de videomonitoramento por câmeras e alarme com monitoramento 24h - 07 dias por semana com deslocamento de viatura própria. Menor preço global. Entrega das propostas será até às 09:00hs do dia 17/03/2025 e abertura às 09:30hs da mesma data. O edital poderá ser adquirido no Link. https://www.confins.mg.gov.br/portal/editais/1 www.licitardigital.com.br na Plataforma do Licitar digital e no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br. Tel. de contato (31) 3665-7828. Maria Aparecida de Oliveira - Pregoeira.

PODCASTS FOLHA

FOLHA

bradesco — LEILÃO SOMENTE ONLINE 26 IMÓVEIS

FECHAMENTO: 06/03/2025 a partir das 13h30

LOCALIDADES: AP BA GO MG MS MT PR RJ RO RS SC SP

✓ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✓ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

LOTE 22 - ARAÇATUBA/SP - CASA
Rua São Gabriel, 161 - **VILA INDUSTRIAL**
Área Terreno: 495,00m² | Área Construída: 394,28m²
Lance Mínimo: R$ 298.000,00

LOTE 23 - BARUERI/SP - CASA
Loteamento Vila São Luiz, Rua José Carlos Pace (antiga Rua Zâmbia), 74 (Lt. 15 da qd. G) - **BAIRRO CRUZ PRETA**
Área Terreno: 250,00m² | Área Construída: 174,99m²
Lance Mínimo: R$ 346.000,00

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/**
(11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
www.freitasleiloeiro.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA

O presidente da A.S.M.P., CNPJ 52354560000148, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Estatuto Social da entidade A.S.M.P. convoca todos os associados, quites com as respectivas obrigações estatutárias, a participarem da Assembleia Geral Ordinária: 1) Aprovação do relatório financeiro e das contas do exercício 2024. 2) Aprovação do Orçamento do ano 2025. 3) Assuntos Gerais; Extraordinária: 1) Reforma do Estatuto Social para adequação a legislação, especificamente: 1.a. Inclusão do §2º no artigo 1º do Estatuto Social, incluindo que toda a renda da Associação deve ser aplicada em território nacional; 1.b. Rerratificação da letra K do artigo 12º letra; 1.c. Rerratificação dos §1º e §2º do artigo 13º, para adequar a legislação brasileira; 1.d. Rerratificação do artigo 31º e consonância com artigo 46º; 1.e. Rerratificação da letra B do artigo 32º; 1. f. Incluir mais dois artigos nas disposições finais: 1.f. a. Inclusão em novo artigo: Art. xx. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil. 1.f.b. Inclusão em novo artigo: Art. xx. A Associação manterá a sua escrita contábil/fiscal em livros revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão. 2) Ratificação dos atos da Assembleia anterior. 3) Assuntos Gerais. A ser realizada na sede da entidade no dia 11/03/2025 às 08:00 horas em primeira convocação nos termos do Estatuto Social; às 09:00hs em segunda convocação nos termos do Estatuto Social.

Paulínia,27 de fevereiro de 2025
Mauricio Luis Meschiat
Presidente da A.S.M.P.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA e EXTRAODINARIA

O Presidente da Cooperativa Mista de Consumo e Habitação dos Servidores Municipais de Paulínia de Trabalhadores e Aposentados em Geral - Paulihab, CNPJ 02763730000170, convoca os associados quites com suas obrigações estatutárias, para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizarão a Rua Onze de Agosto - nº 129 – Jardim Santa Cecília, sede da Cooperativa, nesta cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, no dia 11 de março de 2.025, obedecendo aos seguintes horários e quórum,1) em primeira convocação às 16:00 horas com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de associados, 2) em Segunda convocação às 17:00 horas com a presença de metade e mais um do número total de associados, 3) em terceira e última convocação às 18:00 horas com a presença mínima de 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia:

Ordinária: a)Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2024, compreendendo o Relatório da Gestão, Demonstrativo da Conta de Sobras e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal; b) Destinação dos Juros do capital e devolução de capital; c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; d) Eleição da Diretoria Executiva; d) Assuntos Gerais. ***Extraordinária:*** a) Reforma do Estatuto Adequar a Legislação; b) Ratificação dos atos da Assembleia Anterior; c) Assuntos Gerais.

Paulínia/SP,27 de fevereiro, de 2025.
Mauricio Luis Meschiat
Presidente

PECINI LEILÕES — EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 05/03/2025, às 15h45 | 2º Público Leilão: 07/03/2025, às 15h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS LTDA.**, CNPJ nº 17.191.037/0001-47, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 01 DA QUADRA Nº 18, DO LOTEAMENTO "BELLA CRAVINHOS"**, situado à Rua Ismael Carrascosa Oliveira, na cidade de Cravinhos/SP. **ÁREA TOTAL DE 261,39m².** Medidas e confrontações: situado na esquina da Rua Ismael Carrascosa Oliveira com a Rua Mauro Alves, na quadra completada pelo imóvel Fazenda Santana do Alto – Gleba C (matrícula nº 19.673) e pela Rua Valentin Damião, com frente para o lado ímpar da Rua Ismael Carrascosa Oliveira; no sentido de quem da Rua Ismael Carrascosa Oliveira olha para o imóvel, mede 4,19m de frente para a Rua Ismael Carrascosa Oliveira mais 12,29m de frente para a esquina da Rua Ismael Carrascosa Oliveira com a Rua Mauro Alves, com desenvolvimento de raio de 9,00m; do lado esquerdo mede 9,76m em curva, com desenvolvimento de raio de 2.029,00m mais 3,36m em curva, com desenvolvimento de raio de 991,00m, confrontando com a Rua Mauro Alves; 20,00m do lado direito, confrontando com o Lote nº 02; 15,71m nos fundos, confrontando com o imóvel Fazenda Santana do Alto – Gleba C (matrícula 19.673). Matrícula nº 20.642 do CRI de Cravinhos/SP. Inscrição Municipal nº 12-00-18-1-0000-001. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 248.219,63. 2º Leilão: R$ 151.129,59. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **iv)** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** Custas/despesas com eventual desocupação. A venda *ad corpus* - imóvel no estado em que se encontra. Fica a Devedora Fiduciante **MARCIA APARECIDA REZENDE**, CPF nº 292.823.138-24, devidamente comunicada das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 167 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PREFEITURA MUNCIPAL DE UBERLANDIA – MG.

ATO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO - Processo: CREDENCIAMENTO Nº 632/2023

Objeto: Transporte de estudantes regularmente matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante, Educação Superior e Educação de Jovens e Adultos (EJA), residentes predominantemente na zona rural do município de Uberlândia, bem como de servidores públicos municipais que prestam serviço nas escolas municipais predominantemente na zona rural, nos períodos da manhã, tarde, noite e integral, com fornecimento de mão de obra (condutores) e veículo. Os membros da Comissão Especial de Seleção, designados pela Portaria SMA nº 599, de 27 de outubro de 2023, que subscrevem o presente documento, após o exame e a conferência da documentação, em cotejo com os requisitos e as condições expressas no Termo de Referência do Edital nº 632/2023 e seus anexos, julga que as inscrições abaixo relacion
adas estão nas seguintes conformidades: JULGA HABILITADAS PARA O CREDENCIAMENTO Nº 632/2023
A SEGUINTE INSCRIÇÃO:

QTD	Classificação	Nº de Inscr.	SORTEADOS - VAN	CPF
1	N/A	1086	ANTONIO TOMAZ SOARES	XXX.780.856-XX

N/A: Inscrição realizada após do dia 30/11/2023. Fica ABERTO O PRAZO RECURSAL de 03 (três) dias úteis, contados da publicação deste ato no Diário Oficial do Município, conforme previsto na cláusula 6.3 do Edital.

Uberlândia, 25 de fevereiro de 2025
MEMBROS DA COMISSÃO DE ANÁLISE DOCUMENTAL
Gabriel Castro Silva, Supervisor DAM 10. 28496-3.
Jussele Luísa Martins Soares - Oficial Administrativo - 33582-7.
Clara de Souza Oliveira - Oficial Administrativo - 32819-7
Carolina Pacheco Barcelo - Assistente DAM 5 - 29777-1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025 - EDITAL Nº 007/2025
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de construção civil, com fornecimento de mão-de-obra, materiais de primeira linha e equipamentos necessários **para o término da construção Creche/Escola - PROINFÂNCIA**, localizada na Rua Nassib José Antonio nº45 - Avaí/SP, nos moldes da planilha orçamentária, planilha de composição de serviços, cronograma físico-financeiro, quadro de composição do BDI, memória de cálculo, memorial descritivo e projeto básico e estudo técnico preliminar, constantes do Anexo I deste Edital de Concorrência Pública. DATA: **15/04/2025**. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: **09H00**. LOCAL DA REALIZAÇÃO: **Sala da Comissão de Licitacões** – Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-009 – Telefone (14) 3287-1151. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados. ESCLARECIMENTOS: **Seção de Licitações**, localizada na Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-009 – Telefone (14) 3287-1151, e-mail: licitacao@avai.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.avai.sp.gov.br

AVAÍ, TERÇA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2025.
HELLEN FERNANDES RODRIGUES COELHO
PREFEITA MUNICIPAL

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

itaú **zuk**

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A • Fiduciante: LYVIA LOPES SILVA

LOTE 23 - Apartamento nº 33, localizado no 3º andar do "Edifício Sabiá", Bloco 02, integrante do Condomínio Residencial Morada dos Passaros, situado na Rua Itapixé nº 189, no 31º Subdistrito - Pirituba, com a área privativa de 54,220m2, a área comum de 56,773m2, com a área real total construída de 110,993m2, correspondendo-lhe uma fração ideal de 1,25% no terreno condominial e nas demais partes e coisas de uso comum, cabendo-lhe o direito de utilização de uma vaga no estacionamento coletivo (parte coberta e parte descoberta) para um veículo de passeio. **Imóvel objeto da matrícula nº 112.260 do 16º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **1º Leilão no dia 10/03/2025, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 374.034,07 (Trezentos e trinta e quatro mil, trinta e quatro reais e sete centavos)**. **2º Leilão dia 24/03/2025**, no mesmo horário e local, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 228.346,84 (Duzentos e vinte e oito mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos)**.

O arrematante pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.COM.BR

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 05/03/2025, às 15h00 | 2º Público Leilão: 07/03/2025, às 15h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO JARDIM TANGARÁ BADY BASSITT SPE LTDA.**, CNPJ nº 19.173.601/0001-24, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 06 DA QUADRA "D" do LOTEAMENTO "JARDIM TANGARÁ"**, Bady Bassitt/SP. **ÁREA TOTAL DE 237,52m²**. Medidas e confrontações: medindo 11,75m em curva de frente para a Rua Dois; do lado direito de quem da rua olha para o imóvel mede 20,00m e divide-se com o Lote nº 05; do lado esquerdo mede 20,00m e divide-se com o Lote nº 07; e nos fundos mede 12,00m e divide-se com o Lote nº 20. Matrícula nº 165.583 do 1º CRI de São José do Rio Preto/SP. Inscrição Municipal nº 03303700. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 186.408,84. 2º Leilão: R$ 140.610,53. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **iv)** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas, despesas e impostos para regularização de eventual construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes; devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; **vi)** Custas e despesas com eventual desocupação. *A venda ad corpus* - Imóvel no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **DANIEL HONORIO DE LIMA**, CPF nº 226.571.378-30, e **SUELEN HONORIO REIS**, CPF nº 077.884.376-97, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

BIASI leilões

EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE GVC

1º Leilão: dia 06/03/2025 às 11h 2º Leilão: dia 10/03/2025 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **LUIZA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, CNPJ sob nº 60.250.776/0001-91, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 06 de Março de 2025 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 10 de Março de 2025 às 11:00 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: UM IMÓVEL URBANO**, de formato irregular, constituído do **Lote nº 21, da Quadra nº 02**, situado do lado ímpar da Rua Um, esquina com a Rua Dois, **"ROYAL RESIDENCE"**, Município e Comarca de Dracena/SP, dentro das seguintes divisas, confrontações e medidas, no sentido visual de quem da rua olha para o imóvel: pela frente com a Rua Um, onde mede 3,80m; do lado direito com a Rua Um, onde mede 11,15m, em linha reta, e 13,38m em curva; do lado esquerdo com o lote nº 22, onde mede 20,00m; e fundos com o lote nº 20, onde mede 13,20m, totalizando a área de 230,25 m², sem benfeitorias. Matrícula nº 35.796 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Dracena/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 113.650,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 130.366,06**. Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 10 de Março de 2025, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br, até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões

EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE GVC

1º Leilão: dia 06/03/2025 às 11h 2º Leilão: dia 10/03/2025 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **LUIZA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, CNPJ sob nº 60.250.776/0001-91, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 06 de Março de 2025 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 10 de Março de 2025 às 11:00 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: O PRÉDIO RESIDENCIAL**, situado à Rua Bragança, nº 766, construído em terreno designado como lote 8-A, da quadra 17, do Loteamento denominado **"PARQUE DA ENSEADA"**, nesta cidade e comarca de Guarujá/SP, medindo 10,00m de frente para a Rua Bragança, confrontando do lado direito de quem da rua olha para o terreno com o lote 08, onde mede 33,50m, pelo lado esquerdo com o lote 09, onde mede 33,00m e nos fundos com parte do lote 18, onde mede 10,00m, encerrando a área de 334,68 m². Matrícula nº 1.505 do Cartório de Registro de Imóveis de Guarujá/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 575.300,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 313.491,98.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 10 de Março de 2025, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br, até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS

PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025. Rua Antônio Joaquim Fagundes, 237, Centro, Iracemápolis/SP, CEP 13.495-047, Telefone (19) 3456-9200, torna pública a realização do Pregão Eletrônico 03/2025, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS. O pregão eletrônico ocorrerá na BBMNET, no dia 19 de março de 2025 às 09:00 horas (horário de Brasília). O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados para consulta e retirada no site www.novobbmnet.com.br e também no site da prefeitura www.iracemapolis.sp.gov.br/portal/editais/1. Outras informações e questionamentos somente pelo e-mail licitacoes@iracemapolis.sp.gov.br e compras4@saude.iracemapolis.sp.gov.br, com o Pregoeiro. Iracemápolis/SP, 26 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE CREDENCIAMENTO POR INEXIGIBILIDADE Nº 02/2025, PARA "CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS EM JORNAL IMPRESSO LOCAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA". O PRAZO PARA PROTOCOLO DOS ENVELOPES SERÁ DE 27/02/2025 ATÉ 31/03/2025 EM DIAS ÚTEIS DAS 08:00 ÀS 16:00. O PROTOCOLO DEVERÁ SER FEITO NO PAÇO MUNICIPAL LOCALIZADO NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, IPERÓ-SP, TEL (15) 3459-9959. IPERÓ, 26 DE FEVEREIRO DE 2025. LEONARDO ROBERTO FOLIM – PREFEITO MUNICIPAL.

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE itaú

1º Leilão: dia 10/03/2025 às 14h 2º Leilão: dia 20/03/2025 às 14h

Eduardo Consentino, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças nº 10179611101, firmado em 01/12/2022, no qual figuram como Fiduciantes, **ANA CRISTINA FRANKLIN CYPRIANO**, brasileira, solteira, maior, não mantendo união estável, empresária, portadora da cédula de identidade nº 127670406, DETRAN/RJ, inscrito no CPF nº 105.918.417-67, e, **JOÃO PEREIRA NUNES**, brasileiro, solteiro, maior, não mantendo união estável, administrador, portador da cédula de identidade nº [illegible], DETRAN/RJ, inscrito no CPF nº 112.339.907-62, ambos residentes e domiciliados em Maricá/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de março de 2025, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.146.753,37 (Um milhão, cento e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **UNIDADE nº 186, do "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL GREEN PARK II"**, situado no 2º distrito deste Município, medindo 12,00m de frente para a Rua das Hortênsias; 12,00m de fundos para a unidade nº 175; 30,66m pelo lado direito com a unidade 185; e 30,00m pelo lado esquerdo com a unidade 187; com a área privativa de 360,00 m²; Fração ideal de 0,0047. No terreno foi construído **UMA CASA RESIDENCIAL**, constituída de uma varanda, uma sala, sala, uma circulação, dois quartos e dois banheiros, uma suíte, uma cozinha e uma área de serviço, perfazendo área total construída de 80,73 m². Foi construído um acréscimo, passando a casa residencial a ter as seguintes características: 01 sala, 01 cozinha, circulação, banheiro social, 03 quartos, sendo 01 suíte, 01 área de serviço e 02 varandas, 01 área de churrasqueira, 01 piscina e um anexo contendo 01 canil, 01 gatil, 01 galinheiro, 01 casa de bomba e 01 depósito perfazendo área total construída de 206,36 m². **Matrícula nº 65.854 do 2º Ofício do Registro Geral de Imóveis de Maricá/RJ.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 20 de março de 2025, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.111.388,46 (Um milhão, cento e onze mil, trezentos e oito reais e quarenta e seis centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência a terceiros, o imóvel [illegible] em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária de titularidade do pagador da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor da arrematação. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025 – Edital nº 08/2025 – Processo nº 011/2025 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PNEUS. Abertura: 17/03/2025 às 08h00min.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025 – Edital nº 09/2025 – Processo nº 012/2025 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS. Abertura: 19/03/2025 às 08h00min.

O Edital e seus anexos na íntegra encontram-se disponíveis nos endereços da internet: www.palmital.sp.gov.br e www.bll.org.br. Pltal, 26/02/2025. Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Comunica abertura de Credenciamento. Chamamento Público nº 001/2025 - Proc. 009/2025. Objeto: Credenciamento de Pessoas Jurídicas visando a contratação da prestação de serviços de exames laboratoriais clínicos, com entrega de resultado, para municípios consorciados ao CIVAP, pelo prazo de 12 meses, prorrogável. Regência: Lei nº 14.133/2021. Critério: Preço: Tabela SUS (unitário). Prazo para impugnação do edital e pedidos de esclarecimentos: 28/02/22025 a 06/03/2025. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as declarações exigidas no Edital serão recebidos a partir de 07 (sete) de março de 2025. Íntegra do edital disponível no site www.civap.com.br. Informações: licita@civap.com.br ou (18) 3323-2368.

Aviso de alteração. Ref. Pregão Eletrônico nº 005/2025 - Proc. 006/2025. Registro de preços para fraldas descartáveis destinadas a municípios consorciados. Comunica alteração ocorrida no Termo de Referência. A nova sessão pública será realizada no dia 18 (dezoito) de março de 2025 a partir das 09h00m, na plataforma eletrônica (Sistema Eletrônico FIORILLI) http://licita.civap.com.br:8079/comprasedital. Edital modificativo e de origem disponíveis em www.civap.com.br - aba "licitações". Informações: licita@civap.com.br ou (18) 3323-2368.

Assis, 25 de fevereiro de 2025.
Luis Gustavo Mendes Moraes - Presidente

GUARIGLIA LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO QUINTA-FEIRA - 27/02/2025 - 09h00 - APROXIMADAMENTE 165 VEÍCULOS
PRESENCIAL E ONLINE **VEÍCULOS DE BANCOS E FINANCEIRAS**

VISITAÇÃO: HOJE NO LOCAL DO LEILÃO: das 7 às 9h. | Rod. Pres. Dutra, Km 128 - Sentido RJ-SP - CAÇAPAVA/SP

CHASSIS: 9BRBDWHE6G0276895 - 94DFCAP15KB137926 - 9BD5781FFJY209757 - 9BD195A4ZMC601180 - YV1MV2SH0G2298177 - 9BD19716SE3136857 - 93Y5SRD6LFJ855566 - 9BGKL69U0KG415624 - 93Y4SRD64GJ012343 - 9BD358A4NKYJ54746 - 9BD196272D2064713 - 9BFZF26P488121008 - 93HFA6660BZ103413 - 935SDN6AWCB581936 - 9BWAB01J994022399 - 8A1LZBW2TEL788813 - 9BRBB48E4A5088350 - 9BD195A47M0614874 - 93ZC6690178328056 - 9C6RG3840M0020819 - 93HGN2650NK113297 - 9BFZB555OM8833402 - 9BGKS48U0KG356397 - 9BD5781FFKY279052 - 93YRBBC00NJ023334 - 9882261RZPKF34137 - 9BHBG51CAKP959343 - 93Y5SR285MJ393919 - 9BGEN69H0NG164316 - LCDCF4CC3R0022511 - 93Y95RBV6SJ672831 - 94D9CAN17LB201235 - 93YRB8007RJ614712 - 9BWAB4520M4010352 - WV1DA22H1MA019448 - 9BWAG45U9MT058685 - 3GNAX9EX3KS538480 - 93YRB9003KJ790601 - 99GKS68V0KG132406 - 9BWDB45U2JT042691 - 9BGKL48U0JB264707 - 9BRK19BT4H2086486 - 93XPNK7408C737316 - WBA1A3107CE929625 - 9ADG1243HHM413185 - 97TDON412N2006005 - 97TDON412N2007096 - 9ADM0352NNM498270 - 9ADG0942NNM498271 - 9BM963414NB249090 - 98PTTH43ONB123918 - 9BVAG40D3FE888650 - 9BVAG40D1EE811663 - 9BVAG20C2EE811461 - 9ADG0823MNM486993 - 9ADG1243MNM486994 - 8AJYY59G8E6520216 - 9BRB13HE4K0156023 - 9BWAG5BZ9KP506130 - 9BWAG45U0HP073803 - 93YRBB004NJ839678 - 9BD19713HL3382773 - 9BD27844PD7716654 - 93HFB9540GZ222757 - 3VWDJ2165CM142548 - 8AFSZZFFCFJ268017 - 9BWAH4120GT530553 - 9BFZH54J9J8101093 - 9BD358A4HJYJ00447 - 9BGKL48U0J8134444 - 9BD57824FLY384888 - 93Y5SRF84KJ428393 - SALVA2BG5EH895267 - 9BWAB45U8GT014163 - 935SLYFYYEB559005 - 9BD13571AB2167931 - 9BWDB45U1FT003730 - 9BFZK53A5C8367552 - 8A1LZBW2TEL964414 - 93XFRKH9WDCD11021 - WDDGF4FW4BA416409 - 9BWAB45UXGT038674 - 9BFZH55L9H8417586 - 9BD197173D3041051 - 9BRS29BT5E2048631 - 3G1J86CJ7DS523711 - 9BWAB05Z8B4021623 - 9BWAG45U3HT079280 - 9BHBG51CAKP941231 - 9BWAB05U2CT127920 - 9BHCP51AAPP350344 - 935035GV1NS558750 - 99GKS48U0KG441966 - 9BHBG51CAGP629437 - 9BWAA05Z1A4011839 - 9BD17140MA5525967 - 9BGPB69M0CB234496 - 9BWMF07X5CP003867 - 9BD22315ID2028160 - 9BD197134D3057247 - 9BFZF12C548130694 - 8BCLDRFI2BG531171 - 9BD11818MF1320183 - 9BD195162E0576913 - 9BWAA05U6DP053527 - 9BGJB75Z0EB252583 - 9BWKB05Z464200817 - 9BFZH55L0G8296266 - 9BD17309ZA4320922 - 93YBSR1RHBJ181726 - 9BWDA05U6DT260763 - 9BGRP48F0EG120474 - LVVD611B7DD033258 - 9BWAA05U0AP089175 - 93HFB2530EZ166807 - 9BD195162C0250938 - 9BGKS48L0DG281459 - 9BWAA05W9AP097177 - 9C6RG5020R0101142 - 9C2KF52C0RR039420 - 9C2JC4830PR012237 - 9C2KC2500JR023542 - 9C2JC4820ER017048 - 9C2NC6110RR024717 - 9C6RH1110H0000204 - 95VCB2207FZ544834 - 9C2KD0800FR014425 - 9C2ND0920CR001504 - 9C2JC7000RR039262 - 9C2NC6110RR004317 - 9C6RG5020R0117616 - 9C2ND1730RR105889 - 9C2KC2210RR063945 - 932C70C01EB458005 - 9362AN6A3BB025631 - 9BFZK53AX8B285225 - JMYLYV98WEJA00591 - 9BD178226W0681658 - 9BFZF55A3E8097858 - 935FCKFVYB8528366 - 9BWAA05U9DT350662 - 9362MKFWX8B039802 - WBAVG71008A050988 - 9BD195A42G0765479 - 9BGKS48B0DG189272 - 9BGKT69L0FG148790 - 9BWKA05Z984099557 - 93YRHAL44KJ484200 - 93YADCUL59J097429 - 9BRD81287JA003242 - KMHDC51EBBU280909 - 9BGKL48U0JB187909 - 9BD25504998843241 - KMJFD37APVU371627 - 9BHCN51AANP221234. | **LOTES DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS.**

Consulte relação completa de veículos no site.
Condições de venda e pagamento constarão no catálogo próprio.

VISITE NOSSO SITE: www.GUARIGLIALEILOES.com.br

Informações: (12) 3654-1000 /GUARIGLIALEILOES
ANTONIO LUIZ GUARIGLIA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 415

bradesco Santander BANCO PAN omni STELLANTIS Safra Sicredi SESI SENAI ITAPEVA

Unimed Guarulhos

A UNIMED GUARULHOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, situada na Av. Paulo Faccini, 900, com fundos para a Rua Tapajós, nº269 - Jardim Barbosa CEP . 07.111-000- Cidade de Guarulhos, no Estado de São Paulo inscrita no CNPJ sob o nº 74.466.137/0001-72, nos termos do art. 13, parágrafo único, inciso II da Lei nº . 9.656/1998 e da Súmula 28/2015 da ANS, e atendida as recomendações do Código de Defesa do Consumidor, considerando as tentativas frustradas de notificação pessoal, vem por meio desde Edital notificar os benefícios contratantes abaixo identificados pelo número do seu CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e CNPJ (Cadastro de Pessoa Jurídica), com omissão dos dígitos de verificação, acompanhado do seu número de inscrição como beneficiário desta operadora, para no prazo de 10(dez) dias, a contar desta publicação, para que ligue no telefone(011) 2463-8000, a fim de regularizar as pendências financeiras de seu plano de plano de saúde consequentemente, garantir a manutenção dos serviços contratados. Ressaltamos que após o prazo de 10 dias a contar da publicação deste edital não houver contato dos beneficiários abaixo relacionados, bem como não ocorrer a quitação das pendências financeiras o mesmo acarretará na rescisão contratual, medida prevista na legislação ora referenciada. A Unimed Guarulhos aproveita o ensejo para ressaltar o prazer em tê-lo como cliente, desejando que esta relação permaneça firme e duradoura.

CDCLIENTE	CNPJ_CPF_CONTRATANTE	CIDADE	CV_NRO	CV_CONTRATO_COMERC_PAC
3100004907	09.116.399/0001-XX	ARUJA		408394
0284.2000.007061-00	482.912.896-XX	GUARULHOS	2000007061	347241
0284.0938.000975-00	173.519.318-XX	GUARULHOS	4000002285	50830
0284.2000.024413-00	104.988.978-XX	GUARULHOS	2000024413	685052
0284.2000.028160-00	739.636.401-XX	GUARULHOS	2000028160	684920
0284.2011.277011-00	505.316.368-XX	GUARULHOS	2000015465	277011
0284.7002.033723-00	358.245.948-XX	GUARULHOS	4000003615	288829
0284.7002.035676-00	245.850.798-XX	GUARULHOS	4000003629	288864
3000001392	14.074.576/0001-XX	GUARULHOS		50768
3000012451	31.534.184/0001-XX	GUARULHOS		87929
3100001664	30.910.495/0001-XX	GUARULHOS		402769
3100003408	36.958.797/0001-XX	GUARULHOS		405656
3100003937	48.763.082/0001-XX	GUARULHOS		406628
3100003968	35.476.636/0001-XX	GUARULHOS		406681
3000013357	33.985.807/0001-XX	GUARULHOS		90137
3100003647	21.408.163/0001-XX	GUARULHOS		406126
3100004260	40.851.267/0001-XX	GUARULHOS		407356
3100005040	31.515.788/0001-XX	GUARULHOS		408551
3100005245	46.536.369/0002-XX	GUARULHOS		409004
3100005649	36.029.580/0001-XX	GUARULHOS		409720
3000000709	19.450.150/0001-XX	GUARULHOS		403343
3000001000	14.096.746/0001-XX	GUARULHOS		1000
3000001986	22.865.212/0001-XX	GUARULHOS		405990
3000005657	17.727.198/0001-XX	GUARULHOS		63736
3000009524	03.475.549/0001-XX	GUARULHOS		9524
3000011673	23.473.374/0001-XX	GUARULHOS		86255
3000014943	08.702.699/0001-XX	GUARULHOS		288881
3100000449	39.830.901/0001-XX	GUARULHOS		408361
3100000893	14.952.077/0001-XX	GUARULHOS		401756
3100002691	44.102.734/0001-XX	GUARULHOS		404719
3100003221	28.980.645/0001-XX	GUARULHOS		405355
3100003502	50.161.069/0001-XX	GUARULHOS		405946
3100004673	18.255.191/0001-XX	GUARULHOS		408351
3100004893	32.723.805/0001-XX	GUARULHOS		408291
3100005125	29.792.960/0001-XX	GUARULHOS		408722
3100006168	53.841.572/0001-XX	GUARULHOS		410729
0284.7002.022727-00	670.711.394-XX	SAO PAULO	7000000225	7000007019
3100001892	44.622.414/0001-XX	SAO PAULO		403198
3100005939	37.470.546/0001-XX	SAO PAULO		410288

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80



Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

A Sompo Seguros S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

PERFIL

A Sompo Seguros S.A. ("Seguradora" ou "Sompo Seguros") é uma empresa do Grupo Sompo Holdings, um dos maiores grupos seguradores do mundo, fundado no Japão há mais de 130 anos. No Brasil, a Seguradora nasceu da integração das operações da Marítima Seguros S.A., seguradora fundada na cidade de Santos - SP em 1943, e da Yasuda Seguros S.A., que atuava no Brasil desde 1959.

Em 27 países, o Grupo Sompo Holdings reúne cerca de 75 mil colaboradores, empenhados em garantir que os mais de 20 milhões de clientes estejam sempre bem. No Brasil, contamos com 681 colaboradores, além de filiais espalhadas pelo país para oferecer solidez e excelência.

A Seguradora fez um movimento estratégico de venda da carteira de produtos massificados no ano de 2023, e, hoje, possui atuação nos segmentos de transporte, ramos elementares e agricultura, e destaca-se como uma das líderes do mercado no seguro de transporte e de seguros patrimoniais.

A Seguradora conta com cerca de 3 mil corretores para distribuir seus produtos, e possui sua carteira estrategicamente distribuída nas principais cidades do país, o que garante sua atuação em regiões de grande potencial econômico para o mercado segurador.

ESTRATÉGIA

Dando continuidade ao planejamento estratégico corporativo, a Seguradora busca fortalecer seu posicionamento nos mercados Corporativos e de Agronegócio, a fim de se tornar uma marca "Top of Mind" nesses segmentos.

A Seguradora visa um crescimento sustentável, aliado a uma forte governança corporativa, sustentados por significativos investimentos em Tecnologia, Dados, Experiência dos Clientes e Corretores e Sustentabilidade (ESG).

Esses esforços têm sido fundamentais no fortalecimento dos resultados dos portfólios, além da melhoria dos processos internos, buscando o aumento da eficiência operacional. Além disso, a Seguradora também tem investido em soluções inovadoras para melhor atender aos seus clientes, com propostas de valor específicas para diferentes segmentos de mercado.

Em 2024, a Seguradora acelerou o crescimento e a expansão dos negócios em que atua e de novos produtos, consolidando mais a sua posição nos mercados Corporativo e de Agronegócio.

O resultado alcançado reflete a maior proximidade com o cliente. Atuamos fortemente na geração de valor diferenciado para os clientes e corretores nos segmentos de grandes riscos, com aumento da eficiência e uma forte cultura corporativa orientada por nosso propósito e valores organizacionais.

Destacamos também, avanços significativos nas três dimensões de ESG, com a reafirmação do compromisso de carbono zero e o fortalecimento de ações afirmativas de diversidade e inclusão.

Aceleramos a diversificação do portfólio com o lançamento de novos produtos nos setores de Energia, Linhas Financeiras e Responsabilidades, e fortalecemos nossa capacidade de subscrição e precificação com o suporte de Inteligência Artificial - IA. Reestruturamos nossa abordagem comercial, revisando o modelo de parceria e implementando estratégias regionais, além de promover o reposicionamento da marca.

A eficiência operacional foi impulsionada pela adoção de RPA - "Robotic Process Automation", análise de dados e melhorias de processos. Para reforçar a resiliência do negócio, estabelecemos uma estrutura de governança de risco, com foco na gestão preventiva e na mitigação de perdas para clientes e para a empresa.

O Plano Estratégico 2024-2026 baseia-se em 8 pilares, que sustentarão essa transformação organizacional de forma ágil, colaborativa e sólida, incluindo o fortalecimento da marca Sompo nos mercados Corporativo e investimentos estratégicos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Para assegurar uma execução bem-sucedida do seu Plano Estratégico, a Seguradora empreendeu uma revisão em seu modelo de Governança Corporativa, aprimorando e robustecendo a abrangente transformação organizacional em curso. Nesse contexto, a Seguradora reavaliou e reforçou sua configuração de Comitês, Subcomitês e Fóruns táticos-operacionais, fortalecendo a capacidade de resposta e tomada de decisão.

Um dos subcomitês implantados foi o de ESG, que demonstra o compromisso da Seguradora com as questões ambientais, sociais e de governança. Orientado por este compromisso e pelo seu propósito, a Seguradora se mobilizou no primeiro semestre de 2024 para apoiar o estado do Rio Grande do Sul em uma das piores catástrofes climáticas da história, com fortes chuvas e enchentes. Clientes, corretores, parceiros e prestadores puderam contar com uma abordagem focada em celeridade, eficiência e efetividade. Foram implementados processos de atendimentos acelerados para sinistros, realizadas vistorias remotas e simplificada a documentação necessária para a regulação, estabelecendo um gerenciamento de crise com o apoio de fornecedores e parceiros.

Os dados acumulados do ano de 2024 indicam que a Seguradora contribuiu com mais de R$1,2 bilhão de retorno para a sociedade, através do pagamento de sinistros, principalmente para aqueles segurados que tiveram perdas nos ramos de Transporte, Patrimoniais e Equipamentos Agrícolas.

Essa estrutura forte de governança continua a posicionar a Seguradora como uma liderança confiável no mercado, pronta para enfrentar desafios e proporcionar segurança aos seus clientes.

Atualmente, o Conselho de Administração é composto por três conselheiros efetivos. A Diretoria é composta por sete diretores, o Diretor Presidente e seis Diretores Executivos. Para fortalecimento das estruturas de governança e controle, o Estatuto Social e demais normativos internos relativos à governança corporativa são periodicamente revisados e atualizados.

Ouvidoria: com mais de 20 anos de existência, a Ouvidoria é um canal de última instância administrativa na Seguradora, pelo qual segurados, beneficiários, terceiros envolvidos em sinistros e corretores representando segurados, em defesa de seus interesses, podem manifestar reclamações, opiniões e críticas sobre produtos e serviços, o que contribui para a melhoria e aperfeiçoamento de processos internos e sistemas, bem como para aprimorar o atendimento. A Ouvidoria é soberana na Seguradora e atua com imparcialidade e transparência nas demandas dos consumidores, agindo como mediadora de conflitos entre eles e a Seguradora, propondo recomendações de melhoria e mitigando possíveis novos desacordos.

Código de Ética e Conduta: o Código de Ética e Conduta da Seguradora norteia suas atividades, coibindo práticas desleais e abusos de poder, fortalecendo assim as relações de confiança, honestidade e respeito. A Seguradora mantém ações direcionadas aos colaboradores para disseminação, treinamento, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento dos preceitos do Código de Ética e Conduta.

Canais de denúncias: os canais de denúncias da Seguradora têm como objetivo principal receber relatos relacionados à violação ao código de ética, operações suspeitas de fraude, crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, além de informações acerca de possíveis descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora. Os canais de denúncias estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada por meio de telefone, intranet ou site da Seguradora. É garantido ao relator a confidencialidade, bem como que não sofra qualquer retaliação por ter realizado uma denúncia.

Sompo Resseguradora S.A.: em 1º de julho de 2024, foi constituída a Sompo Resseguradora S.A., uma resseguradora local subsidiária da Sompo Seguros S.A., com capital social de R$ 100 milhões. A Seguradora subscreveu 99.999.999 ações ordinárias da resseguradora local e integralizou o valor de R$ 30,0 milhões. Em 22 de agosto de 2024, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria DIORE/SUSP nº 15, de 17 de agosto de 2024, concedendo à Sompo Resseguradora S.A. autorização para operar resseguros no segmento S2. A nova entidade é responsável por atuar nos riscos próprios do Grupo Sompo no Brasil, permitindo o aumento da capacidade de subscrição e retenção do Grupo, além de maior eficiência operacional e redução de custos, de acordo com a macroestratégia de negócios do Grupo no País.

DESEMPENHO ECONÔMICO

O mercado segurador (desconsiderando o segmento de previdência e VGBL) apresentou um crescimento de 9,3% em termos de prêmios de seguros de janeiro a novembro de 2024 (fonte: SES - SUSEP). Já a Seguradora apresentou um crescimento de 6,0% em relação ao mesmo período de 2023, considerando a saída dos prêmios do segmento de massificados, com a criação da nova entidade legal em abril de 2023, e a venda efetiva em agosto de 2023. Considerando apenas as linhas de produtos do segmento Corporate, a Seguradora apresentou um crescimento de 33%.

Resultado líquido: a Seguradora encerrou o ano de 2024 com um lucro de R$ 70,8 milhões. A comparação com 2023 é prejudicada, pois o lucro da seguradora foi de R$ 660,6 milhões, devido principalmente à venda da operação massificada e pela provisão de créditos tributários. Se olharmos apenas os portfólios, a trajetória de 2024 em comparação a 2023 foi de um crescimento saudável, os impactos dos sinistros da enchente do Rio Grande do Sul foram compensados principalmente por menos sinistros agravados em Seguros Patrimoniais.

Índice combinado: é o percentual obtido através do total de gastos com sinistros ocorridos, custo de aquisição, resultado de resseguro, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre os prêmios ganhos. Com os efeitos anteriormente mencionados, o índice combinado da Seguradora, no período findo em dezembro de 2024, foi de 101,2%, valor 5,2 p.p. inferior ao mesmo período do ano passado.

RECURSOS HUMANOS

A Seguradora encerrou o ano de 2024 com 681 colaboradores com vínculo CLT.

Desenvolvimento de pessoas: cuidar do desenvolvimento e reconhecimento de nossas pessoas tem sido uma preocupação constante da Seguradora.

Ao longo do ano, por meio da nossa Universidade Corporativa - Sompo Academy - fundamentada em 4 frentes: Negócios, Comportamental, Ferramentas e Metodologias, e o programa Investindo no Futuro (iniciativas de subsídio à educação, certificação e aprendizagem), disponibilizamos mais de 310 temas de treinamentos (no formato presencial e on-line), obtendo um total de 36.742 participações e mais de 430.067 horas dedicadas ao aprimoramento de competências técnicas e comportamentais de nossos colaboradores.

Na frente de Negócios, através da nossa parceria com a ENS - Escola de Negócios e Seguros - entregamos 14 cursos que são totalmente personalizados para a nossa empresa e direcionados aos nossos ramos de atuação.

Na frente de Ferramentas e Metodologias, o programa "Goal Sompo!" viabiliza o aprendizado do inglês por profissionais das mais variadas áreas e cargos, com aulas ao vivo, on-line, aulas particulares e atividades práticas, tudo para que caiba na rotina das pessoas.

Na frente Comportamental & People Skills, a Seguradora está investindo no fortalecimento da cultura, uma das iniciativas que se soma aos treinamentos foi a revisão das Competências esperadas de nossas pessoas, provendo materiais e informações que vão guiar a carreira das pessoas e os líderes na condução de suas equipes no dia a dia. Clareza e proximidade nas relações pautam também os instrumentos de desenvolvimento de carreira na Seguradora.

Nossos canais de comunicação e diálogo com os colaboradores se consolidaram, têm governança e reconhecimento interno, refletindo em melhorias nos indicadores - que a Seguradora acompanha sistematicamente (de forma quantitativa e qualitativa) - sobre percepção, clima organizacional, engajamento das pessoas e entendimento sobre o negócio, além de nossas estratégias e o papel de cada um para os resultados da Seguradora.

Realizamos o "Programa de Meritocracia" pelo qual 29,6% dos colaboradores foram contemplados com méritos ou promoções neste ano.

Sustentabilidade: alinhada com a estratégia da Seguradora, a evolução na agenda de Sustentabilidade envolveu o desenvolvimento das iniciativas definidas no roadmap, como a revisão de Políticas e Normas de investimento, subscrição e de homologação de fornecedores, reavaliação da matriz de risco com luz à matriz de materialidade, inventário de emissões com definição de plano de ação para a redução das nossas emissões e aportes em investimentos com cunho ESG. A governança está bem estabelecida com um Subcomitê específico para o tema, que monitora as implementações e direciona para a correção de rumos quando necessário.

Diversidade, Equidade e Inclusão: dentro do pilar social da agenda de Sustentabilidade, finalizamos as iniciativas definidas para o ano de 2024 abordando os pilares estratégicos específicos do tema "Empoderamento Econômico" e "A Segurança de ser quem você é": realização de ações afirmativas, de cunho social e de letramento, que inclui matérias na intranet para ampliação de conhecimento no tema, workshops, rodas de diálogo, palestras com pessoas de renome no mercado, reestruturação do Programa de Jovens Aprendizes e também campanhas de doação voltadas para os públicos menorizados e/ou em situação de vulnerabilidade social. O trabalho vem sendo desenvolvido a partir da idealização e operacionalização da Squad de Diversidade (grupo de aliados e afinidade multidisciplinar, com cerca de 20 representantes de diversas áreas da Seguradora). A participação da Alta Liderança tem sido bastante relevante para dar foco nos compromissos nessa agenda de Diversidade, trazendo maior engajamento das pessoas da Seguradora para o tema.

Como um dos marcos, a Seguradora lançou seu primeiro Programa de Estágio de Vagas Afirmativas para Pessoas Pretas e Pardas, com a contratação de 25 jovens, tendo por objetivo avançar nas pautas de equidade racial e proporcionar o empoderamento econômico de grupos menorizados.

Gestão da saúde e qualidade de vida: a Seguradora adota práticas que visam um ambiente no qual cada indivíduo se sinta valorizado, respeitado e capaz de alcançar seu potencial máximo. O objetivo é que as pessoas sejam não apenas produtivas, mas também felizes e realizadas no trabalho. Para isso foi desenvolvido o Programa de Qualidade de Vida e Bem-Estar - Você em Sua Melhor Versão, que combina benefícios tangíveis com iniciativas focadas no bem-estar mental e físico. Essa abordagem holística não só fortalece a cultura e clima organizacional, mas também promove relações de confiança e apoia o crescimento sustentável do negócio. Acredita-se que investir no bem-estar das pessoas não é apenas o certo a fazer, mas também uma estratégia inteligente para promover a satisfação e o engajamento no trabalho. Nossa estrutura de Gestão da Saúde conta com uma equipe composta por médico, fisioterapeuta e técnica de enfermagem que, durante o ano de 2024, realizaram mais de 580 atendimentos clínicos (presenciais e via telemedicina) e mais de 1.485 atendimentos de ergonomia, fisioterapia, acupuntura e biomecânica de forma gratuita aos nossos colaboradores. Disponibilizamos quick-massage em nossa sede em parceria com a Serenidade do Toque, que forma massoterapeutas com deficiência visual para realizar as massagens. Levamos dezenas de pessoas para participar de provas de rua (corrida e caminhada) com apoio de preparador físico, fisioterapeuta, profissional de yoga, entre outras iniciativas. Pelo quarto ano consecutivo, conseguimos a certificação GPTW (Great Place to Work) em maio de 2024 e fomos reconhecidos no Ranking Nacional, como uma das 175 Melhores Empresas para se trabalhar. Além da certificação, desde o ingresso na participação do levantamento, os resultados alcançados com as políticas e práticas de gestão e bem-estar de pessoas, a Seguradora foi destaque em diferentes modalidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	dez/24	dez/23
Circulante		3.065.989	2.024.233
Disponível		66.756	32.455
Caixa e bancos		66.756	32.455
Aplicações	5	270.772	126.934
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.287.300	926.015
Prêmios a receber	6	1.082.260	820.504
Operações com seguradoras		46.924	23.519
Operações com resseguradoras	7	158.116	81.992
Outros créditos operacionais		17.528	14.959
Ativos de resseguro	7	1.137.279	717.373
Títulos e créditos a receber		94.269	43.439
Títulos e créditos a receber	8	40.863	11.246
Créditos tributários e previdenciários	9	52.229	30.830
Outros créditos		1.177	1.363
Outros valores e bens		21.562	21.797
Bens à venda	10.a/10.b	15.242	15.010
Outros valores	10.d	6.320	6.787
Despesas antecipadas		10.767	11.455
Custos de aquisição diferidos	11	149.756	129.815
Ativo não circulante		2.953.784	3.005.803
Realizável a longo prazo		2.776.687	2.924.965
Aplicações	5	1.582.003	1.943.116
Créditos das operações com seguros e resseguros		169.495	159.815
Prêmios a receber	6	169.495	159.815
Ativos de resseguro	7	294.627	176.713
Títulos e créditos a receber		664.010	585.945
Títulos e créditos a receber	8	1.820	395
Créditos tributários e previdenciários	9	470.316	400.545
Depósitos judiciais e fiscais	12	19.264	19.090
Outros créditos a receber	13	172.610	165.915
Outros valores e bens	14	17.200	18.705
Despesas antecipadas		–	470
Custos de aquisição diferidos	11	48.752	40.201
Investimentos	15	102.890	2.134
Participações societárias		102.145	1.580
Imóveis destinados a renda		263	102
Outros investimentos		482	452
Imobilizado	16.a	29.364	30.097
Imóveis de uso próprio		16.493	19.250
Bens móveis		3.316	4.684
Outras imobilizações		9.555	6.163
Intangível	16.b	44.843	48.607
Outros intangíveis		44.843	48.607
Total do ativo		6.009.773	5.030.036

Passivo	Nota Explicativa	dez/24	dez/23
Circulante		3.326.739	2.436.408
Contas a pagar		184.342	143.691
Obrigações a pagar	17	76.366	74.777
Impostos e encargos sociais a recolher	18	58.906	51.536
Encargos trabalhistas	17	16.109	15.326
Impostos e contribuições	18	32.970	2.052
Débito das operações com seguros e resseguros		915.411	691.142
Prêmios a restituir		6.467	5.280
Operações com seguradoras		114.696	83.928
Operações com resseguradoras	21	631.482	469.702
Corretores de seguros e resseguros		154.753	123.369
Outros débitos operacionais		8.013	8.863
Depósitos de terceiros	22	25.914	20.682
Provisões técnicas - Seguros	19	2.189.941	1.572.153
Danos		2.190.467	1.572.115
Pessoas		(526)	38
Outros débitos		11.131	8.740
Passivo de Arrendamento	24	11.131	8.740
Passivo não circulante		912.376	793.811
Contas a pagar		37.444	43.046
Obrigações a pagar	17	37.444	43.046
Débitos das operações de seguros e resseguros		27.946	18.463
Corretores de seguro e resseguro		27.946	18.463
Provisões técnicas - Seguros	19	601.581	497.686
Danos		607.856	497.147
Pessoas		(6.275)	539
Outros débitos		245.405	234.616
Provisões judiciais	23	52.770	49.552
Outras provisões	13	174.196	160.272
Passivo de Arrendamento	24	18.439	24.792
Patrimônio líquido	25	1.770.658	1.799.817
Capital social		1.872.552	1.872.552
Custo da transação		(7.256)	(7.256)
Reservas de lucro		12.950	–
Ajustes de avaliação patrimonial		(88.700)	13.464
Outros ajustes de avaliação patrimonial		(18.888)	(24.596)
Prejuízos acumulados		–	(54.347)
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.009.773	5.030.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Demonstração do resultado do exercício	Nota Explicativa	dez/24	dez/23
Prêmios emitidos líquidos	26.a	2.624.063	2.563.898
Variação das provisões técnicas	26.b	(298.635)	(125.940)
Prêmios ganhos	26.c	2.325.428	2.437.958
Sinistros ocorridos	26.d	(1.599.074)	(1.305.713)
Custos de aquisição	26.e	(456.775)	(519.496)
Outras receitas e despesas operacionais	26.f	(14.466)	(13.115)
Resultado com resseguro	26.g	86.087	(316.230)
Receita com resseguro		817.165	385.492
Despesa com resseguro		(731.078)	(701.722)
Despesas administrativas	26.h	(324.305)	(351.796)
Despesas com tributos	26.i	(57.668)	(89.348)
Resultado financeiro	26.j	168.468	42.321
Resultado patrimonial	26.k	1.087	19.816
Resultado operacional		128.802	(95.603)
Ganhos e perdas com ativos não correntes	26.l	(935)	591.875
Resultado antes dos impostos e participações		127.867	496.272
Imposto de renda	27	(22.200)	119.668
Contribuição social	27	(13.880)	70.894
Participações sobre o resultado		(20.944)	(26.217)
Lucro líquido do exercício		70.843	660.617
Quantidade de ações no final do exercício		215.224.434	215.224.434
Quantidade de ações ordinárias		215.215.602	215.215.602
Quantidade de ações preferenciais		8.832	8.832
Lucro líquido por ação		0,33	3,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	dez/24	dez/23
Lucro líquido do exercício	70.843	660.617
Outros resultados abrangentes:		
Serão classificados subsequentemente para o resultado do exercício	(102.164)	91.555
Variação no valor justo dos ativos financeiros	(170.287)	100.531
Imposto de renda e contribuição social	68.115	(40.215)
Impairment do crédito tributário de TVM	–	31.239
Ajuste dos títulos e valores mobiliários da controlada	8	–
Não serão classificados subsequentemente para o resultado do exercício	5.708	(17.940)
Benefício pós emprego	9.513	(34.337)
Imposto de renda e contribuição social	(3.805)	16.397
Total dos resultados abrangentes	(25.613)	734.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

★ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80



SOMPO SEGUROS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Custos de transação	Reservas	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Outros ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.872.498**	**(7.256)**	**–**	**(78.092)**	**(6.656)**	**(713.007)**	**1.067.487**
Cisão parcial (Nota 1)	(15.000)	–	–	–	–	–	(15.000)
Aumento de capital portaria SUSEP nº 1553 (Nota 25)	15.054	–	–	–	–	–	15.054
Ajuste com títulos e valores mobiliários	–	–	–	91.556	–	–	91.556
Benefício pós-emprego	–	–	–	–	(17.940)	–	(17.940)
Outros	–	–	–	–	–	(1.957)	(1.957)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	660.617	660.617
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.872.552**	**(7.256)**	**–**	**13.464**	**(24.596)**	**(54.347)**	**1.799.817**
Ajuste com títulos e valores mobiliários	–	–	–	(102.172)	–	–	(102.172)
Benefício pós-emprego	–	–	–	–	5.708	–	5.708
Outros ajustes de exercícios anteriores	–	–	40	–	–	435	475
Outros ajustes controlada	–	–	–	8	–	–	8
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	70.843	70.843
Proposta para destinação dos lucros:							
Reserva legal	–	–	847	–	–	(847)	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	(4.021)	(4.021)
Reserva estatutária	–	–	12.063	–	–	(12.063)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.872.552**	**(7.256)**	**12.950**	**(88.700)**	**(18.888)**	**–**	**1.770.658**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Demonstração do fluxo de caixa	dez/24	dez/23
Lucro do exercício	**70.843**	**660.617**
Ajustes para:		
Depreciação	11.171	9.666
Amortização	20.884	42.841
Perda por redução ao valor recuperável do Intangível	–	29.918
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	262	(53.542)
Reversão de provisão de créditos tributários	–	(350.063)
Oscilação cambial	4.738	(3.816)
Baixa de sistemas	–	38.625
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 26.k)	(607)	(19.644)
Resultado do exercício ajustado	**107.291**	**351.602**
Variações nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	216.683	35.921
Créditos das operações com seguros e resseguros	(336.839)	449.939
Outros créditos operacionais	(2.578)	54.907
Ativos de resseguro	(515.702)	19.685
Títulos e créditos a receber	(112.987)	105.379
Outros valores e bens	(6.443)	61.125
Despesas antecipadas	1.159	(1.363)
Outros créditos	(15.509)	(153.158)
Custos de aquisição diferidos	(28.492)	369.781
Depósitos judiciais e fiscais	(174)	138.553
Obrigações a pagar	(1.862)	9.550
Encargos trabalhistas	783	(7.809)
Impostos e contribuições	106.785	11.981
Impostos e encargos sociais a recolher	7.372	(31.912)
Outras contas a pagar	–	(10.068)
Débito das operações com seguros e resseguros	205.972	(54.248)
Depósitos de terceiros	5.232	(2.736)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	688.851	(1.465.978)
Provisões judiciais	3.218	(145.954)
Outras provisões	13.924	159.931
Passivo de arrendamento	(3.962)	(12.805)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	**332.722**	**(116.757)**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(102.172)	91.556
Impostos sobre lucros pagos	(75.867)	(17.858)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	**154.683**	**(45.059)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:	**2.559**	**109**
Imobilizado (Nota 16.a)	2.559	109
Pagamento pela compra:	**(22.770)**	**(34.866)**
Imobilizado (Nota 16.a)	(5.650)	(7.792)
Intangível (Nota 16.b)	(17.120)	(27.074)
Reclassificação investimento para a venda	–	14.950
Transferência imobilizado x Investimento (Nota 16.a)	(171)	393
Aumento de capital em controlada	(100.000)	–
Saldo cindido imobilizado (Nota 16.a)	–	6.905
Saldo cindido intangível (Nota 16.b)	–	36.119
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**(120.382)**	**23.610**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital em aprovação	–	54
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**–**	**54**
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**34.301**	**(21.395)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**32.455**	**53.850**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**66.756**	**32.455**
(Redução) líquida de caixas e bancos	**34.301**	**(21.395)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sompo Seguros S.A., com sede na Rua Cubatão, nº 320 - São Paulo/SP, doravante referida, também, como "Seguradora", "Sompo Seguros" ou "Companhia", é uma companhia de capital fechado e atua no mercado de seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. É controlada pela Sompo International Holdings Brasil Ltda., sendo a Sompo Holdings, INC. a controladora final.

A Seguradora é controladora da Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda. ("Sompo Services"), uma sociedade limitada, que tem por objeto social a exploração de serviços de gerenciamento de riscos, vistoria e regulação de sinistros. Também é controladora da Sompo Resseguradora S.A. ("Sompo Resseguradora"), que atua nos riscos próprios do Grupo Sompo no Brasil, permitindo o aumento da capacidade de subscrição e retenção de riscos. CISÃO PARCIAL DE ATIVOS E PASSIVOS PARA A ENTÃO CONTROLADA SOMPO CONSUMER S.A. ("SOMPO CONSUMER") E VENDA DA ENTÃO CONTROLADA PARA A HDI SEGUROS S.A. ("HDI"): Em 24 de maio de 2022, a Seguradora celebrou um contrato com a HDI para vender todas as ações da Sompo Consumer, criada para incorporar o negócio de Produtos Massificados operados à época pela Seguradora. Em 1º de abril de 2023 houve a cisão parcial da Sompo Seguros, transferindo ativos e passivos para a Sompo Consumer, que assumiu todas as responsabilidades. Em 24 de agosto de 2023, a venda das ações para a HDI foi concluída por R$ 1,2 bilhão.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma comparativa com os saldos de 31 de dezembro de 2024 ou ainda de 31 de dezembro de 2023, conforme disposições do CPC nº 21 (R1) - Demonstração emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, bem como alterações posteriores. A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros e os ativos a valor justo por meio do resultado. As presentes demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas. Essas demonstrações financeiras foram analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Sompo Seguros em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2025. a) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Seguradora, usando-se as taxas de câmbio da data de fechamento. b) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, exigindo que a Administração faça julgamentos quanto aos cenários futuros e estabeleça premissas e pressupostos para a determinação de estimativas que servem de base para os valores reportados referentes, entre outros: (i) ao valor justo de ativos financeiros; (ii) ao valor das provisões técnicas; (iii) às perdas esperadas que foram objeto de constituição de provisões para risco de créditos - *impairment*; (iv) ao valor e aos prazos de realização dos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social; (v) às probabilidades de resultado final na resolução de processos judiciais e arbitrais que foram objeto de constituição de provisões ou julgado como contingências passivas; (vi) à vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis; e (vii) aos prazos e valores de realização ou recuperação dos salvados à venda. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados (maiores informações vide nota explicativa nº 3). c) Normas, alterações e interpretações de normas que entram em vigor em 2024: (i) *CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros*: Entrou em vigor em janeiro de 2024, sendo que os critérios para contabilização dos instrumentos financeiros, bem como os impactos decorrentes da adoção dessa norma estão apresentados na nota explicativa 3.d abaixo. (ii) *Circular SUSEP 678/22 - Redução ao Valor Recuperável (RVR)* - Esta norma entrou em vigor em janeiro de 2024 e dentre vários itens, passou a requerer que a metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável de prêmios a receber e, ainda, de prêmio de resseguro diferido e de prêmio de retrocessão diferido seja baseada em estudo técnico elaborado pela Administração, levando em consideração diversos itens previstos na referida Circular. Com base nas avaliações realizadas, a Seguradora não observou impacto relevante em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da alteração desta norma. d) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora: *CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros*: estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O CPC 50 é aplicável desde 1º de janeiro de 2023, mas só será adotado quando referendado pela SUSEP. Não há outras normas ou interpretações não adotadas para fins de elaboração dessas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, mas não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, ou seja, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. b) Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros: A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros e modelo de negócios, determina a classificação destes na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos e o teste SSPJ - Somente Pagamentos de Principal e Juros, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazos. Os ativos financeiros são classificados seguindo o teste de SPPJ e classificados de forma a refletir as regras do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, e são classificados conforme os seguintes critérios: i) *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*: São ativos financeiros designados nesta categoria aqueles cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. As mudanças decorrentes de variações do valor justo são registradas e apresentadas na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem. ii) *Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: São ativos financeiros não derivativos, designados como "*Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*" ou que não são classificados como "*Ativos ao custo amortizado*" ou "*Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*". Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", apresentados na demonstração do resultado abrangente líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos. iii) *Ativos ao custo amortizado*: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de principal e juros de ativos financeiros de acordo com o modelo de negócio e o teste de SPPJ. c) Determinação do valor justo: Para a apuração do valor justo dos ativos financeiros a Seguradora adota as seguintes práticas: i) *Títulos públicos*: O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). ii) *Quotas de fundos de investimentos*: O valor unitário das quotas dos fundos de investimento não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização ou desvalorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. Para as quotas dos fundos de investimento exclusivos, a alocação é em ativos americanos e, sua valorização é de 4% ao ano em dias corridos. d) CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A partir de janeiro de 2024 a Administração passou a adotar os critérios estabelecidos no CPC 48 para a contabilização dos instrumentos financeiros. Esta alteração na política contábil ocasionou a mudança na forma de apuração do resultado do BTG Dívida Infra FIC Fundo Incent Investimento Infraestrutura RF Crédito Pr, o qual passou a ser contabilizado em sua totalidade na categoria instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Esta reclassificação, gerou uma despesa financeira de R$ 3.415 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A tabela abaixo demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Seguradora em 01 de janeiro de 2024:

Classificação anterior - CPC 38	Classificação nova - CPC 48
vigente até 31/12/2023	vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

e) Ativos e passivos de resseguros: Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados. Os passivos são compostos basicamente por prêmios de resseguros cedidos líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função da ocorrência de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Compreendem ainda os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado. f) Bens à venda - (Salvados): **Salvados** - Alguns contratos de seguros transferem à Seguradora direito sobre determinados ativos, decorrentes de um evento de sinistro indenizado que são denominados "salvados". Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e apresentados no ativo circulante. O valor justo é determinado conforme estimativa de venda histórica, deduzido dos custos estimados para a efetivação da venda dos bens. Mensalmente é reconhecido *impairment* dos salvados conforme estudo técnico. Essa desvalorização é reconhecida como provisão para redução ao valor recuperável em contrapartida do resultado. A Seguradora adota metodologia para o cálculo do impairment dos salvados, de acordo com estudo de realização do estoque, baseado na experiência histórica observada nos últimos cinco anos. A provisão para ativos estimados de salvados e ressarcimentos é constituída para fazer frente aos ativos e ressarcimentos ainda não registrados até a data-base de cálculo e tem o objetivo de estimar o valor futuro dos salvados à venda e ressarcimentos a receber. O cálculo é executado utilizando dados históricos de ativos registrados, considerando a data de liquidação dos sinistros e a data de aviso dos respectivos ativos dos últimos 5 anos, utilizando a metodologia de triangulação. Esta provisão é estimada mensalmente. g) Contratos de arrendamento: Para os contratos aplicáveis, a norma determina que o reconhecimento seja através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis, equipamentos e veículos) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O passivo de arrendamento, por sua vez, é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A Seguradora optou pelos expedientes práticos, não aplicando a norma para os contratos de itens de baixo valor e de curto prazo; estes terão suas despesas reconhecidas no resultado do período. h) Investimentos: O investimento mantido na controlada Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda. e Sompo Resseguradora S.A. é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os imóveis próprios da Seguradora, cuja finalidade é obter renda através de sua locação, foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada bem como perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. i) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, bem como veículos utilizados para a condução dos negócios. Tais ativos são registrados conforme CPC 27 - Ativo Imobilizado, isto é, pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação que é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa no 16.a. j) Intangível: *Software*: Os custos associados com o desenvolvimento interno de *softwares* ou sistemas de informática que gerarão benefícios econômicos futuros são reconhecidos como ativos intangíveis. Tais custos incluem gastos de pessoal próprio de informática e utilização de mão de obra e recursos de terceiros, incrementais para tal desenvolvimento. Os gastos com planejamento, definição de *hardware*, especificações de *software*, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. Outros ativos intangíveis, softwares, que são adquiridos ou desenvolvidos pela Seguradora e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa 16.b. k) Recuperabilidade de ativos financeiros: A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. Para prêmios a receber, é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada por ramo, com base nos seus respectivos prêmios, de acordo com estudo técnico que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber. Para redução ao valor recuperável de prêmio de cosseguro aceito, sinistros de cosseguro cedido e sinistros de resseguro, é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada por ramo, de acordo com estudo técnico. A análise de recuperabilidade é realizada, no mínimo, a cada data de balanço de forma individualizada. l) Recuperabilidade de ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação ou amortização são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias indicando que o valor contábil do ativo não seja recuperável em tais casos. É reconhecida uma perda por *impairment* pelo montante no qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. m) Provisões técnicas: i) *Definições*: *Provisões técnicas* são constituídas por valores estimados ou exatos, contabilizados mensalmente, para fazer face ao pagamento de sinistros e despesas relacionadas. Nota técnica atuarial (NTA): Documento que apresenta os parâmetros utilizados na formulação de cálculo dos prêmios de seguro e de como será feita a indenização em cada sinistro e é elaborada conjuntamente às Condições Gerais de cada produto. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são aplicáveis às seguradoras autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados nas respectivas notas técnicas atuariais (NTA). • A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo do prazo a decorrer de cada contrato de seguro, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo e é calculada pela proporcionalidade existente entre os dias que faltam a decorrer e o total de dias de vigência de cada apólice de seguro, aplicada ao valor do prêmio emitido; • A provisão de prêmios não ganhos para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG- RVNE) é constituída para complementação da PPNG e corresponde aos prêmios estimados para os riscos vigentes, cujas apólices ainda não tenham sido emitidas. O cálculo é baseado principalmente na verificação do tempo médio para emissão de apólices e endossos, de acordo com a base histórica da Seguradora; • A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, demonstrada pelo teste de adequação de passivos (TAP), disposto na legislação vigente; • A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para pagamento dos sinistros ocorridos e avisados na Seguradora, até sua liquidação. É provisionada através de estimativa ou pelo valor determinado, dependendo do ramo/cobertura, de acordo com os sinistros avisados. Esta provisão se divide entre sinistros administrativos (PSL Administrativa) e sinistros judiciais (PSL Judicial). Sinistros administrativos são considerados os sinistros para os quais foi entregue toda a documentação e serão liquidados normalmente pela Seguradora, por processo comum. Sinistros judiciais correspondem aos sinistros avisados e que, por algum motivo, resultaram em processos judiciais, portanto podem se encontrar em diversas fases de tramitação. Para os processos judiciais, é constituída provisão com base em percentual aplicado sobre o valor do risco, percentual este baseado na probabilidade de perda da ação e determinado com base em estudo atuarial revisado periodicamente. O montante é atualizado mensalmente mediante aplicação de índice de correção monetária e juros, nos termos da legislação em vigor ou conforme condições contratuais ou decisão judicial. • A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR - incurred but not reported) é constituída para fazer frente aos sinistros que ocorreram, mas ainda não foram avisados até a data-base de cálculo. O cálculo é baseado em dados históricos que compreende a análise do tempo existente entre a data de ocorrência e a data do aviso dos sinistros e os respectivos valores pagos ou pendentes de pagamento, e tem o objetivo de estimar o valor futuro dos sinistros já ocorridos a serem avisados. Esta provisão é calculada mensalmente; • A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER - incurred but not enough reported), é constituída caso a experiência histórica das movimentações de ajustes dos sinistros avisados e ainda não liquidados (PSL) indique necessidade de adequação. Tem a função de refletir eventuais inconsistências entre os valores estimados à data de aviso do sinistro e os efetivos valores de liquidação dos sinistros. Esta provisão pode resultar em provisionamento negativo, se for o caso, sendo a única em que pode ocorrer tal fato; • A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída pelos valores das despesas relacionadas com os sinistros, e tem a finalidade de mensurar o montante de despesas futuras que a Seguradora terá para regular os sinistros avisados; • A provisão de salvados e ressarcimentos de sinistros é constituída até o respectivo encontro do bem, independentemente de sua liquidação, calculados com base na experiência histórica observada nos sinistros que tiveram salvados, de acordo com a respectiva Nota Técnica Atuarial. O valor estimado reduzirá o saldo do passivo para a parcela relacionada ao IBNR e parcela relacionada à PSL; e • A estimativa de salvados e ressarcimento de sinistros é constituída após a liquidação de um sinistro e consequente encontro do bem, na qual a Seguradora adquire direito ao salvado ou ao ressarcimento, passando a ter um ativo controlado e reconhecido em uma provisão específica para tal finalidade. É calculada mensalmente de acordo com os dados históricos e com metodologia especificada em nota técnica atuarial, e é contabilizado como ativo da Seguradora. ii) *Teste de adequação dos passivos (TAP)*: De acordo com Circular SUSEP nº 648/2021, a Seguradora deverá realizar semestralmente o Teste de Adequação de Passivos - TAP. O objetivo do TAP é avaliar se as Provisões Técnicas constituídas são suficientes para cobrir as obrigações decorrentes do cumprimento dos seus contratos e certificados assumidos até determinada data-base. O TAP foi realizado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas atuais e realistas, conforme parâmetros mínimos determinados pela referida circular. As premissas aplicadas foram: • As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram projetadas considerando fluxos relacionados a prêmios registrados e fluxos relacionados a prêmios não registrados, considerando ainda as vigências dos respectivos contratos e certificados. • As premissas utilizadas para projeções de prêmios, sinistros, despesas administrativas, despesas alocáveis e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros foram baseadas na experiência histórica observada pela Seguradora considerando um horizonte de tempo de até cinco anos. • A sinistralidade estimada no estudo é baseada nos triângulos de sinistros e nos prêmios ganhos utilizados no cálculo das provisões de sinistros. Para cada período de análise são obtidos os sinistros finais estimados bem como os prêmios ganhos finais estimados.

continua →

★ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80



SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Sinistralidade	Descrição
Patrimonial	64,40%	Sinistralidade média 36 meses + desvio padrão
Responsabilidade	33,30%	Sinistralidade média 24 meses
Transportes	56,80%	Sinistralidade média 36 meses
Rural	69,89%	Sinistralidade média 24 meses
Viagem	69,61%	Sinistralidade média 36 meses - SUSEP

• As carteiras da Seguradora foram ainda segregadas utilizando critérios de agrupamento de risco de acordo com similaridade de riscos entre elas. • Para determinar o valor das despesas administrativas, foram utilizados os dados contidos na Demonstração do Resultado, observando-se as despesas administrativas dos últimos doze meses da data-base de cálculo. Para obtenção do percentual de despesa administrativa em run-off, utiliza-se um período histórico de doze meses, no qual estão englobadas as despesas com aluguéis, taxa de fiscalização do órgão regulador, honorários de auditoria externa, custos com áreas para manutenção da operação (TI, RH, Financeiro etc.) e outros custos que possam ser identificados. Para valor mínimo de despesa administrativa, foi utilizado a premissa de 4 colaboradores que ficarão responsáveis pela operação e representação até a liquidação da Seguradora, o valor será distribuído entre os fluxos estimados até a liquidação. O custo por colaborador é calculado pela média de folha de pagamento com os encargos e benefícios.

	Despesa Administrativa	Prêmio Ganho	%
Patrimonial	25.838	576.468	4,48%
Responsabilidade	2.106	183.857	1,15%
Transportes	31.866	400.952	7,95%
Rural	16.215	268.639	6,04%
Viagem	–	–	0,00%

Quantidade	Profissional	Total
1	Representante (Backoffice)	8
1	Atuarial (Backoffice)	16
1	Contábil (Backoffice)	8
1	Técnico Operacional (Sin - Em)	8
Total mensal		**40**
Total -Trimestral		**123**

• No estudo do TAP foram considerados 4,65% de impostos, sendo 0,65% referente ao PIS, e 4,00% ao COFINS. • Os percentuais de assistência apurados nos últimos doze meses, foram obtidos a partir de extração de dados do quadro FIP, e posteriormente aplicados ao prêmio ganho.

	Prêmio Ganho	Assistência	%
Patrimonial	650.256	207	0,03%
Responsabilidade	134.121	5	0,00%
Transportes	1.051.082	2.166	0,21%
Rural	458.180	206	0,04%

• Os percentuais de despesas de comercialização foram apurados através da relação das informações obtidas do quadro estatístico 378, no qual utiliza-se um período histórico de doze meses para obtenção do percentual.

	Prêmio Emitido	Comissão	%
Patrimonial	315.214	52.234	14,87%
Responsabilidade	136.408	11.627	8,52%
Transportes	1.365.478	234.559	17,18%
Rural	273.273	56.968	20,85%

• As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Para fluxos de seguros de danos (moeda nacional) foi utilizada a ETTJ Pré-fixada, e para fluxos de seguros de danos (moeda internacional) foi utilizada a ETTJ Cupom Cambial e para fluxos de seguros de pessoas foi utilizada a ETTJ Cupom IPCA. O resultado do TAP, realizado na data-base de 31 de dezembro de 2024, considerando as premissas e critérios acima citados, não apresentou insuficiência, conforme demonstrado abaixo:

Resumo do teste de adequação de passivos na data-base de 31 de dezembro de 2024

	Patrimonial	Responsabilidade	Transportes	Rural	Total
Eventos a ocorrer - Prêmio registrado	(185.040)	(121.281)	(135.081)	(38.597)	(479.999)
Eventos a ocorrer - Prêmio não registrado	–	–	(74.815)	–	(74.815)

n) Benefícios a empregados: Para os empregados são concedidos os seguintes benefícios: i) *Aposentadoria*: A Seguradora é Patrocinadora da PrevSompo - Sompo Entidade de Previdência Complementar que administra quatro planos de benefícios previdenciários, assegurando benefícios a empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Dois deles são estruturados na modalidade de benefício definido. O primeiro, Plano de Benefícios I, que oferece os benefícios de aposentadoria e pensão, e o segundo, Plano de Benefícios II, que oferece benefícios de risco, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. A avaliação atuarial é elaborada ao final de cada semestre. O terceiro, Plano de Benefícios III, está estruturado na modalidade de contribuição variável, sendo que na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial, uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formado pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seus beneficiários, e uma taxa real anual de juros, sendo, assim, reavaliado anualmente ao final de cada semestre, para cálculo do passivo atuarial. Os planos de benefícios mencionados acima são calculados com base em premissas atuariais, financeiras e econômicas, tais como: taxa real anual de juros (onde a taxa toma por base os títulos de longo prazo do Governo Federal), tábua de mortalidade, dentre outras, sendo os Planos de Benefício I e II pelo método de crédito unitário projetado e o Plano de Benefício III pelo método de capitalização integral. Em ambos, o ativo ou passivo dos planos de benefício definido reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação deduzido o valor justo dos ativos do respectivo plano, em *compliance* com o CPC 33 - Benefícios a Empregados. Estes planos encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes. O Plano de Benefícios IV (Confortprev), está estruturado na modalidade de contribuição definida, oferecendo uma renda mensal decorrente do saldo de contas, pelo método de capitalização financeira, não acarretando nenhum passivo para a Patrocinadora, de acordo com o CPC 33. ii) *Benefícios de rescisão - pós-emprego*: A Seguradora, nos termos da convenção coletiva de trabalho à qual está subordinada, concede, por um período limitado, após a rescisão do contrato de trabalho, o benefício de extensão de cobertura médica. Esses benefícios, comumente chamados de pós-emprego, são provisionados quando o contrato de emprego é rescindido pela Seguradora. A Seguradora constitui uma provisão técnica atuarial em virtude deste benefício pós-emprego, estando seus cálculos e premissas de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC. A partir de outubro de 2023 a Seguradora passou a adicionar em sua mensuração as parcelas de acordo coletivo (A Conceder) e colaboradores afastados. iii) *Programa de Participação no Resultado*: A Seguradora possui Programa de Participação nos Lucros e Resultados próprios (firmado e aprovado pelo Sindicato dos Securitários de São Paulo no dia 15/12/2023). Esse PPR reconhecerá a contribuição dos esforços de nossos colaboradores durante o exercício no ano de 2024. o) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda do período corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda, e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício. As alíquotas para os tributos diferidos são 25% e 15% para imposto de renda e contribuição social respectivamente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O tributo corrente e o tributo diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O tributo corrente é o valor a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos é revisada a cada data de balanço e reduzida na medida em que sua realização não seja provável. A constituição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos considera os novos requerimentos determinados pela Circular SUSEP nº 648/21, mencionada na nota explicativa nº 2. p) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes: A Seguradora reconhece provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável, e estão divulgadas segundo o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes. q) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. As despesas de resseguros cedidos são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). Os créditos das contribuições para PIS e COFINS, calculados com base nas alíquotas 0,65% e 4,00%, respectivamente, sobre os sinistros avisados e ainda não pagos são reconhecidos no ativo e no resultado de forma simultânea à constituição da provisão para sinistros a liquidar. As indenizações por sinistros são dedutíveis da base de cálculo do PIS e COFINS quando de sua efetiva liquidação financeira (vide nota explicativa nº 9).

4. GESTÃO DE RISCO

A Seguradora está exposta aos riscos de seguro: operacional, crédito, liquidez, mercado, legal, subscrição e outros, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade deste item das notas explicativas é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora para gestão e mitigação dos riscos acima mencionados. a) Estrutura de gerenciamento de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Sompo no Brasil tem como objetivo aumentar a capacidade de criar valor para os stakeholders e cumprir com os objetivos estratégicos. O ERM (Gestão Integrada de Riscos) é um processo de gestão utilizado para o incremento na cultura corporativa do conceito de retorno sobre o risco, tendo como premissa o balanceamento entre a eficiência de capital, risco e retorno para sustentação da solidez financeira. Esta estrutura integrada de riscos (ERM) possibilita lidar ativamente com as incertezas e riscos do negócio em todos os níveis: operacional, tático e estratégico, através do monitoramento contínuo e aplicação de medidas preventivas. Adicionalmente, contempla iniciativas que possibilitam o entendimento e fixação de pilares do "framework" e de sua utilização para a tomada de decisão nos negócios. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado e alinhado com o sistema de controles internos e de conformidade, que visa a melhoria contínua dos controles, assim como o cumprimento e adequação às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que suportam essa estrutura. A Diretoria Executiva possui atribuições específicas que colaboram com o monitoramento e melhoria do ambiente interno, tais como: a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, prevenção à fraude, Código de Ética e Conduta e disseminação da cultura de riscos, controles e conformidade. Para dar suporte a estas atribuições a Seguradora possui o Subcomitê de Controles Internos, Gestão de Riscos e *Compliance*. Adicionalmente, esse Subcomitê supervisiona as questões inerentes aos riscos corporativos, além do monitoramento do apetite ao risco, com reportes periódicos. b) Risco operacional: A área de Gestão de Riscos e *Compliance* é responsável por identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar os riscos operacionais, reputacionais e estratégicos na Seguradora, considerando a sua origem, as suas características e o seu potencial impacto sobre o negócio. Os demais riscos, como subscrição, mercado, crédito e liquidez são monitorados através dos indicadores de apetite de riscos da Seguradora. O gerenciamento do risco operacional é realizado visando a mitigação dos riscos que podem resultar em perdas financeiras decorrente de falhas, ineficiência ou inadequação dos processos de pessoas, sistemas ou de eventos externos. Existe aplicação de metodologia específica para avaliação dos riscos operacionais, tal qual seu monitoramento e definição de ações de melhoria junto às áreas envolvidas no processo. A Seguradora mantém uma base histórica de registros com suas perdas operacionais e ciclos periódicos de avaliação junto às áreas, conforme determinações do órgão regulador. c) Gestão de risco de seguro: O risco de seguro é o risco transferido do segurado para a Seguradora por conta da probabilidade de ocorrência de um evento incerto e aleatório que será indenizado em caso de sinistro. A Seguradora observa se há acúmulo de riscos e, caso haja, é verificada a necessidade de se obter resseguro para minimizá-lo. A Seguradora utiliza-se de estratégias de verificação da diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito satisfatório, que indica probabilidade de ruína minimizada. Para a minimização da volatilidade, é efetuada a diversificação de risco, analisando o tipo de cada um; se há concentração de riscos nas diversas regiões, é controlada a qualidade do risco a ser segurado. Os principais segmentos de seguros na gestão de riscos estão divididos como segue: (i) Ramos Elementares Corporativos: Empresarial, Riscos Nomeados e Operacionais, Responsabilidade Civil, Garantia, Engenharia e demais; (ii) Responsabilidades: D&O, E&O e Responsabilidade Civil Geral; (iii) Transportes: nacional, internacional e responsabilidades; (iv) Agronegócio & RD: Equipamentos agrícolas, Penhor rural, Riscos diversos e Seguro agrícola. A análise do risco de seguro é efetuada constantemente, com a avaliação do limite de retenção, da cessão do resseguro, controle e análise das provisões técnicas e se estão constituídos os capitais necessários de acordo com a legislação. Também são avaliadas as principais carteiras que contenham um número de segurados adequados para aplicação de metodologias específicas e que traduzirão na indicação de um resultado coerente e adequado.

Segmentos	dez/24 Prêmios de seguros	dez/24 Parcela ressegurada	dez/24 Prêmios retidos	dez/24 Prêmios retidos por segmento %	Segmentos	dez/23 Prêmios de seguros	dez/23 Parcela ressegurada	dez/23 Prêmios retidos	dez/23 Prêmios retidos por segmento %
Automóvel	–	–	–	–	**Automóvel**	**325.996**	**(2.574)**	**323.422**	**17,18%**
Demais ramos elementares	**2.624.063**	**(696.445)**	**1.927.618**	**100,00%**	**Demais ramos elementares**	**2.243.482**	**(677.959)**	**1.565.523**	**83,17%**
Patrimonial	742.479	(293.188)	449.291	23,31%	Patrimonial	668.411	(365.333)	303.078	16,10%
Transportes	1.055.682	(190.291)	865.391	44,89%	Transportes	1.001.617	(208.463)	793.154	42,14%
Rural	487.161	(104.817)	382.344	19,84%	Rural	445.062	(67.573)	377.489	20,06%
Responsabilidades	73.725	(11.643)	62.082	3,22%	Responsabilidades	58.689	(9.706)	48.980	2,60%
Petróleo	189.152	(70.910)	118.242	6,13%	Petróleo	4.252	(232)	4.020	0,21%
Outros	75.864	(25.596)	50.268	2,61%	Outros	65.452	(26.650)	38.802	2,06%
Pessoas	–	–	–	–	**Pessoas**	**(5.580)**	**(1.124)**	**(6.704)**	**(0,36) %**
Pessoas coletivo	–	–	–	–	Pessoas coletivo	37.291	(1.009)	36.282	1,93%
Pessoas individual	–	–	–	–	Pessoas individual	(42.871)	(115)	(42.986)	(2,28)%
Total	**2.624.063**	**(696.445)**	**1.927.618**	**100,00%**	**Total**	**2.563.898**	**(681.657)**	**1.882.241**	**100,00%**

Região	dez/24 Transportes	dez/24 Riscos Nomeados e Operacionais	dez/24 Demais ramos	dez/24 Total	Região	dez/23 Transportes	dez/23 Riscos Nomeados e Operacionais	dez/23 Demais ramos	dez/23 Massificados	dez/23 Total
Centro-Oeste	60.243	24.270	176.974	261.487	Centro-Oeste	68.121	19.021	154.782	26.050	267.974
Nordeste	63.368	18.738	36.619	118.725	Nordeste	60.392	10.780	33.192	18.473	122.837
Norte	60.027	17.956	34.097	112.080	Norte	42.358	6.122	30.205	4.903	83.588
Sudeste	608.218	278.601	576.462	1.463.281	Sudeste	580.751	194.005	375.453	237.843	1.388.052
Sul	263.826	188.760	215.904	668.490	Sul	249.005	175.129	187.475	88.848	701.447
Total	**1.055.682**	**528.325**	**1.040.056**	**2.624.063**	**Total**	**1.001.017**	**405.057**	**781.107**	**376.117**	**2.563.898**

d) Análise de sensibilidade da sinistralidade: A Seguradora efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários otimistas e pessimistas, com base em seu histórico. Esse estudo é submetido à apreciação da Administração no mínimo semestralmente, para determinação das diretrizes e ajustes nos planos de negócios, quando aplicável. O quadro abaixo demonstra os impactos de uma piora e/ou melhora no índice de sinistralidade da Seguradora em 31 de dezembro de 2024:

	Piora de - 15 p.p.s	Piora de - 5 p.p.s	Cenário-base (valores reais)	Melhora de - 5 p.p.s	Melhora de - 15 p.p.s
Prêmios ganhos	2.325.428	2.325.428	2.325.428	2.325.428	2.325.428
Sinistros ocorridos	(1.838.935)	(1.679.028)	(1.599.074)	(1.519.120)	(1.359.213)
Índice de sinistralidade	(79,08%)	(72,20%)	(68,76%)	(65,33%)	(58,45%)
Impacto bruto	(239.861)	(79.954)	–	79.954	239.861
Impacto líquido de impostos	(143.917)	(47.972)	–	47.972	143.917

Composição por segmento	dez/24 Prêmios ganhos brutos de resseguro	dez/24 Sinistros ocorridos brutos de resseguro	dez/24 Custos de aquisição brutos de resseguro	Índices - % Sinistralidade	Índices - % Comissionamento
Segmentos	**2.325.428**	**(1.598.869)**	**(456.775)**	**(69) %**	**(20) %**
Patrimonial	603.915	(590.133)	(85.486)	(98) %	(14) %
Transportes	1.066.943	(614.655)	(234.798)	(58) %	(22) %
Rural	461.123	(338.064)	(107.685)	(73) %	(23) %
Responsabilidades	64.194	(17.148)	(12.343)	(27) %	(19) %
Outros	129.253	(38.869)	(16.463)	(30) %	(13) %
Pessoas	–	**(205)**	–	**0%**	–
Pessoas individual	–	(205)	–	0%	–
Total	**2.325.428**	**(1.599.074)**	**(456.775)**	**(69) %**	**(20) %**

Composição por segmento	dez/24 Prêmios ganhos líquidos de resseguro	dez/24 Sinistros ocorridos líquidos de resseguro	dez/24 Custos de aquisição líquidos de resseguro	Índices - % Sinistralidade	Índices - % Comissionamento
Segmentos	**1.651.855**	**(816.331)**	**(479.647)**	**(49) %**	**(29) %**
Patrimonial	328.785	(82.208)	(103.543)	(25) %	(31) %
Transportes	873.438	(509.044)	(231.584)	(58) %	(27) %
Rural	359.132	(206.894)	(110.512)	(58) %	(31) %
Responsabilidades	52.506	(17.024)	(12.298)	(32) %	(23) %
Outros	37.994	(1.161)	(21.710)	(3) %	(57) %
Pessoas	–	**(211)**	–	**0%**	–
Pessoas individual	–	(211)	–	0%	–
Total	**1.651.855**	**(816.542)**	**(479.647)**	**(49) %**	**(29) %**

e) Gestão de riscos financeiros: Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios e o ambiente macroeconômico. As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e, também, para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos, que avalia a exposição ao risco. i) *Gestão de risco de liquidez*: Define-se risco de liquidez como a possibilidade de a Seguradora não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas. A gestão de risco mantém o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez e a gestão da relação estabelecida entre ativos e passivos, no curto e longo prazo. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos, quando necessário. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, considerando estudos atuariais. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Em relação aos ativos financeiros, são as aplicações financeiras detidas no portfólio de investimentos e, em relação aos passivos, são as provisões técnicas atuariais, já líquidas de redutores, as quais são apresentadas também no Quadro 16 da FIP. Verifica-se, em sua totalidade, que os ativos apresentados possuem um superávit em relação aos passivos da Companhia e a suas respectivas distribuições ao longo do tempo. Ou seja, a Seguradora possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações.

	dez/24 Ativos	dez/24 Passivos	dez/23 Ativos	dez/23 Passivos
Até 1 ano	405.522	581.405	723.747	466.504
Até 5 anos	1.325.728	303.700	1.088.838	250.120
Maior que 5 anos	122.125	37.836	257.465	33.124
Total	**1.853.375**	**922.941**	**2.070.050**	**749.748**

Todas as avaliações para fins deste controle de liquidez (ativo e passivo) são realizadas considerando dias úteis da data de referência até sua expectativa de vencimento. ii) *Gestão de risco de crédito*: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que, de forma individual ou coletiva, compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e os fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como rating mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para depósitos a prazo com garantia especial. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são garantia e transporte. Os mesmos são substancialmente reduzidos (é considerada baixa) quando, em certos casos, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2024 distribuídos por rating de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria sem rating compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

Ativos financeiros / *rating*	AAA	A	Sem rating	Total
A valor justo por meio do resultado	**263.550**	**9**	–	**263.559**
Título de renda fixa privado	263.550	9	–	263.559
Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**1.589.816**	–	–	**1.589.816**
Título de renda fixa público	1.589.816	–	–	1.589.816
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	**66.756**	**66.756**
Prêmios a receber	–	–	**1.251.755**	**1.251.755**
Total do circulante e não circulante	**1.853.366**	**9**	**1.318.511**	**3.171.886**

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados (*impaired*) e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados.

	Ativos não vencidos e não deteriorados	Ativos vencidos 0 a 3 meses	Ativos vencidos 6 a 12 meses	Ativos vencidos acima de 1 ano	Ativos vencidos Provisão para perda	Saldo contábil dez/24
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**263.559**	–	–	–	–	**263.559**
Título de renda fixa privado	263.559	–	–	–	–	263.559
Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**1.589.816**	–	–	–	–	**1.589.816**
Título de renda fixa público	1.589.816	–	–	–	–	1.589.816
Prêmios a receber	**1.212.648**	**36.004**	**3.440**	**10.596**	**(10.933)**	**1.251.755**
Caixa e equivalentes de caixa	**66.756**	–	–	–	–	**66.756**
Total do circulante e não circulante	**3.132.779**	**36.004**	**3.440**	**10.596**	**(10.933)**	**3.171.886**

continua →

★ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80



SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Recuperação de resseguro: A Seguradora continua gerenciando o risco de crédito com os resseguradores com base na "Lista de security de resseguradores" recebida da Sompo Internacional. Privilegia, mas dentro do conceito da legislação local de resseguro, os resseguradores cuja classificação de rating seja A ou superior em negócios com vigência de até 12 meses (*short tail*) e rating A+ ou superior em negócios com vigência maior que 12 meses (*long tail*), para garantir que a mitigação dos riscos de seguros e de crédito seja alcançada. O trabalho e estratégia continuam direcionados em parceria com a unidade jurídica corporativa e as unidades de subscrição e, durante a negociação de contratos de resseguro, sempre se trabalha com o conceito de "*contract certainty*", para garantir que todos os termos e condições negociados sejam transparentes e conhecidos por ambas as partes contratuais e, para que, adicionalmente, não existam defeitos ou vícios de consentimento. *iii) Gerenciamento de risco de crédito:* Como parte da estratégia de resseguro, para melhor gestão do risco de crédito, a Seguradora revisa periodicamente as estruturas dos contratos de resseguro e controla mensalmente, os saldos dos prêmios de resseguro a pagar e os saldos dos créditos de sinistros a recuperar. A fim de estabelecer maior previsibilidade e estabilidade de resultados, visamos manter relacionamentos de longo prazo junto a nossos parceiros de negócio.

Classe	Categoria de risco	dez/24	dez/23
Local	AA	1.338	3.407
Local	AA-	29.264	17.346
Local	A++	–	610
Local	A+	1.685	1.532
Local	A	52.124	24.643
Local	A-	14.374	–
Local	B++	–	6.361
Admitida	AA	60	–
Admitida	AA-	13.019	7.934
Admitida	A++	–	153
Admitida	A+	11.073	11.168
Admitida	A	296	497
Eventual	A+	27.398	7.389
Eventual	A	7.465	946
Eventual	AA	–	6
Total Geral		**158.116**	**81.992**

iv) *Gestão de risco de mercado:* A Seguradora utiliza análises de sensibilidade e testes de stress, desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos de mercado. Para a posição de 31 de dezembro de 2024, a perda máxima potencial é de 0,68% do valor total da carteira de investimentos, com 95% de nível de confiança. O VaR tem como objetivo estimar uma possível perda máxima da carteira de investimentos com um determinado índice de confiança. A metodologia do VaR paramétrico utiliza uma rentabilidade estimada e assume uma distribuição normal de rentabilidade, considerando variáveis econométricas e estatísticas. A gestão de investimentos da Seguradora faz acompanhamento diário da volatilidade da carteira e, havendo um momento de stress que atinja negativamente o valor dos ativos e/ou o patrimônio da Seguradora, convoca o Comitê de Investimentos para exposição da situação e sugestão de eliminação ou mitigação do risco existente. A Seguradora possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo montante de principal e juros são alterados conforme oscilações de índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas ou aumentadas, o valor justo desses ativos tende a oscilar gerando marcação a mercado (MTM). f) Gestão de risco de capital: O Capital Mínimo Requerido (CMR), que determina o valor a ser apropriado para a manutenção da solvência da seguradora, é composto por quatro riscos: subscrição, crédito, mercado e operacional, através de formulação exigida pela SUSEP. O CMR é calculado mensalmente pelo somatório dos capitais de risco individuais, de acordo com metodologia adotada na legislação vigente, deduzindo a correlação entre os riscos de subscrição, crédito e mercado. A suficiência do CMR ocorre quando o patrimônio líquido ajustado total (PLA) for maior que o CMR, demonstrando que a seguradora tem suficiência para garantia dos riscos assumidos. A suficiência da cobertura das provisões técnicas ocorre quando os ativos garantidores são maiores que o montante de provisões técnicas. A tabela apresentada a seguir demonstra os valores que compõem o capital mínimo requerido em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, conforme Resolução CNSP 432/2021:

	dez/24	dez/23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.770.658**	**1.799.817**
(I) Ajustes Contábeis	**(543.307)**	**(424.125)**
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(102.617)	(2.021)
Despesas antecipadas (Nota 11)	(10.767)	(11.925)
Créditos tributários e prejuízos fiscais (Nota 9)	(308.522)	(321.207)
Créditos tributários de diferenças temporárias, excedente a 15% do CMR	(76.558)	(40.365)
Ativos Intangíveis (Nota 16.b)	(44.843)	(48.607)
(II) Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos	**106.035**	**109.938**
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios e Contribuições Registradas	106.035	109.938
(III) Ajustes de Qualidade de Cobertura do CMR - com limitador	**(16.198)**	**(15.700)**
PLA nível 3	**109.760**	**84.070**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	93.003	64.718
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	16.757	19.352
Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3	(16.198)	(15.700)
Patrimônio líquido ajustado (a)	**1.317.188**	**1.469.930**
Capital mínimo requerido (b) = Maior entre (c) e (d)	**623.746**	**455.802**
Capital-Base (c)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (d)	**623.746**	**455.802**
Capital adicional baseado no risco de subscrição	522.684	379.602
Capital adicional baseado no risco de crédito	94.721	57.435
Capital de risco operacional	16.650	13.895
Capital de risco de mercado	92.043	85.728
Correlação	(102.352)	(80.858)
R$ Suficiência de capital (PLA - CMR)	**693.442**	**1.014.128**
Ativos totais	1.863.375	2.070.050
Ativos garantidores	1.025.678	840.051
Necessidade de cobertura	922.941	749.748
Suficiência de ativos garantidores (vide nota explicativa nº 20)	**102.737**	**90.303**
% Liquidez de ativos garantidores	**11,13%**	**12,04%**
% Liquidez de ativos totais	**100,81%**	**176,10%**

dez/24

Níveis do PLA	PLA	Ajuste	PLA final
Nível 1	1.117.591	–	1.117.591
Nível 2	106.035	–	106.035
Nível 3	109.760	(16.198)	93.562
Total	**1.333.386**	**(16.198)**	**1.317.188**

dez/23

Níveis de PLA	PLA	Ajuste	PLA final
Nível 1	1.291.622	–	1.291.622
Nível 2	109.938	–	109.938
Nível 3	84.070	(15.700)	68.370
Total	**1.485.630**	**(15.700)**	**1.469.930**

5. APLICAÇÕES

A classificação das aplicações financeiras por categoria, vencimento, taxas de juros contratadas (médias) e respectivos níveis é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023: a) Resumo da classificação dos ativos financeiros: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • Nível 1. Preços cotados em mercados ativos; • Nível 2: "*inputs*", exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: Premissas para o ativo que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("*inputs*" não observáveis).

dez/24

	Taxa Contratada %	Percentual classificado por categoria	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Ativos a valor justo	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		**14,22%**	**263.559**	**–**	**–**	**263.559**	**–**	**–**	**263.559**	**–**	**263.559**
Quotas de fundos de investimentos			263.559	–	–	263.559	–	–	263.559	–	263.559
Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**85,78%**	**7.213**	**149.632**	**1.432.971**	**–**	**1.737.664**	**(147.848)**	**1.589.816**	**1.589.816**	**–**
Títulos públicos federais - LFT/ NTN-B/ LTN e NTN-F	100% Selic (LFT) 4,95% a.a. até 8,15% a.a. + IPCA (NTN-B) 10,24% a.a. até 11,29% a.a. (LTN) 10,22% a.a até 10,76% a.a (NTN-F)		7.213	149.632	1.432.971	–	1.737.664	(147.848)	1.589.816	1.589.816	–
Total			**270.772**	**149.632**	**1.432.971**	**263.559**	**1.737.664**	**(147.848)**	**1.853.375**	**1.589.816**	**263.559**

dez/23

	Taxa contratada %	Percentual classificado por categoria	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Ativos a valor justo	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		**3,47%**	**71.817**	**–**	**–**	**71.817**	**–**	**–**	**71.817**	**–**	**71.817**
Quotas de fundos de investimentos			71.817	–	–	71.817	–	–	71.817	–	71.817
Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**96,53%**	**55.117**	**4.478**	**1.938.638**	**–**	**1.975.793**	**22.440**	**1.998.233**	**1.998.233**	**–**
Títulos públicos federais - LFT/ NTN-B e NTN-F	100% Selic (LFT) 5,74% a.a. até 6,22% a.a. + IPCA (NTN-B) 5,80% a.a. até 10,73% a.a. (LTN)		20.011	4.478	1.938.638	–	1.938.874	24.253	1.963.127	1.963.127	–
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos			35.106	–	–	–	36.919	(1.813)	35.106	35.106	–
Total			**126.934**	**4.478**	**1.938.638**	**71.817**	**1.975.793**	**22.440**	**2.070.050**	**1.998.233**	**71.817**

b) Movimentação das aplicações financeiras	dez/24	dez/23
Saldo inicial	**2.070.050**	**2.105.971**
Saldo cindido	–	(792.973)
Aplicações	2.101.706	3.509.403
Resgates	(2.342.047)	(2.968.866)
Rendimentos	193.954	115.924
Ajustes TVM	(170.288)	100.531
Saldo final	**1.853.375**	**2.070.050**

Conforme destacado no item 3 - a, e segundo o CPC 48, houve uma reclassificação na linha de fundos de investimentos onde eles deixaram de ser apurados na classificação de disponível para a venda e passaram a ser apurados por meio de valor justo ao resultado. Sendo assim todos os demais lançamentos de aplicações, resgates, rendimentos e ajustes TVM que ocorreram em 2024 foram mensurados ao valor justo. c) Desempenho da carteira de aplicações financeiras: A administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação do CDI comparada com a rentabilidade calculada com base no valor justo de suas aplicações. Em dezembro de 2024, o retorno da carteira de investimentos atingiu uma performance de 10,30% representando 94,3% do CDI de 10,92%. Esta mesma análise feita para o ano de 2023, revela um retorno de 11,50% e uma performance de 105% do CDI.

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

a) Prêmios a receber de segurados

	dez/24				dez/23			
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Período médio de parcelamento em meses	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Período médio de parcelamento em meses
Patrimonial	452.394	(163)	452.231	3	257.830	(233)	257.597	3
Transportes	531.075	(4.670)	526.405	1	561.943	(5.765)	556.178	1
Rural	122.508	(1.718)	120.790	3	83.693	(551)	83.142	3
Responsabilidades	26.428	(94)	26.334	2	22.608	(58)	22.550	2
Riscos financeiros	58.561	(4.288)	54.273	1	60.625	(4.099)	56.526	1
Demais ramos	71.722	–	71.722	2	4.326	–	4.326	1
Total	**1.262.688**	**(10.933)**	**1.251.755**		**991.025**	**(10.706)**	**980.319**	

b) Aging de prêmios a receber

Aging de prêmios a receber	dez/24	dez/23
Prêmios a vencer	**1.212.648**	**938.361**
De 1 a 30 dias	414.548	298.998
De 31 a 60 dias	129.507	124.576
De 61 a 120 dias	244.498	144.022
De 121 a 180 dias	109.274	88.898
De 181 a 365 dias	145.326	122.052
Superior a 365 dias	169.495	159.815
Prêmios vencidos	**50.040**	**52.664**
De 1 a 30 dias	14.909	35.019
De 31 a 60 dias	4.923	4.957
De 61 a 120 dias	14.128	5.289
De 121 a 180 dias	2.038	1.506
De 181 a 365 dias	3.446	2.855
Superior a 365 dias	10.596	3.038
Total do circulante e não circulante	**1.262.688**	**991.025**
Provisão para redução ao valor recuperável	**(10.933)**	**(10.706)**
Total do circulante e não circulante	**1.251.755**	**980.319**

c) Movimentação de prêmios a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.363.805**
Prêmios emitidos líquidos	2.728.544
Saldo cindido	(547.812)
Recebimentos	(2.633.223)
Adicional de fracionamento	(717)
IOF	9.304
Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	5.006
Variação cambial	3.613
Redução ao valor recuperável	51.709
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**980.319**
Prêmios emitidos líquidos	2.795.533
Recebimentos	(2.583.206)
Adicional de fracionamento	34
IOF	5.546
Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	48.887
Variação cambial	3.869
Redução ao valor recuperável	(227)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.251.755**

7. ATIVOS DE RESSEGUROS E OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

dez/24

	Prêmio de Resseguro diferido - PPNG	Prêmio de Resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pagos	Provisão para despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de IBNER	Provisão para despesas relacionadas - IBNR	Provisão para redução ao valor recuperável	Total
Danos	**597.660**	**31.102**	**668.439**	**158.400**	**13.911**	**77.757**	**35.028**	**7.611**	**(284)**	**1.589.624**
Patrimonial	216.473	14.131	557.018	71.574	8.578	11.477	13.859	2.799	(89)	895.820
Transportes	149.632	5.680	56.203	43.936	3.475	4.375	1.063	2.236	(140)	266.460
Petróleo	132.883	3.506	686	3	–	26.959	–	–	(2)	164.015
Rural	29.632	6.376	25.656	36.085	1.093	32.357	14.006	1.887	(6)	147.087
Responsabilidades	11.966	211	13.143	694	114	1.534	2.123	272	(43)	30.014
Outros	57.094	1.198	15.733	6.107	651	1.055	3.977	417	(4)	86.228
Pessoas	**–**	**–**	**373**	**–**	**19**	**6**	**–**	**–**	**–**	**398**
Pessoas individual	–	–	373	–	19	6	–	–	–	398
Total em 31 de dezembro de 2024	**597.660**	**31.102**	**668.812**	**158.400**	**13.930**	**77.763**	**35.028**	**7.611**	**(284)**	**1.590.022**

dez/23

	Prêmio de Resseguro diferido - PPNG	Prêmio de Resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pagos	Provisão para despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de IBNER	Provisão para despesas relacionadas - IBNR	Provisão para redução ao valor recuperável	Total
Danos	**355.247**	**25.554**	**423.910**	**83.975**	**10.108**	**29.418**	**40.355**	**9.141**	**(2.003)**	**975.705**
Patrimonial	142.946	21.703	296.082	23.249	6.709	10.723	17.532	3.775	(798)	521.921
Transportes	130.945	2.917	66.930	38.289	1.705	6.588	1.904	1.899	(340)	249.597
Petróleo	3.930	–	686	1	–	–	–	–	–	4.617
Rural	25.630	202	28.888	12.066	679	9.883	13.512	1.404	(365)	90.300
Responsabilidades	10.118	26	20.888	2.041	91	1.724	3.607	605	(476)	38.594
Outros	43.678	706	11.355	7.529	554	520	3.900	1.458	(24)	69.676
Pessoas	**–**	**–**	**320**	**13**	**27**	**6**	**–**	**–**	**7**	**373**
Pessoas individual	–	–	320	13	27	6	–	–	7	373
Total em 31 de dezembro de 2023	**355.247**	**25.554**	**424.230**	**83.988**	**10.135**	**29.424**	**40.355**	**9.141**	**(1.996)**	**976.078**

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	dez/24	dez/23
Ressarcimentos a receber (nota explicativa nº 8. a)	27.709	2.303
Ressarcimentos a receber estimados (nota explicativa nº 8.b)	4.438	2.244
Dividendos a receber	20	–
Outros créditos	10.516	7.094
Total	**42.683**	**11.641**

continua→

★ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80



SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Aging de ressarcimentos a receber

Aging de ressarcimento	dez/24 Valor bruto	dez/24 Redução ao valor recuperável	dez/24 Valor líquido	dez/23 Valor bruto	dez/23 Redução ao valor recuperável	dez/23 Valor líquido
A vencer	26.653	(68)	26.585	1.965	(14)	1.951
De 1 a 30 dias	1.124	(14)	1.110	204	(52)	152
De 31 a 60 dias	21	(21)	–	2	(2)	–
De 61 a 180 dias	86	(54)	32	466	(266)	200
De 181 a 365 dias	2	–	2	32	(32)	–
Superior a 365 dias	–	–	–	25	(25)	–
Total	**27.886**	**(177)**	**27.709**	**2.694**	**(391)**	**2.303**

b) Ressarcimentos a receber estimados: O quadro a seguir refere-se à expectativa para realização dos ressarcimentos a receber estimados.

Prazo	dez/24 Expectativa de realização	dez/23 Expectativa de realização
1º mês	760	436
2º mês	758	444
3º mês	778	422
4º mês	268	120
5º mês	273	121
6º mês	246	118
7º mês	185	75
8º mês	166	77
9º mês	160	77
10º mês	97	39
11º mês	94	36
12º mês	90	37
13º mês ao 24º mês	461	174
25º mês ao 36º mês	68	68
37º mês ao 48º mês	26	–
49º mês ao 60º mês	8	–
Expectativa total	**4.438**	**2.244**

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A recuperabilidade dos créditos tributários de tributos de renda e contribuição social diferidos é revisada a cada data de balanço com base em estudo técnico preparado pela Administração. Nos termos dispostos pelo artigo 118 da Circular SUSEP nº 648 de 2021, os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, devem ser provisionados para perda quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

	dez/24	dez/23
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 9.a)	143.948	83.504
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social (nota 9.b.)	308.522	321.207
Créditos de PIS e COFINS	28.986	25.053
Imposto de renda e contribuição social a compensar	47.411	22.574
Crédito da Previdência Social - INSS	3.363	3.344
Crédito de Imposto sobre Serviços - ISS	–	39
Crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadoria - ICMS	6.350	6.350
Outros	1.415	1.310
Subtotal	**539.995**	**463.471**
(–) Tributos diferidos passivos	(17.450)	(23.096)
Total do circulante e não circulante	**522.545**	**440.375**

Movimentação	**dez/24**	**dez/23**
Saldo inicial	**440.375**	**186.986**
Adições	108.594	81.829
Baixas	(26.424)	171.560
Saldo final	**522.545**	**440.375**

a) Créditos tributários de diferenças temporárias

Composição e natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	dez/24 Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	Total
Provisões fiscais	45.060	11.265	6.759	18.024
Provisões cíveis	5.463	1.366	819	2.185
Provisão para riscos sobre créditos	11.393	2.848	1.709	4.557
Provisões trabalhistas	2.810	702	421	1.123
Provisão para participação nos lucros	37.727	9.432	5.659	15.091
Outras provisões	22.531	5.633	3.380	9.013
Provisão benefício pós-emprego	36.519	9.130	5.478	14.608
Arrendamentos	50.487	12.622	7.573	20.195
Marcação a Mercado dos TVM	147.881	36.970	22.182	59.152
Total do circulante e não circulante	**359.871**	**89.968**	**53.980**	**143.948**
(-) Tributos Diferidos	(43.624)	(10.906)	(6.544)	(17.450)
Total do circulante e não circulante	**316.247**	**79.062**	**47.436**	**126.498**

	dez/23 Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	Total
Provisões fiscais	41.480	10.370	6.222	16.592
Provisões cíveis	5.715	1.429	857	2.286
Provisões para riscos sobre créditos	13.096	3.274	1.964	5.238
Provisões trabalhistas	2.675	669	401	1.070
Provisões para participação nos lucros	31.502	7.875	4.725	12.600
Outras provisões	25.227	6.307	3.784	10.091
Provisões benefícios pós-emprego	42.243	10.561	6.336	16.897
Arrendamentos	41.574	10.394	6.236	16.630
Purchase price allocation (PPA)	406	102	61	163
Marcação a mercado dos TVM	5.067	1.267	760	2.027
Total do circulante e não circulante	**208.985**	**52.248**	**31.346**	**83.594**
(-) Tributos diferidos	(57.738)	(14.435)	(8.661)	(23.096)
Total do circulante e não circulante	**151.247**	**37.813**	**22.685**	**60.498**

b) Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social: A realização dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos, como demonstrado abaixo:

Ano da constituição do crédito	Prejuízos fiscais Base de cálculo	Prejuízos fiscais Crédito tributário de prejuízos fiscais	Base negativa de CSLL Base de cálculo	Base negativa de CSLL Crédito tributário sobre base negativa CSLL
2020	235.178	58.795	233.265	34.990
2021	477.162	119.290	477.215	71.582
2022	58.432	14.608	61.711	9.257
Total	**770.772**	**192.693**	**772.191**	**115.829**

c) Créditos tributários de prejuízos fiscais realização por ano: Saldos a realizar em 31 de dezembro de 2024. A expectativa de realização por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social demonstrado a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Imposto de renda	3,5%	8,8%	8,2%	11,3%	14,1%	10,7%	17,6%	19,1%	8,7%
Contribuição social	3,5%	8,7%	8,2%	11,3%	14,1%	10,7%	17,6%	19,1%	8,8%

10. BENS À VENDA

a) Composição do estoque de salvados

	dez/24 Salvados a venda	dez/24 Impairment de salvados	dez/24 Salvados a venda líquido	dez/23 Salvados a venda	dez/23 Impairment de salvados	dez/23 Salvados a venda líquido
Transportes	12.459	(742)	11.717	13.389	(1.276)	12.113
Riscos diversos	1.337	(42)	1.295	1.214	(22)	1.192
Demais ramos	2.292	(62)	2.230	1.830	(125)	1.705
Total	**16.088**	**(846)**	**15.242**	**16.433**	**(1.423)**	**15.010**

b) Aging de salvados

	dez/24 Valor bruto	dez/24 Impairment de salvados	dez/24 Valor líquido	dez/23 Valor bruto	dez/23 Impairment de salvados	dez/23 Valor líquido
De 1 a 30 dias	3.480	–	3.480	1.865	–	1.865
De 31 a 60 dias	2.260	–	2.260	1.587	–	1.587
De 61 a 180 dias	4.151	–	4.151	6.750	–	6.750
De 181 a 365 dias	2.096	(171)	1.925	4.217	(988)	3.229
Superior a 365 dias	4.101	(675)	3.426	2.014	(435)	1.579
Total	**16.088**	**(846)**	**15.242**	**16.433**	**(1.423)**	**15.010**

c) Movimentação de salvados

	dez/24	dez/23
Saldo inicial	**15.010**	**42.180**
Saldo cindido	–	(34.835)
(+) Entradas	73.249	106.173
(–) Vendas	(56.276)	(80.717)
(+/–) Alteração da estimativa	(17.317)	(17.621)
Provisão para perda	578	(170)
Saldo final	**15.242**	**15.010**

d) Outros valores e bens

i) Composição

	dez/24	dez/23
Salvados estimados não disponíveis para venda	6.320	6.787
Total	**6.320**	**6.787**

ii) *Movimentação de salvados estimados*

	dez/24	dez/23
Saldo inicial	**6.787**	**15.326**
Saldo cindido	–	(9.653)
Constituições	84.916	120.261
Reversões	(85.383)	(120.147)
Saldo final	**6.320**	**6.787**

e) Realização de salvados estimados

Prazo	dez/24 Expectativa de realização	dez/23 Expectativa de realização
1º mês	1.082	1.317
2º mês	1.079	1.342
3º mês	1.108	1.276
4º mês	382	366
5º mês	389	366
6º mês	350	357
7º mês	283	226
8º mês	236	232
9º mês	228	234
10º mês	138	117
11º mês	134	110
12º mês	129	111
13º mês ao 24º mês	657	525
25º mês ao 36º mês	97	208
37º mês ao 48º mês	36	–
49º mês ao 60º mês	12	–
Expectativa total	**6.320**	**6.787**

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Compreendem as comissões relativas à aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

a) Composição aberta por ramo dos custos de aquisição diferidos

	dez/24 Comissão sobre prêmios	dez/24 Comissão sobre prêmios RVNE	dez/24 Total	dez/23 Comissão sobre prêmios	dez/23 Comissão sobre prêmios RVNE	dez/23 Total
Patrimonial	56.787	4.437	61.224	36.417	2.380	38.797
Transportes	44.204	4.351	48.555	44.461	1.931	46.392
Responsabilidades	5.489	623	6.112	4.125	315	4.440
Rural	56.054	1.811	57.865	57.826	1.631	59.457
Demais ramos	23.964	788	24.752	20.617	313	20.930
Total	**186.398**	**12.110**	**198.508**	**163.446**	**6.570**	**170.016**
Circulante			149.756			129.815
Não circulante			48.752			40.201

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**539.797**
Saldo cindido	(368.128)
Constituições	51.204
Reversões	(52.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**170.016**
Constituições	66.347
Reversões	(37.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**198.508**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	dez/24	dez/23
Fiscal	15.526	14.785
Sinistros	1.000	952
Cíveis	2.008	1.877
Trabalhista	730	1.476
Total	**19.264**	**19.090**

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E PROVISÕES A PAGAR

	Ativo dez/24	Ativo dez/23	Passivo dez/24	Passivo dez/23
Fundo de investimento (Cisão HDI) *	171.937	155.704	171.937	155.704
Outros	673	1.211	2.259	4.568
Total	**172.610**	**156.915**	**174.196**	**160.272**

* Do valor total das ações vendidas para a HDI, houve a retenção de R$ 150.000 (aplicados em um fundo de investimento), conforme definido no acordo de compra de ações, como garantia para eventuais sinistros judiciais identificados somente após a data de transferência do controle para a HDI.

14. OUTROS VALORES E BENS

Ativo de direito de uso: Referem-se aos imóveis e veículos que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia.

	Saldo inicial em dez/23	Movimentações Novos contratos/ Reavaliações	Movimentações Baixa/ Cancelamento de contratos	Movimentações Depreciação acumulada	Valor líquido dez/24	Taxas de amortização (%) *
Direito de uso - Veículos	6.322	1.884	(40)	(3.167)	4.999	4,8% a 15,8%
Direito de uso - Imóveis	12.383	1.225	(1.158)	(3.498)	8.952	4,8% a 14,79%
Direito de uso - Equipamentos	–	3.921	–	(672)	3.249	11,92%
Total	**18.705**	**7.030**	**(1.198)**	**(7.337)**	**17.200**	

* *Taxa média anual de amortização que compreende a menor e maior taxa entre os itens da classe.*

15. INVESTIMENTOS

	dez/24	dez/23
Saldo de investimento em controlada	102.145	1.580
Imóveis destinados a renda	263	102
Outros investimentos	482	452
Total de Investimentos	**102.890**	**2.134**

Informações sobre a controlada

	Participação acionária (%)	Saldo em dez/23	Movimentações Aporte de Capital	Movimentações Equivalência Patrimonial	Movimentações Ajustes TVM Controladas	Movimentações Dividendos	Saldo em dez/24
Sompo Resseguradora S.A.	100%	–	100.000	86	8	(20)	100.074
Sompo Services Gestão de Riscos e Vistorias Ltda.	100%	1.580	–	491	–	–	2.071
Total		**1.580**	**100.000**	**577**	**8**	**(20)**	**102.145**

16. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	Saldo em dez/23	Aquisições	Depreciação	Transferências	Venda/ baixa	Saldo em dez/24	Taxas de depreciação (%) *
Imóveis de uso próprio/terrenos	19.250	–	(1.012)	(171)	(1.574)	16.493	3% a 6%
Bens Móveis	4.684	745	(1.160)	–	(953)	3.316	11% a 50%
Outras Imobilizações	6.163	5.076	(1.652)	–	(32)	9.555	10% a 20%
Total	**30.097**	**5.821**	**(3.824)**	**(171)**	**(2.559)**	**29.364**	

* *Taxa média anual de depreciação que compreende a menor e maior taxa entre os itens da classe.*

b) Intangíveis

	Saldo em dez/23	Aquisições	Amortização	Transferências	Saldo em dez/24	Taxas de amortização (%) *
Sistemas de computação	40.633	–	(20.884)	6.367	26.116	12,5% a 20%
Outros intangíveis	7.974	17.120	–	(6.367)	18.727	
Total	**48.607**	**17.120**	**(20.884)**	**–**	**44.843**	

* *Taxa média anual de amortização que compreende a menor e maior taxa entre os itens da classe.*

17. CONTAS A PAGAR

a) Encargos trabalhistas e obrigações a pagar

	dez/24	dez/23
Férias	11.959	11.429
Encargos sociais	4.150	3.897
Encargos trabalhistas	**16.109**	**15.326**
Fornecedores	17.306	24.575
Benefício pós-emprego	36.871	42.243
Provisões a pagar	241	3.692
Dividendos a pagar	4.021	–
Participação nos lucros funcionários	18.581	21.325
Honorários, remunerações e gratificações	19.146	10.199
Participação nos lucros corretores	17.060	15.303
Honorários advocatícios	573	385
Obrigações a pagar	**113.799**	**117.823**

b) Benefícios pós-emprego

Abaixo demonstramos as principais premissas utilizadas, de acordo com a reavaliação anual.

continua →

➜ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80

SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

i) *Análise de Sensibilidade das Hipóteses*

Hipóteses Financeiras	dez/24
Taxa de Desconto	11,15% a.a. (7,39% real a.a.)
Taxa de Inflação Média (HCCTR)	6,60% a.a. (3,00% real a.a.)
Taxa de Inflação de Longo Prazo	3,50% a.a.
Fator Envelhecimento (Aging Factor)	3,00% a.a.
Subsídio Sompo	Unimed: 90,3% SulAmérica Saúde: 92,7%

Hipóteses Biométricas	dez/24
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de Entrada Invalidez	Álvaro Vindas
Composição Familiar Aposentados e Desligados	Grupo familiar informado

Movimentação da Provisão de benefício pós-emprego

	dez/24	dez/23
Passivo / (ativo) no balanço no início do período	42.243	6.656
Despesa / (receita) reconhecida no resultado do período	4.141	1.250
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes *	(9.513)	34.337
Passivo / (Ativo) Líquido no final do período	**36.871**	**42.243**

(*) Registro realizado conforme CPC 33 item 57d (i) que determina que remensurações do valor líquido do passivo devem ser reconhecidos em outros resultados abrangentes quando se tratar de ajustes de experiência atuarial, conforme item 128. Sendo o valor de R$ (9.513) deduzindo IR e CSLL de R$ 3.805 montando o valor líquido de R$ (5.708).

18. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	dez/24	dez/23
Imposto sobre operações financeiras - IOF	50.064	43.349
Imposto de renda e CSLL a Pagar	26.187	–
Contribuições previdenciárias	2.987	2.743
PIS e COFINS	5.259	2.052
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.493	3.299
Outros tributos retidos	1.888	2.145
Total do circulante e não circulante	**91.878**	**53.588**

19. PROVISÕES TÉCNICAS

dez/24	Bruto de resseguro	Parcela resseguradа	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.429.914	628.762	801.152
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo (PSL)	855.070	536.328	318.742
Provisão de sinistros a liquidar - judicial (PSLJ)	250.029	132.484	117.545
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	135.829	77.763	58.066
Provisão de despesas relacionadas - administrativo	28.523	9.086	19.437
Provisão de despesas relacionadas - judicial	20.508	12.455	8.053
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) - administrativo	27.559	16.582	10.977
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) - judicial	37.675	18.446	19.229
Provisão de Excedente Técnico	6.415	–	6.415
Total do circulante e não circulante	**2.791.522**	**1.431.906**	**1.359.616**

dez/23	Bruto de resseguro	Parcela resseguradа	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.087.142	380.800	706.342
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo (PSL)	551.084	314.440	236.644
Provisão de sinistros a liquidar - judicial (PSLJ)	232.719	109.792	122.927
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	72.491	29.423	43.068
Provisão de despesas relacionadas - administrativo	32.393	11.648	20.745
Provisão de despesas relacionadas - judicial	17.976	7.627	10.349
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientamente avisados (IBNeR) - administrativo	23.699	14.699	9.000
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientamente avisados (IBNeR) - judicial	45.058	25.657	19.401
Provisão de Excedente Técnico	7.277	–	7.277
Total do circulante e não circulante	**2.069.839**	**894.086**	**1.175.753**

a) Movimentação da provisão de sinistros e despesas em discussão judicial

	dez/24 Bruto de resseguro	dez/24 Parcela resseguradа	dez/23 Bruto de resseguro	dez/23 Parcela resseguradа
Saldo do início do exercício	**250.695**	**117.419**	**256.199**	**43.964**
Saldo cindido	–	–	(143.792)	(6.575)
Total pago no exercício	(36.467)	(8.341)	(33.393)	(4.949)
Novas constituições	24.613	11.853	38.281	4.655
Baixa da provisão por êxito	(27.351)	(4.568)	(12.117)	(739)
Provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	30.690	30.333	96.298	78.106
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	32.044	(1.753)	43.262	(774)
IBNeR PDR Judicial	(1.657)	(34)	5.957	3.731
Saldo final do exercício	**270.537**	**144.939**	**250.695**	**117.419**

b) Composição dos sinistros judiciais e despesas em discussão judicial por classificação de risco

	dez/24 Quantidade	dez/24 Provisão	dez/23 Quantidade	dez/23 Provisão
Provável	155	35.917	127	49.033
Possível	493	189.897	555	135.892
Remota	279	40.421	170	59.813
Total *	**927**	**266.235**	**852**	**244.738**

** O saldo de R$ 266.235 apresentado no quadro acima não considera a provisão de IBNeR PDR Judicial.*

c) Movimentação das provisões técnicas

	Bruto de resseguro	Parcela resseguradа	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.087.142**	**380.800**	**706.342**
(+) Constituição	472.705	301.630	171.075
(–) Reversão	(129.933)	(53.668)	(76.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.429.914**	**628.762**	**801.152**
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**783.803**	**424.232**	**359.571**
Sinistros avisados no período	1.540.421	676.606	863.815
Correção monetária (variação)	58.348	29.967	28.381
(–) Sinistros pagos	(1.279.782)	(461.993)	(817.789)
(–) Salvados estimados	2.309	–	2.309
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.105.099**	**668.812**	**436.287**
Provisão de Excedente Técnico			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**7.277**	**–**	**7.277**
(+) Constituição	701	–	701
(–) Reversão	(1.563)	–	(1.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**6.415**	**–**	**6.415**
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**72.491**	**29.423**	**43.068**
(+) Constituição	92.166	71.451	20.715
(–) Reversão	(28.828)	(23.111)	(5.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**135.829**	**77.763**	**58.066**
Provisão de despesas relacionadas			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**50.369**	**19.275**	**31.094**
(+) Constituição	6.998	7.107	(109)
(–) Reversão	(8.336)	(4.841)	(3.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**49.031**	**21.541**	**27.490**
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**68.757**	**40.356**	**28.401**
(+) Constituição	1.444	496	948
(–) Reversão	(4.967)	(5.824)	857
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**65.234**	**35.028**	**30.206**

d) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo verificar a suficiência da PSL e fazer o acompanhamento do tempo de liquidação dos sinistros, avaliando a evolução destas liquidações. Além disso, é feita a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Valores Bruto de Resseguro - Administrativo

Ano de ocorrência:	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	1.050.049	1.163.708	1.325.830	2.013.289	1.454.830	2.732.257	1.728.791	590.523	521.608	1.530.625	–
Após um ano	1.141.309	1.235.322	1.461.684	1.517.533	2.071.910	2.804.470	1.293.946	118.228	407.334	–	–
Após dois anos	1.129.435	1.245.734	1.450.947	1.658.284	2.088.916	2.703.549	1.207.616	123.671	–	–	–
Após três anos	1.139.228	1.243.485	1.468.140	1.676.827	1.957.507	2.664.264	1.247.686	–	–	–	–
Após quatro anos	1.133.748	1.249.671	1.468.606	1.665.558	1.935.299	2.669.626	–	–	–	–	–
Após cinco anos	1.137.621	1.249.890	1.463.420	1.662.923	1.942.367	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	1.136.013	1.248.200	1.462.964	1.661.946	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	1.135.735	1.245.886	1.462.878	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	1.134.724	1.245.976	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	1.135.926	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em dez/24	**1.135.926**	**1.245.976**	**1.462.878**	**1.661.946**	**1.942.367**	**2.669.626**	**1.247.686**	**123.671**	**407.334**	**1.530.625**	**13.428.035**
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(706.106)	(837.718)	(955.173)	(820.123)	(1.052.324)	(2.230.563)	(1.144.025)	(75.113)	(100.480)	(98.819)	–
Após um ano	(1.097.422)	(1.209.855)	(1.401.604)	(1.441.774)	(1.823.707)	(2.657.309)	(1.122.045)	(70.443)	(133.815)	–	–
Após dois anos	(1.120.278)	(1.237.179)	(1.447.233)	(1.643.139)	(1.931.552)	(2.650.160)	(1.122.579)	(72.530)	–	–	–
Após três anos	(1.123.407)	(1.242.657)	(1.459.524)	(1.657.002)	(1.927.465)	(2.654.887)	(1.150.399)	–	–	–	–
Após quatro anos	(1.128.503)	(1.245.603)	(1.462.346)	(1.655.281)	(1.927.149)	(2.653.349)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(1.130.791)	(1.245.642)	(1.461.139)	(1.655.283)	(1.926.692)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(1.132.204)	(1.245.128)	(1.460.613)	(1.655.100)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(1.131.749)	(1.244.940)	(1.460.370)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(1.131.496)	(1.244.715)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(1.131.366)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em dez/24	**(1.131.366)**	**(1.244.715)**	**(1.460.370)**	**(1.655.100)**	**(1.926.692)**	**(2.653.349)**	**(1.150.399)**	**(72.530)**	**(133.815)**	**(98.819)**	**(11.527.154)**
Variação entre estimativa inicial e final	**(85.877)**	**(82.268)**	**(137.048)**	**351.343**	**(487.537)**	**62.631**	**481.105**	**466.852**	**114.274**		
% de variação entre estimativa inicial e final	**-8%**	**-7%**	**-9%**	**21%**	**-25%**	**2%**	**42%**	**644%**	**85%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Provisão referente a exercícios anteriores	4.561	1.261	2.508	6.846	15.675	16.277	97.287	51.141	273.519	1.431.806	1.900.881
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											1.053.396

Reconciliação patrimonial	Salvado Estimado	Retrocessão	IBNeR	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2014	Total
847.485	(7.345)	1.733	27.559	6.415	(875.847)	–

Valores Bruto de Resseguro - Judicial

Ano de ocorrência:	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	3.855	1.865	4.288	3.566	2.196	2.027	2.786	14.806	6.439	13.303	–
Após um ano	15.879	10.314	25.564	9.674	12.566	16.199	23.277	15.028	20.479	–	–
Após dois anos	19.440	24.634	23.319	18.889	31.710	20.925	37.150	38.439	–	–	–
Após três anos	38.072	19.615	38.648	39.215	33.934	20.181	79.739	–	–	–	–
Após quatro anos	27.752	28.585	64.930	35.192	27.118	36.951	–	–	–	–	–
Após cinco anos	36.107	42.323	67.801	35.688	38.327	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	51.127	41.768	84.834	54.071	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	50.122	32.628	139.285	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	44.726	38.758	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	49.136	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em dez/24	**49.136**	**38.758**	**139.285**	**54.071**	**38.327**	**36.951**	**79.739**	**38.439**	**20.479**	**13.303**	**508.488**
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(511)	(307)	(524)	(626)	(661)	(757)	(115)	561	(205)	197	–
Após um ano	(3.920)	(1.956)	(3.396)	(2.816)	(8.870)	(3.297)	749	1.502	(907)	–	–
Após dois anos	(7.838)	(4.731)	(8.710)	(8.550)	(13.663)	(1.387)	1.250	2.043	–	–	–
Após três anos	(11.780)	(8.494)	(23.244)	(18.993)	(13.300)	(2.578)	1.947	–	–	–	–
Após quatro anos	(17.984)	(10.209)	(33.933)	(18.202)	(13.145)	(2.611)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(25.732)	(23.445)	(34.225)	(17.792)	(13.721)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(38.394)	(22.844)	(34.908)	(17.873)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(38.188)	(22.545)	(35.222)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(39.264)	(22.350)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(39.164)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em dez/24	**(39.164)**	**(22.350)**	**(35.222)**	**(17.873)**	**(13.721)**	**(2.611)**	**1.947**	**2.043**	**(807)**	**197**	**(127.561)**
Variação entre estimativa inicial e final	**(45.281)**	**(36.893)**	**(134.997)**	**(50.505)**	**(36.131)**	**(34.924)**	**(76.953)**	**(23.633)**	**(14.040)**		
% de variação entre estimativa inicial e final	**-116%**	**-165%**	**-383%**	**-283%**	**-263%**	**-1338%**	**3952%**	**1157%**	**-1740%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Provisão referente a exercícios anteriores	9.972	16.408	104.063	36.198	24.606	34.340	81.686	40.482	19.672	13.500	380.927
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											308.212

Reconciliação patrimonial	Salvado Estimado	Retrocessão	IBNeR	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2014	Total
72.715	–	–	37.675	–	(110.390)	–

continua ➜

-★ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80


SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Valores Líquido de Resseguro - Administrativo

Ano de ocorrência:	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	1.037.736	1.080.896	1.163.414	1.187.166	1.023.614	1.777.465	1.326.852	522.031	284.533	687.915	–
Após um ano	1.032.603	1.101.070	1.200.402	1.015.020	1.337.786	1.744.787	946.843	40.340	109.637	–	–
Após dois anos	1.033.055	1.107.899	1.194.345	1.071.575	1.337.391	1.884.241	901.249	44.144	–	–	–
Após três anos	1.034.858	1.103.453	1.204.965	1.077.929	1.316.599	1.882.401	900.974	–	–	–	–
Após quatro anos	1.033.919	1.104.179	1.206.948	1.070.804	1.310.256	1.661.340	–	–	–	–	–
Após cinco anos	1.029.202	1.104.325	1.202.279	1.068.528	1.310.387	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	1.029.504	1.102.539	1.201.557	1.066.233	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	1.028.897	1.102.231	1.200.373	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	1.028.445	1.102.066	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	1.028.823	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em dez/24	1.028.823	1.102.066	1.200.373	1.066.233	1.310.387	1.661.340	900.974	44.144	109.637	687.915	9.111.892
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(756.572)	(802.347)	(844.561)	(721.580)	(775.893)	(1.396.574)	(912.854)	(45.141)	(34.556)	(44.003)	–
Após um ano	(1.016.443)	(1.084.828)	(1.168.657)	(994.163)	(1.285.037)	(1.665.351)	(978.327)	(22.183)	(28.513)	–	–
Após dois anos	(1.028.632)	(1.097.799)	(1.189.939)	(1.062.410)	(1.306.528)	(1.653.641)	(877.500)	(21.513)	–	–	–
Após três anos	(1.031.235)	(1.102.578)	(1.199.102)	(1.067.743)	(1.299.062)	(1.651.679)	(875.716)	–	–	–	–
Após quatro anos	(1.033.344)	(1.102.047)	(1.201.635)	(1.065.528)	(1.299.646)	(1.649.548)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(1.028.275)	(1.101.951)	(1.200.171)	(1.064.944)	(1.297.096)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(1.026.799)	(1.101.279)	(1.199.548)	(1.064.660)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(1.028.343)	(1.101.076)	(1.199.267)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(1.028.089)	(1.100.841)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(1.027.969)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em dez/24	(1.027.969)	(1.100.841)	(1.199.267)	(1.064.660)	(1.297.096)	(1.649.548)	(875.716)	(21.513)	(28.513)	(44.003)	(8.309.126)
Variação entre estimativa inicial e final	8.913	(21.170)	(36.959)	120.933	(286.773)	116.125	425.918	478.787	174.896		
% de variação entre estimativa inicial e final	1%	-2%	-3%	11%	-22%	7%	49%	2.226%	613%		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a exercícios anteriores	854	1.225	1.106	1.573	13.291	11.792	25.258	22.631	81.124	643.912	802.766
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											413.637
				Reconciliação patrimonial	**Salvado estimado**	**Retrocessão**		**IBNeR**	**Outras provisões**	**Ocorridos antes de 2014**	**Total**
				389.129	(7.345)	–		10.977	–	(392.761)	–

Valores Líquido de Resseguro - Judicial

Ano de ocorrência:	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	3.713	1.748	4.101	3.226	2.091	1.764	1.855	11.806	7.811	17.666	–
Após um ano	15.446	9.999	23.783	8.140	11.533	12.657	15.884	10.436	19.432	–	–
Após dois anos	19.149	23.745	21.220	18.118	27.290	14.598	18.571	31.306	–	–	–
Após três anos	37.542	18.218	35.603	35.308	29.117	12.875	41.184	–	–	–	–
Após quatro anos	27.305	26.021	52.574	31.558	22.403	22.652	–	–	–	–	–
Após cinco anos	34.626	38.636	52.772	32.521	29.143	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	47.189	30.083	49.164	54.052	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	46.220	26.052	66.103	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	40.721	29.828	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	45.070	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em dez/24	45.070	29.828	66.103	54.052	29.143	22.652	41.184	31.306	19.432	17.666	356.436
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(508)	(307)	(524)	(459)	(645)	(700)	132	602	(205)	234	–
Após um ano	(3.808)	(1.951)	(2.358)	(2.570)	(6.405)	(1.589)	2.411	1.637	(717)	–	–
Após dois anos	(7.725)	(4.611)	(7.493)	(8.074)	(11.996)	125	3.421	2.330	–	–	–
Após três anos	(11.563)	(7.505)	(21.345)	(16.441)	(11.093)	(273)	4.570	–	–	–	–
Após quatro anos	(17.697)	(16.847)	(30.671)	(15.580)	(10.879)	(262)	–	–	–	–	–
Após cinco anos	(25.470)	(20.198)	(30.543)	(15.094)	(10.888)	–	–	–	–	–	–
Após seis anos	(34.605)	(19.595)	(31.196)	(15.130)	–	–	–	–	–	–	–
Após sete anos	(34.391)	(19.288)	(31.331)	–	–	–	–	–	–	–	–
Após oito anos	(35.318)	(19.092)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Após nove anos	(35.217)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Posição em dez/24	(35.217)	(19.092)	(31.331)	(15.130)	(10.888)	(262)	4.570	2.330	(717)	234	(105.503)
Variação entre estimativa inicial e final	(41.357)	(28.080)	(62.002)	(50.826)	(27.052)	(20.888)	(39.331)	(19.410)	(11.621)		
% de variação entre estimativa inicial e final	-117%	-147%	-198%	-336%	-248%	-7.973%	861%	833%	-1.621%		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a exercícios anteriores	9.853	10.736	34.772	38.922	18.255	22.390	45.754	33.636	16.715	17.900	250.933
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											144.827
				Reconciliação patrimonial	**Salvado estimado**	**Retrocessão**		**IBNeR**	**Outras provisões**	**Ocorridos antes de 2011**	**Total**
				106.106	–	–		19.227	–	(125.333)	–

20. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	dez/24	dez/23
Provisões técnicas - seguros e vida individual (a)	2.791.522	2.069.839
(-) Deduções/exclusões (b)	1.868.581	1.320.091
Direitos creditórios (i)	790.233	652.619
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	65.116	62.130
Ativos de resseguro de PPNG	209.682	91.772
Ativos de resseguro de PSL	703.841	464.588
Ativos de resseguro de IBNR	77.762	29.423
Ativos de resseguro de PDR	21.540	19.274
Depósitos judiciais redutores	407	285
Total a ser coberto (c) = (a) - (b)	922.941	749.748
Aplicações financeiras vinculadas a cobertura das provisões técnicas (d)	1.025.678	840.051
Quotas de fundos de investimentos	30.276	69.683
Títulos de renda fixa - públicos	995.402	770.368
Ativos líquidos (e) = (d) - (c)	102.737	90.303

(i) Montante correspondente às parcelas dos prêmios a receber de segurados referente aos riscos a decorrer.

21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

Compreendem substancialmente os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço. O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos de prêmios cedidos a liquidar, líquidos das comissões:

	dez/24				dez/23			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Sem vencimento	63.103	13.278	60	76.441	38.925	16.207	2.042	57.174
De 1 a 30 dias	187.354	47.372	81.610	316.336	186.200	53.818	38.876	278.894
De 31 a 60 dias	27.122	6.256	10.980	44.368	25.712	12.363	6.150	44.225
De 61 a 180 dias	20.354	5.191	20.500	46.045	23.108	9.296	17.749	50.153
De 181 a 365 dias	88.097	40.790	18.815	147.692	20.748	9.902	8.608	39.258
Total	386.030	113.487	131.965	631.482	294.691	101.586	73.425	469.702

22. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

dez/24	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	883	9.287	12.365	22.335
De 31 a 60 dias	130	544	154	828
De 61 a 120 dias	171	366	798	1.335
De 121 a 180 dias	117	318	767	1.202
De 181 a 365 dias	3	64	101	168
Superior a 365 dias	–	–	46	46
Total	1.104	10.579	14.231	25.914

dez/23	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	1.102	4.954	9.654	15.710
De 31 a 60 dias	282	545	406	1.233
De 61 a 120 dias	198	21	575	794
De 121 a 180 dias	180	237	15	432
De 181 a 365 dias	1.785	728	–	2.513
Total	3.547	6.485	10.650	20.682

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Quantidades e valores envolvidos e provisionados por probabilidade de risco

	dez/24			dez/23		
	Quantidade	Valor envolvido	Provisão	Quantidade	Valor envolvido	Provisão
Fiscais						
Perda provável	10	44.486	44.486	7	41.094	41.094
Perda possível	37	54.308	–	46	45.952	–
Perda remota	4	101	–	4	153	–
Total	51	98.895	44.486	57	87.199	41.094
Trabalhistas						
Perda provável	17	2.821	2.821	21	2.686	2.686
Perda possível	20	3.428	–	25	3.952	–
Perda remota	6	291	–	7	1.068	–
Total	43	6.540	2.821	53	7.706	2.686
Cível						
Perda provável	10	5.463	5.463	16	5.772	5.772
Perda possível	84	3.289	–	92	6.172	–
Perda remota	90	8.395	–	102	7.794	–
Total	184	17.147	5.463	210	19.738	5.772
Total geral						
Perda provável	37	52.770	52.770	44	49.552	49.552
Perda possível	141	61.025	–	163	56.076	–
Perda remota	100	8.787	–	113	9.015	–
Total	278	122.582	52.770	320	114.643	49.552

b) Movimentação das provisões judiciais

	Fiscal		Trabalhista		Cíveis		Saldo em	
	dez/24	dez/23	dez/24	dez/23	dez/24	dez/23	dez/24	dez/23
Saldo inicial	41.094	185.978	2.686	5.118	5.772	4.410	49.552	195.506
Saldo cindido	–	–	–	–	–	(2.897)	–	(2.897)
Adições	1.106	38.071	810	768	785	6.214	2.701	46.053
Encargos	2.286	4.575	427	148	734	(60)	3.447	4.663
Baixas	–	(188.530)	(1.102)	(3.348)	(1.828)	(1.895)	(2.930)	(193.773)
Total	44.486	41.094	2.821	2.686	5.463	5.772	52.770	49.552

c) Descrição resumida das principais ações judiciais: *Provisões fiscais:* i) *Ações de natureza fiscal (ações incluídas na anistia fiscal - Lei nº 11.941/2009):* A Seguradora desistiu da ação judicial onde se discutia a dedução de tributos com exigibilidade suspensa da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, para aderir à anistia da Lei nº 11.941/2009. Após adesão, a Companhia recebeu cobrança da Receita Federal, relativa a diferenças de valores que teriam sido recolhidos a menor em razão o critério de cálculo utilizado pela utilização concomitante dos prejuízos fiscais e depósitos judiciais. A ação foi julgada procedente pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3 e pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ. Atualmente aguarda-se levantamento dos depósitos judiciais (R$ 7.524). ii) *PIS - Programa de Integração Social:* A Seguradora discute a prescrição do PIS do exercício de 1999 e janeiro a março de 2000, sendo proferidas decisões desfavoráveis em primeira e segunda instâncias. Apresentado recurso especial ainda pendente de julgamento, foi realizado o provisionamento integral do débito (R$ 19.027). iii) *IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte:* iii.1) *IRPJ/CSLL/IRRF:* A Seguradora recebeu autos de infração referentes ao imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte, sobre glosa de despesas dos exercícios de 1991 a 1992. Proposta ação anulatória, em maio de 2015 foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação judicial sendo determinada a anulação da cobrança em quase sua totalidade. O débito mantido corresponde a 0,81% de seu valor original. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal, sendo constituída provisão (R$ 276) sobre o débito mantido na sentença. iii.2) *IRPJ - Compensação de IR Fonte do exercício de 1992:* A Seguradora não teve homologada a compensação de tributos referentes a créditos apurados no exercício de 1992, sendo o julgamento do processo administrativo de compensação realizado ao longo de mais de 20 anos. Em face do tempo decorrido até o julgamento final do processo de compensação, a Seguradora discute judicialmente a homologação tácita que teria ocorrido diante do lapso temporal entre a compensação e seu julgamento final. Em razão da sentença pela improcedência do pedido a Seguradora efetuou o provisionamento integral do débito compensado (R$ 16.798), aguardando-se atualmente o julgamento do recurso de apelação interposto pela Seguradora ao TRF3. iii.3) *Compensação de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2012:* A Seguradora discute a compensação do IRPJ em razão do não reconhecimento do crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2012. O processo administrativo aguarda julgamento de recurso especial perante a Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF, sendo constituída provisão (R$ 560) em outubro/2024 diante da perspectiva de perda que passou a ser considerada provável. iv) *Contribuição Previdenciária:* A Seguradora discute judicialmente a incidência da Contribuição Previdenciária sobre 1/3 de Férias em relação ao qual o STF julgou constitucional a sua cobrança no "leading case" RE 1.072.485 - Tema 985/STF, sendo estabelecida a modulação dos efeitos desta decisão para que o entendimento firmado pelo STF seja aplicado a partir da data de publicação do acórdão julgado no referido "leading case", ou seja, em 15/09/2020. Em razão do julgamento em questão, a Seguradora efetuou depósito judicial e provisionou integralmente o débito em discussão (R$ 2.130). Atualmente o processo aguarda julgamento no Tribunal (TRF1) onde deverá ser aplicado o entendimento do referido Tema/985/STF ao caso concreto. v) *ISS - Imposto Sobre Serviços:* A Seguradora discute a cobrança do Imposto Sobre Serviços das Prefeituras de Sorocaba, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, em decorrência de diferenças entre os valores retidos na fonte de pagamentos efetuados a prestadores de serviços e os valores declarados por eles através das Notas Fiscais de Serviços. Nestas ações foram constituídas provisões (R$ 397 - Sorocaba; R$ 224 - Belo Horizonte; R$ 3.829 - São Paulo; e R$ 1.071 - Rio de Janeiro), em razão das decisões desfavoráveis e do prognóstico de perda que passou a ser considerado provável. As ações aguardam julgamento de recursos nos tribunais de justiça de São Paulo, Rio de Janeiro e no STJ. vi) *ICMS - Tarifas de Energia Elétrica TUSD/TUST:* A Seguradora discute a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, sobre as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), das contas de energia elétrica, Tema 986 julgado desfavoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ em maio/2024. Diante da definição do Tema 986/STJ, a Seguradora efetuou o provisionamento (R$ 173) do débito em discussão, aguardando-se atualmente o julgamento definitivo do recurso de apelação da Seguradora no TJSP, ao qual deverá ser aplicado o referido tema. vii) *Provisões Trabalhistas:* A Seguradora responde por processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada "provável" no montante de R$ 2.821 (dez/23 R$ 2.686). ix) *Provisões Cíveis:* A Seguradora responde por processos de natureza cível, não relacionadas a ações de seguros que se encontram em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada "provável" no montante de R$ 5.463 (dez/23 R$ 5.772).

24. DÉBITOS DIVERSOS

Passivo de arrendamento

Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	dez/24			dez/23		
Veículos	Passivo de Arrendamento	Juros apropriados de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido	Passivo de Arrendamento	Juros apropriados de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo inicial	7.811	(1.143)	6.668	6.603	(1.031)	5.572
Apropriação dos juros	–	815	815	–	863	863
Constituições/reavaliações de contratos	2.310	(425)	1.885	6.971	(1.329)	5.642
Pagamentos	(3.875)	–	(3.875)	(3.353)	–	(3.353)
Outros/baixas de contratos	(49)	6	(43)	(2.410)	354	(2.056)
Saldo Final	6.197	(747)	5.450	7.811	(1.143)	6.668
			dez/24			dez/23

continua→

→ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80



SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Imóveis	Passivo de Arrendamento (dez/24)	Juros apropriados de contratos de arrendamento (dez/24)	Passivo de arrendamento líquido (dez/24)	Passivo de Arrendamento (dez/23)	Juros apropriados de contratos de arrendamento (dez/23)	Passivo de arrendamento líquido (dez/23)
Saldo inicial	33.780	(6.916)	26.864	54.695	(13.840)	40.855
Apropriação dos juros	–	2.998	2.998	–	3.666	3.666
Constituições/reavaliações de contratos	1.483	(258)	1.225	2.037	(425)	1.612
Pagamentos	(9.274)	–	(9.274)	(9.245)	–	(9.245)
Outros/baixas de contratos	(1.366)	207	(1.159)	(13.707)	3.683	(10.024)
Saldo final	24.623	(3.969)	20.654	33.780	(6.916)	26.864

Equipamentos	Passivo de Arrendamento (dez/24)	Juros apropriados de contratos de arrendamento (dez/24)	Passivo de arrendamento líquido (dez/24)	Passivo de Arrendamento (dez/23)	Juros apropriados de contratos de arrendamento (dez/23)	Passivo de arrendamento líquido (dez/23)
Saldo inicial	–	–	–	–	–	–
Apropriação dos juros	–	203	203	–	–	–
Constituições/reavaliações de contratos	4.736	(683)	4.053	–	–	–
Pagamentos	(790)	–	(790)	–	–	–
Saldo final	3.946	(480)	3.466	–	–	–

Saldos	dez/24	dez/23
Circulante	11.131	8.740
Não Circulante	18.439	24.792
Total	29.570	33.532

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, era de R$ 1.872.552, representado por 215.215.602 ações ordinárias e 8.832 ações preferenciais. A Seguradora é uma companhia fechada e está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 4.000.000 independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão. b) Custos da transação: A Seguradora incorreu em diversos custos para a concretização do acordo com o Grupo Sompo relacionado à incorporação da empresa Marítima Seguros S.A., diretamente atribuíveis às atividades necessárias à concretização dessa transação e, por conta dessa natureza, foram registrados no patrimônio líquido, por valor líquido dos efeitos tributários, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 8 - Custos da transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários. c) Reserva Legal: Constituída ao final de cada exercício social, conforme a legislação societária brasileira, a Reserva Legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. d) Reserva Estatutária: Constituída a partir do resultado do período, após a destinação da reserva legal e a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, a Reserva Estatutária visa assegurar a continuidade e estabilidade financeira da Companhia. Esta reserva pode ser utilizada para expansão dos negócios, investimentos estratégicos, amortização de eventuais prejuízos em exercícios futuros ou aumento do capital social. e) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não paga ao final de cada exercício é deduzida do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrada como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Estatuto Social prevê a compensação dos prejuízos acumulados como condição primária na destinação do lucro líquido para a constituição da reserva legal, distribuição de dividendos obrigatórios ou juros sobre capital próprio não inferior a 25% e constituição da reserva estatutária. Também prevê a destinação da reserva estatutária para a amortização de eventuais prejuízos, desde que deliberada por Assembleia Geral ou Conselho de Administração.

26. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		dez/24	dez/23
a)	**Prêmios emitidos líquidos**	2.624.063	2.563.898
	Prêmios diretos	2.445.013	2.658.479
	Prêmios - riscos vigentes não emitidos	49.887	5.096
	Cosseguro aceito de congêneres	316.170	55.751
	Cosseguro cedido de congêneres	(187.007)	(155.428)
b)	**Variação das provisões técnicas de prêmios**	(298.635)	(125.940)
	Provisão de prêmios não ganhos	(298.635)	(125.940)
c)	**Prêmios ganhos**	2.325.428	2.437.958
d)	**Sinistros ocorridos**	(1.599.074)	(1.305.713)
	Indenizações avisadas - PSL	(1.540.421)	(1.332.338)
	Serviços de assistência	(2.746)	(36.524)
	Salvados e ressarcimento	105.352	107.829
	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(59.816)	45.978
	Variação das despesas relacionadas	(101.523)	(98.118)
	Outros	80	7.460
e)	**Custos de aquisição**	(456.775)	(519.496)
	Comissões sobre prêmios retidos	(457.466)	(507.449)
	Outras despesas de comercialização	(50.694)	(55.201)
	Recuperação de comissões (cedido)	22.893	21.091
	Variação do custo de aquisição diferido	28.492	22.063
f)	**Outras receitas e despesas operacionais**	(14.466)	(13.115)
	Outras despesas operacionais	(40.719)	(17.225)
	Despesa com cobrança	(3.474)	(11.456)
	Despesa com encargos sociais	(57)	(563)
	Redução ao valor recuperável para recebíveis	601	48.553
	Despesa com emissão de apólices	(25.011)	(23.908)
	Despesa com inspeção e vistoria	(575)	(1.947)
	Despesa com dispositivos de segurança	(6.020)	(13.160)
	Outras despesas com operações de seguros	(5.271)	(5.255)
	Amortizações	–	(199)
	Despesas diversas	(912)	(9.200)
	Outras receitas operacionais	26.253	4.110
	Outras receitas com operações de seguro	26.253	4.110
g)	**Resultado com resseguro**	86.087	(316.230)
	Receitas com resseguro	817.165	385.492
	Indenização de sinistro	741.810	373.739
	Despesa com sinistro	28.420	23.865
	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	48.339	(9.969)
	Variação das despesas relacionadas	(1.413)	(2.143)
	Despesas com resseguros	(731.078)	(701.722)
	Prêmios de resseguros - Diretos	(736.726)	(750.945)
	Prêmios de resseguros - Cosseguros aceitos	(228.801)	(24.818)
	Cancelamento de resseguro	47.361	(180.808)
	Restituição de resseguro	8.720	323.205
	Prêmios - riscos vigentes não emitidos	280	3.670
	Variação da despesa de resseguro	230.127	(24.621)
	Salvados e ressarcimento	(34.633)	(20.065)
	Comissões diferidas	(23.732)	(15.379)
	Outras provisões - Comissão escalonada	860	(4.872)
	Outras provisões - RVNE	5.549	(6.999)
h)	**Despesas administrativas**	(324.305)	(351.796)
	Despesas com pessoal próprio	(215.403)	(210.877)
	Despesas com serviços de terceiros	(36.920)	(47.242)
	Despesas com localização e funcionamento	(23.170)	(24.976)
	Despesas direito de uso	(7.337)	(6.269)
	Despesas com publicidade e propaganda	(7.035)	(5.075)
	Despesas com publicações	(167)	(166)
	Despesas com donativos e contribuições	(1.732)	(2.031)
	Depreciação e amortização	(24.718)	(46.039)
	Outras despesas administrativas	(7.823)	(9.121)
i)	**Despesas com tributos**	(57.668)	(89.348)
	Cofins	(41.628)	(34.636)
	PIS/Pasep	(6.765)	(5.628)
	Outros	(8.342)	(46.645)
	Impostos municipais	(743)	(1.572)
	Contribuição sindical	(190)	(867)
j)	**Resultado financeiro**	168.488	42.321
	Receitas financeiras	238.676	131.086
	Rendimento com aplicações financeiras	196.737	171.465
	Rendimentos quotas e fundos de investimento	15.522	15.565
	Receitas com títulos de renda fixa privados	584	885
	Receitas com títulos de renda fixa públicos	180.631	155.015
	Ajuste TVM - aplicações ao valor justo por meio do resultado	(2.783)	(55.541)
	Receitas financeiras com operações de seguros	30.543	4.173
	Outras	14.179	10.989
	Receita com créditos tributários	4.037	417
	Receita com atualização de depósitos judiciais	918	5.564
	Receitas financeiras eventuais	9.224	5.008
	Despesas financeiras	(70.188)	(88.765)
	Despesas financeiras com renda fixa	(563)	(477)
	Despesas financeiras com operações de seguros	(55.474)	(76.138)
	Oscilação cambial	(12.219)	(3.042)
	Provisão de sinistros a liquidar	(60.090)	(85.509)
	Cosseguro cedido	1.046	5.341
	Resseguro cedido	15.789	7.072
	Outras	(14.151)	(12.150)
	Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(4.447)	(6.149)
	Despesas com juros - Passivo de arrendamento	(4.016)	(4.250)
	Despesas financeiras eventuais	(5.688)	(1.751)
k)	**Resultado patrimonial**	1.087	19.816
	Receitas com imóveis de renda	241	172
	Equivalência patrimonial	607	19.644
	Doações	239	–
l)	**Ganhos e perdas com ativos não correntes**	(935)	591.875
	Resultado na alienação de participação societária (nota 1)	(1.013)	620.631
	Resultado em outras operações - outras receitas não correntes	78	162
	Redução ao valor recuperável	–	(28.918)

27. TRIBUTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	dez/24 IRPJ	dez/24 CSLL	dez/23 IRPJ	dez/23 CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	127.867	127.867	496.272	496.272
Participações sobre o resultado	(20.944)	(20.944)	(26.217)	(26.217)
Resultado tributável	106.923	106.923	470.055	470.055
Ajustes temporários	2.551	2.551	(200.222)	(200.222)
Provisões judiciais e honorários advocatícios	3.406	3.406	(146.342)	(146.342)
Redução ao valor recuperável	(1.703)	(1.703)	(54.250)	(54.250)
Provisões de gratificações e PLR	6.225	6.225	16.002	16.002
Outros ajustes temporários	(5.377)	(5.377)	(15.632)	(15.632)
Ajustes permanentes	(2.537)	(7.567)	(61.087)	(66.726)
Equivalência patrimonial (Nota 26.k)	(521)	(521)	(19.644)	(19.644)
Outros ajustes permanentes	(2.016)	(7.046)	(41.443)	(47.082)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	106.937	101.907	208.746	203.107
(–) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(32.081)	(30.572)	(62.624)	(60.932)
Base de cálculo após compensação	74.856	71.335	146.122	142.175
Imposto de renda e contribuição social	(15.203)	(9.909)	(34.056)	(21.326)
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(8.070)	(4.615)	(16.004)	(9.349)
Reversão de provisão de crédito tributário	–	–	218.956	131.106
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.073	644	(49.228)	(29.537)
Total de imposto de renda e contribuição social	(22.200)	(13.880)	119.668	70.894
Alíquota efetiva	(20,76)%	(12,98)%	25,46%	15,08%

28. PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo.

i) Recuperação de despesas administrativas e com pessoal para as empresas do grupo.

ii) Contrato de resseguro automático e facultativo com empresas do grupo.

	dez/24	dez/23
Ativo		
Controladas		
Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda.	2.399	6.706
Sompo Resseguradora S.A.	674	–
Outras partes relacionadas		
Sompo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	5.888	1.471
Sompo Japan Brasil	–	11
Endurance Worldwide Insurance Limited	42.969	17.930
Total do ativo	51.930	26.118
Passivo		
Outras partes relacionadas		
Sompo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	(3.934)	410
Endurance Worldwide Insurance Limited	(56.449)	(14.527)
Total do passivo	(60.383)	(14.117)

	Receitas dez/24	Receitas dez/23	Despesas dez/24	Despesas dez/23
Demonstração do resultado				
Controladas				
Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda.	32.392	19.143	(5.794)	(4.647)
Sompo Resseguradora S.A.	2.921	–	–	–
Outras partes relacionadas				
Sompo Japan Brasil	–	–	–	(139)
Sompo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	4.087	75	(16.050)	(5.473)
Endurance Worldwide Insurance Limited	73.671	23.450	(108.483)	(53.558)
Total Resultado	113.071	42.668	(130.327)	(63.817)

a) Transações com pessoal-chave

	dez/24	dez/23
Participações nos lucros - administradores	12.057	9.402
Honorários da diretoria	9.463	7.866
Total	21.520	17.268

29. EVENTO SUBSEQUENTE

Não foram identificadas pela administração eventos subsequentes que mereçam divulgação.

Conselho de Administração

Julian Timothy James - Presidente do Conselho de Administração
Brian William Goshen - Membro do Conselho de Administração
Alfredo Lália Neto - Membro do Conselho de Administração

Diretores

Alfredo Lália Neto - Diretor Presidente
Adailton Oliveira Dias - Diretor Executivo
Andréia de Cássia Garcia Paterniani - Diretora Executiva
Bruno Rodriguez Pereira - Diretor Executivo
Celso Ricardo Mendes - Diretor Executivo
Cristiane Martins da Silva - Diretora Executiva
Daniel de Rosa - Diretor Executivo

Contador

Tiago Marcelo da Costa Paixão
CRC SP-257867/O-6

Atuário

Marcella de Assis Barros
MIBA 2527

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Aos Membros do Conselho de Administração da Sompo Seguros S.A. e aos Membros da Diretoria Executiva da Sompo Resseguradora S.A. São Paulo – SP. O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Sompo Seguros S.A. ("Seguradora") é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração ("Conselho"), por ele instituído, e cujo funcionamento obedece ao regimento interno, aprovado pelo Conselho. O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas Pela Seguradora e em obediência e consonância aos preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, conforme Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores. O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP. Conforme definido na Resolução acima mencionada, o Comitê passou a atender também a Sompo Resseguradora S.A. ("Resseguradora"), a partir da data da constituição da referida Resseguradora, em regime de comitê de auditoria único instalado na Seguradora, na qualidade de instituição líder do Grupo. O termo "Grupo" refere-se à Seguradora e à Resseguradora em conjunto. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e da gestão de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da administração do Grupo. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (*compliance*) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade. A Auditoria Interna é responsável pela avaliação da adequação e eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos, controles internos e compliance do Grupo. A Auditoria Independente, a cargo da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda., é responsável por examinar as demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e por emitir relatório de auditoria sobre a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos, de compliance e nas suas próprias análises decorrentes de seu trabalho ao longo do período. Principais Atividades do Comitê. O Comitê atua, principalmente, por meio da realização de reuniões periódicas, pelo menos mensais, na sede da Seguradora ou por vídeo conferência, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder aos questionamentos do Comitê. O Comitê atua, também, realizando acompanhamento e revisões de documentos e informações a ele submetidas. As atividades do Comitê, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, incluíram: a) reuniões com os executivos internos das áreas Atuarial, Auditoria Interna, Contabilidade, Controladoria, Canal de Denúncias, Financeiro, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, Jurídico, Ouvidoria, Planejamento Estratégico, Recursos Humanos, Sinistros e Tecnologia da informação (infraestrutura e segurança da informação), entre outras; b) acompanhamento das atividades executadas pela Administração do Grupo relacionadas à elaboração das demonstrações financeiras, à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas, inclusive do Código de Ética do Grupo; c) avaliação dos processos de elaboração das demonstrações financeiras e discussão com a Administração do Grupo e com os Auditores Independentes sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos, o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes e a apresentação das demonstrações financeiras; e d) análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Seguradora e da Resseguradora, respectivamente, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões periódicas com o Diretor-Presidente, com o Conselho de Administração e com a Diretoria Executiva do Grupo. O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos de trabalho e acompanhou os trabalhos realizados, e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna, às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê informa ainda que, no período abrangido por este relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora e/ou da Resseguradora, ou a fidedignidade das respectivas demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração e à Diretoria que autorize a emissão das demonstrações financeiras da Sompo Seguros S.A. e da Sompo Resseguradora S.A., respectivamente, auditadas pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

Carlos E. Munhoz
Coordenador do Comitê de Auditoria

Assizio Aparecido de Oliveira
Membro do Comitê de Auditoria

Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva
Membro do Comitê de Auditoria

continua →

★ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80



Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas Sompo Seguros S.A. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Sompo Seguros S.A. (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade da cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Sompo Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17 o andar, parte 5,
Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Vinícius Oliveira Cecaroli
MIBA 2699

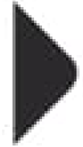
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Sompo Seguros S.A.** - São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sompo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sompo Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* No curso de nossos exames, envolvemos especialistas internos para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao ambiente de tecnologia, bem como na execução de procedimentos de auditoria para avaliação do desempenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia, para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão, revisão e revogação de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Por fim, realizamos testes de detalhe para avaliar o correto fluxo de informação entre sistemas, para as rotinas contábeis consideradas relevantes. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas relevantes preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas. Em 31 de dezembro de 2024, a Seguradora possui obrigações oriundas de suas apólices de seguros que estão registrados nas rubricas "Provisões técnicas – Seguros" demonstradas nas notas explicativas nºs. 3 (m.i, m.ii) e 19 das demonstrações financeiras. A determinação dos valores de provisões técnicas das apólices de seguros envolve julgamento relevante da diretoria na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Seguradora. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização dos nossos entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas das apólices de seguro e contratos de previdência firmadas pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as Provisões Técnicas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas referidas notas explicativas às demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O
Paula Colodete Lucas
Contador CRC-SP290864/O





Os temas mais necessários e relevantes a um play de distância de você.

saúde
tecnologia
cultura
diversidade
economia
cibersegurança
meio ambiente

educação
agronegócio
indústria
saneamento
sustentabilidade
e muito mais

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Acesse o site
folha.com/
seminariosfolha



SOMPO RESSEGURADORA S.A.

CNPJ nº 57.023.316/0001-16



Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas,

A Sompo Resseguradora S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras relativas ao período de 1 de julho de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024.

PERFIL

A Sompo Resseguradora S.A. foi constituída em 1º de julho de 2024, com o objetivo de atuar nos riscos próprios do Grupo Sompo no Brasil ("Grupo"). Esta iniciativa visa aumentar a capacidade de subscrição e retenção da Sompo Seguros S.A. ("Sompo Seguros"), além de proporcionar maior eficiência operacional e redução de custos. Em 22 de agosto de 2024, a Sompo Resseguradora S.A. recebeu autorização para operar resseguros no segmento S2, conforme a Portaria DIORE/SUSEP nº 15, de 17 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial da União.

A Sompo Resseguradora S.A. é uma subsidiária da Sompo Seguros S.A., que, por sua vez, faz parte do Grupo Sompo Holdings, um dos maiores grupos seguradores do mundo, fundado no Japão há mais de 130 anos.

ESTRATÉGIA

Em 2024, a Sompo Resseguradora iniciou suas operações, posicionando-se como uma resseguradora dedicada exclusivamente às operações e ao apetite a riscos da Sompo Seguros, uma das cinco maiores seguradoras do Brasil no segmento de ramos corporativos.

Sua atuação está intrinsecamente alinhada ao Plano Estratégico 2024-2025 do Grupo, que busca fortalecer o seu posicionamento nos mercados corporativos e se tornar uma marca "Top of Mind" nesses segmentos. Esse objetivo é sustentado por uma estratégia de crescimento sustentável, governança corporativa sólida e importantes investimentos em tecnologia, dados, experiência dos clientes e corretores, além de compromissos em sustentabilidade (ESG).

Nesse contexto, a Sompo Resseguradora foi estruturada para apoiar diretamente essa expansão estratégica, contribuindo diretamente para a ampliação da capacidade de subscrição e retenção de riscos, alavancando as capacidades de resseguro locais e internacionais, e promovendo maior eficiência nos negócios por meio de processos financeiros ágeis e que possibilitam investimentos estratégicos.

Essa nova estrutura também gera impactos positivos e sinérgicos para o Grupo, incluindo o aumento da eficiência operacional e a redução de custos, viabilizados pelo compartilhamento de recursos e estruturas administrativas.

A criação da Sompo Resseguradora não apenas reforça a posição estratégica da Sompo Seguros no mercado brasileiro, mas também reafirma o compromisso do Grupo com clientes, corretores e parceiros. Esse movimento representa um marco na implementação de uma visão integrada de negócios, na qual eficiência operacional, impacto positivo e geração de valor para stakeholders convergem para garantir um futuro sólido e sustentável.

GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA INTERNA

Conforme Resolução CNSP nº 416/2021 artigos 37, 38 a 41 a Companhia tem sua Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), de Sistema de Controles Internos (SCI) e a área de Auditoria Interna incorporadas à sua controladora Sompo Seguros S.A, cabendo a ela desempenhar as atribuições previstas na referida Resolução de forma centralizada.

COMITÊ DE AUDITORIA

Conforme Resolução CNSP nº 432/2021 o Comitê de Auditoria da controladora Sompo Seguros S.A atenderá também a Sompo Resseguradora em regime de Comitê de Auditoria único instalado na instituição líder do grupo Sompo Seguros S.A, como previsto na referida Resolução.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado líquido: a Sompo Resseguradora encerrou o ano de 2024 com um lucro de R$ 86 mil que se deu, principalmente pelos rendimentos de aplicações financeiras que fizeram frente às despesas pré-operacionais ocorridas desde sua constituição.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela confiança em nós depositada.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	dez/24
Circulante		**20.502**
Disponível		**76**
Aplicações	5	**20.426**
Ativo não circulante		**80.473**
Realizável a longo prazo		**80.473**
Aplicações	5	**80.473**
Total do ativo		**100.975**

Passivo	Nota Explicativa	dez/24
Circulante		**895**
Contas a pagar		**895**
Obrigações a pagar	6	855
Impostos e contribuições	3.d	40
Passivo não Circulante		**6**
Contas a pagar		**6**
Tributos diferidos	3.d	6
Patrimônio líquido	7	**100.074**
Capital social		100.000
Reservas de lucro		65
Ajustes de avaliação patrimonial		9
Total do passivo e do patrimônio líquido		**100.975**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado
Período de 1 de julho de 2024 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Demonstração do resultado do exercício	Nota Explicativa	dez/24
Despesas administrativas	8.a	(3.083)
Despesas com tributos	8.b	(150)
Resultado financeiro	8.c	3.359
Resultado operacional		**126**
Resultado antes dos impostos e participações		**126**
Imposto de renda	9	(21)
Contribuição social	9	(19)
Lucro Líquido		**86**
Quantidade de ações		**100.000.000**
Quantidade de ações ordinárias		100.000.000
Lucro líquido por ação (em R$)		**0,001**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 1 de julho de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de julho de 2024	–	–	–	–	–
Aporte de capital inicial portaria DIORE/SUSEP nº 15/2024	100.000	–	–	–	100.000
Ajuste com títulos e valores mobiliários	–	–	9	–	9
Lucro líquido do período	–	–	–	86	86
Proposta para distribuição do resultado:					
Dividendos propostos	–	–	–	(21)	(21)
Reserva legal	–	4	–	(4)	–
Reserva estatutária	–	61	–	(61)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**100.000**	**65**	**9**	**–**	**100.074**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Período de 1 de julho de 2024 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	dez/24
Resultado líquido do período	**86**
Outros resultados abrangentes:	
Serão classificados subsequentemente para o resultado	**9**
Variação no valor justo dos ativos financeiros	14
Imposto de renda e contribuição social	(5)
Total dos resultados abrangentes	**95**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto
Período de 1 de julho de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	dez/24
Resultado do período	**86**
Resultado ajustado	**86**
Variações nas contas patrimoniais:	
Ativos financeiros	(100.899)
Obrigações a pagar	835
Impostos e contribuições	40
Caixa consumido pelas operações	**(99.938)**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	14
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(99.924)**
Atividades de financiamento	
Aporte de capital inicial portaria DIORE/SUSEP nº 15/2024	100.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**100.000**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**76**
Caixa e equivalentes de caixa no início das operações	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	**76**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sompo Resseguradora S.A., com sede na Rua Cubatão, nº 320 - São Paulo/SP doravante referida, também, como "Resseguradora", "Sompo Resseguradora" ou "Companhia", é uma companhia de capital fechado e atua no mercado de resseguros de danos e de pessoas em todo território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. O capital social da Sompo Resseguradora S.A. é composto por 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando um capital social de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). A Sompo Seguros S.A. subscreveu e integralizou 99.999.999 (noventa e nove milhões, novecentas e noventa e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações ordinárias da Sompo Resseguradora S.A., enquanto a Sompo International Holdings Ltda., controladora da Sompo Seguros S.A., subscreveu e integralizou 1 (uma) ação ordinária da Sompo Resseguradora S.A. As ações ordinárias conferem aos seus titulares o direito de voto nas assembleias gerais e participação nos resultados da Companhia, sem vantagens ou preferências específicas em relação a outras classes de ações, uma vez que não há outras classes de ações emitidas.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Resseguradora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros e os ativos a valor justo por meio do resultado. As presentes demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas. Essas demonstrações financeiras foram analisadas e aprovadas pela Diretoria da Sompo Resseguradora em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2025. a) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras da Resseguradora são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Resseguradora opera. b) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, exigindo que a Administração faça julgamentos quanto aos cenários futuros e estabeleça premissas e pressupostos para a determinação de estimativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas que são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros. c) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Resseguradora: *CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros*: estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O CPC 50 é aplicável desde 1º de janeiro de 2023, mas só será adotado quando referendado pela SUSEP. Não há outras normas ou interpretações não adotadas para fins de elaboração dessas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas para o período apresentado nas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, mas não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, ou seja, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. b) Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros: A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação destes na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto a longo prazo. Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: i) *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*: São ativos financeiros designados nesta categoria aqueles cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. As mudanças decorrentes de variações do valor justo são registradas e apresentadas na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorram. ii) *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: São ativos financeiros não derivativos, designados como "Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" ou que não são classificados como "Ativos financeiros ao custo amortizado" ou "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", apresentados na demonstração do resultado abrangente líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos. iii) *Ativos financeiros ao custo amortizado*: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de principal e juros de ativos financeiros de acordo com o modelo de negócio e o teste de SPPJ - Somente Pagamentos de Principal e Juros. c) Determinação do valor justo: Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Resseguradora adota as seguintes práticas: i) *Títulos públicos*: O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). ii) *Quotas de fundos de investimentos*: O valor unitário das quotas dos fundos de investimento não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização ou desvalorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. d) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda do período corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda, e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. As alíquotas para os tributos diferidos são 25% e 15% para imposto de renda e contribuição social respectivamente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O tributo corrente e o tributo diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O tributo corrente é o valor a pagar sobre o lucro tributável, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. e) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

4. GESTÃO DE RISCO

A Resseguradora está em fase pré-operacional, desta forma ela está exposta, a princípio, aos riscos de crédito e mercado, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade deste item das notas explicativas é apresentar informações gerais sobre a atual exposição, bem como os critérios adotados pela Resseguradora para gestão e mitigação dos riscos acima mencionados. a) *Gestão de risco de crédito*: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Resseguradora. A Resseguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que, de forma individual ou coletiva, compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e os fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como rating mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para depósitos a prazo com garantia especial. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Resseguradora em 31 de dezembro de 2024 distribuídos por rating de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria sem rating compreendem valores disponível em caixa.

Ativos financeiros/rating	AAA	Sem rating	Total
A valor justo por meio do resultado	**20.426**	**–**	**20.426**
Título de renda fixa privado	20.426	–	20.426
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**80.473**	**–**	**80.473**
Título de renda fixa público	80.473	–	80.473
Caixa e equivalentes de caixa	**–**	**76**	**76**
Total do circulante e não circulante	**100.899**	**76**	**100.975**

	Ativos não vencidos e não deteriorados	Saldo contábil 31/12/2024
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**20.426**	**20.426**
Título de renda fixa privado	20.426	20.426
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**80.473**	**80.473**
Título de renda fixa público	80.473	80.473
Caixa e equivalentes de caixa	**76**	**76**
Total do circulante e não circulante	**100.975**	**100.975**

b) *Gestão de risco de mercado*: A Sompo Resseguradora utiliza análises de sensibilidade e testes de stress, desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos de mercado. Para o cálculo do VaR (Value at Risk), a Resseguradora utiliza como limite 0,5% ao dia, com 95% de nível de confiança. O VaR tem como objetivo estimar uma possível perda máxima da carteira de investimentos com um determinado índice de confiança. A metodologia do VaR paramétrico utiliza uma rentabilidade estimada e assume uma distribuição normal de rentabilidade, considerando variáveis econométricas e estatísticas. A gestão de investimentos da Resseguradora faz acompanhamento diário da volatilidade da carteira e, havendo um momento de stress que atinja negativamente o valor dos ativos e/ou o patrimônio da Resseguradora, convoca o Comitê de Investimentos para exposição da situação e sugestão de eliminação ou mitigação do risco existente. O risco da taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas/aumentadas o valor justo desses ativos tende a oscilar gerando marcação a mercado (MTM). c) *Gestão de capital*: O Capital Mínimo Requerido (CMR), que determina o valor a ser apropriado para a manutenção da solvência da Resseguradora, é composto por quatro riscos: subscrição, crédito, mercado e operacional, através da formulação exigida pela SUSEP. O CMR é calculado mensalmente pelo somatório dos capitais de risco individuais, de acordo com metodologia adotada na legislação vigente, deduzindo a correlação entre os riscos de subscrição, crédito e mercado. A suficiência do CMR ocorre quando o patrimônio líquido ajustado total (PLA) for maior que o CMR, demonstrando que a Resseguradora tem suficiência para garantia dos riscos assumidos. A tabela apresentada a seguir demonstra os valores que compõem o capital mínimo requerido em 31 de dezembro de 2024, conforme Resolução CNSP 432/2021:

	12/2024
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**100.074**
(I) Ajustes Contábeis	**–**
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	**100.074**
Capital Mínimo Requerido (b) = Maior entre (c) e (d)	**60.000**
Capital Base (c)	**60.000**
Capital de Risco (d)	**5.027**
Capital adicional baseado no risco de subscrição	–
Capital adicional baseado no risco de crédito	1.636
Capital de risco operacional	–
Capital de risco de mercado	4.362
Correlação	(971)
R$ Suficiência de capital (PLA - CMR)	**40.074**

Níveis de PLA	PLA (12/2024)	Ajuste	PLA Final
Nível 1	100.074	–	100.074
Nível 2	–	–	–
Nível 3	–	–	–
Total	**100.074**	**–**	**100.074**

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A classificação das aplicações financeiras por categoria, vencimento, taxas de juros contratadas (médias) e respectivos níveis é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024: a) Resumo da classificação dos ativos financeiros: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • Nível 1: Preços cotados em mercados ativos; • Nível 2: "inputs", exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

a) Resumo das aplicações:

12/2024	Taxa Contratada %	Percentual classificado por categoria	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		**20,24%**	**20.426**	**–**	**20.426**	**–**	**20.426**	**–**	**20.426**
Quotas de fundos de investimentos abertos		–	20.426	–	20.426	–	20.426	–	20.426
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**79,76%**	**–**	**80.473**	**80.459**	**14**	**80.473**	**80.473**	**–**
Títulos públicos federais - LFT	100% Selic (LFT)		–	80.473	80.459	14	80.473	80.473	–
Total			**20.426**	**80.473**	**100.885**	**14**	**100.899**	**80.473**	**20.426**

continua

→★ continuação

SOMPO RESSEGURADORA S.A.
CNPJ nº 57.023.316/0001-16

SOMPO

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Movimentação das aplicações:

	Saldo em 01/07/2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2024
Valor justo por meio do resultado	**–**	**18.799**	**–**	**1.627**	**–**	**20.426**
Quotas de fundos de investimentos abertos	–	18.799	–	1.627	–	20.426
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**–**	**80.333**	**(1.629)**	**1.755**	**14**	**80.473**
Títulos públicos federais	–	80.333	(1.629)	1.755	14	80.473
Total	**–**	**99.132**	**(1.629)**	**3.382**	**14**	**100.899**

c) Desempenho da carteira de aplicações financeiras: A administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação do CDI comparada com a rentabilidade calculada com base no valor justo de suas aplicações. Em dezembro de 2024, o retorno da carteira de investimentos a valor de mercado atingiu 3,53% anualizado, representando aproximadamente uma performance de 100% do CDI 3,57% (anualizado).

6. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	12/2024
Fornecedores	761
Dividendos a pagar	21
Provisões a pagar	73
Obrigações a pagar	**855**

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social da Sompo Resseguradora S.A. é composto por 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando um capital social de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). b) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não paga ao final de cada período é deduzida do patrimônio líquido no encerramento do período e registrada como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que exceda o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

8. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	12/2024
a) Despesas administrativas	**(3.083)**
Despesas com pessoal próprio*	(2.803)
Despesas com serviços de terceiros	(279)
Despesas com publicações	(1)
b) Despesas com tributos	**(150)**
Outros	(150)
c) Resultado financeiro	**3.359**
Receitas financeiras	**3.381**
Rendimento com aplicações financeiras	**3.382**
Rendimentos quotas e fundos de investimento	1.627
Receitas com títulos de renda fixa públicos	1.755
Outras	**(1)**
Receitas financeiras eventuais	(1)
Despesas financeiras	**(22)**
Despesas financeiras com renda fixa	(22)

* Funcionários compartilhados com a Controladora Sompo Seguros.

9. TRIBUTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	12/2024	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	**126**	**126**
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	**126**	**126**
Imposto de renda e contribuição social	19	19
Complemento do imposto de renda e contribuição social	2	–
Total de imposto de renda e contribuição social	**21**	**19**
Alíquota efetiva	**16,67%**	**15,08%**

10. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 5 - Divulgação sobre partes relacionadas. Com a controladora Sompo Seguros temos um saldo a pagar de R$ 674 e um total de despesa compartilhada em 2024 de R$ 2.921.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA ÚNICO

Em atendimento à legislação em vigor a Resseguradora aderiu ao comitê de auditoria único instalado na Sompo Seguros S.A., na qualidade de instituição líder do Grupo. O resumo do relatório do referido comitê, que inclui os assuntos relativos à Resseguradora, foi divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 da instituição líder.

Diretores

Alfredo Lália Neto - Diretor Presidente
Adailton Oliveira Dias - Diretor Executivo
Bruno Rodriguez Pereira - Diretor Executivo
Cristiane Martins da Silva - Diretora Executiva

Contador

Tiago Marcelo da Costa Paixão
CRC SP-257867/O-6

Atuário

Marcella de Assis Barros
MIBA 2527

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Sompo Resseguradora S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sompo Resseguradora S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sompo Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1º de julho de 2024 a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC - 2SP034519/O
Paula Colodete Lucas
Contadora - CRC - SP290864/O

FOLHA mpme

Um guia para a *micro*, a *pequena* e a *média* empresa.

Receba dicas e informações de como melhorar seu negócio, conheça casos de sucesso e tendências dos diferentes setores e saiba quais os problemas que afetam os empreendedores.
Na Folha e no site. Não perca.

Patrocínio: bradesco
Realização: FOLHA

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Safra Seguros Gerais S.A. e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Conjuntura Econômica - A atividade econômica brasileira continuou em expansão no segundo semestre de 2024, beneficiada pelo crescimento da demanda doméstica. A balança comercial acumulou superávit de US$ 75 bilhões no ano passado, o segundo melhor resultado da série histórica, mas incertezas externas e domésticas contribuíram para a desvalorização da nossa moeda. O IPCA acumulado em doze meses ficou próximo de 4,9% em 2024. Nesse ambiente, o Banco Central iniciou um ciclo de aumento da taxa básica de juros em setembro e levou a taxa Selic para 12,25% a.a. em dezembro, reafirmando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante.

Desempenho - A Safra Seguros Gerais S.A. encerrou o ano de 2024 com patrimônio líquido de R$ 221 milhões e lucro líquido de R$ 46 milhões. Os ativos totais totalizaram R$ 493 milhões, representados principalmente por aplicações em títulos e valores mobiliários vinculados à garantia de provisões técnicas e crédito das operações com seguradoras e resseguradoras. Os prêmios emitidos líquidos totalizaram R$ 126 milhões no ano de 2024.

Diretoria

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		**375.110**	**361.386**
Disponibilidades	4	1.370	1.850
Aplicações	5(a)	260.121	254.735
Créditos das operações com seguros e resseguros		70.324	64.460
Prêmios a receber	6(a-I)	70.265	64.306
Operações com resseguradoras		59	154
Outros créditos operacionais		342	196
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	6(b)	10.470	12.924
Títulos e créditos a receber		24	259
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	24	34
Outros créditos		-	225
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	32.459	26.962
NÃO CIRCULANTE		**118.301**	**116.207**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		71.154	67.235
Créditos das operações com seguros - Prêmios a receber	6(a-I)	34.003	36.050
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	6(b)	5.529	6.470
Títulos e créditos a receber - Créditos tributários e previdenciários	10(b)	5.474	5.441
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	26.148	19.274
INTANGÍVEL	11	47.147	48.972
TOTAL DO ATIVO		**493.411**	**477.593**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		**177.219**	**172.320**
Contas a pagar		39.280	40.073
Obrigações a pagar		14.198	13.604
Impostos e encargos sociais a recolher	10(c)	7.415	7.492
Encargos trabalhistas		691	734
Impostos e contribuições	10(d)	16.976	18.243
Débitos das operações com seguros e resseguros		29.955	31.367
Operações com seguradoras		196	886
Operações com resseguradoras	6(f)	5.486	9.161
Corretores de seguros e resseguros	6(e-I)	21.499	20.160
Outros débitos operacionais		2.774	1.160
Depósitos de terceiros		86	53
Provisões técnicas - Seguros - Danos	6(d)	107.898	100.827
NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**95.653**	**83.327**
Provisões técnicas - Seguros - Danos	6(d)	78.693	67.244
Outros débitos - Contingências	9(b)	16.960	16.083
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**	**220.539**	**221.946**
Capital social		172.361	172.361
Reservas de lucros		48.178	49.585
TOTAL DO PASSIVO		**493.411**	**477.593**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2024	2023
OPERAÇÕES DE SEGUROS	6(g-I)	61.372	60.010
PRÊMIOS GANHOS	6(g-I)	104.735	94.588
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3)) e 13(c-II)	126.092	100.211
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	(21.357)	(5.623)
SINISTROS OCORRIDOS	6(g-I)	(2.222)	(4.343)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	6(c-II) e (g-I)	(28.593)	(23.112)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	5(g-I)	(529)	(546)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(g-I)	(11.019)	(6.577)
Recuperação de Sinistros e Despesas		(2.146)	(86)
Despesas com Repasses de Resseguros		(6.616)	(6.485)
Outros resultados com resseguro		(2.257)	(6)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	(14.370)	(14.443)
DESPESAS COM TRIBUTOS	10(a-II)	(6.836)	(6.649)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	28.982	30.959
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**69.148**	**69.877**
IMPOSTO DE RENDA	10(a-I)	(13.179)	(13.452)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10(a-I)	(8.376)	(8.490)
LUCRO LÍQUIDO		**47.593**	**47.935**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÕES BÁSICO E DILUÍDO - R$	**12**	**0,70**	**0,70**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO		**47.593**	**47.935**
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE		**47.593**	**47.935**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023	**172.361**	**35.230**	**-**	**207.591**
Resultado líquido do período	-	-	47.935	47.935
Destinação:				
Reserva legal	-	2.397	(2.397)	-
Reserva especial	-	31.958	(31.958)	-
Juros sobre capital próprio - Nota 12(b)	-	-	(13.580)	(13.580)
Dividendos - Nota 12(b)	-	(20.000)	-	(20.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**172.361**	**49.585**	**-**	**221.946**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**14.355**	**-**	**14.355**
Resultado líquido do período	-	-	47.593	47.593
Destinação:				
Reserva legal	-	2.380	(2.380)	-
Reserva especial	-	31.213	(31.213)	-
Juros sobre capital próprio - Nota 12(b)	-	-	(14.000)	(14.000)
Dividendos - Nota 12(b)	-	(35.000)	-	(35.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**172.361**	**48.178**	**-**	**220.539**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**(1.407)**	**-**	**(1.407)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido dos períodos		47.593	47.935
Ajustes ao lucro líquido		22.393	23.356
Depreciações e amortizações		1.824	969
Provisões/(Reversões) para risco de crédito	6(g-I)	(1.263)	(368)
Provisões para contingências		877	813
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	10(a-I)	21.555	21.942
Variação das contas patrimoniais		(30.405)	40.820
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado		(13.305)	38.624
Vinculados a garantia de provisões técnicas de seguros		(24.130)	(11.655)
Cobertura excedente		10.825	50.279
Operações de seguros e resseguros		5.614	11.743
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas)		(3.931)	12.881
Prêmios a receber		(1.928)	14.756
Operações com seguradoras e resseguradoras		(2.003)	(1.875)
Provisões técnicas		21.916	4.784
Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas		3.396	951
Provisões técnicas - Seguros (Passivas)		18.520	3.833
Custos de aquisição diferidos		(12.371)	(5.027)
Títulos e créditos a receber e outros créditos operacionais		56	(368)
Contas a pagar e outros débitos		97	(149)
Impostos pagos		(22.867)	(9.033)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		40.161	112.111
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos	12(b)	(48.560)	(20.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(48.560)	(20.000)
AUMENTO(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(8.399)**	**92.111**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		122.411	30.300
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	114.012	122.411
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(8.399)	92.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia e/ou Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo Banco Safra S.A., autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - Susep a operar em seguros de ramos elementares, atuando em todas as regiões do Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) Apresentação das Demonstrações Contábeis - As Demonstrações Contábeis da Safra Seguros Gerais S.A., aprovadas pela Diretoria em 20.02.2025, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Susep, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Novas normas contábeis aplicáveis neste período e em períodos futuros** - CPC 48 – Instrumentos financeiros, que estabelece um novo modelo para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, entrou em vigor partir de 01.01.2018. Por meio da Circular nº 678/2022, a Susep recepcionou o CPC 48, que entrou em vigor a partir de 02.01.2024, no que não contrariarem as demais normas proprietárias. Não há impactos relevantes pela adoção de tais normativos. CPC 50 – Contratos de Seguros, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Susep ainda não recepcionou esta normativa. Neste período, não entraram em vigor outras novas normas contábeis que poderiam afetar materialmente essas Demonstrações Contábeis. **c) Moeda funcional e de apresentação** - As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Fluxos de caixa** - I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração dos fluxos de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O método de apresentação dos fluxos de caixa é o indireto, sendo que os fluxos de caixa de atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos, e os operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Seguradora. **b) Aplicações e instrumentos financeiros derivativos** - I. Classificação A classificação dos instrumentos financeiros segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros é realizada em função dos Modelos de Negócios adotados pela Administração. O uso de Modelos de Negócios é a maneira como a Seguradora realiza a gestão de seus ativos financeiros para geração de fluxo de caixa e consideração dos riscos envolvidos. Cada Modelo de Negócios determina, entre outros, se os fluxos de caixa resultarão da coleta de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Dessa forma, após definido os Modelos de Negócios, os instrumentos financeiros são classificados tanto em função de cada modelo adotado pela Administração para a sua gestão, assim como as características esperadas dos fluxos de caixa contratuais, com o intuito de verificar se há obtenção do critério de recebimento da somente do valor principal acrescido de juros. Essa verificação é dada por meio do Teste de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com isso, os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: • Custo Amortizado ("CA"): utilizada quando os ativos financeiros são gerenciados com o intuito de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; • Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): categoria utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para venda. • Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): utilizada quando a intenção for o de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados e/ou quando os ativos não passam no Teste SPPJ. Nas aplicações estão contidos os recursos garantidores, ativos oferecidos como garantia dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Estes ativos ficam registrados em contas vinculadas à Susep, mantidas junto à B3 e ao SELIC, conforme cada um dos mercados. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **c) Mensuração ao valor justo** - A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração da Companhia, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, é mensurado por meio de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, a Companhia utiliza uma quantidade significativa de julgamento para chegar a mensurações do valor justo. **d) Classificação de contratos de seguro e investimento** - Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico o afetar adversamente é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária. Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro se tornar significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. **e) Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros** - I. Créditos Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. II. Débitos Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/ resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. III. Risco de crédito A redução ao valor recuperável em relação aos créditos dos prêmios a receber para seguradoras é efetuada segundo critérios estabelecidos pela Circular Susep nº 648/2021, atualizada pela Circular Susep nº 678/2022 e é calculada pela Companhia com base em estudo técnico. A metodologia apura fatores de cancelamento por inadimplência, considerando a carteira de negócios (ramo) e prazo de vencimento, categorizando as parcelas em vencidas e a vencer. As mesmas circulares se aplicam ao valor recuperável referentes aos créditos de sinistros a recuperar e é realizada com base em estudo técnico, que considera tanto o histórico de perdas quanto à capacidade de pagamento da resseguradora. As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registradas concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados tanto às seguradoras quanto às resseguradoras, visto que se não há mais expectativa de recebimento do prêmio e, logo, não haverá também expectativa de repasse destes valores. **f) Ativos de resseguros – Provisões técnicas** - Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro. As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **g) Custos de aquisição diferidos** - Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro. **h) Títulos e créditos a receber** - Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo. **i) Redução ao valor recuperável – Ativos não financeiros** - A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrada contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Companhia efetua o reconhecimento no resultado do período, de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável desses ativos, que eventualmente surgirem. **j) Provisões técnicas de seguros** - As provisões técnicas de seguros são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela Susep e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021, Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores. I. Seguros • Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros e despesas a ocorrer referentes aos riscos assumidos na data de cálculo, independentemente de sua emissão, correspondente ao período de vigência a decorrer. É calculada com base no prêmio comercial, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido, contemplando também a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE). Entre a emissão e o início de vigência do risco, considera-se o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*. A PPNG referente às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do ressegurador; • Provisão de sinistros a liquidar (PSL): calculada com base em estimativa do valor da eventual indenização, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com as normas da Susep. A PSL judicial é constituída independentemente da probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos; • Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. Para os ramos dos seguros compreensivos e secundários, o cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos, mas ainda não reportados à Seguradora. Para os demais ramos de seguros, caracterizados por não possuírem dados suficientes para aplicação de metodologia estatística-atuarial, a seguradora apura o valor da provisão com base em fatores médios de mercado; e • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas aos sinistros ocorridos (avisados ou não). O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor das despesas a serem pagas. II. Provisão complementar de cobertura – PCC A provisão será constituída quando for constatada insuficiência relacionada às provisões técnicas PPNG, Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). III. Teste de Adequação de Passivos – TAP O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro (exceto DPEM e Seguro Habitacional do SFH) e de previdência complementar aberta estão adequados, por meio da contraposição do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado semestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Susep nº 648/2021, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia. O resultado do TAP é a diferença entre i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e ii) a soma do saldo contábil na data-base de todas as provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular Susep nº 648/2021, com

(continua)

(continuação)

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - EM MILHARES DE REAIS

base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (deficit ou superavit) entre os seis macros fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais. A insuficiência detectada nas provisões PPNG, PMBC e PMBAC será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC (conforme item anterior). Já os ajustes decorrentes da insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuadas nas próprias provisões. **k) Apuração de resultado de operações de seguros e resseguros -** Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular Susep nº 648/2021, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguros – provisões técnicas. **l) Ativos e passivos contingentes -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Susep, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. **m) Benefícios a empregados -** Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Safra Seguros Gerais reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. A Safra Seguros Gerais não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria, como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. Adicionalmente, a Safra Seguros Gerais não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave da Administração e empregados. **n) Tributos -** Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda [1]	Contribuição Social	PIS	COFINS	ISS
Seguradoras	25%	15%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%.

Os tributos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das Demonstrações Financeiras. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para prêmios a receber, das provisões para passivos contingentes, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **o) Ativo intangível -** Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo valor de custo, líquido da respectiva amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente, ao longo da sua vida útil estimada. **p) Lucro por ação -** Conforme o CPC 41 – Resultado por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. **q) Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos -** A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes, (ii) provisões técnicas de seguros e resseguros e teste de adequação do passivo, (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado, (v) amortizações de ativos intangíveis e (vi) créditos tributários. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) Classificação em Circulante e Não Circulante -** Ativos e Passivos cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base da Demonstração Contábil deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Circulantes. Já os itens patrimoniais cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes a mesma data-base deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Não Circulantes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Disponibilidades – Nota 15(b)	1.370	1.850
Fundos de investimentos exclusivos – Nota 5(a-I)	112.642	120.561
Total	**114.012**	**122.411**

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS - a) Aplicações - Carteira

I. Composição

	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor Justo – Sem vencimento [2]	%	Valor Justo – Sem vencimento [2]	%
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	**260.121**	**100,00**	**254.735**	**100,00**
Fundos de investimentos exclusivos – Livres [1]	112.642	43,30	120.561	47,33
Recursos garantidores de reservas técnicas – Cotas de fundos de investimentos – Seguros – Nota 6(e) [1]	147.479	56,70	134.174	52,67
Provisões técnicas a serem garantidas – Provisões técnicas	126.178	48,51	102.048	40,06
Cobertura excedente	21.301	8,19	32.126	12,61

[1] Referem-se a cotas de fundos de investimentos exclusivos administrados pelas empresas do Grupo Safra (Parte Relacionada) – Nota 15(b). A carteira dos fundos de investimentos livres está composta substancialmente por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e a carteira dos fundos vinculados à garantia de seguros está composta substancialmente por títulos públicos. [2] Durante os períodos findos em 31.12.2024 e 31.12.2023 não houve ganho e/ou perda não realizado adicional ao custo contábil das respectivas carteiras dos fundos de investimentos que já são originalmente mensuradas a valor justo. Desta forma, o saldo referente a valor justo é igual ao saldo do custo contábil.

II. Movimentação das aplicações

	01.01. a 31.12.2024			01.01 a 31.12.2023
Cotas de fundos de investimentos	**Livres**	**Recursos garantidores de reserva técnica - Seguros**	**Total**	**Total**
Saldo no início do período	**120.561**	**134.174**	**254.735**	**201.982**
Aquisição/(Resgate) no período	(20.820)	(100)	(20.920)	25.884
Resultado – Receita/(Despesa) financeira – Nota 5(c)	12.901	13.405	26.306	26.869
Saldo no final do período	**112.642**	**147.479**	**260.121**	**254.735**

III. Hierarquia do valor justo

	Nível 1	
	31.12.2024	31.12.2023
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-I)	**260.121**	**254.735**
Fundos de investimentos exclusivos – Livres	112.642	120.561
Recursos garantidores e reservas técnicas	147.479	134.174

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros de Capitais). Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC, B3 e ANBIMA). Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quaisquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 31.12.2024 e 31.12.2023 não havia títulos e valores mobiliários classificados em Níveis 2 e 3. **b) Instrumentos financeiros derivativos -** Durante os períodos findos em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não detinha operações próprias de instrumentos financeiros derivativos.

c) Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas/(Despesas) de ativos financeiros	**29.282**	**28.764**
Receitas com títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos	26.306	26.869
Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-II)	26.306	26.869
Livres	12.901	11.093
Vinculados às garantias – Seguros	13.405	15.776
Receitas financeiras com operações de seguros	2.975	1.879
Juros sobre recebimento de prêmios – Nota 6(a-I(3))	3.482	3.984
Resseguros cedidos/ cosseguro aceito	(507)	(2.105)
Outras	1	16
(Despesas)/Receitas de passivos financeiros	**(300)**	**2.195**
Operações de seguros	(190)	2.333
(Atualização)/reversão monetária – Provisão de sinistros a liquidar – Nota 6(d-II)	507	3.130
Repasse de juros sobre recebimentos de prêmios	(697)	(797)
Outras	(110)	(138)
Resultado financeiro líquido	**28.982**	**30.959**

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - a) Créditos das operações com seguros e resseguros

I. Prêmios a receber - 1) Composição dos saldos

	31.12.2024					31.12.2023	
	Prêmios a receber	Riscos vigentes e não emitidos	Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-II)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)
Compreensivo	51.919	3.906	(4.272)	51.553	16	53.232	17
Garantia	2.993	6	-	2.999	6	1.827	6
Riscos diversos	44.440	2.746	(600)	46.586	29	42.929	26
Responsabilidade civil	582	40	(43)	579	16	647	16
Garantia estendida	2.279	-	-	2.279	1	1.633	1
Outros	272	-	-	272	14	88	22
Total em 31.12.2024 [1]	**102.485**	**6.698**	**(4.915)**	**104.268**		**100.356**	
Total em 31.12.2023 [1]	**104.891**	**2.364**	**(6.899)**	**100.356**			

[1] Deste montante, R$ (58.903) (R$ (61.811) em 31.12.2023) refere-se a Direitos creditórios sobre prêmios de seguros – Notas 6(e).

2) Parcelas por vencimento - Prêmios a receber

CURSO	31.12.2024	31.12.2023
Parcelas Vencidas:	5.347	2.740
Até 60 dias	5.062	2.300
De 61 a 120 dias	273	424
De 121 a 180 dias	-	2
De 181 a 365 dias	-	3
Acima de 365 dias	12	11
Parcelas Vincendas:	97.138	102.151
Até 60 dias	13.307	17.100
De 61 a 120 dias	13.560	11.160
De 121 a 180 dias	8.650	10.677
De 181 a 365 dias	26.142	25.719
Acima de 365 dias	35.389	37.495
Total	**102.485**	**104.891**

3) Por movimentação no período

	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Saldo no início do período	**100.356**	**114.496**
(+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos – Nota 13(c-II)	126.092	100.211
(-) Recebimentos	(127.546)	(118.949)
(-) Variação de provisão para risco de crédito – Nota 6(a-II)	1.984	614
(+) Juros sobre recebimento de prêmios – Nota 5(c)	3.482	3.984
Saldo no final do período	**104.268**	**100.356**

II. Movimentação da provisão para risco de crédito das operações com seguros e resseguros – Nota 3(e-II)

	01.01. a 31.12.2024						01.01. a 31.12.2023
	Prêmios a receber [1]	Operações com Seguros	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros [2]	Operações com Resseguradoras	Ativos de resseguros – Provisões técnicas	Total	Total
Saldo no início do período	**(6.899)**	**(24)**	**1.555**	**(103)**	-	**(5.471)**	**(5.375)**
Variação da provisão do risco crédito - (Constituição)/Reversão	1.984	-	(578)	13	(51)	1.368	(96)
Saldo no final do período	**(4.915)**	**(24)**	**977**	**(90)**	**(51)**	**(4.103)**	**(5.471)**

[1] Notas 6(a-I(1) e (2)). [2] A redução ao valor recuperável é composta pelo risco de crédito das seguintes contas e respectivos valores: Prêmio de Resseguro no valor de R$ (1) (R$ (231) em 31.12.2023) e Comissão sobre prêmios no valor de R$ (976) (R$ (1.324) em 31.12.2023).

b) Ativos de resseguros – Provisões técnicas

I. Composição dos saldos

	31.12.2024					31.12.2023
	PPNG [1]	PSL [2]	IBNR e PDR	Subtotal [3]	Total	Total
Aeronáutico	-	-	-	-	-	1.544
Compreensivo	1.778	1.281	42	1.323	3.101	4.221
Garantia	10.707	-	185	185	10.892	11.616
Riscos diversos	1.689	-	1	1	1.690	1.471
Responsabilidade civil	26	-	1	1	27	183
Outras	340	-	-	-	340	359
Subtotal	**14.540**	**1.281**	**229**	**1.510**	**16.050**	**19.394**
Provisão para risco de crédito	-	-	-	-	(51)	-
Total em 31.12.2024	**14.540**	**1.281**	**229**	**1.510**	**15.999**	**19.394**
Total em 31.12.2023	**15.182**	**3.961**	**251**	**4.212**	**19.394**	

[1] Inclui o montante de R$ 5.352 (R$ 5.097 em 31.12.2023) referente a prêmios de resseguro não proporcional. [2] Inclui 40 (18 em 31.12.2023) casos de sinistros judiciais no montante de R$ 1.281 (R$ 2.419 em 31.12.2023). [3] Nota 6(e).

II. Movimentação dos ativos de resseguros no período

	01.01 a 31.12.2024			01.01 a 31.12.2023
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	Total	Total
Saldo no início do período	**15.182**	**4.212**	**19.394**	**20.345**
Variação das provisões técnicas	(642)	(2.146)	(2.788)	1.350
Recebimento de sinistros	-	(46)	(46)	(236)
Atualização monetária	-	(510)	(510)	(2.105)
Saldo no final do período	**14.540**	**1.510**	**16.050**	**19.394**

c) Custos de aquisição diferidos - I. Composição dos saldos

	31.12.2024		31.12.2023	
	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Compreensivo	11.002	24	11.297	24
Garantia	2.175	46	2.362	47
Riscos diversos	19.145	26	10.586	22
Responsabilidade civil	118	24	135	24
Garantia estendida	26.093	18	21.794	16
Outros	74	49	62	35
Total [1]	**58.607**		**46.236**	

[1] Deste montante, R$ 21.499 (R$ 20.160 em 31.12.2023) refere se a comissão líquida registrada na rubrica "Corretores de seguros e resseguros", no Passivo, inclui provisão para risco de crédito no valor de R$ (976) (R$ (1.324) em 31.12.2023) – Nota 6(a-II).

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Saldo no início do período	**46.236**	**40.314**
Comissões	41.964	29.034
Apropriação no resultado [1] – Notas 6(g-I)	(29.593)	(23.112)
Saldo no final do período	**58.607**	**46.236**

[1] Inclui o valor de R$ 21.499 (R$ 20.160 em 31.12.2023) referente a recuperação comissão de cosseguro.

d) Provisões técnicas – Seguros - I. Composição dos saldos

	31.12.2024						31.12.2023
		SINISTROS					
Danos – Nota 6(e)	PPNG	PSL [1]	IBNR	PDR [2]	Sub-total	Total	Total
Aeronáutico	-	-	-	-	-	-	1.632
Compreensivo	54.570	2.249	161	39	2.449	57.019	59.913
Garantia	17.853	-	252	24	276	18.129	19.270
Riscos diversos	70.486	47	33	8	88	70.574	52.290
Responsabilidade civil	588	188	3	6	197	785	1.058
Garantia estendida	37.889	1.096	284	196	1.576	39.465	33.355
Outros	619	-	-	-	-	619	553
Total em 31.12.2024	**182.005**	**3.580**	**733**	**273**	**4.586**	**186.591**	**168.071**
Total em 31.12.2023	**160.648**	**6.474**	**681**	**268**	**7.423**	**168.071**	

[1] O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de sinistros judiciais é de R$ 2.443 (R$ 3.512 em 31.12.2023), sendo R$ 1.382 (R$ 3.370 em 31.12.2023) classificados como perda provável, R$ 1.022 (R$ 20 em 31.12.2023) como perda possível e R$ 39 (R$ 122 em 31.12.2023) como perda remota – Nota 3(i-I). [2] Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 216 (R$ 264 em 31.12.2023). II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2024					01.01 a 31.12.2023
		SINISTROS				
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	PSL e PDR judicial	Subtotal	Total	Total
Saldo no início do período	**160.648**	**3.892**	**3.531**	**7.423**	**168.071**	**164.237**
Sinistros Ocorridos	-	1.480	(548)	932	932	3.164
Variação de provisões técnicas	21.357	-	-	-	21.357	5.623
Sinistros pagos/ recuperados	-	(3.233)	(29)	(3.262)	(3.262)	(1.823)
Atualização monetária – Nota 5(c)	-	-	(507)	(507)	(507)	(3.130)
Saldo no final do período	**182.005**	**2.139**	**2.447**	**4.586**	**186.591**	**168.071**

III. Teste de adequação do passivo - TAP - As premissas adotadas no cálculo do TAP consideram projeções atuariais de sinistralidade esperada e despesa administrativa. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela Susep. O cálculo do Teste de Adequação do Passivo – TAP, realizado em 31.12.2024, não resultou na constituição de provisão – Nota 3(j-III).

e) Garantias das provisões técnicas

	31.12.2024	31.12.2023
Total de provisões técnicas a serem garantidas – Provisões técnicas	**126.178**	**102.048**
Provisões técnicas de seguros – Nota 6(d-I)	186.591	168.071
Ativos de resseguros – provisões técnicas – Nota 6(b-I) [1]	(1.510)	(4.212)
Direitos creditórios sobre prêmios de seguros [2]	(58.903)	(61.811)
Ativos garantidores das provisões técnicas – Cotas de fundos de investimentos – Tesouro Nacional – Letras do Tesouro Nacional – Nota 5(a-I)	**147.479**	**134.174**
Cobertura Excedente	**21.301**	**32.126**

[1] Não inclui PPNG no valor de R$ 14.540 (R$ 15.182 em 31.12.2023) – Nota 6(b). [2] Os valores de direitos creditórios correspondem ao montante de prêmios a receber diretos e cosseguro aceito, líquidos de Cosseguro Cedido e Resseguro, referente às parcelas não vencidas da apólices, considerando o arrasto (todas as parcelas em aberto, após inadimplência de qualquer parcela) por segurado e tomador, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela, na data-base de cálculo.

f) Débitos das operações com resseguradoras (passivo)

	31.12.2024	31.12.2023
Prêmios a repassar	3.664	3.529
Proporcional	1.756	1.435
Não proporcional	1.908	2.094
Prêmios a liquidar	1.823	5.863
Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-II)	(1)	(231)
Total	**5.486**	**9.161**

(continua)

(continuação)

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - EM MILHARES DE REAIS

g) Resultado com operações de seguros - I. Composição do resultado por ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistros Ocorridos		Custo de Aquisição		Outras receitas e despesas operacionais		Operações de Resseguros [1]		Total	
Ramos	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Aeronáutico	-	-	1.576	(71)	-	-	-	-	(1.536)	2	42	(69)
Compreensivo	40.619	43.109	(684)	(2.493)	(8.142)	(8.611)	(15)	(10)	(3.482)	(777)	28.296	31.218
Garantia	7.061	6.961	(104)	72	(863)	(847)	-	-	(4.606)	(4.569)	1.488	1.617
Riscos diversos	38.105	33.407	(90)	227	(8.250)	(6.752)	-	-	(1.025)	(402)	28.740	26.480
Responsabilidade civil	484	645	15	668	(97)	(129)	-	-	(39)	(487)	363	697
Garantia estendida	18.287	8.686	(3.075)	(2.761)	(12.216)	(6.649)	(1.824)	-	-	-	1.172	258
Outros	179	600	38	35	(24)	(124)	9	(910)	(293)	(248)	(91)	(557)
Subtotal	**104.735**	**94.588**	**(2.222)**	**(4.343)**	**(29.593)**	**(23.112)**	**(1.830)**	**(920)**	**(10.981)**	**(6.571)**	**60.109**	**59.642**
(Provisão)/ Reversão para risco de crédito	-	-	-	-	-	-	1.301	374	(38)	(6)	1.263	368
Total – Danos	**104.735**	**94.588**	**(2.222)**	**(4.343)**	**(29.593)**	**(23.112)**	**(529)**	**(546)**	**(11.019)**	**(6.577)**	**61.372**	**60.010**

[1] O resultado líquido está representado por receita de recuperação de sinistros ocorridos, IBNR e PDR e as despesas representado substancialmente por repasse de prêmios e variações da PPNG de ressaguro e resseguro não proporcional. II. Índice de sinistralidade e custo de aquisição

	Sinistralidade (%)		Custo de Aquisição (%)	
Ramos	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Compreensivo	(1,4)	(5,8)	(20,0)	(20,0)
Garantia	(1,5)	-	(12,2)	(12,2)
Riscos diversos	(0,2)	-	(21,7)	(20,2)
Responsabilidade civil	-	-	(20,0)	(20,0)
Garantia estendida	(16,8)	(28,7)	(66,8)	(68,8)
Outros	-	-	(13,4)	(18,0)
Total	**(2,1)**	**(4,6)**	**(28,3)**	**(24,4)**

7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - A tabela de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior da tabela demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Não segregamos os sinistros judiciais devido ao volume imaterial de casos, o que não resultaria em informação útil ao usuário. A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro – Nota 6(d-I): R$ 3.580

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	1.320	1.218	1.502	904	283	815	1.871	695	2.937	3.628	-
Um ano após	1.350	1.088	1.061	871	360	793	771	1.327	2.296	-	-
Dois anos após	1.400	1.128	1.838	871	324	793	801	1.326	-	-	-
Três anos após	1.201	1.151	2.204	664	323	793	841	-	-	-	-
Quatro anos após	1.250	889	2.600	664	323	793	-	-	-	-	-
Cinco anos após	1.400	889	2.872	664	323	-	-	-	-	-	-
Seis anos após	1.188	889	2.070	664	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após	964	889	1.750	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após	964	889	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após	964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa em 31.12.2024	**964**	**889**	**1.759**	**664**	**323**	**793**	**841**	**1.326**	**2.296**	**3.628**	**13.483**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	496	786	957	529	234	709	364	393	1.446	2.395	-
Um ano após	800	889	1.009	567	270	793	420	553	2.028	-	-
Dois anos após	826	889	1.010	567	323	793	472	553	-	-	-
Três anos após	826	889	1.010	664	323	793	472	-	-	-	-
Quatro anos após	826	889	1.010	664	323	793	-	-	-	-	-
Cinco anos após	826	889	1.010	664	323	-	-	-	-	-	-
Seis anos após	826	889	1.010	664	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após	826	889	1.010	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após	826	889	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após	826	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos em 31.12.2024	**826**	**889**	**1.010**	**664**	**323**	**793**	**472**	**553**	**2.028**	**2.395**	**9.953**
PSL em 31.12.2024	**138**	**-**	**749**	**-**	**-**	**-**	**369**	**773**	**268**	**1.233**	**3.530**
Passivos de sinistros anteriores a 2015											**50**
Total do Passivo em 31.12.2024											**3.580**

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de Resseguro – Nota 6(d-I): R$ 3.580 (-) Recuperação de Sinistros a Liquidar – Nota 6(b-I): R$ 1.281. Provisão de Sinistros a Liquidar líquida de resseguro: R$ 2.299

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	246	105	197	116	60	134	712	556	2.767	3.606	-
Um ano após	160	90	143	109	63	125	348	839	2.089	-	-
Dois anos após	168	92	230	109	58	125	362	823	-	-	-
Três anos após	161	89	270	94	58	125	382	-	-	-	-
Quatro anos após	162	81	313	94	58	125	-	-	-	-	-
Cinco anos após	167	81	342	94	58	-	-	-	-	-	-
Seis anos após	157	81	353	94	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após	152	81	221	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após	152	81	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após	288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa em 31.12.2024	**288**	**81**	**221**	**94**	**58**	**125**	**382**	**823**	**2.089**	**3.606**	**7.767**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	67	67	126	81	49	102	147	300	1.280	2.374	-
Um ano após	139	80	140	87	56	125	177	434	1.861	-	-
Dois anos após	149	81	140	87	58	125	202	434	-	-	-
Três anos após	149	81	140	94	58	125	202	-	-	-	-
Quatro anos após	149	81	140	94	58	125	-	-	-	-	-
Cinco anos após	149	81	140	94	58	-	-	-	-	-	-
Seis anos após	149	81	140	94	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após	149	81	140	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após	149	81	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após	149	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos em 31.12.2024	**149**	**81**	**140**	**94**	**58**	**125**	**202**	**434**	**1.861**	**2.374**	**5.518**
PSL em 31.12.2024	**139**	**-**	**81**	**-**	**-**	**-**	**180**	**389**	**228**	**1.232**	**2.249**
Passivos de sinistros anteriores a 2015											**50**
Total do Passivo em 31.12.2024											**2.299**

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Contingências cíveis	(233)	(91)
Pessoal	(10.574)	(10.507)
Serviços de terceiros	(930)	(1.124)
Doações e contribuições	(2.082)	(1.970)
Outras	(551)	(751)
Total	**(14.370)**	**(14.443)**

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES - a) Ativos Contingentes - Não há ativos contingentes a serem divulgados. **b) Passivos Contingentes – Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Outros -** Totalizam R$ 16.960 (R$ 16.083 em 31.12.2023) e estão representados, substancialmente, contingências fiscais no montante de R$ 16.927 (R$ 16.018 em 31.12.2023), referente ao processo onde se discute os valores das comissões pagas para fins de apuração do IRPJ e CSLL, cujo efeito no resultado está registrado em "Despesas com tributos" – Nota 10(a-II). Em 31.12.2024, não há passivos contingentes cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como perda possível. Os depósitos judiciais vinculados às contingências estão registrados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais".

10. TRIBUTOS - a) Composição das despesas com impostos e contribuições - I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2024	2023
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**69.148**	**69.877**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(27.659)	(27.951)
(Inclusões)/ Exclusões Permanentes	**6.104**	**6.009**
Juros sobre capital próprio	5.600	5.432
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas e outros	504	577
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(21.555)**	**(21.942)**

II. Despesas com tributos

	2024	2023
PIS/COFINS	(5.279)	(4.792)
Contingências fiscais	(909)	(1.078)
Outras	(648)	(779)
Total	**(6.836)**	**(6.649)**

b) Créditos tributários e previdenciários

	31.12.2024	31.12.2023
Impostos a compensar	24	34
Créditos tributários de diferenças temporárias [1]	5.474	5.441
Total	**5.498**	**5.475**

[1] Representados substancialmente por contingência fiscal no montante de R$ 3.269 (R$ 2.906 em 31.12.2023) e sobre risco de crédito de operações de seguros no montante de R$ 1.608 (R$ 2.114 em 31.12.2023).

Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2034	Total [1]
Créditos tributários	1.789	3.451	181	26	27	-	5.474

[1] Ajuste a valor presente de R$ 4.533, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

c) Impostos e encargos sociais a recolher

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto retido na fonte	275	255
ISS retido	131	121
IOF	6.744	6.862
Contribuições previdenciárias e outras	265	254
Total	**7.415**	**7.492**

d) Impostos e contribuições a pagar

	31.12.2024	31.12.2023
IRPJ e CSLL	14.477	15.757
Pis e Cofins correntes	398	449
Outras	2.101	2.037
Total	**16.976**	**18.243**

11. INTANGÍVEL - Totaliza R$ 47.147 (R$ 48.972 em 31.12.2023) relativo a contrato de representação para a comercialização de garantia estendida. O valor é amortizado de acordo com a comercialização do produto e diferido conforme apropriação dos prêmios ganhos.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Ações - O Capital Social no montante de R$ 172.361 (R$ 172.361 em 31.12.2023) está representado por 68.270.384 (68.270.384 em 31.12.2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31.12.2024	
Acionistas	**Quantidade**	**%**
Banco Safra S.A.	68.268.595	99,99%
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	1.789	0,01%
Total	**68.270.384**	**100,00%**

b) Dividendos - Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 0,1% do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias. Em Reunião da Diretoria realizada em 31.12.2024, foi declarado juros sobre o capital aos acionistas no montante de R$ 14.000 (R$ 11.900 líquido do IR), registrados em "Obrigações a pagar", e pagos em 2025. Em Reunião da Diretoria realizada em 09.09.2024, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 35.000, a débito da conta de Reserva de Lucros. Em Reunião da Diretoria realizada em 27.12.2023, foi declarado juros sobre capital próprio aos acionistas no montante de R$ 13.580 (R$ 11.543 líquido de IR) registrados em "Obrigações a pagar", e pagos em 2024. Em Reunião da Diretoria realizada em 27.02.2023, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 20.000, a débito da conta de Reserva de Lucros. **c) Reserva de lucros**

	31.12.2024	31.12.2023
Reservas de lucros	48.178	49.585
Legal	16.964	14.584
Especial [1]	31.214	35.001

[1] Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades. O saldo de referida reserva está limitado a 95% do capital social. Eventual necessidade de reenquadramento é realizado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

13. GESTÃO DE RISCOS

A Safra Seguros Gerais S.A. mantém em conformidade com a estrutura do seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de políticas, normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposto, além de controles internos que asseguram o cumprimento das políticas estabelecidas. A Companhia concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de crédito, mercado, subscrição, operacional e liquidez em cada área de risco, respectivamente, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. A Resolução CNSP 388/2020 dividiu as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) em quatro segmentos, de acordo com o grupo em que pertence e valores de prêmios e provisões técnicas, sendo a Safra Seguros Gerais classificada como S2. A Resolução CNSP 416/2021 dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos, incluindo a Gestão do Risco de Liquidez como disciplina obrigatória. Ademais, a circular SUSEP nº 638/2021 definiu os requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas supervisionadas, estabelecendo as diretrizes para o risco de segurança cibernética. Para assegurar a aderência aos normativos regulatórios, a Companhia incorporou as novas definições na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e na respectiva Política de Gestão de Riscos própria. **a) Risco de Crédito -** O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras (Nota 6(a-II)). Com o intuito de manter o risco de crédito da Companhia em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos. As decisões são tomadas de forma colegiada pela Diretoria, tendo como responsabilidades (i) analisar de forma detalhada as carteiras de crédito, (ii) acompanhar limites de concentração por ressegurador, (iii) definir metodologias de cálculo do risco de crédito e testes de estresse, (iv) definir métricas para apuração do risco, (v) garantir o alinhamento estratégico entre as áreas e uma visão sistêmica do Risco de Crédito, (vi) garantir um fórum de discussão técnica para a avaliação de impactos quanto a alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias que envolvam o ciclo de crédito, (vii) aprovar os principais indicadores para controle de exceções às políticas, (viii) acompanhar os critérios utilizados no exercício de estresse e os resultados obtidos. O risco de crédito em operações com resseguradoras, discriminadas por classe, categoria de risco *(rating)* e percentual de participação de cada resseguradora em relação à exposição total, são:

Classe Ressegurador	Resseguradora	Rating	Agência	Exposição
Local	IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	A-	AM Best	30,09%
Admitida	HANNOVER RUCK SE	A+	AM Best	14,17%
Admitida	Everest Reinsurance Company	A+	AM Best	19,73%
Local	Chubb Resseguradora do Brasil S.A.	A+	AM Best	0,43%
Local	AXA XL RESSEGUROS S.A	A+	AM Best	8,52%
Local	SCOR Brasil Resseguros S.A	A	AM Best	14,82%
Local	Austral RE	A-	AM Best	10,46%
Admitida	TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	A++	AM Best	0,76%
Admitida	CATLIN RE SWITZERLAND LTD	A+	AM Best	0,42%
Total				**100,00%**

b) Risco de Mercado - Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Companhia. A política que rege a gestão de risco de mercado - Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência. **c) Risco de Subscrição -** Define-se risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Companhia possui política de subscrição de riscos, em que estão descritas todas as regras para a análise e aceitação de riscos, além de diretrizes para os riscos sujeitos à análise prévia, bem como os riscos excluídos. A avaliação dos riscos envolve as atividades abaixo descritas: i. Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro; ii. Definição política de aceitação e subscrição de riscos; iii. Criação de novos produtos; iv. Gestão de resultado de apólices e produtos; v. Acompanhamento de mercado; e vi. Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos. Os principais ramos operados pela Companhia são: Compreensivo Empresarial, Residencial, Responsabilidade Civil Geral, D&O, Riscos Diversos, Garantia Estendida e Garantia Segurado. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. Suplementarmente, a Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças na frequência e nos custos dos sinistros, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia e seu resultado é refletido, se necessário, nos ajustes das provisões técnicas. O risco de crédito assumido com as resseguradoras para as quais é repassado o risco de subscrição está demonstrado na Nota 13(a). I. Análise de sensibilidade do risco de seguro: A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31.12.2024		
Premissas atuariais [1, 2]	**Bruta de Resseguros**	**Resseguros**	**Líquida de Resseguros**
Aumento de 5% na sinistralidade	(129)	45	(84)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(6)	-	(6)
Redução de 5% na sinistralidade	129	(45)	84
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	6	-	6

[1] Os montantes apresentados referem-se aos impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquido de impostos. [2] A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR).

II. Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

	2024						2023
Ramo de atuação	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Total**	**Total**
Grupo Patrimonial [1]	50.716	16.786	10.486	32.442	4.856	115.286	89.784
Demais ramos [2]	5.943	332	51	136	9	6.471	12.280
Total em 2024 [3]	**56.659**	**17.118**	**10.537**	**32.578**	**4.865**	**121.757**	**102.064**
Total em 2023 [3]	**54.713**	**21.054**	**6.139**	**16.748**	**3.410**	**102.064**	

[1] Referem-se substancialmente aos ramos Riscos Diversos, Garantia Estendida e Compreensivos Empresarial e Residencial. [2] Referem-se substancialmente aos ramos de Seguro Garantia, RC Geral e D&O. [3] A concentração de riscos não contempla riscos vigentes e não emitidos, retrocessão e cosseguro cedido que perfazem um total de R$ 4.335 (R$ (1.853) em 2023).

III. Limites de retenção - Os limites máximos individuais de retenção em 31.12.2024, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de Seguro	Limite de Retenção (R$ mil)
Compreensivo Empresarial e Residencial	2.000
Riscos Diversos e RC Geral	2.000
Lucros Cessantes e D&O	500
Garantia Estendida	500
Garantia – Setores Público e Privado	5.000

d) Risco Operacional - Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas da Companhia e nos Comitês específicos. Dessa definição estão excluídos os riscos reputacional ou de imagem e o estratégico ou de negócios. A Área de Risco Operacional é uma unidade de controle (UC) independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. É responsável pela identificação e monitoramento de riscos operacionais e avaliação da necessidade de controle e mitigação, bem como pela elaboração, disseminação e manutenção da política de Risco Operacional. É, também, responsável por atender as exigências emanadas da Resolução CNSP 416/2021 que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos e a Circular SUSEP 648/2021 no que tange o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e a definição

(continua)

(continuação)

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - EM MILHARES DE REAIS

da Risco Operacional. A gestão do Risco Operacional é realizada pela empresa líder do Conglomerado, sendo esta também responsável pela definição e acompanhamento de indicadores para o apetite ao Risco Operacional, bem como cálculo do capital econômico em cenários base e estresse, que contemplam a Companhia. **e) Risco de Liquidez -** Define-se como risco de liquidez a possibilidade das supervisionadas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. O Safra gerencia seu risco de liquidez em linha com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNSP nº 416/2021. **f) Risco Cibernético -** Define-se como risco cibernético a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados e informações em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos e sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão.

14. EXIGÊNCIA DE CAPITAL - Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que estão sujeitas, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR): **(a)** O Capital base exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R$ 15.000. **(b)** O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP 432/2021. Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	31.12.2024	31.12.2023
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**170.168**	**169.785**
Nível 1	167.919	167.535
Nível 2	-	-
Nível 3	2.250	2.250
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e 3	-	-
- Patrimônio Líquido	220.539	221.946
- Ajustes contábeis	(50.371)	(52.161)
(-) Créditos tributários de diferença temporária que excederem 15% do CMR	(3.224)	(3.189)
(-) Ativos intangíveis	(47.147)	(48.972)
Capital Mínimo Requerido (CMR) – Maior entre A e B	**15.000**	**15.000**
- Capital base (A)	15.000	15.000
- Capital de risco (B)	14.219	12.756
- de subscrição	11.584	10.162
- de risco de crédito	3.005	2.917
- de risco operacional	765	689
- de risco de mercado	455	590
- benefício da diversificação	(1.569)	(1.602)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	**155.168**	**154.785**

15. PARTES RELACIONADAS - a) Remuneração da Administração - Em ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28.03.2024, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R$ 2.000 (R$ 2.000 em 2023).

	2024	2023
Remuneração Administração	(1.229)	(1.108)

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas -** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
Disponibilidades – Nota 4 [1]	1.370	1.850	-	-
Obrigações a pagar - Dividendos/JCP Banco Safra	(11.804)	(11.547)	-	-
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros líquidos / Comissões.	13.421	7.525	(19.532)	(18.299)
SIP Administração e Participação Ltda.	9.260	4.477	(17.572)	(17.319)
Mataca Corretora de Seguros	4.161	3.048	(1.960)	(980)
Despesas administrativas – Aluguéis – Lebec Participações Ltda.	-	-	(248)	(227)
Doações - Institutos Safra	-	-	(1.149)	(1.120)

[1] Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra (controlador). Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 5(a-I).

16. OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Comitê de Auditoria - Foi constituído Comitê de Auditoria próprio da Safra Seguros Gerais S.A. nos moldes da Resolução CNSP 432/2021, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02.06.2022 e homologado por meio da Portaria CGRAJ/SUSEP 881/2022, publicada no Diário Oficial da União de 22.06.2022. O referido comitê é composto por cinco membros independentes.

DIRETORIA

ALBERTO MONTEIRO DE Q NETTO
ANDRE SOTNIK
CARLOS PELÁ
ENRICA MORPURGO
GUILHERME MEISTER
JOÃO CARLOS CARDOSO BOTELHO
JOSÉ OLYMPIO DA VEIGA PEREIRA
LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI
MARCOS LIMA MONTEIRO

ALEXEI DE BONA - Contador - CRC nº PR038459/O-3
DELVO SABINO SANTIAGO - Atuário Responsável Técnico - MIBA 1150

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Safra Seguros Gerais S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Mensuração e registro das provisões técnicas* - Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 d) às demonstrações contábeis, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2024, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros no montante de R$ 186.591 mil, representando 68,36% do total dos seus passivos. Em razão da relevância dos saldos dessas provisões técnicas, de certas provisões técnicas envolverem julgamento da Administração e da subjetividade envolvida na determinação de modelos e na seleção de premissas, tais como taxa de desconto, taxa de cancelamento, desenvolvimento histórico de sinistros, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação e, quando aplicável, de efetividade de controles internos chave relacionados ao processo de registro e mensuração de certas provisões técnicas de seguros; (iii) testes, em base amostral, da exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e das premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios, os modelos e as premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria e na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, à época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Safra Seguros Gerais S.A. São Paulo - SP

Escopo da auditoria - Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade da cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração - A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção da Companhia estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião - Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores da solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos - No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45

Felipe Fiori Amado
MIBA 2.385

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário de caráter permanente, responsável pelo cumprimento das atribuições e das responsabilidades previstas na Resolução CNSP nº 432/2021. O Comitê reporta-se diretamente à Diretoria e à Assembleia, e atualmente é composto por 05 (cinco) membros independentes. O Comitê desenvolve suas atividades com base nas disposições de seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia. Durante o 2º semestre de 2024, o Comitê de Auditoria exerceu as seguintes atividades no âmbito de suas atribuições: • Revisão e aprovação das Demonstrações Contábeis referentes ao período findo em 30.06.2024; • Reunião com o sócio da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditoria contábil, acerca dos resultados dos trabalhos de auditoria; • Elaboração do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria; • Apreciação da apresentação sobre o Índice Combinado (Safra e Alfa); • Reuniões com representantes das áreas de Atendimento Regulamentar, Compliance, Ouvidoria, Segurança da Informação e Controles Internos; • Apreciação de apresentação sobre a Autoavaliação de Risco e Solvência ("ORSA"); • Acompanhamento dos planos de ação relativos ao Relatório de Controles Internos da Auditoria Externa; • Apreciação de apresentações sobre Auditoria Interna com atualização do planejamento anual; • Planejamento dos trabalhos da Auditoria Interna para 2025; • Planejamento do Comitê de Auditoria para o exercício de 2025; • Apreciação dos Resultados dos trabalhos da Auditoria Interna referente ao ano de 2024; e • Avaliação da Auditoria Interna, Auditoria Externa Contábil e Atuarial e Autoavaliação do Comitê. Diante dos trabalhos reportados, o Comitê considera adequada a efetividade dos sistemas de controle interno da companhia, das

(continua)

(continuação)

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 06.109.373/0001-81

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.

auditorias independentes e auditoria interna. Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independentes, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia. Não houve recomendações significativas apresentadas à diretoria e não foram identificadas situações nas quais existam divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras do período findo em 31.12.2024. Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que as Demonstrações Contábeis da Sociedade, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Parecer da Auditoria Independente, referentes ao período findo em 31.12.2024, são adequados, uma vez que foram elaborados conforme a regulamentação vigente, notadamente as emanadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência Nacional de Seguros Privados - SUSEP, e práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

Comitê de Auditoria

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Safra Vida e Previdência S.A. e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Conjuntura Econômica - A atividade econômica brasileira continuou em expansão no segundo semestre de 2024, beneficiada pelo crescimento da demanda doméstica. A balança comercial acumulou superávit de US$ 75 bilhões no ano passado, o segundo melhor resultado da série histórica, mas incertezas externas e domésticas contribuíram para a desvalorização da nossa moeda. O IPCA acumulado em doze meses ficou próximo de 4,9% em 2024. Nesse ambiente, o Banco Central iniciou um ciclo de aumento da taxa básica de juros em setembro e levou a taxa Selic para 12,25% a.a. em dezembro, reafirmando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante.

Desempenho - A Safra Vida e Previdência S.A. encerrou o ano de 2024 com patrimônio líquido de R$ 405 milhões e lucro líquido de R$ 257 milhões. Os ativos totais totalizaram R$ 29,1 bilhões, representados basicamente por aplicações em títulos e valores mobiliários vinculados à garantia de provisões técnicas e crédito de operações com seguradoras e resseguradoras. Os prêmios emitidos líquidos somaram R$ 602 milhões no ano de 2024 e o índice de sinistralidade foi de 5,9% no mesmo período.

Diretoria
São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		**1.007.686**	**913.545**
Disponibilidades	4	33.779	4.519
Aplicações	5(a)	787.306	755.382
Créditos das operações com seguros e resseguros		90.592	65.371
Prêmios a receber	6(a-I)	88.711	63.167
Operações com seguradoras e resseguradoras		1.881	2.204
Outros créditos operacionais		4.277	-
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	6(b)	2.967	4.990
Títulos e créditos a receber		7.231	16.378
Créditos a receber		-	10.737
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	6.447	5.358
Outros créditos		784	283
Despesas antecipadas		350	52
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	81.165	66.870
NÃO CIRCULANTE		**28.060.623**	**23.738.529**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		28.059.549	23.737.660
Aplicações	5(a)	27.918.728	23.588.472
Créditos das operações com seguros - Prêmios a receber	6(a-I)	32.428	54.393
Títulos e créditos a receber		4.986	5.413
Depósitos judiciais	9(b)	123	31
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	4.863	5.382
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	103.407	89.382
INTANGÍVEL		1.074	869
TOTAL DO ATIVO		**29.068.309**	**24.652.074**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		**430.924**	**355.511**
Contas a pagar		49.746	35.210
Obrigações a pagar		28.939	20.201
Impostos e encargos sociais a recolher	10(c)	11.162	7.898
Encargos trabalhistas		402	622
Impostos e contribuições a pagar	10(d)	9.243	6.489
Débitos das operações com seguros e resseguros		31.739	29.883
Operações com resseguradoras	6(h)	1.726	1.702
Corretores de seguros e resseguros	6(c-I)	24.900	22.202
Outros débitos operacionais		5.113	5.979
Depósitos de terceiros	6(i)	98	6.126
Provisões técnicas - Seguros		341.799	277.279
Pessoas	6(d)	311.211	264.306
Vida com cobertura por sobrevivência	6(e)	30.588	12.973
Provisões técnicas - Previdência complementar - PGBL	6(e)	7.542	7.013
NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**28.232.227**	**23.851.855**
Provisões técnicas - Seguros		24.658.690	20.594.624
Pessoas	6(d)	299.406	250.298
Vida com cobertura de sobrevivência	6(e)	24.359.284	20.344.326
Provisões técnicas - Previdência complementar - PGBL	6(e)	3.573.083	3.255.813
Outros débitos - Contingências	9(b)	454	1.418
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**11**	**405.158**	**444.708**
Capital social		222.435	147.435
Reservas de lucros		182.723	297.273
TOTAL DO PASSIVO		**29.068.309**	**24.652.074**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2024	2023
OPERAÇÕES DE SEGUROS	6(j-I)	361.174	337.255
PRÊMIOS GANHOS	6(j-I)	502.911	461.462
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3)) e 12(c-II)	602.273	537.105
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	(99.362)	(75.643)
SINISTROS OCORRIDOS	6(j-I)	(29.544)	(26.848)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	6(c-II) e 6(j-I)	(113.328)	(96.980)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	6(j-I)	813	2.655
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(j-I)	322	(3.034)
Recuperação de Sinistros e Despesas		314	1.485
Despesas com Repasses de Resseguros		(2.205)	(2.250)
Outros resultados com resseguro		2.213	(2.269)
OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIAS COMPLEMENTAR		(123)	(294)
RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES		3.530.818	2.179.588
CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER		(3.530.818)	(2.179.588)
VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS		(119)	(164)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4)	(130)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	(32.282)	(32.542)
DESPESAS COM TRIBUTOS	10(a-II)	(30.522)	(30.893)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	106.941	103.075
Receitas financeiras		2.338.563	2.583.507
Despesas financeiras		(2.231.622)	(2.480.432)
RESULTADO PATRIMONIAL		-	(4)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**405.178**	**376.597**
IMPOSTO DE RENDA	10(a-I)	(90.400)	(85.640)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10(a-I)	(57.328)	(54.293)
LUCRO LÍQUIDO		**257.450**	**236.664**
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações		**72,95**	**67,06**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO		**257.450**	**236.664**
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE		**257.450**	**236.664**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido dos períodos		257.450	236.664
Ajustes ao lucro líquido		146.182	140.256
Depreciações e amortizações		330	152
Provisões/(Reversões) para risco de crédito	6(j-I)	(2.959)	(640)
Provisões técnicas - PCC e PDR	6(e-II)	119	164
Provisões para contingências		964	647
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	10(a-I)	147.728	139.933
Variação das contas patrimoniais		(163.444)	(153.094)
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado		(2.213.095)	(724.212)
Vinculados a garantia de provisões técnicas de seguros		(2.226.536)	(692.861)
Seguros		(123.280)	(11.140)
Previdência - PGBL/VGBL		(2.103.256)	(681.721)
Cobertura excedente		12.641	(31.351)
Operações de seguros e resseguros		2.185.438	718.779
Créditos e débitos da operações com seguros e resseguros (Ativos e Passivos)		1.557	3.322
Prêmios a receber		(2.618)	4.854
Operações com seguradoras e resseguradoras		4.175	(1.532)
Provisões técnicas		2.222.221	747.424
Seguros		97.908	78.811
Previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência		2.124.313	668.613
Custos de aquisição diferidos		(28.340)	(36.967)
Títulos e créditos a receber e outros créditos operacionais		5.003	2.298
Contas a pagar e outros débitos		(3.046)	17.533
Impostos pagos		(146.944)	(162.402)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		240.188	223.826
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicação no intangível		(535)	(231)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(535)	(231)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	11(b)	(289.100)	(170.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(289.100)	(170.000)
AUMENTO(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(49.447)**	**53.595**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		192.851	139.256
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	143.404	192.851
AUMENTO(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(49.447)**	**53.595**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023	**147.435**	**249.709**	**-**	**397.144**
Resultado líquido do período	-	-	236.664	236.664
Destinação:				
Reserva especial	-	217.564	(217.564)	-
Juros sobre capital próprio - Nota 11(b)		-	(19.100)	(19.100)
Dividendos - Nota 11(b)	-	(170.000)	-	(170.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**147.435**	**297.273**	**-**	**444.708**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**47.564**	**-**	**47.564**
Aumento de capital	75.000	(75.000)	-	-
Resultado líquido do período	-	-	257.450	257.450
Destinação:				
Reserva legal	-	12.873	(12.873)	-
Reserva especial	-	139.577	(139.577)	-
Juros sobre capital próprio - Nota 11(b)	-	-	(27.000)	(27.000)
Dividendos - Nota 11(b)	-	(192.000)	(78.000)	(270.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**222.435**	**182.723**	**-**	**405.158**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**75.000**	**(114.550)**	**-**	**(39.550)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Safra Vida e Previdência S.A. ("Companhia e/ou Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo Banco Safra S.A, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - Susep a operar em seguros do ramo vida e previdência complementar, inclusive Vida Gerador de Benefícios Livres - VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, atuando em todas as regiões do Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades de Previdência Privada, nas operações de renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida em geral, tais como definidas na competente legislação em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) Apresentação das Demonstrações Contábeis - As Demonstrações Contábeis da Safra Vida e Previdência S.A., aprovadas pela Diretoria em 20.02.2025, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Susep, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular Susep nº 648/2021. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Novas normas contábeis aplicáveis neste período e em períodos futuros -** CPC 48 – Instrumentos financeiros, que estabelece um novo modelo para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, entrou em vigor partir de 01.01.2018. Por meio da Circular nº 678/2022, a Susep recepcionou o CPC 48, que entrou em vigor a partir de 02.01.2024, no que não contrariarem as demais normas proprietárias. Não há impactos relevantes pela adoção de tais normativos. CPC 50 – Contratos de Seguros, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de Demonstrações Financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Susep ainda não recepcionou esta normativa. Neste período, não entraram em vigor outras novas normas contábeis que poderiam afetar materialmente essas Demonstrações Contábeis. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Fluxos de caixa** - I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração dos fluxos de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O método de apresentação dos fluxos de caixa é o indireto, sendo que os fluxos de caixa de atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos, e os operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Seguradora. **b) Aplicações e instrumentos financeiros derivativos -** I. Classificação A classificação dos instrumentos financeiros segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros é realizada em função dos Modelos de Negócios adotados pela Administração. O uso de Modelos de Negócios é a maneira como a Seguradora realiza a gestão de seus ativos financeiros para geração de fluxo de caixa e consideração dos riscos envolvidos. Cada Modelo de Negócios determina, entre outros, se os fluxos de caixa resultarão da coleta de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Dessa forma, após definido os Modelos de Negócios, os instrumentos financeiros são classificados tanto em função de cada modelo adotado pela Administração para a sua gestão, assim como as características esperadas dos fluxos de caixa contratuais, com o intuito de verificar se há obtenção do critério de recebimento de somente do valor principal acrescido de juros. Essa verificação é dada por meio do Teste de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com isso, os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: • Custo Amortizado ("CA"): utilizada quando os ativos financeiros são gerenciados com o intuito de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; • Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): categoria utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para venda; • Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): utilizada quando a intenção for o de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados e/ou quando os ativos não passam no Teste SPPJ." Nas aplicações estão contidos os recursos garantidores, ativos oferecidos como garantia dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Estes ativos ficam registrados em contas vinculadas à Susep, mantidas junto à B3 e ao SELIC, conforme cada um dos mercados. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **c) Mensuração ao valor justo -** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração da Companhia, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, é mensurado por meio de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, a Companhia utiliza uma quantidade significativa de julgamento para chegar a mensurações do valor justo. **d) Classificação de contratos de seguro e investimento -** Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico o afetar adversamente é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária. Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro

(continua)

(continuação)

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (EM MILHARES DE REAIS)

após sua classificação inicial se o risco de seguro se tornar significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final da sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. **e) Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros** - I. Créditos Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. II. Débitos Operações com seguradoras/ resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/ resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/ resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data de emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. III. Risco de crédito A redução ao valor recuperável em relação aos créditos dos prêmios a receber para seguradoras é efetuada seguindo critérios estabelecidos pela Circular Susep nº 648/2021, atualizada pela Circular Susep nº 678/2022 e é calculada pela Companhia com base em estudo técnico. A metodologia apura fatores de cancelamento por inadimplência, considerando a carteira de negócios (ramo) e prazo de vencimento, categorizando as parcelas em vencidas e a vencer. As mesmas circulares se aplicam ao valor recuperável referentes aos créditos de sinistros a recuperar e é realizada com base em estudo técnico, que considera tanto o histórico de perdas quanto à capacidade de pagamento da resseguradora. As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registradas concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados tanto às seguradoras quanto às resseguradoras, visto que se não há mais expectativa de recebimento do prêmio e, logo, não haverá também expectativa de repasse destes valores. **f) Ativos de resseguros – Provisões técnicas** - Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro. As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **g) Custos de aquisição diferidos** - Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo de correspondente contrato de seguro. **h) Títulos e créditos a receber** - Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo. **i) Intangível** - Corresponde a ativos não monetários e sem substância física, e que são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Os intangíveis estão representados substancialmente por softwares e gastos com desenvolvimento de sistemas, são registrados ao custo e amortizados utilizando-se o método linear pelo prazo de vida útil estimada, ajustados por redução ao valor recuperável (impairment). **j) Redução ao valor recuperável – Ativos não financeiros** - A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente, for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Companhia efetua o reconhecimento no resultado do período, de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável desses ativos, que eventualmente surgirem. **k) Provisões técnicas de seguros e previdência complementar** - As provisões técnicas de seguros e previdência complementar são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela Susep e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021, pela Circular Susep nº 648/2021, e alterações posteriores. I. Seguros: • Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros e despesas a ocorrer referentes aos riscos assumidos na data de cálculo, independentemente de sua emissão, correspondente ao período de vigência a decorrer. É calculada com base no prêmio comercial, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido, contemplando também a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE). Entre a emissão e o início de vigência do risco, considera-se o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada pro rata die. A PPNG relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do ressegurador; • Provisão de sinistros a liquidar (PSL): calculada com base em estimativa do valor da eventual indenização, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com as normas da Susep. A PSL judicial é constituída independentemente da probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos; • Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos, mas ainda não reportados à Seguradora; • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas aos sinistros ocorridos (avisados ou não). O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor das despesas a serem pagas. II. Previdência complementar: • Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) e concedidos (PMBC): constituídas para cobertura dos compromissos assumidos com os participantes/segurados, na fase de acumulação (PMBAC) e na fase de concessão de benefícios (PMBC), dos planos estruturados no regime financeiro de capitalização, e conforme nota técnica atuarial aprovada pela Susep. • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura de todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações e benefícios, em função de sinistros ocorridos e a ocorrer (regime financeiro de capitalização). • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF): constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes financeiros, conforme regulamentação em vigor, caso haja previsão contratual. III. Provisão Complementar de Cobertura – PCC: A provisão será constituída quando for constatada insuficiência, relacionada às provisões técnicas PPNG, Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). IV. Teste de Adequação de Passivos – TAP: O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro (exceto DPEM e Seguro Habitacional do SFH) e de previdência complementar aberta estão adequados, por meio da confrontação do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado semestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Susep nº 648/2021, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia. O resultado do TAP é a diferença entre i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e ii) a soma do saldo contábil na data-base de todas as provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular Susep nº 648/2021, com base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (déficit ou superávit) entre os seis macro fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais. A insuficiência detectada nas provisões PPNG, PMBC e PMBAC será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC (conforme item anterior). Já os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuadas nas próprias provisões. **l) Apuração de resultado de operações de seguros e previdência complementar** - Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e as respectivas custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular Susep nº 648/2021, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. As receitas de contribuições previdenciárias são reconhecidas por ocasião de seu recebimento. Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguros – provisões técnicas. **m) Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Susep, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. **n) Benefícios a empregados** - Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na Demonstração do Resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Safra Vida e Previdência reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. A Safra Vida e Previdência não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria, como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. Adicionalmente, a Safra Vida e Previdência não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave da Administração e empregados. **o) Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de Renda [1]	Contribuição Social	PIS	COFINS	ISS
Seguradoras	25%	15%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%. Os tributos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das Demonstrações Financeiras. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para prêmios a receber, das provisões para passivos contingentes, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **p) Lucro por ação** - Conforme o CPC 41 – Resultado por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. **q) Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos** - A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes, (ii) provisões técnicas de seguros, resseguros e previdência complementar e teste de adequação do passivo, (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado, (v) amortizações de ativos intangíveis e (vi) créditos tributários. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) Classificação em Circulante e Não Circulante** - Ativos e Passivos cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base da Demonstração Contábil deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Circulantes. Já os itens patrimoniais cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à mesma data-base deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Não Circulantes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Disponibilidades	33.779	4.510
Bancos – Nota 14(b)	1.751	4.510
Valores em trânsito [1]	32.027	-
Fundos de investimentos exclusivos – Nota 5(a-I)	109.625	188.341
Total	**143.404**	**192.851**

[1] Em 31.12.2023, registrados em "Títulos e créditos a receber – Créditos a receber".

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS

a) Aplicações - Carteira - I. Composição

	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor Justo – Sem vencimento [2]	%	Valor Justo – Sem vencimento [2]	%
Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-III)	**28.706.033**	**100,00**	**24.343.854**	**100,00**
Fundos de investimentos exclusivos – Livres – Nota 4 [1]	109.625	0,38	188.341	0,77
Recursos garantidores de reservas técnicas – Notas 5(a-III) e 6(g)	28.596.408	99,62	24.155.513	99,23
Provisões técnicas a serem garantidas – Provisões técnicas	28.530.074	99,39	24.076.538	98,90
Cotas de fundos de investimentos – PGBL/VGBL	27.918.728	97,26	23.588.472	96,90
Cotas de fundos de investimentos – Seguros [1]	611.346	2,13	488.066	2,00
Cobertura excedente	66.334	0,23	78.975	0,32

[1] Referem-se a cotas de fundos de investimentos exclusivos administrados pelas empresas do Grupo Safra (Parte Relacionada) – Nota 14(b). A carteira dos fundos de investimentos livres está composta substancialmente por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e a carteira dos fundos vinculados à garantia de seguros está composta substancialmente por títulos públicos. [2] Durante os períodos findos em 31.12.2024 e 31.12.2023 não houve ganhos e/ou perdas não realizados adicionais ao custo contábil das respectivas carteiras dos fundos de investimentos que já são originalmente mensurados a valor justo. Desta forma, o saldo referente ao valor justo é igual ao saldo do custo contábil.

II. Movimentação das aplicações

	01.01. a 31.12.2024				01.01 a 31.12.2023
		Recursos garantidores de reservas técnica			
Cotas de fundos de investimentos	Livres	PGBL/ VGBL	Seguros	Total	Total
Saldo no início do período	**188.341**	**23.588.472**	**567.041**	**24.343.854**	**21.091.388**
Movimentação financeira	(102.365)	2.103.255	44.936	2.045.826	693.369
Aquisição no período	1.721.836	2.367.930	137.336	4.227.102	3.749.125
(Vendas/Resgates) no período	(1.824.201)	(264.675)	(92.400)	(2.181.276)	(3.055.756)
Resultado financeiro – Receita/(Despesa) – Nota 5(c)	23.649	2.227.001	65.703	2.316.353	2.559.097
Saldo no final do período	**109.625**	**27.918.728**	**677.680**	**28.706.033**	**24.343.854**

III. Hierarquia do valor justo

	31.12.2024			31.12.2023
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos de investimentos exclusivos - Livres	109.625	-	109.625	188.341
Recursos garantidores de reservas técnicas - Notas 5(a-I) e 6(g)	13.080.868	15.515.540	28.596.408	24.155.513
Cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL	12.403.188	15.515.540	27.918.728	23.588.472
Operações compromissadas - Títulos Públicos - LTN	259.683	-	259.683	-
Títulos Públicos - Tesouro Nacional	11.912.759	-	11.912.759	9.311.584
Títulos Privados	230.746	15.602.952	15.833.698	14.297.593
Ações	230.746	-	230.746	385.434
Certificados de depósitos bancários	-	724.345	724.345	295.871
Cotas de fundos de investimentos	-	7.742.083	7.742.083	6.865.686
Letras financeiras	-	3.566.727	3.566.727	4.218.791
Debêntures	-	3.382.305	3.382.305	2.343.713
Nota promissória	-	187.492	187.492	188.098
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	-	-	-	1.722
Contas a pagar	-	(87.412)	(87.412)	(22.427)
Cotas de fundos de investimentos - Seguros	677.680	-	677.680	567.041
Total em 31.12.2024 - Nota 5(a-I)	**13.190.493**	**15.515.540**	**28.706.033**	**24.343.854**
Total em 31.12.2023 - Nota 5(a-I)	**10.452.400**	**13.891.454**	**24.343.854**	

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC, B3 e ANBIMA). Nível 3 - técnicas de avaliação, para quaisquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 31.12.2024 e 31.12.2023 não havia títulos e valores mobiliários classificados no Nível 3. **b) Instrumentos financeiros derivativos** - I. Próprios - Durante os períodos findos em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não detinha operações próprias de instrumentos financeiros derivativos. II. Recursos garantidores de fundos de investimentos PGBL/VGBL - Composição do valor referencial por tipo de operação

	31.12.2024				31.12.2023
	Valores por prazos de vencimentos				
B3	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Futuro - nível 1	160.371	7.138	1.611.686	1.779.195	1.694.965
Comprado	79.153	-	4.690	83.843	324.427
Taxa de juros	1.846	-	4.690	6.536	295.018
Moeda estrangeira	72.566	-	-	72.566	29.409
Índice Bovespa	4.741	-	-	4.741	-
Vendido	81.218	7.138	1.606.996	1.695.352	1.370.538
Taxa de juros	9.591	7.138	1.606.996	1.623.725	1.237.475
Moeda estrangeira	56.430	-	-	56.430	83.907
Índice Bovespa	15.197	-	-	15.197	49.156
Opções	2.793	-	-	2.793	109.859
Comprado	1.918	-	-	1.918	69.059
Vendido	875	-	-	875	40.800
Total em 31.12.2024	**163.164**	**7.138**	**1.611.686**	**1.781.988**	**1.804.824**
Total em 31.12.2023	**268.729**	**37.298**	**1.498.797**	**1.804.824**	

c) Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas/(Despesas) de ativos financeiros	**2.338.563**	**2.583.507**
Receitas com títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos	2.316.353	2.559.097
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Nota 5(a-II)	2.316.353	2.559.097
Livres e cobertura excedente	23.649	16.416
Vinculados a garantia	2.292.704	2.542.681
PGBL/VGBL	2.227.001	2.476.091
Seguros	65.703	66.590
Receitas financeiras com operações de seguros	21.697	23.792
Juros sobre recebimento de prêmios - Nota 6(a-I(3))	22.669	23.694
Resseguros cedidos - Nota 6(b-II)	(972)	98
Outras	513	618
(Despesas)/Receitas de passivos financeiros	**(2.231.622)**	**(2.480.432)**
Operações de seguros	(3.277)	(4.051)
Atualização monetária - Nota 6(d-II)	123	(497)
Repasse de juros sobre recebimentos de prêmios	(3.400)	(3.554)
Despesas financeiras sobre PGBL e VGBL - Nota 6(e-II)	(2.226.059)	(2.473.638)
Provisão matemática	(2.223.490)	(2.470.151)
Concedidos	(2.569)	(3.487)
Outras	(2.286)	(2.589)
Resultado financeiro líquido	**106.941**	**103.075**

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) Créditos das operações com seguros e resseguros - I. Prêmios a receber - Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. 1) Composição dos saldos

	31.12.2024					31.12.2023	
	Prêmios a receber – Nota 6 (a-I (2))	Riscos vigentes e não emitidos	Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-II)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)
Prestamista	94.233	9.740	(2.863)	101.110	20	109.672	20
Acidentes pessoais	2.003	7.488	(684)	8.807	1	3.738	1
Vida em grupo	1.550	7.630	(708)	8.472	1	3.619	1
Outros	2.463	296	(9)	2.750	39	531	32
Total em 31.12.2024 [1]	**100.249**	**25.154**	**(4.264)**	**121.139**		**117.560**	
Total em 31.12.2023 [1]	**110.388**	**12.398**	**(5.226)**	**117.560**			

[1] Deste montante, R$ (49.713) (R$ (54.862) em 31.12.2023) refere-se a Direitos creditórios sobre prêmios de seguros – Notas 6(p).

2) Parcelas por vencimento - Prêmios a receber

CURSO	31.12.2024	31.12.2023
Parcelas Vencidas:	5.447	6.206
Até 60 dias	4.213	5.050
De 61 a 120 dias	651	719
De 121 a 180 dias	54	47
De 181 a 365 dias	72	37
Acima de 365 dias	457	353
Parcelas Vincendas:	94.802	104.182
Até 60 dias	28.312	19.875
De 61 a 120 dias	7.582	8.817
De 121 a 180 dias	7.023	8.242
De 181 a 365 dias	17.682	10.616
Acima de 365 dias	34.203	56.632
Total	**100.249**	**110.388**

3) Por movimentação no período

	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Saldo no início do período	**117.560**	**125.278**
(+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos – Nota 12(c-II)	602.273	537.105
(-) Recebimentos	(622.325)	(572.225)
(-) Variação de provisão para risco de crédito – Nota 6(a-II)	962	3.708
(+) Juros sobre recebimento de prêmios – Nota 5(c)	22.669	23.694
Saldo no final do período	**121.139**	**117.560**

(continua)

Eufrázio

(continuação)

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (EM MILHARES DE REAIS)

II. Movimentação da provisão para risco de crédito das operações com seguros e resseguros – Nota 3(a-III)

	01.01. a 31.12.2024						01.01. a 31.12.2023
	Prêmios a receber [1]	Operações com Seguros	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros[2]	Crédito de operações com Resseguradoras	Ativos de resseguros – Provisões técnicas	Total	Total
Saldo no início do período	(5.226)	(893)	922	(3.466)	-	(8.663)	(8.032)
Variação da provisão de risco crédito - (Constituição)/ Reversão - Nota 6(j-I)	962	-	(211)	2.234	(21)	2.964	(631)
Saldo no final do período	**(4.264)**	**(893)**	**711**	**(1.232)**	**(21)**	**(5.699)**	**(8.663)**

[1] Nota 6(a-I(1)). [2] A redução ao valor recuperável é composta pelo risco de crédito das seguintes contas e respectivos valores: Prêmio de Resseguro a Repassar no valor de R$ 64 (R$ 51 em 31.12.2023) e Comissão a Pagar sobre prêmios no valor de R$ (775) (R$ (973) em 31.12.2023). **b) Ativos de resseguros – Provisões técnicas** - I. Saldo das provisões técnicas

	31.12.2024					31.12.2023
	PPNG [1,4]	PSL	IBNR e PDR	Subtotal	Total	Total
Prestamista	1.047	494	67	561	1.608	1.672
Acidentes pessoais	332	114	11	125	457	437
Vida em grupo	265	303	338	641	906	2.871
Outros	17	-	-	-	17	-
Subtotal	**1.661**	**911**	**416**	**1.327**	**2.988**	**4.980**
(Provisão)/ Reversão para risco de crédito	-	-	-	-	(21)	-
Total em 31.12.2024	**1.661**	**911**	**416**	**1.327**	**2.967**	**4.980**
Total em 31.12.2023	**1.651**	**2.775**	**554**	**3.329**	**4.980**	

[1] Inclui o montante de R$ 1.662 (R$ 1.651 em 31.12.2023) referente a prêmios de resseguro não proporcional. [2] Inclui 100 (96 em 31.12.2023) casos de sinistros judiciais no montante de R$ 1.249 (R$ 2.775 em 31.12.2023).
II. Movimentação dos ativos de resseguros no período

	01.01 a 31.12.2024			01.01 a 31.12.2023
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	Total	Total
Saldo no início do período	**1.651**	**3.329**	**4.980**	**10.946**
Variação das provisões técnicas	10	314	324	(717)
Recebimento de sinistros	-	(1.344)	(1.344)	(5.368)
Atualização monetária – Nota 5(a)	-	(972)	(972)	119
Saldo no final do período	**1.661**	**1.327**	**2.988**	**4.980**

c) Custos de aquisição diferidos - I. Composição dos saldos

	31.12.2024		31.12.2023	
	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Prestamista	178.961	45	153.039	45
Acidentes Pessoais	2.941	2	1.927	2
Vida em grupo	1.365	3	1.151	3
Outros	327	25	135	20
Total [1]	**184.592**		**156.252**	

[1] Deste montante, R$ 24.900 (R$ 22.202 em 31.12.2023) refere se a comissão líquida registrada na rubrica "Corretores de seguros e resseguros", no Passivo. Inclui provisão para risco de crédito no valor de R$ (775) (R$ (973) em 31.12.2023) – Nota 6(a-II). II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Saldo no início do período	**156.252**	**119.285**
Comissões	141.668	133.947
Apropriação no resultado – Nota 6(j-I)	(113.328)	(96.980)
Saldo no final do período	**184.592**	**156.252**

d) Provisões Técnicas de Seguros – Pessoas - I. Composição dos saldos

	31.12.2024						31.12.2023
		SINISTROS					
Pessoas	PPNG	PSL [1]	IBNR	PDR [2]	Subtotal	Total	Total
Prestamista	544.292	16.556	4.340	834	21.730	566.022	482.086
Acidentes pessoais	19.048	569	843	41	1.453	20.501	14.339
Vida em grupo	11.989	3.531	2.110	268	5.909	17.898	17.270
Outros	6.130	-	66	-	66	6.196	909
Total em 31.12.2024	**581.459**	**20.656**	**7.359**	**1.143**	**29.158**	**610.617**	**514.604**
Total em 31.12.2023	**482.097**	**22.970**	**8.464**	**1.073**	**32.507**	**514.604**	

[1] O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de sinistros judiciais é de R$ 14.553 (R$ 14.619 em 31.12.2023), sendo R$ 9.199 (R$ 6.483 em 31.12.2023) classificados como perda provável, R$ 3.475 (R$ 3.904 em 31.12.2023) como perda possível e R$ 1.879 (R$ 4.232 em 31.12.2023) como perda remota – Nota 3(m). [2] Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 1.142 (R$ 1.055 em 31.12.2023). II. Movimentação das provisões técnicas de seguros no período

	01.01 a 31.12.2024					01.01 a 31.12.2023
		SINISTROS				
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	PSL e PDR judicial	Subtotal	Total	Total
Saldo no início do período	**482.097**	**12.988**	**19.519**	**32.507**	**514.604**	**441.594**
Sinistros Ocorridos	-	25.884	2.856	28.740	28.740	26.330
Variação de provisões técnicas	99.362	-	-	-	99.362	75.643
Sinistros pagos/recuperados	-	(29.629)	(2.337)	(31.966)	(31.966)	(29.460)
Atualização monetária – Nota 5(a)	-	-	(123)	(123)	(123)	497
Saldo no final do período	**581.459**	**9.243**	**19.915**	**29.158**	**610.617**	**514.604**

e) Operações com Previdência Complementar e Vida com cobertura de sobrevivência - I. Saldo das provisões técnicas de vida com cobertura de sobrevivência e previdência complementar

	31.12.2024			31.12.2023		
	PGBL	VGBL	Total	PGBL	VGBL	Total
Provisões matemáticas	**3.570.035**	**24.347.503**	**27.917.538**	**3.251.854**	**20.333.301**	**23.585.155**
Benefícios a conceder	3.539.455	24.345.251	27.884.706	3.221.346	20.331.485	23.552.831
Benefícios concedidos	30.540	2.212	32.752	30.431	1.741	32.172
PEF	40	40	80	77	75	152
Outras provisões técnicas	**5.693**	**12.185**	**17.878**	**6.339**	**11.420**	**17.759**
PDR	5.693	12.185	17.878	6.339	11.420	17.759
Benefícios a conceder	4.562	11.961	16.553	5.023	11.333	16.356
Benefícios concedidos	1.131	224	1.325	1.316	87	1.403
Provisão de resgates a processar [1]	**4.897**	**30.184**	**35.081**	**4.633**	**12.578**	**17.211**
Total	**3.580.625**	**24.389.872**	**27.970.497**	**3.262.826**	**20.357.299**	**23.620.125**

[1] Os valores correspondentes estão registrados no ativo na rubrica "Disponibilidades - Valores em Trânsito". Em 31.12.2023, registrados em "Títulos e créditos a receber – Créditos a receber". II. Movimentação das provisões no período

	01.01 a 31.12.2024			01.01 a 31.12.2023
	PGBL	VGBL	Total	Total
Saldo no início do período	**3.262.826**	**20.357.299**	**23.620.125**	**20.465.564**
Movimentação das provisões matemáticas	318.181	4.014.202	4.332.383	3.154.681
Movimentação financeira	22.465	2.083.779	2.106.244	680.889
Contribuições líquidas de portabilidade	183.082	3.618.379	3.801.461	2.098.712
Contribuições	111.230	3.419.237	3.530.467	2.179.532
Transferências de portabilidade líquidas	71.852	199.142	270.994	(80.820)
Pagamentos de resgates	(158.044)	(1.534.411)	(1.692.455)	(1.415.087)
Benefícios pagos	(2.573)	(189)	(2.762)	(2.736)
Atualização Monetária - Nota 5(c)	295.676	1.930.383	2.226.059	2.473.638
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	40	40	80	154
Constituição/ (reversão) de provisões técnicas - PDR	(646)	765	119	164
Provisões de valores a regularizar	264	17.606	17.870	(284)
Saldo no final do período	**3.580.625**	**24.389.872**	**27.970.497**	**23.620.125**

f) Teste de Adequação de Passivos – TAP – Nota 3(k-IV) - As premissas utilizadas no cálculo do TAP são as seguintes: (i) Para o segmento Previdência, as premissas são diferenciadas conforme as taxas de juros e tábuas atuariais contratadas pelos participantes (taxas de 0%, 3% ou 6% mais correção de IGPM ou IPCA e tábuas AT-1983, AT-2000 e BR-EMSsb). Faz parte da apuração do TAP projeções de contribuições futuras e decrementos atuariais tais como: projeções de resgates (tábua de persistência), taxa de conversão em benefícios concedidos e taxa de juros esperada disponibilizada pela SUSEP (ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros), conforme a curva de juros relacionada ao indexador da obrigação. Para o cálculo da estimativa da variável biométrica morte são consideradas as tábuas BR-EMSsb V.2015-m e BR-EMSsb V.2015-f implementadas com "Improvement" segundo a escala G divulgada no site do SOA (Society of Actuaries). (ii) Para o segmento Vida, faz parte da apuração do TAP projeções atuariais de sinistralidade esperada e despesa administrativa. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela Susep. Aplicamos a compensação entre os fluxos parciais do TAP, acoplando-se às disposições da Circular SUSEP nº 648/2021.
g) Garantia das provisões técnicas de seguros e previdência complementar

	31.12.2024	31.12.2023
Total de Provisões a serem garantidas - Provisões técnicas	**28.530.074**	**24.076.538**
Provisões técnicas	612.536	491.383
Provisões técnicas de seguros - Nota 6(d-I)	610.617	514.604
Provisões técnicas de previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência - Outras - Nota 6(e-I)	52.959	34.970
Ativos de resseguros - Nota 6(b-II) [1]	(1.327)	(3.329)
Direitos creditórios sobre prêmios de seguros [2]	(49.713)	(54.862)
Provisões matemáticas de previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência - Nota 6(e-I)	27.917.538	23.585.155
Ativos garantidores das provisões técnicas – Cotas de fundos de investimentos – Tesouro Nacional – Letras do Tesouro Nacional – Nota 5(a-I)	**28.596.408**	**24.155.513**
Cotas de fundos de investimentos - Seguros	677.680	567.041
Cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL	27.918.728	23.588.472
Cobertura Excedente	**66.334**	**78.975**

[1] Não inclui PPNG no valor de R$ 550 (R$ 1.651 em 31.12.2023) – Nota 6(b). [2] Os valores de direitos creditórios correspondem ao montante de prêmios a receber diretos e cosseguro aceito, líquidos de Cosseguro Cedido e Resseguro, referente às parcelas não vencidas de apólices, considerando o arrasto (todas as parcelas em aberto, após inadimplência de qualquer parcela) por segurado e tomador, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela, na data-base de cálculo. **h) Débitos das operações com resseguradoras (passivo)**

	Resseguradoras	
	31.12.2024	31.12.2023
Prêmios a repassar	1.662	1.652
Proporcional	681	739
Não proporcional	981	913
Prêmios a liquidar	64	50
Total	**1.726**	**1.702**

i) Depósitos de terceiros (passivo) - Os depósitos de terceiros estão representados por valores a processar com vencimento de 01 a 30 dias no montante de R$ 98 (R$ 6.126 em 31.12.2023).
j) Resultado com operações de seguros - I. Composição do resultado por ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistros Ocorridos		Custo de Aquisição		Outras receitas e despesas operacionais		Operações de Resseguros [1]		Total	
Ramos	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Prestamista	356.833	313.535	(17.839)	(16.111)	(90.714)	(74.371)	-	-	(1.763)	(2.020)	246.517	221.033
Acidentes pessoais	78.426	82.518	(652)	(1.331)	(11.944)	(12.445)	(1)	(4)	(438)	(352)	65.391	68.386
Vida em grupo	65.114	64.707	(11.028)	(9.408)	(10.288)	(10.057)	(3)	(2)	316	1.041	44.111	46.281
Outros	2.538	702	(25)	2	(382)	(107)	71	(295)	(6)	(3)	2.196	299
Subtotal - Variações das Provisões Tecnicas	**502.911**	**461.462**	**(29.544)**	**(26.848)**	**(113.328)**	**(96.980)**	**67**	**(301)**	**(1.891)**	**(1.334)**	**358.215**	**335.999**
Provisão para risco de crédito - Nota 6(a-II)	-	-	-	-	-	-	746	2.956	2.213	(2.316)	2.959	640
"Participação dos Lucros com contratos de Resseguro [2]"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	616	-	616
Subtotal - Outros Resultados com Resseguro [2]	-	-	-	-	-	-	**746**	**2.956**	**2.213**	**(1.700)**	**2.959**	**1.256**
Total	**502.911**	**461.462**	**(29.544)**	**(26.848)**	**(113.328)**	**(96.980)**	**813**	**2.655**	**322**	**(3.034)**	**361.174**	**337.255**

[1] O resultado líquido está representado por receita de recuperação de sinistros ocorridos, IBNR e PDR e as despesas representado substancialmente por repasse de prêmios variações da PPNG de resseguro e resseguro não proporcional. [2] O valor refere-se à Participação nos lucros sobre os contratos proporcionais de resseguro.
II. Índice de sinistralidade e custo de aquisição

	Sinistralidade (%)		Custo de Aquisição (%)	
Ramos	2024	2023	2024	2023
Prestamista	(5,0)	(5,1)	(25,4)	(23,7)
Acidentes pessoais	(0,8)	(1,8)	(15,2)	(15,1)
Vida em grupo	(16,9)	(14,5)	(15,8)	(15,5)
Outros	(1,0)	-	(15,1)	(15,2)
Total	**(5,9)**	**(5,8)**	**(22,5)**	**(21,0)**

7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - A tabela de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência a severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior da tabela demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Não segregamos os sinistros judiciais devido ao volume imaterial de casos, o que não resultaria em informação útil ao usuário. A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro – Nota 6(d-I): R$ 20.656

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	3.409	3.269	6.932	6.121	7.742	15.418	35.994	25.379	29.007	32.899	-
Um ano após	2.500	3.419	6.130	5.752	4.428	12.115	34.772	19.923	26.274	-	-
Dois anos após	2.501	3.368	6.399	6.396	4.810	12.614	35.253	21.418	-	-	-
Três anos após	2.502	3.365	6.400	6.602	4.987	13.203	34.692	-	-	-	-
Quatro anos após	2.460	3.365	7.067	6.751	4.115	12.928	-	-	-	-	-
Cinco anos após	2.678	3.365	7.244	6.804	4.145	-	-	-	-	-	-
Seis anos após	2.765	3.365	6.893	5.775	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após	2.830	3.365	6.884	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após	2.819	3.639	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após	2.824	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa em 31.12.2024	**2.824**	**3.639**	**6.884**	**5.775**	**4.145**	**12.928**	**34.692**	**21.418**	**26.274**	**32.899**	**151.478**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	1.502	2.503	3.237	5.452	2.780	9.513	22.158	10.686	18.247	25.462	-
Um ano após	2.276	3.323	6.028	5.689	3.849	10.282	28.666	16.651	23.910	-	-
Dois anos após	2.276	3.323	6.064	5.709	3.875	10.286	29.466	17.074	-	-	-
Três anos após	2.276	3.364	6.064	5.725	3.875	12.470	30.033	-	-	-	-
Quatro anos após	2.280	3.364	6.064	5.725	3.923	12.470	-	-	-	-	-
Cinco anos após	2.280	3.364	6.064	5.725	3.923	-	-	-	-	-	-
Seis anos após	2.280	3.364	6.884	5.775	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após	2.280	3.364	6.884	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após	2.280	3.639	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após	2.280	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos em 31.12.2024	**2.280**	**3.639**	**6.884**	**5.775**	**3.923**	**12.470**	**30.033**	**17.074**	**23.910**	**25.462**	**131.450**
PSL em 31.12.2024	**544**	-	-	-	**222**	**458**	**4.659**	**4.344**	**2.364**	**7.437**	**20.028**
					Passivos de sinistros anteriores a 2015						**628**
						Total do Passivo em 31.12.2024					**20.656**

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de Resseguro – Nota 6(d-I): R$ 20.656; (-) Recuperação de Sinistros a Liquidar – Nota 6(b-I): R$ 911; Provisão de Sinistros a Liquidar líquida de resseguro: R$ 19.745

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	1.674	1.146	3.857	2.966	3.584	6.274	26.038	22.199	26.009	30.337	-
Um ano após	1.337	1.189	3.640	2.829	2.563	7.354	28.250	17.493	23.804	-	-
Dois anos após	1.339	1.139	3.603	2.993	2.786	7.660	29.023	18.973	-	-	-
Três anos após	1.340	1.136	3.693	3.046	2.938	7.485	26.884	-	-	-	-
Quatro anos após	1.298	1.136	3.899	3.069	2.594	7.775	-	-	-	-	-
Cinco anos após	1.518	1.136	3.953	3.104	2.655	-	-	-	-	-	-
Seis anos após	1.910	1.136	3.844	2.840	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após	1.975	1.136	3.835	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após	1.964	1.410	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após	1.969	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa em 31.12.2024	**1.969**	**1.410**	**3.835**	**2.840**	**2.655**	**7.775**	**26.884**	**18.973**	**23.804**	**30.337**	**122.482**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	657	770	1.738	2.539	1.980	5.630	17.144	8.929	16.777	22.900	-
Um ano após	1.118	1.093	3.546	2.766	2.482	6.399	23.424	14.304	21.440	-	-
Dois anos após	1.118	1.093	3.583	2.765	2.498	6.403	24.223	14.727	-	-	-
Três anos após	1.118	1.135	3.583	2.790	2.498	7.488	24.548	-	-	-	-
Quatro anos após	1.121	1.135	3.583	2.790	2.501	7.488	-	-	-	-	-
Cinco anos após	1.121	1.135	3.583	2.790	2.546	-	-	-	-	-	-
Seis anos após	1.121	1.135	3.835	2.840	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após	1.121	1.135	3.835	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após	1.121	1.410	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após	1.425	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos em 31.12.2024	**1.425**	**1.410**	**3.835**	**2.840**	**2.546**	**7.488**	**24.548**	**14.727**	**21.440**	**22.900**	**103.159**
PSL em 31.12.2024	**544**	-	-	-	**109**	**287**	**4.336**	**4.246**	**2.364**	**7.437**	**19.323**
					Passivos de sinistros anteriores a 2015						**422**
						Total do Passivo em 31.12.2024					**19.745**

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Pessoal	(11.551)	(11.123)
Serviços de terceiros	(7.014)	(6.577)
Localização e funcionamento	(673)	(571)
Contingências cíveis e trabalhista	480	(692)
Doações	(13.186)	(12.677)
Outras	(548)	(902)
Total	**(32.292)**	**(32.542)**

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES - **a) Ativos Contingentes** - Não há ativos contingentes a serem divulgados. **b) Passivos Contingentes – Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Outros** - Os passivos contingentes montam R$ 454 (R$ 1.418 em 31.12.2023) e estão representados por contingências fiscais no montante de R$ 23 (R$ 487 em 31.12.2023) e contingências cíveis e trabalhistas no montante de R$ 431 (R$ 931 em 31.12.2023). Os efeitos no resultado estão registrados em "Despesas com tributos" – Nota 10(a-II) e "Despesas Administrativas" – Nota 8, respectivamente. Em 31.12.2024 o valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecidas, é de R$ 1.513. Em 31.12.2023 não havia passivos contingentes cíveis classificados como perda possível. Não há passivos contingentes trabalhistas e fiscais classificados como perda possível. Os depósitos judiciais vinculados às contingências estão registrados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais" e montam R$ 123 (R$ 31 em 31.12.2023).

(continua)

(continuação)

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (EM MILHARES DE REAIS)

10. TRIBUTOS - a) Composição das despesas com impostos e contribuições - I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2024	2023
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**405.178**	**376.597**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) - Nota 3(c)	(162.071)	(150.639)
(Inclusões)/ Exclusões Permanentes	**14.343**	**10.706**
Juros sobre capital próprio	10.800	7.640
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas e outros	3.543	3.066
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(147.728)**	**(139.933)**

II. Despesas com tributos

	2024	2023
PIS/COFINS	(25.995)	(24.587)
Contingências fiscais	464	-
Outras	(4.991)	(6.306)
Total	**(30.522)**	**(30.893)**

b) Créditos tributários e previdenciários

	31.12.2024	31.12.2023
Impostos a compensar	6.464	5.367
Créditos tributários de diferenças temporárias [1]	4.846	5.365
Total	**11.310**	**10.732**

[1] Representados substancialmente por risco de crédito de operações de seguros no montante de R$ 2.442 (R$ 3.626 em 31.12.2023). Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2034	Total [1]
Créditos tributários	3.125	692	683	174	172	-	4.846

[1] Ajuste a valor presente de R$ 4.006, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

c) Impostos e encargos sociais a recolher

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto retido na fonte	10.174	6.821
ISS retido	354	332
IOF	483	546
Contribuições previdenciárias e outras	151	139
Total	**11.162**	**7.898**

d) Impostos e contribuições a pagar

	31.12.2024	31.12.2023
IRPJ e CSLL	2.513	1.662
Pis e Cofins correntes	2.680	1.962
Outros impostos retidos na fonte	4.050	2.865
Total	**9.243**	**6.489**

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Ações - O Capital social no montante de R$ 222.435 R$ (R$ 147.435 em 31.12.2023) estão representado por 3.529.110.900 (3.529.110.900 em 31.12.2023) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31.12.2024	
Acionistas	**Quantidade**	**%**
Banco Safra S.A.	3.529.109.595	99,99%
Elong Administração e Representações Ltda.	1.305	0,01%
Total	**3.529.110.900**	**100,00%**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28.03.2024 foi aprovado o aumento do capital social no valor de R$ 75.000 sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta Reserva de Lucros. O referido aumento de capital foi homologado pela Susep em 29.07.2024 conforme Portaria CGRAJ/Susep 2118. **b) Dividendos -** Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 0,1% do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias. Em Reunião da Diretoria realizada em 31.12.2024, foi declarado juros sobre o capital aos acionistas no montante de R$ 27.000 (R$ 22.950 líquido do IR), registrados em "Obrigações a pagar", e pagos em 2025. Em Reunião da Diretoria realizada em 09.09.2024, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 270.000, sendo R$ 192.000 a débito da conta de Reserva Especial de Lucros e R$ 78.000 em razão dos lucros acumulados no exercício de 2024. Em Reunião da Diretoria realizada em 27.02.2023, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 170.000, a débito da conta de Reserva de Lucros. Em Reunião da Diretoria realizada em 28.12.2023, foi declarado juros sobre capital próprio aos acionistas no montante de R$ 19.100 (R$ 16.235 líquido do IR) registrados em "Obrigações a pagar", e pagos em 2024. **c) Reserva de lucros**

	31.12.2024	31.12.2023
Reservas de lucros	**182.723**	**297.273**
Legal	42.360	29.487
Especial [1]	140.363	267.786

[1] Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades. O saldo de referida reserva está limitado a 95% do capital social. Eventual necessidade de reenquadramento é realizado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

12. GESTÃO DE RISCOS - A Safra Vida e Previdência S.A. mantém em conformidade com a estrutura do seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de políticas, normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposto, além de controles internos que asseguram o cumprimento das políticas estabelecidas. A Companhia concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de crédito, mercado, subscrição, operacional e liquidez em cada área de risco, respectivamente, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. A Resolução CNSP nº 388/2020 dividiu as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) em quatro segmentos, de acordo com o grupo em que pertence a valores de prêmios e provisões técnicas, sendo a Safra Vida e Previdência classificada com S2. A Resolução CNSP 416/2021 dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos, incluindo a Gestão de Risco de Liquidez como disciplina obrigatória. Ademais, a circular SUSEP nº 638/2021 definiu os requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas supervisionadas, estabelecendo as diretrizes para o risco de segurança cibernética. Para assegurar a aderência aos normativos regulatórios, a Companhia incorporou as novas definições na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e na respectiva Política de Gestão de Riscos própria. **a) Risco de Crédito -** O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras (Nota 6(a-II)). Com o intuito de manter o risco de crédito da Companhia em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos. Quanto à análise do risco de crédito com resseguradoras, a seguradora opera com o IRB Brasil Resseguros S.A., rating A-, e Hannover Ruck Se, rating A+, conforme agência A.M. Best, uma das maiores resseguradoras locais do segmento de seguros. **b) Risco de Mercado -** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes da oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Companhia. A política que rege a gestão de risco de mercado - Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência. **c) Risco de Subscrição -** Define-se risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Companhia possui política de subscrição de riscos, em que estão descritas todas as regras para a análise e aceitação de riscos, além de diretrizes para os riscos sujeitos à análise prévia, bem como os riscos excluídos. A avaliação dos riscos envolve as atividades abaixo descritas: i. Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro; ii. Definição política de aceitação e subscrição de riscos; iii. Criação de novos produtos; iv. Gestão de resultado de apólices e produtos; v. Acompanhamento de mercado; e vi. Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos. Os principais ramos operados pela Companhia são: Prestamista, Acidentes Pessoais, Vida em Grupo e Seguro Vida Produtor Rural. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. Suplementarmente, a Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças na expectativa de vida ou mortalidade, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia e seu resultado é refletido, se necessário, nos ajustes das provisões técnicas. O risco de crédito assumido com a resseguradora IRB Brasil Resseguros S.A. para a qual é repassado o risco de subscrição está demonstrado na Nota 12(a). I. Análise de sensibilidade de risco de seguro - A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31.12.2024		
Premissas atuariais [1] [2]	**Bruta de Resseguros**	**Resseguros**	**Líquida de Resseguros**
Aumento de 5% em sinistros a liquidar	(619)	27	(592)
Aumento de 5% em provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(221)	11	(210)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(34)	2	(32)
Redução de 5% em sinistros a liquidar	619	(27)	592
Aumento de 5% em provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	221	(11)	210
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	34	(2)	32

[1] Os montantes apresentados referem-se a impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquidos de impostos. [2] A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR).

II. Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

	2024						2023
Ramo de atuação	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Total**	**Total**
Prestamista	300.485	53.216	29.528	36.022	18.180	437.431	396.244
Acidentes pessoais	36.456	19.833	10.499	8.861	4.313	79.962	77.415
Vida em grupo	34.527	13.238	7.374	6.277	3.009	64.425	62.325
Demais ramos	1.637	3.328	1.704	666	364	7.699	1.202
Total em 2024 [1]	**373.105**	**89.615**	**49.105**	**51.826**	**25.866**	**589.517**	**537.186**
Total em 2023 [1]	**359.506**	**74.094**	**35.875**	**44.867**	**22.844**	**537.186**	

[1] A concentração de riscos não contempla riscos vigentes e não emitidos que totalizam R$ 12.756 (R$ (81) em 2023). As operações de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a variação nas provisões técnicas, conforme demonstrado abaixo:

Premissas atuariais [1] [2]	**31.12.2024**
Redução na taxa de juros em 5%	(112)
Redução na mortalidade em 5%	(9)
Aumento na conversão em 5%	(30)
Aumento na taxa de juros em 5%	108
Aumento na mortalidade em 5%	8
Redução na conversão em 5%	30

[1] Os montantes apresentados referem-se aos impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquidos de impostos. [2] A variação da inflação está contida no estudo técnico do Teste de Adequação do Passivo – TAP. Em função das características da carteira e dos atuais planos comercializados, a variável inflação foi considerada de baixa materialidade. Seguem abaixo os principais segmentos dos planos PGBL/VGBL operados pela Companhia:

Plano	Tipo	Composição	Bases Técnicas
Renda Fixa	PGBL/VGBL	100% renda fixa	Tábua Mortalidade BREMS M/F Taxa de Juros 0%
Balanceado	PGBL/VGBL	Até 20% em renda variável	
Multimercado	PGBL/VGBL	Até 40%, ou 70%, ou 100% em renda variável	
Ações	PGBL/VGBL	Até 100% em renda variável	

III. Limites de retenção - Os limites máximos individuais de retenção em 31.12.2024, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de Seguro	**Limite de Retenção (R$ mil)**
Prestamista	5.000
Acidentes Pessoais	4.000
Vida em Grupo	4.000
Seguro de Vida Produtor Rural	5.000

d) Risco Operacional - Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas da Companhia e nos Comitês específicos. Dessa definição estão excluídos os riscos reputacional ou de imagem e o estratégico ou de negócios. A área de Risco Operacional é uma unidade de controle (UC) independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. É responsável pela identificação e monitoramento de riscos operacionais e avaliação da necessidade de controle e mitigação, bem como pela elaboração, disseminação e manutenção da política de Risco Operacional. É, também, responsável por atender as exigências emanadas da Resolução CNSP 416/2021 que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos e a Circular SUSEP Nº 648/2021 no que tange o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e a definição do Risco Operacional. A gestão do Risco Operacional é realizada pela empresa líder do Conglomerado, sendo esta também responsável pela definição e acompanhamento de indicadores para o apetite ao Risco Operacional, bem como cálculo do capital econômico em cenários base e estresse, que contemplam a Companhia. **e) Risco de Liquidez -** Define-se como risco de liquidez a possibilidade das supervisionadas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. O Safra gerencia seu risco de liquidez em linha com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNSP nº 416/2021. **f) Risco Cibernético -** Define-se como risco cibernético a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados e informações em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos e sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão.

13. EXIGÊNCIA DE CAPITAL - Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que estão sujeitas, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR): **(a)** O Capital base exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R$ 15.000. **(b)** O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP 432/2021. Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	31.12.2024	31.12.2023
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**468.860**	**502.698**
Nível 1	398.888	438.413
Nível 2	125.366	114.078
Nível 3	4.846	5.365
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e 3	(60.240)	(55.158)
• Patrimônio Líquido	405.158	444.708
• Ajustes contábeis	(1.424)	(931)
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(350)	(62)
(-) Ativo intangível	(1.074)	(869)
• Ajustes associados à variação dos valores econômicos	125.366	114.078
(+) Superávit relativo aos prêmios/contribuições não registrados	420	509
(+) Superávit relativo aos prêmios/contribuições registrados	124.946	113.560
• Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 E PLA de Nível 3	(60.240)	(55.157)
Capital Mínimo Requerido (CMR) – Maior entre A e B	**139.946**	**128.569**
• Capital base (A)	15.000	15.000
• Capital de risco (B)	139.946	128.569
- de subscrição	111.969	103.531
- de risco de crédito	6.597	7.266
- de risco operacional	22.865	19.308
- de risco de mercado	5.958	6.672
- benefício da diversificação	(7.443)	(8.208)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	**328.914**	**374.129**

14. PARTES RELACIONADAS - a) Remuneração da Administração - Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 28.03.2024, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R$ 2.500 (R$ 2.500 em 2023).

	2024	2023
Remuneração Administração	(1.741)	(1.937)

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas -** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/ (Passivos)		Receitas/ (Despesas)	
	31.12.2024	**31.12.2023**	**2024**	**2023**
Disponibilidades – Nota 4 [1]	1.751	4.510	-	-
Obrigações a pagar - Dividendos/ JCP Banco Safra	(22.950)	(16.235)	-	-
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros líquidos / Comissões	162.719	131.698	(116.719)	(100.533)
SIP Administração e Participação Ltda.	17.946	17.978	(62.405)	(62.783)
Banco J. Safra	3.221	-	-	-
Safra Crédito, Financiamento e Investimento	80.195	56.390	(32.077)	(23.938)
Mataca Corretora de Seguros	61.357	47.330	(22.237)	(13.812)
Despesas administrativas – Aluguéis – Exton Participações Ltda.	-	-	(337)	(337)
Doações - Instituto Safra	-	-	(6.345)	(7.157)

[1] Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 5(a-I).

15. OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Comitê de Auditoria - Foi constituído Comitê de Auditoria próprio da Safra Vida e Previdência S.A. nos moldes da Resolução CNSP 432/2021, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 12.09.2022 e homologado por meio da Portaria CGRAJ/SUSEP 1086/2022, publicada no Diário Oficial da União de 31.10.2022. O referido comitê é composto por cinco membros independentes.

DIRETORIA

ALBERTO MONTEIRO DE Q NETTO
ANDRE SOTNIK
CARLOS PELÁ
ENRICA MORPURGO
GUILHERME MEISTER
JOÃO CARLOS CARDOSO BOTELHO
JOSÉ OLYMPIO DA VEIGA PEREIRA
LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI
MARCOS LIMA MONTEIRO

ALEXEI DE BONA - Contador - CRC nº PR036459/O-3
DELVO SABINO SANTIAGO - Atuário Responsável Técnico - MIBA 1159

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Safra Vida e Previdência S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e registro das provisões técnicas. - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 d) e nº 6 e) às demonstrações contábeis, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2024, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R$28.581.114 mil, representando 99,71% dos seus passivos. Em razão da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas em relação ao passivo, da diversificação dos contratos de seguros e previdência complementar, do volume transacionado e de certas provisões técnicas envolverem julgamento da Administração na determinação de modelos e premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de cancelamento, tábuas de mortalidade, expectativa de aumento na longevidade, desenvolvimento histórico de sinistros, entre outros, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação e, quando aplicável, de efetividade de controles internos chave relacionados ao processo de registro e mensuração de certas provisões técnicas de seguros e de previdência complementar; (iii) testes, em base amostral, de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e das premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios, os modelos e as premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

(continua)

(continuação)

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ 30.902.142/0001-05

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, bem como na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Safra Vida e Previdência S.A. - São Paulo - SP

Escopo da auditoria - Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Safra Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração - A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção da Companhia estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião - Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção da Companhia em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos - No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 46

Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário de caráter permanente, responsável pelo cumprimento das atribuições e das responsabilidades previstas na Resolução CNSP nº 432/2021. O Comitê reporta-se diretamente à Diretoria e à Assembleia, e atualmente é composto por 05 (cinco) membros independentes. O Comitê desenvolve suas atividades com base nas disposições de seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia. Durante o 2º semestre de 2024, o Comitê de Auditoria exerceu as seguintes atividades no âmbito de suas atribuições: • Revisão e aprovação das Demonstrações Contábeis referentes ao período findo em 30.06.2024; • Reunião com o sócio da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditoria contábil, acerca dos resultados dos trabalhos de auditoria; • Elaboração do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria; • Apreciação da apresentação sobre o Índice Combinado (Safra e Alfa); • Reuniões com representantes das áreas de Atendimento Regulamentar, Compliance, Ouvidoria, Segurança da Informação e Controles Internos; • Apreciação de apresentação sobre a Autoavaliação de Risco e Solvência ("ORSA"); • Acompanhamento dos planos de ação relativos ao Relatório de Controles Internos da Auditoria Externa; • Apreciação de apresentações sobre Auditoria Interna com atualização de planejamento anual; • Planejamento dos trabalhos da Auditoria Interna para 2025; • Planejamento do Comitê de Auditoria para o exercício de 2025; • Apreciação dos Resultados dos trabalhos da Auditoria Interna referente ao ano de 2024; e • Avaliação da Auditoria Interna, Auditoria Externa Contábil e Atuarial e Autoavaliação do Comitê. Diante dos trabalhos reportados, o Comitê considera adequada a efetividade dos sistemas de controle interno da companhia, das auditorias independentes e auditoria interna. Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independentes, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia. Não houve recomendações significativas apresentadas à diretoria e não foram identificadas situações nas quais existam divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras do período findo em 31.12.2024. Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria conclui que as Demonstrações Contábeis da Sociedade, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Parecer da Auditoria Independente, referentes ao período findo em 31.12.2024, são adequados, uma vez que foram elaborados conforme a regulamentação vigente, notadamente as emanadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência Nacional de Seguros Privados - SUSEP, e práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

Comitê de Auditoria

FOLHA DE S.PAULO
Sem tarifas de Trump, dólar fecha abaixo de R$ 6
PUBLICIDADE LEGAL NA FOLHA
UMA GRANDE EMPRESA ANUNCIA EM UM GRANDE JORNAL
WWW.PUBLICIDADE.FOLHA.COM.BR - 11 3224-3690 OU 11 98405-3428
FOLHA DE S.PAULO ★★★
Portal de Publicidade Legal Folha ★★★
EstúdioFOLHA
Datafolha INSTITUTO DE PESQUISAS
Folhapress

CCR

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 44.319.688/0001-42

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2024, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. (CCR RioSP). Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **1.2 Introdução:** A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. foi constituída em 2021 e tem por objeto exclusivo a exploração da BR-116/101/SP/RJ, nos termos do contrato de concessão com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, celebrado em decorrência do edital nº 03/2021. O sistema rodoviário objeto de concessão apresenta uma extensão total de 625,8 km, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras-de-arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão. Compreendendo os seguintes trechos: • Rodovia BR-116/RJ – (Extensão: 124,3 km); • Rodovia BR-116/SP – (Extensão: 230,6 km); • Rodovia BR-101/RJ – (Extensão: 218,7 km); • Rodovia BR-101/SP – (Extensão: 52,1 km).

Legenda:

O contrato foi assinado com o Governo Federal em 28 de janeiro de 2022, com início da concessão em 01 de março de 2022 pelo prazo de 30 anos, encerrando-se em 29 de fevereiro de 2052. 94,2% da receita operacional da RioSP advém da cobrança de pedágios na Via Dutra e 5,8% do trecho da BR-101. Em 2024, 99,1% da nossa receita total adveio da cobrança de pedágio e 0,9% de outras receitas. **Destaques de 2024:** O exercício de 2024, se destaca pelo grande volume de investimentos no sistema rodoviário sob controle da RioSP. Tivemos o volume de R$ 995.879 investidos em ampliação de capacidade e melhorias nas rodovias, neste valor estão inclusos, além das obras, os gastos com projetos, meio ambiente, remoção de interferências e desapropriações. Os principais empreendimentos em andamento encontram-se na região de São José dos Campos, Região Metropolitana de São Paulo, Serra das Araras e Duplicação da BR-101, km 415 ao 496. Além disso, houve investimentos em modernização de sistemas e equipamentos para operação do sistema rodoviário. Investimento de R$ 25.594 na implantação de 520 câmeras móveis (CFTV), para permitir o monitoramento visual de 100% da BR-116 e BR-101, sendo na BR-116 também implantada a solução de detecção automática de incidentes (DAI) em 1.782 câmeras fixas, permitindo a geração de alarmes automáticos para os operadores da RioSP em caso de incidente na via, por exemplo: veículo parado no acostamento, objeto na via, veículo na contramão etc. Investimento de R$ 37.115 para implantação de um sistema de cobrança de modalidade Fluxo Livre (Free-Flow) entre os km 205 e 230 na BR-116 SP, permitindo a cobrança dos usuários das faixas expressas da rodovia sem a necessidade de redução da velocidade do veículo. Investimento de R$ 22.701 para implantação de 50 novos PMVs (Painel de Mensagem Variável) fixos nos trechos da BR-116 e BR-101 e em locais estratégicos, com grandes volumes de tráfego. Em 21 de fevereiro de 2024, foi assinado o 7º termo de aditivo ao contrato no qual tem por objeto estabelecer situação excepcional em que será permitida a autorização do início de obra após a entrega do projeto executivo sem o certificado de inspeção, em exceção à regra estipulada na subcláusula 7.11.1 do Contrato do Edital de Concessão nº 03/2021, para as obras da frente de ampliação de capacidade e melhorias do item 3.2 do Programa de Exploração da Rodovia – PER, previstas para serem executadas até o 3º ano de concessão. Em 26 de fevereiro de 2024, foi assinado o 8º termo de aditivo ao contrato no qual tem por objeto postergar a implantação dos Postos de Pesagem previstos no item 3.4.6.2 – Sistemas de Pesagem (Novos) do Programa de Exploração das Rodovias – PER, bem como estabelecer a correspondente aplicação do Fator D como forma de reequilíbrio econômico-financeiro, em razão da alteração apenas do cronograma de obras, conforme anexo no contrato, além da suspensão de penalidades previstas no contrato considerando o novo prazo de implantação dos Postos de Pesagem. Em 03 de abril de 2024, foi assinado o 9º termo de aditivo ao contrato que teve por objetivo promover a alteração do item 3.2.1.2. Obras de Melhorias, T. Barreiras de Ruído (BR-116), do Programa de Exploração da Rodovia (PER), Anexo 2 do Contrato de Concessão, conforme fundamentado nos Processos Administrativos nº 50500.307350/2023-36, nº 50500.386039/2023-68 e nº 50500.064425/2023-89.1. Em 02 de outubro de 2024, foi assinado o 10º termo de aditivo ao contrato que tem por objeto alterar o Contrato de Concessão, com vistas ao aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e fiscalização da execução do Desconto de Usuário Frequente. Em 21 de novembro de 2024, foi assinado o 11º termo de aditivo ao contrato que tem por objeto alterar a nota da Tabela II integrante do Anexo 5 do Contrato do Edital de Concessão nº 03/2021, com vistas a padronizar a metodologia de apuração do Desconto e Acréscimo de Reequilíbrio - Fatores D e A das obras e serviços da Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de Nível de Serviço e Melhorias do Programa de Exploração da Rodovia - PER. No ano de 2024, o Centro de Pesquisas Rodoviárias do Grupo CCR conduziu 61 pesquisas internas com o objetivo de suprir as unidades do grupo de decisões estratégicas, pautadas em estudos comparativos e de desempenho de produtos e ou métodos construtivos. Dentre tais pesquisas, destacam-se as seguintes iniciativas: • Estudos de misturas asfálticas com incremento no teor de RAP; • Uso Resíduos de Construção e Demolição – RCD em estruturas de pavimentos; • Pesquisa em parceria com o grupo Alpargatas para desenvolvimento de uma formulação de ligante asfáltico com incremento de resíduos plásticos do processo produtivo de sandálias; • Emprego de agregado siderúrgico em camadas de pavimentos; • Asfaltos ecológicos, modificação de misturas asfálticas a partir da incorporação de resíduos plásticos em sua composição; • Estudos com o uso de geomateriais. Ademais, mediante esforços da equipe técnica e de contratos, foram estruturados e aceitos um plano de pesquisa junto à ANTT. Estes projetos têm como premissa a utilização dos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico – RDT, os quais buscam destinar parte da arrecadação da Concessionária ao fomento de pesquisas relevantes ao Setor junto à atuação de universidades e centros de pesquisa. O projeto aprovado junto ao Órgão de Fiscalização está relacionado à aplicações de plástico reciclado em misturas asfálticas pelas vias seca e úmida, este estudo laboratorial com asfaltos puros, asfaltos-borracha e asfaltos-polímero será realizado junto à Escola de Engenharia de São Carlos – EESC USP com duração de 24 meses e investimentos de R$ 1.102. Em 2024, o CPR apoiou a implementação do Sistema de Gerência de Pavimentos na unidade RioSP, atendendo às necessidades das equipes de projeto, monitoração e planejamento, e acompanhando a homologação da ferramenta com foco na visão de negócios. Além disso, representou a equipe de pavimentos nas atividades para obtenção da certificação ISO 55.001, alinhado ao PEGA (Plano Estratégico de Gestão de Ativos), e incentivou o cumprimento das metas internas de utilização de RAP, promovendo práticas compatíveis com as políticas de ESG do grupo CCR. **2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1 Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela CCR RioSP são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em 2024, passaram 95.637.425 veículos pedagiados e 173.981.609 veículos equivalentes (Ntimbeados) nas 5 praças de pedágio e 3 pórticos de cobrança Free-Flow. A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R$ 1.354.006 com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, e R$ 2.748.132, quando foram computadas as receitas financeiras e de construção obtidas no período. **2.2 Desempenho:** • A Receita líquida operacional (sem receita de construção) atingiu R$ 1.232.394; • O Lucro líquido atingiu R$ 537.083; • O EBITDA atingiu R$ 845.577; • O EBIT atingiu R$ 762.059.

Em R$ mil	2024
Receita líquida	2.531.626
Receita de pedágio	1.342.169
Receita de construção (ICPC 01 R1)	1.299.232
Outras receitas	11.837
(-) Deduções da receita bruta	121.612
(-) Custos e despesas (a)	1.769.567
Custos de construção (ICPC 01 R1)	1.299.232
Demais custos e despesas	470.335
EBIT (b)	762.059
Margem EBIT	30,1%
Margem EBIT ajustada (c)	61,8%
(+) Depreciação/amortização	81.476
EBITDA (b)	843.485
Margem EBITDA	33,3%
EBITDA ajustado	845.577
Margem EBITDA ajustada (d)	68,5%
Lucro líquido	537.083
Dívida bruta (e)	2.517.729
Investimentos - (incluindo manutenção)	1.552.501
Veículos equivalentes (em milhares)	173.981.609

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas. (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 156/2022. (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção. (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção. (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **2.2.1 Receita Operacional:** A receita de pedágio totalizou R$ 1.342.169. As receitas acessórias, provenientes principalmente da exploração de cabos de fibra óptica e de publicidade, totalizaram R$ 11.511. **2.2.2 Custos e despesas totais:** Os gastos totais apresentaram montante de R$ 1.769.567. Porém, ao considerarmos apenas os gastos operacionais, tivemos o montante de R$ 390.616. **2.2.3 Investimentos:** Os investimentos da CCR RioSP somaram R$ 1.529.596 em 2024. No ano, os principais investimentos ocorreram nas obras de ampliação de capacidade de tráfego na região metropolitana de São Paulo, São José dos Campos, Serra das Araras e duplicação da BR-101.

	Investimentos 2024
- Melhoria e Ampliação de Capacidade de Tráfego	998.289
- Frente de Recuperação e Manutenção	187.603
- Obras de Melhorias em Contenção e Taludes	44.402
- Equipamentos e Sistemas de Tecnologia	164.311
- Ampliação da Praça de Pedágio e Pista FreeFlow	7.191
- Aquisição de Veículos	6.982
- Outros	110.619
Total	**1.529.596**

2.2.4 Captações de recursos: A CCR RioSP concluiu o contrato de financiamento de longo prazo da concessão em 2024 e fez a captação do empréstimo ponte adquirido no início da operação. O empréstimo de R$ 10,75 bilhões junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para as obras da concessão RioSP, inclui a emissão de debêntures incentivadas de R$ 5,41 bilhões, a maior operação de títulos incentivados já realizada no país. O valor restante trata-se da linha Finem do BNDES. As debêntures foram divididas em 8 séries a serem desembolsadas conforme o cronograma da oferta. Em julho de 2024, houve o desembolso das duas primeiras séries que têm vencimento em 25 anos à taxa de IPCA + 6,45% ao ano. A linha do Finem vence em 22 anos e tem custo de IPCA + 8,68% ao ano, mas tem a previsão do primeiro desembolso para junho de 2025. **2.2.5 Valor Adicionado:** Em 2024, o valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Concessionária foi de R$ 1.127.596. **2.2.6 Política de Distribuição de Dividendos:** Em 13 de dezembro de 2024 foi aprovado em reunião do conselho de administração a declaração de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2023 (deduzido ou acrescido, pró rata die de eventuais movimentações ocorridas em 2024, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R$ 178.154. **2.2.7 Planejamento Empresarial:** A Companhia iniciou o terceiro ano da concessão mantendo a operação da Via Dutra e da BR-101, no trecho entre Ubatuba e o Rio de Janeiro. Além disso, a concessionária prosseguiu com as obras de ampliação da capacidade de tráfego na BR-116, especificamente no trecho da Região Metropolitana de São Paulo, cuja conclusão está prevista para maio de 2025, e na cidade de São José dos Campos, entre os quilômetros 151 e 158, com previsão de término em agosto de 2025, conforme estabelecido no contrato de concessão. Paralelamente, foram iniciadas as obras na Serra da Araras, cuja conclusão está prevista para julho de 2028. **2.2.8 Gestão pela Qualidade Total:** Em 2024, a CCR RioSP conquistou a certificação do Sistema de Gestão de Ativos, conforme os requisitos da norma ISO 55001, por meio da auditoria realizada pela Fundação Vanzolini entre os dias 16 e 23 de fevereiro. Essa conquista reforça nosso compromisso com a excelência na gestão do ciclo de vida dos ativos. Além disso, concluímos com sucesso o primeiro ciclo de auditoria de supervisão das certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e ISO 39001 (Segurança Viária), conduzida pela Fundação Vanzolini de 4 a 12 de novembro de 2024. Esse resultado evidencia nossa dedicação aos mais altos padrões de qualidade, segurança e preservação ambiental. No que se refere à certificação corporativa nas normas ISO 37001 e ISO 37301, a CCR RioSP teve sua participação consolidada ao ser indicada para as auditorias interna e externa dessas normas. A ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e a ISO 37301 (Sistema de Gestão de Compliance) reforçam nosso compromisso com a ética, a integridade e a conformidade nas operações, promovendo transparência e responsabilidade em todas as nossas atividades. **2.2.9 Recursos Humanos:** Durante o ano de 2024 a CCR RioSP, realizou treinamentos e capacitações internas para os seus 1.099 colaboradores, sendo que os principais assuntos abordados foram: NR-5 (CIPA), NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais), NR-12 (Segurança do trabalho com Máquinas e Equipamentos), NR-35 (trabalho em altura), Revisões dos procedimentos operacionais, Manejo de Fauna, conscientização SGI, Lives de temas técnicos operacionais, Operações com Guincho Leve, Guincho Pesado, Moto, Caminhão Pipa e Rebocador. Não houve valor investido em treinamentos, pois todos foram realizados on-line e presenciais na sede e pontos de apoio de treinamento da concessionária utilizando mão de obra própria especializada e técnica.

3. Indicadores Operacionais: 3.1. Caracterização do Tráfego: 3.1.1. Volume: Na figura é apresentado o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2024, VDM e VDMA respectivamente.

Variação mensal do volume no ano base

500.000 / 495.000 / 490.000 / 485.000 / 480.000 / 475.000 / 470.000 / 465.000 / 460.000 / 455.000 / 450.000

Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez

VDMA Equivalente — VDM Equivalente

3.2. Caracterização do Tráfego: 3.2.1. Volume: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade em 2024 BR-116

2024: 2% / 47% / 51%

Acidentes com Vítimas Fatais · Acidentes sem Vítimas · Acidentes com Vítimas

Percentual de acidentes por gravidade em 2024 BR-101

2024: 3% / 43% / 54%

Acidentes com Vítimas Fatais · Acidentes sem Vítimas · Acidentes com Vítimas

A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo 2024 BR-116

2% / 3% / 36% / 22% / 14% / 10% / 3% / 10%

Colisão - Traseira · Colisão - Lateral · Engavetamento · Choque Barreira · Choque - Meio Fio · Queda de Moto · Choque com objeto sobre a pista · Capotamento

Acidente por tipo 2024 BR-101

1% / 9% / 23% / 27% / 6% / 3% / 18% / 13%

Colisão - Traseira · Colisão - Lateral · Engavetamento · Choque Barreira · Choque - Meio Fio · Queda de Moto · Choque com objeto sobre a pista · Capotamento

3.3. Dados de Operação da Concessão. 3.3.1. Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

TIPO DE VEÍCULO - BR116	Quantidade	Qtd./100Km
Viatura de inspeção	18	5
Guincho Leve	22	6
Guincho Pesado	12	3
Guincho Super Pesado	4	1
Carro Resgate	17	5
Ambulância Simples UTI	6	2
Balança Móvel	0	0
Balança Fixa	0	0
Pick-up de supervisão	0	0
Carreta Reboque animais	1	0
Carreta Reboque de Veículos	16	5
Pipa	4	1
Munck	1	0
Moto	6	2
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
VIR (veículo de intervenção rápida)	0	0
Total de veículos operacionais	**111**	**31**
TIPO DE VEÍCULO - BR101	**Quantidade**	**Qtd./100Km**
Viatura de inspeção	5	3
Guincho Leve	5	2
Guincho Pesado	4	1
Guincho Super Pesado	0	0
Carro Resgate	3	1
Ambulância Simples UTI	2	1
Balança Móvel	0	0
Balança Fixa	0	0
Pick-up de supervisão	0	0
Carreta Reboque animais	0	0
Carreta Reboque de veículos	11	4
Pipa	1	0
Munck	0	0
Moto	0	0
Caminhão Boiadeiro	2	1
Cesto Aéreo	0	0
VIR (veículo de intervenção rápida)	0	0
Total de veículos operacionais	**37**	**13**
UNIDADE	**Quantidade**	**Qtd./100Km**
Administração	34	5
Pedágio	4	1
Animal	0	0
Caminhão	0	0
Kombi	0	0
Picape	0	0
Segurança do trabalho	9	1
Manutenção	18	3
Faixa de domínio	23	4
Total de veículos de apoio	**88**	**14**

No exercício de 2024, foram registrados 277.154 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário. **3.3.2. Funcionários Alocados:** São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos e indiretos empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é apresentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Quantidade	Qtde/VDMA
Ger. Operações	1	0
Coordenador(a) Operações	3	0
Sup. Tráfego	5	0
Operacional Tráfego II	146	3
Líder Balança	8	0
Operacional Balança	29	1
Auxiliar de Operações	9	0
Operacional Tráfego II (SOS Mecânico)	56	1
Operador Tráfego - Guincheiro	54	1
Médico	2	0
Socorrista APH	117	2
Líder Enfermagem APH	1	0
Total de Pessoal Operacional	**431**	**8**
Coordenador(a) Operações	1	0
Sup. Pedágio	2	0
Operador Pedágio	216	5
Total de Pessoal de Pedágio	**219**	**5**
Total	**650**	**13**

3.4. Aspectos Financeiros: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a receita da concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

3.4.1. Receita (em R$ mil)	Em 2024	Acumulada
Receitas de pedágio	1.342.169	3.503.173
Receitas acessórias	11.511	30.809
Receitas de prestação de serviços entre partes relacionadas	326	1.565
Total das receitas	**1.354.006**	**3.535.547**

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base; assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

3.4.2. Investimentos DFC* (em R$ mil):	Em 2024	Acumulada
Adição do intangível	1.532.023	2.579.499
Aquisição de imobilizado	204.955	444.023
Total dos investimentos	**1.736.978**	**3.023.522**

(*) Movimentações caixa

3.4.3. Custos Operacionais (em R$ mil):	Em 2024	Acumulada
Custos Operacionais	385.411	964.878

3.4.4. ISS repassados (em R$ mil):	Em 2024	Acumulada
Pedágio	71.890	195.004
Acessória	0	3
ISS Total	**71.890**	**195.007**

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

3.4.5. Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio em R$

Concessionária em números
SETEMBRO 2024 A AGOSTO 2025

CATEGORIA	TARIFA	AUTO	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	MOTO	3S	4S	10D
EIXO	EDITAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0,5	1,5	2	10
BR 116 - Arujá	4,40	4,11	8,22	12,32	16,43	20,54	24,65	28,75	32,86	36,97	2,05	6,16	8,22	41,08
BR 116 - Guararema	4,40	4,11	8,22	12,32	16,43	20,54	24,65	28,75	32,86	36,97	2,05	6,16	8,22	41,08
BR 116 - Jacareí	16,40	15,31	30,62	45,93	61,24	76,56	91,87	107,18	122,49	137,80	7,66	22,97	30,62	153,11
BR 116 - Moreira César	14,10	13,16	26,33	39,49	52,66	65,82	78,98	92,15	105,31	118,47	6,58	19,75	26,33	131,64
BR 116 - Itatiaia	13,50	12,60	25,21	37,81	50,41	63,02	75,62	88,23	100,83	113,43	6,30	18,91	25,21	126,04
BR 101 - Itaguaí DU	4,70	4,39	8,78	13,16	17,55	21,94	26,33	30,72	35,10	39,49	2,19	6,58	8,78	43,88
BR 101 - Mangaratiba DU	4,70	4,39	8,78	13,16	17,55	21,94	26,33	30,72	35,10	39,49	2,19	6,58	8,78	43,88
BR 101 - Paraty DU	4,70	4,39	8,78	13,16	17,55	21,94	26,33	30,72	35,10	39,49	2,19	6,58	8,78	43,88
BR 101 - Itaguaí FDS	7,90	7,38	14,75	22,13	29,50	35,88	44,25	51,63	59,00	66,38	3,69	11,06	14,75	73,75
BR 101 - Mangaratiba FDS	7,90	7,38	14,75	22,13	29,50	35,88	44,25	51,63	59,00	66,38	3,69	11,06	14,75	73,75
BR 101 - Paraty FDS	7,90	7,38	14,75	22,13	29,50	35,88	44,25	51,63	59,00	66,38	3,69	11,06	14,75	73,75

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	625,8	
Número de veículos que transitaram	95.637.425	Quantidade por tamanho
Veículos leves	68.786.321	
Motos	N/A	
Caminhões	25.592.899	
Ônibus	530.180	
Veículos isentos	125	
Número de praças de pedágios	5	
Número de pórticos	3	Free Flow
Tarifa	-	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	625,8	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	476.700	Volume do trânsito corrigido por fatores do tipo de veículo. Gráfico no item 3.1.1
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	476.667	Média anual. Gráfico no item 3.1.1
Equipamentos utilizados pela concessionária	236	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	IRI < 3,5 m/KM	Microtextura (Índice de Irregularidade Longitudinal)
	HS>ou=1,0	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	1.342.169	Expresso em milhares de reais
Fator Capital		
Despesas de Depreciação	81.476	Valores detalhados nas notas explicativas 10 e 11.
Ativo Líquido (disponibilidades)	1.033.296	
Ativo Bruto	1.166.390	
Série Histórica dos Investimentos	1.529.596	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	367.264	Custo de Capital
Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	34.965	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	448	Valores monetários
Outras Despesas	35.822	

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
Seguridade		
Quantidade de Acidentes	10.603	
Acidentes c/ vítimas feridas	5.130	
Acidentes s/ vítimas	5.269	
Acidentes c/ mortos	204	
Vítimas feridas	7.513	
Mortos	223	
Indicadores		
Receita por veículo	14,03	
Custo por veículo	4,07	

Balanço Social

Base de cálculo	2024
Faturamento bruto	
Receita líquida (RL)	2.531.626
Resultado operacional (RO)	762.059
Folha de pagamento bruta (FPB)	**55.913**
Folha de pagamento bruta - total remunerações	55.913
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-
Indicadores do corpo funcional	
Nº de colaboradores ao final do período	1.099
Nº de admissões durante o período	368
Nº de demissões durante o período	258
Nº de estagiários (as)	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	9
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	146
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	720
Nº de colaboradores acima de 45 anos	224
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	392
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	35%
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	493
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	28

4. Demais assuntos: 4.1. Governança Corporativa: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por dois membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por três membros. Os membros do Conselho de

continua

continuação

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A.

Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é a Sra. Carla Henriques Silva Fornasaro, endereçada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116 SP/RJ), km 184,3, Bairro Monte Grande, Santa Isabel, Estado de São Paulo pode ser contatada no telefone (11) 2795-2411 ou pelo e-mail [illegible]. **4.2. ESG:** A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor aos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, desdobrada em Estratégia de Sustentabilidade, revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR. Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CCR. Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorre de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. A Diretoria de Sustentabilidade (DS) conta com executivo responsável pela gestão do tema e equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação. Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de Sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo, permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025, não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse [illegible]. **4.2.1 Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolve as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor. • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. • Movimento Ambição Net Zero: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. • Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica. • CEBDS: Adesão ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que em conjunto com as companhias associadas, atuam como agentes de transformação, liderando e orientando o caminho rumo a uma economia mais sustentável e equitativa para esta e, também, para futuras gerações. **4.2.2 Meio Ambiente – Principais ações e destaques:** A busca pela redução de impactos ambientais e a otimização no consumo de recursos naturais são premissas da gestão sustentável dos negócios da CCR, considerados em toda cadeia de valor das plataformas (rodovias, mobilidade urbana e aeroportos), oscilando na construção de uma economia de baixo carbono, mitigando os impactos na biodiversidade e reduzindo o consumo de recursos naturais. Para isso, o Grupo se fortalece com diretrizes corporativas, como a Política de Meio Ambiente e a Política de Mudanças Climáticas e apoia fortemente as iniciativas locais nas unidades de negócio, com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental como um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado CCR. O Grupo CCR realiza a gestão da biodiversidade de flora e fauna de acordo com as exigências legais, com o projeto de restauração florestal. A Estratégia Climática é um tema material para o Grupo CCR, sendo pioneiro no setor após anos ao divulgar a estratégia de resiliência climática para 100% dos seus ativos. A CCR também possui a Política de Mudanças Climáticas, que passou por revisão no final de 2024 e tem como objetivo estabelecer compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos dessas alterações e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações nos negócios do Grupo CCR. Ela afirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2030, conforme definido no Acordo de Paris. A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos do Grupo CCR, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD). Em 2023, recebeu a aprovação de suas metas de redução de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi). Com isso, a CCR se tornou a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar o compromisso público de descarbonização com a iniciativa. Para contribuir com os avanços das metas estabelecidas e Ambição 2035, a CCR antecipou, em um ano, sua meta de abastecer 100% de suas operações com energia renovável. Em 2024, a Companhia realizou a primeira operação de compra de crédito de carbono do Brasil, que será registrada na plataforma da B3. Além disso, firmou parceria com geradoras e transmissoras de energia elétrica renovável, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade. Ainda em 2024, o Grupo CCR iniciou a avaliação dos impactos, dependências, riscos e oportunidades para a Plataforma Rodovias, seguindo a metodologia proposta pela TNFD - Task Force on Nature Financial Disclosure, denominada LEAP – Localize, Evaluate, Assess, Prepare. Tal iniciativa fundamentará a atuação da Companhia na adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SBN, ou NBS – Nature Based Solutions) como medida de compensação dos impactos do negócio. Outros destaques e informações podem ser verificados no site: [illegible]. **4.3. Social: 4.3.1 Gestão de Pessoas:** A CCR tem como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade e como pilar estratégico a valorização das suas pessoas. Para isso, desenvolve ações estruturadas e planejadas para garantir segurança, bem-estar, desenvolvimento, reconhecimento e respeito à diversidade. A Diretoria Vice-Presidência de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional reporta-se diretamente ao Diretor-Presidente e consolida as áreas de desenvolvimento organizacional, atração e seleção, desenvolvimento de pessoas, educação corporativa, diversidade e inclusão, remuneração e benefícios, saúde e bem-estar, parceiros de negócios, relações sindicais e trabalhistas, segurança e qualidade. Os destaques em 2024, alinhados com a nossa visão de "Liderar o setor de mobilidade", foram os projetos de: (i) Evolução da Cultura "3 Is" (Integridade, Integração e Impacto), e (ii) Estrutura Organizacional, que visam a criação de valor por meio de uma organização ágil, simples e eficiente, agindo de forma integrada e colaborativa, com iniciativas e capacidades diferenciadas, evoluindo o modelo de Plataforma de Negócios e fortalecendo a atuação do Centro de Serviços Compartilhados, resultando em uma holding ainda mais estratégica. Com o objetivo de manter as pessoas saudáveis, seguras e disponíveis para suas atividades, a Gestão de Segurança da CCR busca assegurar a continuidade dos negócios, demonstrando a confiabilidade operacional em suas atividades. A cultura de segurança vem demonstrando sua efetividade no controle de riscos associados ao trabalho e no desenvolvimento da maturidade organizacional, frente aos desafios de proporcionar um ambiente seguro para os colaboradores. Em 2023, reduzimos em 47% a taxa de acidentes em relação a 2022. O resultado positivo está fundamentado em cinco pilares: o cumprimento de requisitos legais; a padronização de processos; o controle de riscos operacionais; a conscientização e treinamento das pessoas e a melhoria contínua da gestão de segurança. O programa de Segurança é pautado em ferramentas que influenciam os colaboradores a terem comportamento preventivo e proativo, considerando: • Observação Comportamental (OC): promove a interação do Líder com o Liderado para correção de comportamentos inseguros e prover as práticas seguras no ambiente de trabalho. • Índice de Práticas Seguras (IPS): inspeção técnica realizada pelo time da Segurança no ambiente de trabalho com objetivo de identificar e de tratar os riscos de acidentes. • Eu Vejo Eu Protejo: Ferramenta para reporte de riscos e condições inseguras no ambiente de trabalho para todos os colaboradores. Ressaltamos ainda a valorização da jornada de engajamento através da aplicação da Pesquisa Pulso e GPTW. O Grupo CCR conquistou, pela primeira vez, o 9º lugar entre 175 Melhores Empresas para se Trabalhar no país (ranking do Great Place to Work, na categoria "Gigantes" (mais de 10 mil colaboradores). Também entrou na lista das 25 melhores empresas para Mulheres trabalharem no Brasil. Esse é o resultado de uma longa jornada dedicada a melhorar a vida das pessoas através da mobilidade. Cuidamos da valorização dos nossos talentos, implantando uma metodologia para análise de potencial e ampliação do plano de sucessão da alta liderança. A Academia CCR também impulsionou a evolução cultural formando 238 multiplicadores de diversas áreas da Companhia. Colaboradores que foram formados para desempenharem este papel e disseminar o reforço do conteúdo para mais de 16 mil colaboradores. Esse esforço reflete nosso compromisso em fortalecer a Cultura CCR, assegurando que ela seja vivenciada e compartilhada de maneira eficaz em todas as unidades de negócio. Foram registradas mais de 490 mil horas de treinamento em 2024. Além disso, realizamos a revisão e estruturação do Plano Diretor de Diversidade e Inclusão, pois acreditamos que um ambiente diverso e inclusivo é fundamental para construir caminhos mais saudáveis. Outros destaques foram a atualização do Plano de Cargos e Salários, incluindo ações para igualdade salarial entre mulheres e homens, e o relançamento do Programa Viva Bem (Programas de Qualidade de Vida e Benefícios). Esse conjunto de iniciativas resulta em elevado grau de satisfação dos colaboradores que, em 31 de dezembro de 2024, somavam 17.124 pessoas, alocadas no Brasil (nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Tocantins, Maranhão e Pernambuco), na Costa Rica, Equador e em Curaçao. **4.3.2 Diversidade & Inclusão (D&I):** O Grupo CCR continua esforços para implementação do aprimoramento do modelo de Governança em D&I, com a criação do Comitê de D&I (liderado pela Vice-Presidência de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional e composto por outros líderes e profissionais em posições estratégicas), sponsors (lideranças patrocinadoras que ocupam a posição de C-level), foram selecionadas como patrocinadores institucionais em cada pilar de D&I. Escritório de D&I (composto pela Diretoria de Pessoas, time técnico de D&I e Gerência de Comunicação) e a definição das lideranças de grupos de afinidades nos pilares de (1) equidade de gênero, (2) raça e etnia, (3) pessoa com deficiência, (4) pessoas LGBTQIAPN+, (5) geracional e (6) culturas e regionalidades. Em curso estão uma agenda de capacitações para as pessoas integrantes desta Governança e discussões sobre as próximas etapas da jornada de D&I na Companhia. Além disso, a continuidade de esforços no engajamento da autodeclaração racial e identidade de colaboradores. Como resultado, alcançou 95,3% dos colaboradores ativos (aumento de 1,5 p.p. com relação ao trimestre anterior) e com relação à autodeclaração de identidade de gênero, obteve 76,6% (aumento de 5 p.p. com relação ao trimestre anterior). Como parte da agenda, destaques para: • Lançamento do 2º ciclo do Programa de Mentoria Elas, [illegible] laboradores, o Programa Pertencer - Inclusão e Respeito para Ser, apresentando o modelo de Governança em D&I e abrindo inscrições para participação nos grupos de afinidades dos pilares mencionados acima. • Participação da CCR, como painelista, no debate sobre a participação feminina em cargos de liderança, organizado pelo Women in Leadership in Latin America (WILL) e no 13º Super Fórum, promovido pela CAF Diversidade, com o objetivo de engajar lideranças masculinas em ações concretas para a promoção de ambiente inclusivo e representatividade feminina nas corporações. • Recebimento da condecoração pelas Prefeituras de São Paulo (SP) e Salvador (BA), no Selo de Igualdade Racial 2024, de ambas as prefeituras. • No pilar de Equidade de Gênero, houve a capacitação de mentores para realização de mentorias a 145 mulheres do Programa Nós Por Elas. • Roda de conversa sobre Justiça Climática, como parte das ações de conscientização a colaboradores, que alcançou 476 pontos de conexão ao vivo, no total. **4.3.3 Instituto CCR:** O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014 para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de (i) educação e cultura, (ii) mobilidade e cidades sustentáveis, e (iii) saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários. Em abril de 2024, o Instituto CCR completou 10 anos de atuação. Desde a sua fundação, já destinou cerca de R$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas, em mais de 430 municípios de todo o País. Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal, alcançando um investimento recorde em toda sua trajetória. Em 2024, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança. O ICCR tem se consolidado como um dos principais patrocinadores da cultura no Brasil, apoiando museus em todo o Brasil, viabilizando a oferta de entradas gratuitas no Museu da Língua Portuguesa (SP), Instituto Tomie Ohtake (SP), no Museu do Amanhã (RJ) e na Fundação Casa Jorge Amado (BA). O Instituto também ampliou a sua participação em feiras literárias, apoiando os principais projetos do país em 2024 como a Flip (Festa Literária Internacional de Paraty - RJ), a Flup (Festa Literária das Periferias - RJ), a Bienal do Livro de São Paulo, a Feira do Livro de São Paulo e a Festa Literária Internacional do Pelourinho (Flipelô - BA). O Instituto CCR firmou ainda parceria com a Fundação Itaú para criação da Estação CCR das Artes. A nova sala de espetáculos fica localizada no Complexo Cultural Júlio Prestes e, em 2025, terá programação voltada para as músicas clássica e popular, dança, teatro, literatura e cinema, além de atividades educacionais. Ao longo de 2024, o Instituto também fortaleceu o pilar de Mobilidade e Cidades Sustentáveis, que visa contribuir para tornar as cidades importantes vetores do desenvolvimento sustentável. Um dos destaques foi a criação de uma coalizão inédita para fomentar soluções sustentáveis e acelerar a descarbonização do setor de transportes no Brasil. O movimento é liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), pelo Grupo CCR e pelo Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, do Insper. A intenção é contribuir com o Governo Federal e com a sociedade civil na definição das ações necessárias para cumprimento das metas de descarbonização, que serão estabelecidas no novo Plano Clima. Ao mesmo tempo, a iniciativa se prepara para apresentar seus resultados na COP30, em Belém, em novembro de 2025, buscando colocar o Brasil na vanguarda das discussões globais sobre a descarbonização do setor de transportes. O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, encerrou o ano de 2024 beneficiando mais de 6 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 280 municípios e 24 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural, que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas. O Caminhos para a Saúde impactou mais de 70 mil pessoas em 2024, passando por 36 municípios de 13 estados brasileiros e beneficiando todas as plataformas de negócio do Grupo CCR. O programa foi realizado em diversos formatos, como em unidades fixas nas Rodovias (que realizam atendimentos de 2ª a 6ª feira), em eventos de corridas de rua nos aeroportos administrados pela CCR, em estações de metrô, entre outros. As ações contaram com serviços variados de saúde e bem-estar para a população, como massoterapia, serviço odontológico, aferição de pressão arterial, exames de glicemia e colesterol, corte de cabelo, podologia e trancista. Todos os serviços são gratuitos para a população, que é atendida por ordem de chegada. Em 2024, o Grupo CCR também fortaleceu seu Programa de Voluntariado, com mais de 3 mil colaboradores, aumento de 80% no número de inscritos em comparação ao ano anterior. Foram realizadas 73 ações sociais, beneficiando mais de 21 mil pessoas nas comunidades em que a Companhia atua nas suas plataformas de rodovias, aeroportos e mobilidade urbana. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **4.4. Destaques do exercício:** Os principais destaques da CCR RioSP em 2024 foram: • Em janeiro de 2024, a CCR RioSP disponibilizou cabines de autoatendimento para pagamento do pedágio na Via Dutra. • Em abril de 2024, a CCR RioSP iniciou as obras de construção da nova Serra das Araras, na Via Dutra. • Em maio de 2024, a CCR RioSP entregou as novas pistas marginais da Via Dutra na região de Bonsucesso, em Guarulhos, além de novo dispositivo de retorno na região de Jardim Presidente Dutra, em Guarulhos. • Em maio de 2024, a CCR RioSP realizou uma série de ações de segurança dentro do "Maio Amarelo". • Em junho de 2024, a CCR RioSP instalou os painéis de mensagens variáveis na RioSantos. • Em junho de 2024, a CCR RioSP iniciou as detonações de rochas na Serra das Araras, uma das fases de construção das novas pistas de subida e de descida. • Em julho de 2024, a CCR RioSP inaugurou o primeiro Ponto de Parada e Descanso (PPD) da Via Dutra, no km 95 sentido Rio de Janeiro, em Pindamonhangaba (SP). • Em julho de 2024, a CCR RioSP entregou mais 4km de novas pistas marginais sentido São Paulo, em Guarulhos. • Em agosto de 2024, a CCR RioSP iniciou a ampliação das pistas expressas na Via Dutra. • Em setembro de 2024, a CCR RioSP realizou o primeiro simulado de acidente com produtos perigosos na rodovia Rio-Santos, em Mangaratiba (RJ). • Em setembro de 2024, a CCR RioSP iniciou um trabalho de recuperação de pavimento rígido do Vale do Paraíba, na Via Dutra. • Em setembro de 2024, a CCR RioSP realizou uma série de ações de segurança dentro da Semana Nacional do Trânsito. • Em setembro de 2024, a CCR RioSP recebeu uma comitiva chinesa que veio conhecer o projeto de concessão de rodovias, entre eles, o da via Dutra e da Rio-Santos. • Em outubro de 2024, a CCR RioSP fez uma série de ações de segurança para os peregrinos que seguiam em direção ao Santuário de Aparecida. **4.4.1. Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social. **5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de [illegible] societária brasileira e foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3 Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Santa Isabel, 26 de fevereiro de 2025.

A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		**1.233.835**	**702.424**
Caixa e equivalentes de caixa	6	777.826	463.510
Aplicações financeiras	6	256.455	79.246
Contas a receber das operações	7.1	111.678	120.424
Contas a receber de partes relacionadas		6	1.656
Tributos a recuperar		29.720	11.598
Adiantamentos a fornecedores		1.150	1.175
Despesas antecipadas e outros créditos		57.924	4.814
Não circulante		**4.808.682**	**3.270.294**
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	-	10.679
Contas a receber das operações	7.1	21.409	-
Contas a receber de partes relacionadas		-	21.077
Despesas antecipadas e outros		10.987	5.632
Imobilizado	10	409.955	197.678
Intangível	11	2.689.658	2.316.685
Infraestrutura em construção	11	1.673.993	712.444
Direito de uso em arrendamento		2.680	6.099
Total do ativo		**6.042.517**	**3.972.718**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante		**252.167**	**1.269.966**
Debêntures	13	6.119	1.053.310
Fornecedores	12	140.928	82.992
Imposto de renda e contribuição social		-	41.503
Impostos e contribuições a recolher		30.025	23.277
Obrigações sociais e trabalhistas		21.480	17.982
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	43.451	43.117
Obrigações com o Poder Concedente		2.414	2.348
Passivo de arrendamento		3.124	3.044
Passivo de arrendamento com partes relacionadas		-	464
Passivo de contrato		764	-
Outras obrigações		3.842	1.627
Não circulante		**2.611.220**	**34.633**
Debêntures	13	2.531.610	-
Fornecedores	12	13.276	7.019
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	38.278	-
Obrigações sociais e trabalhistas		331	713
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	-	2.514
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	5.024	43
Provisão de manutenção	15	2.163	-
Passivo de arrendamento		-	2.789
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	9	-	20.284
Passivo de contrato		19.995	-
Outras obrigações		523	1.271
Patrimônio líquido	16	**3.179.130**	**2.668.119**
Capital social		2.185.554	2.034.123
Reserva de capital		958	307
Reservas de lucros		992.618	633.689
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.042.517**	**3.972.718**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais líquidas	17	2.531.626	1.813.247
Custos dos serviços prestados		**(1.638.834)**	**(1.023.658)**
Custo de construção		(1.259.232)	(721.791)
Serviços		(78.972)	(78.525)
Depreciação e amortização	10 e 11	(79.688)	(58.374)
Custo com pessoal		(92.194)	(91.773)
Provisão de manutenção		(2.092)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(24.243)	(27.150)
Outros		(102.413)	(45.945)
Lucro bruto		**892.792**	**789.589**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(130.733)**	**(98.138)**
Despesas com pessoal		(55.913)	(45.519)
Serviços		(34.965)	(24.504)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.392)	(2.783)
Depreciação e amortização	10 e 11	(1.727)	(214)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(4.961)	(34)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(7.835)	(8.509)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(5.902)	(4.482)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(48)	(2.777)
Água, luz, telefone, internet e gás		(2.864)	(1.944)
Gastos com viagens e estadias		(960)	(1.188)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(640)	(752)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(301)	(334)
Editais e publicações		(120)	(68)
Despesas legais e judiciais		(260)	(88)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		85	(96)
Outras despesas (receitas) operacionais		(10.924)	(3.796)
Resultado antes do resultado financeiro		**762.059**	**691.451**
Resultado financeiro	18	(45.451)	(45.706)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**716.608**	**645.745**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(179.525)	(160.757)
Lucro líquido do exercício		**537.083**	**484.988**
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R$)	16.6	0,2640	0,2384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	537.083	484.988
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**537.083**	**484.988**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

			Reserva de capital	Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023		**2.034.123**	-	**22.121**	**286.645**	-	**2.342.889**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	484.988	484.988
Plano de incentivos de longo prazo, liquidáveis em ações		-	307	-	-	-	307
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	24.249	-	(24.249)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	300.674	(300.674)	-
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	(136.055)	(136.055)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	(24.010)	(24.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**2.034.123**	**307**	**46.370**	**587.319**	-	**2.668.119**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	537.083	537.083
Aumento de capital em 20 de dezembro de 2024	16.1	151.431	-	-	-	-	151.431
Plano de incentivos de longo prazo, liquidáveis em ações	16.7	-	651	-	-	-	651
Destinações:							
Reserva legal	16.2	-	-	26.854	-	(26.854)	-
Reserva de retenção de lucros	16.3	-	-	-	332.075	(332.075)	-
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(151.431)	(151.431)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(26.723)	(26.723)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**2.185.554**	**958**	**73.224**	**919.394**	-	**3.179.130**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2024	2023
Receitas			
Receitas operacionais	17	2.553.238	1.922.331
Outras receitas		570	321
Provisão para perda esperada - contas a receber	7.1	2	(2)
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados		(99.512)	(159.084)
Custos de construção		(1.259.232)	(721.791)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(68.846)	(48.220)
Provisão de manutenção		(2.092)	-
Valor adicionado bruto		**1.124.128**	**993.555**
Depreciação e amortização	10 e 11	(81.426)	(58.588)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		**1.042.702**	**934.967**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	84.894	113.085
Valor adicionado total a distribuir		**1.127.596**	**1.048.052**
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		78.137	81.423
Benefícios		34.938	26.594
FGTS		7.140	6.202
Outras		2.088	2.614
Tributos			
Federais		255.338	226.838
Estaduais		845	629
Municipais		71.926	65.102
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		130.105	158.210
Aluguéis		9.996	(4.548)
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre capital próprio		178.154	160.065
Lucros retidos do exercício		358.929	324.923
		1.127.596	**1.048.052**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		**537.083**	**484.988**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	48.957	(8.011)
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(2)	2
Depreciação e amortização	10 e 11	77.407	54.569
Baixa do ativo imobilizado	10	16	-
Constituição (reversão) de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	25.445	25.262
Comissão de fiança partes relacionadas	18	-	2.770
Juros e variações monetárias sobre debêntures	18	203.907	153.607
Capitalização de custo de empréstimos	18	(77.340)	-
Constituição da provisão de manutenção	15	2.092	-
Ajuste a valor presente provisão manutenção	15	71	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	81	7
Rendimento de aplicação financeira		(13.079)	(40.453)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento		509	888
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		4.019	4.019
Plano de incentivo de longo prazo liquidável em ações	16.7	651	307
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	8.904	45.527
Contas a receber de partes relacionadas	9	160	1.914
Tributos a recuperar		1.829	(4.332)
Adiantamentos a fornecedores		15	(1.175)
Despesas antecipadas e outros créditos		(58.465)	(8.756)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	240.465	(168.901)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	(111)	24.062
Imposto de renda e contribuição social a recolher		89.810	153.054
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(151.288)	(187.194)
Obrigações com o Poder Concedente		106	128
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	(20.484)	(25.728)
Obrigações sociais e trabalhistas		3.176	6.579
Passivo de contrato		(789)	-
Outras obrigações		1.448	2.786
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**925.593**	**513.414**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(204.956)	(115.881)
Aquisição de ativo intangível	11	(1.532.023)	(623.952)
Outros de ativo imobilizado e intangível	11	13.173	24.606
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	(117.445)	454.177
Resgates/aplicações (conta reserva)	6	(45.699)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(1.886.950)**	**(261.050)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures			
Captações	21.2	2.490.096	-
Pagamentos de principal	21.2	(1.050.000)	(154.042)
Pagamentos de juros	21.2	(159.574)	-
Juros sobre capital próprio pago		-	(249.655)
Arrendamento		-	-
Pagamento de principal	21.2	(4.750)	(7.192)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		**1.275.722**	**(410.889)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**314.316**	**(158.525)**
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		463.510	622.035
No final do exercício		777.826	463.510
		314.316	**(158.525)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, km 184,3, pista norte (sentido RJ), bairro Monte Grande, na Cidade de Santa Isabel, Estado São Paulo. A Companhia foi constituída em 16 de novembro de 2021, tendo o contrato de concessão assinado em 28 de janeiro de 2022 por um prazo de 30 anos. A Companhia é responsável pela prestação de serviço de exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) - São Paulo (SP), composto por: (i) Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-465 no município de Seropédica (km 214,7), e a divisa RJ/SP (km 339,6); (ii) Rodovia BR-116/SP, entre a divisa RJ/SP (km 0) e o entroncamento com a BR-381/SP-015 Marginal Tietê (km 230,6); (iii) Rodovia BR-101/RJ, entre o entroncamento com a BR-465, no município do Rio de Janeiro (Campo Grande) (km 380,8), e a divisa RJ/SP (km 599); e (iv) Rodovia BR-101/SP - entre a divisa RJ/SP (km 0) e Praia Grande, Ubatuba (km 52,1). As operações foram iniciadas em 1º de março de 2022. **Bens reversíveis, opção de renovação do contrato de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados, e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. Apesar de o contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão inclui o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1 Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens relacionados à questão do contrato de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados à questão do contrato de concessão. Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada

continua

continuação

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A.

parte, e (vi) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os termos regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa; (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, requisitos resolvidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, resultados sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que serão reconhecidos no momento da realização da obra ou melhoria da infraestrutura. O cenário atual e a Administração da Companhia entende que sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Em 26 de fevereiro de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de encerramento do exercício que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito.
8.2. Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais podem ser utilizados;
11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de projeção;
14.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
15. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
19. Instrumentos financeiros: mensuração ao valor justo, premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contraprestação a que uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de performance e (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a esses serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da execução física do trabalho contratado, que é aferida com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas, no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados no contrato de concessão, que prevêem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 17. **3.2. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atende aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:
• os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.4. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **3.5. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.6. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura – vide item 3.14. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.9. Provisão de manutenção – contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações mandatórias ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **3.10. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, reversões dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.11. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.12. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.13. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). **3.14. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somada à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.15. Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **3.16. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.17. Pagamento baseado em ações:** Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos. **3.18. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024. • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8). • Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1). • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16); • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28). **3.19. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 7, 8, 13 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativas às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 8, 13, 19 e 20. **c) Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros, não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	172.534	171.236	172.633	4.785.829
Fornecedores e outras obrigações	140.308	13.276	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	43.451	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	5.874	2.190
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	771.952	461.320
Total	**777.826**	**463.510**

Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	**255.469**	**79.246**
Aplicações financeiras (a)	209.770	79.246
Conta reserva (b)	45.699	-

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,01% do CDI, equivalente a 10,88% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (102,65% do CDI, equivalente a 13,46% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023). (a) Compreendem substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures (nota explicativa nº 13).

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:

	2024	2023
Circulante	**111.678**	**120.424**
Contas a receber das operações (a)	111.678	120.426
Provisão para perda esperada (b)	-	(2)
Não circulante	**21.409**	-
Contas a receber das operações (a)	21.409	-
Total	**133.087**	**120.424**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação da faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão; e (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Créditos a vencer	133.087	120.424
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	-	2
Total	**133.087**	**120.426**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**716.608**	**645.745**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**(243.647)**	**(219.553)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.494)	(1.812)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(515)	(156)
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	5.518	6.317
Juros sobre capital próprio	60.572	54.422
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	1	1
Outros ajustes tributários	44	23
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(179.525)**	**(160.757)**
Impostos correntes	(130.568)	(168.768)
Impostos diferidos	(48.957)	8.011
Alíquota efetiva de impostos	**-25%**	**-25%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	**12.740**	**11.530**
Provisão para participação nos resultados (PLR)	5.641	8.021
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	2.498	1.484
Plano de incentivo de Longo Prazo	1.381	833
Pré-operacionalidade (a)	784	1.145
Constituição da provisão de manutenção	735	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.701	15
Provisão para fornecedores	-	31
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	1
Compensação de imposto ativo	**(12.740)**	**(851)**
Impostos ativos após compensação	-	**10.679**
Passivo	**(51.018)**	**(851)**
Amortização do custo de transação	(24.135)	(765)
Capitalização de juros	(26.280)	-
Arrendamento	(603)	(86)
Compensação de imposto passivo	**12.740**	**851**
Impostos passivos após compensação	**(38.278)**	-
Imposto diferido líquido	**(38.278)**	**10.679**

Movimentação do imposto diferido	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	**10.679**	**2.668**
Reconhecimento no resultado	(48.957)	8.011
Saldos em 31 de dezembro	**(38.278)**	**10.679**

(a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré-operacionais irá realizar-se no momento que a Companhia entrar em operação, sendo realizado de forma linear em 60 parcelas.

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

	2024			2023		
Saldos	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	**2**	**13.256**	**13.258**	**10**	**223.496**	**223.506**
Aplicações financeiras	-	-	-	-	223.189	**223.189**
Bancos conta movimento	-	2.034	**2.034**	-	149	**149**
Contas a receber	2	6	**8**	10	158	**168**
Adiantamentos a fornecedores	-	11.216	**11.216**	-	-	-
Passivo	**11.481**	**31.970**	**43.451**	**10.146**	**719.367**	**729.513**
Debêntures	-	-	-	-	662.833	**662.833**
Fornecedores, contas a pagar e passivo de arrendamento	11.481	31.970	**43.451**	10.146	56.534	**66.680**

	2024			2023		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos/despesas - benefício de previdência privada de colaboradores	-	(249)	**(249)**	-	(497)	**(497)**
Custos/despesas - doações	-	(2.965)	**(2.965)**	-	(2.613)	**(2.613)**
Custos/despesas - serviços de manutenção de veículos	-	-	-	(1)	-	**(1)**
Custos/despesas de infraestrutura utilizada	-	(239)	**(239)**	-	(1.544)	**(1.544)**
Custos/despesas - serviços especializados e consultorias	-	(730)	**(730)**	-	(969)	**(969)**
Custos/despesas - serviços de transmissão de dados	-	(149)	**(149)**	-	(412)	**(412)**
Custos/despesas - seguros	-	(79)	**(79)**	-	(51)	**(51)**
Custos/despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(10.038)	**(10.038)**	-	-	-
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	-	-	(2.770)	-	**(2.770)**
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	(91)	**(91)**	-	(116)	**(116)**
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	328	**328**	-	928	**928**
Receitas de aplicações financeiras	-	6.482	**6.482**	-	86.440	**86.440**
Repasse de custos e despesas - CSC	(137.168)	-	**(137.168)**	-	(108.838)	**(108.838)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(301)	73	**(228)**	3	365	**368**
Imobilizado/intangível	273	282.313	**282.586**	-	90.156	**90.156**

9.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave:

	2024	2023
Remuneração (b) (c)	**3.219**	**1.815**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.934	1.372
Outros benefícios	1.285	443
Provisão para remuneração variável do ano	579	-
Complemento de provisão de PPR do ano anterior (a)	660	382
Previdência privada	43	59
Seguro de vida	3	2

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 16 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e Diretoria da Companhia de até R$ 2.239, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

continua

continuação

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A.

9.2. Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	2024	2023
Remuneração dos administradores (c)	1.206	120

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R$ 860; (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante R$ 12.525, referente às despesas com profissionais-chave. (c) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria.

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2023	38	-	67	80	185	84.781	84.966
Adições	-	-	-	-	-	115.861	115.681
Transferências	1.071	6.940	35.360	2.052	45.313	(45.313)	-
Depreciação	(50)	(132)	(2.900)	(389)	(3.531)	-	(3.531)
Outros	-	-	-	-	-	(238)	(238)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.009	6.748	32.461	1.743	41.961	155.111	197.078
Custo	1.060	6.940	35.368	2.138	45.506	155.111	200.617
Depreciação acumulada	(51)	(192)	(2.907)	(395)	(3.545)	-	(3.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.009	6.748	32.461	1.743	41.961	155.111	197.078
Adições	-	-	-	-	-	228.299	228.299
Baixas	(16)	-	-	-	(16)	-	(16)
Transferências	516	28.344	10.149	32.216	71.225	(71.225)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(161)	(161)	-	(161)
Depreciação	(141)	(3.143)	(10.160)	(1.697)	(15.141)	-	(15.141)
Outros	-	-	-	-	-	(104)	(104)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.368	31.949	32.450	32.101	97.874	312.081	409.955
Custo	1.559	35.284	45.517	34.133	116.553	312.081	428.634
Depreciação acumulada	(151)	(3.335)	(13.067)	(2.032)	(18.679)	-	(18.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.368	31.949	32.450	32.101	97.874	312.081	409.955
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2024	10	15	24	11			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 23.844 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 2,84% a.a.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.018.047	-	1.207	2.019.254	280.754	2.300.008
Adições	-	-	6.761	6.761	797.766	804.527
Transferências	341.708	68	(68)	341.708	(341.708)	-
Amortização	(51.033)	(5)	-	(51.038)	-	(51.038)
Outros (b)	-	-	-	-	(24.368)	(24.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.308.722	63	7.900	2.316.685	712.444	3.029.129
Custo	2.394.869	68	7.900	2.402.837	712.444	3.115.281
Amortização acumulada	(86.147)	(5)	-	(86.152)	-	(86.152)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.308.722	63	7.900	2.316.685	712.444	3.029.129
Adições	-	-	36.463	36.463	1.372.083	1.408.546
Transferências	400.156	676	(677)	400.156	(400.156)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	161	161	-	161
Amortização	(62.239)	(27)	-	(62.266)	-	(62.266)
Outros (b)	(1.540)	-	-	(1.540)	(10.878)	(12.418)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.645.099	662	43.897	2.689.658	1.673.993	4.363.651
Custo	2.793.485	694	43.897	2.838.076	1.673.993	4.512.069
Amortização acumulada	(148.386)	(32)	-	(148.418)	-	(148.418)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.645.099	662	43.897	2.689.658	1.673.993	4.363.651
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico; e (b) Refere-se a sinistros e desapropriações.

Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	1.660.086
Etapa inicial das obras da BR-116 na Serra das Araras, região metropolitana de São Paulo e região metropolitana de São José dos Campos	1.377.454
Obras de recuperação de terraplenos e adequação de taludes da rodovia	157.705
Revitalização de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101 e BR-116	87.126
Implantação de passarelas	20.967
Implantação de fibra óptica	13.252
Execução de obras de melhorias nas bases e pedágios	4.182

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 53.496 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 2,84% a.a.

12. Fornecedores

	2024	2023
Circulante	140.908	82.892
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	105.021	62.534
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	360	-
Cauções e retenções contratuais (b)	35.527	20.358
Total	140.908	82.892
	2024	**2023**
Não circulante	13.276	7.819
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	13.276	7.819
Total	13.276	7.819

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenções e conservação; e (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023	
1ª Emissão - Série única	CDI + 1,25% a.a.	1,5445% (a)	Dezembro de 2024	4.377	-	-	1.053.310	(b)
2ª Emissão - Série 1	IPCA + 6,90% a.a.	6,5791% (a)	Junho de 2047	3.783	3.732	507.546	-	(c) (d) (e) (f) (g)
2ª Emissão - Série 2	IPCA + 6,90% a.a.	6,5791% (a)	Junho de 2047	15.131	14.925	2.030.183	-	(c) (d) (e) (f) (g)
Total					18.681	2.537.729	1.053.310	

	2024	2023
Circulante	6.119	1.053.310
Debêntures	6.760	1.054.794
Custos de transação	(641)	(1.484)
Não circulante	2.531.610	-
Debêntures	2.549.630	-
Custos de transação	(18.020)	-
Total	2.537.729	1.053.310

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR. **Garantias:** (b) Não existem garantias; (c) Garantia real; (d) Alienação fiduciária; (e) Cessão fiduciária de direitos da *concessão* e creditórios; (f) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão; e (g) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*.

Cronograma de desembolso (não circulante)	2024
2029 em diante	2.549.630
(-) Custo de transação	(18.020)
Total	2.531.610

A Companhia possui contratos financeiros com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmado ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. **14.1 Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43	-	-	43
Constituição	22.674	2.759	2	25.435
Reversão	(40)	(36)	-	(76)
Pagamentos	(20.256)	(225)	(2)	(20.484)
Atualização de bases processuais e monetária	41	42	-	86
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.461	2.537	-	5.004

14.2 Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis e administrativos	11.188	3.543
Trabalhistas e previdenciária	1.705	398
Total	12.893	3.941

15. Provisão de manutenção

	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-
Constituição	2.092	2.092
Ajuste a valor presente	71	71
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.163	2.163

A taxa no exercício findo em 31 de dezembro 2024, para o cálculo do valor presente, é de 9,64% a.a.

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social: Em 20 de dezembro de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 151.431, mediante a incorporação de juros sobre o capital próprio conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/12/2024, sem a emissão de novas ações ordinárias. O capital social da Companhia passou de R$ 2.034.123 para R$ 2.185.554 dividido em 2.034.123 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **16.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **16.3. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. **16.4. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	537.083
(-) Constituição da reserva legal	(26.854)
Lucro líquido ajustado	510.229
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	127.557
Total de juros sobre capital próprio aprovados e pagos	(178.154)

Em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de juros sobre capital próprio pagos. **16.5. Juros sobre capital próprio:** Em 13 de dezembro de 2024, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 178.154, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R$ 151.431, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 26.723. O valor líquido foi integralmente utilizado para o aumento de capital social da Companhia, aprovado em Ata de assembleia geral extraordinária em 20 de dezembro de 2024. **16.6. Lucro por ação básico e diluído:** A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido	537.083	484.588
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.034.123	2.034.123
Lucro líquido por ação - básico e diluído	0,2640	0,2384

16.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024 pela Controladora, houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo: Parcela de Performance: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 35.390 ações; • Data da outorga: 26 de junho de 2024; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R$ 13,04; • Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R$ 14,61, R$ 16,44 e R$ 18,46; • Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%; • *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%; • Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*). Parcela de Retenção: O valor justo da parcela atrelada à retenção, 35.390 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e à prestação do serviço por parte dos funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R$ 651.

17. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	2.653.238	1.922.331
Receitas de pedágio	1.342.169	1.195.589
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.299.232	721.291
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	326	328
Receitas acessórias	11.511	5.023
Deduções das receitas brutas	(121.612)	(108.084)
Impostos sobre receitas	(121.608)	(108.056)
Abatimentos	(4)	(28)
Receita operacional líquida	2.531.626	1.813.247

18. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(130.345)	(158.791)
Juros sobre debêntures	(154.277)	(153.807)
Variação monetária sobre debêntures	(49.760)	-
Comissão de fianças partes relacionadas	-	(2.740)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(71)	-
Capitalização de custo dos empréstimos	77.340	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(84)	(11)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(509)	(888)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(2.984)	(1.520)
Receitas financeiras	84.894	113.085
Juros e variações monetárias sobre debêntures	130	1.531
Ajuste a valor presente - arrendamento	2.018	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	82.308	111.347
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	3	4
Juros e outras receitas financeiras	435	203
Resultado financeiro líquido	(45.451)	(45.706)

19. Instrumentos financeiros: 19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2024	2023
Ativo		1.166.390	685.913
Valor justo através do resultado		1.033.285	542.756
Caixa e bancos	Nível 2	5.874	2.190
Aplicações financeiras	Nível 2	981.722	540.566
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	45.689	-
Custo amortizado		133.095	143.157
Contas a receber das operações		133.087	120.424
Contas a receber de partes relacionadas		8	22.733
Passivo		(2.742.163)	(1.193.697)
Custo amortizado		(2.742.163)	(1.193.697)
Debêntures (a)		(2.537.729)	(1.053.310)
Fornecedores, obrigações com o Poder Concedente e outras obrigações		(160.983)	(95.256)
Fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas		(43.451)	(45.131)
Total		(1.575.773)	(507.784)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	2.556.390	2.189.018	1.054.794	1.072.075

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito. **19.2. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia avalia, para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **19.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

			Efeito em R$ no resultado		
Risco		Exposição em R$ (1) (3)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPCA		2.556.390	(307.805)	(340.745)	(373.685)
Efeito sobre as debêntures			(307.805)	(340.745)	(373.685)
CDI		931.612	61.732	84.247	100.508
Efeito sobre as aplicações financeiras			61.732	84.247	100.508
Total do efeito líquido de perda			(246.073)	(256.498)	(273.177)
As taxas de juros consideradas foram (1)	CDI (2)		12,1500%	15,1875%	18,2250%
	IPCA (2)		4,8300%	6,0375%	7,2450%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável; (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI). **20. Compromissos vinculados a contratos de concessão:** A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços.

	2024	2023
Compromissos relativos à concessão	14.612.092	14.405.417

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

21. Demonstração do fluxo de caixa: 21.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo.

	2024	2023
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(1.569)	176.373
Fornecedores	-	176.373
Fornecedores - partes relacionadas	(1.569)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(176.373)
Aquisições do ativo intangível	-	(176.373)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	1.569	-
Aumento de capital social	151.431	-
Juros sobre capital próprio pagos	(151.431)	-
Passivo de arrendamento	1.569	-

21.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Passivo de arrendamento	Total
Saldo inicial	(1.053.310)	(27.384)	(1.080.694)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(1.280.512)	4.790	(1.275.722)
Captações (líquidas dos custos de transação)	(2.481.086)	-	(2.481.086)
Pagamentos de principal e juros	1.200.574	4.790	1.205.364
Outras variações que não afetam caixa	(203.907)	19.470	(184.437)
Juros e variações monetárias	(203.907)	-	(203.907)
Reversão do ajuste a valor presente	-	(509)	(509)
Amortização do contrato Sanjis	-	765	765
Baixas de contratos de arrendamento	-	19.214	19.214
Saldo final	(2.537.729)	(3.124)	(2.540.853)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente

Ísmar Carvalho de Almeida - Membro Efetivo

Waldo Edwin Pérez Leskovar - Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Carlo Henriques Silva Fumasaro - Diretora Presidente e de RI

Guilherme Motta Gomes - Diretor

Angelo Luiz Lodi - Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancati - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A.
Santa Isabel – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 3.6, 3.13 e 11 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R$ 1.372.083 mil referente à infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conforme ICPC 01/CPC 25 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos [illegible] a manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerce julgamento para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6 F SP

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

PRÓ SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO
DOE SANGUE (11) 4573-7800



O secretário da Habitação, Scott Turner (de pé), conduz prece em reunião do gabinete de Trump Brian Snyder/Reuters

Trump diz que novo gold card ajudará a pagar dívida dos EUA e atrairá investidores

Republicano anuncia que compra da permissão de residência por US$ 5 milhões começará em aproximadamente duas semanas

WASHINGTON | REUTERS O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta quarta-feira (26) que o gold card —proposta em que a permissão de residência americana pode ser comprada por US$ 5 milhões (cerca de R$ 29 milhões)— ajudaria o país a pagar sua dívida pública ao mesmo tempo em que ofereceria às principais empresas uma maneira de atrair os melhores trabalhadores imigrantes.

A venda do gold card, que oferece a seu portador a possibilidade de se tornar cidadão americano, deve começar em cerca de duas semanas. As declarações de Trump ocorreram durante a primeira reunião de gabinete de seu segundo mandato —o presidente havia mencionado a proposta pela primeira vez na terça-feira (25), mas especialistas já afirmam ser improvável que a medida atraia investidores para os EUA.

O "Trump gold card" (cartão ouro de Trump) seria uma espécie de green card, a permissão para residência permanente nos EUA, e substituiria o chamado visto para investidores (conhecido como EB-5), que permite morar nos EUA ao investir pelo menos US$ 1 milhão (R$ 5,8 milhões) em uma empresa que tenha ao menos dez funcionários.

Ao contrário do gold card, o EB-5 não prevê possibilidade de aquisição da cidadania e exige que o dinheiro seja investido —não se trata de transferência direta ao Tesouro. O visto é considerado sujeito a fraudes, dada a dificuldade de verificar se o dinheiro investido tem origens lícitas.

Permissões para residência atreladas à riqueza são comuns em outros países, como Portugal, que oferece o chamado Golden Visa a estrangeiros que investirem € 500 mil e empregarem ao menos dez pessoas.

A União Europeia vem pressionando Estados-membros a encerrar ou restringir programas do tipo, que podem causar aumento na especulação imobiliária e trazem benefícios mínimos ao PIB, além de aumentar riscos de evasão fiscal e corrupção.

Em 2021, um estudo conduzido pela London School of Economics afirmou que investimentos trazidos por cidadãos que buscam esse tipo de visto "representam parcela minúscula" do total do investimento estrangeiro desses países, com impacto econômico praticamente irrelevante.

De acordo com a declaração de Trump, a venda dos títulos será importante para o abatimento da dívida dos EUA. O país gastará neste ano, pela primeira vez na história, mais com juros para financiar o endividamento público recorde do que o valor destinando para a área militar. Serão US$ 892 bilhões em juros ante US$ 824,3 bilhões com a Defesa.

Para cobrir esse valor, os EUA precisariam vender pelo menos 180 mil gold cards por ano —o visto EB-5, em comparação, teve apenas 10 mil emissões no período entre 2023 e 2024.

Segundo Trump, o gold card vai atrair "pessoas ricas e muito bem-sucedidas, que vão gastar muito dinheiro, empregar um monte de gente e pagar um monte de impostos". "Vai ser um grande sucesso", disse. O mecanismo também permitiria, após certo período de tempo, que seu portador se torne cidadão americano.

O republicano afirmou que não pretende criar muitas restrições a respeito de quais nacionalidades poderiam comprar o gold card, abrindo a possibilidade de que cidadãos de países rivais dos EUA, como a Rússia e a China, possam eventualmente comprar uma forma de obter a cidadania americana.

O visto EB-5 já é utilizado principalmente por chineses de alta renda em busca de uma forma de permitir que seus filhos estudem em universidades americanas, segundo especialistas em migração.

Economistas ouvidos pela agência de notícias Reuters dizem que o gold card provavelmente não será bem-sucedido em atrair investidores internacionais principalmente em razão da alta carga tributária dos EUA em comparação com outras opções ao redor do mundo.

Casa Branca barra parte dos repórteres em primeira reunião de gabinete

A Casa Branca negou na quarta (26) o acesso de um fotógrafo da Associated Press e de três repórteres da Reuters, do HuffPost e do jornal alemão Der Tagesspiegel, à primeira reunião do gabinete do presidente dos EUA, Donald Trump.

Equipes de TV das emissoras ABC e Newsmax, além de correspondentes da Axios, Blaze, Bloomberg e NPR, puderam cobrir o evento.

Na terça (25), a Casa Branca anunciou que passaria a escolher quais meios de comunicação poderiam participar da cobertura diária.

Não adianta designar cartéis como terroristas

Ato de presidente americano complica relação diplomática com México

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT

Com exceção do francês Jacques Audiard, o cineasta que nos presenteou com a fantasia pseudomexicana "Emília Pérez", é difícil encontrar um adulto sensato cuja imaginação produza a figura do traficante assassino virtuoso.

Mas esta coluna não é sobre ficção, e sim sobre a realidade da qual os mexicanos não serão poupados, nem por um milhão de ONGs piedosas.

Um dos primeiros atos de Donald Trump, no dia da posse, foi designar como terroristas os cartéis de traficantes do México. Na prática, a decisão pode ampliar o uso de sanções e —esta questão não é clara— envolver as Forças Armadas no combate ao tráfico.

A ideia de narcoterrorismo nos EUA não é nova e é bipartidária. De Ronald Reagan a Hillary Clinton, políticos americanos defenderam alguma forma de envolvimento militar na caça aos cartéis que se aproxima de meio século de fracassos.

No México, o índice de homicídios estava em declínio no começo do milênio, até que o presidente Felipe Calderón, empossado em 2006, implantou a militarização do combate ao tráfico. Desde então, o país acumulou centenas de milhares de homicídios e pelo menos 100 mil casos de desaparecidos.

O presidente americano cita a trágica epidemia de opioides para ameaçar o México e o Canadá com sanções comerciais. Para quem se interessa por fatos, o Canadá é responsável por 0,2% das apreensões de fentanil por autoridades americanas, e a agência canadense responsável pela fronteira confirma que a quantidade de drogas ilegais vindo dos EUA é mais alta e não para de subir.

Um dos primeiros atos de Donald Trump, no dia da posse, foi designar como terroristas os cartéis de traficantes do México. A decisão pode ampliar o uso de sanções e envolver as Forças Armadas no combate ao tráfico

Mesmo sem incluir os cartéis na lista de Organizações Terroristas Estrangeiras do Departamento de Estado, o governo já dispunha de vasta capacidade de coleta de inteligência sobre os traficantes. A questão é de prioridade. Mas a inclusão cria incerteza jurídica, além de não trazer garantia de proteção da segurança nacional. Um especialista do think tank Rand Corporation disse acreditar que traficantes poderiam se transformar em grupos terroristas de fato.

O historiador mexicano Oswaldo Zavalla, autor de um livro sobre o narcotráfico, lembra que a maioria dos usuários de fentanil são cidadãos americanos, assim como a maioria dos responsáveis pela entrada desta droga nos EUA. Como já acontece com pessoas flagradas em qualquer contato com a Al Qaeda ou com o Estado Islâmico, americanos usuários de opioides poderiam ser investigados por apoio a terrorismo. Empresas e bancos ficariam expostos à Justiça criminal americana por ter inadvertidamente vínculos com empresas ou indivíduos mexicanos apontados como suspeitos.

Num presente de captura de governos por extremistas, é difícil conceber como misturar grupos movidos por religião ou ideologia, inimigos declarados de um país, a criminosos cujo interesse é sobretudo financeiro.

Jason Blazakis, ex-assessor do governo Barack Obama responsável por vetar a classificação de organizações terroristas, explicou recentemente que a decisão de não incluir os cartéis na lista foi tomada sobretudo pelo dano que ela poderia causar às relações bilaterais com o México, um país que não endossa essa classificação. Mas o tempo em que considerações diplomáticas tinham peso em Washington parece hoje distante.

DOM. Sylvia Colombo SEG. Bianca Santana
QUA. Rui Tavares QUI. Lúcia Guimarães **SÁB. Igor Patrick**

Zelenski aceita acordo de minerais sem salvaguarda, que Trump empurra à UE

Presidente americano diz que garantias após guerra serão tarefa dos aliados europeus, o que Moscou já disse rejeitar

Igor Gielow

SÃO PAULO Em mais um capítulo da novela para chegar a uma trégua na Guerra da Ucrânia, o presidente Volodimir Zelenski disse na quarta (26) que aceita o acordo proposto por Donald Trump para exploração de minerais estratégicos do país europeu na esperança de que ele faça parte de um arranjo sobre o fim do conflito.

O presidente americano, por sua vez, anunciou que o ucraniano irá à Casa Branca para assinar o acordo na sexta (28), deixando claro que os Estados Unidos não irão fornecer salvaguardas contra futuras agressões russas, e sim seus parceiros europeus.

"Eu não farei garantias de segurança. Nós teremos a Europa para fazê-las, porque a Europa é o vizinho ao lado [da Ucrânia]", disse. Na versão atual do acordo, há uma referência vaga ao apoio americano "ao esforço da Ucrânia de obter as garantias" e só. Trump reiterou que isso não inclui a entrada de Kiev na aliança militar que comanda: "Otan você pode esquecer".

Falta, agora, combinar com os russos, que rejeitam quaisquer tropas da Otan no território vizinho. Trump irá tratar do tema com um dos pais da ideia, o premiê britânico, Keir Starmer, que o visitará nesta quinta-feira (27).

"Não haverá cessar-fogo sem garantias de segurança para a Ucrânia", afirmou mais cedo Zelenski. Ele havia dito que as tratativas eram iniciais e que suas expectativas eram de que o arranjo fosse parte de um esforço para reconstruir a Ucrânia. Segundo o ucraniano, o sucesso da empreitada está nas mãos de Trump.

Tudo isso sugere o inevitável: mais concessões de Kiev ante o alinhamento de Trump à visão russa do conflito. Comentando isso nesta quarta, o premiê polonês, Donald Tusk, disse que qualquer acordo não "pode ser a capitulação da Ucrânia".

O presidente americano tem jogado ambiguamente desde que mudou a política externa de seu país e retirou o apoio incondicional a Kiev. Ligou para Vladimir Putin, colocou equipes americanas para negociar diretamente com os russos e ainda pressionou Zelenski, chamando-o de ditador e de dispensável.

Ao mesmo tempo, pôs na mesa um acordo em que os EUA tomariam para si US$ 500 bilhões (R$ 2,8 trilhões) em reservas de minerais estratégicos dos ucranianos em troca do apoio já dado e, talvez, de algo no futuro. Zelenski rejeitou a oferta, dizendo que não poderia "vender seu país".

Trump se manteve na ofensiva, e o ucraniano aquiesceu, com os americanos retirando o preço da fatura da negociação. Agora, há declarações vagas sobre exploração conjunta e a criação de um fundo mútuo para a reconstrução —algo que o Banco Mundial estima nos mesmos US$ 500 bilhões.

Zelenski tenta vender a ideia de que não cedeu, e que espera ainda as tais garantias de segurança. "O acordo é parte de um acerto maior com os EUA. Ele pode ser parte de futuras garantias de segurança, mas temos de entender a visão maior. Depende da nossa conversa com o presidente Trump", afirmou.

Na conversa que teve com o colega francês, Emmanuel Macron, na segunda (24), o republicano apoiou a ideia de que elas fossem dadas por uma força de paz europeia, algo que Paris, Londres e Berlim dizem topar. Quem não aceita é a Rússia, algo repetido nesta quarta pelo chanceler Serguei Lavrov.

Trump, fiel a seu estilo, disse que Putin concordava com a proposta, o que Moscou negou. O problema, para os russos, é a ideia de tropas da Otan estacionadas na Ucrânia —a ideia de Kiev de entrar na aliança foi um dos motivos alegados para a guerra.

Pela proposta ventilada na Europa, 30 mil soldados ficariam não na linha de frente congelada, mas sim em cidades grandes da Ucrânia na retaguarda.

Putin se mexeu, fazendo uma oferta que diz ser mais suculenta do que a de Kiev no campo de terras raras, minerais empregados na indústria de alta tecnologia.



Rússia e Ucrânia se atacam em meio a diálogos

Enquanto seus líderes negociam com os Estados Unidos de Donald Trump, Rússia e Ucrânia escalaram nesta quarta-feira (26) a guerra aérea entre os dois países, em conflito desde que Vladimir Putin invadiu o vizinho em 2022.

Os russos lançaram 177 drones contra as regiões de Kiev, Kharkiv, Kirovohrad e Sumi. Os ucranianos disseram ter derrubado 110 aparelhos, e 66 foram afetados por contramedidas eletrônicas.

De seu lado, as forças de Volodimir Zelenski reagiram com mais força na quarta. O Ministério da Defesa russo disse ter derrubado 127 drones lançados contra o país durante a noite —o total de aparelhos nunca é divulgado.

Hamas entrega à Cruz Vermelha mais quatro corpos de reféns israelenses

GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

SÃO PAULO O grupo terrorista Hamas entregou nesta quarta (26) à Cruz Vermelha os corpos de mais quatro reféns israelenses mortos na Faixa de Gaza. A informação foi confirmada por autoridades israelenses à agência de notícias Reuters e ao jornal Times of Israel.

De acordo com a facção, os cadáveres são de Tsachi Idan, Itzik Elgarat, Ohad Yahalomi e Shlomo Mantzur. Uma vez em território israelense, os corpos passariam por análise forense para que suas identidades fossem confirmadas.

Mais cedo, os países mediadores entre Israel e Hamas alcançaram um acordo para trocar todos os prisioneiros palestinos que deveriam ter sido libertados na semana passada pelos corpos dos quatro reféns israelenses. O pacto foi acordado sob supervisão de autoridades do Egito.

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, foi alvo de críticas do irmão de Itzik Elgarat, um dos reféns cujo cadáver foi entregue. Danny Elgarat disse que o governo abandonou sua família e que a vida do seu irmão "foi sacrificada em um altar político".

No último domingo (23), o Hamas acusou Israel de colocar em perigo a trégua vigente há cinco semanas em Gaza ao atrasar a libertação prevista de mais de 600 presos palestinos.

Israel justificou esse atraso pela forma com que o Hamas realizou a entrega de reféns, entre vivos e mortos, desde o início do cessar-fogo, com membros do grupo mascarados em palanques decorados com slogans do movimento. Netanyahu chamou esses atos de "cerimônias humilhantes".

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que faz a ponte entre o Hamas e autoridades israelenses nas trocas, cobrou que as libertações sejam feitas "de forma digna e privada".

Na semana passada, a devolução dos corpos de quatro reféns, entre eles as duas crianças da família Bibas, causou indignação pois o Hamas expôs caixões ao lado de imagens manipuladas de Netanyahu retratado como um vampiro.

O caso se agravou depois de uma análise forense revelar que o suposto corpo da mãe, Shiri Bibas, não correspondia a nenhum refém israelense.

Um dia depois, o Hamas devolveu o corpo de Shiri, que foi enterrado nesta quarta-feira (26) junto aos de seus filhos Ariel e Kfir, que tinham quatro anos e oito meses e meio no momento do sequestro.

Passado esse caso, o Hamas libertou no sábado seis reféns vivos, mas Israel adiou a soltura de 600 presos palestinos.

Com AFP e Reuters







Frames de vídeo compartilhado por Donald Trump retratando Gaza como 'Riviera do Oriente Médio' Realdonaldtrump no Truth Social

Republicano publica vídeo feito por IA promovendo plano para tomar Gaza

SÃO PAULO O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, compartilhou em seu perfil na rede social Truth Social um vídeo gerado por inteligência artificial que imagina a Faixa de Gaza como um balneário luxuoso.

No vídeo, o território devastado pela guerra entre Israel e Hamas dá lugar a hotéis e cassinos de luxo com a marca de Trump, que aparecem como pano de fundo em cenas que mostram mulheres e crianças dançando sob uma chuva de dinheiro, o empresário Elon Musk comendo comida árabe e Trump e Binyamin Netanyahu bebericando drinques à beira de uma piscina. Uma enorme estátua dourada do próprio presidente americano também é destacada. Rebeca Oliveira

Efeito Trump afugenta brasileiros na fronteira, mas travessia ainda é opção

Ritmo de apreensões cai; do lado mexicano, migrantes preferem aguardar por asilo

PESADELO AMERICANO

Julia Chaib

MATOMOROS E REYNOSA (MÉXICO) O haitiano Jean (nome fictício), 55, saiu do Brasil em dezembro de 2024 com a esposa, também haitiana, e seus dois filhos brasileiros. Ele trabalhava como pedreiro em Indaiatuba, no interior de São Paulo, desde o fim de 2010, quando migrou para o Brasil depois que a casa da família foi destruída pelo terremoto que assolou o país caribenho.

"Eu gostava da cidade, mas uma hora não consegui aguentar mais. Estava subindo o aluguel, água, luz, internet, e o preço do serviço ficava o mesmo", diz Jean.

Um primo dele decidiu tentar a vida nos Estados Unidos e iniciou um périplo pela América Latina. Convencido pelo parente, Jean fez o mesmo. Conseguiu um visto para chegar de avião até a Nicarágua e depois subiu até a fronteira do México com os EUA.

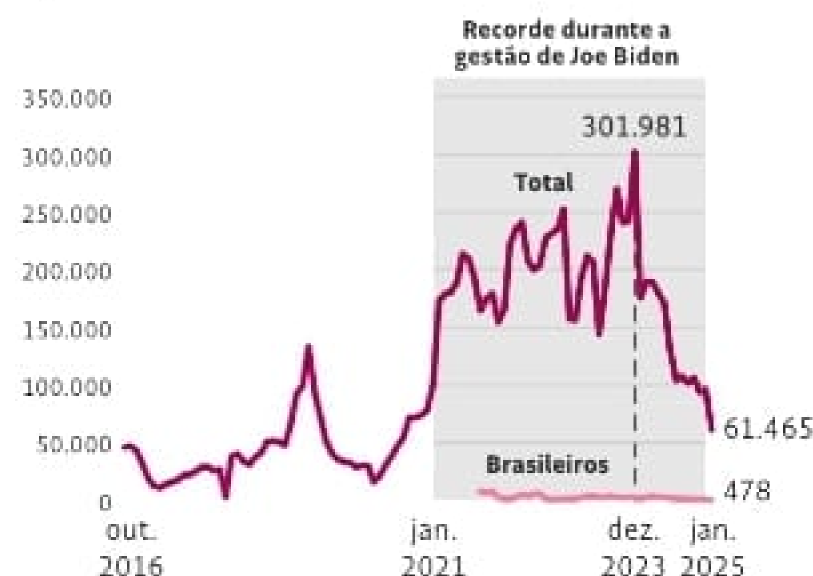
Em solo mexicano, Jean se juntou ao irmão, que também estava com a mulher e três filhos brasileiros. Todos das duas famílias conseguiram se cadastrar em uma audiência para pedir asilo e entrar legalmente nos EUA no dia 9 de fevereiro. Como tantos outros, desesperaram-se com o cancelamento súbito da consulta. "Vendi tudo que tinha. Não tenho como voltar ao Brasil agora", afirma à Folha, no abrigo onde está em Matamoros, fronteira com Brownsville, no Texas.

Os filhos de Jean fazem parte de um contingente em queda de brasileiros tentando chegar aos EUA pela fronteira com o México. De outubro a dezembro do ano passado, quando Trump já estava em campanha contra a imigração e posteriormente reforçou essa plataforma com a vitória nas urnas, menos de mil pessoas com nacionalidade brasileira foram apreendidas por autoridades americanas. Em janeiro, foram menos de 500.

A redução tem a ver também com medidas do antecessor, Joe Biden, para impedir o ingresso ilegal na região —o democrata criou meios para regularizar a entrada via pedidos de asilo, como o agora suspenso aplicativo CBP One, e aumentou as deportações. Foi uma reação ao aumento expressivo de travessias em seu governo, chegando ao pico de mais de 2,5 milhões em 2022.

Mesmo sem figurar entre as principais nacionalidades que cruzam a fronteira, os brasileiros passaram a procurar mais essa via de entrada nos últimos anos. Estudo do MPI (Migration Policy Institute) de 2022 mostra que as apreensões de migrantes do Brasil por autoridades americanas subiram de 3.100 no ano fiscal de 2016 para 57 mil em 2021.

Apreensões na fronteira com o México



Fonte: Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP) dos Estados Unidos

Um levantamento do MPI publicado neste mês revisou para cima a estimativa do total de imigrantes em situação irregular nos EUA e projeta que, em meados de 2023, havia 13,7 milhões de pessoas nessa situação. Desses, 286 mil seriam brasileiros, a 7ª maior população no total.

Série aborda fluxo migratório em região fronteiriça

A Folha viajou do sul ao norte do Texas e cruzou a fronteira para o México a pé. Lá, a reportagem conheceu imigrantes que não têm para onde ir.

Este é o segundo de quatro capítulos que contam essas histórias da fronteira.

Em 2023, segundo um documento do serviço de imigração, cerca de 70 mil brasileiros estavam nos EUA com o visto vencido, o que demonstra esta via como a principal forma de ingresso da comunidade brasileira.

Gabrielle Oliveira, professora da Universidade Harvard, diz que a busca pela fronteira tem se tornado uma alternativa diante do controle maior na concessão de vistos. "Brasileiros que antes conseguiam vir como turista estão sendo negados", relata.

No curto prazo, Trump parece ter conseguido desestimular travessias de um modo geral, inclusive de brasileiros. A Folha visitou três pontos da fronteira e encontrou poucos deles. Os que achou estavam encurralados no México, no limbo por terem visto a chance de solicitar asilo nos EUA se esvair com a volta do republicano ao poder. Justamente o caso de Jean, a esposa e os filhos cidadãos brasileiros.

Atravessar irregularmente pelo rio Grande não está nos planos da família. A ideia é aguardar para ver se Trump reabre as vias de pedido de asilo e refúgio. Se isso não acontecer, o plano é ficar e trabalhar no México para se restabelecer financeiramente.

"Se não der certo, vou tentar os documentos aqui para as crianças irem para a escola e procurar outra cidade que tem serviço. Aqui [em Matamoros] não dá. Meu pensamento é trabalhar, fazer dinheiro e voltar para o Brasil e comprar uma casa." Em abrigo em Reynosa, também visitado pela Folha, também havia diversos haitianos com filhos brasileiros, incluindo bebês.



Peregrinos carregam cruz em oração pelo papa Francisco na praça São Pedro, no Vaticano Claudia Greco/Reuters

Na praça São Pedro, fiéis e turistas rezam pelo mistério doloroso do papa Francisco

José Henrique Mariante

ROMA "Nós nos reunimos em oração com Maria para meditar nos mistérios de Cristo. Oramos pela saúde do Santo Padre Francisco." A praça São Pedro tem algumas centenas de pessoas, talvez um milhar, mistura de fiéis, religiosos e turistas.

Por devoção ou simplesmente porque passavam pelo local, católicos estão ali para orar pela saúde do papa, no hospital Gemelli desde 14 de fevereiro com uma pneumonia dupla. Já é a maior internação de Jorge Mario Bergoglio, 88, como papa, e seu estado é considerado grave, ainda que estável.

A chuva fina que caía em Roma dá uma trégua para o Rosário. É noite de terça-feira, quando são citados os cinco mistérios dolorosos. Há também os gozosos, os luminosos e os gloriosos, e cada dia da semana tem os seus. No primeiro mistério doloroso, Jesus orou no Jardim das Oliveiras: "Pai meu, se for possível, afasta de mim este cálice! Mas não como eu quero, e sim como Tu queres!". É do Evangelho de Mateus, inspiração de Chico Buarque e Gilberto Gil para "Cálice", que a ditadura militar censurou por cinco anos.

Cálice, com duplo sentido na canção, simboliza o sofrimento que Cristo já sabia que iria sofrer. "É um instinto natural, quando alguém está doente, nos sentimos mal. E o que podemos fazer em tal situação é interceder pela pessoa, rezar por sua rápida recuperação", diz o padre da diocese de Boya, em Camarões, que está em Roma estudando direito canônico.

Ele não fala seu nome. Ao seu lado, uma freira recusa inclusive conceder entrevista. Há uma sutil animosidade com a imprensa, talvez pela razoável conclusão de que os repórteres estão ali apenas porque o papa está mal.

A praça é gigantesca, com dimensões que tornam modesta a quantidade de pessoas. Há um ruído constante, o ranger das cadeiras, que são tombadas para escorrer a água empoçada nos assentos. Junto com os barulhos da cidade e até de uma gaivota, por outro lado, dão certa humanidade ao evento —talvez ao estilo de Francisco, afeito ao trabalho pastoral, muito mais do que à grandiosidade do Vaticano.

Pontífice tem melhora nos rins, afirma Vaticano

A condição clínica do papa Francisco, que tem pneumonia nos dois pulmões, mostrou leve melhora.

A insuficiência renal dos últimos dias cessou, informou o Vaticano na quarta (26).

Verónica Abad Daniel Noboa ataca Estado de Direito, e governo do Equador hoje não é democrático

Rompida com presidente que busca se reeleger, vice diz que antigo aliado não cumpriu promessas de campanha e se aferrou no poder à força; país volta às urnas em abril em segundo turno entre mandatário e opositora Luisa González

ENTREVISTA

Mayara Paixão

BUENOS AIRES O enredo de disputa entre um presidente e seu vice não é bem uma novidade na América Latina. Mas, no Equador, o rompimento político ganhou contornos de denúncias de perseguição e violência de gênero, virou disputa judicial e foi alvo de comentários da ONU.

Como demonstra nesta entrevista, a vice-presidente Verónica Abad, 48, política da direita, liberal e natural de Cuenca, na região dos Andes, discorda do próprio governo para o qual foi eleita em um mandato-tampão de um ano e meio com o presidente Daniel Noboa em 2023.

Ligada ao empresariado, ela logo se destacou e mostrou, aos olhos de analistas ouvidos pela reportagem, um perfil com potencial para encampar a campanha anticorrerista (referência ao ex-presidente de esquerda Rafael Correa, hoje asilado na Bélgica, e à agora candidata à Presidência Luisa González, sua pupila).

O protagonismo da vice parece não ter caído bem ao presidente. Noboa se recusou a deixar Abad em seu cargo para se afastar e fazer campanha à reeleição, como manda a Constituição. Quando se ausentou, colocou no posto uma secretária de sua confiança, um nome que não foi eleito para chefiar temporariamente o país. Chegou a enviar Abad como embaixadora em Israel, uma atitude que ela descreve como um desterro para afastá-la da política. A Justiça a restituiu o cargo.

Em meados deste mês, os relatores especiais da ONU sobre violência contra as mulheres e ordem internacional disseram que o caso de Abad "parece ser um precedente alarmante que coloca em perigo o caráter democrático das eleições, enfraquece a participação das mulheres na vida pública e viola princípios fundamentais de não discriminação".

A menos de dois meses para o segundo turno acirrado que Noboa disputará com Luisa González após os dois receberem mais de 40% dos votos, com menos de um ponto percentual de diferença, no primeiro turno de fevereiro, Verónica Abad diz que o presidente não cumpriu suas promessas de campanha, rasgou o Estado de Direito, cooptou os Poderes e se aferrou no poder à força.

*



David Diaz Arcos - 9.jan.25/Reuters

Verónica Abad, 48

1976, Cuenca (Equador) Empresária, consultora e política equatoriana. Antes de se tornar vice-presidente em 2023, foi candidata à prefeitura de Cuenca

Qual é a melhor opção no segundo turno, seu companheiro de chapa em 2023, Daniel Noboa, ou a opositora Luisa González? Sou parte de um binômio cuja ruptura foi clara desde o início devido ao fato de que a proposta de campanha que fizemos para melhorar os problemas, especialmente a insegurança, não foi cumprida.

E marquei minha clara diferença diante de atos arbitrários, como o fato de ter sido enviada a Israel, em busca da paz. Na verdade, foi um exílio para me afastar das minhas funções como vice-presidente constitucional.

Os equatorianos não podem perder a fé e devem buscar o candidato que possa cumprir o que propõe, já que o Equador está em uma crise política, econômica e de violência que, sem dúvida, será um problema para a região.

Compreendo que é uma resposta sensível, mas os cidadãos têm apenas duas opções. Seguir com Noboa ou retomar o correísmo. Uma servidora pública não pode fazer proselitismo político. Por isso, minha resposta aos equatorianos neste momento é um chamado à reflexão e à reconciliação, para podermos pelo menos chegar a mínimos acordos para a governabilidade e, sobretudo, para que se busque a paz. Paz que não temos agora.

O governo de Daniel Noboa é um governo democrático? Deixou de ser. Rompeu com o Estado de Direito. Rompeu a ordem constitucional e desobedeceu a uma sentença da Corte Constitucional ao ter sido advertido de que não pode, por meio de decretos, nomear outra vice-presidente, no caso sua secretária, pois não gosta da vice-presidente da República.

Para este segundo turno, ele tem que se afastar do cargo para fazer campanha. A nossa Constituição assim manda, assim como manda que eu o substitua em caso de ausência do presidente. Não tento um golpe de Estado, como foi dito, nem busco o poder.



Marquei diferença diante de atos arbitrários, como o fato de ter sido enviada a Israel. Na verdade, foi um exílio para me afastar das minhas funções como vice-presidente

Há um ano venho denunciando cada ação de perseguição, de assédio, de violência, de maus-tratos e de discriminação. Levei o tema à Justiça, mas já não temos isso no Equador

No momento obrigatório de ele tirar licença para sair e fazer campanha, o Equador tem que ficar nas únicas mãos que pode: as da Vice-Presidência. Ninguém mais pode tomar o poder.

Agora o presidente propõe que o país receba forças especiais de países aliados para combater o narcotráfico e também que se permitam bases militares de outros países no Equador. Algo muito incomum, que só acontece em nações como o Haiti. O que a senhora pensa? A cooperação externa que temos entre países irmãos, em especial os que fazem fronteira, Colômbia e Peru, é boa em um momento de luta contra o narcotráfico e a violência entre as gangues criminosas e o crime organizado nacional e transnacional.

Foi feita uma tentativa de militarizar as ruas dentro do Equador. O que acontece é que não temos o preparo e os recursos necessários para dar capacitação técnica. As forças públicas, militares e policiais são escassas.

Por que acha que Noboa fez campanha contra sua vice-presidente com tamanho mal-estar? É um tema ligado à violência de gênero? É um incômodo com qualquer pessoa próxima que possa confrontá-lo? Tomar o poder pela força. Esse foi o objetivo, e assim ele o fez.

Há um ano venho denunciando cada ação de perseguição, de assédio, de violência, de maus-tratos e de discriminação que venho vivendo desde o momento em que tomamos posse, inclusive antes. Levei o tema à Justiça, mas já não temos isso no Equador.

Portanto, bati nas portas dos organismos internacionais para que possam ver o que ocorre dentro do Equador. Essa perseguição ocorre justamente a tudo aquilo que possa interromper sua estadia no poder ou sua ação de cooptar os Poderes.

O Estado de Direito já não existe no Equador. O Executivo cooptou o Judiciário. Temos juízes, meios de comunicação, jornalistas mulheres e advogados perseguidos, alguns até forçadas ao exílio. Meu advogado, que foi preso, é o exemplo mais claro.

Interromperam todo o processo de defesa, da presunção de inocência. Essa perseguição é contra tudo aquilo que impede que ele continue no poder. Estamos falando de um golpe de Estado.

Acha que há um risco de que no segundo turno, se a oposição ganhar, Daniel Noboa não aceite e tente continuar no poder? Pode ser, por seus atos. Ter colocado a institucionalidade do Equador contra uma mulher, contra sua vice-presidente, foi uma perseguição.

No meio de tudo isso, as Forças Armadas e a Polícia Nacional do Equador publicamente enviaram comunicados dizendo que vão obedecer ao presidente Daniel Ortega, quando eles estão obrigados a garantir o cumprimento da Constituição. Eles não devem obediência a uma pessoa, mas à Constituição.

Que confiança nós vamos ter no processo eleitoral?

Parcela da população com ensino superior quase triplica; índice é inferior a 20% no país, diz Censo

Comparação abrange população de 25 anos ou mais no período de 2000 a 2022, passando de 6,8% para 18,4%; diminui proporção de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, mostra levantamento

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A parcela da população brasileira com ensino superior completo quase triplicou desde 2000, mas ainda é inferior a 20% do total de habitantes de 25 anos ou mais, apontam novos dados do Censo Demográfico 2022 divulgados nesta quarta-feira (26) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 2000, 6,8% das pessoas dessa faixa etária tinham concluído a graduação. A parcela com ensino superior completo avançou a 11,3% em 2010 e seguiu em crescimento na década seguinte, até alcançar a marca de 18,4% em 2022.

Esse percentual significa que, de um total de 133,1 milhões de pessoas de 25 anos ou mais no país, 24,5 milhões haviam concluído a graduação —mais do que a população inteira de Minas Gerais no mesmo ano (20,5 milhões). O grupo era de 5,8 milhões em 2000 e de 12,5 milhões em 2010.

Ao mesmo tempo, diminuiu a proporção de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Essa fatia representava 63,2% da população de 25 anos ou mais em 2000 (mais da metade). O percentual caiu para 49,3% em 2010 e 35,2% em 2022.

Ainda assim, o grupo segue mais representativo. Em 2022, voltou a superar as parcelas com fundamental completo e médio incompleto (14%), com médio completo e superior incompleto (32,3%) e com superior completo (18,4%).

"É bastante evidente que houve uma expansão [do ensino superior], mas esse grupo ainda é minoritário", afirmou Bruno Perez, analista do IBGE responsável pela apresentação dos dados.

O pesquisador destacou que pessoas mais velhas tiveram mais dificuldades no acesso à área de educação no passado. Isso, segundo Perez, ajuda a entender o fato de o ensino superior completo ainda permanecer abaixo de 20% da população de 25 anos ou mais.

"Tem uma população envelhecida para a qual o acesso à educação foi mais difícil na juventude. Essa população mais velha também pesa no estoque", disse.

Em 2022, o número médio de anos de estudo foi calculado em 11,8 para as pessoas de 25 a 29 anos de idade. Trata-se de um patamar bem acima dos 4,9 anos de estudo da população mais envelhecida (80 anos ou mais de idade).

"Tem ocorrido uma melhora dos indicadores educacionais no Brasil nas últimas décadas. O filme é positivo, porque a escolaridade vem crescendo, mas a fotografia ainda é muito ruim", diz André Salata, coordenador do laboratório de estudos PUCRS Data Social.

"A fotografia é ruim porque, se a gente fizer uma comparação com outros países de desenvolvimento similar, o nível educacional da população brasileira ainda é mais baixo", completa.

Em dezembro, uma publicação do IBGE reuniu dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) disponíveis para a faixa etária de 25 a 34 anos. Na média dos países do grupo, o percentual de pessoas com ensino superior foi de 47,2% em 2022. No Brasil, o índice é de apenas 22,4% para a faixa de 25 a 34 anos, considerando os números do Censo.

O dado é bem inferior ao de nações como Coreia do Sul (69,6%), Canadá (67%) e Japão (65,7%). Também fica abaixo de países da América Latina como Chile (40,5%), Colômbia (34,1%) e México (27,1%). Por outro lado, está acima da Argentina (19%) e de nações como Índia (20,5%) e África do Sul (13,1%).

Na visão de Salata, diferentes programas contribuíram para ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil nas últimas décadas. Alguns exemplos, segundo ele, são o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o Prouni (Programa Universidade para Todos) e a política de cotas em universidades.

A expansão da modalidade EAD (educação a distância), diz o pesquisador, também teve um impacto mais recente. A proliferação de cursos do tipo "sem muita regulação", no entanto, acende alerta sobre a qualidade da aprendizagem, afirma Salata.

Mesmo com os avanços, os números do Censo sinalizam que o acesso a universidades ainda apresenta desigualdades no Brasil. Entre os brancos, a parcela da população de 25 anos ou mais que havia concluído a graduação aumentou de 9,9% em 2000 para 25,8% em 2022, segundo o IBGE.

O percentual de 25,8% é mais que o dobro dos registrados entre pretos (11,7%) e pardos (12,3%) no mesmo ano. Em 2000, a parcela com ensino superior era de apenas 2,1% entre os pretos e de 2,4% entre os pardos.

"Expansão do sistema de ensino não significa, necessariamente, democratização. Isso acontece porque quem se aproveita mais e primeiro das oportunidades abertas são jovens e crianças de famílias com mais recursos econômicos e culturais, que permitem a eles boas notas no Enem e no vestibular, por exemplo", aponta Salata.

Desigualdades regionais também aparecem nos números do IBGE. Em 2022, o Centro-Oeste mostrou a maior proporção de habitantes de 25 anos ou mais com graduação (21,8%), superando o Sudeste (21%), que estava à frente em 2010, e o Sul (20,2%). O trio tem percentuais maiores do que os verificados no Norte (14,4%) e no Nordeste (13%).

No recorte das unidades da Federação, a liderança fica com o Distrito Federal. Em 2022, 37% da população local de 25 anos ou mais tinha ensino superior. São Paulo é o segundo da lista, com 23,3%. O outro extremo do ranking é ocupado pelo Maranhão, que tem a menor taxa do país: 11,1%. Em 2000, o percentual local era de 1,9%.

Em outro estado nordestino, o Piauí, 49,1% da população de 25 anos ou mais (quase a metade) não tinha instrução ou contava com o fundamental incompleto em 2022, aponta o IBGE. É a maior proporção do país. A menor foi verificada no Distrito Federal (19,2%).

Ainda de acordo com o levantamento, em 3.008 cidades, ou seja, na maioria dos municípios brasileiros, mais da metade da população de 25 anos ou mais não tinha instrução ou apresentava somente o fundamental incompleto.

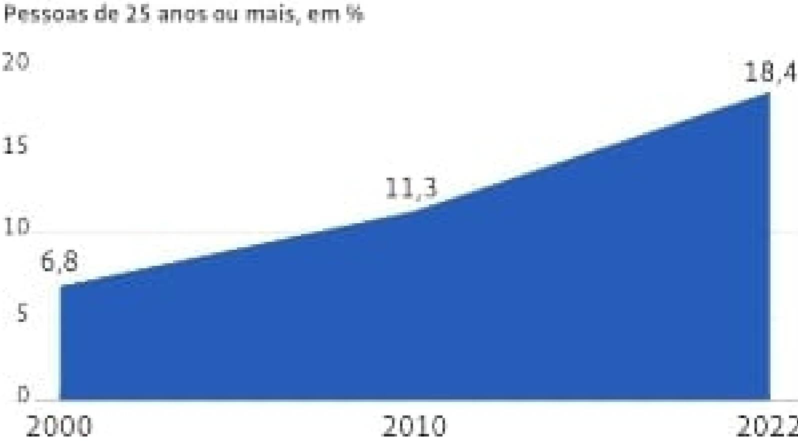
Os dados divulgados foram levantados de modo preliminar a partir do questionário da amostra do Censo que coleta informações mais detalhadas e é aplicado junto a uma parcela de cerca de 10% dos habitantes. Os resultados amostrais exigem uma ponderação, recebendo diferentes pesos por meio de técnicas estatísticas para que se tornem representativos da população total. Os números, conforme o IBGE, ainda estão sujeitos ajustes, mas sem no cenário já revelado.

Colaborou Isabela Palhares, de São Paulo

Censo da educação

Parcela da população com ensino superior completo no Brasil

Pessoas de 25 anos ou mais, em %



Distribuição da população por nível de instrução no Brasil

Pessoas de 25 anos ou mais, em %, em 2022



Pessoas com graduação no Brasil, segundo cor ou raça e área de estudo

Distribuição, em %



Fonte: Censo Demográfico/IBGE

São Caetano do Sul tem 48,2% com graduação; Belford Roxo, só 5,7%

São Caetano do Sul, no ABC, mostrou a maior proporção de habitantes com ensino superior completo entre os municípios brasileiros com população acima de 100 mil pessoas em 2022. É o que indicam novos dados do Censo Demográfico divulgados nesta quarta-feira (26) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Conforme o levantamento, 48,2% da população de 25 anos ou mais tinha graduação em São Caetano em 2022. O percentual corresponde a 59 mil moradores de um total de 122,5 mil nessa faixa etária na cidade da Grande São Paulo.

Porém, Belford Roxo, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, registrou a menor proporção entre os municípios com mais de 100 mil moradores. Em 2022, eram 5,7% da população de 25 anos ou mais tinha graduação na cidade. Isso corresponde a 18 mil do total de 314,9 mil.

cotidiano

Liminar suspende PPP de Tarcísio para gestão de escolas em SP

Isabela Palhares

SÃO PAULO Uma decisão liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu o decreto do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) que permitiu a celebração de dois contratos com a iniciativa privada para construção e manutenção de 33 escolas estaduais paulistas.

A liminar (decisão provisória) foi concedida pela desembargadora Marcia Dalla Déa Barone, após pedido do vereador Toninho Vespoli (PSOL). No fim do ano passado, o governador realizou dois leilões das parcerias público-privadas para dois lotes de escolas.

Na ação direta de inconstitucionalidade, o vereador pede a suspensão do decreto por defender que ele viola dispositivos constitucionais, comprometendo o direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

A magistrada suspendeu os efeitos do decreto até que seja discutida sua constitucionalidade. "A educação é um serviço público essencial, cabendo assim ao Estado assegurar sua gestão, o que deve ser feito nos estritos termos da Constituição em vigor, sendo assim prudente que primeiramente seja feita a análise quanto à constitucionalidade da norma para que sua aplicação possa ocorrer diante dos questionamentos apresentados, se o caso", decidiu Barone.

Questionada, a Procuradoria-Geral do Estado disse que ainda não foi notificada da decisão. "Assim que isso ocorrer, avaliará a adoção das medidas legais cabíveis."

É a segunda vez que a parceria é barrada judicialmente por decisão liminar —na primeira, o governo conseguiu derrubar a liminar.

O Governo de SP firmou as PPPs com dois consórcios no fim de 2024. Eles serão responsáveis pelas 33 escolas por 25 anos —o contrato define a construção em prazo de um ano e meio, depois a licitante será responsável pela manutenção das unidades por 23 anos e meio.

Um dos consórcios vencedores tem como empresa líder a Engeform Engenharia Ltda. Ela integra dois consórcios que prestam serviço na capital paulista. A construtora é sócia da Consolare, empresa que administra sete cemitérios na cidade.

O outro consórcio vencedor é a Agrimat Engenharia, empresa especializada em construção de rodovias.

BANCO RODOBENS S.A.

CNPJ Nº 33.603.457/0001-40 - NIRE 35.300.128.044

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, Hora e Local: 16.01.2025, às 9hs, na sede social, Rua Estado de Israel, 975, Vila Clementino, São Paulo-SP. Deliberações: (i) o registro da renúncia apresentada pelo Sr. Libano Miranda Barroso ao cargo de Diretor Presidente; (ii) a eleição do Sr. Flavio Lopes Ferraz para ocupar o referido cargo; e (iii) a ratificação da atual composição da Diretoria do Banco, com mandato até a Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2026, sendo eles: (a) Flavio Lopes Ferraz como Diretor Presidente; (b) Edson Kazuyoshi Koga como Diretor Geral; (c) Gustavo Henrique Bizzio Testi como Diretor de Controladoria, Operações, Jurídico e Cobrança; e (d) Fernando Marcelo Calado de Andrade como Diretor Tesouraria. Registrada na JUCESP nº 59.322/25-1, em 24.02.2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00577183532025

UASG – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Modalidade: Pregão Eletrônico 90001/2025 - SRP
Nº Processo: 020.00001566/2025-41
Objeto: Constituição de sistema de registro de preços para futuras aquisições de utensílios de copa e cozinha
Total de Itens Licitados: 11 (onze)
Valor total da licitação: sigiloso
Disponibilidade do edital: 27/02/2025
Horário: das 09h00 às 16h00
Endereço: Avenida Professor Hermann Júnior, 345, Alto de Pinheiros - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 27/02/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 17/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Fonte: DOESP e PNCP

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 06 de março de 2025, a partir das 09h20min
2º LEILÃO: 10 de março de 2025, a partir das 13h20min (*horário de Brasília)

SOLD LEILÕES

Alexandre Travassos, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Eliza – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo presencial e/ou on-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº [illegible], firmado em [illegible], com o(a) Fiduciante(s) MARIA AGOERETE SARANZ CAPRIO, maior, inscrito no CPF nº [illegible], no dia 06 de março de 2025, a partir das 09h20min em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R$ 475.298,01 (Quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e um centavo), o imóvel matriculado sob nº 411 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Catanduva/SP, constituído pelo prédio residencial situado na Rua Monte Aprazível, nº 256, Vila Guzzo, em Catanduva/SP, com área construída de 129,14m². Cadastro Municipal: [illegible]. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.10 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 10 de março de 2025, a partir das 13h20min, no mesmo local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R$ 301.249,81 (Trezentos e um mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.superbid.net/SOLDLEILÕES e se habilitar acessando o site SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e enviar a documentação necessária para liberação do cadastro com até 01 (uma) hora de início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950-9600 ou e-mail atendimento@superbid.net (Cosaf 02.23884).

Sicoob Crediconsumo - Cooperativa de Crédito

CNPJ nº 47.074.323/0001-43 - NIRE 35400001018

Assembleia Geral Extraordinária - Digital - Edital de Convocação

O Presidente do Sicoob Crediconsumo – Cooperativa de Crédito, inscrita no CNPJ nº 47.074.323/0001-43 e NIRE 35400001018, no uso das atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca os seus delegados, que nesta data são em número de 67 (sessenta e sete) em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária - Digital, no dia 10 de março de 2025**, obedecendo aos seguintes horários e quórum para sua instalação, conforme o que determina o estatuto social: 01) em primeira convocação às **14h00**, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; 02) em segunda convocação às **15h00**, com a presença de metade mais um dos delegados; 03) em terceira e última convocação, às **16h00**, com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados, para deliberar sobre os seguintes assuntos: **Ordem do Dia: 1.** Reforma ampla do estatuto social, destacando a exclusão do conselho fiscal e alteração da quantidade de membros do conselho de administração. **2.** Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação). Santo André, 27 de fevereiro de 2025. Marcio Francisco Bosco do Valle - Presidente do Conselho de Administração. **Nota I:** A Assembleia Geral ocorrerá de forma **Digital**, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível, gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os delegados, que poderão participar e votar. **Nota II:** Após o download do aplicativo Sicoob Moob, deverá ser inserido o número da conta corrente e senha utilizada para acesso ao SicoobNet (internet banking) para acesso ao sistema. **Nota III:** Os votos serão acolhidos e apurados na assembleia, sendo o resultado da votação divulgado automaticamente para todos os delegados através do aplicativo Sicoob Moob/Zoom. **Nota IV:** Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio http://www.sicoobcrediconsumo.com.br.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

HSPM — PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

A Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio do Hospital do Servidor Público Municipal, comunica os interessados que encontra-se aberta licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, para:

Pregão Eletrônico nº. 90076/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0012042-6
Tendo por objeto: Aquisição de material médico hospitalar (Compressa cirúrgica pré-lavada).
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 17 (DEZESSETE) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90077/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0011497-3
Tendo por objeto: Aquisição de Medicamentos.
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 17 (DEZESSETE) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90078/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0008312-1
Tendo por objeto: Aquisição de material médico hospitalar (Reagente para diagnóstico clínico, para uso com equipamento Analisador Sanguíneo portátil).
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 17 (DEZESSETE) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90079/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/006654-5
Tendo por objeto: Aquisição de Etiqueta adesiva em papel couche e Etiqueta autoadesiva sem impressão.
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 18 (DEZOITO) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90080/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/007464-5
Tendo por objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar (Cânulas endotraqueais sem balão, Cânulas endotraqueais com balão e Cânulas endotraqueais aramadas).
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 18 (DEZOITO) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90081/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/001746-3
Tendo por objeto: Aquisição de material permanente (Materiais para Serviço de Terapia Ocupacional).
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 18 (DEZOITO) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90082/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2025/0000542-4
Tendo por objeto: Aquisição de Medicamentos.
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 19 (DEZENOVE) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90083/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0011652-6
Tendo por objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio diagnóstico para realização de EXAME DE EBUS.
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 19 (DEZENOVE) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.
Obs.: Este procedimento substitui o PREGÃO ELETRÔNICO nº 90051/2025, declarado FRACASSADO, conforme publicado no DOC nº 050, de 25/02/2025, página 281, de acordo com o artigo 15, V, do Decreto Municipal 56.475/2015, dispensando-se, para o novo chamamento, os benefícios previstos nas Seções I a IV, Capítulo III, do referido Decreto.

Pregão Eletrônico nº. 90084/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0007823-3
Tendo por objeto: Aquisição de material médico hospitalar (Compressa folha tnt, absorvente, não tecido estéril 30cm x 40cm).
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 19 (DEZENOVE) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90085/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0011284-9
Tendo por objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar (Cateter introdutor para intubação endotraqueal – adulto 14 fr -tipo Bougie e Cateter introdutor para intubação endotraqueal – infantil - 10 fr - tipo Bougie).
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 19 (DEZENOVE) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90086/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/009190-6
Tendo por objeto: Aquisição de material médico hospitalar (seringa de plástico, estéril, descartável, com bico luer lock de 3 ml e 5 ml).
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 20 (VINTE) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

Pregão Eletrônico nº. 90087/2025 do Processo Eletrônico nº. 6210.2024/0012068-0
Tendo por objeto: Aquisição de Materiais para Pintura.
O Edital com as Especificações e Condições Gerais deverá ser retirado na sala da Divisão de Administração de Contratos/Equipe de Apoio ou através do site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09hs00 (NOVE HORAS) DO DIA 20 (VINTE) DE MARÇO DE 2025**, através do endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 034/2025 –
Proc. Adm. nº. 240304028164500/2024

Objeto: Registro de Preços visando o fornecimento de **EQUIPAMENTOS DE MUSCULAÇÃO (ESTAÇÃO MULTI EXERCÍCIOS)**, para parques e praças do município de Santana de Parnaíba, em atendimento à Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer, pelo período de 01 (um) ano.
Do Edital: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia **27/02/2025**, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Default.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Início da sessão de disputa de lances: **Dia 13/03/2025, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 26 de fevereiro de 2025.

AUTORIDADE COMPETENTE

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 07 de março de 2025, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 11 de março de 2025, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Marco Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 325, com escritório na Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 0010207755, de 14/02/2022, com os Emitentes **FABIO SAMUEL DOS SANTOS CANEDO**, brasileiro, administrador de empresas, portador do RG nº 27.828.888-0-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 137.028.736-69 e sua cônjuge **KARINE PORTUGAL DE ALMEIDA CANEDO**, brasileira, professora, portadora do RG nº 58.510.710-9-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 748.543.306-87, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Bauru/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 220.660,11 (duzentos e vinte mil seiscentos e sessenta reais e um centavo - atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Rua [illegible], nº 3-21, Lote 04 da Quadra D, Conjunto Habitacional [illegible], Bauru/SP. Área construída 40,41m² e Área do terreno 200,00m², melhor descrito na matrícula nº 68.166 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 98.347,46 (noventa e oito mil trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda. VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo WhatsApp (11) 99514-0467 ou pelo e-mail: contato@portalzuk.com.br (Cosaf 23726).

COSAN S.A.

CNPJ 50.746.577/0001-15 - NIRE 35.300.177.045

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29 de Novembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 29 dias do mês de novembro de 2024, às 17:00 horas, na sede social da Cosan S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, sala 01, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132 ("Companhia"). **2. Presenças:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração; Marcelo Eduardo Martins - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Burkhard Otto Cordes, Pedro Isamu Mizutani, Vasco Augusto Pinto da Fonseca Dias Júnior, José Alexandre Scheinkman, Ana Paula Pessoa e Silvia Brasil Coutinho - Membros do Conselho de Administração. Todos os membros participaram da reunião mediante videoconferência, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. **3. Convocação:** Dispensada em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração. **4. Composição da Mesa:** Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello e Secretária: Marcela Bruno Coelho. **5. Ordem do Dia:** Consignar a renúncia do Sr. Ricardo Dell Aquila Mussa ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **6. Deliberações:** Instalada a reunião e após análise do item constante na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração consignaram a renúncia apresentada nesta data pelo Sr. Ricardo Dell Aquila Mussa ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Fica consignado também, que o Sr. Ricardo Dell Aquila Mussa renunciou ao cargo de diretor não estatutário que possuía na Cosan Investimentos. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 29 de novembro de 2024. (as) Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente da Mesa e do Conselho de Administração; Marcela Bruno Coelho - Secretária da Mesa; Marcelo Eduardo Martins - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Burkhard Otto Cordes, Pedro Isamu Mizutani, Vasco Augusto Pinto da Fonseca Dias Júnior, José Alexandre Scheinkman, Ana Paula Pessoa e Silvia Brasil Coutinho - Conselheiros. Declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 29 de novembro de 2024. **Marcela Bruno Coelho** - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 435.846/24-3 em 06/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2025

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO DO TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ

O Governo do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, torna pública a realização da Concorrência Internacional nº 01/2025, para a concessão patrocinada dos serviços públicos de construção, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema de Interligação do Túnel Imerso Santos-Guarujá.

Os documentos da licitação (edital, contrato e anexos), estarão disponíveis para consulta no site da SPI, pelo sítio eletrônico https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/tunel-submerso-santos-guaruja/ e no data room da concessão, a partir de 27 de fevereiro de 2025. Os documentos também poderão ser fornecidos aos interessados que comparecerem à Rua Iaiá, nº 126, 12º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, Núcleo de Apoio Administrativo, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, no mesmo período indicado, mediante a apresentação de mídia gravável ou dispositivo equivalente, necessários para cópia do arquivo, com capacidade suficiente para que todos os arquivos possam ser digitalmente copiados.

Os interessados poderão apresentar pedidos de esclarecimentos até o dia 09 de julho de 2025. Conforme regramento do edital, os pedidos deverão ser encaminhados para o e-mail tunelimerso@sp.gov.br.

A sessão pública de entrega dos envelopes acontecerá no dia 28 de julho de 2025, das 10h às 10h15, na sede da B3 (Rua XV de Novembro, 275, Centro), em São Paulo.

A sessão pública de abertura das propostas ocorrerá no dia 01 de agosto de 2025, a partir das 16h, na B3, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, São Paulo/SP.

COSAN S.A.

CNPJ 50.746.577/0001-15 - NIRE 35.300.177.045

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 21 de Outubro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 21 dias do mês de outubro de 2024, às 17:00 horas, na sede social da Cosan S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, sala 01, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132 ("Companhia"). **2. Presenças:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração; Marcelo Eduardo Martins - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Burkhard Otto Cordes, Pedro Isamu Mizutani, Vasco Augusto Pinto da Fonseca Dias Júnior, José Alexandre Scheinkman, Ana Paula Pessoa e Silvia Brasil Coutinho - Membros do Conselho de Administração. Todos os membros participaram da reunião mediante videoconferência, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. **3. Convocação:** Dispensada em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração. **4. Composição da Mesa:** Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; e Secretária: Marcela Bruno Coelho. **5. Ordem do Dia:** (i) Consignar a renúncia do Sr. Nelson Roseira Gomes Neto ao cargo de Diretor Presidente da Companhia; (ii) Eleger e reeleger os demais membros da Diretoria da Companhia, conforme recomendação do Comitê de Pessoas da Companhia; (iii) Consignar a indicação pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos do art. 17, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, de um membro substituto para compor o Conselho de Administração da Companhia até o fim do mandato unificado dos demais conselheiros, em virtude do cargo vacante desde a saída do Sr. Dan Ioschpe; e (iv) Consignar a criação de um cargo de diretor não estatutário, para atuar como "Diretor Presidente da Cosan Investimentos". **6. Deliberações:** Instalada a reunião e após análise dos itens constantes na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, deliberaram por unanimidade de votos e sem ressalvas: 6.1. A consignação da renúncia apresentada pelo Sr. Nelson Roseira Gomes Neto ao cargo de Diretor Presidente, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2024. 6.2. A eleição dos demais membros da Diretoria da Companhia, conforme recomendação do Comitê de Pessoas, com mandato de 2 (dois) anos iniciando em 1º de novembro de 2024, quais sejam: (i) **Marcelo Eduardo Martins**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.465.270 e inscrito no CPF/MF sob o nº 084.530.118-77, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, reeleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente; (ii) **Maria Rita de Carvalho Drummond**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 60.990.357-1 e inscrita no CPF/MF sob o nº 052.815.287-42, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4.100, 16º andar, CEP 04538-132, reeleita para ocupar o cargo de Diretora Vice-Presidente Jurídica; e (iii) **Rodrigo Araujo Alves**, brasileiro, casado, contador, titular e portador da cédula de identidade RG nº 115881/O-1, expedida pelo CRC/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 073.100.356-95, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4.100, 16º andar, CEP 04538-132, reeleito para ocupar os cargos de Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores. 6.3. A consignação da indicação pelo Presidente do Conselho de Administração, do Sr. **Ricardo Dell Aquila Mussa**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, titular e portador da cédula de identidade RG nº 16.301.746-3 e inscrito no CPF/MF sob nº 260.406.178-05, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 16º andar, para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia a partir de 1º de novembro de 2024, com mandato até o fim do termo unificado dos demais conselheiros. 6.4. A consignação da criação pelo Diretor Presidente, de um cargo de diretor não estatutário da Companhia, denominado "Diretor Presidente da Cosan Investimentos", a ser ocupado por Ricardo Dell Aquila Mussa, a partir de 1º de novembro de 2024. Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, os diretores ora eleitos e reeleitos, bem como o novo membro do Conselho de Administração, apresentaram a declaração mencionada no artigo 147 da Lei das S.A., as quais ficarão arquivadas na sede da Companhia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 21 de outubro de 2024. (aa) Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente da Mesa e do Conselho de Administração; Marcela Bruno Coelho - Secretária da Mesa; Marcelo Eduardo Martins - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães, Burkhard Otto Cordes, Pedro Isamu Mizutani, Vasco Augusto Pinto da Fonseca Dias Júnior, José Alexandre Scheinkman, Ana Paula Pessoa e Silvia Brasil Coutinho - Conselheiros. Declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 21 de outubro de 2024. **Marcela Bruno Coelho** - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 395.375/24-1 em 07/11/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Policiais entraram em esquema do PCC após líder morrer, diz Promotoria

Documento detalha início da associação de investigadores a empresários ligados à facção criminosa; Antônio Gritzbach era peça importante na engrenagem financeira

Clayton Castelani e Tulio Kruse

SÃO PAULO Policiais responsáveis por investigar homicídios na capital paulista vislumbraram na morte de líderes da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) a oportunidade de se apropriarem de bens e recursos provenientes das atividades criminosas da organização, segundo denúncia apresentada pelo Ministério Público de São Paulo na sexta-feira (21).

O duplo homicídio do chefe do PCC, Anselmo Becheli Santa Fausta, o Cara Preta, e de seu motorista Antonio Corona Neto, o Sem Sangue, em 2021, é descrito no documento de 278 páginas como um evento central para a consolidação de uma associação entre policiais civis e um núcleo que lavava de dinheiro do crime com investimentos em imóveis.

Segundo a denúncia, foi por ocasião dessas mortes que o delegado Fabio Baena e os investigadores Eduardo Lopes Monteiro e Rogério de Almeida Felício passaram a se conectar com os empresários Ademir Pereira de Andrada, Robinson Granger de Moura e Ahmed Hassan Saleh, o Mude —estes três últimos, investigados pela suspeita de operar negócios que tanto arrecadavam quanto ocultavam valores para a facção.

Uma peça importante na engrenagem financeira era o corretor imobiliário Antônio Vinicius Lopes Gritzbach. Ele foi preso em 2022 sob suspeita de mandar executar Cara Preta. Gritzbach negava participação no assassinato e afirmava ser vítima de um conluio entre policiais e integrantes do PCC para incriminá-lo.

Por outro lado, admitiu num acordo de delação premiada que ajudou a operar um esquema de utilização de dinheiro sujo para a compra de imóveis de alto padrão na região do Tatuapé, na zona leste. O patrimônio que ele acumulou tornou-se atrativo para os policiais, segundo a denúncia.

Diversas atividades são atribuídas separadamente aos integrantes do núcleo, como agiotagem e participação em uma empresa concessionária do serviço de ônibus da cidade, mas a conexão entre eles é evidenciada pela compra de imóveis da construtora Porte, onde Gritzbach trabalhou.

Os promotores pedem que ao menos R$ 40 milhões devem ser confiscados de 12 suspeitos de estarem envolvidos com a prática de corrupção e outros crimes.

Gritzbach relatou que sua prisão, em 2022, teria sido tratada como uma "cana de bilhões" em um telefonema dos policiais Baena, Monteiro e Rogério com o investigador Marcelo Marques de Souza, o Bombom.

Responsável por informações que sustentam a denúncia do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), o delator foi morto a tiros de fuzil no aeroporto de Guarulhos em novembro do ano passado.

Baena e Monteiro são destacados na denúncia por supostamente terem usado seus cargos para tumultuar a investigação da morte de Cara Preta, exigindo em troca pagamento em dinheiro e em relógios de luxo. As provas para essa acusação são mensagens em que Monteiro envia fotos ao policial Valdenir Paulo de Almeida, o Xixo, com fotos dos relógios Rolex e Hublot que queria obter. "Pra vc não errar", ele justifica após mandar as fotos.

Monteiro é insistente na cobrança ao colega: "E aí", "Cadê", dizem as mensagens encontradas nos celulares dos policiais. Algumas semanas antes, diz a denúncia, houve um encontro entre Monteiro, Xixo e Gritzbach na casa deste último, que era investigado pelo departamento onde os policiais trabalhavam.

Alguns dos policiais citados nas investigações envolvendo a morte de Gritzbach teriam, segundo os promotores, um longo histórico de extorsões. Há ainda a gravação de uma conversa em que Baena e Monteiro dizem a Gritzbach que vão ajudá-lo nas audiências judiciais do processo em que ele era réu pela suspeita de assassinato. É uma interação indevida entre investigadores e investigado, ressaltam os promotores.

A quebra do sigilo telemático dos telefones flagrou uma chamada de vídeo entre Baena, Monteiro e Mude —advogado e sócio da UPBus, empresa de ônibus que foi alvo da operação Fim da Linha, que investigava a relação entre concessionárias do transporte de ônibus municipal e o PCC.

Acusado de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, Mude é outro que teria conhecido Gritzbach ao adquirir imóveis de alto padrão enquanto o delator atuava como corretor. "No dia do homicídio, aliás, Fabio Baena bloqueou o contato de Ahmed por motivo desconhecido", diz a denúncia.

Baena e Monteiro, assim como o investigador Rogério, aparecem no documento como responsáveis por repassar dinheiro para o delegado Alberto Pereira Matheus Júnior, a quem supostamente deviam lealdade.



Agentes negam participação nos crimes

As defesas de Fabio Baena e Eduardo Lopes Monteiro negam participação dos agentes nos crimes e criticam a denúncia sustentada pela delação de Antônio Vinicius Lopes Gritzbach.

O advogado de Marcelo Marques de Souza disse que vai rebater todos os argumentos da denúncia ofertada pelos promotores e comprovar sua inocência. A reportagem não conseguiu contato com os demais denunciados. A construtora Porte afirmou jamais ter integrado, facilitado ou favorecido operações ilícitas.

Oruam é liberado 3 horas após ser preso; foragido é achado em sua casa

Bruna Fantti



Rapper Oruam (centro) chega à delegacia escoltado por policiais Fabiano Rocha/Agência O Globo

RIO DE JANEIRO O rapper Oruam foi alvo de uma operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro, nesta quarta-feira (26), que investiga disparos feitos por ele em um condomínio no interior de São Paulo em dezembro.

Durante o cumprimento dos mandados em sua residência, localizada no Joá, zona oeste do Rio, os policiais encontraram e recapturaram um foragido da Justiça por organização criminosa. O músico foi autuado em flagrante pelo crime de favorecimento pessoal.

O rapper foi detido, mas liberado após cerca de três horas. Segundo o delegado Moyses Santana, por ser um "delito de menor potencial ofensivo", ele só ficaria preso caso tivesse se recusado a colaborar e a assinar um termo circunstanciado. "Pode ser que ele não fique preso, mas não deixa de ser uma prisão em flagrante. Está autuado em flagrante delito."

"Ele falou que não sabia da situação do foragido que estava na residência dele", afirmou o delegado. "Ele disse que não sabia que o cara estava foragido. Junto com ele [foragido] também foi encontrada uma pistola 9 mm com kit rajada, munições e radiotransmissores", completou.

Indagado sobre o motivo de ter um foragido em sua casa e se gostaria de dar uma declaração, o rapper disse: "Vou falar o quê?". A afirmação foi dada no momento em que ele entrava na Cidade da Polícia. "Tudo o que eu falar para vocês não adianta de nada."

"Nosso cliente hoje recebeu a Polícia Civil para o cumprimento de um mandado de busca e apreensão na casa dele. A polícia foi recebida, o mandado foi cumprido sem nenhum tipo de resistência e, durante o cumprimento do mandado, uma pessoa que estava ali tinha o mandado de prisão. Ninguém sabia disso. Essa pessoa tinha omitido. Essa pessoa chegou segunda-feira na casa dele", afirmou o advogado Fernando Henrique Cardoso, que defende o músico.

Oruam foi conduzido para a Cidade da Polícia no início da manhã. Ele chegou em carro próprio, às 7h57, com um segurança. O trajeto foi escoltado por viaturas policiais, que abriram caminho da zona oeste até a zona norte, onde fica a base da DRE (Delegacia de Repressão a Entorpecentes).

O rapper deixou o local às 10h50 e afirmou que o foragido "não é traficante" e que a bala usada no vídeo era "de borracha".

"Ele não é traficante. Ele é uma pessoa normal e é meu amigo. Eu não sabia que ele estava foragido. Naquele dia, era bala de borracha", disse Oruam, referindo-se ao vídeo em que aparece disparando para o alto —alvo da ação desta quarta. "Vou voltar tranquilo para casa. O meu álbum está bombando e está do jeito que eu queria", completou.

Segundo a polícia, o foragido é Yuri Pereira Gonçalves, 25. A reportagem não localizou sua defesa até a conclusão desta edição.

Ele era procurado sob suspeita de integrar uma quadrilha composta por 58 pessoas acusadas de roubar celulares. Os denunciados também são acusados de chantagear as vítimas, exigindo que desbloqueassem os aparelhos.

Na residência do rapper a polícia também apreendeu diversos simulacros de armas de fogo, telefones celulares, joias e um anel com uma indicação de um urso.

Segundo o delegado Moyses, a reação de Oruam foi tranquila durante a operação.

A ação da polícia ocorre devido a um suposto disparo de arma de fogo que o rapper teria feito de forma aleatória em um condomínio no interior de São Paulo no final do ano passado, "colocando em risco a integridade de diversas pessoas", segundo a polícia. Pelo ocorrido, ele foi indiciado pelo crime de disparo de arma de fogo. "Ele estava em uma casa em São Paulo com diversas pessoas, em uma espécie de festa. Pegou uma arma calibre 12 e, instigado por outras pessoas, realizou um disparo", disse o delegado.



Rapper é filho de Marcinho VP

Oruam, nome artístico de Mauro Davi dos Santos Nepomuceno, adotou esse pseudônimo ao inverter a grafia de seu primeiro nome. Ele é filho de Marcinho VP, condenado por assassinato, formação de quadrilha e tráfico de drogas, considerado pela polícia e promotoria como um dos líderes do Comando Vermelho.

Eufrázio



O 'Prisômetro', painel que conta prisões feitas pela GCM, em funcionamento no centro de SP Zanone Fraissat/Folhapress

'Prisômetro' de Nunes, dizem especialistas, tem mais força eleitoral do que transparência

Painel lançado na terça (25), diz prefeitura, busca ampliar divulgação e transparência da tecnologia e dos resultados obtidos pelo Smart Sampa

Lucas Lacerda

SÃO PAULO O "prisômetro" inaugurado pela gestão Ricardo Nunes (MDB) na sede do Smart Sampa marca posição política, mas não resolve problemas antigos do projeto, como o controle social externo e a possibilidade de auditar a operação e saber, por exemplo, quantos erros têm ocorrido.

É o que dizem especialistas ouvidos pela **Folha** após o lançamento do painel na terça (25), que informa o número de prisões feitas pela GCM (Guarda Civil Metropolitana) a partir das imagens captadas pelo programa.

Com 23 mil câmeras na cidade e tecnologia de reconhecimento facial, o Smart Sampa é uma das principais bandeiras da administração municipal para a área de segurança. Na tarde desta quarta (26), o painel indicava 1.909 prisões em flagrante. No visor também constavam 723 foragidos da Justiça capturados, 405 presos em 2025, 147 presos em fevereiro deste ano e 41 pessoas desaparecidas que foram encontradas.

Transparência seria dizer se os números são auditáveis e quantas pessoas foram abordadas ou identificadas, diz a coordenadora de enfrentamento à violência institucional da ONG Conectas Direitos Humanos, Carolina Diniz. "A cidade perde com uma política baseada em populismo penal e que fica alarmando a população."

É o que também diz Pedro Saliba, coordenador de assimetrias e poder na organização Data Privacy Brasil. "Não é transparência. Transparência é entender qual a tecnologia usada, quais os equipamentos e empresas operando [os programas] e especialmente ter algum tipo de controle social, grupos de especialistas da sociedade civil e academia pensando essa governança dos dados."

"Imagino que o 'prisômetro' não vá dizer quantas pessoas foram presas ilegalmente ou quantas abordagens equivocadas ocorreram por erros do sistema de reconhecimento facial", diz Saliba, que cita negras, trans, crianças e adolescentes entre os mais suscetíveis a erros.

Procurada, a gestão Nunes disse que o Smart Sampa é maior programa de monitoramento por câmeras da América Latina e que segue todas as recomendações do Ministério Público. "O sistema de reconhecimento facial tem alto nível de precisão com algoritmos que somente emitem alertas quando há 90% de similaridade."

A prefeitura diz ainda que tomou medidas para garantir a proteção de dados do programa. "O Prisômetro é mais um recurso na busca de ampliar a divulgação e transparência da tecnologia e dos resultados alcançados pelo Smart Sampa, que trabalha com o cruzamento de dados oficiais da Secretaria da Segurança Pública do Estado e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania."

O conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Alan Fernandes considera um resultado ruim a tentativa da gestão Nunes de divulgar ações contra a criminalidade diante da sensação de insegurança da população. "Me soa como assumir situação ruim na segurança pública. Imagine um estrangeiro que vem aqui e vê, vai gerar mais insegurança. É uma forma mal elaborada de a prefeitura prestar contas do que faz." Ele pede mais transparência para o Smart Sampa e diz que o programa pode trazer resultados.

Fernandes diz nunca ter visto, em visitas ou na literatura de pesquisa, exemplos de um painel para mostrar prisões e seus efeitos.

A figura do gestor municipal encampando questões de segurança pode ter bons efeitos para o prefeito, segundo Giuliano Salvarani, professor de comunicação, marketing e política da ESPM.

"O prefeito, fazendo referência ao que antes era o impostômetro, se coloca em uma primeira grande ação do seu mandato como alguém que está discutindo segurança pública com viés mais punitivista, fazendo um aceno para setores mais conservadores."

Nunes, diz o professor, enfatiza o trabalho pela segurança, principal preocupação dos paulistanos segundo o último levantamento do Datafolha sobre o tema.

O interesse político mira a disputa de 2026. Isso porque, para Salvarani, o prefeito é um dos principais nomes da centro-direita para a disputa do Palácio dos Bandeirantes —em um cenário no qual Tarcísio de Freitas (Republicanos) desista da reeleição para disputar a Presidência.

Em meio ao fortalecimento do poder ostensivo de guardas municipais, a receita deve ser mantida e pode ganhar aditivos como o aumento de efetivo e de equipamentos para a estrutura municipal de segurança, diz Salvarani.

Tanto ele quanto Fernandes apontam que há pouco ônus à gestão municipal na segurança, pois a prefeitura divulga o número de prisões feitas, mas não precisa responder por políticas prisionais ou por reversões na Justiça.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

ANDERSON DO NASCIMENTO DE SOUZA (1971 - 2024)

Viajou o Brasil com mais de 30 espetáculos de teatro

Foi ator, poeta, educador e deixou sua voz eternizada no Municipal de Boa Vista

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) O palco era o lugar de Anderson Nascimento, espaço que ele dominava e que o fez ser conhecido em muitas cidades de Roraima. Mas palco para ele não era só os de grandes centros culturais. Ele gostava de levar seu teatro onde o público estivesse. Ocupou escolas públicas, praças, terreiros, aldeias e periferias.

Foram mais de 30 anos dedicados a dar vida a personagens. Esteve em cena com histórias lúdicas para crianças, como "A Bruxinha Que Era Boa" de Maria Clara Machado, até dramas adultos, como "O Santo Inquérito" de Dias Gomes. A peça "Gotas de Saberes", dirigida por Márcio Sergino, com contos indígenas, lhe rendeu o prêmio de melhor ator no 16º Festival de Teatro da Amazônia.

"Era um ótimo ator e exímio contador de histórias. Uma pessoa extremamente alegre, fazia sempre as pessoas felizes. Onde ele chegava, o ambiente ficava cheio de alegria", afirma Márcio Sergino, diretor teatral e gestor do Espaço Usina Cultura, em Boa Vista.

Seu talento também chegou às telas, em curtas e longas-metragens, além de ter narrado animações. Sua voz, notável, também está nos anúncios de início de espetáculos do Teatro Municipal de Boa Vista.

Anderson do Nascimento de Souza nasceu em Boa Vista, em 1971. Sua infância foi dividida entre o sítio e a cidade. Seu jeito brincalhão e comunicativo já indicava que seria artista.

No final dos anos 1980, foi morar no alojamento estudantil que o governo roraimense mantinha em Belém do Pará, onde terminou os estudos e passou a fazer teatro. Formou-se tecnólogo em processamento de dados no colégio Objetivo. De volta para sua terra natal, trabalhou para a Secretaria de Planejamento do governo do estado. Depois, foi aprovado em concurso municipal para cuidador de alunos e passou a se dedicar à educação.

Com a Companhia Arteatro e Usina Cultura, viajou o país com mais de 30 espetáculos. Sempre sorridente e amável, deixava muitas amizades por onde passava. O Grupo Baguetá, de Curitiba, publicou nas redes sociais: "Anderson emanava amor e entusiasmo. Seus olhos tinham um brilho que contagiava todo mundo ao seu redor". Assim como seus personagens, Anderson era intenso e dizia amar a vida.

O artista sofreu um acidente de moto no dia 30 de novembro, quando voltava de uma visita ao filho em Rorainópolis (RR). Teve morte cerebral no dia 11 de dezembro, aos 53 anos.

Deixa os filhos Caio, 26, e Ícaro, 24.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE
Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156 Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario
Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.
Aviso gratuito folha.com/mortes. Até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos).



Laryssa Gaynett

Gestão Trump exalta prisão de brasileiro suspeito de estupro

Um outro brasileiro foi detido por agressão e lesão corporal a um morador; os dois casos aconteceram no estado de Massachusetts

Julia Chaib

WASHINGTON O governo de Donald Trump tem exaltado a prisão de brasileiros nos Estados Unidos suspeitos de terem cometido crimes no país como vitrines de sua política de imigração, que visa fazer uma deportação em massa.

Os canais das redes sociais do ICE (o serviço de imigração dos Estados Unidos) e o escritório de comunicação da Casa Branca têm exaltado a prisão de imigrantes de várias nacionalidades e incluíram ao menos dois brasileiros presos nos últimos 30 dias, em momentos distintos, como exemplo da ação. A reportagem não localizou a defesa deles.

Um deles é acusado de estupro e, o outro, de agressão e participação numa gangue. Os dois foram detidos em Massachusetts, estado da costa leste que tem grande concentração de brasileiros.

Nesta quarta-feira (26), o vice-secretário de imprensa da Casa Branca, Kush Desai, disparou um email no qual ressalta a ofensiva de Trump contra cartéis. "A administração Trump continuará focada em colocar nossos próprios cidadãos em primeiro lugar, deportando em massa estupradores, assassinos e outros criminosos migrantes ilegais das comunidades americanas", escreveu.

A mensagem elenca uma série de prisões de imigrantes acusados de crime pelo ICE, entre elas a de Caio Vitor Guimarães Silva, 21 anos, em 3 de fevereiro em Bellingham (Massachusetts). A detenção teve o apoio do escritório federal de apreensões de drogas.

"Caio Vitor Guimarães Silva não apenas demonstrou um desrespeito flagrante pelas leis de imigração dos EUA, mas também representou um perigo significativo para os residentes de Massachusetts", disse Patricia H. Hyde, diretora interina do Escritório de Campo de Operações de Execução e Remoção do ICE em Boston.

Guimarães entrou legalmente nos Estados Unidos em setembro de 2017 e depois permaneceu, mesmo com o visto vencido. O brasileiro foi condenado a um ano de prisão pelo Tribunal Distrital de Milford por agressão e lesão corporal contra um morador do estado em setembro do ano passado. Ele cumpriu 90 dias e foi liberado. Àquela época, o ICE já havia emitido uma ordem de prisão contra ele.

"Como membro documentado de uma gangue de rua violenta e estrangeiro condenado por um crime violento, não podíamos mais tolerar a presença do sr. Guimarães em nossa comunidade", afirmou a diretora do ICE. Ele segue sob custódia das autoridades de imigração.

Em 21 de janeiro, outro brasileiro foi preso em Falmouth. William Robert Vasconcelos-Dos Santos foi detido pelas autoridades locais suspeito de estuprar uma moradora. Depois, o tribunal do distrito o entregou para os agentes do ICE, que já haviam solicitado sua detenção. Vasconcelos já tinha sido preso ao entrar ilegalmente nos Estados Unidos pela fronteira perto de San Diego, na Califórnia, na costa oeste.

A detenção aconteceu em 10 de abril de 2024, mas ele foi liberado na sequência com uma notificação para comparecer a um juiz de imigração. Ele não compareceu e só foi detido este ano em Falmouth, do outro lado do país.

"Neste caso, apreciamos o Tribunal Distrital de Falmouth por honrar a ordem de detenção de imigração do ICE e permitir que nossos oficiais tomassem a custódia de Vasconcelos na segurança de uma cela de prisão, em vez de ter que prendê-lo em liberdade", disse a diretora do ICE em Boston.

A governadora de Massachusetts, Maura Healey, afirmou em novembro que a polícia do estado "absolutamente" não iria cooperar com a política de deportação em massa de Trump e que usaria "todas as ferramentas disponíveis" para proteger seus moradores. Recentemente, ela teceu críticas a imigrantes em situação irregular que cometem crimes nos Estados Unidos.

classificados

classificados@grupofolha.com.br

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados ou ligue 11 3224-4000

IMÓVEIS

SÃO PAULO

TERRENOS

ZONA LESTE

PQ. DO CARMO

cód. 92482991

NEGÓCIOS

COMUNICADOS

EXTRAVIO DIPLOMA

LEILÕES

EMPRESAS COMPRA/VENDA

LOTÉRICAS IMPERDÍVEL

ACOMPANHANTES

AMANDA

EMPREGOS

EMPREGADOS PROCURADOS

A

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO CONTRATOS

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

P

PCD - ÁREAS DIVERSAS

#Siga a folha

PESTANA LEILÕES | LEILÃO ONLINE | APARTAMENTO EM SÃO PAULO/SP | Participe em pestanaleiloes.com.br | bradesco

Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada por Banco Bradesco S/A. sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de **18/03/25 (1º leilão) e 20/03/25 (2º leilão)**, ambas às **9h**, o leilão do seguinte imóvel: **LOTE 11 - São Paulo/SP.** Bairro Vila Maria. Rua Soldado Teodoro Francisco Ribeiro, 181. Apartamento 26 (2º Andar, Torre 2) c/ 01 vaga de garagem. Edifício Lake - Condomínio Weekend. Áreas: privativa 55,0000m² e coeficiente de proporcionalidade de 0,003837. Matrícula 59.330 do 17º RI local. Obs.: Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual necessidade de constituição de condomínio, correrão por conta do(a) comprador(a). O comprador providenciará a baixa da Penhora constante na Av. 12 da citada matrícula. Ocupado. (AF). **Lance mínimo: 1º Leilão R$ 378.000,00. 2º Leilão R$ 376.756,47** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **COND. DE PGTO.:** à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. **DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE:** mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. **OBS.:** O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

Consulte cond. de Venda e Pagamento: banco.bradesco/leiloes e pestanaleiloes.com.br | 51 3535.1000

Pequena antologia de contos carnavalescos

Guia para não foliões que abrem mão da farra, mas não da fantasia

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

No Carnaval, adquiri o hábito de trocar o corpo a corpo suado das ruas por uns dias de paz e descanso, quase sempre na companhia de livros e filmes. Não estou sozinho.

Às vezes, revisitando histórias, penso no muito que a nossa literatura já fez dessa festa tão brasileira. Se pouco se fala disso, acredito, é porque faltam os vistosos grandes romances de Carnaval.

Pois é: loucura efêmera, descontínua, os ritmos febris e o tempo fora do tempo dessa festa popular são mais bem captados pelo conto. Que, como se sabe, carrega a injusta sina de ser menos visível.

Só isso explica que "O Bebê de Tarlatana Rosa", obra-prima de terror de João do Rio, não seja exaltado por influencers como monumento literário: "Eu estava trepidante, com uma ânsia de acanalhar-me, quase mórbida. Nada de raparigas do galarim perfumadas e por demais conhecidas, nada do contato familiar, mas o deboche anônimo, o deboche ritual de chegar, pegar, acabar, continuar. Era ignóbil. Felizmente muita gente sofre do mesmo mal no Carnaval."

Se houvesse justiça no mundo, a crônica-reportagem "Batalha no Largo do Machado", de Rubem Braga, seria estudada em cursos de pós-graduação como exemplo de prosa-batucada:

"A cuíca ronca, ronca, estomacal, horrível, é um ronco que é um soluço, e eu também soluço e canto, e vós também fortemente cantais bem desentoados com este mundo. A cuíca ronca no fundo da massa escura, dos agarramentos suados, do batuque pesadão, do bodum".

Às vezes, revisitando histórias, penso no muito que a nossa literatura já fez dessa festa tão brasileira. Se pouco se fala disso, acredito, é porque faltam os vistosos grandes romances de Carnaval

Aqui e ali nossos clássicos dão sinais de envelhecimento —rugas sob a máscara, mofo no confete. Certas palavras de Braga, como também de Aníbal Machado em "A Morte da Porta-estandarte", já não se usariam hoje.

O racismo brasileiro era mais difuso e inconsciente no século passado. Machismo e misoginia também. Metade dos contos carnavalescos é protagonizada por homens a quem o delírio coletivo interessa na medida em que facilita a tarefa de fazer sexo com mulheres normalmente interditadas.

"Era o último dia de carnaval e todo carnaval eu sempre fora com uma mulher diferente para a cama. Já na terça-feira, mais um pouco o carnaval acabava e eu não teria mantido a tradição", diz o narrador de "Teoria do Consumo Conspícuo", de Rubem Fonseca.

Spoiler: não dá certo dessa vez. Em compensação, o Adamastor de "O Homem-mulher", de Sérgio Sant'Anna, vive momentos de grande felicidade no cemitério, depois de se desgarrar do bloco com Dalva —que, virgem até então, tem só 16 anos, nove a menos que ele.

Acontece —em dias como os que vêm por aí, acontece demais. Como acontece também o imenso zero a zero existencial, quase metafísico, de "Bandeira Branca", de Luis Fernando Verissimo.

Ainda bem que mulheres também escrevem sobre Carnaval e cada vez mais o farão, diversificando a cozinha rítmica da festa. "Um menino de uns 12 anos, o que para mim significava um rapaz, esse menino muito bonito parou diante de mim e, numa mistura de carinho, grossura, brincadeira e sensualidade, cobriu meus cabelos já lisos de confete", conta Clarice Lispector em "Restos do Carnaval".

O desejo está sempre lá, é claro. Mas as máscaras são infinitas.

DOM. Antonio Prata SEG. Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli QUA. Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sérgio Rodrigues SEX. Tati Bernardi
SÁB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho

saúde

Padilha assume Saúde com desafio de frear crises

Troca no comando, que visa criar marca forte para o governo, abre especulações sobre nomeações na pasta

Mateus Vargas

BRASÍLIA O médico e deputado federal Alexandre Padilha (PT) assumirá o Ministério da Saúde com o desafio de frear crises sanitárias, como a da dengue, além de emplacar na pasta uma marca forte do governo Lula (PT).

Padilha ainda terá de lidar com a cobiça do Congresso sobre o orçamento da Saúde. Em 2024, as emendas parlamentares drenaram mais de 40% da verba empenhada para custeio e investimentos da pasta. Na passagem anterior de Padilha pela Saúde, encerrada em 2014, menos de 20% dos recursos eram direcionados por deputados e senadores.

A mudança no ministério foi confirmada na terça (25) pelo Palácio do Planalto, cinco dias após a **Folha** revelar que o presidente Lula (PT) havia decidido demitir a socióloga Nísia Trindade do comando da pasta. Atual ministro da SRI (Secretaria de Relações Institucionais), Padilha deve tomar posse no Ministério da Saúde no dia 6 de março.

A gestão de Nísia vinha sendo alvo de queixas de integrantes do Congresso, de membros do Palácio do Planalto e do próprio presidente, que fez cobranças pela falta de uma marca forte na área. O presidente deseja que a pasta torne popular programas como o Mais Acesso a Especialistas, que promete encurtar o tempo para a realização de consultas e exames especializados nas áreas de oncologia, cardiologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e ortopedia.

Ainda há expectativa do Planalto de que o novo ministro amplie a mobilização contra crises sanitárias. A explosão de casos e mortes pela dengue gerou críticas ao governo Lula no último ano. Horas antes de ser demitida, Nísia anunciou parceria para produção nacional da vacina contra a dengue do Instituto Butantan, mas o registro do imunizante ainda está sob análise da Anvisa.

Outro ponto sensível na Saúde é a oferta de vacinas e medicamentos. Levantamentos divulgados pela CNM (Confederação Nacional de Municípios) no fim do último ano apontaram falta de diversos modelos de imunizantes, inclusive contra a Covid. Ainda preocupa o governo o descarte de estoque bilionário de insumos feito nos últimos anos.

Antes da confirmação da queda Nísia, integrantes do governo negociavam as mudanças que seriam feitas na equipe do ministério sob Padilha.

A análise de autoridades que acompanham a transição do comando da Saúde é que Padilha deve promover mudanças na Secretaria Executiva, hoje comanda por Swedenberger Barbosa (PT), e na Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, chefiada pela epidemiologista Ethel Maciel. Estas pastas lidam com temas sensíveis ao governo, como elaboração do orçamento e compras públicas, além da resposta às crises sanitárias.

A atual equipe de Nísia é composta por nomes que atuaram com a ministra na Fiocruz, como o secretário de Ciência e Tecnologia, Carlos Gadelha. A pasta de Gadelha lida com bilionárias parcerias entre laboratórios públicos e privados para a produção de vacinas e medicamentos.

Interlocutores de Padilha avaliam que o secretário de Atenção Especializada, Adriano Massudo, deve se tornar um dos principais auxiliares do novo ministro. Ele comanda o setor que executa o Mais Acesso a Especialistas e foi secretário-executivo substituto da Saúde em 2011 e 2012, na gestão anterior de Padilha na Saúde.

Massuda ainda participou, em 2022, da banca de doutorado do novo chefe da Saúde. Autoridades do governo avaliam que ele pode ser nomeado secretário-executivo da nova gestão, como um vice-ministro, mas a troca ainda não teria sido acertada.

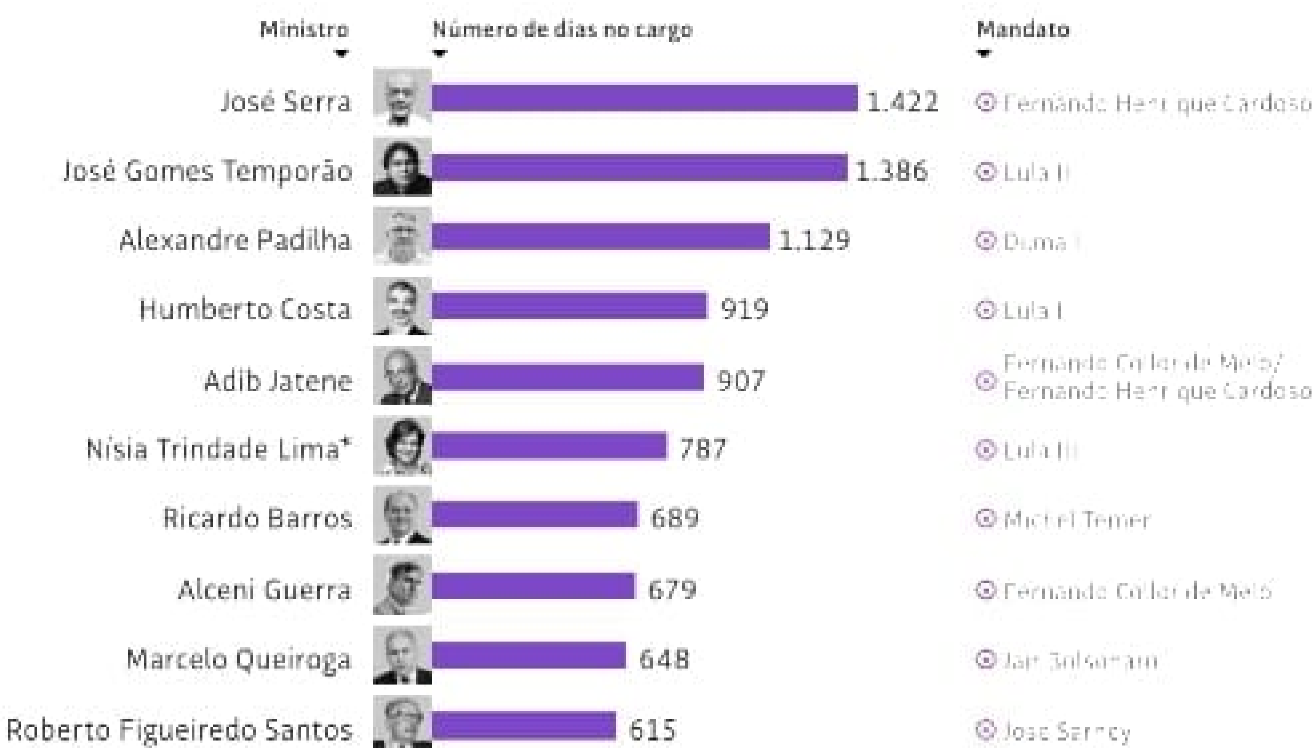
Padilha deve manter na pasta nomes que já atuaram com ele na Saúde, como o atual secretário de Atenção Primária, Felipe Proenço. O novo ministro também sinalizou que deseja nomear Eliane Cruz como chefe de gabinete, cargo que ela ocupou na passagem anterior de Padilha pelo ministério. Ela é coordenadora do setor de saúde do PT nacional.

Outra aposta no governo é que Padilha levará para a Saúde o médico Mozart Sales. Ele é o atual assessor especial na SRI e tem participado das discussões entre o governo e o Congresso sobre a liberação das emendas. O Ministério da Saúde concentra cerca de metade do valor indicado por ano por deputados e senadores.

Nísia diz que saída não depõe contra seu trabalho

Um dia após a confirmação da troca do comando do Ministério da Saúde, a socióloga Nísia Trindade disse que o presidente Lula (PT) decidiu demiti-la para mudar o perfil na condução da pasta. "Ele achava importante uma mudança", disse Nísia nesta quarta (26). Ela afirmou que a demissão não foi por falta de entregas. "Ele é o técnico de um time, faz parte da vivência de qualquer governo a substituição de ministros. Isso nada depõe em relação ao meu trabalho."

Ministros da Saúde com mais dias no cargo após a redemocratização



* Contados até 26.fev.2025

Petista pode virar recordista

O ministro Alexandre Padilha pode se tornar a pessoa com mais tempo no Ministério da Saúde desde a redemocratização do país. Ele ocupa a terceira posição no ranking de longevidade à frente da pasta, já tendo exercido a função por 1.129 dias durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

À frente do médico encontram-se José Serra, pela participação na gestão Fernando Henrique Cardoso (PSDB), quando permaneceu à frente da pasta por 1.422 dias, e José Gomes Temporão, titular no segundo mandato de Lula (PT), que ficou por 1.386 dias. Primeira mulher a ocupar o cargo, Nísia Trindade aparece na sexta colocação, com 786 dias no posto completados nesta terça-feira (25).

No início da noite desta terça, a mudança no comando da Saúde foi anunciada pelo Palácio do Planalto em uma curta nota, em que o governo federal afirmou que Padilha tomará posse após o Carnaval. Como a **Folha** antecipou na semana passada, Lula já havia avisado a aliados que substituiria a ministra.

Caso assuma a Saúde no dia 6 de março, como previsto, Alexandre Padilha se tornará o mais longevo no cargo, somando todas as passagens no ministério, se permanecer à frente da pasta até o Natal —ele igualará Serra no dia 24 de dezembro e tomará a liderança no dia seguinte.

O governo federal iniciou nesta quarta-feira (26) as reuniões de transição no comando da Saúde. Os atuais secretários da pasta se reuniram durante a manhã para apresentar dados de ações que estão planejadas e das que se encontram em andamento.

Já Alexandre Padilha deve conversar com a equipe de Nísia nesta quinta-feira (27). **Raquel Lopes**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 035/2025 –

Proc. Adm. nº. 250103042988800/2025

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de MATERIAIS GRÁFICOS PERSONALIZADOS em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, pelo periodo de 01 (um) ano. Do Edital: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia **27/02/2025**, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Default.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Início da sessão de disputa de lances: **Dia 18/03/2025, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 26 de fevereiro de 2025.

AUTORIDADE COMPETENTE

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 023/2025
Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CÂMARAS PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS"
Processo Administrativo: 6.289/2024-D
Data e Hora do Pregão: 17/03/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor preço unitário
Modo da Disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 24 de fevereiro de 2025.

JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA - Secretário Municipal de Saúde Pública

CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura

CNPJ 13.623.957/0001-36 - NIRE 35300551613

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 13 de janeiro de 2025

Data, Hora e Local: 13/01/2025 às 10h, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Presente todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente Sr. David Moise Salama. Secretária Sra. Ana Paula Alves Carneiro Hajnal. **Deliberações Aprovadas:** O Conselho de Administração aprovou, a Nota de Crédito à Exportação (NCE) a ser contratada pela Companhia junto ao Banco do Brasil S.A. Detalhes e outras informações, arquivados na sede da companhia. Ata Registrada na JUCESP sob o nº 58.370/25-0 em sessão de 21/02/2025, e sua versão na íntegra está disponível no website https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 028/2025
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS E FILTRO DE PAPEL"
Processo Administrativo: 21.439/2024-D
Data e Hora do Pregão: 25/03/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor preço unitário
Modo de Disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
Tipo de licitação: Ampla Concorrência; Cota Reservada de 25% para ME e EPP e Exclusiva para ME e EPP
UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Administração, Secretaria Geral do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Governo, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Finanças, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Urbanismo, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras Públicas, Secretaria de Habitação, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Esporte e Lazer, Subsecretaria de Ações de Cidadania, Subsecretaria de Controle Interno e Subsecretaria de Assuntos da Juventude, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 26 de fevereiro de 2025.

RUY FERRAZ FONTES - Secretário Municipal de Administração

OS MELHORES NOMES ESTÃO AQUI

CASAFOLHA
CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

Jornada Dinheiro e Carreira

ÁLVARO MACHADO DIAS
Neurocientista, professor e pesquisador. É especialista em inteligência artificial e futurismo.

GEORGE WACHSMANN
Com 30 anos de experiência, é um dos nomes mais respeitados do mercado financeiro.

PEDRO MALAN
Um dos maiores economistas do Brasil, foi ministro da Fazenda e presidente do Banco Central.

NATALIA BEAUTY
Multiempreendedora e fundadora do Natalia Beauty Group.

CANDIDO BRACHER
Ex-CEO do Itaú Unibanco e fundador do banco BBA, tem 40 anos de experiência no setor financeiro.

RACHEL MAIA
Empresária e conselheira, foi a primeira mulher negra CEO de grande empresa no Brasil.

ANA KARINA BORTONI
Especialista em liderança e inovação, foi a primeira mulher CEO de um banco de capital aberto no Brasil.

EDU LYRA
Empreendedor social e fundador da Gerando Falcões, já foi selecionado como um dos 15 jovens que podem mudar o mundo.

Jornada Transformação Pessoal e Bem-Estar

MONJA COEN
Missionária oficial da tradição zen-budista Soto Shu, é fundadora da comunidade Zendo Brasil.

SUZANA HERCULANO-HOUZEL
Bióloga e neurocientista da Universidade Vanderbilt (Estados Unidos). É a primeira mulher editora-chefe no Journal of Comparative Neurology.

VERA IACONELLI
Psicanalista, mestre e doutora em psicologia, é diretora do Instituto Gerar de Psicanálise e autora de diversos livros.

BRUNO GUALANO
Doutor em educação física e esporte pela USP, é um dos cientistas mais influentes na área.

MONICA ANDERSEN
Doutora em psicobiologia e diretora do Instituto do Sono, é listada como uma das dentistas mais influentes do mundo.

ALEXANDRE KALACHE
Médico gerontólogo e um dos maiores especialistas em longevidade do mundo.

Comunicação e Criatividade

JOSÉ PADILHA
Cineasta premiado, diretor e roteirista de sucessos como "Tropa de Elite" e "Narcos".

GIOVANNI BEGOSSI E MICARLA LINS
Campeões de oratória e debates, são os únicos brasileiros a ocuparem o cargo de juízes-chefes no Campeonato Mundial de Debates em Espanhol.

Alta Performance

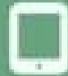
FERNANDA KELLER
Única pessoa da América Latina a entrar no Hall da Fama do Ironman mundial, cinco vezes campeã do Ironman Brasil, detém o recorde de pódios no campeonato mundial do esporte.

RAÍ
NOVO
Um dos maiores ídolos do futebol no Brasil e na França. Foi capitão da Seleção Brasileira, do São Paulo e do Paris Saint-Germain. Detentor de títulos como a Copa do Mundo, Mundial de Clubes e Libertadores da América.

Uma plataforma completa

Aulas e conteúdos criados para que você possa tirar o máximo proveito.


Novos cursos todos os meses


Acesso ilimitado a todo o conteúdo da Folha



Assine agora e aproveite a oferta exclusiva.

DE R$ ~~59,90/mês~~ POR APENAS 12x de R$ 19,90/MÊS.

Já é assinante Folha? Acesse: casafolhasp.com.br/upgrade e faça o upgrade de sua assinatura.

*PROMOÇÃO VÁLIDA PARA O PLANO ANUAL.

Brasil tem equipes fortes e estrutura para os esports, mas democratização é entrave

País tem base de jogadores e times consolidados, porém custo para manter e elevar carreira profissional atrapalha o avanço de novatos

Matheus Tupina

BOSTON O Brasil é visto nos esports como uma potência global. Além do protagonismo em muitos jogos, com fãs, boa estrutura financeira e patrocínios, empresas buscam jogadores nacionais para participar de seus campeonatos.

Mas é difícil chegar ao mais alto nível. Muitos dos aspirantes param em categorias inferiores em meio a desafios para estruturar um time, competir com outros mais bem estabelecidos e alcançar bons prêmios em dinheiro.

Iniciar e consolidar uma carreira na área é custoso, e existe a recorrente visão de que games são lazer, de que trabalhar na área não traz ganhos e estabilidade.

O país tem um mercado de esportes eletrônicos com potencial para crescimento. Segundo dados da Pesquisa Game Brasil de 2024, de 13.360 brasileiros ouvidos em todo o território nacional, 1.612 dizem se conectar de alguma forma com os esportes eletrônicos —entre estes, 81% jogam, e 88% assistem a eventos da categoria.

A pesquisa foi feita online, por meio de questionário quantitativo, entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024, com residentes em 26 estados e no Distrito Federal.

Há uma série de eventos no Brasil, com campeonatos de jogos como Free Fire e PUBG (PlayerUnknown's Battlegrounds) — ambos jogos de tiro ou batalha contra adversários e com grande base no país por estarem disponíveis para dispositivos móveis.

Fora do país, jogadores e equipes brasileiras brilham. O caso mais recente foi o do Six Invitational, campeonato mundial do game Tom Clancy's: Rainbow Six Siege, cuja final ocorreu no último dia 16, em Boston, e coroou a brasileira FaZeClan como campeã.

A FaZe, criada em 2010, tem braços no Brasil e nos Estados Unidos e é hoje consolidada no mercado de jogos. Em 2021, tornou-se uma organização de capital aberto, avaliada à época em US$ 725 milhões (US$ 825 milhões em valores atualizados pela inflação, cerca de R$ 4 bilhões).

O Brasil teve 5 das 20 equipes no Six Invitational. Além da FaZe, chegaram às fases mais avançadas do torneio a Furia e a estreante Razah Company.

O próprio Six Invitational já foi realizado no Brasil, em 2024, em São Paulo, atraindo um total de 30 mil pessoas em três dias de disputa no ginásio do Ibirapuera. Na internet, foram mais de 35 milhões de visualizações.

Chegar a torneios desse porte, porém, não é fácil. O primeiro desafio citado pelos jogadores envolve a família, que nem sempre vê do mesmo modo a importância e o alcance dos jogos. Os patrocínios também têm escasseado. Os contratos para jogadores muitas vezes não configuram vínculos empregatícios, o que frequentemente gera disputas judiciais.

Houve um boom das modalidades antes da pandemia de Covid-19. Após a reabertura, porém, as empresas financiadoras migraram seus investimentos em publicidade a opções mais seguras, como o esporte tradicional.

Guilherme Bassetto, da Razah Company, conta que seu time foi formado em pouco tempo e que a participação nas finais foi uma exceção. Ele relata ter tido dificuldades burocráticas, como a obtenção do visto americano para todos os jogadores. "Como a gente não tem contrato, não tem uma organização consolidada", disse.

Segundo Leandro Montoya, diretor de esports para a América Latina da Ubisoft —desenvolvedora do Rainbow Six Siege e criadora de títulos como Assassin's Creed e Just Dance—, a maturação do mercado vem acompanhada da de profissionalização dos torneios. Para ele, o foco agora deve ser fomentar as competições de base, tornando mais claro o caminho para uma carreira.

O poder público também nem sempre se entende com os representantes do setor. A ex-ministra dos Esportes, Ana Moser, chegou a dizer no início do mandato de Lula (PT) que a modalidade não pode ser tratada como um esporte e negou investimentos do governo para iniciativas na área. "A meu ver, o esporte eletrônico é uma indústria de entretenimento, não é esporte", disse à época.

Montoya admite diferenças importantes entre os esportes tradicionais e os eletrônicos, como quem define as regras —nos esports, as empresas fazem o papel das associações e confederações internacionais das modalidades físicas. Mas ele também vê ambos os formatos como frutos de manifestações culturais com ampla interação social, e pede atenção mais específica do poder público.

O jornalista viajou a convite da Ubisoft



Corinthians vence, escapa de vexame e avança na Libertadores

Yuri Alberto celebra gol da vitória por 3 a 2 contra o Universidad Central (VEN), na Neo Química Arena, pela 2ª fase preliminar da competição; clube paulista enfrentará o Barcelona de Guayaquil (EQU) na 3ª fase Nelson Almeida/AFP

As bets impõem limites

Até mesmo o apostador que ganha encontra barreiras para ganhar mais

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

A nota no Painel sobre mais um patrocínio de casa de apostas para o programa de entrevistas, no YouTube, do senador Romário (PL-RJ), relator da CPI das bets, surpreende ninguém, embora seja sempre necessário informar sem deixar dúvidas.

O América presidido por Romário também é patrocinado por uma bet, assim como o presidente da CPI, Jorge Kajuru, tem o dele no programa que mantém.

CPI que foi prometida como arrasadora, e sem prorrogação, mas já prorrogada até o apropriado dia 1º de abril, com resultados pífios, desde a proteção concedida pelo corporativismo, que une ex-jogador a jogadores em atividade, até o tal empresário que era o rei da manipulação e fez todos os integrantes da investigação passarem por trouxas.

As bets seguem enriquecendo as bancas, distribuindo dinheiro a rodo para seus garotos-propaganda e limitando os ganhos dos que, por sorte, acertam mais palpites do que erram, porque acabam vítimas de limites no valor de suas apostas.

Por cansativo que seja repetir a lição de Silvio Santos —que manda repetir, repetir e repetir para que as pessoas fixem o repetido—, diante da jogatina parece inexistir repetição que as convença.

Até porque o próprio SS morreu sem ver a sua bet em ação, assim como a do grupo Globo, porque, afinal, ou restaure-se a honestidade ou locupletemo-nos todos, ensinamento melhor de Sérgio Porto, o imortal Stanislaw Ponte Preta.

As bets continuam enriquecendo as bancas, distribuindo dinheiro a rodo para seus garotos-propaganda e limitando os ganhos dos que, por sorte, acertam mais palpites do que erram

É como esmurrar ponta de faca tentar convencer o terra-planista sobre a redondeza do planeta.

Sim, as bets têm mecanismos por meio dos quais estabelecem limites àqueles que acumulam mais ganhos do que a banca acha razoável.

Diante do risco de perder, algo tão impossível no mundo das apostas como fazer ateu acreditar em Deus, o algoritmo identifica quem o ameaça e estabelece um limitador para a quantia apostada.

Se a rara leitora e o raro leitor que, tomara, não desperdiçam seu suado dinheirinho nas mãos sujas das bancas perguntarem aos bancadores o porquê dos limites, eles, cínicos, dirão ser medida para evitar manipulação.

Assim como os divulgadores profissionais de notícias falsas buscam se passar por defensores da liberdade de expressão —e há quem acredite neles e os endossem.

Afinal, você viu (atenção: contém ironia!) como a humanidade aprende com a história? Que surra os nazistas levaram na Alemanha no último fim de semana, não? (Fim da ironia).

E não é que há judeus no Brasil que continuam a apoiar os tresloucados Bolsonaros e se alegram com Trump et caterva, que batem palmas para a extrema direita germânica?

Mundo louco este "betficado", bestificado, que nega o aquecimento global e se condena a ver filhas e netas, filhos e netos, a torrar na fornalha nas próximas décadas, conduzido pela ganância, esta ilimitada, de um punhado de filhotes de Adolf Hitler que nem disfarçam mais seus gestos, normalizados como gracinhas inofensivas dos Bannons e Musks da vida.

"Avante, filhos da Pátria/ O dia da Glória chegou/ Contra nós, da tirania/ O estandarte ensanguentado se ergue/ Às armas cidadãos!/ Formem seus batalhões!/ Marchemos, marchemos!/ Que um sangue impuro/ Regue os sulcos de nossa terra."

Ser enganado pelas bets até é problema menor.
Ser derrotado pelas bestas é que são elas.

DOM. Tostão, Juca Kfouri SEG. Juca Kfouri
TER. Sandro Macedo QUA. Tostão QUI. Juca Kfouri
SEX. No Corre/O Mundo é uma Bola SAB. Marina Izidro

UOL PLAY
PAULISTÃO Sicredi 2025

PAULISTÃO 2025 É NO UOL PLAY

A MAIOR COBERTURA DE JOGOS DO PAULISTÃO ESTÁ NO UOL PLAY E NO CANAL UOL

SAIBA MAIS



91 JOGOS COM TRANSMISSÃO AO VIVO

PRIMEIRA FASE, QUARTAS, SEMIFINAIS E FINAIS

TUDO ISSO COM UM TIME DE CRAQUES NO COMANDO DAS TRANSMISSÕES

MILTON LEITE, CASAGRANDE
MAURO CEZAR PEREIRA, JOSÉ TRAJANO,
ANDRÉ HERNAN E MAIS

ACESSE UOL.COM.BR/PLAY E FAÇA SUA TORCIDA



Academia de cinema reúne indicados ao Oscar para a tradicional 'foto de família'

Em um jantar no Museu da Academia, em Los Angeles, na terça (25), indicados posaram juntos para a imagem comemorativa, incluindo Fernanda Torres (marcada), ao lado dos produtores de 'Ainda Estou Aqui' Rodrigo Teixeira e Maria Carlota Bruno; o evento, normalmente um almoço, havia sido cancelado devido aos incêndios Richard Harbaugh/Divulgação

TUDO A LER

Isadora Laviola
Estagiária de Livros

Conte a minha história

Biografia de Frans Krajcberg encomendada por ele mesmo, livros sobre menopausa e cancelamentos em Paraty são as notícias literárias da semana

Encomendada há 40 anos pelo próprio Frans Krajcberg, sua biografia —que tem como subtítulo "A Natureza como Cultura"— chega agora ao público pelas mãos de um amigo do artista, o escritor e ambientalista João Meirelles.

Krajcberg, como aponta o repórter João Perassolo, entrou para a história como um representante da arte ecológica e uma voz contra o desmatamento.

Ele costumava se embrenhar na floresta amazônica em busca de materiais para os seus trabalhos. Em suas mãos, troncos carbonizados, cipós retorcidos e cascas de árvores se tornavam esculturas que denunciavam o extermínio de recursos naturais.

Seus quase cem anos de vida como artista e ativista são resgatados no livro. Um dos maiores desafios da escrita da biografia foi, segundo Meirelles, o fato de Krajcberg inventar histórias sobre sua vida quando lhe convinha.

"Ele era um ficcionista", afirma o biógrafo, acrescentando que considera essas mentiras algo "plenamente aceitável" considerando-se os traumas sofridos por seu protagonista, um judeu errante que perdeu quase toda a sua família na Segunda Guerra.

Após testemunhar horrores que o homem infligiu ao próprio homem, não surpreende que Krajcberg afirmasse gostar mais de árvores do que de pessoas.

ACABOU DE CHEGAR

Coisas Importantes Também Serão Esquecidas

Narra os vaivéns emocionais da atriz Martha Nowill, que vivenciou uma gestação de gêmeos durante a pandemia. À repórter Anna Virginia Balloussier a autora diz esperar que seu livro em formato de diário vá além do público feminino. Para ela, a obra não é só sobre maternidade, "é isso e muito mais".

AUTORA Martha Nowill **EDITORA** Companhia das Letras **PREÇO** R$ 89,90 (224 págs.), R$ 44,90, (ebook)

A Fábrica

Relata o dia a dia maçante de três funcionários em uma misteriosa fábrica. A narrativa conquista à medida que se torna mais e mais estranha. "Você termina e quer reler. E reler", afirma a crítica Camila von Holdefer.

AUTORA Hiroko Oyamada **TRADUÇÃO** Jefferson José Teixeira **EDITORA** Todavia, **PREÇO** R$ 71,90 (144 págs.), R$ 54,90 (ebook)

Mar da Tranquilidade

Mergulha na hipótese de que a realidade é uma simulação e busca alegria e a beleza em meio às catástrofes do mundo. Para a crítica Ligia Gonçalves Diniz, o livro de Emily St. John Mandel, a mesma autora de "Estação Onze", é "um elogio à ficção".

AUTORA Emily St. John Mandel **TRADUÇÃO** Débora Landsberg **EDITORA** Intrínseca **PREÇO** R$ 79,90 (272 págs.), R$ 54,90 (ebook)

ALÉM DOS LIVROS

CULPADO Em 12 de agosto de 2022, o escritor anglo-indiano Salman Rushdie foi atacado enquanto dava uma palestra em um anfiteatro no norte do estado de Nova York. Esfaqueado várias vezes, o autor perdeu o olho direito e os movimentos da mão esquerda, mas sobreviveu. Seu agressor, Hadi Matar, foi declarado culpado de tentativa de assassinato e de agressão na semana passada pela Justiça americana. Ele pode ser condenado a até 25 anos de prisão.

É FESTA Após o anúncio das datas da Flip, pousadas em Paraty cancelaram e aumentaram o valor de reservas que já tinham sido feitas para o período em que acontecerá a festa literária, quando são praticados preços de alta temporada. Um dos estabelecimentos afirmou que os hóspedes já estavam avisados sobre a possibilidade de alteração de valor e que a Flip descumpriu o combinado de avisar a pousada sobre as datas do evento com antecedência. A festa, por sua vez, afirma que as duas possíveis datas para a realização de sua 23ª edição foram divulgadas em novembro passado.

PIRILAMPO O centenário de Marcos Rey trouxe à memória grandes obras do autor, como as que fizeram parte da coleção Vaga-Lume, que marcou a adolescência de muitos brasileiros. Mas, diz o jornalista Carlos Maranhão, é uma pena que o escritor tenha deixado de ser lembrado pela sua produção para adultos, que inclui obras como "Ópera de Sabão", "O Último Mamífero do Martinelli" e "Memórias de um Gigolô".



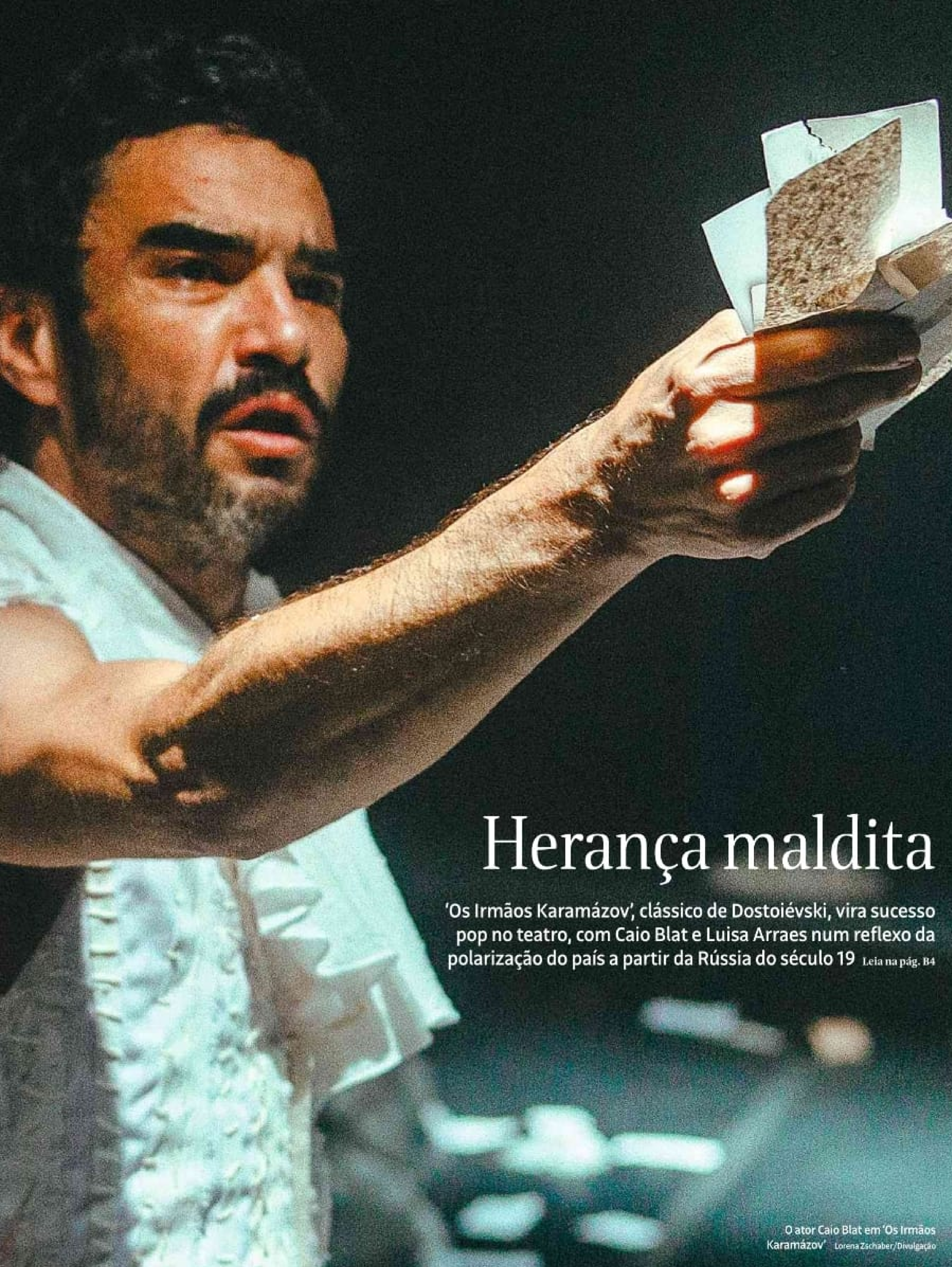
Acesse o QR Code para se inscrever

+ Editora trará ao Brasil precursor de 'O Conto da Aia'

Cinco anos antes do lançamento de "O Conto da Aia", de Margaret Atwood, Margaret O'Donnell publicou "The Beehive". Ambos os livros tratam de regimes totalitários que têm as mulheres como suas principais vítimas. O Painel das Letras conta que a editora Vestígio traz o livro de O'Donnell para o Brasil ainda neste ano, com o título "A Colmeia".

Eufrázio

ilustrada



Herança maldita

'Os Irmãos Karamázov', clássico de Dostoiévski, vira sucesso pop no teatro, com Caio Blat e Luisa Arraes num reflexo da polarização do país a partir da Rússia do século 19 Leia na pág. B4

O ator Caio Blat em 'Os Irmãos Karamázov' Lorena Zschaber/Divulgação

Eufrázio

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

TUDO NA MESMA

A eventual aprovação de um projeto de lei que crie sanções contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e proíba sua entrada nos EUA não vai alterar a rotina e os planos do magistrado.

NA ROTINA É o que garantem interlocutores dele à coluna.

NA ROTINA 2 A última vez que Moraes pisou em solo norte-americano foi em novembro de 2022, quando participou de um evento do Lide, do ex-governador de São Paulo João Doria.

AOS BERROS A experiência não foi boa: bolsonaristas cercaram o hotel onde Moraes e outros ministros do STF estavam hospedados, hostilizaram a comitiva, golpearam carros em que eram transportados e dirigiram a eles palavras de baixo calão.

SEM GRAÇA Interlocutores de Moraes afirmam que ele não tem especial interesse em viajar a turismo pelos EUA, e nem planos para qualquer visita ao país.

FORA DA AGENDA No ano passado, ele chegou a ser anunciado para um novo evento do Lide em Nova York, mas não confirmou presença.

OUTRO RUMO A agenda do ministro neste período incluiu viagens a países europeus como Itália, Portugal e Inglaterra, onde inclusive participou de eventos públicos.

PORTA O Comitê Judiciário do Congresso norte-americano aprovou, nesta quarta (26), um projeto de lei que cria sanções contra Alexandre de Moraes.

PORTA 2 A proposta "No Censors on our Shores Act" (Sem Censores em nosso território) estabelece a deportação e o veto de entrada nos EUA a qualquer estrangeiro que atue contra a liberdade de expressão, violando a Primeira Emenda da Constituição dos EUA.

PORTA 3 Pouco depois, em outra investida, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, equivalente ao Ministério das Relações Exteriores, postou uma mensagem no X em que faz referência implícita ao caso do Rumble, que acionou a Justiça norte-americana para não ter que cumprir ordens judiciais vindas do gabinete do ministro.

PORTA 4 "O respeito pela soberania é uma via de mão dupla com todos os parceiros dos EUA, incluindo o Brasil", escreveu o perfil do Escritório do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado no X.










À MESA

Os atores Caio Blat 1 e Paulinho Vilhena 2 marcaram presença no jantar de boas-vindas oferecido para o novo secretário municipal de Cultura de São Paulo, Totó Parente 3, e para a presidente da Spcine, Lyara Oliveira 4, na noite de terça (25). A confraternização foi realizada na casa da produtora Diane Maia 5, que recebeu convidados ao lado da sócia-fundadora da produtora Gullane Debora Ivanov 6. A CEO do Estúdio Escarlate, Joana Henning 7, e o diretor de inovação e políticas audiovisuais da Spcine, Emiliano Zapata 8, compareceram Fotos Ronny Santos/Folhapress

RECEPÇÃO "Costumo dizer que eu apanho da direita de manhã, da esquerda à tarde e à noite dos dois", diz o secretário municipal da Cultura, Totó Parente, em um jantar com cineastas, produtores e atores na noite de terça-feira (25), em São Paulo (veja fotos ao lado). A plateia então dá risada.

NO CENTRO O convite dizia que o encontro tinha como objetivo dar "boas-vindas" a Totó, nomeado este ano por Ricardo Nunes (MDB), e apoiar a presidente da Spcine, Lyara Oliveira. A movimentação foi uma espécie de reação a um jantar do grupo Artistas Livres, liderado pelos cineastas "anti-woke" Josias Teófilo e Newton Cannito, que foi marcado por deboches a Totó e a Oliveira. O encontro, realizado no mês passado, incomodou a gestão municipal.

VAMOS JUNTOS Em um tom conciliador, Totó disse em seu discurso que "a eleição passou". "Agora, é tentar juntar todo mundo", seguiu. O secretário chamou a Spcine, empresa de fomento ao audiovisual da prefeitura, de "joia da coroa" da gestão. Em seguida, Lyara disse que "o audiovisual é a locomotiva da economia criativa".

GARFO E FACA No sábado (1º), véspera do Oscar, a Globo vai oferecer um jantar para os atores do filme "Ainda Estou Aqui" e para familiares de Eunice Paiva. O evento será realizado no restaurante do tradicional hotel Chateau Marmont, em Los Angeles (EUA).

RSVP Fernanda Torres, Selton Mello, Valentina Herszage, Walter Salles, além de Nalu e Chico Paiva, filha e neto de Eunice, são presenças confirmadas. A ideia é celebrar as três indicações do longa, primeiro filme com produção original do Globoplay. Executivos da emissora vão participar.

CONFETE O camarote Folia Tropical prepara uma homenagem para Fernanda Torres na primeira noite de Carnaval na Marquês de Sapucaí, no domingo (2), mesma data do Oscar. Os convidados receberão máscaras com o rosto da artista e serão recepcionados por drag queens que vão interpretar papéis de sua carreira.

VIRADA O novo carnavalesco da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro, Jorge Silveira, retorna ao Grupo Especial do Rio com ressentimentos e vitórias no Carnaval de São Paulo. Ele conta que recebeu um "pé na bunda" da agremiação paulista Dragões da Real em 2022. Depois, conquistou dois títulos com a concorrente Mocidade Alegre. "O presidente [da Dragões da Real, Renato Remondini] resolveu me mandar embora numa ligação de 30 segundos", conta.

VIRADA 2 Remondini afirma que a escola estava insatisfeita com a ausência de Silveira, que vive no Rio, nos trabalhos no barracão.

com Karina Matias, Laura Intrieri e Manoella Smith

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br

Band decide afastar Sérgio Maurício da Fórmula 1 após ofensa à deputada Erika Hilton

A Band afastou provisoriamente o narrador Sérgio Maurício das transmissões da Fórmula 1 em 2025. Os primeiros treinos foram exibidos na quarta-feira (26), nas vozes de Napoleão de Almeida e Ivan Bruno, no BandSports, o canal esportivo do grupo.

DETALHES Segundo apurou a coluna, a mudança ocorreu de última hora, por determinação da direção da Band. O objetivo é preservar a equipe de transmissão, a emissora e o próprio Sérgio Maurício, enquanto se define como fica o resto da temporada.

O QUE HOUVE Sérgio Maurício foi afastado após uma ofensa à deputada Erika Hilton (PSOL-SP) ser postada no domingo (23) em sua, até então, conta no X. Nela, disse que Erika era uma "fake news humana". O caso pegou mal nos bastidores e junto a fãs da F1. Procurado, Sérgio negou que o perfil fosse dele. "Não é a primeira vez que pessoas criam perfis falsos ou reproduzem falas inverídicas usando minha imagem."



LEMBRANÇAS DO CRAQUE
O ex-jogador de futsal Falcão relembra o gol marcado com o rosto paralisado no quadro 'Biografia de um Lance', do Esporte Espetacular, da Globo, no domingo Reprodução/TV Globo

SUPERADO Mesmo com o incêndio que queimou parte de seus cenários na semana passada, a novela "Dona de Mim" não terá mudanças em sua estreia na Globo. Após reorganização de datas e cronograma de gravações, a produção seguirá com a data inicialmente marcada: 28 de abril.

ESTÁ FORA Ex-parceira de Danilo Gentili no The Noite, onde fez parte do elenco da atração por dez anos, Juliana Oliveira foi dispensada do SBT neste mês.

REAÇÃO Com a eliminação de Diogo Almeida, o BBB 25 teve seu "Paredão" com melhor audiência em São Paulo na terça (25): 18 pontos.

ACUSAÇÃO A TV Gazeta, afiliada da Globo em Alagoas que pertence ao ex-presidente Fernando Collor, está sendo investigada pela Polícia Civil do estado por suposta fraude no seu pedido de recuperação judicial, em vigor desde 2019. A abertura de inquérito foi solicitada pelo Ministério Público de Alagoas e aceita no dia 3.

MUDANÇA Otaviano Costa foi contratado pela Band. Ele comandará o novo Melhor da Noite, que será reformulado a partir de março.

TELEVISÃO

Morre atriz Michelle Trachtenberg, dos sucessos 'Gossip Girl' e 'Buffy', aos 39 anos

SÃO PAULO A atriz americana Michelle Trachtenberg, conhecida por papéis secundários em séries de sucesso na TV, morreu nesta quarta-feira, aos 39 anos. A morte foi confirmada pelo seu agente, Gary Mantoosh.

Segundo a Variety, ela foi encontrada inconsciente em seu apartamento em Nova York pela polícia, que não divulgou ainda a causa de sua morte.

Trachtenberg ficou conhecida do público em 2000, quando participou da quinta temporada de "Buffy: A Caça-Vampiros" como Dawn Summers, a irmã da protagonista vivida pela atriz Sarah Michelle Gellar.

Em 2007, a atriz voltou a se destacar na TV com "Gossip Girl". O programa foi ao ar até 2012 e contou com Trachtenberg como a socialite Georgina Sparks, uma das antagonistas da trama com Blake Lively.

A atriz começou cedo, emplacando o primeiro papel aos dez anos com o filme "A Pequena Espiã". Ela fez projetos de sucesso com os jovens, incluindo os filmes "Eurotrip" e "Mistérios da Carne", de 2004.

PortoBank
Apresenta
Blue Note
SÃO PAULO
PROGRAMAÇÃO DE CARNAVAL NO BLUE NOTE SÃO PAULO
BLUE SÃO PAULO FOLIA
SEXTA CARNAVAL DE NEW ORLEANS INDIANA NOMMA 28 FEV 20H
SÁBADO BANDA GLÓRIA 01 MAR 20H E A HISTÓRIA DO CARNAVAL NO BRASIL
DOMINGO WEEDIE BRAIMAH & THE HANDS OF TIME SOUTH AMERICAN TOUR 02 MAR 20H
SEGUNDA QUIMBARÁ TOCA BUENA VISTA SOCIAL CLUB 03 MAR 20H
TERÇA MARCOS HASSELMANN DE SINATRA A JOBIM 04 MAR 20H
CARNAVAL COM O MELHOR DE DJAVAN E GIL DJAGIL 28 FEV 22H30
TIM MAIA POR FRÁ FINAMORE BAILE DO SÍNDICO 01 MAR 22H30
BLOCO EDUARDO E MÔNICA 02 MAR 22H30
BAILE ANOS DOURADOS: UMA HOMENAGEM A CHICO BUARQUE GRAZIELA MEDORI 03 MAR 22H30
BAILE DAS MINAS COM BIA GOES E RENATA VERSOLATO 04 MAR 22H30
SHOWS • RESTAURANTE • VARANDA BLUE • BRUNCH • ALMOÇO&JAZZ • EVENTOS
bluenotesp.com
AV. PAULISTA 2073 2º ANDAR CONJUNTO NACIONAL
CLIENTES PORTO BANK TÊM DESCONTOS EXCLUSIVOS EM INGRESSOS E RESTAURANTE.
PATROCÍNIO Heineken Blue Moon Coca-Cola
CIA AÉREA OFICIAL Azul
APOIO TROUSSEAU Speciale Salla Schweppes Zahil
PARCEIROS DE MÍDIA
eventim

No teatro, 'Os Irmãos Karamázov' retrata a efervescência política como espetáculo pop

Com Caio Blat, Luisa Arraes e Babu Santana, peça aposta na polifonia do último romance de Dostoiévski para encenar uma ópera-rock



Luisa Arraes em 'Os Irmãos Karamázov'
Fotos Lorena Zschaber

Davi Galantier Krasilchik

SÃO PAULO De túnicas brancas, andarilhos vagam por um corredor escuro. Rezas são a trilha sonora do caminhar firme. Eles buscam as palavras de um padre, filhos de uma nação à beira de revoluções. O grupo —incluindo no rebanho um pai e seus três filhos— enfim alcança um altar, mas nem todos temem a Deus da mesma forma.

Fiódor, o patriarca, pede o perdão divino por ter maltratado suas mulheres e seus descendentes. Dmitri, o filho mais velho, imponente, dispara ofensas contra o próprio pai. A pureza de Aliocha, o caçula, aproxima o jovem do sacerdócio, enquanto o ceticismo de Ivan, o do meio, fica no fogo cruzado dos conflitos familiares.

Em sua primeira adaptação teatral no país, que estreia no Sesc Pompeia, em São Paulo, nesta quinta-feira, "Os Irmãos Karamázov" relê o último romance de Dostoiévski e sintetiza a efervescência da Rússia pré-revolucionária com um dinamismo hipnotizante.

A trajetória dos três se confunde numa trama de parricídio guiada por um dos julgamentos mais célebres da literatura. Entre crenças e códigos pessoais, o texto original elege o sobrenome maldito para espelhar a sociedade e estudar seus comportamentos diante dos limites entre a vida e a morte.

"Da imagem do czar como salvador até o cristianismo ortodoxo enquanto forma de dominação, a peça compartilha muitas semelhanças com o Brasil atual. Percebemos que não era necessário qualquer tipo de mudança ou contextualização. Bastava mergulhar no interior desses personagens", diz Caio Blat, que estrela e dirige a peça com Marina Vianna.

> **"Da imagem do czar como salvador até o cristianismo ortodoxo usado como forma de dominação, a peça compartilha semelhanças com o Brasil de hoje. Percebemos que não era necessário qualquer tipo de contextualização ou mudança. Bastava mergulhar nesses personagens**
>
> **Caio Blat**
> ator e diretor

A Rússia do fim do século 19, marcada pela queda de lideranças religiosas, pela insurgência de classes populares e pelo aumento das tensões sociais, ganha um novo sentido hoje, perante a extrema direita que se apropria de discursos morais e a polarização impulsionada pelas redes sociais.

Mas, talvez até para compensar a densidade do texto clássico, a montagem aposta nas vias de um espetáculo pop, entre performances, com dança e música, conduzidas pelo elenco de 13 atores, que incorporam até a interpretação em língua de sinais à coreografia.

A abordagem se refletiu na procura do público —o espetáculo chega à cidade depois de uma temporada de sucesso no Rio de Janeiro, no mês passado, com ingressos esgotados em três dias. As vendas online da temporada paulistana também já estão praticamente encerradas no site do Sesc.

Em cena, a grande escala convive com a simplicidade dos cenários, que ressalta o jogo entre os atores. O ambiente é definido pelo embate constante de diferentes pontos de vista, batalhas pela defesa de variadas visões de mundo que impedem a identificação de um só protagonista.

A urgência temática se reflete na temporalidade da peça, que condensa três dias em duas horas de espetáculo. "Queríamos transformar esse romance seminal em uma espécie de ópera-rock, completamente contemporânea. Então criamos um espetáculo coletivo, em que todos se tornam narradores", diz Blat.

Continua na pág. B5


Caio Blat, que dirige e estrela a nova adaptação

Continuação da pag. B4

"Todos se tornam cúmplices do assassinato de Fiódor e poderiam ter feito alguma coisa para evitar a tragédia. Essa polifonia é o que Dostoiévski deixou de mais revolucionário", afirma Caio Blat.

Aclamado por Sigmund Freud pela forma como retrata desejos humanos e o complexo de Édipo, o livro é, para Blat, o mais teatral do autor russo, além de ser uma síntese de sua obra. No papel de Ivan Karamázov, Blat vê os silêncios do personagem como contrapontos à ânsia dessa família que vomita seus pesadelos ou pecados.

É ele quem protagoniza episódios, como o do "Grande Inquisidor" —no livro, um poema relatado por Ivan, sobre o encontro de um cardeal da Santa Inquisição com Jesus, de onde foi parafraseada a máxima "se não há Deus, tudo é permitido".

O papel se ampara na ampla experiência do ator com adaptações, como quando viveu Riobaldo, de "Grande Sertão: Veredas", nas montagens de Bia Lessa e também no filme de Guel Arraes.

A energia caótica da peça aprisiona dois espíritos em um único corpo —caso de Luisa Arraes, que vive personagens opostos, tanto Dmitri como o jovem Iliúcha, garoto de origem humilde que funciona como contraponto moral à febre do filho mais velho. Ao se apaixonar pela mesma mulher que o pai, Dmitri se diz disposto a tudo para a conquistar e se torna o principal suspeito do assassinato.

Arraes, que por vezes interpreta os dois simultaneamente em cena, vê as figuras como faces de uma mesma moeda. "Essa complexidade foi se adequando ao leque que cada ator apresentava, independente se eram homens ou mulheres", diz Arraes, que já encarnou essa dualidade com Diadorim, em "Grande Sertão". "O Dmitri pode ser qualquer um dos dois. Para ele, pensamos que a inversão o poderia tornar mais cativante e subverter a imagem saturada de um 'boy lixo'."

A energia caótica da peça aprisiona dois espíritos em um único corpo —caso de Luisa Arraes, que vive personagens opostos, tanto o impulsivo filho mais velho, Dmitri, como o jovem Iliúcha, garoto de origem humilde que é contraponto moral à família. Disposto a tudo para conquistar a mulher do pai, Dmitri se torna o principal suspeito de seu assassinato

Mas arquétipos também auxiliam a investigar o homem. É o que acontece com o Fiódor de Babu Santana, que sintetiza a cobiça e o egoísmo. "Para compor uma figura, precisamos nos desfazer de certas questões morais. Uma das melhores coisas de ser ator é poder experimentar vilões sem medo de magoar ninguém", afirma.

Babu entende o personagem como alguém desprovido de empatia e enxerga relações entre ele e o Brasil atual. O ator em breve também poderá ser visto na comédia "Oeste Outra Vez", que estreia em março nos cinemas, em que troca a Rússia pelo sertão de Goiás e questiona ideais de masculinidade ao zombar dos caubóis.

Quem também se destaca no palco é a própria diretora Marina Vianna. Ao viver o padre e o humilde pai de Iliúcha, ela se põe como intermediária entre a miséria e a salvação. "Não quero acreditar que Dostoiévski seja arte para as elites", diz. "Me interessa profanar Dostoiévski, o tornar comum, para que todos possam usar e abusar dele."

Os Irmãos Karamázov

DIREÇÃO Caio Blat e Marina Vianna. **COM** Caio Blat, Luisa Arraes, Babu Santana. **ONDE** Sesc Pompeia - r. Clélia, 93, São Paulo. **QUANDO** Qui. a sáb., às 20h; dom., às 17h. Até 30 de março. **CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA** 16 anos. **PREÇO** R$ 70, em sescsp.org.br e nas bilheterias físicas

Eufrázio

Vilões na berlinda

Vince Gilligan diz que gostaria de ter feito personagens mais inspiradores

Mauricio Stycer

Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo

Não importa o que ainda venha a fazer na vida, Vince Gilligan sabe que será lembrado, em primeiro lugar, pela criação de Walter White, um professor de química que se torna traficante de drogas depois de receber um diagnóstico de câncer de pulmão na série "Breaking Bad".

O amplo reconhecimento alcançado por esse trabalho parece incomodá-lo. Na semana passada, Gilligan ganhou o Prêmio Paddy Chayefsky, concedido pelo sindicato dos roteiristas dos Estados Unidos a profissionais que deram "contribuições extraordinárias à profissão de roteirista de televisão".

Ao discursar, Gilligan reconheceu que "obviamente" estava ali por ter inventado "um dos maiores vilões da história", mas surpreendeu a plateia de roteiristas com um lamento: "Acho que eu preferiria ser celebrado por criar alguém um pouco mais inspirador".

Walter White é considerado um modelo de anti-herói, um personagem que desperta simpatia apesar dos crimes que comete. Ele começa com boas intenções —conseguir dinheiro para sustentar a família antes que morra— e termina como um criminoso hediondo.

O criador de Walter White, grande vilão do hoje clássico 'Breaking Bad', afirma que agora são os bandidos reais que estão à solta e pede a roteiristas mais mocinhos em seus enredos de seriados criados para a televisão

Gilligan evocou a realidade ao explicar a motivação de sua fala: "Em 2025, é hora de dizer isto em voz alta: estamos vivendo em uma era em que os bandidos, do tipo da vida real, estão correndo soltos, descontroladamente".

E acrescentou: "De quem estou falando? Bem, isso é Hollywood, então adivinhe. Mas aqui está a estranha ironia. Em nosso país, profundamente dividido, todos parecem concordar com uma coisa: existem muitos bandidos na vida real".

O criador de "Breaking Bad" disse ter uma proposta: "Certamente não vai consertar tudo, mas é necessário para começar. Digo que devemos escrever mais mocinhos".

E tentou explicar o que há de errado com vilões complexos, como Michael Corleone, Hannibal Lecter, Darth Vader e Tony Soprano. "Os espectadores dizem: 'Esses caras são durões. Quero ser tão legal assim'."

Quando isso acontece, acredita ele, o vilão deixa de representar um alerta sobre um perigo ou algo a se evitar e vira um modelo que o espectador aspira a ser.

O discurso de Gilligan lembra uma fala recente do ator Jon Hamm, que viveu o publicitário Don Draper em "Mad Men", outra série no panteão das grandes realizações da TV americana. "O personagem foi celebrado pelos motivos errados", disse o ator. "As pessoas pensavam que Don era um modelo de masculinidade ou algo assim." Draper, Walter White e Tony Soprano formam a trinca de anti-heróis clássicos, os "homens difíceis" dessa nova era da TV.

Acho possível considerar que uma personagem ou uma série façam sucesso porque foi mal compreendida por parte do público. Mas de quem é culpa? Nem sempre é do autor.

Mesmo o vilão sendo retratado como o pior tipo possível, a identificação pode ocorrer. Mas a culpa pode ser mais do estado de espírito das pessoas, do tempo em que estamos vivendo.

Quando Gilligan fala em personagens inspiradores, penso, por exemplo, no protagonista de "Ted Lasso" ou nos terapeutas da série "Falando a Real". São tipos complexos, que cometem erros, mas são "do bem". Suas trajetórias não provocam incômodos; são confortáveis para quem assiste.

Fico preocupado se o discurso de Vince Gilligan embute a sugestão de valorizar os mocinhos e tornar os vilões mais simples e chapados. Quando um roteirista assume uma missão transformadora, para estimular o bem, ele não está mais escrevendo ficção, mas publicidade.



Nova encenação do clássico 'Jardim das Cerejeiras' abraça o público com o palco

Montagem da peça de Anton Tchékhov sobre a amarga decadência da aristocracia põe seus atores para atuar entre os assentos da plateia

A atriz Ondina Clais em cena da peça 'O Jardim das Cerejeiras', dirigida por Ruy Cortez Matheus José Maria/Divulgação

Davi Galantier Krasilchik

SÃO PAULO O chegar do trem ofusca o burburinho dos criados e anuncia o retorno de uma família de aristocratas. Gerações e gerações conectadas por fortes laços de sangue deixam os vagões. Elas voltam à residência que um dia representou suas conquistas, mas os tempos mudaram e talvez seja a hora de vender a propriedade junto de seu principal tesouro.

Na montagem apresentada pela Companhia da Memória, "O Jardim das Cerejeiras" se confunde com a plateia. Balões de diferentes cores se espalham por entre os assentos e enquadram o espectador como parte do espaço cênico. Uma parcela da plateia divide o palco com o elenco numeroso e uma rampa se projeta sobre assentos interditados do Teatro Anchieta, no Sesc Consolação, em São Paulo.

São escolhas que trazem outro contato entre os dilemas de Anton Tchékhov —autor da peça escrita há mais de um século— e suas testemunhas. Assombrada pela chance de perder o jardim, a matriarca Liuba, papel de Sandra Corveloni, percorre a estrutura que amplifica o espaço cênico.

Gestos e expressões se aproximam, e ela confidencia memórias, medos e segredos. O atuar expansivo dá lugar a introspecções ponderadas, como se em uma conversa com um amigo próximo.

"Sinto que o espectador está à procura do que é genuíno, mas não necessariamente real. Queria descartar pensamentos ideológicos para falar das complexidades humanas. E a imagem da 'matrioska' nos ajuda a perceber que ninguém é um só e a investigar subjetividades", diz o diretor Ruy Cortez, lembrando as célebres bonecas russas.

Com exceção da rampa ambiciosa, o cenário é essencialmente simples. Corpos vêm e vão pelo corredor branco ocupado por um punhado de mesas e cadeiras. O elenco inteiro está sempre à vista e, na ausência de paredes ou demais intervenções cenográficas, os cômodos são sugeridos por ações e estados emocionais.

É um espaço onde tudo coexiste em uma "teia de afetos", termo cunhado pela direção, que permite o amadurecer dos personagens e a preservação do lirismo.

"Durante as preparações, eu fingia ser capaz de espionar a mente de todos. Consegui estabelecer uma conexão especial com cada um deles", afirma Corveloni.

Pressionada a se desfazer de suas riquezas em um leilão, ela entra em atrito com Lopakhine, vivido por Caio Juliano, homem negro, agora rico, e descendente de servos. Ele vê no jardim a oportunidade de investir num terreno para veraneio. São sinais de um futuro que só ele consegue ver.

A força da montagem também se encontra na encenação inédita de uma cena excluída da primeira montagem do "Jardim", dirigida por Constantin Stanislávski.

Subestimada pelo dramaturgo russo, a sequência conclui o segundo ato ao reunir Firs, o ancião da família, e Charlotta, governanta e especialista em mágicas interpretada por Ondina Clais.

"A Charlotta é uma personagem que desaparece no texto. Ela desaparece e então se encontra com Firs, que também está desaparecendo", diz Clais. "Eles compartilham seus passados enquanto tentam entender suas naturezas."

Na apresentação vista pela repórter, o mais velho foi vivido, ao mesmo tempo, por José Rubens Siqueira, morto neste mês, e Luiz Amorim. A dupla foi escalada por causa da saúde debilitada de Siqueira e o papel foi o último da carreira do ator, que havia deixado os palcos já havia alguns anos.

O Jardim das Cerejeiras

DIREÇÃO Ruy Cortez **COM** Sandra Corveloni, Ondina Clais e Luiz Amorim. **ONDE** Teatro Anchieta - Sesc Consolação, r. Dr. Vila Nova, 245, São Paulo. **QUANDO** Qui. a sáb., às 20h; dom., às 18h. Até 2 de março. **CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA** 16 anos. **PREÇO** R$ 70, nas bilheterias físicas



Musical traduz o impacto das canções de Chico Buarque ao longo de décadas

Espetáculo 'Nossa História' costura a dramaturgia tendo como ponto de partida três fases da obra do músico e incorpora as letras do artista aos diálogos de um romance

A atriz Luísa Vianna em cena do musical 'Nossa História com Chico Buarque' Marcelo Rodolfo/Divulgação

Thales de Menezes

SÃO PAULO É singular que o vigoroso musical "Nossa História com Chico Buarque", que encerra, nesta sexta-feira, uma curta temporada em São Paulo, transporte para o palco um enredo de duas famílias. É possível fazer uma conexão entre a ambientação da peça com a presença da música de Chico nas casas dos brasileiros.

"Não sendo uma biografia do Chico, tínhamos de ter uma história", diz o diretor Rafael Gomes, que criou o musical com Vinicius Calderoni. "É uma saga familiar, com as gerações se sucedendo. Foi assim que a música de Chico chegou para mim. Tenho 49 anos. Minha avó escutava, meu pai escutava. Não tenho filhos, mas, se tivesse, eles escutariam Chico."

O curioso é que a popularidade atual de Chico Buarque, numa comparação com outros ídolos da MPB que completaram 80 anos, é "familiar" também. Gerações mais jovens o conheceram em casa, com pais e avós. "Indo além, acho que isso se dá de pessoa para pessoa. O adolescente conhece em casa e aí passa para um amigo, um namorado ou uma namorada", diz Gomes.

O diretor destaca como Gilberto Gil e Caetano Veloso seguiram outros caminhos para estabelecer contato. "O Gil faz turnê com os filhos. O Caetano está sempre aparecendo, fazendo Instagram, trabalhando com músicos mais jovens. O Chico não. Tem a vida dele, é o jeito dele, quieto. O que eu observo é que a continuidade na música do Chico pelas gerações é um processo boca a boca."

"Para mim, isso é um sintoma da solidez da obra", diz Calderoni. "O Chico é alguém que não se esforça para se inserir como um artista 'atual', ele é reservado em todos os níveis. Sua música é quase uma tradição oral, no sentido em que os pais querem que os filhos escutem e dizem a eles que aquilo é uma coisa grandiosa que a nossa cultura produziu."

Os espectadores reconhecem a maioria das mais de 50 canções executadas ao vivo, com uma banda e as vozes de atores como Laila Garin, Felipe Frazão, Heloisa Jorge e Artur Volpi. A ação é dividida em três períodos históricos —1968, no recrudescimento da ditadura militar; 1989, tendo a volta da eleição para presidente como marco da redemocratização; e 2022, final do governo Bolsonaro num cenário de pandemia.

Gomes ressalta que o espetáculo não é um show, mas uma peça, com sustentação dramatúrgica. As músicas não interrompem a representação dos atores. O enredo, guiado por décadas pelo romance de Beatriz e Carolina, incorpora as canções como parte dos diálogos. Os autores reconhecem que Chico favorece esse trabalho. Apesar de ser um letrista sofisticado, o compositor é coloquial em seus versos.

Segundo Calderoni, a obra do compositor é um arsenal quase infinito de ferramentas emocionais.

"Toda a cartela de cores das emoções está representada. Praticamente não existe nenhuma situação arquetípica que você não vai encontrar de alguma forma nas músicas de Chico." Ele reafirma que criaram uma obra para homenagear o artista, usando suas canções, mas não é um show.

Calderoni lembra que o parceiro insistiu na fuga da obviedade. Ele lembra uma de suas canções favoritas, "Futuros Amantes", que poderia ter simbolizado o romance entre Beatriz e Carolina. "Em alguma medida, ela sintetiza, é um mapa da história de amor que elas vivem. Mas colocar as duas cantando seria um pouco como contar a piada, elas iriam cantar aquilo que o público já vê."

Essa sutileza nas músicas fez com que a dupla modificasse constantemente a montagem. Até entre a temporada carioca, no ano passado, e a estreia da temporada paulista, algumas coisas mudaram. Rafael Gomes fala também sobre o efeito do tempo.

A ação da peça 'Nossa História' é dividida em três períodos históricos —1968, no recrudescimento do regime militar; 1989, tendo a volta da eleição para presidente como marco da redemocratização; e 2022, no governo de Bolsonaro já em plena época de pandemia no país

As músicas não interrompem a representação dos atores. O enredo, um romance entre Beatriz e Carolina, incorpora todas as músicas do artista nos diálogos. Toda a obra de Chico Buarque favorece isso. Apesar de ser letrista sofisticado, o mestre da MPB é notório por manter certa oralidade na criação dos versos

"A obra do Chico passeia pela vida das pessoas há muito tempo. As pessoas mudam. Por exemplo, estava definido desde o início que 'Olhos nos Olhos' seria cantada por um personagem gay. Um homem cantando para outro. Culturalmente, está na cabeça de todo mundo como uma canção que a mulher canta para o homem."

Chico Buarque deu autorização para que a dupla criasse o musical. Mas ele não conseguiu assistir durante a temporada carioca, estando fora do Brasil na época.

A empolgação da plateia, que aplaude fervorosamente e chega quase a uma catarse no ato final do musical, que mescla um pouco as épocas do enredo, talvez agradasse ao artista, que gravou uma participação no álbum "Sentido", do grupo Cinco a Seco, do qual Calderoni faz parte. Chico canta na faixa "Comédia de Erros", num lance que ajuda a romper a imagem do gênio recluso.

Nossa História com Chico Buarque

DIREÇÃO Rafael Gomes e Vinicius Calderoni. **COM** Laila Garin, Heloisa Jorge, Artur Volpi, Felipe Frazão. **ONDE** Sesc Pinheiros - r. Pais Leme, 195, São Paulo. **CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA** 14 anos. **QUANDO** Qui. e sex., às 20h. Até 28 de fevereiro. **PREÇO** Ingressos esgotados

Eufrázio



Galvão Bertazzi

Tentar o golpe não é um crime

'Nós não tomamos um lado nos fatos', diz o diretor de Redação aos seus repórteres

Flavia Boggio

Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

Na sala de reunião da editoria de política de um grande jornal, alguns repórteres discutem as pautas da edição do dia seguinte.

O chefe de Redação interrompe: "Pessoal, vamos lá. O que vocês trouxeram? Só quero coisa boa, hein?".

Um novato vê seu caderno de anotações e sugere: "O Bolsonaro foi denunciado pela PGR ao STF. Parece que ele foi líder da tentativa de golpe mesmo".

"E qual manchete?", questiona o chefe.

"É... que tal 'Bolsonaro é denunciado pela PGR por tentativa de golpe'?"

O chefe gira os olhos: "Mais um que não leu o Manual de Redação. Você não deve saber das nossas políticas internas. Nós não tomamos um lado nos fatos".

"Mas não é um lado. É só o que aconteceu mesmo. A PGR denunciou o ex-presidente", retruca o jovem.

"Mas soa como se a gente tivesse a favor. Temos que mostrar sempre um contraponto."

O chefe tem uma ideia: "Que tal 'Bolsonaro é denunciado por tentativa de golpe, mas tentar não é crime'".

"Tentar é crime sim", rebate o funcionário.

"É a sua opinião. Mas nós somos um jornal isento."

"Podemos pegar a opinião de alguém de fora do jornal, para explicar a denúncia", sugere o repórter.

Um novato vê seu caderno de anotações e dá uma sugestão: 'Bolsonaro foi denunciado pela PGR ao STF. Parece que ele foi líder da tentativa de golpe'. 'Essa é a sua opinião', responde o chefe

O chefe sorri: "Boa! 'Bolsonaro é denunciado por tentativa de golpe. Tarcísio alega ser forçação de barra'".

"Mas o Tarcísio foi eleito com apoio do Bolsonaro", se irrita o repórter.

"Opiniões sempre têm um lado... Próxima!"

O jovem tenta novamente: "Além de Bolsonaro, 23 militares das Forças Armadas tentaram golpe".

"Falta o contraponto. Que tal: '23 oficiais tentaram o golpe, mas outros não tentaram'."

"Não faz sentido! Vinte e três oficiais é muita gente."

"Na sua opinião", rebate o chefe.

O repórter olha para seu caderno: "Tem mais uma, 'PGR tem indícios de que Bolsonaro concordou com o plano de matar o presidente Lula'".

"Então pode botar: 'Plano de Bolsonaro de matar Lula é só indício'."

"Ah, pra mim chega. Não dá para trabalhar desse jeito". O repórter joga as coisas no chão e sai pelo elevador.

O editor-chefe suspira: "Mais um que se vai". O chefe fala para o resto da equipe: "Mas fazer o quê? É a opinião dele". Ele olha para os repórteres restantes: "Que mais temos para hoje? Quero coisa boa hein?".

DOM. Ricardo Araujo Pereira QUA. Bia Braune
QUI. Flávia Boggio **SEX. Renato Terra** SÁB. José Simão



Fernanda Torres e Bárbara Luz, que interpreta Ana Lúcia Paiva, em cena do filme 'Ainda Estou Aqui' Divulgação

Eunice Paiva era diferente para cada um dos filhos, afirma Ana Lúcia, a Nalu, que vai ao Oscar

Filha opina que o diretor Walter Salles e a atriz Fernanda Torres foram precisos ao retratar a perda do pai Rubens Paiva em 'Ainda Estou Aqui'

André Fontenelle

PARIS Qualquer que seja o resultado do Oscar no próximo domingo, para a família de Rubens Paiva, "Ainda Estou Aqui" terá cumprido o papel de tirar do esquecimento a luta de Eunice Paiva para esclarecer as circunstâncias da morte do marido, em 1971.

"Todo mundo diz que a gente pode ganhar. Mas o que já foi já está demais, a gente já está feliz", diz Ana Lúcia, a Nalu, a terceira dos cinco filhos do casal, vivida na infância no filme por Bárbara Luz. Ela representará a família Paiva na comitiva brasileira no Teatro Dolby, em Los Angeles. O longa-metragem de Walter Salles concorre aos prêmios de melhor filme, melhor filme estrangeiro e melhor atriz, com Fernanda Torres.

A imagem pública de Eunice ficará para sempre associada à interpretação de Torres —uma mulher ao mesmo tempo intensa e contida. Como seria de esperar, a Eunice real tinha semelhanças e diferenças em relação àquela do cinema, diz Nalu, que vive em Paris há cerca de três décadas.

É algo natural, diz ela, já que mesmo entre os irmãos —Vera, Eliana, Marcelo e Beatriz—, "cada um tem uma mãe diferente". "Às vezes eles falam dela e digo 'nossa, comigo ela não era assim'. Então, posso falar sobre a mãe da Nalu."

A mãe da Nalu era, como no filme, uma mulher metódica, que depois da morte do marido organizava cuidadosamente em pastas os recortes de jornal e os documentos da batalha judicial para achar o marido. "Impressionante a capacidade dela de ver o que era mais e o que era menos importante e priorizar", afirma a filha.

Um episódio representativo da personalidade de Eunice, retratado no filme, foi a decisão de trocar o Rio de Janeiro por São Paulo, motivo de decepção dos filhos. Nalu conta que chegou a voltar a morar no Rio, mas a influência materna a fez desistir. Aprovada no vestibular do IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a filha anunciou que iria estudar na capital fluminense.

"Eu pago a inscrição, mas faça um vestibular em São Paulo também", pediu Eunice. "Ai, mãe, eu não vou ficar em São Paulo", respondeu Nalu. Acabou ficando. "Tentei me virar no Rio e, três semanas depois, vi que era difícil. Entrei na Universidade de São Paulo. Ela tinha toda a razão."

Detalhes divergentes entre o filme e a história real podem ser atribuídos a decisões dramatúrgicas. Numa cena que mostra os sintomas do Alzheimer que a acometeu no fim da vida, Eunice aparece confusa ao contar cédulas.

Nalu, que não aparece na cena, conta que foi ela quem testemunhou esse momento difícil da vida da família. A mãe queria dar dinheiro a ela para a compra de um apartamento. "Ela ficou contando durante quase uma hora. Não era um pacote grande. Eu pensei ali 'nossa, não é possível, porque ela sempre foi tão rápida'."

Outro momento marcante —alerta de spoiler— é aquele em que, já com demência avançada, Eunice, vivida por Fernanda Montenegro, reconhece o marido na tela da televisão. A cena também é descrita por Marcelo Rubens Paiva no livro "Ainda Estou Aqui", lançado há dez anos, com ligeiras discrepâncias em relação ao roteiro.

Nalu conta sua versão. "A gente colocava ela na frente da televisão, porque ela já não acompanhava mais as nossas conversas. De repente, vimos ela falando 'olha lá, olha lá'. E tinha essa reportagem sobre meu pai. Quando apareceu a foto dele, ela falou 'tadinho, tadinho'. Ela já estava desligada, mas isso ela lembrava."

Uma diferença a mais em relação ao filme é o incidente da morte do cachorro da família, atropelado por um automóvel, um momento de catarse para a personagem de Fernanda Torres. "Na verdade, esse cachorro, que a gente adorava, morreu antes de papai desaparecer", diz Nalu. Mas cada vez que revê a cena ela diz "desabar". "Para mim, o enterro do cachorro, com todos em volta, mostrou simbolicamente, no filme, o enterro do meu pai."

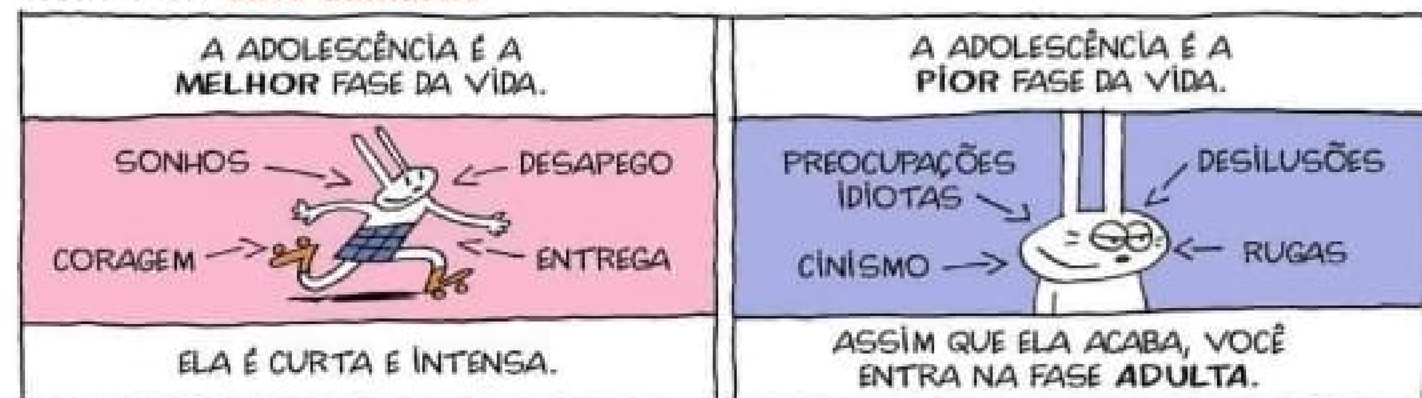
Alguns aspectos da trajetória de Eunice que são abordados rapidamente em "Ainda Estou Aqui", como a atividade de advogada em defesa dos indígenas, podem ser retratados de forma detalhada numa minissérie que o Globoplay estuda produzir.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



GODOKU texto.art.br/fsp

		O				M	A	
		M						
C					U			O
								E
							C	U
A	U	D		E				
	A				Z			
	M						D	
E	O			A	C	U		R

As regras do Godoku são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido o nome da plano econômico aplicado pelo governo, nesta mesma data, em 1984.

SOLUÇÃO

U	R	O	E	C	D	M	A	Z
Z	E	M	A	O	R	C	U	D
C	D	A	Z	M	U	E	R	O
M	C	R	U	Z	A	D	O	E
O	Z	E	R	D	M	A	C	U
A	U	D	C	E	O	R	Z	M
D	A	U	M	R	Z	O	E	C
R	M	C	O	U	E	Z	D	A
E	O	Z	D	A	C	U	M	R

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Larva de uma mosca que se desenvolve por baixo da pele / 155, em algarismos romanos **2.** Pinheiro típico do Paraná **3.** Argumento central / O som da buzina de um automóvel **4.** Sufixo diminutivo masculino / Cadáver embalsamado **5.** A nota musical que inicia a escala / Pessoa muito semelhante no aspecto a outra **6.** Espécie de broche usado para indicar a adesão a alguma causa **7.** (Pimenta-do-) Especiaria comum na culinária / Um bicho como o colibri ou a ema **8.** A poetisa Cecília (1901-1964), de "Romanceiro da Inconfidência" **9.** Monte de areia típico de Jericoacoara / A saia mais curta **10.** Forma feminina de um pronome pessoal / (Pop.) Curta-metragem que ilustra uma música **11.** Caminhar rapidamente, aos pulos **12.** Sergei Rachmaninov (1873-1943), compositor russo / Cobiça insaciável **13.** Adquirir luminosidade.

VERTICAIS

1. Punguista / De + essa **2.** Em sentido vertical / Seguir o exemplo de **3.** Descendência / Que se repete a cada dois anos **4.** Não vestida / A jornalista e apresentadora de TV Abrão / (e qual) Exatamente como ou do mesmo modo **5.** Edson Cordeiro, cantor / Mecanismo que faz o carro andar / (Água-) Caravela **6.** Qualquer ato que atenta contra o pudor / Publicar, divulgar **7.** Tendência a realizar atos passíveis de punição pelo código penal **8.** País que faz fronteira com o Egito e a Nigéria, dentre outros / Diz-se de doença contraída em relação sexual **9.** Forma de manifestação que mostra oposição a algo / O elemento químico Cs / As consoantes de zero.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1						■			
2									
3					■				
4				■					
5			■						■
6		■						■	
7						■			
8	■								
9					■				
10				■					
11									■
12			■						
13		■							

HORIZONTAIS: 1. Berne, CLV, **2.** Araucária, **3.** Tema, Bibi, **4.** Eto, Múmia, **5.** Dó, Sósia, **6.** Bóton, **7.** Reino, Ave, **8.** Meireles, **9.** Duna, Míni, **10.** Ela, Vídeo, **11.** Saltitar, **12.** Sr, Avidez, **13.** Clarear.
VERTICAIS: 1. Batedor, Dessa, **2.** Ereto, Emular, **3.** Ramo, Bienal, **4.** Nua, Sonia, Tal, **5.** EC, Motor, Viva, **6.** Abuso, Emitir, **7.** Criminalidade, **8.** Líbia, Venérea, **9.** Vaia, Césio, Zr.

Eufrázio

Cem orgasmos

Sua vida tinha ido ladeira abaixo quando a compulsão pelo crack tomou conta de tudo

Drauzio Varella
Médico cancerologista, autor de 'Estação Carandiru'

Antônio entrou algemado. Sentou na cadeira de plástico diante da mesa com os prontuários, o estetoscópio, o aparelho de pressão e eu. O carcereiro destravou as algemas.

Era um homem forte, de cabelos grisalhos, que vestia a calça cáqui obrigatória e uma camiseta quase branca. Abriu um sorriso e fez a pergunta que deveria ser proibida por lei federal: "Lembra de mim?".

Existisse essa lei, estaríamos livres de vasculhar os recônditos da memória, na tentativa de identificar o personagem diante de nós, geralmente um sádico que, sem dar nenhuma pista, se delicia com o nosso constrangimento.

Quando considerou suficiente a duração do meu embaraço, contou que tinha sido meu paciente na Casa de Detenção, o antigo Carandiru, nos anos 1990.

"Tava com tuberculose, bem mais pra lá do que pra cá. Nunca mais esqueci. Quando o senhor aparece na televisão minha netinha diz: 'Vô, não vai falar outra vez que esse médico tratou de você?'."

Tinha o olhar cansado, consequência das noites atormentadas pelo prurido intenso causado pela sarna, ácaro impossível de erradicar em celas com nove camas, nas quais dormem 18 homens, em posição de valete: a cabeça de um junto aos pés do companheiro.

Os cinco a dez que não desfrutam desse conforto deitam na "praia", nome afetuoso dado ao chão da cela.

A coceira tinha escarificado a pele, que exibia vergões avermelhados, alguns dos quais com furúnculos em estágios que iam de pequenos pontos inflamados a lesões ulceradas com secreção purulenta.



Libero

Em 1992, quando a epidemia de crack se espalhou pelo Carandiru, pensei em experimentar uma vez. Como iria tratar de usuários de uma droga que arregimentava multidões sem ter noção dos efeitos? Adelson, um dos presos que me ajudavam na enfermaria, me convenceu do contrário

Pedi para preparar uma injeção de Benzetacil, antibiótico antigo, mas ainda eficaz contra esse tipo de infecção.

Enquanto aguardávamos, perguntei se ele tinha passado preso todo aquele tempo.

Disse que depois de cumprir oito anos no Carandiru tivera apenas duas prisões de duração curta, "cadeias de poeta", como definiu.

Sua vida tinha ido ladeira abaixo quando a compulsão pelo crack tomou conta de tudo: "Quando minha mulher se cansou dos meus 'beó', fui morar na cracolândia. Passei quase dez anos na sarjeta, pele e osso, sem roupa pra trocar e sem ver meus filhos".

Nesse período, interrompido pelas cadeias de poeta, recebeu a visita que mudaria seu destino: "Minha filha mais velha apareceu na cracolândia, com um bebê no colo. Trazia a filhinha para conhecer o avô. Fiquei tão envergonhado olhando praquela inocente que tinha o meu sangue que saí andando sem rumo pela cidade. Quando clareou, comecei um corre para me internar numa clínica da prefeitura".

Ao receber alta, procurou a família. Não foi recebido de braços abertos, mas a mulher permitiu que dormisse no sofazinho da sala, desde que nunca mais se aproximasse do crack, promessa que ele jura ter cumprido com determinação até hoje.

Estava trabalhando com carteira assinada quando foi abordado por dois policiais.

As câmeras espalhadas pela cidade tinham reconhecido seu rosto: era procurado por descumprir a ordem de retornar à cadeia numa saidinha de Natal, anos atrás.

"Naquela saidinha, caí na besteira de passar pela cracolândia para ver um amigo. No meio do movimento, fraquejei, fumei um, depois outro e outro, e esqueci de voltar. O prazer é tão forte que o senhor não resiste. Tudo na vida, trabalho, filho, compromisso, perde a importância. A pessoa que nunca fumou não faz ideia do prazer que dá."

Lembrei uma paciente na penitenciária feminina que descreveu essa sensação como equivalente a cem orgasmos simultâneos.

Em 1992, quando a epidemia de crack se espalhou pelo Carandiru, pensei em experimentar uma vez.

Como iria tratar de usuários de uma droga que arregimentava multidões sem ter noção dos efeitos?

Adelson, um dos presos que me ajudavam na enfermaria, me convenceu do contrário.

"O senhor vai gostar. É um prazer que o senhor nunca sentiu tão forte. O coração bate a milhão, pode não aguentar."

Antônio confessou que depois de tantos anos de abstinência ainda acorda no meio da noite sonhando com a imagem de que está fumando. Mas não ousava voltar: "Na minha idade nem posso, estou velho, já tenho 56 anos".

"Você não é velho. Eu tenho 81 e estou aqui trabalhando."

"Ô doutor, se Deus me abençoar pra chegar na sua idade, vou fumar crack o dia inteiro."

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SAB. Mario Sergio Conti

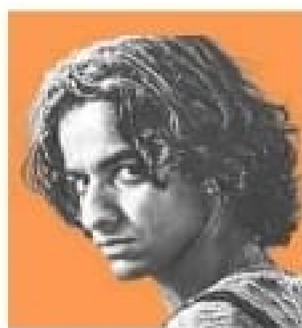
MULTITELA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com

Mulher assume time de basquete em filme que chega ao sob demanda

A Dona da Bola
Netflix, 16 anos
Kate Hudson vive a ambiciosa Isla Gordon, que assume a presidência de um dos maiores times do basquete profissional depois que um escândalo obriga o irmão a se afastar. Mas todos os dias Isla vai ter de se provar capaz, para a diretoria, a comunidade esportiva e os irmãos. A comédia tem dez episódios e é inspirada na real ascensão de Jeanie Buss à presidência dos Los Angeles Lakers. O elenco tem ainda Justin Theroux.

Cidade Tóxica
Netflix, 14 anos
A minissérie britânica é baseada no caso dos resíduos tóxicos de Corby, uma cidade no Reino Unido que, até 1980, era um centro siderúrgico. A série começa anos depois, já no processo de limpeza. Mas, quando dezenas de bebês nascem com defeitos congênitos, as mães embarcam em uma batalha por justiça.





Casa de Davi
Prime Video, 16 anos
Depois que o rei Saul perde poder, Deus ordena ao profeta Samuel que faça a unção do jovem pastor Davi como o novo rei de Israel. Davi então embarca em uma jornada para cumprir seu destino na primeira temporada desta série em seis episódios

Fim de Festa
Reserva Imovision, 16 anos
Dirigido por Hilton Lacerda e estrelado por Irandhir Santos, o filme acompanha o policial Breno, que interrompe suas férias para investigar o assassinato de uma jovem francesa no Recife. Enquanto busca pistas, ele enfrenta traumas do passado e suas memórias.

Arena dos Saberes
TV Cultura, 20h30, livre
A programação de Carnaval começa com uma entrevista de Gabriel Chalita com Thobias da Vai Vai, presidente de honra da agremiação paulista, uma apresentação especial da Portela e um papo com Gabriel David, presidente da Liesa, a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

Milton Nascimento – Intimidade e Poesia
Canal Brasil, 21h, 18 anos
Um documentário em quatro partes sobre o cantor mineiro, que é tema do desfile da Portela este ano, com o enredo "Cantar Será Buscar o Caminho que Vai Dar no Sol – Uma Homenagem a Milton Nascimento". Cada episódio retrata sua vida além da música, especialmente quando esteve em turnê pelos Estados Unidos em 2022.

Assassino sem Rastro
HBO, 22h, 16 anos
Alex, um assassino profissional com um código moral, se recusa a completar um trabalho e precisa matar quem o contratou antes que o FBI chegue até ele. Mas Alex está sofrendo de demência precoce e questiona todas as suas ações. Thriller com Liam Neeson.

CINEMA

Filme com Fernanda Torres será relançado pela Sessão Vitrine Petrobras neste ano

SÃO PAULO A Sessão Vitrine Petrobras, iniciativa de distribuição de filmes nacionais em salas de cinema comerciais, revelou suas produções de 2025.

Em meio à indicação ao Oscar de Fernanda Torres, ganha destaque o relançamento de "Saneamento Básico, O Filme", que será exibido a preços reduzidos. O mesmo acontece com o curta "Ilha das Flores" e cinco novos longas que chegam aos cinemas durante este ano.

O primeiro desses filmes, "Kasa Branca", de Luciano Vidigal, já está em exibição. Ele é seguido por "O Melhor Amigo", com estreia em 13 de março.

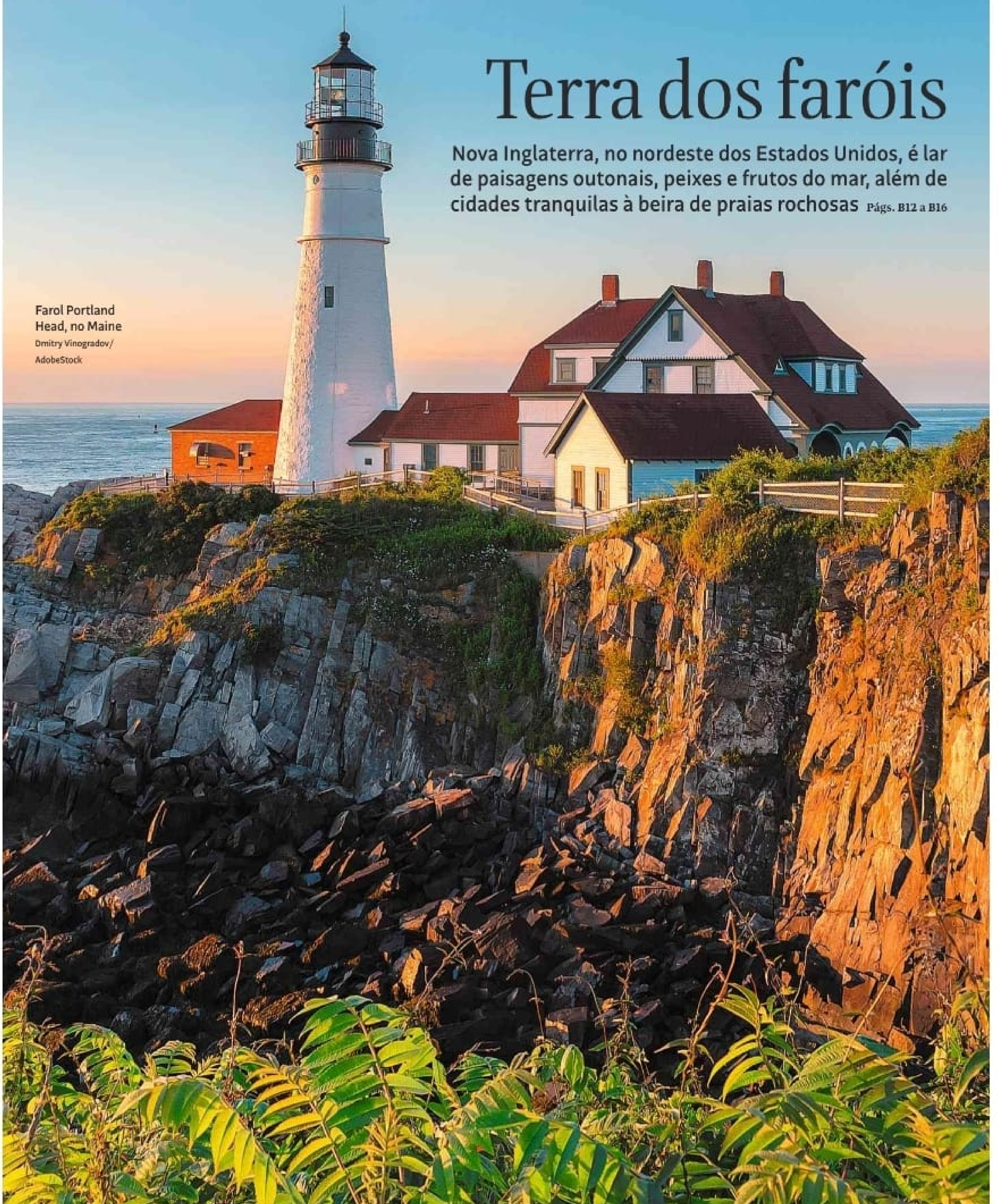
Sem data confirmada, estão previstos "A Natureza das Coisas Invisíveis", "Ato Noturno" e "Dormir de Olhos Abertos".

Eufrázio

turismo

Terra dos faróis

Nova Inglaterra, no nordeste dos Estados Unidos, é lar de paisagens outonais, peixes e frutos do mar, além de cidades tranquilas à beira de praias rochosas Págs. B12 a B16



Farol Portland Head, no Maine
Dmitry Vinogradov/ AdobeStock

Eufrázio

turismo



Panorama da marina de Boston, principal cidade da região da Nova Inglaterra Fotos Simon Simard/The New York Times

Com reformas urbanas, Boston busca deixar para trás sua fama de sonolenta

Metrópole, que abriga bons museus e oferta gastronômica variada, é um excelente ponto de partida para desbravar a região da Nova Inglaterra, berço dos Estados Unidos

Guilherme Genestreti

BOSTON Metrópole outonal, Boston é o ponto de partida obrigatório para quem deseja desbravar a região da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos. A cidade, palco de alguns dos principais acontecimentos históricos que levaram à independência americana, no final do século 18, preserva traços do espírito puritano que permeou a formação do país mais poderoso do mundo.

Não à toa, até hoje vigoram por ali as chamadas "blue laws", que proíbem certas atividades comerciais aos domingos, herança da época em que o sétimo dia da semana era dedicado às preces. Até pouco mais de dez anos, aliás, era proibido vender bebida nesse dia, o que só caiu com pressão dos torcedores do time de futebol americano New England Patriots.

Essas restrições ajudaram a consolidar a fama de Boston como uma cidade sonolenta e monótona, em oposição a locais mais hedonistas como Nova Orleans, Miami ou Los Angeles. A violência urbana também não ajudava a melhorar essa reputação, sobretudo nos anos 1970, quando a disputa entre as máfias irlandesa e italiana levou a uma escalada de crimes — filmes como "Os Infiltrados" e "Sobre Meninos e Lobos" dão uma boa mostra desse lado cinzento e carrancudo.



Downtown Crossing, região de compras na parte central de Boston, em Massachusetts

Isso parece ter ficado um pouco no passado. Sua taxa de homicídio, por exemplo, bateu o menor patamar da história. E aos poucos a rigidez puritana cede espaço à boemia. Houve ainda transformações urbanas: um gigantesco elevado central foi demolido para dar lugar ao parque linear Rose Kennedy Greenway, e toda a região portuária, outrora degradada, agora abriga bares e restaurantes descolados.

É por ali que fica o Instituto de Arte Contemporânea de Boston, prédio envidraçado construído pelo escritório de arquitetura Diller Scofidio + Renfro, que avança sobre o píer. Sua coleção permanente abarca obras de Louise Bourgeois, Nan Goldin e Cindy Sherman, além de sediar um bom número de exposições temporárias. Os ingressos custam US$ 20 (R$ 114).

A fama de cinzenta e carrancuda de Boston parece ter ficado no passado. Aos poucos, sua rigidez puritana cede espaço à boemia, em paralelo a transformações urbanas na cidade

Com uma proposta radicalmente distinta, o Museu Isabella Stewart Gardner é outro que vale a visita. Trata-se de uma coleção privada montada pela filantropa homônima em 1903 com foco em tapeçarias, esculturas e pinturas que perpassam dos séculos 14 ao 19. O edifício, com janelas em estilo veneziano, circunda um pátio mourisco coberto por uma redoma de vidro. A entradas custa US$ 22 (R$ 125).

Se a proposta é enveredar pela história, com toda a carga patriótica que acompanha o passeio, é possível pagar US$ 17 (R$ 97) para um dos walking tours da Freedom Trail. Um guia, fantasiado de revolucionário, narra importantes momentos da guerra de independência enquanto cruza lugares como o Boston Common, o agradável parque central da cidade.

A poucos quarteirões dali, chega-se ao North End, região que por anos foi o epicentro da comunidade italiana e hoje tem cantinas e docerias muito mais autênticas do que aquelas que se encontram na Little Italy de Manhattan.

Não fica tão longe do Quincey Market, mercado histórico, fundado no século 19, que hoje reúne pequenas lojas e restaurantes.

Do outro lado da ponte está Cambridge, cidade universitária que reúne os campi tanto de Harvard quanto do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT. Na primeira delas, é possível contratar um tour guiado por algum dos alunos e ter uma visão de infiltrado sobre as tradições da mais famosa instituição de ensino dos Estados Unidos.

Há quatro voos diretos por semana entre Boston e Guarulhos.

O jornalista viajou a convite do Brand USA

Martha's Vineyard é reduto aristocrático; já Provincetown tem fama de refúgio gay

Lugares na costa do estado de Massachusetts eram voltados à pesca e à caça de baleia, mas mudaram com a chegada de ricaços e artistas

Guilherme Genestreti

MARTHA'S VINEYARD E PROVINCETOWN (EUA) A sombra dos Kennedy se espalha por todos os lados na ilha de Martha's Vineyard, na costa do estado de Massachusetts.

Os habitantes locais sabem apontar a direção em que o monomotor pilotado por John-John, o filho caçula de JFK, se chocou contra o oceano matando os seus três tripulantes, em 1999. Ou a ponte onde, 30 anos antes, Ted Kennedy, irmão do presidente, perdeu o controle do carro e afundou num lago, no mal-explicado acidente que resultou na morte de sua provável amante.

Ou ainda o portão da fazenda com praia particular que Jackie, viúva de John Kennedy e mãe de John-John, costumava escolher para se refugiar dos holofotes.

A família mais intrigante da política 7 ajudou a transformar o lugar, outrora um vilarejo especializado na caça de baleias, num balneário de verão da turma do "old money", a aristocracia ianque.

Por lá, costuma-se dizer, vigora a regra não escrita de que ricos e famosos podem circular sem o assédio de fãs ou paparazzi. Assim é que, se houver sorte, dá para flagrar Barack Obama e família jantando num restaurante qualquer, a atriz Meg Ryan fazendo compras no armazém ou a cantora Carly Simon tomando sol na varanda — todos têm casa ali.

Para os cinéfilos, Marta's Vineyard é conhecida como o local escolhido por Steven Spielberg para as filmagens de "Tubarão", em 1975. Quem optar pelo tour guiado de ônibus vai conhecer vários lugares que aparecem no filme.

Edgartown, na parte oriental, é uma boa base para conhecer a ilha. A vila, com não mais do que 5.000 habitantes, ferve nos meses quentes, quando os donos de todas aquelas luxuosas casas de veraneio as ocupam, mas fica modorrenta no resto do ano.

Suas "gingerbread houses", de arquitetura gótica típica da região da Nova Inglaterra, foram erguidas no século 19, quando o vilarejo era um entreposto baleeiro, e hoje sediam butiques sofisticadas e pequenas galerias de arte com vitrines proibitivas espalhadas pelas ruelas.

Há ali um pequeno farol branco, típico daquele pedaço da costa, embora o mais pitoresco esteja do outro lado da ilha. É o Gay Head Light, todo de tijolinhos e construído em fins do século 18, ainda operando no topo das falésias.

A melhor pedida ali é alugar um carro para circular livremente por seus cerca de 250 km², pouco mais de dois terços da área de Ilhabela, por exemplo. Assim, dá para notar melhor as particularidades de cada uma das seis vilas que compõem Martha's Vineyard. Chilmark e West Tisbury, por exemplo, fazem parte de seu coração agrícola, a porção de morros tomados por fazendas. Já Oak Bluffs e Tisbury têm mais cara de redutos pesqueiros, coalhados de barquinhos a vela.

Quem quiser conhecer ainda mais o litoral bucólico de Massachusetts pode voltar para o continente e ir contornando Cape Cod, a península em forma de gancho que marca a costa do estado, até chegar a Provincetown, que fica bem no seu extremo.

A cidade, marcada por dunas que dão uma cara desolada ao local, recebeu autores importantes em meados do século passado. Tennessee Williams e Jack Kerouac estão entre aqueles escritores que encontraram em suas cabanas rústicas, perdidas na areia, a solidão necessária para suas obras. Essas casas ainda estão de pé, e algumas podem ser visitadas em passeios de 4x4.

Sua tradição como colônia de artistas à beira-mar acabou atraindo um público bastante liberal. Conta-se que já nos anos 1940 era possível ver shows de drag queens na cidade. Na década de 1970, a cidadezinha já era conhecida no país inteiro como um refúgio gay onde rapazes podiam se refestelar sem roupa na areia.

Dá para dizer que Provincetown é uma prima de Fire Island, outro enclave homossexual da costa leste, só que com uma pegada mais riponga e relaxado. É hoje, aliás, a cidade americana com o maior número proporcional de casais do mesmo sexo.

Isso é nítido ao se caminhar por sua rua principal, repleta de bares e lojas com as bandeiras do arco-íris frequentadas por todos os tipos e idades de gays e lésbicas.

Quando da visita da reportagem, na reta final das últimas eleições americanas, as fachadas estampavam bandeiras em apoio a Kamala Harris e vendiam toneladas de souvenires como camisetas e canecas contendo os mais inimagináveis impropérios contra Donald Trump. Quem não saísse daquela bolha dificilmente imaginaria que o republicano teria alguma chance.


Orla da cidade de Provincetown, na ponta de Cape Cod, em Massachusetts Sophie Park/The New York Times


Barcos ancorados na ilha de Martha's Vineyard Jodi Hilton/The New York Times

Onde fica a Nova Inglaterra




Ostras, iguarias típicas da colônia de artistas de Provincetown Jesse Burke/The New York Times

Os quatro cantos do Carnaval

Estava na melhor folia do Brasil? Quem pode responder isso é o próprio brasileiro

Zeca Camargo
Jornalista e apresentador, autor de "A Fantástica Volta ao Mundo"

Chego hoje a Belo Horizonte para viver o Carnaval que, dizem da boca miúda àquela que a gente bota no trombone, está encantando o Brasil todo. Um mineiro voltando às suas festas de infância.

Com a diferença de que, quando eu era criança, Carnaval era mesmo em Uberaba, jogando bisnagas de água pelas janelas dos carros que paravam no alto da Senador Pena.

Na adolescência, as matinês do Jockey Club nos faziam imaginar que éramos adultos e, entre discretas borrifadas de lança-perfume, já proibidíssimo nos anos 1970, vivíamos um Carnaval de verdade.

Um grande hiato carnavalesco cruzou minha juventude, com um agravante: depois da minha estreia nesta **Folha**, em 1987, passei a encarar essa época do ano mais como um plantão do que uma possibilidade de folia.

Aí em 1997, escalado para apresentar o Fantástico do domingo de Carnaval, me vi diante de uma possibilidade: experimentar a festa carioca de perto, ao menos na segunda e terça. Foi um caminho sem volta.

Eu costumava dizer que minha escola de samba do coração era a que sai na madrugada de domingo para segunda: depois do programa eu ia direto da TV Globo, no Jardim Botânico, para a Sapucaí. Muitas vezes já com a fantasia...

Foram 22 desfiles, no chão, nos carros, de camisa de diretoria e até na nobre categoria de inspirador de um enredo, quando a Padre Miguel saiu celebrando Elza Soares com base na biografia que eu havia escrito sobre essa estrela maior.

Na sequência, dois anos enlouquecidos em Salvador, no circuito Barra-Ondina, na incrível cobertura do Band Folia, cujas experiências já compartilhei neste espaço. E agora, Beagá.

A manhã tórrida foi se transformando numa tarde escaldante já em Recife, quando me vi em cima do Bicho Maluco Beleza, com a certeza de que o bloco tinha esse nome em minha homenagem

Não sem antes passar por um outro Carnaval famoso, que é o de Recife. Eu nem tinha me programado, mas um convite de última hora para ver Alceu Valença levar seu Bloco Bicho Maluco Beleza me pareceu irresistível. Fui.

De bônus pude matar as saudades das ladeiras de Olinda onde, oito anos atrás, virei meme ao fazer mosh numa discotecagem da maga DJ Lala K, depois de um ensaio do bloco Eu Acho É Pouco.

Desta vez acompanhei o Tá Maluco e rodei os famosos Quatro Cantos carregado pelo afeto pernambucano, pelo frevo contagiante e contando com uma boa garrafa de Gintrão, que acho melhor nem explicar o que é.

A manhã tórrida foi se transformando numa tarde escaldante já em Recife, quando me vi em cima do Bicho Maluco Beleza, com a certeza de que o bloco tinha esse nome em minha homenagem.

Ao som de Alceu (e de Elba e de Juba e de Martim), acompanhado por um incrível produtor cultural, Bidu Alvez, que me explicava as ramificações atuais do mangue beat, e seguido por um tapete humano de alegria —eu simplesmente enlouqueci.

Estava no melhor Carnaval do Brasil? Quem pode responder isso é o próprio folião brasileiro. É ele (você?) que vai se jogar pelas ruas desse país e dar o veredito.

Eu mesmo vou definir meu voto depois de BH. Onde, sim, estarei mais uma vez me arriscando numa discotecagem. Lembrando, como brincam comigo meus amigos de Belém, que eu não sou DJ. Sou carregador de aparelhagem.

E que a gente se divirta!

QUI. Luiza Pastor, Zeca Camargo



Castle Hill Inn, casa de explorador transformada em hotel e restaurante em Newport Elizabeth Cecil/The New York Times

Newport é joia da 'gilded age', a era dourada da história dos EUA, no menor estado do país

Cidade litorânea em Rhode Island é capital do iatismo e tem mansões preservadas da época de opulência industrial do final do século 19

Guilherme Genestreti

NEWPORT (EUA) No minúsculo Rhode Island, o menor estado americano em área, fica a cidade que é o melhor exemplo do que foi a chamada "gilded age", a era de opulência que se seguiu à Guerra Civil dos Estados Unidos. É Newport, balneário onde os industriais de Nova York escolheram erguer suas mansões de veraneio no fim do século 19.

A Ocean Drive, uma estrada que serpenteia ao longo de 16 quilômetros pelo litoral, desemboca em várias dessas construções monumentais, bastante preservadas. Uma das mais vistosas é The Breakers, um casarão com mais de 70 aposentos e cinco pavimentos construído entre 1893 e 1895 pela família Vanderbilt.

Abriga incontáveis salas de banquete, de música, de jogos, biblioteca ricamente adornadas ora por mosaicos ora por espelhos. E dá-lhe lustres pesadíssimos, cortinas, escadarias, dosséis —uma tentativa de reproduzir Versalhes do outro lado do Atlântico. Não à toa, a cidade foi cenário da série "The Gilded Age", da HBO, que retrata esse período, e da versão setentista de "O Grande Gatsby", com Robert Redford.

As mansões não ficam menos impressionantes quando vistas do alto. Por US$ 125 (ou R$ 712) é possível fazer um rolê aéreo com a Newport Helicopter Tours. Em 20 minutos, o piloto aponta as construções antigas, aquelas dos residentes famosos (o apresentador Jay Leno é um deles) e ainda dá um panorama de toda a baía que circunda a cidade.

Mas nem tudo é "gilded age" em Newport. A cidade, aliás, é conhecida como a capital do iatismo e abriga o novíssimo Sailing Museum, voltado ao esporte.

O Bowen's Wharf, na região portuária, é um simpático aglomerado de casas de tijolinhos, algumas do século 17, hoje transformadas em lojas e restaurantes. Dali da marina partem tours de barco que percorrem a região da baía. E basta esticar um pouco para encontrar excelentes opções gastronômicas como o italiano Giusto, com mesas voltadas para o píer, e o The Mooring, especializado em peixes e frutos do mar.

Já a Broadway é o mais próximo do que se poderia chamar de um reduto hipster por ali. Costumava ser uma rua comercial frequentada pelos locais, mas vem ganhando cafeterias modernas e bares de coquetelaria autoral.

Para encerrar a tarde, vale uma passadinha no Castle Hill Inn, outrora a casa de verão de um explorador oceânico que se transformou em hotel e spa chique. Mas não é necessário se hospedar ali para curtir. Há um restaurante na parte externa que atende a não hóspedes que podem, se quiser, reclinar nas espreguiçadeiras tomando seus drinques enquanto os barcos vão cruzando a baía.

Eufrázio

Lar de Yale, Connecticut abriga cidades pacatas e cassino em reserva indígena

Foxwoods, resort gigantesco, é mantido pelo povo mashantucket, que habita a região desde antes da chegada dos europeus; universidade de ponta oferece tours guiados

Guilherme Genestreti

NEW HAVEN (EUA) Pairando entre um mar de árvores, aparece uma megaconstrução de telhados verdes com edifícios, estacionamento e shopping center todos interligados. É Foxwoods, um misto de resort e cassino construído numa reserva indígena no estado americano de Connecticut.

Como se entende que tais terras têm soberania tribal, isto é, os entes federativos têm poder limitado nelas, é muito comum que no país tais tipos de empreendimentos se encontrem em áreas que pertencem a nações originárias, onde a jogatina é permitida.

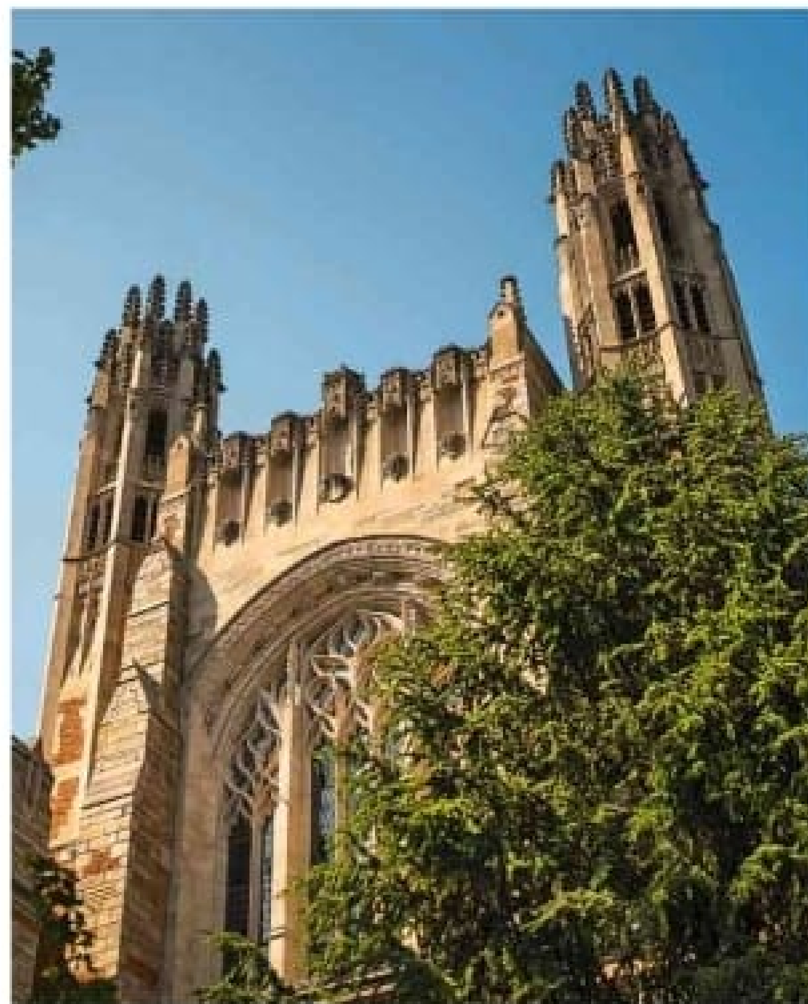
No Foxwoods, a escala é monumental: mais de 5.000 máquinas caça-níqueis, mais de 200 mesas para cartas, além de duas torres de hotel que abarcam 2.000 suítes, circuito de kart indoor e outros passatempos. Para quem gosta de apostas, uma Disneylândia. Dá para perder a noção dos dias naqueles salões barulhentos, cheios de luzes coloridas.

Mas quem prefere outro tipo de atração não fica desassistido. Com parte da dinheirama arrecadada no cassino, a nação indígena mashantucket pequot construiu um museu bastante vasto que recria os modos de vida desse povo nativo, antes do contato com os europeus, no século 16.

O forte do Mashantucket Pequot Museum and Research Center são os dioramas —réplicas em tamanho real de pessoas, animais, árvores e construções da época. O ponto alto é a imensa sala que recria o que era uma aldeia dessa nação originária.

Esses indígenas entraram em guerra com os brancos no século 17, foram massacrados, muitos sucumbiram a doenças e outros foram vendidos como escravos. Seus descendentes lutam para preservar a cultura desse povo.

Basta tomar a estrada rumo ao sul e, em 15 minutos, se chega a Mystic, à beira do rio de mesmo nome que desemboca no Atlântico. Como em toda a região, costumava ser um vilarejo que vivia da caça de baleias. Hoje é uma dessas típicas cidades da costa da Nova Inglaterra, com suas árvores de folhagens amarronzadas, uma charmosa ponte basculante de ferro e as lojinhas enfileiradas em sua rua principal.



Fachada da Faculdade de Direito em Yale, na cidade de New Haven, em Connecticut Christopher Capozziello/The New York Times

Há ainda ali o Mystic Seaport Museum, que recria uma vila portuária do século 19 e abriga o mais antigo navio baleeiro que ainda está em pé, da década de 1840. Tíquetes custam US$ 20 (R$ 114).

Tomando a rota no sentido oeste é possível chegar até Madison, outra cidade charmosa da região. Ela não tem o caráter histórico de Mystic, mas reúne casas confortáveis viradas para a praia rochosa. Na ponta da praia, o Madison Beach Hotel é um estabelecimento do tipo boutique que oferece bons pratos à base de frutos do mar e drinques na varanda.

Mais uma esticada de uns 20 minutos e se pode ir a New Haven, que vive em função da prestigiosa Yale, fincada bem no seu centro. Enquanto Harvard, no estado vizinho, Massachusetts, parece mais uma bolha comunitária, a universidade de Connecticut se mistura ao tecido urbano da cidade erguida ao seu redor.

Em Yale também é possível contratar alunos no centro de visitantes e deixar-se conduzir pelos edifícios para saber mais sobre as tradições e os ritos locais.

Modo DESTINOS

Pra ter de tudo nas suas próximas férias, vai de CVC.

ORLANDO COM WALT DISNEY WORLD RESORT 5 DIAS
A PARTIR DE 12x R$ 688
Total à vista R$ 8.256
Hotel Disney's Port Orleans Resort - Riverside
Saída: 26/08/2025
*Consulte condições

ORLANDO COM WALT DISNEY WORLD RESORT 5 DIAS
A PARTIR DE 12x R$ 592
Total à vista R$ 7.108
Hotel Disney's Port Orleans Resort - Riverside
Check-in 26/08/2025
Check-out 30/08/2025
*Consulte condições

A PARTIR DE 12x R$ 429
Hotel Disney's Port Orleans Resort - Riverside
Check-in 26/08/2025
Check-out 30/08/2025
*Consulte condições

INGRESSO
A PARTIR DE 10x R$ 308
Saída: 19/08/2025
*Consulte condições

©2025 Disney

Walt Disney World FLORIDA

Prezado cliente: preço por pessoa, em apartamento quádruplo, saindo de São Paulo, em voo classe econômica. Preço calculado com câmbio CVC do dia 10/02/2025 de US$ 1,00 = R$ 6,22. Produtos devem ser calculados com câmbio do dia da compra, que poderá sofrer alterações. A condição de pagamento com parcelamento 0 + 12X ou 1+ 11X sem juros nos cartões de crédito. Desconto de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) para pagamentos à vista via PIX (QR Code), nas vendas de produtos selecionados realizadas exclusivamente nas lojas físicas CVC. Produtos participantes, sua disponibilidade e regras para aplicação do desconto sujeitos à consulta. As condições ofertadas ficam sujeitas à disponibilidade de datas e vagas de hotéis. Ingresso - 4 Dias Básico - Walt Disney World Resort, com preço por pessoa. Preço calculado com câmbio CVC do dia 10/02/2025 de US$ 1,00 = R$ 6,22. Produtos devem ser calculados com câmbio do dia da compra, que poderá sofrer alterações. A condição de pagamento com parcelamento 0 + 10X ou 1+ 9X sem juros nos cartões de crédito. Desconto de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) para pagamentos à vista via PIX (QR Code), nas vendas de produtos selecionados realizadas exclusivamente nas lojas físicas CVC. Produtos participantes, sua disponibilidade e regras para aplicação do desconto sujeitos à consulta. As condições ofertadas ficam sujeitas à disponibilidade de datas e horários de voos optados e vagas de hotéis.

CVC



Ancoradouro em Portland, no estado do Maine, com barcos que saem pela baía local à procura de lagostas Greta Rybus/The New York Times

Maine, terra natal de Stephen King, é paraíso da lagosta, do alce e dos faróis

Estado mais setentrional da costa leste dos Estados Unidos responde por quase 90% da pesca do crustáceo, que pode ser acompanhada a partir de tours saindo de Portland

Guilherme Genestreti

PORTLAND (EUA) No imaginário, o Maine, estado mais setentrional da costa leste americana, é lar de faróis isolados em praias rochosas e de florestas cheias de névoa. Não à toa, é cenário de filmes como "Um Sonho de Liberdade", "O Homem sem Face", "Gasparzinho", "Anjo Malvado", "Regras da Vida" e "Sombras da Noite", que se aproveitam de sua propensão ao mistério e à melancolia.

Isso sem contar com as obras daquele que talvez seja o seu mais notório cidadão. O escritor Stephen King, autor de "It", "Cujo" e "O Iluminado" costuma ambientar suas histórias ali, no lugar onde nasceu e onde ainda vive.

Da Commercial street, que serpenteia em paralelo à costa de Portland, maior cidade do estado (ainda que bastante diminuta), se avistam os píeres de onde partem, bem cedinho, os barcos que vão pescar lagostas. O Maine responde sozinho por mais de 90% desses crustáceos no país. Assim que voltam do mar, ainda de manhã, os pescadores enchem os bares da região portuária, imprimindo todo um ritmo peculiar à boemia do lugarejo.

Seja como for, é naquele eixo que se concentra a maior parte das atrações da cidade, cartão de visitas do Maine. As lojas vendem tradicionais cacarecos (ímãs de geladeira, camisetas, canecas, muitas delas com desenhos de alces, outro dos símbolos locais), e de lá parte a maioria dos tours para conhecer os arredores.

Quem estiver procurando por faróis, por exemplo, pode contratar a Portland Discovery Tours, e, a bordo de um simpático trolley, circular pela região central ouvindo a história do povoamento da região. O passeio, que sai por cerca de US$ 60 (ou R$ 343), termina no Fort Williams Park, onde fica o farol Portland Head Light.

Embora toda a região da Nova Inglaterra esteja coalhada deles, poucos são tão impressionantes. Erguido no século 18, sob ordens de George Washington, é uma torre de mais de 30 metros situada na beira de um penhasco.

Se o desejo for conhecer mais de perto a labuta dos pescadores da região, dá para passar 90 minutos num barco à procura de lagostas. A Lucky Catch mostra como é que se faz a captura dos crustáceos. Com luvas e aventais, turistas têm a chance de lançar no mar as caixas de metal que servem de armadilha para atrair os bichos e depois içá-las. Os animais são medidos para ver se podem ser mantidos (os grandes ou muito pequenos devem ser devolvidos ao mar) e amarrados pelas pernas com um elástico para que elas não causem ferimentos.

Dá ainda para comprar exemplares vivos e levar a algum dos muitos restaurantes do porto para que sejam preparados —principalmente na forma de lobster roll, uma iguaria da região. O tour custa US$ 50 (ou R$ 286).

Por falar em lobster roll, Portland tem se firmado como um destino gastronômico, apesar de estar bem distante daquilo que poderíamos chamar de uma cidade cosmopolita. Ao longo de todo ano, há um walking tour com duração de cerca de três horas que faz paradas nos pubs e restaurantes da área central. É a chance de provar cervejas artesanais, enroladinhos de carne de caranguejo e até uma sobremesa feita à base de chocolate e batata. A comilança sai por US$ 146 (R$ 832).

Quem quiser esticar a partir de Portland pode ir até o Parque Nacional de Acadia pegando a bela estrada costeira numa viagem de mais ou menos 3 horas e meia. Dá para acampar ali, entre carvalhos e sicômoros frondosos.



Os símbolos da região da Nova Inglaterra, nos EUA



Ivy League
Sinônimo de aristocracia, a região tem quatro das oito universidades de elite da Ivy League: Harvard (foto), Yale, Brown e Dartmouth



Lobster roll
É um cachorro-quente, só que com lagosta. O crustáceo é servido num pão com maionese ou limão. Pode ser frio ou quente, a depender do estado



Clam chowder
Sopa de moluscos com batatas e cebolas, à base de leite ou creme de leite. Conforme a proximidade com Nova York, essa base vai ganhando tomates



Esporte
Boston é uma potência. Seus times são o Celtics (basquete), o Red Sox (beisebol), o Bruins (hóquei) e o New England Patriots (futebol americano)



Faróis
São mais de 60 na região. O Portland Head Lighthouse, no Maine, é dos mais impressionantes, mas é possível avistar vários em Massachusetts



Família Kennedy
JFK e seu irmão Bob fazem parte de uma das mais tradicionais famílias da área, de origem irlandesa e que enriqueceu a partir de fins do século 19